PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Segunda-Feira, 16 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10640

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **4**
Primeira Entrância **4**
Comarca de Alto Garças **4**
Diretoria do Fórum **4**
Vara Única 4

Comarca de Alto Taquari **5**
Vara Única 5
Juizado Especial Cível e Criminal 11

Comarca de Apiacás **12**
Vara Única 12

Comarca de Araputanga **14**
Vara Única 14

Comarca de Arenápolis **14**
Diretoria do Fórum **15**
Vara Única 15
Juizado Especial Cível e Criminal 17

Comarca de Aripuanã **26**
Vara Única 26
Juizado Especial Cível e Criminal 29

Comarca de Brasnorte **29**
Vara Única 29
Juizado Especial Cível e Criminal 29

Comarca de Campinápolis **31**
Vara Única 31

Comarca de Cláudia **32**
Vara Única 32

Comarca de Colniza **35**
Vara Única 35
Juizado Especial Cível e Criminal 38

Comarca de Cotriguaçu **38**
Vara Única 38

Comarca de Dom Aquino **41**
Vara Única 41
Juizado Cível e Criminal 45

Comarca de Feliz Natal **48**
Vara Única 48
Juizado Especial Cível e Criminal 48

Comarca de Guarantã do Norte **49**
Vara Única 49

Comarca de Itaúba **54**
Vara Única 54

Comarca de Itiquira **55**
Diretoria do Fórum **55**
Vara Única 56

Comarca de Jauru **56**
Vara Única 56
Juizado Especial Cível e Criminal 62

Comarca de Juscimeira **69**
Vara Única 69
Juizado Especial Cível e Criminal 70

Comarca de Marcelândia **72**
Vara Única 72

Comarca de Matupá **75**
Vara Única 75
Juizado Especial Cível e Criminal 77

Comarca de Nobres **79**
Vara Única 79
Juizado Especial Cível e Criminal 80

Comarca de Nortelândia **80**
Diretoria do Fórum **80**
Vara Única 80
Juizado Especial Cível e Criminal 80

Comarca de Nova Canaã do Norte **90**
Vara Única 90

Comarca de Nova Monte Verde **90**
Vara Única 90

Comarca de Nova Ubiratã **90**
Diretoria do Fórum **90**
Vara Única 90
Juizado Especial Cível e Criminal 101

Comarca de Novo São Joaquim **101**
Juizado Especial Cível e Criminal 101

Comarca de Paranaita **101**
Vara Única 101
Juizado Especial Cível e Criminal 101

Comarca de Pedra Preta **102**
Diretoria do Fórum **102**
Vara Única 102
Juizado Especial Cível e Criminal 105

Comarca de Poconé **113**
Vara Única 113
Juizado Especial Cível e Criminal 115

Comarca de Porto dos Gaúchos **117**
Diretoria do Fórum **117**
Vara Única 118

Comarca de Porto Alegre do Norte **119**
1ª Vara 119
Juizado Especial Cível e Criminal 123
2ª Vara 123
3ª Vara 127

Comarca de Porto Esperidião **128**
Vara Única 128
Juizado Especial Cível e Criminal 130

Comarca de Querência **130**
Vara Única 130
Juizado Especial Cível e Criminal 130

Comarca de Ribeirão Cascalheira **135**
Vara Única 135

Comarca de Rio Branco **135**
Diretoria do Fórum **135**
Vara Única 135
Juizado Especial Cível e Criminal 135

Comarca de Rosário Oeste **150**
Vara Única 150

Comarca de Santo Antônio do Leverger **160**
Vara Única 160
Juizado Especial Cível e Criminal 161

Comarca de São Félix do Araguaia **164**
2ª Vara 164

Comarca de São José dos Quatro Marcos **172**
Vara Única 172

Comarca de Sapezal **174**
Diretoria do Fórum **174**
Vara Única 175
Juizado Especial Cível e Criminal 178

Comarca de Tabaporã **184**
Vara Única 184

Comarca de Tapurah **187**
Vara Única 187
Juizado Especial Cível e Criminal 196

Comarca da Terra Nova do Norte **196**
Diretoria do Fórum **196**
Vara Única 196
Juizado Especial Cível e Criminal 196

Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade **199**
Vara Única 199

Comarca de Vera **208**
Vara Única 208

COMARCAS

Primeira Entrância

Comarca de Alto Garças

Diretoria do Fórum

Portaria

P O R T A R I A Nº 056/2019/DF.

A Doutora Angela Maria Janczeski Góes – MMª Juíza de Direito Diretora do Foro da Comarca de Alto Garças – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

C O N S I D E R A N D O a Escala de férias do exercício de 2019 elaborada no Sistema de Gestão de Pessoas do Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado,

C O N S I D E R A N D O as férias do senhor JOSÉ AROLDO QUEIROZ – Juiz de Paz desta Comarca, designadas para gozo durante o período de 16.12.2019 a 14.01.2020.

R E S O L V E :

DESIGNAR o senhor NÉLDIO STRUCKER – 1º Suplente desta Comarca, para exercer a função de Juiz de Paz, durante o período de 16.12.2019 a 14.01.2020.

P. R. Cumpra-se, remetendo-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado.

Alto Garças, 11 de dezembro de 2019.

Angela Maria Janczeski Góes

Juíza de Direito - Diretora do Foro

Expediente

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Angela Maria Janczeski Goes

Cod. Proc.: 64270 Nr: 1397-45.2019.811.0035

AÇÃO: Alvará Judicial->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LOJA MAÇÔNICA CONSTELAÇÃO DO BONITO Nº 42, MARCIO RECH

PARTE(S) REQUERIDA(S): Juízo da Comarca de Alto Garças-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDERSON OLIVEIRA DE SOUZA - OAB:8322/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.

Atenta aos princípios da efetividade da prestação jurisdicional e solução integral do processo, enaltecidos pelo Código de Processo Civil, determino a INTIMAÇÃO da parte Autora, na pessoa de seu advogado, para, no prazo de 02 (dois) dias, emendar a petição inicial, promovendo a juntada de documentos (contrato de segurança) e informações a respeito de comercialização de bebida alcoólica (como será realizada a identificação de menores), sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, do CPC.

Atendida a determinação supra, ABRA-SE vista ao Ministério Público, empós, voltem conclusos.

Cumpra-se, com URGÊNCIA.

Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica.

Angela Maria Janczeski Góes

Juíza de Direito

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000484-46.2019.8.11.0035

Parte(s) Polo Ativo:

TECNOFOS TRANSPORTE E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA - ME (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

ALEXANDRE BISKER OAB - SP118681 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

GRAZIELE BALBINOTTI (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO GARÇAS Nos termos da CNGC, IMPULSIONO estes autos a parte autora para que manifeste-se em termos de prosseguimento mormente em relação a não localização da parte requerida para citação/intimação. ALTO GARÇAS - MT, 13 de dezembro de 2019 ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS Gestor(a) Judiciário(a) ASSINA POR ORDEM DO(A) MM(ª) JUIZ(A)

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000652-48.2019.8.11.0035

Parte(s) Polo Ativo:

JOAO NETO GASPARELLO (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

FABRICIO CASTRO ALVES DE MELO OAB - GO25383 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO GARÇAS Nos termos da CNGC, IMPULSIONO estes autos a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação apresentada. ALTO GARÇAS - MT, 13 de dezembro de 2019 ROGERIO RODRIGUES DOS SANTOS Gestor(a) Judiciário(a) ASSINA POR ORDEM DO(A) MM(ª) JUIZ(A)

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Angela Maria Janczeski Goes

Cod. Proc.: 55471 Nr: 890-21.2018.811.0035

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GCM, LC

PARTE(S) REQUERIDA(S): VMDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rodrigo Campos Moraes - OAB:11355/MT

Assim, DECLARO satisfeita a obrigação e JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença/execução, nos termos dos arts. 924, inciso II, e 925, ambos do CPC.Por consequência lógica, REVOGO A PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO VALDINEY MENDES DE SOUZA. EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA.CONDENO a parte executada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, §2º, CPC. Contudo, suspendo sua exigibilidade pelo prazo de 05 (cinco) anos, com fulcro no art. 98, §§2º e 3º, do CPC, em decorrência dos benefícios da justiça gratuita que ora concedo à parte executada.Cumpridas as diligências retro e certificado o trânsito em julgado, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento desta Comarca para as providencias necessárias, nos termos do art. 5º e seguintes do Provimento nº 12/2017-CGJ. Ciência ao MPE e DPE.Cumpra-se, expedindo-se o necessário.Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica. Angela Maria Janczeski Góes Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Angela Maria Janczeski Goes

Cod. Proc.: 55471 Nr: 890-21.2018.811.0035

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GCM, LC

PARTE(S) REQUERIDA(S): VMDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rodrigo Campos Moraes - OAB:11355/MT

Assim, DECLARO satisfeita a obrigação e JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença/execução, nos termos dos arts. 924, inciso II e 925, ambos do CPC.Por consequência lógica, REVOGO A PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO VALDINEY MENDES DE SOUZA. EXPEÇA-SE O COMPETENTE ALVARÁ DE SOLTURA.CONDENO a parte executada ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o proveito econômico obtido, nos termos do art. 85, §2º, CPC. Contudo, suspendo sua exigibilidade pelo prazo de 05 (cinco) anos,

com fulcro no art. 98, §§2º e 3º, do CPC, em decorrência dos benefícios da justiça gratuita que ora concedo à parte executada.Cumpridas as diligências retro e certificado o trânsito em julgado, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento desta Comarca para as providencias necessárias, nos termos do art. 5º e seguintes do Provimento nº 12/2017-CGJ. Ciência ao MPE e DPE acerca da presente.Cumpra-se, expedindo o necessário.Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica. Angela Maria Janczeski Góes Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Angela Maria Janczeski Goes
Cod. Proc.: 45767 Nr: 1955-22.2016.811.0035
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jovani Rader
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco Itaú Unibanco S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Eduardo Zanchet Girardello - OAB:11033-B/MT, Fernando César Passinato Amorim - OAB:7542 - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bernardo Rodrigues de Oliveira Castro - OAB:14.992-A
Ante todo o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos verberados na inicial.Em decorrência do princípio da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento de custas e honorário advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, cuja exibilidade mantenho suspensa por ser o postulante beneficiário da gratuidade da justiça.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.CERTIFICADO o trânsito em julgado e inexistindo pedido de cumprimento de sentença, expirado o prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento desta Comarca para as providências necessárias, nos termos do art. 5º e seguintes do Provimento nº 12/2017-CGJ. Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1000562-40.2019.8.11.0035
Parte(s) Polo Ativo:
NADIA CARLA RIBEIRO DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MOISES BARBOSA DE QUEIROZ OAB - MT11759/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DO ROSARIO ANDREUSSI BERLANDI (RÉU)
Magistrado(s):
ANGELA MARIA JANCZESKI GOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO GARÇAS DECISÃO Processo: 1000562-40.2019.8.11.0035. AUTOR(A): NADIA CARLA RIBEIRO DA CRUZ RÉU: MARIA DO ROSARIO ANDREUSSI BERLANDI Visto, etc. 1. Tendo em vista que estão preenchidos os requisitos do art. 319 e 320 do Código de Processo civil, não sendo caso de aplicação do disposto no art. 330 do mesmo Codex, RECEBO a petição inicial. 2. De acordo com o art. 334 e ss. do CPC, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o Juiz designará audiência de conciliação ou de mediação. 3. Por ser possível a realização do ato conciliatório a qualquer momento (art. 139, inciso V, CPC), e por incumbir aos Juízes, Advogados, Defensores Públicos e membros do Ministério Público, estimular a solução consensual dos conflitos, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 19 de FEVEREIRO de 2020, às 10h00, que será realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC. 4. INTIME-SE a parte autora na pessoa de seu advogado (art. 334, §3º, do CPC) e CITE-SE a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para que compareçam à audiência, acompanhados de advogado, informando-lhes que, o não comparecimento injustificado à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado ou da União (art. 334, § 8º, do CPC). 5. Para que a audiência de conciliação ou mediação não seja realizada, ambas as partes deverão manifestar, expressamente, desinteresse na composição consensual (art. 334, § 4º, inciso I, CPC). 6. Havendo manifestação de desinteresse na autocomposição por ambas as partes, providencie-se, independentemente de nova conclusão, o CANCELAMENTO da audiência, advertindo-se à parte requerida, que o prazo para contestação contará a partir do protocolo do pedido de cancelamento da audiência, nos termos dos artigos 334, §4º, inciso I e 335, inciso II, do Código de Processo Civil. 7. Ressalte-se que as partes poderão constituir procuradores com poderes específicos para transigir (art. 334, § 10, CPC). 8. Sendo exitosa a audiência de conciliação/mediação, TORNEM-ME os autos conclusos para homologação. 9. Não havendo conciliação, o requerido deverá apresentar contestação no prazo de 15 (quinze dias) úteis, contados a partir do primeiro dia útil da realização do ato (art. 335, inciso I, CPC). Consigne-se que o não oferecimento de contestação fará incidir os efeitos da revelia (art. 344, do CPC). 10. Decorrido o prazo para contestação e devidamente certificado, INTIME-SE a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que: I – havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II – havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III – em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção. 11. Após, INTIMEM-SE as partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, indiquem as provas que pretendem produzir, devendo os litigantes observar, com espeque nos princípios da proibição de decisão surpresa e da colaboração (arts. 6º, 9º e 10, CPC): a) A necessidade e pertinência de cada uma, de forma a estabelecer uma relação clara e direta entre a prova pretendida e a questão de fato que se pretende atestar (art. 357, inciso II, CPC), sob pena de indeferimento; b) Caso a prova pretendida pela parte não possa por ela ser produzida, deverá apontar de forma coerente e jurídica o motivo da impossibilidade, bem como a razão pela qual deve a parte adversa produzir a prova, de forma a convencer o juízo quanto à distribuição do ônus probatório (art. 357, inciso III, CPC); c) Após cotejo da inicial, contestação, réplica e o conjunto probatório acostado ao feito, esclarecer se há matérias admitidas ou não impugnadas, indicando quais questões de direito entende ainda controvertidas e relevantes para influenciar a decisão de mérito (art. 357, inciso IV, CPC); d) Em obediência ao princípio da promoção da autocomposição (art. 3º, § 3º, CPC), informar se existe ou não interesse na designação de audiência de conciliação ou mediação (art. 139, inciso V, CPC), especificamente no que tange à possibilidade de alcance concreto da conciliação. 12. Transcorrido o prazo in albis, CERTIFIQUE-SE. 13. Na sequência, TORNEM conclusos para verificação da necessidade de saneamento do feito (art. 357, CPC) ou possibilidade de julgamento antecipado da demanda (art. 355, CPC). Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Alto Garças/MT, data da assinatura eletrônica. Angela Maria Janczeski Góes Juíza de Direito

Comarca de Alto Taquari

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000845-86.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO OAB - MT6294/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANNA PATRICIA DANIELIDES DE ARRUDA DELIBERADOR LOPES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e artigo 482, VI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria- Geral da Justiça - CNGC, ante o teor da certidão acostada aos autos, impulsiono estes autos por certidão com a finalidade de intimar a parte autora, por meio de seu procurador, para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo legal. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de

2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000654-41.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO LUZ PEREIRA OAB - MT0018473S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELANIO POSSIDONIO DOS SANTOS (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e artigo 482, VI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria- Geral da Justiça - CNGC, ante o teor da certidão acostada aos autos, impulsiono estes autos por certidão com a finalidade de intimar a parte autora, por meio de seu procurador, para manifestar-se nos autos, requerendo o que entender de direito, no prazo legal. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000903-89.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Bruna Schlatter Zapparoli (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DESPACHO Processo: 1000903-89.2019.8.11.0092. REQUERENTE: BANCO DO BRASIL SA REQUERIDO: BRUNA SCHLATTER ZAPPAROLI INTIME-SE a parte autora, via DJE, para que recolha as custa e taxas judiciais. Após, retornem os autos conclusos . ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000647-49.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
D M P PNEUS E ACESSORIOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Roadam Jhonei de Paula Leal OAB - MT0014398A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYKON WILLIAN LAURENTINO RIBEIRO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, s/n, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Certifico para que surta os efeitos legais, servindo esta para fins de intimação da parte autora a comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 13 de dezembro/2019, às 16h30, (horário MT), no Fórum local.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 50468 Nr: 2143-67.2018.811.0092
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: JGDS, ASDN
PARTE(S) REQUERIDA(S): VFDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDSON ROBERTO CASTANHO - OAB:9234
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ao Ministério Público.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 19762 Nr: 1323-63.2009.811.0092
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Manoel Nogueira Neto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paulo Rubens Baldan - OAB:13478-A/MT, Paulo Rubens Baldan - OAB:288842/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e artigo 482, VI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria- Geral da Justiça - CNGC, impulsiono estes autos por certidão com a finalidade de intimar a parte exequente, por meio de seu advogado, para informar nos autos os dados bancários para depósito dos valores já vinculados, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 23020 Nr: 734-66.2012.811.0092
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Agrícola Nascente do Taquari Ltda, Jamil João Sâmara, Nívia Sâmara
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Romes Júlio Tomáz - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO ROOS ELBL - OAB:45552/PR, JOSÉ ELI SALAMACHA - OAB:10.244/PR, SALAMACHA E ADVOGADOS ASSOCIADOS - OAB:80/PR
Nos termos da legislação vigente e artigo 482, VI, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria- Geral da Justiça - CNGC, impulsiono estes autos por certidão com a finalidade de intimar a parte executada, por meio de seu advogado, para informar nos autos os dados bancários para restituição dos valores já vinculados, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 36115 Nr: 53-57.2016.811.0092
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jairo Pires Mafra
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIÃO - Fazenda Nacional
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jairo Pires Mafra - OAB:7906/MS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CHAMO O FEITO À ORDEM.
Diante da certidão de Ref. 62, torno sem efeito a certidão de trânsito em julgado e os atos processuais posteriores a ela.
Remetam-se os autos à Procuradoria da Fazenda Nacional para intimação da sentença.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 38263 Nr: 1087-67.2016.811.0092
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Dow Agrosciences Industrial LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DANIEL ZAPPAROLI DINIZ VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alexandre Viegas - OAB:55730/RS, KAREN TIEMI FREITAS ANBO - OAB:14097, Luiz Armando Silva Maggioni - OAB:MT 12.370-A, Osmar Arcídio Maggioni - OAB:13.012/RS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Primeiramente, mantenha a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos.
Em relação à petição de Ref. 88, tendo em vista que a presente execução tramita há mais de 3 anos e todos os meios de localização de bens já foram esgotados, sem êxito, entendo razoável deferir o pedido de suspensão da Carteira Nacional de Habilitação bem como dos cartões de crédito do executado.
Assim, oficie-se ao DETRAN/MT e às operadoras indicadas na petição de Ref. 88 determinando a suspensão da CNH e dos cartões de crédito do executado, ficando proibido, inclusive, de adquirir novos cartões.
Por outro lado, indefiro o pedido de suspensão do passaporte, por se tratar de privação de liberdade indireta, não sendo razoável sua aplicação

no presente caso.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 35202 Nr: 781-35.2015.811.0092
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Thaynam Tagson Rodrigues Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edson Roberto Castanho - OAB:8825-A/MT
Notifique-se o réu, através de seu Patrono para que, no prazo legal, apresente suas razões recursais.
Com estas, ao Ministério Público para apresentação de contrarrazões.
Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para apreciação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 36795 Nr: 321-14.2016.811.0092
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MLT
PARTE(S) REQUERIDA(S): IS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Deuzânia Marques Vilela Alves - OAB:5177-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO CLARIMUNDO DE RESENDE NETO - OAB:26885
Intime-se o exequente para se manifestar quanto a Exceção de Pré-Executividade apresentada pela executada na Ref. 188.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 38466 Nr: 1224-49.2016.811.0092
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): REGINA NOGUEIRA DE OLIVEIRA - ME, Regina Nogueira de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Mauro Andre da Silva Barbosa - OAB:5049/O-MT
ANTE O EXPOSTO, declaro impenhorável a quantia de R$ 1.000,97 bloqueada da conta bancária da executada Regina Nogueira de Oliveira e, por consequência, determino o cancelamento da constrição e a restituição dos respectivos valores a devedora.Intime-se o advogado da executada, Dr. Mauro André da Silva Barbosa, para, no prazo de 5 (cinco) dias, juntar aos autos a procuração e apresentar os dados da conta bancária para expedição do Alvará de Levantamento.Após, expeça-se Alvará para transferência dos valores em favor da executada Regina Nogueira de Oliveira.Entretanto, visando garantir a efetividade da prestação jurisdicional, DEFIRO a penhora e consequentemente o desconto de 30% dos vencimentos líquidos sobre o salário da executada Regina Nogueira de Oliveira. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 30 dias, indicar os dados do empregador da executada para expedição de ofício.Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 41231 Nr: 663-88.2017.811.0092
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Manoel Pedro da Silva Filho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAMIL ALVES DE SOUZA - OAB:12880/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
I – A parte autora não efetuou o pagamento da diligência complementar do Sr. Oficial de Justiça (fls.55), mesmo depois de ser intimada, constituindo tal conduta ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA, nos termos do Art. 77, IV, do CPC.
Diante disso, aplico MULTA à parte autora no valor equivalente a 1 (um) salário mínimo.
Intime-a para pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa.
II – Expeça-se certidão de crédito da diligência complementar do Sr. Oficial de Justiça (fls.55), a fim de que seja exigida em CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nestes próprios autos, por se tratar de título executivo judicial (Art. 515, V, do CPC).
Em seguida, proceda-se à correção da classe processual e intime-se a parte autora (executada) para pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 523 do CPC.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Alves Cardoso
Cod. Proc.: 41362 Nr: 743-52.2017.811.0092
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): CMP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Iran Negrão Ferreira - OAB:17.462-A/MT, Roadam Jhonei de Paula Leal - OAB:14398/MT
ANTE O EXPOSTO, julgo improcedente o pedido contido na denúncia para ABSOLVER o réu CARLOS MARTINS PEREIRA da imputação que lhe foi feita nestes autos, por não existir prova da existência do fato, nos termos do art. 386, II, do Código de Processo Penal.Certificado o trânsito em julgado, cumpre ao Sr. Gestor: I – Proceda-se às comunicações devidas ao Instituto Nacional de Identificação - INI e ao Cartório Distribuidor acerca da absolvição; II – Verifique-se a existência de armas, objetos e veículos apreendidos sem destinação na sentença, e, em caso positivo, remetam-se os autos conclusos para a devida destinação; III – Após, remetam-se os autos ao “16 - Arquivo Definitivo”.P.I.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000896-97.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MURILLO PEREIRA FALEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NU PAGAMENTOS S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000896-97.2019.8.11.0092. AUTOR(A): MURILLO PEREIRA FALEIRO RÉU: NU PAGAMENTOS S.A. Dispensado o relatório, nos termos da Lei nº 9.099/1995. DECIDO. Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no artigo 300 do CPC, sendo eles: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Fixadas tais premissas, cumpre reconhecer que, in casu, as assertivas lançadas pelo autor, se revestem de intensidade e força necessárias, para, em sede de cognição sumária, convencer da probabilidade do direito acerca dos fundamentos invocados. Notadamente, os elementos trazidos pelo autor, em especial cópia de sua avaliação de risco/score, aliado ao reconhecimento telefônico do erro na negativação pela empresa requerida, oferecem grau de probabilidade da existência do direito alegado. Assim, DEFIRO o pedido liminar e determino que a parte requerida, no prazo de 5 dias, retire o nome do autor dos cadastros de maus pagadores em relação aos débitos discutidos na presente demanda, sob pena de aplicação de multa diária no importe de R$200,00 (duzentos reais). Defiro a inversão do ônus da prova. Designe-se audiência de conciliação. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000795-60.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA APARECIDA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Edson Roberto Castanho OAB - MT0008825S-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
CLEBIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000795-60.2019.8.11.0092. AUTOR(A): LAURA APARECIDA DE SOUZA RÉU: CLEBIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA Trata-se de Ação de Execução de Alimentos proposta por FELIPE SOUZA DE OLIVEIRA e PRISCILA APARECIDA SOUZA OLIVEIRA, devidamente representados por sua genitora LAURA APARECIDA DE SOUZA, em face de CLÉBIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, todos devidamente qualificados nos autos. À exequente, na exordial, pugnou pela decretação da prisão civil do executado em relação ao débito. O executado, intimado pessoalmente para pagamento do débito, não o fez, apresentou justificativa extemporânea da qual o exequente e Ministério Público discordam. No parecer id 27313578, o Ministério Público pugnou pela decretação da prisão civil do executado, bem como a penhora de valores nos sistemas disponíveis ao judiciário. Vieram os autos conclusos. É o sucinto relatório. Fundamento e Decido. Pois bem, a prisão civil se faz necessária no presente caso. Da análise dos autos verifica-se que o executado não vem honrando a obrigação a qual lhe é devida. Além do mais, deixou o prazo para pagamento do débito e justificativa escoar, justificando fora do prazo legal que em razão de que o valor exequível compreende somente a filha, pois seu filho completou a maioridade e mora atualmente com o Executado. Em que pese a justificava do Executado, esta via eleita não é a adequada para se discutir o mérito pretendido, que deverá ocorrer em ação própria. Assim, verificada a existência do débito e a ausência do adimplemento, se perfaz a segregação civil do devedor de alimentos. Confira-se: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. NÃO CARACTERIZAÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. INADIMPLÊNCIA. BINÔMIO POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE E NECESSIDADE DO ALIMENTADO. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. AUSÊNCIA. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE POR MEIO DO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DAS TRÊS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO E DAS VINCENDAS NO CURSO DO PROCESSO. PRISÃO CIVIL. POSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA. (...) 2. "O habeas corpus não é a via adequada para o exame aprofundado de provas a fim de averiguar a condição econômica do devedor, a necessidade do credor e o eventual excesso do valor dos alimentos" (RHC n. 38.232/SP, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 26/11/2013). 3. "O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos" (Súmula n. 358/STJ). 4. "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo" (Súmula n. 309/STJ). 5. Agravo interno desprovido.(STJ - AgInt no HC: 473985 PE 2018/0269640-1, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 25/06/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/08/2019) Ante o exposto, com fulcro no artigo 528, § 3º e 7º do NCPC, decreto a prisão civil de CLÉBIO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA pelo prazo de 30 (trinta) dias. Expeça-se o competente mandado de prisão junto ao BNMP. 2.0, incluindo em seu bojo o último valor atualizado do débito e a conta para pagamento, caso presente nos autos. Se nesta comarca, encaminhe-o ao Oficial de Justiça para cumprimento no endereço do executado, caso noutra, oficie-se à Delegacia de Polícia Civil da circunscrição do seu último domicílio, remetendo-lhes cópia do mandado de prisão civil expedido, solicitando o seu devido cumprimento. Em caso de pagamento do débito ou depois do decurso do prazo da prisão, que o executado seja posto imediatamente em liberdade. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Fabio Alves Cardoso Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000676-02.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
ELANIO POSSIDONIO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERIO RODRIGUES DE CASTRO OAB - SP348669 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000676-02.2019.8.11.0092. AUTOR(A): ELANIO POSSIDONIO DOS SANTOS RÉU: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO ELANIO POSSIDONIO DOS SANTOS ajuizou AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO em face de BV FINANCEIRA S/A alegando que em 21/09/2017 emitiu a Cédula de Crédito Bancária nº 401062461 para financiamento do valor de R$ 25.201,74, a ser pago em 36 parcelas mensais no valor de R$ 956,00 cada. Alegou a existência de cobrança indevida de capitalização mensal de juros, além da incidência de juros remuneratórios, moratórios, comissão de permanência de forma abusiva, alegando ainda cobrança abusiva de taxas contratuais. Não apresentou de forma clara o valor que entende como parcela incontroversa da dívida. Requereu a antecipação de tutela, a aplicação do CDC e a revisão do contrato, com o afastamento da mora, bem como a manutenção do autor na posse do veículo. É o relatório. DECIDO. Verifico que a pretensão se amolda ao conceito de tutela de urgência, sendo esta uma das modalidades da tutela provisória prevista no artigo 294 e seguintes do Código de Processo Civil. As tutelas provisórias (de urgência e de evidência), vieram sedimentar a teoria das tutelas diferenciadas, que rompeu com o modelo neutro e único de processo ordinário de cognição plena. São provisórias porque as possibilidades de cognição do processo ainda não se esgotaram, o que apenas ocorrerá no provimento definitivo. Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no artigo 300 do CPC, sendo eles: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Fixadas tais premissas, cumpre reconhecer que, in casu, as assertivas lançadas pelo autor, não se revestem de intensidade e força necessárias, para, mesmo em mera cognição sumária, convencer da probabilidade do direito acerca dos fundamentos invocados, esclareço que por ocasião do Julgamento dos Recursos Especiais Repetitivos – REsp nº 1.061.530/RS (Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009), e REsp 973.827/RS (Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012), o Superior Tribunal de Justiça pacificou os temas questionados na presente demanda, lançando as respectivas orientações, conforme ementas a seguir transcritas: REsp nº 1.061.530/RS: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada (art. 51, §1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 2 - CONFIGURAÇÃO DA MORA a) O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios e capitalização) descaracteriza a mora; b) Não descaracteriza a mora o ajuizamento isolado de ação revisional, nem mesmo quando o reconhecimento de abusividade incidir sobre os encargos inerentes ao período de inadimplência contratual. ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês. ORIENTAÇÃO 4 - INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes, requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom

direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme o prudente arbítrio do juiz; b) A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. ORIENTAÇÃO 5 - DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO É vedado aos juízes de primeiro e segundo graus de jurisdição julgar, com fundamento no art. 51 do CDC, sem pedido expresso, a abusividade de cláusulas nos contratos bancários. REsp 973.827/RS: CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO. (...) 3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". 4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios. 5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas. (...) Assim, diante da interpretação da matéria de direito oriunda da instância uniformizadora, INDEFIRO o pedido liminar, sem prejuízo de reanalise do mesmo, após a instrução processual. Nos termos do artigo 334 e parágrafos do Código de Processo Civil e do Provimento nº 09/2016 do Conselho da Magistratura, determino a remessa deste feito ao Centro de Conciliação e Mediação. CITE-SE e INTIME-SE a parte ré para que compareça à audiência acompanhada de advogado ou defensor público, consignando que o termo inicial para apresentação da contestação observará o disposto no artigo 335 do CPC. Consigne ainda que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, nos termos do artigo art. 344 do CPC. INTIME-SE a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que comparecera à audiência, nos termos do artigo 334, §§ 3º e 9º do CPC. Caso seus interesses sejam defendidos pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, intime-a pessoalmente. ADVIRTA-SE as partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação/mediação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, conforme prevê o § 8º do artigo 334 do CPC. ALTO TAQUARI, 12 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000547-94.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO MARRONI VIEIRA DE FARIA OAB - MS16829 (ADVOGADO(A))
MARCELO MARRONI VIEIRA DE FARIA OAB - MS9070 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE UILSON CARVALHO DIAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000547-94.2019.8.11.0092. REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: JOSE UILSON CARVALHO DIAS Diante da inércia da parte exequente, conforme certidão I.D 24363509, devolva-se a presente carta precatória. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000789-53.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO RODRIGO FAOTTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO MANOEL VIEIRA OAB - RS59375 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELI MODESTO FRANCO (ESPÓLIO)
Outros Interessados:
MAXIMO JOSÉ DE CARVALHO (TERCEIRO INTERESSADO)
ROSANI FRANCO DO PRADO (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000789-53.2019.8.11.0092. REQUERENTE: MARCIO RODRIGO FAOTTO ESPÓLIO: CELI MODESTO FRANCO Diante da inércia da parte exequente - I.D 27363499, devolva-se a presente carta precatória. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000901-22.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
DJALMA APARECIDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000901-22.2019.8.11.0092. AUTOR(A): DJALMA APARECIDO DA SILVA RÉU: LUIZACRED S.A. SOCIEDADE DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Pedido de Indenização por Danos Morais e Tutela de Urgência proposta por Djalma Aparecido da Silva em face de LUIZACRED S.A – SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, ambos devidamente qualificados. Aduz que ao tentar utilizar o crédito que possui no comercio local, foi alertado de que havia uma restrição em seu nome junto ao SPC-SERASA, realizada pela empresa requerida, em face de um suposto débito no valor de R$3.830,49. Alega, contudo, que não realizou nenhuma compra perante esse estabelecimento comercial. Informa que procurou, primeiramente, entrar em contato com a empresa requerida por várias vezes, por meio de e-mails, e como não foi solucionado o problema em questão, procurou o PROCON, onde foi informado pela funcionária da empresa requerida que há um cartão de crédito emitido pela loja vinculado ao CPF do consumidor em outubro de 2018 em nome do requerente. Na ocasião ainda lhe foi informado que o débito atualizado já se encontra no valor de R$7.364,68. Por fim, foi lhe encaminhado uma fatura para o pagamento do referido débito. O requerente destaca ainda que o endereço constante na fatura pendente está localizado na cidade Náutica, São Vicente-SP, lugar onde o requerente nunca teria residido. Assim, aduz estar sofrendo por uma suposta fraude. Requer em sede de tutela antecipada que a Requerida retire seus dados dos órgãos de proteção ao crédito com base na cobrança discutida nestes autos, eis que não reconhece o débito cobrado. É o sucinto relato. DECIDO. I – Da Inversão do Ônus da Prova Por estar caracterizada a relação de consumo nos presentes autos, ensejando consequentemente a hipossuficiência probatória do Promovente, pois é o Promovido que poderá comprovar se existe o débito ora alegado, bem como trazer aos autos demais documentações hábeis a tal constatação, DECRETO a inversão do ônus da prova em favor da promovente, nos moldes do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. II – Da Tutela de Urgência Como se sabe para a concessão da tutela de urgência deve ocorrer os dois requisitos legais, quais sejam: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. (Art. 300, NCPC). Ressalto que em se tratando de relação de consumo, e havendo discussão acerca do negócio celebrado entre as partes, é prudente a suspensão da restrição até o julgamento da causa. Analisando o caso em tela, ao menos em sede de cognição sumária, verifico a presença do fumus boni iuris, pois o requerente comprova estar com o seu nome inscrito no órgão de restrição ao crédito, conforme extrato do SPC-SCPC anexo à inicial, bem como demonstra que está sendo cobrado de um débito de R$ R$7.364,68, referente a uma fatura de cartão de crédito sob o número final 7926 perante a empresa requerida, emitido e vinculado ao CPF do consumidor, ora requerente. De outro porte, o periculum in mora está presente, uma vez que a negativação imposta em

restrição ao crédito, por consequência, pode ensejar dano de difícil reparação, já que a idoneidade do requerente resta prejudicada. Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA para determinar que a requerida retire o CPF do requerente dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), consignada a ressalva de que a ordem se refere exclusivamente ao débito discutido nesta ação. Nos termos do artigo 334 e parágrafos do Código de Processo Civil/2015 e do Provimento nº. 09/2016 do Conselho da Magistratura deste Estado, determino a remessa deste feito ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC desta Comarca, conforme Portaria nº. 009/2014 – NPMCSC-PRES, para designação de sessão de conciliação/mediação, presidida por conciliador/mediador devidamente capacitado e cadastrado no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. Cite-se e intime-se a parte ré para que compareça à audiência acompanhada de advogado ou defensor público, consignando que o termo inicial para apresentação da contestação observará o disposto no artigo 335 do NCPC. Consigne ainda que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, nos termos do artigo art. 344 do NCPC. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que compareceram à audiência, nos termos do artigo 334, §§ 3º e 9º do NCPC. Caso seus interesses sejam defendidos pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, intime-a pessoalmente. Saliento que o não comparecimento injustificado das partes à audiência de conciliação/mediação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, conforme prevê o § 8º do artigo 334 do NCPC. Por estar caracterizada a relação de consumo e a hipossuficiência da parte autora frente à parte ré, decreto a inversão do ônus da prova, nos moldes do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. DEFIRO o pedido de assistência judiciária, conforme art. 4º da Lei 1.060/50. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010170-61.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO FERREIRA DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT24727/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1010170-61.2019.8.11.0003. AUTOR(A): ANTONIO FERREIRA DA CRUZ RÉU: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Nos termos do artigo 334 e parágrafos do Código de Processo Civil e do Provimento nº 09/2016 do Conselho da Magistratura, determino a remessa deste feito ao Centro de Conciliação e Mediação. CITE-SE e INTIME-SE a parte ré para que compareça à audiência acompanhada de advogado ou defensor público, consignando que o termo inicial para apresentação da contestação observará o disposto no artigo 335 do CPC. Consigne ainda que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora, nos termos do artigo art. 344 do CPC. INTIME-SE a parte autora, na pessoa de seu advogado, para que comparecera à audiência, nos termos do artigo 334, §§ 3º e 9º do CPC. Caso seus interesses sejam defendidos pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, intime-a pessoalmente. ADVIRTA-SE as partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação/mediação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado, conforme prevê o § 8º do artigo 334 do CPC. Defiro a parte autora os benefícios da justiça gratuita. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000896-97.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MURILLO PEREIRA FALEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NU PAGAMENTOS S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000896-97.2019.8.11.0092. AUTOR(A): MURILLO PEREIRA FALEIRO RÉU: NU PAGAMENTOS S.A. Analisando os autos verifico que o pedido foi endereçado ao Juizado Especial, porém foi distribuído equivocadamente para este juízo. Assim, determino a sua redistribuição perante o Juizado Especial desta Comarca, ficando mantida na íntegra a decisão proferida inicialmente. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000638-87.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADAO RODRIGUES BARBOSA (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000638-87.2019.8.11.0092. AUTOR(A): MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO RÉU: ADAO RODRIGUES BARBOSA Trata-se de Ação de Improbidade Administrativa na qual se pleiteia, em tutela de urgência, a decretação da indisponibilidade de bens do indiciado para garantia do resultado da demanda. Com relação ao pedido de bloqueio de numerário, em uma interpretação puramente literal, extraio que a norma em análise exige para a concessão da indisponibilidade de bens os requisitos do “fumus boni iuris” e do “periculum in mora”, pois equipara o procedimento àquele previsto nas cautelares do Código de Processo Civil. Entretanto, ao interpretar sistematicamente os dispositivos constitucionais e legais que tratam do assunto, o Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Repetitivo, decidiu que a medida cautelar de indisponibilidade de bens não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o “periculum in mora” encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, fundamentadamente, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa. Confira: “PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA PELA COLENDA PRIMEIRA SEÇÃO. 1. Tratam os autos de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o ora recorrido, em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992). 2. Em questão está a exegese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 e a possibilidade de o juízo decretar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário. (...) 5. Portanto, a medida cautelar em exame, própria das ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o periculum in mora encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, fundamentadamente, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa. (...) 7. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução n. 8/2008/STJ. (REsp 1366721/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 19/09/2014)” Logo, para o deferimento da tutela de urgência de indisponibilidade basta a análise do fumus boni iuris. Pois bem, em análise dos documentos juntados na inicial, verifico que há fortes suspeitas de que o indiciado praticou ato de improbidade administrativa ao se ausentar do serviço de forma habitual

sem autorização de seu superior hierárquico. ANTE O EXPOSTO, defiro a tutela de urgência para decretar a indisponibilidade de bens do indiciado até o limite de R$ 75.000,00. Considerando o montante do valor a ser garantido, determino desde já a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis local, para efetivação da indisponibilidade. Em caso de insuficiência de bens, retornem conclusos para busca no sistema RENAJUD. Cumprida a liminar, NOTIFIQUE-SE o indiciado para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentação e justificações. Ciência ao Ministério Público. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1000765-25.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
ONEIR RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO APARECIDO SILVA MARCHI OAB - SP375617 (ADVOGADO(A))
PAULO HENRIQUE ZUANETTI OAB - SP375771 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000765-25.2019.8.11.0092. REQUERENTE: ONEIR RODRIGUES DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA CITE-SE o réu dos termos da ação, bem como intime-o para, querendo, apresentar contestação e juntar as cópias de todos os aditivos, “SLIPS” e extratos referentes às relações contratuais especificadas na inicial, no prazo de 15 (quinze) dias. Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000571-25.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
DAIELLY KRISTINNE SOUZA CAPOCI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTHONIELE MOREIRA MELO OAB - SP420319 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDER LUCAS MARTINS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Roadam Jhonei de Paula Leal OAB - MT0014398A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI SENTENÇA Processo: 1000571-25.2019.8.11.0092. REQUERENTE: DAIELLY KRISTINNE SOUZA CAPOCI REQUERIDO: EDER LUCAS MARTINS HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes, para que produzam seus efeitos legais, ficando resolvido o mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Considerando-se a ausência de interesse das partes em recorrer, certifique-se o trânsito em julgado. Condeno os autores nas custas e honorários, ficando sua exigibilidade suspensa por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. P.I. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000647-49.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
D M P PNEUS E ACESSORIOS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Roadam Jhonei de Paula Leal OAB - MT0014398A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYKON WILLIAN LAURENTINO RIBEIRO (RÉU)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ALTO TAQUARI SENTENÇA Processo: 1000647-49.2019.8.11.0092. AUTOR(A): D M P PNEUS E ACESSORIOS LTDA RÉU: MAYKON WILLIAN LAURENTINO RIBEIRO HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado entre as partes, para que produzam seus efeitos legais, ficando resolvido o mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Considerando-se a ausência de interesse das partes em recorrer, certifique-se o trânsito em julgado. Custas já recolhidas. P.I. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000169-41.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA OLIVEIRA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, S/N, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA Certifico que serve a presente certidão para fins de intimar a parte autora e seu advogado para comparecerem à Audiência de Conciliação designada para o dia 25.04.2019, às 13 horas (horário de Cuiabá - MT), que se realizará nesta Comarca de Alto Taquari no endereço constante no cabeçalho. ADVERTÊNCIA: O não comparecimento do autor a qualquer das audiências do processo implica na extinção do feito, sem julgamento de mérito, conforme redação prevista no artigo 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, sendo o autor condenado ao pagamento das custas processuais. Alto Taquari - MT, 27 de março de 2019. Mariângela Ferreira Cerantes Gestora Judiciário do Juizado Especial Portaria n.º 08/2018-DF

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000896-97.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MURILLO PEREIRA FALEIRO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIGMAR MACEIO OAB - MT0016463A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NU PAGAMENTOS S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ALTO TAQUARI JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI Rua Altino Pereira de Souza, n. 575, Praça dos Três Poderes, ALTO TAQUARI - MT - CEP: 78785-000 CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA Certifico que serve a presente certidão para fins de intimar a parte autora e seu advogado acerca da r. decisão constante no ID 27359318, a qual deferiu a medida liminar pleiteada, bem como para comparecerem à Audiência de Conciliação designada para o dia 30.01.2020, às 13h30 (horário de Cuiabá - MT), que se realizará nesta Comarca de Alto Taquari no endereço constante no cabeçalho. ADVERTÊNCIA: O não comparecimento do autor a qualquer das audiências do processo implica na extinção do feito, sem julgamento de mérito, conforme redação prevista no artigo 51, inciso I, da Lei n. 9.099/95, sendo o autor condenado ao pagamento das custas processuais. Alto Taquari - MT, 13 de dezembro de 2019. Mariângela Ferreira Cerantes Gestora Judiciário do Juizado Especial Portaria n.º 08/2018-DF

Decisão

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000715-96.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
SILVA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS BRAGA MARIN OAB - MT0016300A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARINE PEREIRA ROSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000715-96.2019.8.11.0092. REQUERENTE: SILVA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME REQUERIDO: CARINE PEREIRA ROSA Diante da manifestação de I.D 27358566, cancelo a audiência designada e considerando-se o caráter itinerante da missiva, determino a sua remessa para a Comarca de Tesouro/MT. ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000169-41.2019.8.11.0092
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA OLIVEIRA BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO ALVES CARDOSO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO TAQUARI DECISÃO Processo: 1000169-41.2019.8.11.0092. REQUERENTE: MARIANA OLIVEIRA BARBOSA REQUERIDO: VIVO S.A. Intime-se as partes do retorno dos autos para, querendo, requerer o que de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Diante da inércia, certifique-se o decurso do prazo e arquive-se os autos com as anotações e baixas necessárias ALTO TAQUARI, 13 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Comarca de Apiacás

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53380 Nr: 1632-30.2017.811.0084
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CDSDS, KPLdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): RLDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI - OAB:4931
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos de Legislação Processual vigente e Port. 15/2014, impulsiono os presentes autos para proceder a intimação da parte requerente, haja vista juntada de manifestação do MP, Ref: 70, para requerer o que entender de direito.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 60598 Nr: 1681-03.2019.811.0084
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Anderson Torquato Neves, Adeir Ferreira da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE BRUNO MAGALHAES - OAB:16147, Jose Bruno Magalhaes - OAB:MT0016147O, MARCILENE MARTINS ALVAREZ - OAB:27303/O
Autos: 1681-03.2019.811.0084
Código: 60598
Vistos.
Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva, razão pela qual, mantenho a prisão do acusado por estes e pelos fundamentos da decisão anterior, sem prejuízo, de reanalise da permanência dos pressupostos, oportunamente.
Em prosseguimento e, Analisados os argumentos defensivos expostos na resposta acusação, verifico ausentes as hipóteses do artigo 397 do CPP.
Assim, em prosseguimento ao feito, DESIGNO AUDIÊNCIA DE INTERROGATÓRIO E INSTRUÇÃO, para o dia 30/01/2020, às 14:00 HORAS.
Intime-se pessoalmente os réus para ciência da designação do ato, a vítima e as testemunhas residentes nesta Comarca, devendo ser expedido carta precatória quanto as testemunhas residentes fora desta Comarca.
Considerando que o denunciado Anderson encontra-se preso preventivamente na Comarca de Sinop-MT e o denunciado Adeir no Centro de detenção provisório de Juína, conforme certidão de ref. 42, sendo que ambas penitenciárias contam atualmente com uma sala equipada com câmera para captação de vídeo e ramal telefônico exclusivos para que o acusado possa entrevistar-se reservadamente com seu Advogado/Defensor Público e também para que ele possa participar da audiência, mercê do art. 1.404 da CNGC, considerando ainda as dificuldades de escoltas de réus presos, pois, como é cediço as penitenciarias estão localizadas a mais de 400 km desta comarca, além da escassez de recursos materiais e humanos, afim de atender aos anseios da lei, da economicidade e da razoável duração do processo, a solenidade será realizada por videoconferência.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 48753 Nr: 759-98.2015.811.0084
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AB, VFA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Eduardo Martins Jacob Filho - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jairo César da Silva - OAB:12249/MT, Valentin Peron - OAB:7524/MT
Autos: 759-98.2015.811.0084
Código: 48753
Vistos.
Considerando que a testemunha Emile Luane de Souza Belasque não foi encontrada no endereço constante nos autos para intimação e, tendo em vista a manifestação do ministério público em sede de audiência de instrução realizada em 06/11/2019, na qual restou consignado a desistência da oitiva da mesma em caso de diligência negativa. Assim, homologo a desistência de sua oitiva, cancelo a audiencia e determino que, abra-se vistas as partes para apresentarem memoriais finais no prazo legal, conforme deliberado na audiência.
Cumpra-se.
Às providências.
Apiacás/MT, 11 de dezembro de 2019.
Tibério de Lucena Batista
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 48737 Nr: 743-47.2015.811.0084
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdSM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE BRUNO MAGALHAES - OAB:16147
"Vistos. Declaro encerrada a instrução. Abra-se vistas às partes para apresentarem memoriais finais no prazo legal. Cumpra-se."

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 32270 Nr: 1344-05.2005.811.0084
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Odila Aparecida Quadros Muller
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Rodrigues Crispim de Oliveira, Luciana Aparecida de Amorim Oliveira, Orlando Ribeiro Junior, O Estado do Paraná
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Yara Aparecida Corrêa Reali - OAB:7587-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Samuel de Campos Widal Filho - OAB:7197-B/MT
Autos: 1344-05.2005.811.0084 Código: 32270 Vistos. Indefiro o pedido de

fls. 321/322, uma vez que, embora a ação, quando da sua propositura, objetivava a anulação dos registros fraudulentos das matriculas R1/0525 e R1/ 0526 e, em que pese contar nos autos acordo firmado entre as partes, no qual os requeridos reconheceram a falsidade da procuração supostamente outorgada pela autora e seu falecido e, portanto, da escritura lavrada com base nela, concordando com o cancelamento dos registros R-1 à margem das matrículas 0525 e 0526, retornando à propriedade da autora (fls 245/249), certo é que a presente ação fora julgada extinta por desistência da ação, conforme sentença de homologação de fls. 289. Ademais, a sentença transitou em julgado em 04/07/2013, conforme certidão de fls. 294. Portanto, formada a coisa julgada (art. 502 do CPC) não há como acolher o pedido de envio de oficio ao cartório para o fim de anular os registros, ainda mais que, não houve a homologação do acordo firmado entre as partes, devendo, pois, os requerentes da petição de 322, procurar os meios adequados. Ante a impossibilidade de se acolher o pedido doa requerente, retorne-se os autos ao arquivo. Cumpra-se. Às providências. Apiacás-MT, 12 de dezembro de 2019. Tibério de Lucena Batista Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 33065 Nr: 688-14.2006.811.0084
AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Patrocinio Marques de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gregório de Tal, Ivonete Maria Gonçalves, Baianinho, Vulgo Martins
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALENTIN PERON - OAB:7524
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI - OAB:4931
Autos nº: 688-14.2006.811.0084
Código: 33065
Vistos.
Tendo em vista o pedido apresentado pelo requerente à fls. 161/162, intimem-se a parte requerida através de seu patrono, para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Apiacás-MT, 12 de dezembro de 2019.
Tibério de Lucena Batista
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 34310 Nr: 844-65.2007.811.0084
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leonardo Batista da Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luciana Palmieri Ferreira Correa da Costa - OAB:8064/MT, Rodolfo Correa da Costa Junior - OAB:7.445/MT
Autos: 844-65.2007.811.0084 Código: 34310 Vistos. Em que pese as alegações do Ministério Público, entendo que para a melhor convicção sobre se houve ou não o crime ambiental descrito na inicial, é necessária a realização de perícia técnica na área, com o fim de comprovar a quantidade da área que foi desmatada e, se essa área estava fora do permitido para o bioma da região. Portanto, posto o acima relatado, entendo necessária a realização de perícia técnica na área em que supostamente foi violada ambientalmente, razão pela qual NOMEIO para realização da perícia o Engenheiro Agrônomo Vinícius Oliveira Kaiser, podendo ser localizado na Rua Las Vegas, n° 382, Jardim Califórnia, comarca de Cuiabá/MT (e-mail kaiseragr@gmail.com), telefone (065) 9 9935-6221. Intime-se o perito nomeado, para caso aceite a designação, formular a proposta de honorários, apresentar currículo, com comprovação de especialização e contatos profissionais, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 465, § 2°, do Código de Processo Civil. Com a vinda da proposta de honorários, por parte do perito INTIME-SE o demandado para, no prazo de dez (10) dias, depositar o valor dos honorários do perito, eis que o pedido de perícia adveio da parte requerida. Desde já, fixo prazo de 20 (vinte) dias para que o perito nomeado, por simples comunicação nos autos, indique dia e hora de realização da perícia, bem como prazo de 30 (trinta) dias após a perícia para confecção e consequente entrega do laudo pericial, bem como pelos assistentes técnicos, nos moldes do art. 466, § 2°, do Código de Processo Civil. Por sua vez, intimem-se as partes para adoção das medidas dispostas no art. 465, § 1°, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo dos quesitos a serem apresentados pelas partes, apresento por ocasião desta, o quesito desde Juízo a ser também respondido pelo perito, a teor do art. 470, II, do "Codex" Processual Civil: 1. Se houve ou não degradação ambiental na área? 2. Se sim, essa degradação foi dentro dos limites legais para o bioma em que a área está localizada?

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 35758 Nr: 13-12.2010.811.0084
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonio Francisco de Lima
PARTE(S) REQUERIDA(S): Darci Ribeiro Franco, José Pinheiro, Antonio Cortez Franco
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edésio Martins da Silva - OAB:9.254/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo: 13-12.2010.811.0084
Código: 35758
Vistos.
Trata-se de ação de usucapião extraordinária proposta por Antônio Francisco Lima representado por Ênio Marques Carvalho em face de Darci Ribeiro Franco, José Pinheiro e Antônio Cortez Franco.
Compulsando os autos, verifico que não há informações quanto as citações dos confinantes, bem como a manifestação da fazenda pública municipal. Assim, determino à secretaria da vara que certifique se houve a citação dos confinantes, bem como se houve a intimação da fazenda municipal.
Às providencias.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Apiacás-MT, 12 de dezembro de 2019.
Tibério de Lucena Batista
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 45351 Nr: 61-63.2013.811.0084
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: O Município de Apiacás
PARTE(S) REQUERIDA(S): Romatre Construtora Ltda, Edilson Alves Dourado
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hugo Leon Silveira - OAB:MT/16671-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA MARIA HOISSA BENTO - OAB:21965/O
Autos: 61-63.2013.811.0084 Código: 45351. Vistos. Trata-se de Ação Indenizatória, proposta pelo Município de Apiacás - MT, em face de Romatre Construtora LTDA, objetivando, em síntese, a indenização por dano material e dano moral coletivo. Nos termos do art. 178, I do código de processo civil, remeta-se os autos ao ministério público para manifestação. Após, volte-me concluso para manifestação. Às providencias. Apiacás/MT, 12 de dezembro de 2019. Tibério de Lucena Batista Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 46449 Nr: 113-25.2014.811.0084
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aires Alves Correia
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adriano Augusto da Silva -

OAB:15993-0/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº: 113-25.2014.811.0084
Código: 46449
Vistos.
Considerando que a decisão que deferiu a assistência judiciária gratuita foi tornada sem efeito em sede de julgamento de julgamento de recurso de apelação (fls. 128/131), bem como invertido o ônus de sucumbência, indefiro o pedido de concessão de gratuidade de justiça ante o transito em julgado da decisão.
Assim, determino o envio dos autos à central de arrecadação para que providencie o cálculos das custas, bem como a intimação do devedor para pagamento, sob pena de inscrição em dívida ativa nos termos do disposto na CNGC.
Após, arquive-se os autos com as baixas de estilo.
Às providências.
Apiacás/MT, 12 de dezembro de 2019.
Tibério de Lucena Batista
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Tibério de Lucena Batista
Cod. Proc.: 47282 Nr: 799-17.2014.811.0084
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASDAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): AADS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA MARIA FERNANDES DE ANDRADE VINCENZI - OAB:4931
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE BRUNO MAGALHAES - OAB:16147
Ante o exposto, satisfeitas as exigências legais pertinentes à espécie, provada a falta de capacidade plena do requerido, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, para:a) DECRETAR a interdição parcial de Alex Adelino de Siqueira, brasileiro, solteiro, filho de Hercilio Pereira de Siqueira e Aldirene Souza de Andrade Siqueira, sem profissão definida, Certidão de Nascimento assento n.º 686, lavrado à fl. 172-, do Livro n.º a 001, do Cartório do Registro Civil e Tabelionato da comarca de Apiacás/MT, residente na cidade de Apiacás/MT;b) DECLARÁ-LO sem capacidade plena de exprimir sua vontade, em razão de causas transitórias ou permanentes. Assim, NOMEIO-LHE curadora sua genitora, senhora Aldirene Souza de Andrade Siqueira, qualificada no feito. Considerando a gravidade da deficiência, não poderá praticar todos os demais atos da vida civil, não se descartando a aplicação de tomada de decisão apoiada, se necessário, a critério do juízo, nos termos do art. 84, § 2º, do EPD, consignando que poderá o interditado exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária previsto no art. 6°, inciso V do EPD.Intime-se a curadora para prestar compromisso definitivo no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 759 do Código de Processo Civil.Em obediência ao disposto no art. 107 da LRP, do art. 755 do citado digesto adjetivo e no art. 9º, inciso III, do Código Civil, registre-se a presente sentença no cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca e publique-a na rede mundial de computadores, no sítio do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, se tiver, uma vez, e na imprensa oficial (Diário da Justiça Eletrônico - DJe), por 03 vezes, com intervalo de 10 (dez) dias entre uma e outra publicação. Deverá constar no edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela, eis que não se trata de interdição total.

Comarca de Araputanga

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1000900-05.2019.8.11.0038
Parte(s) Polo Ativo:
J. D. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALICE BERNADETE PARRA MERINO OAB - MT0012669A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ARAPUTANGA VARA ÚNICA RUA CASTELO BRANCO, S/N, CENTRO, ARAPUTANGA - MT - CEP: 78260-000 Processo n. 1000900-05.2019.8.11.0038 REQUERENTE: JOSE DIAS DA SILVA Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA – ALVARÁ JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO – NCPC, art. 719 e ss. c/c art. 666 e Lei n. 6.858/80 – em que a parte interessada JOSÉ DIAS DA SILVA e OUTROS pugnam, entre pedidos outros, pela concessão da assistência judiciária gratuita e para que lhe(s) seja autorizado o levantamento de eventuais valores existentes em conta bancária, que afirma existente em nome do de cujus MARIA SOARES DA SILVA NUNES, contudo a parte analfabeta, por não ter firma/assinatura para que demonstre a efetiva outorga de poderes, tem a validade do mandato judicial condicionada à existência de instrumento público - CC/2002, art. 654 – ou assinatura a rogo subscrita por 2 (duas) testemunhas, pois há precedente do CNJ que permite esteja assinado a rogo e subscrito por 2 (duas) testemunhas - CC/2002, art. 595 -, sob o fundamento de que se o contrato de prestação de serviços firmado por pessoa analfabeta é válido e eficaz quando assinado a rogo e subscrito por 2 (duas) duas testemunhas, a fortiori uma procuração para atuação em processo judicial – CNJ - PCA n. 2009.10.00.001464-1 / Numeração Única: 0001464-74.2009.2.00.0000 - Relator: Conselheiro LEOMAR BARROS AMORIM - Publicado no DJ Eletrônico n. 62/2010 em 8/4/2010. Pag. 8-21 - Certidões Consolidadas 102ª Sessão Ordinária. Não bastasse isso, fora deferida a tutela provisória de urgência liminar antecipada em ação que objetiva a interdição de MARINALVA SOARES A SILVA e, diante disso, nomeado curador provisório em seu favor, quem representa/assiste a interditanda e deve firmar/assinar o instrumento de mandato – processo n. 3244-10.2018.811.0038 (104028). Igualmente, não localizei a informação/demonstração sobre a existência ou não de dependentes habilitados perante a Previdência Social, cuja legitimidade ativa pressupõe a dos sucessores previstos na lei civil. No direito processual civil brasileiro pedido de alvará judicial é cabível quando o interessado necessitar que o magistrado intervenha em uma situação, eminentemente privada, com escopo de autorizar a prática de um ato, sendo os casos mais comuns os previstos na Lei n. 6.858/80, de levantamento dos valores devidos pelos empregadores aos empregados, dos montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS e do Fundo de Participação PIS-PASEP – art. 1º e §§ -, às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional – art. 2º, sendo que os previstos nessa Lei que dispõe sobre o pagamento, aos dependentes ou sucessores, de valores não recebidos em vida pelos respectivos titulares, “serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento” e estes do art. 2º Isso posto e por verificar que a petição inicial não preenche os requisitos do NCPC, arts. 319, VI e 320, porque deve ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, apresentando defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, DETERMINO a intimação da parte requerente, através de seu(s) advogado(s)/defensor público, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE/CORRIJA a petição inicial e traga a ausente procuração por instrumento público ou a assinatura a rogo subscrita por 2 (duas) testemunhas, necessário para o caso de pessoa analfabeta, bem como demonstração sobre a existência ou não de dependentes habilitados perante a Previdência Social, sob pena de indeferimento e extinção – CPC, art. 284, caput e parágrafo único c/c CPC, art. 295, VI c/c CPC, art. 267, I/NCPC, art. 321, caput e parágrafo único c/c NCPC, art. 330, IV c/c NCPC, art. 485, I. Decorrido o prazo in albis, certifique e me volte concluso para sentença. Diversamente, para análise e eventual prosseguimento. Cumpra. Às providências. Araputanga-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Renato J. de A. C. Filho Juiz de Direito

Comarca de Arenápolis

Diretoria do Fórum

Edital

O Edital de Ciência de Eliminação de Autos da Secretaria da Vara Única n. 32/2019 completo encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-31 ARRESTO
Processo Número: 1000505-49.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
VALQUIDES ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON VIEIRA NOIA JUNIOR OAB - MT0018529A (ADVOGADO(A))
FABRICIO SCHABAT MENSCH OAB - MT25550/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PABLO MAGNO DE PAULA GOMES (REQUERIDO)

Tendo-se em vista o contido na certidão da Gestora da Central de Mandados (ID n.º 27331369), impulsiono os autos INTIMANDO-SE a parte autora, via DJE/MT, através de seu(s) advogado(a) legalmente constituído(s), para que no prazo de 05 (cinco) dias comprove o pertinente recolhimento da diligência ao Sr. Oficial de Justiça e/ou manifeste-se requerendo o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000741-98.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARINES RAMALHO BARBOSA HOFFMANN (REQUERIDO)

IMPULSIONO os autos a fim de intimar a parte autora, via DJE/MT, por meio de seu procurador legalmente constituído, para, querendo, manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, bem como quanto ao pedido de complementação de diligência (ID n.º 27403577).

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 15262 Nr: 364-67.2007.811.0026
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Estado de Mato Grosso, rep. pelo Procurador Geral do Estado-PGE, Eluzia Maria Benoci
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eluzia Maria Benoci ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:, Flávia Beatriz C. da Costa de S. Soares - OAB:S. Procuradora
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elias Bernardo Souza - OAB:
VISTOS.
Defiro o pedido de fl. 47, proceda-se com o necessário.
Cumpra-se.
Arenápolis/MT, 11 de dezembro de 2019.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 45070 Nr: 954-97.2014.811.0026
AÇÃO: Exibição de Documento ou Coisa->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonia Rosalina Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco Itaucard S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS FREDERICK SILVA INOZ DE ALMEIDA - OAB:7.355-A/MT, FÁBIO MOREIRA PEREIRA - OAB:9405/MT, Kalynca Silva Ines de Almeida - OAB:15598
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:13116
Vistos,
INTIMEM-SE as partes sobre o retorno dos autos a este Juízo, a fim de que adotem as medidas que entenderem adequadas, no prazo legal.
Após, tornem-me conclusos.
Cumpra-se, às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82327 Nr: 3751-70.2019.811.0026
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: 2ª Vara Cível e Criminal de Diamantino, Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Altamir Silva Freire
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcos Wagner Santana Vaz - OAB:14783/MT
Intimo o defensor do réu da designação da data de 28 (VINTE E OITO) DE JANEIRO DE 2020, ÀS 17H30MIN para inquirição da(s) testemunha.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2924 Nr: 368-85.1999.811.0026
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eurípedes Oliveira Figueiredo, Gilberto Oliveira Figueiredo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIÚLA MULLER KOENIG - OAB:22.165-A, Fabiula Müller Koenig - OAB:22819/PR, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:17.980-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruna Aparecida da Silva - OAB:17.549 - MT, Max Antônio Ferreira - OAB:8060-B/MT
Intima-se o patrono do requerido da sentença de fl. 201 - verso.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 82415 Nr: 3792-37.2019.811.0026
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Delegacia de Policia Judiciária Civil de Arenápolis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luan Douglas de Oliveira Silva/Luan Douglas de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TAIRONE SELIN DE MORAES - OAB:25.992/MT
Vistos.
Considernado o adiantado da hora e o atraso das audiências na Comarca de Nortelândia, na qual respondo cumulativamente, resta prejudicada a realização da audiência de custódia nesta data, motivo pelo qual, sem prejuízos, REDESIGNO a presente audiência para o DIA 13 (TREZE) DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 15H00MIN.
Faço constar que o Ministério Público e a defesa técnica foram devidamente comunicados da necessidade de readequação da pauta.
De Nortelândia para Arenápolis, 12 de dezembro de 2019.
Victor Lima Pinto Coelho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 58921 Nr: 1696-20.2017.811.0026
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Delegacia de Policia Judiciária Civil de Santo Afonso -MT, Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Daniel Pereira da Silva, Bruno Antônio dos Santos Borgueti
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando de Cassio Mello - OAB:58.376/RS
Pela presente, nos termos do art. 152, VI, CPC, intimo o defensor constituído dos réus da redesginação da audiência anteriormente agendada para o DIA 07 (SETE) DE ABRIL DE 2020, ÀS 15H00MIN.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 66831 Nr: 972-79.2018.811.0026
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Delegacia de Policia Judiciária Civil de Arenápolis, Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): David Felipe de Souza Rodrigues, Genivaldo Hernandes Junior, LUAN RODRIGUES HONORATO DE ARAÚJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CASSIO VINICIUS FONSECA MEIRA - OAB:23680/O, EDSON FELIPE TONIASSO VEIGA - OAB:21473/O, SILVIO FERREIRA FREITAS - OAB:19920/O
Vistos.
Tendo em vista a ausência justificada da vítima Solange, REDESIGNO a presente solenidade para o DIA 21 (VINTE E UM) DE JANEIRO DE 2020, ÀS 17H45MIN.
Saem os presentes intimados.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 59128 Nr: 1836-54.2017.811.0026
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Andre Gustavo Pereira França
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rafael Sganzerla Durand - OAB:12208-A
VISTOS.
Havendo renitência do devedor em pagar ou garantir a dívida em discussão, e sobrevindo pedido expresso do credor de realização de penhora online, de dinheiro, respeitada a ordem de gradação fixada no art. 835, I do CPC, DEFIRO o pedido de bloqueio e constrição de valores/créditos pertencentes a executada, que se encontrem depositados/aplicados em instituições financeiras, via sistema BACENJUD, observando-se as normas esculpidas na CNGC para essa espécie de penhora judicial.
Após, intime-se o credor para manifestar no que entender de direito.
Providências necessárias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 59128 Nr: 1836-54.2017.811.0026
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Andre Gustavo Pereira França
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rafael Sganzerla Durand - OAB:12208-A
VISTOS.
Havendo renitência do devedor em pagar ou garantir a dívida em discussão, e sobrevindo pedido expresso do credor de realização de penhora online, de dinheiro, respeitada a ordem de gradação fixada no art. 835, I do CPC, DEFIRO o pedido de bloqueio e constrição de valores/créditos pertencentes a executada, que se encontrem depositados/aplicados em instituições financeiras, via sistema BACENJUD, observando-se as normas esculpidas na CNGC para essa espécie de penhora judicial.
Após, intime-se o credor para manifestar no que entender de direito.
Providências necessárias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 5015 Nr: 730-53.2000.811.0026
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ismael Luciano de Lima, Valdevir Luciano de Lima, BANCO DO BRASIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIAS BERNARDO SOUZA - OAB:3.898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elias Bernardo Souza - OAB:, FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:17.980-A
Impulsionam-se os presentes autos a fim de intimar os advogados constituídos pela parte requerida, para que, no prazo de 05 (cinco) dias se manifestem no que entender de direito em relação ao bloqueio efetivado via bacenjud, no valor de R$ 17.913,37 (dezessete mil, novecentos e treze reais e trinta e sete centavos), conforme consta nos autos.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1001125-61.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
R. A. B. S. (EXEQUENTE)
ALINE AMORIM CURADO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO SILVA ARAUJO OAB - MT13840-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROGACIANO OLIVEIRA SAMPAIO NETO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS Processo: 1001125-61.2019.8.11.0026. EXEQUENTE: RAFAEL AMORIM BEZERRA SAMPAIO, ALINE AMORIM CURADO EXECUTADO: ROGACIANO OLIVEIRA SAMPAIO NETO VISTOS. Processe-se em segredo de justiça conforme recomenda o artigo 189, inciso II, do Código de Processo Civil. Da análise da petição inicial verifico que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 do NCPC, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo diploma legal. Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 330 do NCPC, com fulcro no disposto no artigo 528 do mesmo codex, recebo a petição inicial. Cite-se o executado para que, em 3 (três) dias, pague o débito alimentar, referente os três últimos meses, justifique sua impossibilidade de fazê-lo ou comprove que já tenha efetuado o pagamento, sob pena de prisão civil até a integral quitação do débito, ou por até três meses, conforme disposto no artigo 528, §3º, do NCPC, podendo o Sr. Oficial de Justiça proceder nos termos do §2º do artigo 212 do CPC. No ato citatório deverão constar todas as advertências legais. Caso o devedor não promova o pagamento do débito, defiro, desde já, remessa aos órgãos de proteção ao crédito SPC e SERASA de certidão comprobatória da dívida objeto do presente processo. Defiro o benefício da justiça gratuita à requerente. Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001051-07.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRANILDO QUIRINO DO NASCIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARENÁPOLIS Processo: 1001051-07.2019.8.11.0026. REQUERENTE: AYMORE REQUERIDO: IRANILDO QUIRINO DO NASCIMENTO VISTOS. Em que pese os argumentos apontados na manifestação ID. 27351523, entendo pela impossibilidade da notificação extrajudicial via email (correio eletrônico), tendo em vista tratar-se de forma não prescrita na legislação especial que rege a matéria, razão pela qual mantenho a Decisão Id. 26576627, devendo a parte autora proceder com o necessário para efetivação da emenda à inicial, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se. Às providências. VICTOR LIMA PINTO COELHO, Juiz de Direito.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000109-09.2018.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DAS GRACAS SOUZA DOS SANTOS MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1000109-09.2018.8.11.0026 Valor da causa: R$ 20.600,00 POLO ATIVO: Nome: MARIA DAS GRACAS SOUZA DOS SANTOS MENDES Endereço: Rua Pedro Rodrigues Nascimento, 864, VILA NOVA, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFONICA BRASIL S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, 1.300, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, acima qualificadas, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste acerca dos valores vinculados aos autos. ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000483-25.2018.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
LUZINETE BENEDITA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO #{processoTrfHome.nomeJuizOrgaoJulgador} PROCESSO n. 1000483-25.2018.8.11.0026 Valor da causa: R$ 10.073,58 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LUZINETE BENEDITA DA SILVA Endereço: RUA ALINOR COSME DA SILVA, 0, QD 26, LT 11, SÃO MATEUS, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO, 3475, RUA BARÃO DE MELGAÇO 3475, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-908 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO PASSIVO, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito, com os acréscimos legais e custas processuais, se houver, sob pena de penhora, ADVERTINDO-O que, transcorrido o prazo acima mencionado sem o pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido, conforme despacho, petição e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado (art. 523 de seguintes do CPC). VALOR DO DÉBITO EM ATRASO: Valor R$ 5.198,00 ADVERTÊNCIAS À PARTE: O prazo de 15 (quinze) dias para impugnação ao cumprimento de sentença começará a fluir após o decurso do prazo para o pagamento do débito, independentemente de penhora ou nova intimação (Art. 525, do CPC). ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010070-83.2017.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
R. J. SILVESTRE CALCADOS - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO FERREIRA DE LIMA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 8010070-83.2017.8.11.0026 Valor da causa: R$ 1.378,04 POLO ATIVO: Nome: R. J. SILVESTRE CALCADOS - ME Endereço: Avenida Prefeito Caio, 177-E, Centro, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: ADRIANO FERREIRA DE LIMA Endereço: Avenida D.Pedro I, 835, Bela Vista, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 ESPÉCIE: [ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA, NOTA PROMISSÓRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, acima qualificada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informe aos autos o valor da conta para transferência dos valores vinculados aos autos. ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000847-60.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1000847-60.2019.8.11.0026 Valor da causa: R$ 12.198,88 POLO ATIVO: Nome: EVERTON PINHEIRO Endereço: s/nª centro, Rua Roosevelt Marques Teixeira, bairro: Primavera,, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, acima qualificadas, para, querendo, apresente impugnação à contestação no prazo de 05 (cinco) dias. ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000091-22.2017.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS BERNARDO SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIAS BERNARDO SOUZA OAB - MT3898-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX

Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1000091-22.2017.8.11.0026 Valor da causa: R$ 12.938,16 POLO ATIVO: Nome: ELIAS BERNARDO SOUZA Endereço: Av. Prefeito Caio, 179, Escritorio de Advocacia, CENTRO, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: estado de mato grosso Endereço: AC PALÁCIO PAIAGUAS, CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 ESPÉCIE: [HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA]->EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA (1114) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, acima qualificada, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste acerca do cálculo elaborado pelo Departamento Auxiliar da Presidência do TJ/MT. ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000852-82.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
KEDMA KETURA ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE ARENÁPOLIS JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Juscelino Kubitschek, 629E, Vila Nova, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO Oficial de Justiça: ZONA XXX Diligência: ID. XXX EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO PROCESSO n. 1000852-82.2019.8.11.0026 Valor da causa: R$ 10.089,51 POLO ATIVO: Nome: KEDMA KETURA ARAUJO Endereço: RUA PETRONIO PORTELA, SN, INDEFINIDO, ARENÁPOLIS - MT - CEP: 78420-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE, acima qualificadas, para, querendo, apresente impugnação à contestação, no prazo de 05 (cinco) dias. ARENÁPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 2198 Nr: 205-76.1997.811.0026
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Luiz Marconi
PARTE(S) REQUERIDA(S): Nercílio J. Nunes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Certifique-se quanto ao cumprimento do ato deprecado à fl. 292, bem como o decurso do prazo para impugnação à penhora realizada nos autos.
Após, tornem conclusos os autos para ulteriores deliberações.
Cumpra-se.
Às providências.
Arenápolis/MT, 11 de dezembro de 2019.
.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 13587 Nr: 2001-87.2006.811.0026
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jornal "A Notícia", na pessoa de seu representante legal
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituição Diamantinense de Educação e Cultura
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AUGUSTO CARLOS FERNANDES ALVES - OAB:83161/SP, DOVAIR MANZATO - OAB:68.673/SP
VISTOS.
Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei n.° 9.099/95.
A extinção do processo com fundamento no art. 485, inciso III, do NCPC, requer que a parte autora promova os atos e diligências que lhe competir, não abandonando a causa por mais de 30 (trinta dias).
Na hipótese dos autos, o prosseguimento regular do feito restou obstaculizado em razão da inércia da parte autora.
Assim, tendo em vista que a parte autora ocasionou a paralisação do feito por mais de 30 dias, a extinção pelo abandono é medida de rigor.
Cumpre ressaltar que a extinção do processo independe, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes, nos termos do artigo 51, §1º, da Lei nº 9.099/95. Ademais, verifico que o prazo é de natureza preclusiva, insuscetível de prorrogação.
Dessa forma, é de rigor extinguir o feito sem resolução do mérito, ante o desinteresse da parte requerente.
Nesses moldes, ante a desídia processual da parte autora, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 51, § 1º, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 485, III, do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais a teor do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Arenápolis/MT, 11 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 16855 Nr: 463-03.2008.811.0026
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Geraldo Rocha
PARTE(S) REQUERIDA(S): Manuel Silva dos Santos, vulgo "Mané Branco"
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Silva Araújo - OAB:13840/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTOS.
Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei n.° 9.099/95.
A extinção do processo com fundamento no art. 485, inciso III, do NCPC, requer que a parte autora promova os atos e diligências que lhe competir, não abandonando a causa por mais de 30 (trinta dias).
Na hipótese dos autos, o prosseguimento regular do feito restou obstaculizado em razão da inércia da parte autora.
Assim, tendo em vista que a parte autora ocasionou a paralisação do feito por mais de 30 dias, a extinção pelo abandono é medida de rigor.
Cumpre ressaltar que a extinção do processo independe, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes, nos termos do artigo 51, §1º, da Lei nº 9.099/95. Ademais, verifico que o prazo é de natureza preclusiva, insuscetível de prorrogação.
Dessa forma, é de rigor extinguir o feito sem resolução do mérito, ante o desinteresse da parte requerente.
Nesses moldes, ante a desídia processual da parte autora, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 51, § 1º, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 485, III, do Código de Processo Civil.
Sem custas processuais a teor do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes.
Publique-se.
Intimem-se.
Cumpra-se.
Arenápolis/MT, 11 de dezembro de 2019.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 17550 Nr: 1154-17.2008.811.0026
AÇÃO: Despejo->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis

Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Michel José Mansur Filho

PARTE(S) REQUERIDA(S): Sandra Regina Marconi Pereira

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Max Antônio Ferreira - OAB:8060-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elias Bernardo Souza - OAB:

VISTOS.

Relatório dispensado na forma do artigo 38, da Lei n.° 9.099/95.

A extinção do processo com fundamento no art. 485, inciso III, do NCPC, requer que a parte autora promova os atos e diligências que lhe competir, não abandonando a causa por mais de 30 (trinta dias).

Na hipótese dos autos, o prosseguimento regular do feito restou obstaculizado em razão da inércia da parte autora.

Assim, tendo em vista que a parte autora ocasionou a paralisação do feito por mais de 30 dias, a extinção pelo abandono é medida de rigor.

Cumpre ressaltar que a extinção do processo independe, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes, nos termos do artigo 51, §1º, da Lei nº 9.099/95. Ademais, verifico que o prazo é de natureza preclusiva, insuscetível de prorrogação.

Dessa forma, é de rigor extinguir o feito sem resolução do mérito, ante o desinteresse da parte requerente.

Nesses moldes, ante a desídia processual da parte autora, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 51, § 1º, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 485, III, do Código de Processo Civil.

Sem custas processuais a teor do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/95.

Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes.

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Arenápolis/MT, 11 de dezembro de 2019.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000789-57.2019.8.11.0026

Parte(s) Polo Ativo:

JURACY CANTOARIA LOANGO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

ELIAS BERNARDO SOUZA OAB - MT3898-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):

VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000789-57.2019.8.11.0026. REQUERENTE: JURACY CANTOARIA LOANGO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Dispenso o relatório, autorizada pelo artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS movida por JURACY CANTOARIA LOANGO em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Decido. No caso, não havendo vício procedimental que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que não se vislumbra a necessidade de produção de prova em audiência. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa, e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum". Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. A parte reclamante pretende obter reparação pelos danos materiais e morais suportados em razão da queda/interrupção de energia em sua residência, o que ocasionou prejuízos, queimando seu aparelho de televisão. Com efeito, constato que apesar das argumentações trazidas pela segunda reclamada em sua defesa, não se consegue excluir sua responsabilidade pelo fato, uma vez que ficou caracterizada a falha na prestação de seus serviços. Restou incontroverso nos autos que os prejuízos suportados pelo autor ocorreram após a queda/interrupção de energia de sua UC, sendo elaborado laudo de verificação pela reclamada e autora, confirmando o não funcionamento do aparelho. Desta feita, fora aberto processo administrativos de ressarcimento de danos materiais. Verifico pelo anexado que o autor enviou diversos documentos, contudo, segundo a requerida, o processo foi encerrado sem ressarcimento ante a falta de envio no prazo de 90 dias. Ressalto, inicialmente, que a responsabilidade no caso em tela é objetiva, independentemente de prova de culpa, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal (tendo como fundamento a teoria do risco administrativo), e do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, sendo suficiente para o reconhecimento do dever de indenizar a ocorrência de um dano, a autoria e o nexo causal. O contexto probatório retratado nos autos, evidencia que a atuação da reclamada foi determinante para a resultado danoso, mister é a sua responsabilização de forma objetiva, sendo desnecessário perquirir a respeito da culpa do agente provocador do dano. Outrossim, os serviços públicos estão sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, como deflui da regra do seu art. 22: Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código." Outrossim, a sistemática da responsabilidade civil nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Resta demonstrado que o autor tentou de várias maneiras resolver administrativamente, enviando documentos solicitados, contudo, mesmo após vistoria e analise dos equipamentos queimados, a reclamada continuava exigindo documentos de difícil acesso pelo consumidor, tornado impossível seu ressarcimento. Desta feita, não há duvidas que houve falha na prestação de serviços da segunda requerida, seja pelo fato ocorrido, seja pela tentativa frustrada em resolver o problema pela via administrativa, fazendo com que esta suportasse todos os percalços da má prestação de seus serviços, imperiosa é a sua responsabilização de forma objetiva pelos danos causados a parte autora tanto na esfera patrimonial, como extrapatrimonial, que não teve alternativa senão se socorrer da Tutela Jurisdicional. Nesse sentido tem decidido as Turmas Recursais: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. REPARAÇÃO DE DANOS. DESCARGA ELÉTRICA. QUEIMA DE APARELHOS. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS AFASTADA. Preliminar de incompetência do Juizado Especial que resta afastada, porquanto não cuida o feito de demandar complexidade na solução, sendo a prova técnica desnecessária à equação da lide. A versão trazida pela autora mostra-se verossímil e encontra lastro nos documentos pela mesma acostados, consistentes em laudos, notas fiscais e orçamentos referentes aos consertos dos eletrodomésticos danificados (fls. 03/08) e na prova testemunhal à fl. 57. Configurado, ademais, o nexo causal entre a sobrecarga da rede de energia elétrica e a queima dos aparelhos. No mesmo norte, tem-se que a responsabilidade da empresa ré é objetiva, independente, pois, de culpa, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. A recorrente responde pelos danos causados aos eletrodomésticos de seus usuários, salvo se demonstrar a ocorrência de fato de terceiro ou culpa exclusiva do consumidor, o que aqui não se verificou. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004658217, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em 12/11/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004658217 RS , Relator: Marta Borges Ortiz, Data de Julgamento: 12/11/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/11/2013). Como dito, in casu, houve clara ofensa aos direitos do consumidor que se encontra protegido, além da Lei Civil, pelo Código de Defesa do Consumidor que veio ao nosso ordenamento jurídico

para suprir a sua hipossuficiência, norma esta para sua defesa e proteção, consideradas de ordem pública e de interesse social, em atenção previsão constitucional contida nos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, e artigo 48 das Disposições Transitórias. No tocante aos danos materiais, restando, pois, comprovado o dano, o defeito no serviço de fornecimento de energia elétrica, e o nexo de causalidade entre o evento danoso, e a conduta da segunda parte reclamada, a qual é prestadora do serviço de energia elétrica, configurado está o dever de indenizar os danos materiais suportados pela parte requerente que foram efetivamente comprovados conforme documento juntado na peça inaugural. Desta feita, determino que a requerida entregue a parte autora, no prazo de 30 dias após a intimação da sentença, um aparelho de TELEVISÃO de MARCA SAMSUNG, MODELO PL 43F4000 AGX2D, NÚMERO DE SÉRIE YIQ63XDF180231. No que concerne aos danos morais, a sua reparação é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelo art. 186 do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a falha na prestação dos serviços da concessionária ré. Nesse sentir, o dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Comprovado nos autos que a má prestação dos serviços da requerida queimou diversos eletrônicos da residência do autor, o qual perdeu tempo na tentativa de solução administrativa, sem êxito. Dessa forma, no que concerne a fixação do valor que corresponda à justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia essa, que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - CONDENAR a reclamada a entregar a parte autora, no prazo de 30 dias, após a intimação da sentença um aparelho de TELEVISÃO de MARCA SANSUNG, MODELO PL 43F4000 AGX2D, NÚMERO DE SÉRIE YIQ63XDF180231. - CONDENAR a reclamada indenizar o reclamante, a título de dano moral/imaterial, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga

_____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1000183-97.2017.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA LOPES DA SILVA MOTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARNALDO SILVA ARAUJO OAB - MT13840-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000183-97.2017.8.11.0026. REQUERENTE: MARINA LOPES DA SILVA MOTA INTERESSADO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Trata-se de ALVARÁ JUDICIAL proposta por MARINA LOPES DA SILVA MOTA em desfavor de BANCO DO BRASIL S.A. Dispenso o relatório, autorizada pelo artigo 38 da Lei 9.099/95. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95 c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC c.c Enunciados nº161 e 162 do FONAJE. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil/2015, uma vez que, compulsando os autos, vislumbra-se que a matéria "sub judice" não demanda instrução adicional. A questão, que é de fato e de direito, já está suficientemente dirimida, razão pela qual é desnecessária a produção de mais elementos de cognição. Existindo preliminares, passo ao julgamento. Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela parte ré, uma vez que, diferentemente do alegado em contestação, verifica-se que a conta em que a parte autora recebe o abono salarial (PASEP) encontra-se vinculada à administração do Banco do Brasil e não à Caixa Econômica Federal. Além disso, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar nº 08/1970, que regulamentou o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), compete ao Banco do Brasil a administração do programa, mediante a cobrança de comissão. Não se desconhece que o Superior Tribunal de Justiça, por meio do enunciado sumular nº 77, tem entendimento consolidado de que "A Caixa Econômica Federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo das ações relativas às contribuições para o fundo PIS/Pasep", cujos efeitos também estendem-se ao Banco do Brasil S/A. Assim, inaplicável a súmula 77 do Superior Tribunal de Justiça, já que a questão discutida neste feito refere-se tão somente quanto à responsabilidade do banco réu na condição de administrador e operador do PASEP, em razão de eventual falha na prestação de serviços que impossibilitaram o recebimento de tal verba pela parte autora. Nesse sentido: BANCÁRIOS - Ação de obrigação de fazer - Pretensão de levantamento dos valores relativos ao Fundo de Participação Pessoal – Procedência - Preliminar - Ilegitimidade passiva – Rejeição - Instituição financeira que exerce a gestão dos recursos do PASEP é parte legítima para figurar no polo passivo da ação - Mérito - A situação de vulnerabilidade do beneficiário morador de albergue autoriza o levantamento do valor depositado - Preservação da dignidade da pessoa humana – Precedentes - Sentença mantida - Recurso desprovido, e majorados os honorários advocatícios (NCPC, art. 85, § 11) (TJSP, Apelação Cível nº 1115585-55.2015.8.26.0100, 15ª Câmara de Direito privado, Relator: José Wagner de Oliveira Melatto Peixoto, julgado em 12/03/2019) Também rejeito a preliminar de incompetência do juízo, visto que o banco requerido é sociedade de economia mista, portanto, aplica-se a Súmula 556 do Supremo Tribunal Federal, ao dispor que "é competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista". Aliás, repise-se, discute-se na presente demanda a

responsabilidade do banco réu em razão de eventual falha na prestação de serviços que teria impossibilitado a parte autora de realizar o saque do abono salarial, sendo inegável o reconhecimento da competência da Justiça Estadual para apreciação da lide. Passo a análise do mérito. Pretende a parte autora a liberação do valor depositado em sua conta corrente a título de PASEP, O principal objetivo do PIS e do PASEP é financiar o seguro desemprego, além do abono salarial. O programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP) foram criados pelo governo federal em 1970, com o objetivo de promover a integração dos trabalhadores na vida e no desenvolvimento das empresas, viabilizando melhor distribuição da renda por meio de benefícios como o Abono Salarial e o Seguro-Desemprego. O PIS é destinado aos que atuam no setor privado e o PASEP aos funcionários e servidores públicos. O cadastramento pode ser feito em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, no caso do PIS, ou do Banco do Brasil, no caso do PASEP. Como se sabe, as importâncias creditadas nas contas individuais dos participantes do PIS-PASEP são inalienáveis, impenhoráveis e indisponíveis por seus titulares, ressalvadas as hipóteses expressamente enunciadas em lei, quais sejam, casamento, aposentadoria, invalidez ou morte do titular da conta, facultando-se àqueles que recebem salário mensal igual ou inferior a cinco vezes o salário mínimo regional, a retirada complementar de um salário mínimo, ao final de cada exercício financeiro (§§1º ao 3º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975). Desta feita, a autora comprova nos autos sua aposentaria, fazendo jus portanto ao recebimento do PASEP, devendo a presente ação ser julgada procedente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no art. 487, I do NCPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, determinando a EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ em favor da promovente, corresponde ao PASEP. Expeça-se ofício a requerida informando a autorização concedida. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000252-95.2018.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
FAGNER NEPOMUCENO PRIMO (REQUERENTE)
LEONORA DE OLIVEIRA PRIMO SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUR CARLOS SANTOS FRANCA OAB - MT22850/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000252-95.2018.8.11.0026. REQUERENTE: LEONORA DE OLIVEIRA PRIMO SOUZA, FAGNER NEPOMUCENO PRIMO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - rito da Lei n. 9.099/95, proposta por GERSON LEONORA DE OLIVEIRA PRIMO SOUZA e FAGNER NEPOMUCENO PRIMO em desfavor de BANCO PAN. É o necessário. Decido. As partes firmaram acordo nos seguintes termos: "A reclamada se obriga a efetuar o pagamento da importância de R$ 7.146,00 (sete mil cento e quarenta e seis reais), a título de dano moral e material, por meio de depósito bancário na conta da patrona do autor, no prazo de 25 dias úteis, a contar da assinatura da minuta. Bem como o pagamento da quantia de R$ 1.054,00 (um mil e cinquenta e quatro reais), a título de honorários advocatícios sucumbenciais, a serem depositados na conta indicada, no prazo de 25 dias úteis, a contar da assinatura da minuta. Em caso de atraso superior a 15 dias, incidirá multa de 10% sobre o valor da parcela vencida, em atraso. O presente acordo da ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação". Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". DECLARO O PRESENTE FEITO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, ANTE A SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO, nos termos do art. 924, I, c/c, art. 925, ambos do Código de Processo Civil. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000082-89.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIA SANTOS DUTRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000082-89.2019.8.11.0026. REQUERENTE: FABRICIA SANTOS DUTRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO C/C INDENIZAÇÃO DE DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA proposta por FABRICIA SANTOS DUTRA DE OLIVEIRA em desfavor de BANCO DO BRASIL S.A. Relatório dispensado, conforme artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Incumbe à parte ré provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de serviços de telefonia, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as suas assertivas é fato extintivo de direito, nos

termos do art. 373, II do CPC. O §1º do artigo 330 do Código de Processo Civil explicita o que se deve entender por inicial inepta: aquela a que falta o pedido ou a causa de pedir; ou aquela na qual da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão; ou aquela em que o pedido é juridicamente impossível, ou incompatível com outro ou outros pedidos formulados cumulativamente. Pois bem, da simples leitura da inicial, percebe-se que estão expostos o pedido e a causa de pedir, inexistindo incompatibilidade lógica entre aquele e esta e nem se vê incongruência entre pedidos, tanto que defesa eficiente foi apresentada. Portanto, rejeito a preliminar. Passo a análise do mérito. Em suma, sustenta a parte autora que por força de acordo nos autos da ação judicial nº 1000130-82.2018.811.0026 restaram extintos quaisquer débitos junto ao banco requerido, contudo, no mês de janeiro do corrente ano teve os valores depositados em sua conta indisponibilizados/bloqueados pelo requerido. Alega, ainda, que diante do bloqueio, dirigiu-se a sua agencia bancária e foi informada pelo gerente de contas que não poderia desbloquear o valor em razão de débitos existente e inadimplidos em nome da autora junto ao banco. Por outro lado, em contestação, a parte ré alega inexistência do dever de indenizar em razão da inocorrência de conduta ilícita apta a ensejar o dever de reparação. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Em que pese às suas alegações, não há elementos nos autos que levem à configuração do ato ilícito por parte da empresa reclamada. Não obstante o promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Entendo que os documentos e protocolos apresentados são insuficientes para efetivamente comprovar os fatos elencados na inicial. Apesar das alegações do autor de bloqueio, é possível perceber pelos extratos anexados na defesa e não contestados, que a conta permaneceu inativa, sem movimentação por mais de um ano. Ressalto a regra do ônus da prova no Sistema de Proteção ao Consumidor serve para beneficiar o consumidor que se afigure em uma situação de hipossuficiência, no entanto, isso não significa que ele não deva produzir qualquer prova. Deve haver, ao menos, um arcabouço probatório mínimo que ampare sua pretensão, o que não ocorreu in caso. Ao lado disso, no que concerne aos danos morais, não vislumbro qualquer indício de prova que demonstre ofensa aos direitos da personalidade da parte autora. O requerente afirma ter sofrido danos ante a conduta da requerida, contudo, não faz nenhuma prova das alegações. Ainda, em não se tratando de dano moral "in re ipsa," necessário que haja comprovação pela parte requerente dos efetivos danos morais sofridos, o que não logrou a autora fazer. Dessa forma, a parte autora não se desincumbiu de seu ônus, nos termos do artigo 373, inciso I do Código de Processo Civil. Nessa senda, a norma processual civil encartada no artigo 373, além de distribuir o ônus da prova, distribui também os riscos relativos à sua não desincumbência, ou seja, traça critérios destinados a apontar quem suportará as consequências desfavoráveis de não haver provado o fato. A doutrina aponta, nesse sentido, que "[a] consequência do não desincumbimento do ônus da prova pelo autor é o julgamento de improcedência do pedido (actore non probante absolvitur reus)." (Machado, Costa. Código de processo civil interpretado e anotado. 2ª Ed. - São Paulo: Editora Manole, 2008, p. 668). Vê-se, portanto, que o ônus probatório possui uma dupla função. Ao mesmo tempo em que fixa uma regra de instrução, voltada às partes, fixa também uma regra de julgamento, voltado ao magistrado. Ou seja, estimula a movimentação das partes e aponta a consequência de uma eventual inércia, respectivamente. Ante o exposto, RESOLVO O MÉRITO da demanda com base no artigo 487, inciso I, do CPC, para JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos da parte autora. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000345-24.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZA APARECIDA MARTINS DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000345-24.2019.8.11.0026. REQUERENTE: TEREZA APARECIDA MARTINS DE LIMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RECLAMAÇÃO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, movida por TEREZA APARECIDA MARTINS DE LIMA, em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. Decido. Nesse quadrante processual, e à luz dos poderes de direção conferidos ao Juiz na condução da demanda, com permissivo legal no artigo 330, I, do Código de Processo Civil, conheço diretamente do pedido e passo a julgar antecipadamente a lide. Passo a analisa o mérito. A parte autora requer a condenação da parte ré ante dano material suportado, em decorrência da ausência de energia elétrica em sua propriedade nos meses de janeiro e agosto de 2018, ocasionando a perca de 5.300 litros de leite. Afirma que, solicitou ressarcimento administrativo, mas seu pedido foi indeferido. A parte reclamada em sua defesa alega a inexistência de ato ilícito. Por fim, pugna pela improcedência da demanda. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão parcialmente assiste à parte autora. Constato que apesar das argumentações trazidas pela parte ré em sua defesa, não há como afastar a sua responsabilidade pelos eventos narrados na inicial, vez que, não se desincumbiu do seu ônus probatório – art. 6º, VIII, do CDC, pois, deixou de trazer aos autos qualquer prova capaz de afastar o nexo de causalidade e corroborar as suas alegações defensivas. Do mesmo modo, não comprovou a correta prestação dos serviços, tampouco a culpa concorrente da parte autora, pois, como dito, não carreou aos autos nenhum documento apto a comprovar a veracidade de suas alegações, bem como, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 333, II, do CPC. Incontroverso que houve falha na prestação de seus serviços, pois, cabe a esta como prestadora de serviços, que, aliás, recebe por tais serviços, manter a rede em perfeito funcionamento, bem como solucionar os eventuais problemas, com a maior brevidade possível, por se tratar de um serviço essencial, não tendo comprovado ausência de culpa. A sistemática da responsabilidade civil nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Dessa forma, e diante da responsabilidade objetiva da empresa concessionária de serviço público, nos termos artigo 37, §6º, da Constituição Federal, bem como da comprovação dos danos e do nexo causal, deve ser reconhecido o dever de indenizar os prejuízos suportados pela parte demandante. No tocante ao dano material, DEFIRO pedido de dano material, o qual deverá ser ressarcido no valor de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), referente ao leite perdido ante a falta de energia elétrica. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 487, I, e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: - CONDENAR a reclamada a indenizar o reclamante, a título de dano patrimonial/material, no valor de R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), corrigido monetariamente a partir do prejuízo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código

Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do Juiz de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000578-21.2019.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAYLA GUEDES QUEIROS OAB - MT26361/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000578-21.2019.8.11.0026. REQUERENTE: SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO RECLAMATÓRIA proposta por SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA em face de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Decido. No caso, não havendo vício procedimental que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que não se vislumbra a necessidade de produção de prova em audiência. No que se refere a preliminar de ilegitimidade ativa, trato de relação de consumo, na qual temos de um lado um consumidor e de outro o fornecedor, uma vez que a Lei n. 8.078/90, art. 17, equipara à condição de consumidor todas as pessoas que possam ter sido vitimadas pelos acidentes decorrentes do fato de produto ou serviço. Toda e qualquer vítima de acidente de consumo equipara-se ao consumidor para efeito da proteção conferida pela Lei n. 8.078/90. Passam a ser abrangidos os chamados 'bystander', terceiros que, embora não estejam diretamente envolvidos na relação de consumo, são atingidos pelo aparecimento de um defeito no produto ou no serviço. Verifica-se que a unidade consumidora se encontra em nome de terceiro, contudo, a parte autora comprova que está quem adimplia as faturas, restando a autora legítima para requerer o dano imaterial e material como consumidora por equiparação (bystanders). Portanto indefiro a preliminar. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao julgamento do mérito. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa, e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum". Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Após análise percuciente dos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. A parte reclamante pretende obter reparação pelos danos materiais e morais suportados em razão da interrupção de energia em sua residência, das 17h30min do dia 04 de janeiro de 2019, as 11h00min do dia 06 de janeiro de 2019, que ocasionou a perda de mais de 900 litros de leites e 300 Kg de queijos e mussarelas, além de lucros cessantes e dano moral. Com efeito, constato que apesar das argumentações trazidas pela segunda reclamada em sua defesa, não se consegue excluir sua responsabilidade pelo fato, uma vez que ficou caracterizada a falha na prestação de seus serviços. Restou incontroverso nos autos que os prejuízos suportados pelo autor ocorreram após a queda/interrupção de energia de sua UC. A reclamada alega interrupção emergência de poucas horas, contudo não traz nenhuma prova de suas alegações. Desta feita, fora aberto processo administrativos de ressarcimento de danos materiais. Ressalto, inicialmente, que a responsabilidade no caso em tela é objetiva, independentemente de prova de culpa, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal (tendo como fundamento a teoria do risco administrativo), e do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, sendo suficiente para o reconhecimento do dever de indenizar a ocorrência de um dano, a autoria e o nexo causal. O contexto probatório retratado nos autos, evidencia que a atuação da reclamada foi determinante para a resultado danoso, mister é a sua responsabilização de forma objetiva, sendo desnecessário perquirir a respeito da culpa do agente provocador do dano. Outrossim, os serviços públicos estão sujeitos ao regramento do Código de Defesa do Consumidor, como deflui da regra do seu art. 22: Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código." Outrossim, a sistemática da responsabilidade civil nas relações de consumo é a de que responde o fornecedor de produtos e/ou de serviços independentemente da verificação de culpa, pelos danos causados aos consumidores, decorrentes de fatos do produto e/ou do serviço, respectivamente. Resta demonstrado que o autor tentou de várias maneiras resolver administrativamente, contudo, o pedido foi indeferido. Desta feita, não há duvidas que houve falha na prestação de serviços da segunda requerida, seja pelo fato ocorrido, seja pela tentativa frustrada em resolver o problema pela via administrativa, fazendo com que esta suportasse todos os percalços da má prestação de seus serviços, imperiosa é a sua responsabilização de forma objetiva pelos danos causados a parte autora tanto na esfera patrimonial, como extrapatrimonial, que não teve alternativa senão se socorrer da Tutela Jurisdicional. Nesse sentido tem decidido as Turmas Recursais: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. ENERGIA ELÉTRICA. REPARAÇÃO DE DANOS. DESCARGA ELÉTRICA. QUEIMA DE APARELHOS. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA RÉ. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS AFASTADA. Preliminar de incompetência do Juizado Especial que resta afastada, porquanto não cuida o feito de demandar complexidade na solução, sendo a prova técnica desnecessária à equação da lide. A versão trazida pela autora mostra-se verossímil e encontra lastro nos documentos pela mesma acostados, consistentes em laudos, notas fiscais e orçamentos referentes aos consertos dos eletrodomésticos danificados (fls. 03/08) e na prova testemunhal à fl. 57. Configurado, ademais, o nexo causal entre a sobrecarga da rede de energia elétrica e a queima dos aparelhos. No mesmo norte, tem-se que a responsabilidade da empresa ré é objetiva, independente, pois, de culpa, na forma do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. A recorrente responde pelos danos causados aos eletrodomésticos de seus usuários, salvo se demonstrar a ocorrência de fato de terceiro ou culpa exclusiva do consumidor, o que aqui não se verificou. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004658217, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Marta Borges Ortiz, Julgado em 12/11/2013)(TJ-RS - Recurso Cível:

71004658217 RS , Relator: Marta Borges Ortiz, Data de Julgamento: 12/11/2013, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/11/2013). Como dito, in casu, houve clara ofensa aos direitos do consumidor que se encontra protegido, além da Lei Civil, pelo Código de Defesa do Consumidor que veio ao nosso ordenamento jurídico para suprir a sua hipossuficiência, norma esta para sua defesa e proteção, consideradas de ordem pública e de interesse social, em atenção previsão constitucional contida nos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, e artigo 48 das Disposições Transitórias. No tocante aos danos materiais, restando, pois, comprovado o dano, o defeito no serviço de fornecimento de energia elétrica, e o nexo de causalidade entre o evento danoso, e a conduta da segunda parte reclamada, a qual é prestadora do serviço de energia elétrica, configurado está o dever de indenizar os danos materiais suportados pela parte requerente que foram efetivamente comprovados conforme documento juntado na peça inaugural. Desta feita, determino que a requerida efetuou o ressarcimento dos valores comprovados pelo autor, perfazendo o montante de R$ 6.255,00 (seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais), corrigido e atualizado monetariamente. No que se refere ao requerimento de lucros cessantes o autor deixa de comprovar suas alegações, não anexando documentos que comprovam os valores que efetivamente teria recebido. Portanto, indefiro. No que concerne aos danos morais, a sua reparação é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelo art. 186 do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a falha na prestação dos serviços da concessionária ré. Nesse sentir, o dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Comprovado nos autos que a má prestação dos serviços da requerida geraram a perda de alimentos e prejuízos ao autor, o qual ainda perdeu tempo na tentativa de solução administrativa, sem êxito. Dessa forma, no que concerne a fixação do valor que corresponda à justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia essa, que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - CONDENAR a reclamada a indenizar/compensar a reclamante, a título de dano patrimonial/material, na forma simples, no valor de R$ 6.255,00 (seis mil duzentos e cinquenta e cinco reais), corrigido monetariamente a partir do desconto/pagamentos das quantias, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - CONDENAR a reclamada indenizar o reclamante, a título de dano moral/imaterial, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - INDEFIRO o pedido de lucros cessantes. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010097-66.2017.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 8010097-66.2017.8.11.0026. REQUERENTE: SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA proposta por SEBASTIAO VIEIRA DA COSTA em face de ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. Alega a promovente, que no mês de janeiro e fevereiro de 2017, as faturas de sua unidade consumidora sofreram um significativo aumento, sem qualquer justificativa, lhe causando danos que devem ser indenizados. Instada, a Promovida contestou os pedidos iniciais arguindo, preliminarmente, a incompetência deste Juizado Especial diante da necessidade de realização de prova pericial. No mérito assentou que a cobrança excepcional ocorreu em razão de média plurimensal, tendo pugnado, ao final, pela improcedência dos pedidos iniciais. Existindo preliminares passo a análise. No tocante à preliminar de incompetência deste Juizado Especial, em razão da necessidade de produção de prova pericial, esta não merece guarida visto que não há a necessidade de realização da perícia, conforme alegado pela Promovida, bastando a análise dos aspectos jurídicos para a devida solução da contenda. Ademais, a produção de prova pericial apta a tornar o Juizado Especial incompetente para julgamento da causa apenas deve ser deferida quando a solução do litígio envolve questões fáticas de alta complexidade que realmente exijam a realização de intrincada prova, esgotados os meios probatórios disponíveis sem que seja possível o julgamento da causa, o que não ocorre na presente demanda. Diante disso, rejeito a preliminar de incompetência do Juizado, ante a desnecessidade de produção de prova pericial. Passo a analisar o mérito. Primeiramente, no caso em exame, verifico que as provas produzidas no processo são suficientemente aptas a formar o convencimento desta julgadora, daí por que passo ao

julgamento antecipado do mérito, arrimada no art. 355, inciso I, do CPC/2015. Apesar dos argumentos da reclamada de que o motivo do aumento no valor das faturas ocorreu em razão da média plurimensal, não são aptas a sustentar a improcedência dos pedidos iniciais. Ora, da análise dos argumentos expostos na peça de defesa, verifica-se que os mesmos não passaram de afirmações evasivas, incapazes de infirmar a tese e os argumentos expostos nos autos pelo Promovente. Inobstante, observo que o contexto probatório retratado nos autos pela parte autora, como também pela parte ré, comprovam que o valor cobrado é muito superior ao consumo anterior e posterior da unidade, não tendo anexado nos autos justificativa para tal aumento. Ademais, a legislação em vigor impede que a concessionária de serviço público imponha ao consumidor débito que não tem sua origem comprovada, como no presente caso, sendo que no histórico apresentado, demonstra que o consumo do autor permanece na média, não justificando as faturas superiores enviadas. Diante disso, resta inequívoco a existência de falha e a abusividade na prestação dos serviços da concessionaria ré no presente caso. Nesse sentido tem decidido as Turmas Recursais: RECURSO INOMINADO. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE PROVA ACERCA DO ALEGADO PERÍODO EM QUE O MEDIDOR TERIA ATUADO DE MODO ADULTERADO. IMPOSSIBILIDAE DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO COMO FORMA DE COBRANÇA DE DÉBITOS PRETÉRITOS. SENTENÇA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71005354493, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Arriada Lorea, Julgado em 25/06/2015).(TJ-RS - Recurso Cível: 71005354493 RS, Relator: Roberto Arriada Lorea, Data de Julgamento: 25/06/2015, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/06/2015); RECURSO INOMINADO. ENERGIA ELÉTRICA. RECUPERAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS MESES DE MARÇO E ABRIL DE 2013 MAIS DE 10 VEZES SUPERIOR À MÉDIA DE CONSUMO EM MESES ANTERIORES. DESCONSTITUIÇÃO DA FATURA. CABIMENTO. Recorre a parte ré da sentença que julgou procedente a ação para desconstituir o débito de R$ 1.347,78 e R$ 178,00, respectivamente às faturas com vencimentos em 22/03/2013 (fl. 03) e 22/04/2013 (fl. 04), que apresentaram um consumo mais de dez vezes superior à média da unidade nos últimos meses, determinando a emissão de novas faturas com valores calculados relativamente ao consumo de 75 kWh para cada mês, tendo em vista ser este o consumo médio da unidade. Em suas razões alega a recorrente que a aferição do consumo ocorreu através de leitura, apontando a quantidade de kWh efetivamente consumida pela unidade, concluindo que o valor apontado na fatura seria efetivamente devido. O faturamento do consumo de energia, tratando-se de serviço público, goza da presunção relativa de legitimidade, inerente ao ato administrativo do poder público e que admite prova em contrário. Por outro lado, a parte autora demonstrou o fato constitutivo do seu direito (art. 333, inciso I do CPC), através da juntada de faturas (fls. 03/18), onde consta que a mesma nunca havia extrapolado o consumo de 100 Kwh de energia em um mês, retirando, assim, a presunção de veracidade das faturas onde constam 3351 e 335 Kwh de consumo (fls. 03 e 04). Cabível a redução do débito quando o valor cobrado em um mês extrapola à média normalmente utilizada pelo consumidor e revela indícios de equívoco da concessionária de serviço público. Assim, deve ser mantida a sentença que determinou a desconstituição da fatura sub judice para que seja recalculada pelo consumo de 75 kWh, que expressam a média dos últimos 10 meses anteriores às faturas impugnas com vencimento, parâmetro não impugnado em sede recursal pela parte recorrente. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004984506, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabiana Zilles, Julgado em 24/02/2015). Desta feita, ante a ausência de comprovação da legalidade das cobranças superiores realizadas pela requerida, a procedência da ação é medida que se impõe. No que pertine aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelo art. 186 do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante, sendo desnecessária, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. Neste sentido, verbis: "APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA. RESPONSABILIDADE CIVIL. 1. RELAÇÃO DE CONSUMO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 14 DO CDC. A responsabilidade por defeitos no fornecimento de serviços está estatuída no art. 14 do CDC e decorre da violação de um dever de segurança. 2. FATO EXTINTIVO, IMPEDITIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO DO AUTOR COMPROVADO. EXEGESE DO ART. 333, INCISO II, DO CPC. AUSÊNCIA DE ILICITUDE. APELAÇÃO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (Apelação Cível Nº 70047096714, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini Bernardi, Julgado em 31/01/2012) (grifei) No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. No presente caso deve-se considerar as ameaças de corte de energia na propriedade rural, além da tentativa de solução administrativa, sem êxito. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos Tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação da reclamada ao pagamento da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), que servirá, a um só tempo, para amainar o sofrimento experimentado pela parte reclamante, sem que isso importe em enriquecimento indevido, e ainda, para desestimular a reclamada a agir com a negligência que restou demonstrada nestes autos, como medida de caráter pedagógico. No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não anexou documentos capazes de comprovar a legalidade dos valores cobrados. Ante o exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC/2015, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos exordiais, para: - CONFIRMAR/TORNAR DEFINITIVA a liminar deferida; - DECLARAR a inexigibilidade dos débitos decorrentes das faturas de recuperação de consumo referente aos meses de JANEIRO E FEVEREIRO DE 2017, da unidade consumidora nº 6/1220067-1, objeto desta lide, devendo a reclamada abster-se de exigi-lo(s)/cobrá-lo(s) por qualquer meio, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - DETERMINAR que a Reclamada proceda com à retificação da fatura do mês de JANEIRO E FEVEREIRO DE 2017, com base na média do consumo auferido nos 12 (doze) meses anteriores ao aumento injustificado - CONDENAR a parte Ré a COMPENSAR/PAGAR à parte Autora, a título de dano moral, o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir da citação – CC/02, art. 397, parágrafo único c/c art. 405. - DETERMINAR QUE SEJA EXCLUÍDO o nome da parte autora do registro/banco de inadimplentes, relacionado ao débito objeto da presente ação, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária que fixo em R$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de descumprimento, até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, a serem revertidos a favor da parte reclamante. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/95, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/95 e art. 523 e §§ do CPC. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 513 e

ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) Togado para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000507-53.2018.8.11.0026
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA ALVES DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RIBEIRO ALVES OAB - MT23093/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ARENÁPOLIS Processo: 1000507-53.2018.8.11.0026. REQUERENTE: PATRICIA ALVES DE MORAES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL/CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - rito da Lei n. 9.099/95, proposta por PATRICIA ALVES DE MORAES em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. É o necessário. Decido. O fato de a parte executada ter quitado sua dívida, faz com que o processo seja extinto com resolução do mérito, pois o fim do executivo é a satisfação do débito/obrigação. Isso posto, DECLARO SATISFEITA a obrigação objeto da lide e julgo EXTINTA por sentença a EXECUÇÃO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – art. 53 da Lei n. 9.099/1995 c/c NCPC, art. 924, II, c/c art. 925. Expaça-se alvará na conta indicada. As intimações no Juizado Especial serão feitas na forma prevista para a citação ou por qualquer outro MEIO IDÔNEO DE COMUNICAÇÃO – Lei n. 9.099/1995, art. 19 -, sendo que nas realizadas por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese suso mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Comarca de Aripuanã

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000733-32.2019.8.11.0088
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL NEVES BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MYRIAN ROSA DA SILVA OAB - RO9438 (ADVOGADO(A))
MIQUEIAS HENRIQUE PEREIRA LINHARES OAB - RO10050 (ADVOGADO(A))
CARLOS OLIVEIRA SPADONI OAB - MT3249/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ARIPUANA (RÉU)
Magistrado(s):
RICARDO FRAZON MENEGUCCI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARIPUANÃ DESPACHO Processo: 1000733-32.2019.8.11.0088. AUTOR(A): DANIEL NEVES BARBOSA RÉU: MUNICIPIO DE ARIPUANA Vistos. Cuida-se de "ação cominatória de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela de evidência" ajuizada por DANIEL NEVES BARBOSA em desfavor do MUNICIPAL DE ARIPUANÃ. Aduz na inicial, em apertada síntese, que se submeteu ao concurso público realizado pelo Município para o cargo de operador de estação de tratamento de água, tendo sido aprovado na primeira colocação. Aduz que o edital do certame previu uma (1) vaga e mais cadastro reserva, porém, expirado o prazo de validade do concurso, e mesmo tendo ficado em primeiro lugar na classificação final, não foi nomeado até hoje. Requer, em sede de tutela de evidência, o deferimento de medida liminar a fim de o Município seja compelido a nomeá-lo para o cargo em que fora aprovado, ante a constatação do direito liquido e certo violado. É o sucinto relatório. DECIDO. Como é de trivial sabença, a concessão inaudita altera parte de medida de urgência constitui hipótese excepcional, verificável somente no caso de risco do próprio direito ou quando houver possível prejuízo advindo da ciência prévia da parte contrária dos termos da ação. No caso em tela, entendo que as provas amealhadas na inicial não reúnem todos os requisitos necessários para se auferir, com segurança, a suposta ilegalidade cometida pela parte requerida, porquanto muitos detalhes circundam um concurso público, e entendo pertinente colher a manifestação da parte requerida antes de tomar a decisão mais acertada no caso concreto. Tem-se que a legislação pátria recomenda que Poder Judiciário interfira com parcimônia em questões sensíveis do arcabouço constitucional, tal como o direito à nomeação em concurso público, sobretudo porque a decisão aqui proferida poderá impor obrigações ao executivo municipal, que é poder autônomo dotado de auto-organização. Ademais, a medida não impõe risco ao direito do requerente, que terá, indubitavelmente, reconhecido o direito subjetivo à nomeação caso não se constate, na resposta a ser eventualmente prestada pelo requerido, qualquer fato impeditivo, extintivo ou modificativo do seu direito, conforme pacífica jurisprudência dos Tribunais Superiores. Salienta-se que a possibilidade de postergar a análise do pedido antecipatório encontra amplo amparo na jurisprudência pátria e não implica no indeferimento da decisão liminar vindicada, tão somente abre a possibilidade de o juiz, antes de deferir o pedido, colher o contraditório quando verificar que a parte contrária, sendo cientificada da medida, pode torná-la ineficaz. Pelo exposto, POSTERGO a análise do pedido de tutela de evidência para após a manifestação da parte requerida. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (art. 139, inc. VI, do CPC e Enunciado nº. 35 da ENFAM). CITE-SE a parte requerida para contestar o feito no prazo legal, sob pena das cominações de praxe. Após, à conclusão para novas deliberações. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Aripuanã/MT, 12 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) RICARDO FRAZON MENEGUCCI Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000733-32.2019.8.11.0088
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL NEVES BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MYRIAN ROSA DA SILVA OAB - RO9438 (ADVOGADO(A))
MIQUEIAS HENRIQUE PEREIRA LINHARES OAB - RO10050 (ADVOGADO(A))
CARLOS OLIVEIRA SPADONI OAB - MT3249/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE ARIPUANA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARIPUANÃ DESPACHO Processo: 1000733-32.2019.8.11.0088. AUTOR(A): DANIEL NEVES BARBOSA RÉU: MUNICIPIO DE ARIPUANA Vistos. Cuida-se de "ação cominatória de obrigação de fazer cumulada com pedido de tutela de evidência" ajuizada por DANIEL NEVES BARBOSA em desfavor do MUNICIPAL DE ARIPUANÃ. Aduz na inicial, em apertada síntese, que se submeteu ao concurso público realizado pelo Município para o cargo de operador de estação de tratamento de água, tendo sido aprovado na primeira colocação. Aduz que o edital do certame previu uma (1) vaga e mais cadastro reserva, porém, expirado o prazo de validade do concurso, e mesmo tendo ficado em primeiro lugar na classificação final, não foi nomeado até hoje. Requer, em sede de tutela de evidência, o deferimento de medida liminar a fim de o Município seja compelido a nomeá-lo para o cargo em que fora aprovado, ante a constatação do direito liquido e certo violado. É o sucinto relatório. DECIDO. Como é de trivial sabença, a concessão inaudita altera parte de medida de urgência constitui hipótese excepcional, verificável somente no caso de risco do próprio direito ou quando houver possível prejuízo advindo da ciência prévia da parte contrária dos termos da ação. No caso em tela, entendo que as provas amealhadas na inicial não reúnem todos os requisitos necessários para se auferir, com segurança, a suposta ilegalidade cometida pela parte requerida, porquanto muitos detalhes circundam um concurso público, e entendo pertinente colher a manifestação da parte requerida antes de tomar a decisão mais acertada no caso concreto. Tem-se que a legislação pátria recomenda que Poder Judiciário interfira com parcimônia em questões sensíveis do arcabouço constitucional, tal como o direito à nomeação em concurso público, sobretudo porque a decisão aqui proferida poderá impor obrigações ao executivo municipal, que é poder autônomo dotado de auto-organização. Ademais, a medida não impõe risco ao direito do requerente, que terá, indubitavelmente, reconhecido o direito subjetivo à nomeação caso não se constate, na resposta a ser eventualmente prestada pelo requerido, qualquer fato impeditivo, extintivo ou modificativo do seu direito, conforme pacífica jurisprudência dos Tribunais Superiores. Salienta-se que a possibilidade de postergar a análise do pedido antecipatório encontra amplo amparo na jurisprudência pátria e não implica no indeferimento da decisão liminar vindicada, tão somente abre a possibilidade de o juiz, antes de deferir o pedido, colher o contraditório quando verificar que a parte contrária, sendo cientificada da medida, pode torná-la ineficaz. Pelo exposto, POSTERGO a análise do pedido de tutela de evidência para após a manifestação da parte requerida. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (art. 139, inc. VI, do CPC e Enunciado nº. 35 da ENFAM). CITE-SE a parte requerida para contestar o feito no prazo legal, sob pena das cominações de praxe. Após, à conclusão para novas deliberações. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Aripuanã/MT, 12 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) RICARDO FRAZON MENEGUCCI Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000664-97.2019.8.11.0088
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
RAQUEL SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO SAMPAIO DE CARVALHO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
KASSIA DE SOUZA MORAES TEIXEIRA OAB - RO9325 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARIPUANÃ DECISÃO Processo: 1000664-97.2019.8.11.0088. AUTOR(A): RAQUEL SOARES DE SOUZA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RÉU: LEANDRO SAMPAIO DE CARVALHO Vistos... Trata-se de petição intitulada "Ação de alimentos c/c alimentos provisórios" ajuizada por Marcos Leandro de Souza Carvalho, representado por sua genitora Raquel Soares de Souza, contra Leandro Sampaio de Carvalho. A inicial foi recebida no id 24356351, ocasião em que foi deferido o pedido de antecipação de tutela e fixados os alimentos provisórios no patamar de ¼ do salário mínimo (R$249,50 na data de hoje). Foi expedida carta precatória para citação e intimação do requerido, a qual ainda não foi juntada aos autos. No id 27087870, a parte-requerida juntou pedido "incidental" de tutela de urgência, no qual requer a concessão do direito de visitas ao filho para este final de ano. Pois bem. Verifica-se dos autos que a Inicial se trata de pedido exclusivo de fixação de "Alimentos". Desta forma, considerando que o pedido do requerido vai além do objeto dos autos (concessão do direito de visitas no período de férias), entende-se que esse não pode ser analisado nestes autos, pelo menos não sob a forma escolhida, devendo o requerido fazê-lo (caso entenda necessário) em outro feito. Por fim, considerando a habilitação de procuradora em favor do requerido nos autos e ausente o retorno da carta precatória de citação, dá-se o demandado por citado. Por isso, à Secretaria para: 1. Intimar o requerido desta decisão; 2. Aguardar o prazo para apresentação de contestação; 3. Após, com a juntada da contestação ou o decurso do prazo, vistas ao Ministério Público. Cumprir. Aripuanã/MT, 11 de dezembro de 2019. Dante Rodrigo Aranha da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000663-15.2019.8.11.0088
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RANMAR SANTYAGO ALVES AMORIM SANTOS OAB - MT21910/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELI MENDES (REQUERIDO)

DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PARA O DIA 17/03/2020, ÀS 13:30 HORAS, NA SALA DE CONCILIAÇÃO DO FÓRUM DE ARIPUANÃ-MT, E INTIMO A PARTE AUTORA ACERCA DA SOLENIDADE.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79591 Nr: 4516-83.2018.811.0088
AÇÃO: Demarcação / Divisão->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSENIAS DE ALCANTRA, ROSILDA PEREIRA ELISEU
PARTE(S) REQUERIDA(S): DELCIDES FRANCISCO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RANMAR SANTYAGO ALVES AMORIM SANTOS - OAB:21910/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, ante a decisão do Agravo de Instrumento de ref. 66 que negou provimento ao recurso, intimo a parte autora a fim de que efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para o cumprimento do mandado de intimação, em conformidade com a decisão de ref. 47, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 31304 Nr: 1767-16.2006.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERCINIO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ellen Juhas Jorge - OAB:24.680-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido aposto na petição retro, em razão do que SUSPENDO o curso da execução fiscal pelo prazo de um (01) ano.

Seguindo a orientação do art. 40, § 1º, da Lei n. 6.830/80, REMETAM-SE os autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
Decorrido o prazo de (01) ano sem que seja localizado o devedor/encontrados bens penhoráveis, ARQUIVEM-SE estes autos.
Transcorrido o prazo de cinco anos, contados do arquivamento, volvem CONCLUSOS os autos para analisar eventual ocorrência da prescrição intercorrente.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 33372 Nr: 1839-66.2007.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BOMBAS DIESEL E PEÇAS ARIPUANA LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VIVIANE SANTIN RODRIGUES - OAB:4206
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido aposto na petição retro, em razão do que SUSPENDO o curso da execução fiscal pelo prazo de um (01) ano.
Seguindo a orientação do art. 40, § 1º, da Lei n. 6.830/80, REMETAM-SE os autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
Decorrido o prazo de (01) ano sem que seja localizado o devedor/encontrados bens penhoráveis, ARQUIVEM-SE estes autos.
Transcorrido o prazo de cinco anos, contados do arquivamento, volvem CONCLUSOS os autos para analisar eventual ocorrência da prescrição intercorrente.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 35232 Nr: 1663-53.2008.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S): BOMBAS DIESEL E PEÇAS ARIPUANA LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ellen Juhas Jorge - OAB:24.680-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido aposto na petição retro, em razão do que SUSPENDO o curso da execução fiscal pelo prazo de um (01) ano.
Seguindo a orientação do art. 40, § 1º, da Lei n. 6.830/80, REMETAM-SE os autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
Decorrido o prazo de (01) ano sem que seja localizado o devedor/encontrados bens penhoráveis, ARQUIVEM-SE estes autos.
Transcorrido o prazo de cinco anos, contados do arquivamento, volvem CONCLUSOS os autos para analisar eventual ocorrência da prescrição intercorrente.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 41309 Nr: 1697-23.2011.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO JAIME COBALCHINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉIA CRISTINA MEDEIROS RODRIGUES - OAB:9831/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido aposto na petição retro, em razão do que SUSPENDO o curso da execução fiscal pelo prazo de um (01) ano.
Seguindo a orientação do art. 40, § 1º, da Lei n. 6.830/80, REMETAM-SE os autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
Decorrido o prazo de (01) ano sem que seja localizado o devedor/encontrados bens penhoráveis, ARQUIVEM-SE estes autos.
Transcorrido o prazo de cinco anos, contados do arquivamento, volvem CONCLUSOS os autos para analisar eventual ocorrência da prescrição intercorrente.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 50461 Nr: 1181-66.2012.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLEBER GONÇALVES LOURENÇO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido aposto na petição retro, em razão do que SUSPENDO o curso da execução fiscal pelo prazo de um (01) ano.
Seguindo a orientação do art. 40, § 1º, da Lei n. 6.830/80, REMETAM-SE os autos ao representante judicial da Fazenda Pública.
Decorrido o prazo de (01) ano sem que seja localizado o devedor/encontrados bens penhoráveis, ARQUIVEM-SE estes autos.
Transcorrido o prazo de cinco anos, contados do arquivamento, volvem CONCLUSOS os autos para analisar eventual ocorrência da prescrição intercorrente.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 50751 Nr: 1487-35.2012.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): J P DAS FONTES & CIA LTDA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos;
DEFIRO o pedido de ref. 07, suspendendo o feito pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art. 921, inc. V e art. 313, inc. II, do CPC.
Após o transcurso do prazo desta suspensão, INTIME-SE a parte exequente, na forma determinada pelo artigo 183, § 1º, do Código de Processo Civil, para requerer o que entender de direito.
Empós, conclusos para deliberações.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 70746 Nr: 4583-82.2017.811.0088
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ SILVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JESSICA VALERIA FERREIRO - OAB:12074/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos;
DEFIRO o pedido de ref. 23, suspendendo o feito pelo prazo de 01 (um) ano, nos termos do art. 921, inc. V e art. 313, inc. II, ambos do CPC.
Após o transcurso do prazo desta suspensão, INTIME-SE a parte exequente, na forma determinada pelo artigo 183, § 1º, do Código de Processo Civil, para requerer o que entender de direito.
Empós, conclusos para deliberações.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Dante Rodrigo Aranha da Silva
Cod. Proc.: 77175 Nr: 2886-89.2018.811.0088
AÇÃO: Divórcio Consensual->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARILDO DA FONSECA, VANDERLAN DELFINO MACHADO DE SOUZA FONSECA

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WAINER WILLIAMS DE FIGUEIREDO FORTES - OAB:14614

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, JULGA-SE TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para DECRETAR O DIVÓRCIO de ARILDO DA FONSECA e VANDERLAN DELFINO MACHADO DE SOUZA DA FONSECA, o que resulta na dissolução do vínculo matrimonial, devendo à parte-autora voltar a usar o nome de solteira, qual seja: VANDERLAN DELFINO MACHADO DE SOUZA.Por outro lado, HOMOLOGA-SE por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes. Por consequência, DECLARA-SE EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, II, "b", do CPC.Expeça-se ofício Oficial do Registro Civil da cidade de Colniza/MT, para que proceda à devida averbação na certidão de casamento registrada às fls. 093, do livro B nº004, sob o nº de ordem 691. Transitada em julgado, se nada for requerido, arquivem-se os autos, com as baixas necessárias e anotações de praxe.Intimar.Cumprir, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Dante Rodrigo Aranha da Silva

Cod. Proc.: 83001 Nr: 1040-03.2019.811.0088

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALTANER MARQUES TOMASI, JONAS PEREIRA, EDICLEI GOMES FARIAS, JAQUELINE DA SILVA FERREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXSANDRA VORTMANN FABRIN - OAB:21918/O, ELISANGELA M. PACHECO CEOLIN - OAB:23.2017-0, MOACIR PEREIRA DOS SANTOS - OAB:14462-B

Vistos...

Tendo em vista o teor da certidão da Gestora Judiciária de ref.271, bem como se tratando de feito concernente a réu preso e a informação de que a Cadeia Pública de Juína possui os aparelhos necessário para realização de audiência por videoconferência, DESIGNA-SE audiência para o interrogatório do acusado Jonas Pereira para a data de 13.12.2019, às 14h30min.

Por isso, à Secretaria para:

1. INTIMAR a Defesa e o réu (caso ainda não tenha sido feito);
2. Cientificar o Ministério Público;
3. Após, conclusos para audiência.

Cumprir.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Processo Número: 1000664-97.2019.8.11.0088

Parte(s) Polo Ativo:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))

RAQUEL SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))

Parte(s) Polo Passivo:

LEANDRO SAMPAIO DE CARVALHO (RÉU)

Magistrado(s):

DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE ARIPUANÃ DECISÃO Processo: 1000664-97.2019.8.11.0088. AUTOR(A): RAQUEL SOARES DE SOUZA, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RÉU: LEANDRO SAMPAIO DE CARVALHO Vistos... Trata-se de petição intitulada "Ação de alimentos c/c alimentos provisórios" ajuizada por Marcos Leandro de Souza Carvalho, representado por sua genitora Raquel Soares de Souza, contra Leandro Sampaio de Carvalho. A inicial foi recebida no id 24356351, ocasião em que foi deferido o pedido de antecipação de tutela e fixados os alimentos provisórios no patamar de ¼ do salário mínimo (R$249,50 na data de hoje). Foi expedida carta precatória para citação e intimação do requerido, a qual ainda não foi juntada aos autos. No id 27087870, a parte-requerida juntou pedido "incidental" de tutela de urgência, no qual requer a concessão do direito de visitas ao filho para este final de ano. Pois bem. Verifica-se dos autos que a Inicial se trata de pedido exclusivo de fixação de "Alimentos". Desta forma, considerando que o pedido do requerido vai além do objeto dos autos (concessão do direito de visitas no período de férias), entende-se que esse não pode ser analisado nestes autos, pelo menos não sob a forma escolhida, devendo o requerido fazê-lo (caso entenda necessário) em outro feito. Por fim, considerando a habilitação de procuradora em favor do requerido nos autos e ausente o retorno da carta precatória de citação, dá-se o demandado por citado. Por isso, à Secretaria para: 1. Intimar o requerido desta decisão; 2. Aguardar o prazo para apresentação de contestação; 3. Após, com a juntada da contestação ou o decurso do prazo, vistas ao Ministério Público. Cumprir. Aripuanã/MT, 11 de dezembro de 2019. Dante Rodrigo Aranha da Silva Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000520-26.2019.8.11.0088

Parte(s) Polo Ativo:

ELCINETH DE JESUS BRAGA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

JULIANA PAES PEREIRA OAB - MT0022159A-B (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Intimar a parte autora, para querendo. impugnar a contestação de ref. 25560421.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000549-76.2019.8.11.0088

Parte(s) Polo Ativo:

MARIA AMELIA MACEDO RODRIGUES (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

DIEFERSON FERREIRA NUNES OAB - MT23861/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

OI S.A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Intimar a parte autora, para querendo, impugnar a contestação de ref. 27206715, no prazo legal.

Comarca de Brasnorte

Vara Única

Expediente

Intimação das Partes

JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz

Cod. Proc.: 68236 Nr: 3189-04.2017.811.0100

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MBL, KdOL

PARTE(S) REQUERIDA(S): SLDCDSD

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCAS MOREIRA MILHOMEM - OAB:MT 21.907

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736, MÁRCIO HENRIQUE P. CARDOSO - OAB:7.659/MT

Vistos, etc.

Trata-se de cumprimento de sentença, promovida pela credora Kimberly de Oliveira Livinietz, representada por sua guardiã Márcia Buzinhani Livinietz.

A parte executada informa que realizou o pagamento, conforme memorial de cálculo atualizado e requer que seja extinta a execução (ref. 51).

À ref. 55 a parte exequente se manifestou favorável à planilha de cálculo e valores depositados, bem como requereu a expedição de alvará para o levantamento.

Juntou-se petição do executado à ref. 58, requerendo que a presente execução seja julgada extinta, nos termos do art. 924, inciso II, do CPC.

A parte autora se manifestou, requerendo novamente a expedição do alvará para levantamento (ref.59).
Assim sendo, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, ante o pagamento da obrigação, com fulcro no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
No mais, expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada conforme indica a petição de ref. 51, em favor do advogado da parte exequente, na conta indicada na petição de ref. 59, observando-se a procuração outorgada ao causídico e os poderes conferidos a ele.
Condeno o executado ao pagamento das custas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE.
Certificado o trânsito em julgado, e em nada mais sendo requerido, arquivem-se.
Demais diligências necessárias.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 23029 Nr: 737-02.2009.811.0100
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO OESTE/MT - SICREDI
PARTE(S) REQUERIDA(S): R. A ANTANA ROBERTO - ME, CARLOS GOMES ROBERTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: André Assis Rosa - OAB:OAB/MT 19.077-A
INTIMAÇÃO DA PARTE EXEQUENTE, na pessoa de seu procurador, para que no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos, comprovante de pagamento das despesas para a efetiva realização da baixa da penhora, perante o Cartório do 1º Ofício de Campo Novo do Parecis/Mt, nos termos da decisão de fl. 176.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 18426 Nr: 545-74.2006.811.0100
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AU
PARTE(S) REQUERIDA(S): RIECDMLE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANE MORENO HEIDGGER DA SILVA - PROCURADORA - OAB:3212-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: João Luiz Spolador - OAB:5453
Vistos, etc.
Arquive-se, com as baixas necessárias.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daiane Marilyn Vaz
Cod. Proc.: 76108 Nr: 571-18.2019.811.0100
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HALIFF JAIME MONTANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEANDRO PERES DIAS NUNES - OAB:26383/O
Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão contida na denúncia para o fim de: a)CONDENAR o réu HALIFF JAYME MONTANA pela prática do crime previsto no artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos I, II e IV, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal e ABSOLVÊ-LO das práticas dos crimes previstos no artigo 155, §§ 1º e 4º, incisos I, II e IV, do Código Penal e artigo 2º da Lei nº 12.850/2013;Condeno, ainda, o réu ao pagamento das despesas processuais. (...)

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000233-61.2018.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
LOURENCO & BARROS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA MAIA DUTRA OAB - MT18410/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PATRICIA FLORES BERNARDO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DAIANE MARILYN VAZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRASNORTE DESPACHO Processo: 1000233-61.2018.8.11.0100. REQUERENTE: LOURENCO & BARROS LTDA - ME REQUERIDO: PATRICIA FLORES BERNARDO Vistos etc. Cumpra-se integralmente a decisão anterior. Às providências. Brasnorte/MT, data da assinatura registrada no sistema. Daiane Marilyn Vaz Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000998-95.2019.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO EVANGELISTA NUNES (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000998-95.2019.8.11.0100 POLO ATIVO:DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: ANTONIO EVANGELISTA NUNES FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Brasnorte Data: 24/01/2020 Hora: 15:30 , no endereço: RUA CURITIBA, 1080, CENTRO, BRASNORTE - MT - CEP: 78350-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000999-80.2019.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS DE JESUS DA SILVA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000999-80.2019.8.11.0100 POLO ATIVO:DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: ANTONIO CARLOS DE JESUS DA SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Brasnorte Data: 24/01/2020 Hora: 15:45 , no endereço: RUA CURITIBA, 1080, CENTRO, BRASNORTE - MT - CEP: 78350-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001000-65.2019.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON MORIMAN TEWIT (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001000-65.2019.8.11.0100 POLO ATIVO:DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: EDSON MORIMAN TEWIT FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação

juizado Sala: Brasnorte Data: 24/01/2020 Hora: 16:00 , no endereço: RUA CURITIBA, 1080, CENTRO, BRASNORTE - MT - CEP: 78350-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001001-50.2019.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIAS VIEIRA DA COSTA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001001-50.2019.8.11.0100 POLO ATIVO:DOMICIANO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MILENA RODRIGUES DA SILVA POLO PASSIVO: JOSIAS VIEIRA DA COSTA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Brasnorte Data: 24/01/2020 Hora: 16:15 , no endereço: RUA CURITIBA, 1080, CENTRO, BRASNORTE - MT - CEP: 78350-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010126-64.2012.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
EVERALDO LUIZ AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMUEL ALVES OAB - MT0012422A-B (ADVOGADO(A))
MILENA RODRIGUES DA SILVA OAB - MT15446-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DAIANE MARILYN VAZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRASNORTE DECISÃO Processo: 8010126-64.2012.8.11.0100. REQUERENTE: EVERALDO LUIZ AMARAL REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Considerando que o requerido promoveu o pagamento do valor acordado (Id. 15866258), bem como que o advogado da parte autora já apresentou conta bancária para levantamento do valor (Id. 15778180), determino: 1. Expeça-se Alvará de Levantamento da quantia depositada no Id. 15866258, em favor da advogada da parte autora e na conta indicada na petição de Id. 15778180, observando-se a procuração outorgada à causídica e os poderes conferidos a ela. 2. Após a efetivação do levantamento dos valores, aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. Brasnorte, 15 de maio de 2019. (assinada digitalmente) Daiane Marilyn Vaz Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000840-40.2019.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
DIEIME COLERAUS RADECKI 06794652943 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELLEN ADRIANA RODRIGUES CONTI OAB - MT21998/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGINALDO LINO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DAIANE MARILYN VAZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRASNORTE SENTENÇA Processo: 1000840-40.2019.8.11.0100. REQUERENTE: DIEIME COLERAUS RADECKI 06794652943 REQUERIDO: REGINALDO LINO DA SILVA Vistos etc. Dispenso o relatório, na forma da Lei nº. 9.099/95. Tendo em vista que a requerente Dieimi Coleraus Radeck e o requerido Reginaldo Lino da Silva chegaram a um acordo para a solução do litígio, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos e JULGO o processo, com resolução de mérito. Sem custas, "ex vi legis". Considerando o teor do Enunciado 12, aprovado no XII Encontro dos Juízes dos Juizados Especiais Cíveis de Mato Grosso, DISPENSO a intimação das partes e determino o arquivamento imediato do feito. Cumpra-se. Brasnorte/MT, data da assinatura registrada no sistema. Daiane Marilyn Vaz Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000103-08.2017.8.11.0100
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO FERREIRA DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO DOS SANTOS MENDONCA OAB - MT10064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DAIANE MARILYN VAZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BRASNORTE DECISÃO Processo: 1000103-08.2017.8.11.0100. REQUERENTE: RENATO FERREIRA DE SOUSA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentença perante o Juizado Especial Cível. A executada se manifestou informando ter efetuado o integral pagamento espontâneo da condenação (Id. 16235593). O artigo 924, do Código de Processo Civil, dispõe que a execução será extinta quando a obrigação for satisfeita. (art. 924, II, NCPC). No caso, a executada informou nos autos que quitou o débito, conforme comprovante de id. 16235593. Ao id. 16279794 o exequente se manifestou concordando com o valor pago e requereu a expedição de alvará de levantamento do valor. Assim sendo, JULGO O PRESENTE PROCESSO EXTINTO, com fundamento no artigo 924, II, NCPC. No mais, defiro o levantamento dos valores depositados em juízo. Após o trânsito em julgado da presente, expeça-se Alvará de Levantamento da quantia depositada no Id. 16235593, em favor do advogado da parte exequente, na conta indicada na petição de Id. 16279799, observando-se a procuração outorgada ao causídico e os poderes conferidos a ele. Após a efetivação do levantamento dos valores, aguarde-se o prazo de 05 (cinco) dias, nada sendo requerido, arquive-se com as baixas de estilo. Sem custas e honorários (artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Demais diligências necessárias. Às providências. Brasnorte/MT, data da assinatura registrada no sistema. Daiane Marilyn Vaz Juíza de Direito

Comarca de Campinápolis

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000584-67.2019.8.11.0110
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MARIA RIBEIRO FREIRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO DINIZ SILVA OAB - GO21310 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPOLIO DE EDSON NOLASCO GUIMARÃES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARIDAQUE LUIZ NETO OAB - MT0003252A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
AD AUGUSTA PER ANGUSTA - PRESTACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE

CAMPINÁPOLIS DECISÃO Processo: 1000584-67.2019.8.11.0110. REQUERENTE: JOSE MARIA RIBEIRO FREIRE REQUERIDO: ESPOLIO DE EDSON NOLASCO GUIMARÃES Vistos. Decisão->Determinação. Trata-se de CARTA PRECATÓRIA oriunda da Comarca de Iporá/GO, expedida nos autos de EXECUÇÃO promovida por JOSE MARIA RIBEIRO FREIRE em face de ESPOLIO DE EDSON NOLASCO GUIMARAES. Quando da análise do recebimento da missiva (ID 23879530) este Juízo determinou a realização de hasta pública, nomeando leiloeiro credenciado e fixando valor mínimo para arrematação do imóvel. Designada a data de 6/12/2019 para realização da hasta (ID 25639108). Edital (ID 26774182). Pedido de habilitação de crédito e manifestação (ID 26850216). Manifestação da parte executada (ID 26952627), juntada em 5/12/2019, pugnando pela suspensão da praça designada no feito. É a síntese. Decido. Com relação ao pedido de habilitação de crédito e manifestação da parte (ID 26850216), tratando o presente feito de missiva expedida pelo Juízo deprecante a fim de realização de atos relacionados à expropriação de imóvel, competente o Juízo em que se processa o inventário judicial do espólio executado para que seja procedida a habilitação de crédito e eventual adimplemento da obrigação. A reserva de montante proveniente de eventual arrematação, não pode ser feita por este Juízo, sob pena de causar prejuízos processuais às partes que litigam contra o espólio nos autos de inventário, mormente em sede de execução. Por tais motivos, indefiro o pedido de habilitação de crédito, devendo ser buscada a via ordinária para tanto. Já com relação à manifestação da parte requerida/executada (ID 26952627) pugnando pela suspensão da realização da hasta pública, entendo não haver motivos que sustentem o pleito. Importa anotar que a hasta pública designada nos autos em 4/11/2019 já fora realizada em 6/12/2019, não tendo sido acostado ao feito, até o momento, a documentação relativa à sua realização, com informações de eventual arrematação e demais ocorrências. Ainda, ressalta-se que a manifestação referida (ID 26952627) foi juntada ao feito na data de 5/12/2019 às 14h44min, ou seja, com menos de vinte e quatro horas de antecedência da realização da primeira praça designada (ID 26774182). Questiona o requerido/executado a forma da realização da avaliação do bem imóvel, a falta de intimação do espolio executado acerca da avaliação, excesso na penhora e o croqui apresentado pelo leiloeiro. Observo que a avaliação acostada aos autos (ID 23709787) foi realizada por Oficial de Justiça, longa manus deste Juízo, que adotou critérios avaliativos atualizados e à luz da realidade imobiliária local, conforme se extrai do laudo elaborado. Depreende-se da certidão do Oficial de Justiça (ID 23709787) que foi realizada a penhora e avaliação do imóvel rural, tendo o administrador do espólio executado, EDSON NOLASCO GUIMARÃES FILHO, sido intimado do ato. A alegação de excesso na penhora não se sustenta ante a constatação de que no ID 23709784 a parte exequente/autora indicou especificamente o imóvel pretendido para a expropriação dentre os que compõem o espólio, atendendo à determinação do Juízo deprecante. Obedecida a previsão dos arts. 886 e seguintes do Código de Processo Civil, não há de se obter guarida a alegação de que o croqui juntado pelo leiloeiro importou em prejuízos à parte executada/requerida, sem que estes sejam devidamente comprovados. Restou claramente identificada a área posta à hasta pública por meio do edital expedido. Não encontra respaldo a alegação de que não fora dada publicidade ao edital de leilão, tendo em vista os IDs 26774156 e 27174120, que dão conta de sua ampla publicação em diversos meios de comunicação, inclusive na rede mundial de computadores. Notória a intenção protelatória da petição apresentada pela parte requerida/executada, sem que suas alegações tenham encontrado qualquer fundamento que as sustentem, razão pela qual fadada ao integral indeferimento. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão da hasta designada nos autos. Solicite-se informações ao leiloeiro público quanto ao resultado do leilão público realizado. Com a juntada das informações, intimem-se as partes para manifestação e oficie-se o Juízo deprecante. Após, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Campinápolis – MT, 9 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo Moraes e Silva Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 18045 Nr: 319-39.2006.811.0110
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERCÍLIA JOSÉ LIMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSON MARTIN SPOHR - OAB:, KATIA ALESSANDRA FÁVERO ALVES - OAB:167929-SP, MOACIR JESUS BARBOZA - OAB:105.089 /SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico para os devidos fins que, realizei o cadastramento da solicitação de implantação do beneficio junto ao JUSCONVÊNIO conforme comprovante de solicitação em anexo.
Nada mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35418 Nr: 829-37.2015.811.0110
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEIDE MENDES BERNARDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON CARLOS DE MEDEIROS FILHO - OAB:11658/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins que o executado Joaquim Matias Valadão foi devidamente intimado para recolher as custas e taxas judiciais, contudo deixou transcorrer in albis o prazo para adimplir a obrigação.
Certifico também que os executados Leandro, Eliomar e Gilmar intimados, comprovaram o recolhimento das custas e taxas judiciais conforme comprovantes de p. 1296/1298, 1290/1292 e 1287/1288.
Nada mais

Comarca de Cláudia

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Thatiana dos Santos
Cod. Proc.: 53057 Nr: 1038-09.2010.811.0101
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JVADO, CAADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TÂNIA MARA ROSA FINGER - OAB:OAB/MT 9.501-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos nº 1038-09.2010 (Id. 53057)
Ação de Execução de alimentos
Autor: J. V. A. de O representado por sua genitora CRISTIANE APARECIDA ALCANTARA DE OLIVEIRA
Executado: MARCELO DE OLIVEIRA
Vistos.
1. Defiro o pedido de fl. 68.
2. Considerando-se que ao advogado é assegurado o direito aos honorários, assim, na forma dos artigos 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal e artigo 22, § 1º da Lei nº 8.906/94, condeno o Estado de Mato Grosso ao pagamento de honorários a advogada dativa que atuou nos presentes autos até o presente momento, Dra. Tânia Mara Rosa Finger, OAB/MT nº 9.501-B, os quais arbitro em 05 (cinco) URH, que correspondem nesta data a R$ 4.642,55 (quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Expeça-se certidão de honorários.
3. Diligências necessárias.
Cláudia, 12 de dezembro de 2019.
THATIANA DOS SANTOS
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Thatiana dos Santos
Cod. Proc.: 96813 Nr: 1683-87.2017.811.0101
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de

Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ BORELI
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO FERREIRA DA SILVA - OAB:10947/PA, RINALDO FERREIRA DA SILVA - OAB:6813/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos Virtuais (Id. 96813)
Ação Ordinária de Cobrança
Requerente: JOSÉ BORELI
Requerido: MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT
Vistos.
1. INTIME-SE a parte recorrida (requerente) para oferecimento de contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprindo o artigo 1.010, §1º do CPC.
2. Caso o apelado interponha apelação adesiva, intime o apelante para apresentar contrarrazões, no mesmo prazo alhures mencionado.
3. Na sequência, encaminhem-se os autos ao E. TJMT, com as nossas homenagens de estilo (art. 1.010, §3º, do CPC).
4. Diligências necessárias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thatiana dos Santos
Cod. Proc.: 82001 Nr: 1189-67.2013.811.0101
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DB
PARTE(S) REQUERIDA(S): NCP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELLA MARIA LIMA SILVA GOMES - OAB:12687-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO HENRIQUE DE SOUZA - OAB:13733
Autos nº 1189-67.2013.811.0101 (Id. 82001)
Execução de alimentos
Exequente: D.C.B.P., representado por sua genitora DENILDA BEZERRA
Executado: NILSON CARLOS PASINI
Vistos.
SENTENÇA
Trata-se de execução de alimentos proposta por DEVERSON CARLOS BEZERRA PASINI, neste ato representado por sua genitora DENILDA BEZERRA em face de NILSON CARLOS PASINI.
Às fls. 166/167, as partes apresentaram acordo, requerendo a sua homologação e levantamento dos valores vinculados nestes autos, com consequente extinção do processo.
O Ministério Público opinou favoravelmente a homologação do acordo (fls. 169/170).
É, em síntese, o Relatório.
DECIDO.
Considerando o acordo firmado entre as partes e a concordância do Parquet, HOMOLOGO-O, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, valendo como título executivo judicial, a teor do artigo 515, III, do Código de Processo Civil.
Por conseguinte, julgo EXTINTO o presente feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, "b" do CPC.
Considerando o valor vinculado neste processo e em atenção ao acordo firmado às fls. 166/167, expeça-se alvará de levantamento do montante de R$ 3.000,00 (três mil reais) em favor do exequente, na conta informada às fls. 166-verso.
Consigna-se que o valor de R$ 6.854,48 (seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) já foi liberado em favor do exequente conforme extrato em anexo.
No tocante ao saldo remanescente, expeça-se alvará de levantamento em favor do executado.
Defiro os benefícios da justiça gratuita ao requerido.
Custas pela parte requerida, a qual é beneficiária da justiça gratuita.
Por se tratar de sentença homologatória de acordo, deixo de determinar a intimação das partes e de seus patronos, se o caso, acerca de seu teor, nos termos do disposto no art. 914 da CNGC/MT (Provimento 41-2016/CGJ), que dispensa referida intimação.
Publique-se, registre-se e, oportunamente, arquivem-se.
Ciência ao Ministério Público.
Diligências necessárias.
Cláudia, ____ de dezembro de 2019.
THATIANA DOS SANTOS
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82357 Nr: 1552-54.2013.811.0101
AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARMANDO BROCH
PARTE(S) REQUERIDA(S): OLIR ANTONIO BAGATINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE MARCOS REMPEL - OAB:MT 23.902, JOYCE CARLA M. DE A. HEEMANN - OAB:OAB/MT 8.723, RUI HEEMANN JUNIOR - OAB:15326
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VALDRIANGELO SAMUEL FONSECA - OAB:MT 6953
Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos a fim de intimar o(a) advogado(a) da parte autora para manifestar-se, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53176 Nr: 1158-52.2010.811.0101
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE SERGIO FELDHAUS, ANTONIO CARDOSO, JULIO REIS, SEBASTIÃO VIEIRA AMORIM, PEDRO PAULO PIVETTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DE CLÁUDIA/MT - OAB:, JIANCARLO LEOBET - OAB:10.718 OAB/MT, JOYCE CARLA M. DE A. HEEMANN - OAB:OAB/MT 8.723, RODRIGO DE FREITAS SARTORI - OAB:15884, RODRIGO DE FREITAS SARTORI - OAB:15884/MT
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n.º 52/2007-CGJ, impulsiono estes autos a fim de intimar a defesa do réu Sebastião Vieira Amorim para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da não localização da testemunha Fabrício Galvan, conforme certidão de fls. 414.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1000546-82.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS PARRA DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOYCE CARLA MARZOLA DE ANDRADE HEEMANN OAB - MT0008723A-O (ADVOGADO(A))
RUI HEEMANN JUNIOR OAB - MT15326/O (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE MARCOS REMPEL OAB - MT23902/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEI HOFFMANN (RÉU)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000546-82.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de tutela de urgência ajuizada por JOSÉ CARLOS PARRA DE ANDRADE em face de VANDERLEI HOFFMANN, em que aduz, em síntese, ser proprietário e possuidor de um imóvel rural com área de 623,43 ha (seiscentos e vinte e três hectares), denominada FAZENDA ANDRADE - I, conforme matriculas nº 381 e 382, do Cartório de Imóveis de Cláudia – MT, desde o ano de 2011 e somada à posse de seu antecessor, está há mais de 15 (quinze) anos na posse do imóvel. Afirma que a posse é mansa, pacífica e ininterrupta. Assevera que possui funcionário contratado para cuidar das benfeitorias existentes no imóvel. Aduz que no ano de 2015 teve a posse do seu imóvel esbulhada, o qual resultou na propositura da Ação de Interdito Proibitório (Código n° 86192), perante esta Comarca, sendo concedida a liminar em seu favor. Disse que em 10.07.2019 seu funcionário ao percorrer a propriedade avistou um grupo de pessoas desembarcando na entrada da propriedade, avistando-se, ainda, o

descarregamento de "várias coisas", como ferramentas, madeira e outros apetrechos, aparentemente para a construção de um local para servir de moradia para os referidos indivíduos, o qual foi informado pela pessoa de nome Rodrigo que seu mandante ordenou que este entrasse na propriedade e "tomasse conta" da área. Ainda, aduz que no dia 12.07.2019 foi verificado que a corrente com o cadeado da porteira principal do imóvel, havia sido quebrada e substituída por uma nova, bem como constatou-se que a identificação da "Fazenda Andrade" havia sido derrubada e substituída por uma nova placa indicando "Fazenda Santo Antônio". Por fim, afirma que seu preposto foi até o imóvel e lá, um sujeito não identificado, mas que estava a mando do requerido, lhe ordenou a imediata saída do imóvel, pois a "fazenda agora era deles". Diante dos fatos, o requerente foi esbulhado na posse do imóvel, assim pleiteia em sede de liminar a concessão da reintegração de posse. Juntou documentos à inicial. Decisão determinando emenda à inicial para fins de atribuição do valor correto à causa, devendo recolher as custas devidas, bem como para apresentar as matrículas atualizadas dos imóveis (Id. 22291410). Manifestação do Requerente retificando o valor da causa e pugnando pelo recolhimento das custas ao final do processo, bem como aduzindo que a ação não versa sobre direito de posse, razão pela qual desnecessária a juntada da matrícula atualizada (Id. 23172114). Decisão indeferindo o pagamento de custas ao final da demanda e a concessão de parcelamento, bem como determinou a realização de constatação (Id. 24070535). O requerente opôs Embargos de Declaração (Id. 24853307) referente à decisão que indeferiu o benefício do recolhimento das custas ao fim da demanda, bem como ante a ausência de menção com relação à petição referente a retificação do valor da causa. Decisão provimento parcial dos Embargos (Id. 25087032). Juntada guia de pagamento da 1° parcela das custas e taxas (Id. 26250011). Auto de Constatação (Id. 27048306). DECIDO. Para a concessão do pedido liminar nas ações de manutenção ou reintegração de posse, segundo o art. 561 do Código de Processo Civil, incumbe ao autor provar: "I – a sua posse; II – a turbação ou esbulho praticado pelo réu; III – a data da turbação ou do esbulho; IV – a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção; a perda da posse, na ação de reintegração." Pois bem, existe no caderno processual indícios mais que suficientes sobre a posse do autor em relação ao bem objeto da presente demanda, mormente pela constatação realizada pelo oficial de justiça (Id. 27048306). Consta no auto de constatação/vistoria, as seguintes afirmações colhidas: Sr. Ademir dos Santos, "informou que não conhece o Sr. Vanderlei Hoffmann, segundo ele, tem conhecimento que a referida área em questão pertence aos Sr. José Carlos Parra de Andrade; Sr. José Cesar Sabo alegou que "tem conhecimento que o imóvel em questão seria do Sr. Celso Vieira de Andrade há vários anos, e que foi vendido para o Sr. José Carlos Parra de Andrade, e que a referida área teria sido ocupada pelo Sr. Vanderlei Hoffmann, não sabendo precisar a data, mas acredita que foi há menos de um ano; Sr. Luiz Felipe Di Domenico "informou que o imóvel supra citado, segundo seu conhecimento seria de propriedade da família Andrade, ou seja, o Sr. Celso Vieira Andrade há muitos anos, e que a referida área teria sido vendida para o Sr. José Carlos Parra de Andrade, e que foi informado por funcionário que cuidam das divisas de sua Fazenda (Maracaí) de que havia uma invasão no referido imóvel por parte de um "tal" Vanderlei (...) e que tem conhecimento que a família Andrade era proprietária da área, porém foi vendida há algum tempo, e que não conhece o Sr. Valderlei." (Id. 27055545). Outrossim, foi constatado pelo Oficial de Justiça que "no momento da constatação (27/11/19) não encontrei a parte requerida, o Sr. Vanderlei Hoffmann, e também não foram encontradas outras pessoas no local. Que a porteira encontrava-se encostada e apenas uma corda era utilizada para mantê-la fechada, encontrei vestígios de que o referido imóvel seja habitado, pois existem construções no local, como uma residência de madeira, com utensílios de cozinha, como fogão, mesa com cadeiras, balcão de pia, panelas entre outras, na varanda também existe um pequeno galinheiro com algumas aves, alguns cachorros (...)" Tais elementos de convicção, data vênia, trazem, no mínimo, a verossimilhança da posse a título de "jus possidendi" (posse de dono). Da mesma forma, insofismável a comprovação do esbulho praticado pelo requerido, levando-se em conta os fatos constantes através dos Boletins de Ocorrências n° 2019.204000 e 2019.207132, bem como as fotografias acostadas aos autos e constatação feita pelo meirinho e imagens por ele tiradas. Quanto à data do esbulho, por sua vez, não é tarefa árdua concluir que ocorreu em menos de ano e dia, tendo em vista a verossimilhança trazida pela data apontada e demais elementos de convicção existentes nos autos, ou seja, 10.07.2019 Não se pode olvidar, por fim, que a perda da posse ocorreu vez que a parte autora está impedida de realizar atos inerentes ao seu domínio, poder este, aliás, inerente à condição de legítima possuidora do bem. Ora, a posse é um estado de fato, nos termos do artigo 1.196 do Código Civil "Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à posse". A análise da posse deve ser realizada no plano dos fatos e não no plano jurídico, o Magistrado deve averiguar a qualidade de possuidor atentando-se para o mundo fático, para aquilo que realmente é e não do que deve ser. Sobre o assunto cumpre trazer à colação os ensinamentos de Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald: "A posse seria o poder de fato e a propriedade, o poder de direito sobre a coisa. O fato e o direito: tal é a síntese a que se reduz a distinção entre a posse e a propriedade. A posse não é reconhecida como modelo jurídico autônomo, pois o possuidor seria aquele que concede destinação econômica à propriedade, isto é visibilidade ao domínio. A posse é a porta que conduziria à propriedade, um meio que conduz a um fim.(...)". (In Direitos Reais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, pg. 31). Assim sendo e considerando-se que a liminar é exarada em sede de cognição sumária, por ora, reputo presentes todos os requisitos para a concessão da liminar. Cabe salientar que há prova suficiente nos autos para a análise da liminar, seja pelos documentos trazidos pela parte Autora, seja pela constatação feita pelo Oficial de Justiça, razão pela qual torna-se desnecessária a audiência de justificação prévia. Ante o exposto, DEFIRO LIMINARMENTE a concessão de REINTEGRAÇÃO DE POSSE do imóvel descrito na inicial em favor da requerente JOSÉ CARLOS PARRA DE ANDRADE, determinando-se a expedição de mandado e reintegração de posse a ser cumprido contra o invasor VANDERLEI HOFFMANN e quem estiver esbulhando e/ou turbando a área rural, inclusive, com o auxílio da força policial, caso for preciso, devendo ser recomendada a máxima cautela no cumprimento da presente ordem. No mandado, cientifique-se o réu e terceiros encontrados na área sobre a proibição de praticar quaisquer outros atos de turbação ou esbulho, sob pena de serem condenados ao pagamento de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), tudo com fulcro no instituto da astreintes, prevista no art. 497 do CPC. Determino que a reintegração seja feita por meio de dois Oficiais de Justiça que deverão identificar e qualificar todas as pessoas que estão ocupando o imóvel e que lá se encontrem bem como sejam cientificados sobre o prazo para oferecer contestação. 2. Cumprida a liminar, cite-se o Requerido e terceiros esbulhadores para, querendo, contestar a ação no prazo de 15 (quinze) dias. Na hipótese do Sr. Oficial de Justiça verificar pela ocultação de uma das partes para não ser citado, determino, desde já, a citação por hora certa, nos termos dos artigos 252 e 253 do CPC. Determino ainda a citação por edital dos demais réus que porventura não sejam localizados ou identificados quando do cumprimento da presente liminar, com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do artigo 257, III do CPC. 3. Intimem-se. 4. Diligências necessárias. Cláudia, 13 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000610-92.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PUBLICO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES OAB - MT4979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE CLAUDIA (RÉU)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000610-92.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Recebo a inicial, em todos os seus termos. 2. Em análise dos autos, verifico a parte autora não juntou a guia e o comprovante de pagamento de custas e taxas judiciais inicial, contudo em consulta ao sistema de arrecadação verifico que fora devidamente recolhido. Assim, para evitar futuras irregularidades, determino a intimação da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias juntar a guia e o comprovante de pagamento. 3. CITE-SE o requerido sobre os termos da inicial, para querendo contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do Código de Processo Civil. 4. Havendo na contestação fato impeditivo, modificativo ou extintivo, intime-se a parte autora para impugnar a contestação, no prazo

de 15 (quinze) dias (art. 350 c/c art. 186, ambos do NCPC). 5. Diligências necessárias. Cláudia, 13 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000831-75.2019.8.11.0101
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELO RAFAEL DALMASO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
THATIANA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA COMARCA DE CLÁUDIA GABINETE Autos nº 1000831-75.2019.8.11.0101 Vistos. 1. Recebo a inicial, posto que preenchidos os requisitos legais. 2. Trata-se de ação de busca e apreensão proposta pelo BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em face de ANGELO RAFAEL DALMASO, com o fim de buscar e apreender o bem dado em garantia no contrato nº 160291817 (GRUPO 9170, cota 00-215) firmado entre as partes, ante a inadimplência do Requerido a partir da parcela com vencimento em 12.08.2019. Afirma que a parte requerida, mesmo devidamente notificada, deixou de pagar as prestações devidas, permanecendo inadimplente. Assim, requer a medida, em sede de liminar, para o fim de ser o veículo marca Volkswagen, modelo Saveiro CE Cross MA, ano/ fabricação 2015, chassi 9BWLL45U9FP182360, placa QBE 3062, cor branca, apreendido e depositado em mãos da parte autora. Juntou documentos à inicial. É, em síntese, o relatório. DECIDO. A inicial veio instruída com cópia do contrato com cláusula de alienação fiduciária, para efeito de constituição em mora a notificação extrajudicial, bem como com demonstrativo de débito. Assim, atendidos os pressupostos legais, DEFIRO liminarmente a busca e apreensão do bem descrito na inicial, e determino a expedição do respectivo mandado, devendo constar que a requerida deverá entregar junto ao bem, seus respectivos documentos. 3. Nomeio para assumir o encargo de fiel depositário pessoa a ser indicada pelo credor, lavrando-se o respectivo termo de compromisso. 4. Defiro os benefícios previstos no art. 212, §2º, do CPC. 5. Executada a liminar, cite-se a parte requerida para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a integralidade da dívida pendente (prestações vencidas e vincendas, com os acréscimos legais), conforme REsp 1.418.593/MS, acrescida de custas e honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento), ou, em 15 (quinze) dias, apresente contestação, ainda que tenha efetuado o pagamento e pretenda a restituição de valores que entenda pagos a maior (art. 3º e §§, Dec-lei nº 911/69, alterado pela Lei nº 10.931/04). 6. INDEFIRO o pedido para oficiar o DETRAN e a Secretaria da Fazenda Estadual, a fim de comunicar a transferência da propriedade e para que se abstenham de cobra o IPVA, eis que é ônus da parte autora fazê-lo. 7. Postergo a análise do pedido de penhor on line para após a citação do requerido. 8. Int. 9. Diligências necessárias. Cláudia, 13 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito

Comarca de Colniza

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 65676 Nr: 1041-10.2014.811.0105
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Robson Medeiros
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBSON MEDEIROS - OAB:6395-B/MT
Vistos;
INTIME-SE a defesa para se manifestar quanto o teor da carta precatória devolvida às fls. 121/124-v.
CERTIFIQUE-SE quanto a expedição de carta precatória para a oitiva da testemunha EDIVALDO NUNES, exclusiva da defesa.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 99866 Nr: 2870-50.2019.811.0105
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): TAP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JABES FERREIRA CELESTINO BARBOZA - OAB:21.709/MT, ROBSON MEDEIROS - OAB:6395-B/MT
Vistos;
Em sede de resposta à acusação o réu não arguiu preliminares ou apresentou documentos, tendo apenas arrolado testemunhas para serem inquiridas no curso da instrução processual.
Outrossim, perlustrando os autos VERIFICO que ausentes as hipóteses do art. 397 do CPP, as quais se referem à absolvição sumária.
Sendo assim, DEIXO de absolver o réu sumariamente e DESIGNO para o dia 27 de janeiro de 2020, às 16h00min, a audiência de instrução e julgamento, ocasião em que se tomarão as declarações da ofendida, a inquirição das testemunhas arroladas pelas partes, e, por último, interrogar-se-á o réu.
INTIMEM-SE. CIÊNCIA ao Ministério Público.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 68870 Nr: 1412-37.2015.811.0105
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS STURARO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN LOPES DIAS FERNANDES - OAB:21.072/MT
Vistos;
Cuida-se de pedido de revogação da prisão preventiva formulado por MARCOS STURARO, em que sua defesa articula que estão ausentes os pressupostos autorizadores de sua segregação cautelar. Requereu alternativamente a concessão de liberdade provisória condicionada à aplicação de medidas cautelares diversas da prisão (Ref: 266).
Instado a se manifestar sobre o pedido da defesa, o Parquet opinou pela manutenção da prisão preventiva do acusado, afirmando que não há nos autos alteração do quadro fático que sustente a concessão de liberdade provisória (Ref: 271).
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
DECIDO.
Compulsando os autos com vagar, verifica-se que a o petitório de Ref: 266 trata-se de reiteração do pedido formulado na Ref: 228 - sem em nada acrescentar.
Acresce-se que esta reiteração de pedidos, sem novel lastro, apenas atrasa a marcha processual. Como se não bastasse, sequer se manifestou para impulsionar o feito.
Desta forma, considerando que este Juízo manteve a prisão preventiva do acusado na decisão proferida na Ref: 253, bem como constatada reiteração de pedidos de revogação da prisão preventiva, o último pleito defensivo será apreciado com a técnica da fundamentação per relationem, evitando-se, assim, repetição desnecessária do que já foi decidido anteriormente.
MARCOS STURARO teve a sua prisão preventiva mantida nos seguintes termos:
"Vistos;
Cuida-se de AÇÃO PENAL para apurar crime de homicídio qualificado (art. 121, § 1º, incisos II, III e IV, do Código Penal) em tese praticado por MARCOS STURARO contra ISMAEL NUNES DE ANDRADE.
O acusado requereu a revogação da prisão preventiva, pois, no seu entender, não se fazem presentes os requisitos para sua segregação cautelar. Alternativamente, clama pela concessão de liberdade provisória condicionada à aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Instado a se manifestar sobre o pedido da defesa, o Parquet opinou pela manutenção da prisão preventiva do acusado, afirmando que não há nos autos alteração do quadro fático que sustente a concessão de liberdade provisória.
É o breve relato.
DECIDO.
A prisão preventiva é regida pela cláusula rebus sic standibus, ou seja, enquanto presentes os requisitos que deram azo ao decreto preventivo é de rigor a manutenção da segregação cautelar do acusado.
Dispõe o art. 312, caput, do CPP, que a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
Tendo em vista que os motivos que deram azo à decretação da prisão preventiva continuam presentes, é de se ver o indeferimento do pleito do requerente, senão veja-se:
A revogação da prisão preventiva pressupõe a ocorrência de fato novo que altere a situação fática que ensejou a sua decretação – a exemplo do final da instrução, quando a segregação cautelar se funda exclusivamente na conveniência da instrução criminal.
Não se olvida que o Juízo pode conceder ordem de habeas corpus de ofício quando se deparar com constrangimento ilegal do direito de ir e vir do paciente, contudo não é a hipótese dos autos.
A decisão que decretou a prisão preventiva foi devidamente fundamentada, amparada nos elementos constantes nos autos, não havendo falar em constrangimento ilegal.
Dessa forma, o que pleiteia a douta defesa nada mais é do que a revisão de uma decisão prolatada por um Juízo de 1º grau por outro da mesma instância.
Ademais, restou configurado os requisitos da custódia preventiva, eis que presente a necessidade de acautelar a ordem pública, pois, depois de colocado em liberdade neste feito, o réu supostamente se envolveu em novo delito - ação penal n.º 3107-21.2018.8.11.0105 (Código: 90595), em que responde por lesão corporal e ameaça em situação de violência doméstica contra a mulher.
Diante dos apontamentos supramencionados, verifica-se a que manutenção da prisão preventiva é necessária para acautelar a ordem pública, pois os elementos constantes no caderno processual apontam que o custodiado é useiro e vezeiro na prática de crimes, ostentando, inclusive, vasta ficha criminal. Logo, sua conduta é diversa daquela esperada por quem vive em sociedade.
Malgrado a defesa do acusado alegue que a ação penal n.º 3107-21.2018.8.11.0105 (Código: 90595) esteja prescrita devido a suposta vítima daquele delito ter renunciado ao direito de representação criminal, verifica-se que o feito em análise (cód. 68870) destina-se exclusivamente à apuração do crime de homicídio que vitimou Ismael Nunes de Andrade.
E mais, acaso a acusação logre êxito em comprovar os fatos descritos na denúncia, é deveras possível que o regime inicial para o cumprimento de pena seja fechado – destino, o qual, o corréu Paulo Sturaro trilhou.
Presentes também os fundamentos que autorizam a decretação de custódia cautelar, qual seja, o delito ser punido com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos.
Calha mencionar que a segregação cautelar se mostra necessária para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que ao ser decretada a prisão preventiva (22 de novembro de 2018) o acusado tornou seu paradeiro desconhecido, sendo recapturando, tão somente em 04 de novembro de 2019, sendo de se prognosticar que se esquivará da aplicação da lei penal.
Nesse passo, compulsando os autos, verifica-se que não houve qualquer alteração no cenário fático ou probatório capaz de ensejar a revogação da supramencionada decisão, vez que desnecessária nova análise dos requisitos da prisão preventiva.
Há, por conseguinte, necessidade da manutenção da segregação provisória, revelando-se insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319, do CPP).
Dessa feita, pelos fundamentos acima expostos e muito embora a segregação provisória possua natureza de medida drástica e indesejada, as razões para a sua decretação, por ora, subsistem, motivo pelo qual a custódia não deve ser revogada.
Por todo o exposto, uma vez que permanecem os requisitos dos art. 312 e 313 do CPP, MANTENHO a prisão preventiva do réu MARCOS STURARO.
Considerando que o Ministério Público manifestou pela desistência da oitiva da testemunha de acusação Gustavo Vidal (Ref: 224), HOMOLOGO para que surta seus jurídicos e legais efeitos a desistência.
INTIMEM-SE as partes acerca do teor de deste decisum e para informar se possuem diligências a requerer, cuja necessidade se origine de circunstância ou fato apurado na instrução (artigo 402 do Código de Processo Penal).
EXPEÇA-SE o necessário com a máxima urgência, mormente o presente feito tramitar com a urgência “réu preso”.
ÀS PROVIDÊNCIAS”.
De mais a mais, a prisão preventiva é regida pela cláusula rebus sic standibus, ou seja, enquanto presentes os requisitos que deram azo ao decreto preventivo é de rigor a manutenção da segregação cautelar do réu.
Insta frisar que até o presente momento, o conteúdo obtido durante a instrução probatória vem a corroborar os elementos de convicção coligidos durante a fase pré-processual, os quais embasaram a decretação da prisão preventiva, de modo que o cenário de outrora permanece inalterado.
Logo, a prisão preventiva do réu MARCOS STURARO deve ser mantida, pelos fundamentos acima esposados, eis que inalterado o escorço fático constatado anteriormente.
Ainda, perfilhando detidamente os autos nota-se que a acusação informou não ter interesse na realização de diligências na fase do artigo 402 do Código de Processo Penal (Ref: 259) e que a defesa não se manifestou nesta fase processual - motivo por que resta precluso o requerimento de novas provas.
Assim, diante da ocorrência da preclusão, DOU por encerrada a instrução.
As partes terão o prazo sucessivo de 05 (cinco) dias para apresentação de memoriais.
Primeiro, DÊ-SE vista dos autos ao Ministério Público para que ofereça alegações finais.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário com a máxima urgência, haja vista se tratar da prioridade “réu preso”.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Colniza-MT, 12 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
RICARDO FRAZON MENEGUCCI
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 96763 Nr: 1577-45.2019.811.0105
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cleiton Alexandro dos Reis Costa, DEYVIDI BATISTA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS - OAB:16.496/MT
Vistos;
Os autos vieram conclusos após a juntada do petitório constante na movimentação de Ref: 130, onde o advogado nomeado para patrocinar a defesa dos acusados declinou o múnus que lhe foi incumbido no comando proferido na Ref: 75.
Desta forma, ARBITRO os honorários do defensor dativo proporcionalmente em 05 (cinco) URHS (metade do valor fixado na tabela da OAB-MT).
Contudo, em razão da previsão dos artigos 5º, inciso LV, e 103, ambos da Constituição Federal, o acusado necessita de defesa técnica para exercer o contraditório e ampla defesa no processo.
Desta forma, acolho o declínio à nomeação apresentado pelo d. causídico anteriormente nomeado, nomeio o advogado Robson Medeiros – OAB/MT - 6395-B, fixando os honorários em 10 (dez) URH, para patrocinar os interesses dos acusados até o trânsito em julgado da sentença/acórdão a ser proferida nestes autos.
Assim, DETERMINO a intimação pessoal do defensor para tomar ciência da nomeação, bem como para que apresente recurso de apelação.
Após, tornem-me os autos CONCLUSOS para deliberações.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 91862 Nr: 3773-22.2018.811.0105
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RJG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Astilho Demetrio Urbieta - OAB:7717-B
Vistos.
Considerando a manifestação da Defesa, HOMOLOGO a desistência da oitiva das testemunhas KAMILLY DA SILVA PEREIRA e ERDICLEICON DOS SANTOS FRANCISCO.
AGUARDE-SE em cartório a data para realização da audiência.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 99908 Nr: 2880-94.2019.811.0105
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Daniel Fonseca da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARAMADSON BARBOSA DA SILVA - OAB:OAB/MT 20.257/B
Vistos.
Nota-se que o advogado nomeado, intimado pessoalmente, deixou o prazo para apresentar resposta à acusação transcorrer in albis – sequer informou se declina ou não a nomeação.
Assim, APLICA-SE ao advogado desidioso a multa de 10 salários mínimos, na forma do art. 265, caput, do CPP.
OFICIE-SE à OAB-MT para que seu órgão censor adote as medidas que entender pertinente.
Por fim, REVOGO a nomeação de Ref. 27.
No mais, tendo em vista que não há, no momento, Defensor Público atuando no núcleo de Colniza, nomeio como defensor dativo o Dr. MATEUS GONÇALVES DA SILVA –OAB/MT 21384/O, arbitrando seus honorários advocatícios em 30 (trinta) URHs, conforme a tabela da OABMT, para patrocinar a defesa do réu, até o final da causa.
Assim, DETERMINO a intimação pessoal do advogado dativo para tomar ciência da nomeação, bem como apresentar resposta à acusação.
PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39514 Nr: 954-93.2010.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria de Lourdes da Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Reinaldo Luciano Fernandes - OAB:12849-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte autora a se manifestar no que entender de direito.
Neverton Aparecido Gossler Lima
Técnico Judiciário
Mat:37461

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62740 Nr: 127-77.2013.811.0105
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRASILINA PORCINA SCHARRA, Sonia Aparecida Charra Brunelli, Clóvis Brunelli, Monalice Scharra, Maria Neuza Charra Paixão
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alessandro da Cruz Polveiro - OAB:16487-A/MT, ALESSANDRO DA CRUZ POLVEIRO - OAB:16487/A-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte autora a se manifestar no que entender de direito.
Neverton Aparecido Gossler Lima
Técnico Judiciário
Mat:37461

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 62893 Nr: 285-35.2013.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MGR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JABES FERREIRA CELESTINO BARBOZA - OAB:21.709/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS - OAB:16.496/MT
Vistos etc., Trata-se de ação de alimentos entre as partes em epígrafe. Devidamente citada e intimada, a parte requerida não compareceu à audiência de conciliação, instrução e julgamento realizada nesta data, razão por que foi decretada a sua revelia, contudo, sem a aplicação do efeito da presunção de veracidade das alegações deduzidas em sede de petição inicial. Dada a palavra às partes, ambas pugnaram pela oitiva da genitora da parte autora, a Sra. Angélica da Silva, a qual foi inquirida em Juízo. Iniciados os debates, a parte requerente pugnou pela procedência do pedido, enquanto o procurador do requerido pleiteou pela improcedência. Por fim, o parquet emitiu parecer oral pela procedência do pedido. É o relato do necessário. Fundamento e DECIDO. A questão envolvendo a fixação de alimentos gira em torno do binômio necessidade do alimentado e capacidade contributiva do alimentante. No que toca à necessidade da parte autora, observa-se que se trata de menino saudável que hoje conta com seis anos de idade. Por outro viés, o requerido aparentemente é caminhoneiro e possui outros três filhos – dos quais, dois são menores. Impende frisar que a própria genitora da parte requerente atestou que o requerido poderia contribuir com aproximadamente R$ 250,00. Nesta senda, é de rigor a procedência parcial do pedido, fixando-se os alimentos em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para CONDENAR MÁRCIO GONÇALVES RODIRGUES ao pagamento mensal de alimentos em favor de BRENO CAUÃ RODRIGUES DA SILVA, os quais fixo em 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente. Condeno a parte requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios de sucumbência, os quais fixo no mínimo legal, com a ressalva do art. 98, 3º, do CPC. Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. P.R.I.C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 62893 Nr: 285-35.2013.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MGR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JABES FERREIRA CELESTINO BARBOZA - OAB:21.709/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRO GUTJAHR DOS SANTOS - OAB:16.496/MT
Vistos etc.
CONCEDO os benefícios da justiça gratuita, revogando-os a qualquer tempo caso inverídica a declaração de hipossuficiência.
RECEBO a petição inicial e, nos termos do artigo 911 c.c art. 528, §3°, ambos do CPC, DETERMINO a INTIMAÇÃO da parte executada para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao pagamento do valor demonstrado pela parte exequente, além das vincendas, sob pena de prisão civil pelo prazo legal, podendo, no entanto, provar que já pagou a referida prestação ou, mesmo, justificar fundamentadamente a impossibilidade de pagá-la.
Autorizo, desde já, a citação nos moldes do artigo 212, § 2º, do CPC.

CIÊNCIA ao Ministério Público.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Frazon Menegucci
Cod. Proc.: 100165 Nr: 2990-93.2019.811.0105
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Tiago Augusto Pereira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JABES FERREIRA CELESTINO BARBOZA - OAB:21.709/MT, ROBSON MEDEIROS - OAB:6395-B/MT
Vistos;
Em sede de resposta à acusação o réu não arguiu preliminares ou apresentou documentos, tendo apenas arrolado testemunhas para serem inquiridas no curso da instrução processual.
Outrossim, perlustrando os autos VERIFICO que ausentes as hipóteses do art. 397 do CPP, as quais se referem à absolvição sumária.
Sendo assim, DEIXO de absolver o réu sumariamente e DESIGNO para o dia 27 de janeiro de 2020, às 17h00min, a audiência de instrução e julgamento, ocasião em que se tomarão as declarações do ofendido, a inquirição das testemunhas arroladas pelas partes, e, por último, interrogar-se-á o réu.
INTIMEM-SE. CIÊNCIA ao Ministério Público.
ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61604 Nr: 673-69.2012.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Francisco Rodrigues Pires
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ROBERTO FERREIRA MARTINS - OAB:11.706/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte autora a se manifestar no que entender de direito.
Neverton Aparecido Gossler Lima
Técnico Judiciário
Mat:37461

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62393 Nr: 1463-53.2012.811.0105
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Vaz da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alessandro da Cruz Polveiro - OAB:16487-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte autora a se manifestar no que entender de direito.
Neverton Aparecido Gossler Lima
Técnico Judiciário
Mat:37461

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000578-75.2019.8.11.0105
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCOS LEITE FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AKIN ALVES COMIN OAB - MT16173/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J A INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA - EPP (REQUERIDO)

IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO Impulsiono os autos para INTIMAR a parte autora se manifestar em relação a certidão da oficial de justiça ID 26666912, data 29/11/2019, no prazo legal. Oficial Escrevente

Comarca de Cotriguaçu

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62346 Nr: 748-92.2013.811.0099
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): LAMINADOS NOVA UNIÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIÃO PEREIRA DE CASTRO - OAB:4238-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007, impulsiono estes autos com a finalidade de INTIMAR a exequente para manifestação, inclusive para indicar endereço mais atualizado.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Dante Rodrigo Aranha da Silva
Cod. Proc.: 80510 Nr: 1350-10.2018.811.0099
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RRDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SARA TONEZER - OAB:OAB/MT 9.074-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS GONÇALVES PASCHOAL - OAB:15.881/A, FERNANDO FRANÇA NISHIKAWA - OAB:13169/O
Ante o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE o pedido formulado na Denúncia e nas alegações finais pelo Ministério Público, ABSOLVENDO ROBERTO RANGEL DE SOUZA quanto à infração penal do art. 217-A do Código Penal, com fulcro no art. 386, VII, do Código de Processo Penal.IV DISPOSIÇÕES FINAIS – À SECRETARIAEXPEDIR ALVARÁ DE SOLTURA em favor do acusado, providenciando o necessário para seu cumprimento, com URGÊNCIA. Sem custas e despesas processuais.Oportunamente, após certificar o trânsito em julgado desta sentença, adotar as seguintes providências:1.Proceder às anotações e baixas necessárias;2.Após, arquivar com as formalidades de praxe.Ciência ao Ministério Público.Considerando a natureza do processo, PUBLICAR sem a indicação de nome da vítima. INTIMAR a vítima (por meio de sua responsável legal, se ainda menor quando do ato).Intimar, observando-se o art. 392 do CPP. Não encontrado para ser intimado pessoalmente, proceder à intimação por Edital (prazo de 20 dias). Havendo recurso de apelação, certificada a tempestividade, intimar apelante para razões e, após, apelado para contrarrazões, remetendo ao Tribunal de Justiça para julgamento. Caso o acusado deseje apelar, deve ser intimado o Defensor que atuou no processo para interpor e arrazoar o recurso, o que gerará nova fixação de URH em caso de ser defensor nomeado. Não interpondo ou não arrazoando, NOMEAR outro Defensor para fazê-lo (a partir da lista da Secretaria, obedecendo, como sempre, à alternância) ou INTIMAR o acusado para constituição de novo Defensor, se constituído (inerte o acusado, NOMEAR Defensor para tanto). O mesmo procedimento será feito em caso de apelação do Ministério Público quanto às contrarrazões. Cotriguaçu/MT, 13 de dezembro de 2019.Dante Rodrigo Aranha da SilvaJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 80510 Nr: 1350-10.2018.811.0099
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RRDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SARA TONEZER - OAB:OAB/MT 9.074-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS GONÇALVES

PASCHOAL - OAB:15.881/A, FERNANDO FRANÇA NISHIKAWA - OAB:13169/O

Nos termos da legislação e provimento nº 52/2007, impulsiono estes autos com a finalidade de abrir vista à parte requerida para intimação de sentença de Ref 179.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1000706-16.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
ARNALDO DE CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON ALEX VINOTTI OAB - PR92992 (ADVOGADO(A))
VALDECIR LUIZ ROCHA OAB - SC51793 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARNALDO SIMIONI CAMPOS JUNIOR (RÉU)
SANDRO MATTOS CASTELLO BRANCO (RÉU)
ALESSANDRA NUNES DURAND CASTELLO BRANCO (RÉU)
Magistrado(s):
DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE COTRIGUAÇU DECISÃO Vistos.... Após a análise da Inicial e os documentos que a acompanham, constatou-se que a petição inicial não atendeu aos requisitos elencados nos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil. É que não foram identificadas, em meio aos documentos juntados, as guias comprobatórias do recolhimento das custas iniciais. Assim, não há comprovação da emissão de Guias, tampouco comprovantes de pagamento, sendo estes imprescindíveis para o processamento da demanda. Desta forma, a petição inicial merece emenda. Portanto, nos termos do artigo 321 do CPC, INTIME-SE a parte-autora, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, devendo: 1. EMITIR a Guia de custas de distribuição e pagá-la, juntando-a com o respectivo comprovante; Frisa-se a necessidade de atentar-se ao disposto no artigo 321, p. único, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certificar e conclusos. Intimar. Cumprir.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000695-84.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE NOVA ESPERANCA (REQUERENTE)
EZEQUIAS DE SOUZA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA

Vistos... I RELATÓRIO Trata-se de petição denominada “Tutela provisória de urgência de natureza cautelar (em caráter liminar)” ajuizada por Associação de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Comunitário de Nova Esperança, representada por seu presidente Ezequeias de Souza Barros, contra Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. Depreende-se da Inicial que a Associação fora formada pelas esposas dos agricultores do Distrito de Nova Esperança, por meio de contrato de prestação de serviços com a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, no valor de R$ 6.634,92 (seis seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos) mensais. Após iniciada a prestação de serviço, narra-se que em abril de 2018, técnicos da Energisa verificaram que havia um “rabicho” que estaria ligado a uma casa vizinha da sede da associação e, segundo o narrado, os referidos técnicos informaram que, havendo continuidade da utilização do “rabicho” a energia do local seria interrompida, mas que seria de fácil resolução, consistindo na instalação de um novo padrão com a ligação da energia no prazo de 10 (dez) dias. Ocorre que, segundo consta a Inicial, já foram realizados vários pedidos de resolução no posto de atendimento da requerida em Cotriguaçu, com o primeiro realizado em 13.08.2019, sob protocolo n° 50786955. Explica que a equipe da Energisa de Colniza se deslocou para a realização da ligação da energia, mas chegando ao local, informaram que o técnico teria instalado o poste de forma errada. Sendo assim, relata a parte-autora que novamente se deslocou até Cotriguaçu, onde contratou um técnico para ir até Nova Esperança realizar a correção da instalação do poste, solicitando-se junto à equipe da Energisa de Cotriguaçu a ligação da energia do local. Explica-se que novamente a Energisa de Colniza retornou ao local para religar a energia, sendo negado, sob a informação de que o poste não poderia ficar dentro do limite da associação, mas sim na divisa do terreno com a calçada (protocolo sob n° 59580830). Por conta disto, segundo o narrado, fora contratado novo técnico para realizar a mudança do poste para a divisa, havendo outro deslocamento até a Energisa de Cotriguaçu, que emitiu a abertura da Ordem de Serviço 59249989. Deslocando-se até Nova Esperança, a Equipe de Colniza, ao realizar a ligação da energia do local, disse, segundo consta na Inicial, que a caixa (padrão) deveria ser maior, isto para que a energia de 220v fosse ligada. Assim, relata-se, que novamente o técnico fora até Nova Esperança, realizou a troca da caixinha, solicitando-se nova OS 60304360 para a instalação da energia de 220v. Todavia, a Equipe de Colniza realizou a ligação da energia de 110v. Alega-se que a energia 110v já está ligada há 90 dias e que fora solicitada a mudança para 220v, contudo, a requerida informou que não possui unidade consumidora em nome da Associação. Por isso é que se requer, em sede de tutela antecipada, que seja determinada à parte-requerida, sob pena de multa diária de 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, o ligamento da energia elétrica de 220 volts na Associação. II FUNDAMENTAÇÃO Verificando-se aparentemente atendido os conteúdos dos arts. 319 e 320, ambos do CPC, não sendo o caso de indeferimento (art. 330 do CPC), RECEBE-SE a Inicial. DEFERE-SE o pedido de assistência judiciária gratuita, tendo em vista que, segundo consta dos autos, os autores não têm condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família, de acordo com o artigo 98 do CPC. Passa-se agora, portanto, à análise da tutela de urgência pleiteada. Para a concessão da medida pleiteada, devem estar presentes os requisitos exigidos pelo art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Entende-se como fumus boni iuris um sinal ou indício de que o direito pleiteado de fato existe. Por outro lado, o periculum in mora é conceituado a partir das consequências que a demora da decisão judicial pode gerar, frustrando por completo a apreciação ou cumprimento satisfativo e satisfatório do quanto pedido. Assim, juntamente com o fumus boni iuris, o periculum in mora é requisito indispensável para a concessão de tutela de urgência em caráter antecipado. Especificamente sobre a tutela cautelar, devem ser indicados os arts. 300 e 301, ambos do CPC: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. §1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. §2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. §3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito. O conceito de “cautelar” não foi alterado com o novo CPC, diferenciando-se da “antecipada” por algumas questões, sendo talvez a mais relevante a relação com o pedido principal. Enquanto a tutela antecipada possui relação mais íntima com o que se pretende ao final, a cautelar traz em si a natureza de instrumentalidade procedimental de forma bem mais forte. Não obstante a redação do art. 301 do CPC, ali se encontram apenas algumas medidas possíveis, tendo o legislador se mantido vinculado à previsão normativa anterior, muito embora pudesse (devesse, na verdade) ter estabelecido uma tessitura aberta, prevendo apenas a parte final do dispositivo. Trabalhando acerca do requisito fumus boni iuris, a parte-autora alega estar demonstrado através dos contratos com a Prefeitura para a fabricação de pão para venda às escolas municipais. Em relação ao periculum in mora, alegou a parte-autora estar patente, considerando a essencialidade do serviço, que está interrompido, tendo em vista a falha na prestação de serviço da requerida. Não obstante a alegação da parte-autora, não há indicação robusta (pelo menos não ficou devidamente cristalino nos autos) de que, mesmo com a energia religada de 110v, estaria havendo interrupção da prestação de serviço

pela Associação, já que há menção de que a energia já teria sido religada há 90 dias. Ademais, mesmo havendo menção das Ordens de Serviço 59249989 e 60304360 (esta última para a instalação da energia de 220v), há apenas o número delas escrito a mão (Id. 26660526), o que impossibilita saber o teor de tais OS's. Com efeito, revela-se indispensável a dilação probatória, tendo em vista que não foi demonstrada de maneira suficientemente indiciária no bojo dos autos o binômio exigido, posto que a prova documental colacionada não preenche a moldura fática relacionada ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. III CONCLUSÃO Pelo exposto, sempre frisando o caráter provisório, precário e contemporâneo (atualidade) desta decisão, INDEFERE-SE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, pela falta de requisitos ensejadores da medida. No mais, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, DESIGNA-SE audiência de conciliação para o dia 13.02.2020, às 15h30min, na sala de audiências do CEJUSC. Portanto, à SECRETARIA para: 1. INTIMAR a parte-autora da presente decisão, bem como para comparecer à audiência de conciliação; 2. CITAR a parte-requerida para que tenha conhecimento do processo, além de INTIMÁ-LA para que compareça à audiência ACOMPANHADA de advogado, bem como de que, após a audiência (comparecendo ou não), terá o prazo de 15 dias para contestar, sendo a ela conferida a possibilidade de, não tendo condições, ser nomeado um Defensor; 3. FICA ESCLARECIDO que, não havendo conciliação, a parte-requerida deve oferecer resposta (inclusive contestação) no prazo de 15 dias a contar da audiência (art. 335, I, do CPC), atentando-se ao previsto no art. 344 do CPC; 4. Na hipótese de a contestação apresentar preliminares, documentos, fatos ou argumentos novos, INTIMAR a parte-autora para impugnação no prazo legal ou, se for o caso, especificar as provas que pretende produzir/requerer o que entender de direito; 5. Após, conclusos. Intimar. Cumprir. Serve cópia do presente como MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA, considerando a celeridade processual pretendida.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000695-84.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DE AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE NOVA ESPERANCA (REQUERENTE)
EZEQUIAS DE SOUZA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO RODRIGO DA SILVA OAB - MT25225/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA

Vistos... I RELATÓRIO Trata-se de petição denominada "Tutela provisória de urgência de natureza cautelar (em caráter liminar)" ajuizada por Associação de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Comunitário de Nova Esperança, representada por seu presidente Ezequeias de Souza Barros, contra Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. Depreende-se da Inicial que a Associação fora formada pelas esposas dos agricultores do Distrito de Nova Esperança, por meio de contrato de prestação de serviços com a Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, no valor de R$ 6.634,92 (seis seiscentos e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos) mensais. Após iniciada a prestação de serviço, narra-se que em abril de 2018, técnicos da Energisa verificaram que havia um "rabicho" que estaria ligado a uma casa vizinha da sede da associação e, segundo o narrado, os referidos técnicos informaram que, havendo continuidade da utilização do "rabicho" a energia do local seria interrompida, mas que seria de fácil resolução, consistindo na instalação de um novo padrão com a ligação da energia no prazo de 10 (dez) dias. Ocorre que, segundo consta a Inicial, já foram realizados vários pedidos de resolução no posto de atendimento da requerida em Cotriguaçu, com o primeiro realizado em 13.08.2019, sob protocolo n° 50786955. Explica que a equipe da Energisa de Colniza se deslocou para a realização da ligação da energia, mas chegando ao local, informaram que o técnico teria instalado o poste de forma errada. Sendo assim, relata a parte-autora que novamente se deslocou até Cotriguaçu, onde contratou um técnico para ir até Nova Esperança realizar a correção da instalação do poste, solicitando-se junto à equipe da Energisa de Cotriguaçu a ligação da energia do local. Explica-se que novamente a Energisa de Colniza retornou ao local para religar a energia, sendo negado, sob a informação de que o poste não poderia ficar dentro do limite da associação, mas sim na divisa do terreno com a calçada (protocolo sob n° 59580830). Por conta disto, segundo o narrado, fora contratado novo técnico para realizar a mudança do poste para a divisa, havendo outro deslocamento até a Energisa de Cotriguaçu, que emitiu a abertura da Ordem de Serviço 59249989. Deslocando-se até Nova Esperança, a Equipe de Colniza, ao realizar a ligação da energia do local, disse, segundo consta na Inicial, que a caixa (padrão) deveria ser maior, isto para que a energia de 220v fosse ligada. Assim, relata-se, que novamente o técnico fora até Nova Esperança, realizou a troca da caixinha, solicitando-se nova OS 60304360 para a instalação da energia de 220v. Todavia, a Equipe de Colniza realizou a ligação da energia de 110v. Alega-se que a energia 110v já está ligada há 90 dias e que fora solicitada a mudança para 220v, contudo, a requerida informou que não possui unidade consumidora em nome da Associação. Por isso é que se requer, em sede de tutela antecipada, que seja determinada à parte-requerida, sob pena de multa diária de 1.000,00 (mil reais) por dia de atraso, o ligamento da energia elétrica de 220 volts na Associação. II FUNDAMENTAÇÃO Verificando-se aparentemente atendido os conteúdos dos arts. 319 e 320, ambos do CPC, não sendo o caso de indeferimento (art. 330 do CPC), RECEBE-SE a Inicial. DEFERE-SE o pedido de assistência judiciária gratuita, tendo em vista que, segundo consta dos autos, os autores não têm condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família, de acordo com o artigo 98 do CPC. Passa-se agora, portanto, à análise da tutela de urgência pleiteada. Para a concessão da medida pleiteada, devem estar presentes os requisitos exigidos pelo art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Entende-se como fumus boni iuris um sinal ou indício de que o direito pleiteado de fato existe. Por outro lado, o periculum in mora é conceituado a partir das consequências que a demora da decisão judicial pode gerar, frustrando por completo a apreciação ou cumprimento satisfativo e satisfatório do quanto pedido. Assim, juntamente com o fumus boni iuris, o periculum in mora é requisito indispensável para a concessão de tutela de urgência em caráter antecipado. Especificamente sobre a tutela cautelar, devem ser indicados os arts. 300 e 301, ambos do CPC: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. §1o Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. §2o A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. §3o A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito. O conceito de "cautelar" não foi alterado com o novo CPC, diferenciando-se da "antecipada" por algumas questões, sendo talvez a mais relevante a relação com o pedido principal. Enquanto a tutela antecipada possui relação mais íntima com o que se pretende ao final, a cautelar traz em si a natureza de instrumentalidade procedimental de forma bem mais forte. Não obstante a redação do art. 301 do CPC, ali se encontram apenas algumas medidas possíveis, tendo o legislador se mantido vinculado à previsão normativa anterior, muito embora pudesse (devesse, na verdade) ter estabelecido uma tessitura aberta, prevendo apenas a parte final do dispositivo. Trabalhando acerca do requisito fumus boni iuris, a parte-autora alega estar demonstrado através dos contratos com a Prefeitura para a fabricação de pão para venda às escolas municipais. Em relação ao periculum in mora, alegou a parte-autora estar patente, considerando a essencialidade do serviço, que está interrompido, tendo em vista a falha na prestação de serviço da requerida. Não obstante a alegação da parte-autora, não há indicação robusta (pelo menos não ficou devidamente cristalino nos autos) de que, mesmo com a energia religada de 110v, estaria havendo interrupção da prestação de serviço pela Associação, já que há menção de que a energia já teria sido religada há 90 dias. Ademais, mesmo havendo menção das Ordens de Serviço 59249989 e 60304360 (esta última para a instalação da energia de 220v), há apenas o número delas escrito a mão (Id. 26660526), o que impossibilita saber o teor de tais OS's. Com efeito, revela-se indispensável a dilação probatória, tendo em vista que não foi demonstrada de maneira

suficientemente indiciária no bojo dos autos o binômio exigido, posto que a prova documental colacionada não preenche a moldura fática relacionada ao perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. III CONCLUSÃO Pelo exposto, sempre frisando o caráter provisório, precário e contemporâneo (atualidade) desta decisão, INDEFERE-SE O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, pela falta de requisitos ensejadores da medida. No mais, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil, DESIGNA-SE audiência de conciliação para o dia 13.02.2020, às 15h30min, na sala de audiências do CEJUSC. Portanto, à SECRETARIA para: 1. INTIMAR a parte-autora da presente decisão, bem como para comparecer à audiência de conciliação; 2. CITAR a parte-requerida para que tenha conhecimento do processo, além de INTIMÁ-LA para que compareça à audiência ACOMPANHADA de advogado, bem como de que, após a audiência (comparecendo ou não), terá o prazo de 15 dias para contestar, sendo a ela conferida a possibilidade de, não tendo condições, ser nomeado um Defensor; 3. FICA ESCLARECIDO que, não havendo conciliação, a parte-requerida deve oferecer resposta (inclusive contestação) no prazo de 15 dias a contar da audiência (art. 335, I, do CPC), atentando-se ao previsto no art. 344 do CPC; 4. Na hipótese de a contestação apresentar preliminares, documentos, fatos ou argumentos novos, INTIMAR a parte-autora para impugnação no prazo legal ou, se for o caso, especificar as provas que pretende produzir/requerer o que entender de direito; 5. Após, conclusos. Intimar. Cumprir. Serve cópia do presente como MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA, considerando a celeridade processual pretendida.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000105-10.2019.8.11.0099
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR LUCAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Heber Aziz Saber OAB - MT9825-O (ADVOGADO(A))
CLEITON CARLOS KLASNER OAB - MT25868/O (ADVOGADO(A))
MARIANNA BARROS SABER OAB - MT19452-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (RÉU)
estado de mato grosso (RÉU)
Magistrado(s):
DANTE RODRIGO ARANHA DA SILVA

Vistos... Trata-se de Petição manejada por Júlio Cesar Lucas, requerendo o cumprimento de sentença em relação à condenação em sede de sentença. Juntou-se demonstrativo do débito atualizado. Preenchidos os requisitos legais gerais e especiais, RECEBE-SE a Petição veiculadora. Há posterior manifestação, informando descumprimento da decisão judicial pelo Estado de Mato Grosso, tendo em vista que o nome do autor permanece incluso no cadastrado de inadimplentes, impossibilitando-o de realizar qualquer transação comercial. Por isso é que se requer a expedição de ofício ao DETRAN, em caráter de urgência, para que proceda à exclusão definitiva do nome do autor dos cadastros de inadimplentes. Junta extrato emitido em 06/09/2019, indicando o protesto. Pois bem. Conforme decisão judicial que deferiu a tutela antecipada de urgência, foi determinado que a parte-requerida procedesse à exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes. Em sentença prolatada, julgou-se procedente o pedido, tornando a tutela antecipada definitiva. Pelo extrato juntado pelo autor, emitido em 06/09/2019, verifica-se que seu nome ainda se encontra protestado no valor de R$1.011,00. Pelo documento juntado, constata-se que decisão judicial não foi obedecida pelo requerido, tendo em vista a manutenção do nome do autor em cadastro de inadimplente. Tal situação faz com que ganhe incidência o art. 536 do CPC: Art. 536. No cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, para a efetivação da tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias à satisfação do exequente. Muito embora o pedido seja pela expedição de ofício ao DETRAN/MT, o polo passivo dos autos é o ESTADO DE MATO GROSSO e, pela informação nos autos, verifica-se que o protesto foi realizado pela PGE (Id. 18143933). Não obstante, DEFERE-SE o pedido da parte-autora, ressaltando-se que será o Estado de Mato Grosso intimado para proceder à exclusão do nome do autor, nos moldes já deferidos. Ante o exposto, à SECRETARIA para: 1. INTIMAR o ESTADO DE MATO GROSSO para: a. PROCEDER, no prazo de 24 horas, à exclusão do nome JULIO CESAR LUCAS – CPF: 820.886.831-00 dos cadastros de inadimplentes que porventura tenha providenciado a inscrição EM RELAÇÃO AO NÃO PAGAMENTO DO IPVA QUE TENHA SE DADO APÓS A ALIENAÇÃO DO VEÍCULO MARCA: YAMAHA, MODELO: TDM 225, ANO DE FABRICAÇÃO: 2002, COM PLACAS DE LICENCIAMENTO JZO 2664, RENAVAN 007956733191 (10.03.2006 - Id. 18143922); b. Querendo, MANIFESTAR-SE em relação os cálculos, seja aceitando, seja impugnando a execução (art. 535 do CPC), isso no prazo de 30 dias. 2. NÃO IMPUGNADA a execução ou havendo concordância: a. EXPEDIR a pertinente Requisição de Pequeno Valor (RPV) e/ou Precatório, atentando-se às normas pertinentes (e. g., arts. 535, §3º, do CPC e 100, caput e §3º, da Constituição Federal); b. Após Expedir RPV/Precatório, aguardar notícia de depósito e Expedir Alvará para liberação dos valores, arquivando com as baixas e anotações de estilo. 3. HAVENDO impugnação, INTIMAR a parte-autora para se manifestar, seja para concordar, seja para questionar o apontado: a. Havendo concordância, seguir o item 2, “a”; b. Discordando, conclusos. Intimar. Cumprir. Serve cópia do presente como MANDADO/OFÍCIO/PRECATÓRIA, considerando a celeridade processual pretendida.

Comarca de Dom Aquino

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 8140 Nr: 242-30.2007.811.0034
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Nacional - União
PARTE(S) REQUERIDA(S): VITÓRIA RÉGIA ÁGUA MINERAL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lidinalva Alves Martins - Procuradora da Fazenda Nacional - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SANDRERLI FERREIRA NERY - OAB:3564/MT
Código nº 8140.
VISTOS.
Trata-se de Execução proposta pela FAZENDA NACIONAL - UNIÃO em face de VITORIA REGIA ÁGUA MINERAL LTDA, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
O exequente informou que o executado adimpliu o debito exequendo (fls. 139/v).
Os autos vieram conclusos.
É o relatório.
Decido.
Diante das informações de quitação do débito exequendo, a extinção é medida que se impõe.
Destarte, ante o exposto e sem mais delongas, JULGO EXTINTO O PROCESSO com resolução de mérito, com fundamento no artigo 924, inciso II, do CPC.
Publique-se. Intimem-se.
Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo.
Dom Aquino/MT, 11 de Novembro de 2019.
LENER LEOPOLDO DA SILVA COLEHO
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 3754 Nr: 414-16.2000.811.0034
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Nacional - União
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alessandro Ribeiro Martins - OAB:4112, Carlos Alberto de Carvalho - OAB:3.558-A, Francisco de Carvalho - OAB:1792-A/MT, SILVANA PACHECO LEAL - OAB:3714
Ante o exposto e, por tudo que dos autos constam, reconheço a ocorrência prescrição e DECLARO EXTINTO O CRÉDITO TRIBUTÁRIO, em conformidade com o artigo 174, do CTN. Por consequência, JULGO E DECLARO EXTINTO o processo, nos termos do artigo 487, inciso II, do NCPC.Sem custas. Por fim, após o trânsito em julgado, nada mais sendo

requerido, arquive-se o feito com as baixas e anotações de estilo.P.I.C.Dom Aquino/MT, 24 de Setembro de 2019.LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 54992 Nr: 983-84.2018.811.0034
AÇÃO: Alvará Judicial - Lei 6858/80->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alaide Teles da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GIRLENE LUIZA DOURADO GARCIA - OAB:23995/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código nº 54992.
Vistos e etc.
Diante da impossibilidade de intimação pessoal dos herdeiros do de cujus João Alves de Jesus, Geraldo Alves de Jesus, Venice Alves de Jesus e Cleonice Alves de Jesus, tendo em vista que a requerente desconhece o paradeiro dos mesmos, bem como considerando que já fora procedido com buscas pelo SIEL (ref. 49), sendo assim DEFIRO o pedido de citação por edital.
Após, CERTIFIQUE-SE o decurso do prazo, em seguida, voltem-me os autos conclusos para as deliberações pertinentes.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 11124 Nr: 966-63.2009.811.0034
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Soares de Medeiros
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ESTELA MARIS PIVETTA - OAB:6722
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andreza Alves Medeiros - Procuradora Federal do Inss - OAB:
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte autora/exequente, para que tome ciência acerca do inteiro teor dos Ofícios Requisitórios (Precatório/RPV), expedidos às fls. 337/339, nos presentes autos conforme Res. CJF 458/2017, art. 11, e para, que no prazo legal, querendo, se manifeste.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 11451 Nr: 47-40.2010.811.0034
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIÃO SANDOVAL RIBEIRO, Santos de Souza Ribeiro, OSVALDO ANTONIO RIBEIRO, Marlene de Souza Ribeiro, Marly de Souza Ribeiro Darold, Maria da Luz Ribeiro Magalhães, Aldemar Ribeiro de Souza, Sinval Antonio Ribeiro, Mayra de Souza Ribeiro, Lourivaldo de Souza Ribeiro Júnior, Rafael de Souza Ribeiro, Lorena Ribeiro de Paula Souza, Luiz Henrique Ribeiro de Paula, Olívia Samira Ribeiro
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espólio de Mariana Vaz de Souza, Espólio de Honório Antonio Ribeiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fernanda Ribeiro Darold - OAB:12037, José Domingos Chionha Júnior - OAB:129092, José Horácio Vilhagra Filho - OAB:2891, OSVALDO ANTÔNIO RIBEIRO - OAB:1422/MT, Rafael de Souza Ribeiro - OAB:13.369
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
No que tange ao pedido de fls. 555, verifica-se que às fls. 362/365, fora indeferido o pedido de reconsideranção, porquanto já está efetivada a devida averbação.
Sem prejuízo, intime-se a a Fazenda Pública, através do Gerente AFJAC/SUAC/SEFAZ – Jaciara – MT, derradeiramente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias , informe acerca do numero correto de semoventes, conforme determinado às fls. 553, sob penal de multa.
Após, decorrido o prazo e com o aporte das informações, devolvam os autos conclusos para análise dos demais pedidos de fls. 557.
Expeça-se o necessário.
Às providências.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32510 Nr: 1213-05.2013.811.0034
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marilucia Pereira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - Rondonópolis-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marla Denilse Rheinheimer - OAB:12123/MT, Rafael Parmegiani - OAB:19.762
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Felipe Guizzardi - Procurdor Federal do INSS - OAB:, Milena Luisa de Macedo Bonfim - Procuradora Federal do INSS - OAB:Mat 1950397
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte autora/exequente, para que tome ciência acerca do inteiro teor dos Ofícios Requisitórios (Precatório/RPV), expedidos às fls. 138/139, nos presentes autos conforme Res. CJF 458/2017, art. 11, e para, que no prazo legal, querendo, se manifeste.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31187 Nr: 958-81.2012.811.0034
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sinval Barbosa de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Rondonópolis-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Flávia Penha Oliveira Dias Cardoso - OAB:12617-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Felipe Guizzardi - Procurdor Federal do INSS - OAB:, MARCELO NUNES ARAKAKI - Procurador Federal - OAB:292271
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da parte autora/exequente, para que tome ciência acerca do inteiro teor dos Ofícios Requisitórios (Precatório/RPV), expedidos às fls. 189/190, nos presentes autos conforme Res. CJF 458/2017, art. 11, e para, que no prazo legal, querendo, se manifeste.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31965 Nr: 682-16.2013.811.0034
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alessandra Thomé
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ympactus Comercial LTDA- ME (Telexfree INC)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Dércio Lupiano de Assis Filho - OAB:12466/AMT, Renato Dias Coutinho Neto - OAB:11003-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Horst Vilmar Fuchs - OAB:12529
Cerifico e dou fé que, conforme determinada o Artigo 1.691, XI da CNGC, e artigo 7º do Provimento 12/2017-CGJ/MT, INTIMO OS ADVOGADOS DA PARTE AUTORA, Dr. Chernenko do Nascimento Coutinho - OAB:17.553/0 e Dr. Renato Dias Coutinho Neto - OAB/MT 11.003-A, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento de 50% das custas judiciais, no valor total de R$ 2.149,82 (Dois mil cento e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos), sendo R$ 1.074,91 de custas e R$ 1.074,91 de taxas. DA MESMA FORMA, FICA O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, Dr. Horst Vilmar Fuchs - OAB:12529, para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento de 50% das custas judiciais, no valor total de R$ 2.149,82 (dois mil cento e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos), sendo R$ 1.074,91 de custas e R$ 1.074,91 de taxas, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação – DCA/TJMT para fins de protesto, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na

Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça. FICAM, AINDA, CIENTES de que poderão acessar o site www.tjmt.jus.br, link 'EMISSÃO DE GUIAS ON LINE – Emitir Guias – custas finais/remanescentes", preencher os dados do processo e valores de custas e taxas, e gerar guia. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga), no Protocolo Geral da Comarca de Dom Aquino – MT, ou entrar em contato pelo telefone (66) 3451-1224 (Central de Arrecadação e Arquivamento).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35242 Nr: 865-50.2014.811.0034
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ CARLOS GUIMARÃES JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): DROGAMAIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Chernenko do Nascimento Coutinho - OAB:17.553/0, Renato Dias Coutinho Neto - OAB:11003-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARTHUR REZENDE WALDSCHMIDT - OAB:12624
Cerifico e dou fé que, conforme determinada o Artigo 1.691, XI da CNGC, e artigo 7º do Provimento 12/2017-CGJ/MT, INTIMO O ADVOGADO DA PARTE REQUERIDA, Dr. ARTHUR REZENDE WALDSCHMIDT - OAB:12.624, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas judiciais, valor total de R$ 627,89 (Seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), sendo R$ 487,04 de custas e R$ 140,85 de taxas, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação – DCA/TJMT para fins de protesto, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça. FICAM, AINDA, CIENTES de que poderão acessar o site www.tjmt.jus.br, link 'EMISSÃO DE GUIAS ON LINE – Emitir Guias – custas finais/remanescentes", preencher os dados do processo e valores de custas e taxas, e gerar guia. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga), no Protocolo Geral da Comarca de Dom Aquino – MT, ou entrar em contato pelo telefone (66) 3451-1224 (Central de Arrecadação e Arquivamento).

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 52734 Nr: 3381-38.2017.811.0034
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Leonir da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados Vale do Cerrado - SICREDI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruno Torquete Barbosa - OAB:9127/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRESSA ARMELIN - OAB:18776-A, MARCELO ALVES PUGA - OAB:5058
Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, CONHEÇO dos embargos de declaração opostos à ref.110, por tempestivos, e, no mérito, DOU-LHES PROVIMENTO para sanar a retro omissão da forma como acima fundamentado. No que se refere, aos embargos de declaração de ref.111, conheço, pois tempestivos, mas, no mérito, nego-lhes provimento.Às providências. Cumpra-se._____LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJUIZ DE DIREITO

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 38422 Nr: 765-61.2015.811.0034
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elso Carvalho Nogueira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sindicato Rural de Dom Aquino-MT, FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE DOM AQUINO-MT., Adair Pereira Ismerio
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ricardo Ferreira Garcia - OAB:7313
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública de Mato Grosso - D. Aquino-MT. - OAB:, Edmilson Vasconcelos de Moraes - OAB:8548, Evaldo Rezende Fernandes - OAB:3610/MT, Laís Schwarz Viana Fernandes - OAB:18264/MT
Ante todo o exposto, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO, sem resolução do mérito, o processo em face do requerido Município de Dom Aquino, reconhecendo a ilegitimidade passiva ad causam. Por fim, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação indenizatória movida por ELSO CARVALHO NOGUEIRA para condenar SOLIDARIAMENTE os requeridos SINDICATO RURAL DE DOM AQUINO/MT e SR ADAIR PEREIRA ISMERIO:a) ao pagamento ao autor, a título de indenização por danos materiais, a quantia de R$54.101,00(cinquenta e quatro mil e cento e um reais) , devidamente corrigido pela média dos índices INPC a partir do evento danoso e Juros de mora de 1% a partir da citação. b) ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para correção monetária, desde já, juros de mora legais em 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. art. 406 do CC, c/c o § 1º do art. 161 do CTN, cuja incidência deverá ser feita a partir do evento danoso, bem como a correção monetária sob o índice o INPC a partir da prolação da sentença. Em consequência, julgo feito extinto, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Pela causalidade e sucumbência, arcarão os requeridos com as custas e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios da parte contrária, fixados em 10% do valor da causa. P.I.C.LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lener Leopoldo da Silva Coelho
Cod. Proc.: 50104 Nr: 2227-82.2017.811.0034
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Francisco da Rocha Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO - OAB:12617B, Girlene Luzia Durado Garcia - OAB:23995/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto de Souza - Procurador Federal - OAB:
Isto posto, e pelo que mais consta dos autos, conheço dos embargos de declaração opostos, por tempestivos, mas, no mérito, nego-lhes provimento.Expeço nesta data alvará do valor incontroverso.Às providências. Cumpra-se._____LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHOJUIZ DE DIREITO

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000101-71.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
LUBERTO ROBERTO DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

Vistos. Trata-se de AÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL proposta por LUBERTO ROBERTO DA CRUZ, qualificado nos autos, propôs em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando, em síntese, o recebimento de aposentadoria por idade rural, em razão de ter preenchido os requisitos. Em síntese, alega a parte requerente que asceu em 02 de maio de 1955, tendo completado 60 anos no ano de 2015, necessitando comprovar 15 anos de efetivo exercício de atividade rural, para a concessão da aposentadoria. Informa que data 08/05/2018, postulou junto ao Posto de Benefícios do INSS a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, com o número (NB): 185.829.721-1.Por fim, a parte autora pugna pela concessão do benefício de aposentadoria rural por idade. A inicial foi recebida, bem como houve o deferimento dos benefícios da assistência gratuita a parte autora. A parte requerida apresentou contestação no ID. 19813356, seguida da impugnação à contestação apresentada pela parte autora no ID. 20665029. Há decisão de organização de processo, a qual designou

audiência de instrução e julgamento (ID.20794577). Audiência de instrução e julgamento realizada (ID.23532824). Vieram-me os autos conclusos. É O BREVE RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. O pedido é procedente. Com efeito, o trabalhador rural é enquadrado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.213/91. O exercício da atividade rural foi comprovado pelos depoimentos das testemunhas como exige o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, corroborando o início de prova material. Outrossim, em juízo a testemunha Dilson Xavier de Oliveira informou que: Conhece a parte autora há 30(trinta) anos, que o conheceu em Cruzeiro Doeste em Tabaporã, e que lá o autor trabalhava na zona rural plantando mandioca. E que atualmente o autor exerce a atividade rural plantando mandioca e horta na chácara de um filho. Informou que o autor está nessa chácara há aproximadamente 08(oito) anos, e que o trabalho realizado é braçal e que não possui funcionários. Em seu depoimento a testemunha José Vitalino de Melo informou que: Conhece a parte autora há 10(dez) anos, e que o autor trabalha na roça, que mora na zona rural na propriedade de um filho dele. Informa que o autor planta mandioca e mantém uma horta, bem como que não possui maquinários e funcionários. De início, cumpre ressaltar que é válida a prova testemunhal para a demonstração dos fatos alegados na inicial, uma vez que essa prova não é ilícita (Constituição da República, artigo 5º, inciso LVI), além de ser difícil a comprovação através de prova exclusivamente documental. De outra face, em que pese a Súmula 149 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, inexiste vedação legal a que a comprovação da qualidade de trabalhador rural seja feita por meio exclusivamente testemunhal, sendo o rol elencado no artigo 106 do atual Plano de Benefícios apenas exemplificativo. Já se decidiu inclusive, no Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região que: "A lei não veda a comprovação da qualidade de rurícola exclusivamente por testemunhas. Ao contrário, só excepciona na hipótese de aposentadoria por tempo de serviço". (1ª Turma, Ac 89.03.33346-2, Rel. Juiz SILVEIRA BUENO). Mesmo que assim não fosse, repita-se, a parte autora trouxe aos autos início de prova material que, aliado à prova testemunhal, demonstraram o preenchimento dos requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade. Além disso, como ressaltado acima, trata-se de início de prova, e não de prova conclusiva, mesmo porque foi complementada pela testemunhal. Cumpre ressaltar que a parte autora juntou aos autos, sua certidão de casamento constando sua profissão como lavrador, comprovante de residência rural, desse modo os documentos juntados comprovaram que a parte autora exerce atividade rural em regime de economia familiar. Assim, demonstrada a condição de rurícola, a idade exigida pela Lei e o exercício de atividades rurais nos últimos cinco anos, procede o pedido inicial. Cumpre ressaltar que competia ao instituto réu o ônus da prova contra o fato constitutivo do direito da autora, o que não foi feito, de modo que a pretensão inicial merece parcial acolhimento. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar o réu a pagar à autora o benefício denominado aposentadoria rural por idade, a partir da citação. Correção monetária e juros das parcelas em atraso devem ser aplicadas na forma prevista no Novo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, observando-se o quanto decidido pelo C. STF quando do julgamento da questão de ordem nas ADIs 4357 e 4425. Assim, ANTECIPO OS EFEITOS DA SENTENÇA, para determinar ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a imediata implantação da Aposentadoria rural por idade à parte autora, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de multa. Condeno o Instituto réu ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, correspondente às parcelas vencidas, de acordo com a Súmula n. 111 do Superior Tribunal de Justiça, adicionados aos acréscimos legais a partir da presente data. Como o valor da condenação é inferior a 1.000(mil) salários mínimos, está dispensado o reexame necessário da decisão, nos termos do artigo 496, § 3º, I, do C.P.C. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. _____ LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO JUIZ DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000101-71.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
LUBERTO ROBERTO DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO OAB - MT12617/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

Vistos. Trata-se de AÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL proposta por LUBERTO ROBERTO DA CRUZ, qualificado nos autos, propôs em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando, em síntese, o recebimento de aposentadoria por idade rural, em razão de ter preenchido os requisitos. Em síntese, alega a parte requerente que asceu em 02 de maio de 1955, tendo completado 60 anos no ano de 2015, necessitando comprovar 15 anos de efetivo exercício de atividade rural, para a concessão da aposentadoria. Informa que data 08/05/2018, postulou junto ao Posto de Benefícios do INSS a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, com o número (NB): 185.829.721-1.Por fim, a parte autora pugna pela concessão do benefício de aposentadoria rural por idade. A inicial foi recebida, bem como houve o deferimento dos benefícios da assistência gratuita a parte autora. A parte requerida apresentou contestação no ID. 19813356, seguida da impugnação à contestação apresentada pela parte autora no ID. 20665029. Há decisão de organização de processo, a qual designou audiência de instrução e julgamento (ID.20794577). Audiência de instrução e julgamento realizada (ID.23532824). Vieram-me os autos conclusos. É O BREVE RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. O pedido é procedente. Com efeito, o trabalhador rural é enquadrado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.213/91. O exercício da atividade rural foi comprovado pelos depoimentos das testemunhas como exige o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, corroborando o início de prova material. Outrossim, em juízo a testemunha Dilson Xavier de Oliveira informou que: Conhece a parte autora há 30(trinta) anos, que o conheceu em Cruzeiro Doeste em Tabaporã, e que lá o autor trabalhava na zona rural plantando mandioca. E que atualmente o autor exerce a atividade rural plantando mandioca e horta na chácara de um filho. Informou que o autor está nessa chácara há aproximadamente 08(oito) anos, e que o trabalho realizado é braçal e que não possui funcionários. Em seu depoimento a testemunha José Vitalino de Melo informou que: Conhece a parte autora há 10(dez) anos, e que o autor trabalha na roça, que mora na zona rural na propriedade de um filho dele. Informa que o autor planta mandioca e mantém uma horta, bem como que não possui maquinários e funcionários. De início, cumpre ressaltar que é válida a prova testemunhal para a demonstração dos fatos alegados na inicial, uma vez que essa prova não é ilícita (Constituição da República, artigo 5º, inciso LVI), além de ser difícil a comprovação através de prova exclusivamente documental. De outra face, em que pese a Súmula 149 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, inexiste vedação legal a que a comprovação da qualidade de trabalhador rural seja feita por meio exclusivamente testemunhal, sendo o rol elencado no artigo 106 do atual Plano de Benefícios apenas exemplificativo. Já se decidiu inclusive, no Egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região que: "A lei não veda a comprovação da qualidade de rurícola exclusivamente por testemunhas. Ao contrário, só excepciona na hipótese de aposentadoria por tempo de serviço". (1ª Turma, Ac 89.03.33346-2, Rel. Juiz SILVEIRA BUENO). Mesmo que assim não fosse, repita-se, a parte autora trouxe aos autos início de prova material que, aliado à prova testemunhal, demonstraram o preenchimento dos requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade. Além disso, como ressaltado acima, trata-se de início de prova, e não de prova conclusiva, mesmo porque foi complementada pela testemunhal. Cumpre ressaltar que a parte autora juntou aos autos, sua certidão de casamento constando sua profissão como lavrador, comprovante de residência rural, desse modo os documentos juntados comprovaram que a parte autora exerce atividade rural em regime de economia familiar. Assim, demonstrada a condição de rurícola, a idade exigida pela Lei e o exercício de atividades rurais nos últimos cinco anos, procede o pedido inicial. Cumpre ressaltar que competia ao instituto réu o ônus da prova contra o fato constitutivo do direito da autora, o que não foi feito, de modo que a pretensão inicial merece parcial acolhimento. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar o réu a pagar à autora o benefício denominado aposentadoria rural por idade, a partir da citação. Correção monetária e juros das parcelas em atraso devem ser aplicadas na forma prevista no Novo Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, observando-se o

quanto decidido pelo C. STF quando do julgamento da questão de ordem nas ADIs 4357 e 4425. Assim, ANTECIPO OS EFEITOS DA SENTENÇA, para determinar ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL a imediata implantação da Aposentadoria rural por idade à parte autora, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sob pena de multa. Condeno o Instituto réu ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, correspondente às parcelas vencidas, de acordo com a Súmula n. 111 do Superior Tribunal de Justiça, adicionados aos acréscimos legais a partir da presente data. Como o valor da condenação é inferior a 1.000(mil) salários mínimos, está dispensado o reexame necessário da decisão, nos termos do artigo 496, § 3º, I, do C.P.C. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. _____ LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO JUIZ DE DIREITO

Juizado Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000004-42.2017.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
RAPHAEL SCHWARZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE BARBOSA OAB - MT15056-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Vistos Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento do feito, prazo 15(quinze) dias. Às providências. Expeça-se o necessário. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000006-12.2017.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE BARBOSA OAB - MT15056-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Vistos Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento do feito, prazo 15(quinze) dias. Às providências. Expeça-se o necessário. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000074-93.2016.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
GEUCIMAR DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER FERNANDES OAB - MT8343-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Vistos Intime-se o exequente para que se manifeste em termos de prosseguimento do feito, prazo 15(quinze) dias. Às providências. Expeça-se o necessário. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000718-31.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DOS SANTOS PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

Processo n. 1000718-31.2019.8.11.0034 I N T I M A Ç Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR - MT16873/O, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: Juizado Especial Cível e Criminal de Dom Aquino Data: 12/02/2020 Hora: 15:30, devendo comunicar seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. DOM AQUINO, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: EDVAN ALMEIDA TORRES 13/12/2019 16:00:49

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000177-32.2018.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
NADIA MARA DA SILVA GOUVEIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI OAB - SP0290089A (ADVOGADO(A))
EDUARDO MONTENEGRO DOTTA OAB - SP155456 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE DOM AQUINO SENTENÇA Processo: 1000177-32.2018.8.11.0034. REQUERENTE: NADIA MARA DA SILVA GOUVEIA REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS NPL II Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Inicialmente, registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Registro ainda, que a parte Requerida apresentou contestação, Id. 22938121, com documentos (contrato, Id. 22938122), no entanto não houve impugnação. Fundamento e decido. Trata-se de Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais, proposta por Nádia Mara da Silva Gouveia em desfavor de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPL1, ambos já qualificados nos presentes autos. Em síntese alega que houve a indevida restrição em seu nome e CPF em 29.11.2017 no valor de R$ 1.622,54 (um mil seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), referente ao contrato nº. 10124812500000565, nos órgãos de restrição ao crédito por suposto débito existente perante a Requerida. E, para comprovar junta o extrato Boa Vista/Administradora do SCPC, emitido através de informações confidenciais mediante o site http://rainhaconsultoria.net/BoaVista/, datado de 18.04.2018, Id. 13033935. Aduz na exordial, que jamais contraiu dívidas e nem tampou firmou contrato com a Requerida e mais que procurou a Requerida via SAC, para saber a origem do débito, bem como a retirada do seu nome do cadastro de inadimplente, no entanto não obteve êxito e não restando alternativa a não ser ajuizar a presente demanda, para pleitear a inexistência do débito e a indenização por danos morais. Com a exordial trouxe os documentos comprobatórios da restrição. Em defesa, Id. 22938121 a Requerida contesta em suma pelo exercício regular do direito, vez que o crédito da autora é oriundo do contrato nº. 101248125000056571 referente ao empréstimo, mantido originalmente junto à Caixa Econômica Federal e para comprovar anexa o contrato denominado de “Cédula de crédito bancário – crediário Caixa Fácil” e posteriormente foi cedido o crédito a Requerida, sendo assim demonstrando a contratação. Contesta mais, que independente de concessão de tutela antecipada procedeu com a baixa

na restrição, e mais que a autora foi notificada extrajudicialmente sobre o débito, conforme Comunicação Serasa Experian datada de 08.08.2015 – Id. 22938129, ainda contesta pela aplicabilidade da súmula 385 do STJ, vez que a autora e devedora contumaz, e ao final pela improcedência da ação. Por sua vez, a autora não impugnou a contestação. Pois muito bem. É certo que pela regra do Código de Processo Civil (art. 373, incisos I e II do NCPC), compete a autora provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Assim, em análise ao conjunto probatório, observa-se que a parte Requerida juntou aos autos o contrato nº. 101248125000056571, denominado de "Cédula de crédito bancário – crediário Caixa Fácil", demonstrando a existência contratual entre as partes. Destaco que desses documentos ora anexados com a contestação, percebe-se a semelhanças das assinaturas, assim afastando quaisquer irregularidades na contratação. Vale ressaltar que desses documentos juntados pela Requerida, a Requerente tinha o prazo de 05 (cinco) dias para impugna-los, no entanto deixou este prazo transcorrer in albis, motivo pelo qual é considerado autêntico, na inteligência do art. 411, inciso III, do NCPC: "Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando: III - não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento. " No mais, verifica-se dos autos que não há nenhum boletim de ocorrência, para demonstrar que os documentos da autora, foram furtados e ou utilizados de forma indevida. Desta feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve a permanência da relação negocial firmada entre as partes. Sendo assim, não há o que falar da inexistência da contratação, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da parte Requerida. Desse modo, ante as circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela Requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, muito provavelmente ocorreram da forma narrada na contestação. Portanto, havendo demonstração inequívoca da culpa exclusiva da consumidora, não há que se falar em responsabilidade do fornecedor sobre os danos morais, conforme previsão do art. 14, § 3º, II, da Lei nº 8.078/90. No que se refere ao fato em que se funda a pretensão, vigora a regra do artigo 373, inciso I, do NCPC, exigindo da autora sua plena demonstração, sob pena de improcedência da reclamação, ou seja, competia a Requerente comprovar que não mantinha relação contratual com a Requerida. Deste modo, não resta dúvida de que a parte autora de forma ardilosa, ajuizou ação com a intenção de não cumprir com suas obrigações e enriquecer-se ilicitamente. No caso, a Requerente agiu, irrefutavelmente, de má-fé, ao ingressar com Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais. Logo, restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Novo Código de Processo Civil. Por outro lado, quanto a alegação da notificação referente a não comunicação prévia da inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, a respeito da futura inscrição restritiva, é de responsabilidade exclusiva dos próprios órgãos mantenedores do cadastro de inadimplentes, já que fica a cargo deles comunicar a solicitação de inclusão de débito, consoante a Súmula 359 do STJ, verbis: "Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição". Diante disso, e, por tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos da exordial. E, na forma e fundamentação supra, pela condenação da Requerente a pena de litigância de má-fé no valor equivalente a R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser revertido em favor da Requerida, na forma do artigo 81, do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em decorrência da má-fé, condeno na forma do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, a Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, verba que será paga em benefício dos Procuradores da Requerida. Nos termos do art. 40 da Lei nº. 9.099/95 submeto o presente Projeto de Sentença à homologação do Meritíssimo Juiz Togado, para que surta seus efeitos legais. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Joslaine Santos de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no sistema PJe. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000529-53.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA AURELIANA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE DOM AQUINO SENTENÇA Processo: 1000529-53.2019.8.11.0034. REQUERENTE: CLAUDIA AURELIANA DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Inicialmente, registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Registro ainda, que a parte Requerida apresentou contestação, Id. 26113890, com documentos (Relatório de chamadas originadas, Id. 26114292 e gravação, Id. 26114340), dentro do prazo legal, Id. 26142388 e por sua vez a Requerente impugnou – Id. 26337024, no prazo legal, Id. 26364424. Das preliminares. Da impossibilidade de inversão do ônus da prova. Deixo de acolher uma vez que será analisada juntamente com o mérito. Da ausência de consulta extraída no balcão dos órgãos de proteção ao crédito. Quanto a este indefiro o pleito da juntada aos autos do comprovante original do extrato de negativação, por excesso de burocracia que não coaduna com o princípio da celeridade e simplicidade que regem os processos em tramite no Juizado Especial. Não havendo mais preliminares, passo ao julgamento do MÉRITO. Trata-se de Ação anulatória de negócio jurídico c.c. inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais, proposta por Claudia Aureliana de Oliveira em desfavor de Vivo S.A. (Telefônica Brasil S.A.), já qualificadas nos presentes autos. Em síntese alega que houve a indevida restrição em seu nome e CPF em 21.04.2019 no valor de R$ 94,67 (noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos), referente ao contrato nº. 0348162925 nos órgãos de restrição ao crédito por suposto débito existente perante a Requerida. E, para comprovar junta o extrato Boa Vista – Administradora do SCPC – produto consultado SCPC, emitido através de informações confidenciais, mediante o site https://rainhapro.com/BoaVista/?pagina=scpc_result_php, datado de 13.09.2019, Id. 24162080. Notícia na exordial, que desconhece o débito e o contrato e que jamais utilizou dos serviços da operadora Requerida, devendo, portanto, tratar-se de uma fraude, afirma ainda que está negativação está lhe causando transtornos, pois não pode efetivar compras no crediário. Aduz que diante da arbitrariedade em ter seu nome e CPF restrito não restou outra alternativa a não ser ajuizar a presente demanda, pleiteando a declaração de inexistência do débito e a indenização por danos morais. Juntou documentos com a exordial. Realizada audiência de conciliação em 06.11.2019 – Id. 25873219, a mesma restou infrutífera a tentativa de acordo entre as partes. Em defesa, Id. 26113890 a Requerida contesta em preliminar pela impossibilidade da inversão do ônus da prova e pela ausência de consulta extraída no balcão dos órgãos de proteção ao crédito. E, no mérito em suma contesta pelo exercício regular do direito, vez que a Requerente contratou os serviços da Requerida, através da linha telefônica nº. 66 99937-7546, ocasionando a emissão de faturas mensais e o cadastro no sistema interno da Requerida. E, para provar anexa print de telas sistêmicas ao contexto da contestação, gravação e ainda faz a juntada do relatório de chamadas originadas/recebidas completadas ref. 12953/2019—12 períodos de 19.06.2018 a 03.03.2019, demonstrando a contratação e utilização dos serviços oferecidos pela Requerida. Contesta mais que a parte autora pagou normalmente pela fatura dos meses de julho a outubro de 2018, no entanto ficou inadimplente nas faturas subsequentes, no valor de R$ 94,67 (noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), conforme prints de telas sistemicas. Contesta ainda que parte utilizou dos serviços durante todo o período em que a relação jurídica permaneceu entre as partes e para comprovar anexa o relatório de chamadas (id. 26114292), contesta mais pela legitimidade da cobrança, e ainda pela litigância de má-fé pelo

fato da autora alterar a verdade dos fatos, bem como faz pedido contraposto para a autora ser compelida ao pagamento do valor das faturas sub judice, devidamente atualizadas e ao final pela improcedência. Por sua vez, a Requerente impugnou a contestação – Id. 26337024, impugnando pela a realização de perícia de áudio, e ainda impugna o pedido de condenação da parte autora as penas de litigância de má-fé e o pedido contraposto, e ao final pela procedência da ação. Cabe salientar que compete a autora provar o fato constitutivo do seu direito (artigo 373, inciso I do NCP) e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito, artigo 373, inciso II do NCPC. Dessa forma, em análise ao conjunto probatório, observa-se que a parte Requerida juntou aos autos o Relatório de chamadas originadas/recebidas completadas ref. 12953/2019—12 períodos de 19.06.2018 a 03.03.2019, onde por sua vez demonstra uma extensa utilização dos serviços oferecidos pela Requerida, bem como pela gravação anexa demonstra que a parte autora contratou os serviços de telefonia oferecidos referente ao plano "Vivo Controle 600megabites de internet ..., pelo valor de R$ 29,55 (vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), durante um ano e após o valor de R$ 32,99 (trinta e dois reais e noventa e nove centavos), que será comprovado todo o dia 26 de cada mês, onde por sua vez confirma o novo plano na linha telefônica 66 99937-7546." Observa-se ainda da gravação que a autora, confirma seus dados pessoais tais como data de nascimento (28.03.1981) e o nome da mãe (Irene Aureliana de Oliveira) e ainda informa o endereço para a contratação dos serviços da Requerida. Portanto, demonstrando-se a existência contratual entre as partes e afastando quaisquer indícios de fraude na contratação. Ademais, não consta dos autos notícia de furto e ou perda dos documentos cíveis da Requerente, tampouco registro de ocorrência nesse sentido, afastando quaisquer indícios de fraude. Desta feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve relação negocial firmada entre as partes. Assim, não há o que falar da inexistência da contratação, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da parte Requerida. Deste modo, ante as circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela Requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, muito provavelmente ocorreram da forma narrada na contestação. Dessa forma, havendo demonstração inequívoca da culpa exclusiva da consumidora, não há que se falar em responsabilidade do fornecedor sobre os danos morais, conforme previsão do art. 14, § 3º, II, da Lei nº 8.078/90. Destarte, no que se refere ao fato em que se funda a pretensão, vigora a regra do artigo 373, inciso I, do NCPC, exigindo da parte Requerente sua plena demonstração, sob pena de improcedência da reclamação, ou seja, competia a parte Requerente comprovar que não mantinha relação jurídica quanto a contratação dos serviços de telefonia oferecidos pela Requerida. Deste modo, não resta dúvida de que a parte autora contratou e, de forma ardilosa, ajuizou ação com a intenção de não cumprir com suas obrigações e enriquecer-se ilicitamente. No caso, a Requerente agiu, irrefutavelmente, de má-fé, ao ingressar com Ação anulatória de negócio jurídico c.c. inexigibilidade de débito c.c. indenização por danos morais. Logo, restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Novo Código de Processo Civil. Diante disso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO pelo não acolhimento das preliminares e no mérito pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos da exordial, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC. E, na forma e fundamentação supra, pela condenação da parte Requerente a pena de litigância de má-fé no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), a ser revertido em favor da Requerida, na forma do artigo 81, do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em decorrência da má-fé, condeno na forma do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, a Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, verba que será paga em benefício dos Procuradores da Requerida. Quanto ao PEDIDO CONTRAPOSTO estes o JULGO pela PROCEDÊNCIA, para condenar a Requerente ao pagamento do valor de R$ 94,67 (noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos), constante do extrato anexo aos autos, do qual será acrescido de juros de mora de 1% e correção monetária pelo INPC-IBGE, ambos a partir da inadimplência. Nos termos do art. 40 da Lei nº. 9.099/95 submeto o presente Projeto de Sentença à homologação do Meritíssimo Juiz Togado, para que surta seus efeitos legais. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Joslaine Santos de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no sistema PJe. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000289-64.2019.8.11.0034
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO PEREIRA DO AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MONTENEGRO DOTTA OAB - SP155456 (ADVOGADO(A))
CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI OAB - SP0290089A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LENER LEOPOLDO DA SILVA COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE DOM AQUINO SENTENÇA Processo: 1000289-64.2019.8.11.0034. REQUERENTE: LUCIANO PEREIRA DO AMARAL REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Inicialmente, registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Registro ainda, que a parte Requerida apresentou contestação, Id. 22938733, com documentos (contrato, Id. 22938735), no entanto não houve impugnação, conforme certificado, Id. 23804233. Fundamento e decido. Trata-se de Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais, proposta por Luciano Pereira do Amaral em desfavor de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados NPL1, ambos já qualificados nos presentes autos. Em síntese alega que houve a indevida restrição em seu nome e CPF em 27.10.2014 no valor de R$ 3.291,31 (três mil duzentos e noventa e um reais e trinta e um centavos), referente ao contrato nº. 1012481250000413, nos órgãos de restrição ao crédito por suposto débito existente perante a Requerida. E, para comprovar junta o extrato Crednet Light, emitido através de informações confidenciais, datado de 22.05.2019, Id. 20533053. Aduz na exordial, que desconhece da negativação e que não solicitou a contratação dos serviços ou do produto, os quais o ocasionaram a indevida cobrança. Alega mais, que está sendo impedido de contrariar créditos perante o comercio devido à restrição lhe imposta, e que diante da arbitrariedade da Requerida não restou alternativa a não ser ajuizar a presente demanda, para pleitear a inexistência do débito e a indenização por danos morais. Com a exordial trouxe os documentos comprobatórios da restrição. Realizada audiência em 28.08.2019, Id. 22992924 a mesma restou infrutífera a tentativa de acordo entre as partes, em audiência a parte autora foi intimada para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar impugnação, vez que a Requerida apresentou contestação. Em defesa, Id. 22938733 a Requerida contesta em suma pelo exercício regular do direito, vez que o crédito do autor é oriundo do contrato nº. 101248125000041388 referente ao empréstimo, mantido originalmente junto à Caixa Econômica Federal e para comprovar anexa o contrato denominado de "Cédula de crédito bancário – crediário Caixa Fácil", Id. 22938735 e posteriormente foi cedido o crédito a Requerida, sendo assim demonstrando a contratação. Contesta mais, que independente de concessão de tutela antecipada procedeu com a baixa na restrição, e mais que o autor foi notificado extrajudicialmente sobre o débito, conforme Comunicação Serasa Experian datada de 08.08.2015 – Id. 22939044, ainda contesta pela aplicabilidade da súmula 385 do STJ, uma vez que o autor e devedor contumaz, e ao final pela improcedência da ação. Todavia, o autor não impugnou a contestação, mesmo tendo sido intimado em audiência para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar impugnação, conforme consta em ata de audiência, Id. 22992924. Cumpre

destacar que a impugnação apresentada, Id. 23570771, está em nome de Lucilene Costa Ferreira, pessoa estranha a lide. Pois muito bem. É certo que pela regra do Código de Processo Civil (art. 373, incisos I e II do NCPC), compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Assim, em análise ao conjunto probatório, observa-se que a parte Requerida juntou aos autos o contrato nº. 101248125000041388, denominado de "Cédula de crédito bancário – crediário Caixa Fácil", devidamente assinado, demonstrando a existência contratual entre as partes. Salienta-se que do contrato anexado aos autos com a contestação, percebe-se a semelhanças das assinaturas, assim afastando quaisquer irregularidades na contratação. Vale ressaltar que desses documentos juntados pela Requerida, o Requerente tinha o prazo de 05 (cinco) dias para impugna-los, no entanto deixou este prazo transcorrer in albis, motivo pelo qual é considerado autêntico, na inteligência do art. 411, inciso III, do NCPC: "Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando: III - não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento. " No mais, verifica-se dos autos que não há nenhum boletim de ocorrência, para demonstrar que os documentos do autor, foram furtados e ou utilizados de forma indevida. Desta feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que houve a permanência da relação negocial firmada entre as partes. Sendo assim, não há o que falar da inexistência da contratação, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da parte Requerida. Desse modo, ante as circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela Requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, muito provavelmente ocorreram da forma narrada na contestação. Portanto, havendo demonstração inequívoca da culpa exclusiva do consumidor, não há que se falar em responsabilidade do fornecedor sobre os danos morais, conforme previsão do art. 14, § 3º, II, da Lei nº 8.078/90. No que se refere ao fato em que se funda a pretensão, vigora a regra do artigo 373, inciso I, do NCPC, exigindo do autor sua plena demonstração, sob pena de improcedência da reclamação, ou seja, competia ao Requerente comprovar que não mantinha relação contratual com a Requerida. Deste modo, não resta dúvida de que a parte autora de forma ardilosa, ajuizou ação com a intenção de não cumprir com suas obrigações e enriquecer-se ilicitamente. No caso, o Requerente agiu, irrefutavelmente, de má-fé, ao ingressar com Ação declaratória de inexistência de débito c.c. indenização por danos morais. Logo, restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Novo Código de Processo Civil. Por outro lado, quanto a alegação da notificação referente a não comunicação prévia da inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, a respeito da futura inscrição restritiva, é de responsabilidade exclusiva dos próprios órgãos mantenedores do cadastro de inadimplentes, já que fica a cargo deles comunicar a solicitação de inclusão de débito, consoante a Súmula 359 do STJ, verbis: "Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição". Diante disso, e, por tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO pela IMPROCEDÊNCIA dos pedidos da exordial. E, na forma e fundamentação supra, pela condenação do Requerente a pena de litigância de má-fé no valor equivalente a R$ 500,00 (quinhentos reais) a ser revertido em favor da Requerida, na forma do artigo 81, do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em decorrência da má-fé, condeno na forma do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, o Requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, verba que será paga em benefício dos Procuradores da Requerida. Após o trânsito em julgado, o Requerente deverá ser intimado, através de seu advogado, para cumprir voluntariamente a sentença, na forma do artigo 523, caput, §1º, do NCPC, sob pena de cumprimento forçado da sentença, com acréscimo de multa no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor da obrigação. Nos termos do art. 40 da Lei nº. 9.099/95 submeto o presente Projeto de Sentença à homologação do Meritíssimo Juiz Togado, para que surta seus efeitos legais. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Joslaine Santos de Souza Juíza Leiga Vistos, etc. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no sistema PJe. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Lener Leopoldo da Silva Coelho Juiz de Direito

Comarca de Feliz Natal

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 78777 Nr: 332-06.2017.811.0093
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDENILSON BATISTA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ENERGISA MATO GROSSO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EMANUEL LIMA COSTA - OAB:19534/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Evandro César Alexandre Dos Santos - OAB:13.431-B
Impulsiono os autos para intimar a parte requerida para que, querendo, apresente as contrarrazões no parzo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 86976 Nr: 639-86.2019.811.0093
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MATTHEUS SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Getulio Gerdiel dos Santos - OAB:16.948
Código nº 86976
Ação Penal
Vistos.
À fl. 185, o Ministério Público pugna pelo encerramento da instrução processual para apresentação de alegações finais.
Verifico que todos os atos do processo foram cumpridos e estão em perfeita ordem, razão pela qual DECLARO encerrada a instrução processual e, DETERMINO a INTIMAÇÃO do Ministério Público e, posteriormente à Defesa, para apresentação de memoriais escritos, pelo prazo de cinco (05) dias cada.
Cumpridas todas as determinações, venham-me os autos conclusos para sentença.
INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Feliz Natal, 12 de dezembro de 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito
Em substituição

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000629-25.2019.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
L PERUZATTO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO BERTICELLI OAB - MT12121-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VILSO ANTONIO DIAS CORTES (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000629-25.2019.8.11.0093 POLO ATIVO:L PERUZATTO - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIANO BERTICELLI POLO PASSIVO: VILSO ANTONIO DIAS CORTES FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala 2 - Conciliadora Data: 24/01/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA SÃO LOURENÇO D`OESTE, 945, CENTRO, FELIZ NATAL - MT - CEP: 78885-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000153-84.2019.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA FLORES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAR PARTE AUTORA PARA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA PARA O DIA 29/05/2019 AS 13:15 HORAS.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010082-95.2014.8.11.0093
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS GILBERTO STEGARIBE - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO BERTICELLI OAB - MT12121-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDL SERVICOS GEOFISICOS LTDA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL Impulsionamento por Certidão Processo: 8010082-95.2014.8.11.0093. Impulsiono os autos para INTIMAR a exequente, nos termos da decisão de Id. 23540928, para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias. FELIZ NATAL, 13 de dezembro de 2019 MARTA RODRIGUES DA SILVA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE FELIZ NATAL E INFORMAÇÕES: RUA SÃO LOURENÇO D`OESTE, 945, CENTRO, FELIZ NATAL - MT - CEP: 78885-000 TELEFONE: (66) 35851766

Comarca de Guarantã do Norte

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000854-63.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
LEME MADEIRAS E FERRAGENS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO DE ASSIS CONCEICAO OAB - MT0021479A (ADVOGADO(A))
JULIO APARECIDO DA SILVA OAB - MT0022094A (ADVOGADO(A))
ELOISE ALVES PEREIRA OAB - MT0020461A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KATIA REGINA BARBOSA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
Juízo da Vara Unica de Guarantã do Norte MT (DEPRECADO)
JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP-MT (DEPRECANTE)

Intimação da parte autora/requerente por meio do advogado (a, s), para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o depósito da diligência complementar do OFICIAL DE JUSTIÇA: DIOGO BOFF GOMES, no valor de R$ 60 (sessenta reais), devendo ser emitida a Guia de pagamento no endereço eletrônico: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao.

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000815-66.2019.8.11.0087
Parte(s) Polo Ativo:
ERICO STEVAN GONCALVES (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONY DE ABREU MUNHOZ OAB - MT11972-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALTER NEVES DE MOURA (IMPETRADO)
SILVIO DUTRA DA SILVA (IMPETRADO)
NONATO BERNARDO DUARTE (IMPETRADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELEN CAROLINE GOLONI OAB - MT19711/O (ADVOGADO(A))
JOAO CARLOS VIDIGAL SANTOS OAB - MT0021105A (ADVOGADO(A))

Intimação da parte autora/requerente por meio do advogado (a, s), para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o depósito da diligência complementar do OFICIAL DE JUSTIÇA: DIOGO BOFF GOMES, no valor de R$ 60,00 (sessenta reais), devendo ser emitida a Guia de pagamento no endereço eletrônico: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 122653 Nr: 1275-70.2019.811.0087
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILLIAM RODRIGO DE OLIVEIRA, Marcos Cleberson de França
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alfredo Fogaça Neto - OAB:5949-B/MT
Ante o exposto, por tudo mais que dos autos constam, e não encontrando sustentáculo probatório a tese defensiva, julgo procedente a denúncia, para PRONUNCIAR WILLIAN RODRIGO DE OLIVEIRA e MARCOS CLEBERSON DE FRANÇA, qualificados na denúncia, e, por conseguinte, submetê-los a julgamento perante o E. Tribunal do Júri pela prática da conduta criminosa capitulada nos artigos 121, §2º, inciso III (meio cruel) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido), c.c art. 14, II, todos do Código Penal.DA REVOGAÇÃO DA PRISÃO DO PRONUNCIADO WILLIAM RODRIGO DE OLIVEIRA.Entende-se que a ordem pública não sofrerá qualquer reflexo com a liberdade do réu, não havendo, até então, qualquer razão para supor que solto voltará a delinquir. O deferimento do benefício não importará em desprestígio da Justiça, pois não se vislumbra, em que pese a gravidade do delito, um clamor social pela sua manutenção cautelar.Logo, não vislumbro hipótese de risco à sociedade, pela soltura do acusado.Sendo assim, não vislumbrando motivos para manter o denunciado preso, nos termos do que dispõe o art. 321 do CPP, REVOGO o decreto de prisão cautelar e CONCEDO liberdade provisória ao pronunciado WILLIAN RODRIGO DE OLIVEIRA impondo como contracautela as medidas cautelares diversas da prisão consistentes em:a) proibição de aproximar-se da vítima LINDOMAR ALVES DOS SANTOS e seus familiares em distância inferior a 300 (trezentos) metros, por si ou por interpostas pessoas;b) proibição de manter contato com a vítima WILLIAN RODRIGO DE OLIVEIRA e seus familiares por qualquer meio, seja pessoal, digital ou telefônico.c) manutenção de endereço atualizado;d) comparecimento em todos os atos processuais.O descumprimento de quaisquer das obrigações conduzirá a nova decretação de prisão preventiva, ex vi do art. 312 do CPP.Quanto ao pronunciado Marcos Cleberson de França, estando ele em liberdade desde 27.08.2019, concedo o direito de recorrer em liberdade.Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 114.Intimem-se pessoalmente os acusados pronunciados, nos termos do art. 420 do CPP.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 124089 Nr: 2171-16.2019.811.0087
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Juízo Federal Subseção Judiciaria de Juína/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juízo de Direito da Comarca de Guarantã do Norte - MT, Marcelo Rasch Duarte, Douglas Henrique da Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Raimundo Nonato Assunção Lemos Filho - OAB:MA/11.142
Considerando que a testemunha foi arrolada pela Defesa e os advogados do requerido não compareceram à audiência, deixo de inquirir a testemunha. Devolva-se ao Juízo deprecante sem o devido cumprimento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 82690 Nr: 2024-34.2012.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Niltoned Miranda Gonçalves, PEDRO NARCISO GONÇALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Muller Koenig - OAB:22.165-A, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:SC/8.927
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, no prazo legal.
Irany Oliveira Rodrigues
Técnica Judiciária

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 84094 Nr: 79-75.2013.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cooperativa De Credito de Livre Admissão de Associados Norte Matogrossense
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDIR GOULART
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, bem como (Em Tempo: Coto a importância de R$ 90,00 (Noventa Reais) para suprir as diversas diligências efetivadas junto ao Mandado, à serem recolhidas pela Guia disponibilizada no Link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/depositoComplementacao, indicando o Oficial de Justiça DIOGO BOFF GOMES para recebimento dos valores, tudo conforme determina o Provimento 7/2017-CGJ, devendo ser comprovado nos Autos o depósito), no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 86302 Nr: 2203-31.2013.811.0087
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Miranda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB:16.691-A OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, bem como, Coto a importância de R$ 1.235,00 (Hum Mil Duzentos e Trinta e Cinco Reais) para suprir as diversas diligências efetivadas junto ao Mandado, à serem recolhidas pela Guia disponibilizada no Link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/depositoComplementacao, indicando o Oficial de Justiça DIOGO BOFF GOMES para recebimento dos valores, tudo conforme determina o Provimento 7/2017-CGJ, devendo ser comprovado nos Autos o depósito, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 103406 Nr: 3556-04.2016.811.0087
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Associação Atletica Banco do Brasil - AABB
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOISLEE DA SILVA SIQUIERI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIONATAN GOMES DUARTE - OAB:71613
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bryan Lucas Lang de Oliveira - OAB:24.778/OAB-MT
Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 107775 Nr: 1710-15.2017.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juraci Barbosa Gonçalves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELA CAROLINA WEIRICH - OAB:OAB/MT 14.819
A seguir, o MM. Juiz:
Vistos em regime de exceção.
HOMOLOGO a proposta de suspensão condicional do processo.
Com a comprovação do pagamento, autorizo o arquivamento do feito.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 122366 Nr: 1114-60.2019.811.0087
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Nivaldo Amaro da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
Ante o exposto, por tudo que nos autos constam, julgo improcedente a DENÚNCIA, para em consequência, ABSOLVER SUMARIAMENTE NIVALDO AMARO DA SILVA, devidamente qualificado, com fundamento nos artigos 386, VI e 415, IV, ambos do Código de Processo Penal.Transitado em julgado, arquivem-se os autos mediante as formalidades legais.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 95296 Nr: 2507-59.2015.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Francisco da Conceição Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA TERESINHA SOBRINHO - OAB:16009, Ruy Barbosa Marinho Ferreira - OAB:3.596-A/OAB-MT
ANTE O EXPOSTO, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido contido na inicial acusatória para o fim de CONDENAR o acusado FRANCISCO DA CONCEIÇÃO LIMA, já qualificado nos autos, pela suposta prática da conduta tipificada no artigo 302, caput, da Lei 9.503/97.PASSO A DOSAR A PENA. A culpabilidade com que agiu o réu é normal à espécie delitiva. Em relação aos antecedentes, verifico que o acusado é primário. No que se refere à conduta social e a personalidade, inexistem nos autos elementos concretos para auferi-las. Os motivos do crime são próprios do tipo penal, nada havendo a ser valorado.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 100851 Nr: 1910-56.2016.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ocleriton Fernando Teodoro, Edimara Ribeiro Bellini
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sol e Lua Casa de Eventos, Allianz Seguros S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ivan Carlos Santore - OAB:OAB/MT 6.170 -B, Queiliane Vieira Mendes Vaz - OAB:MT/20.117/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DANIELA MARQUES DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 1910-56.2016.811.0087, Protocolo 100851, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 101326 Nr: 2172-06.2016.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte

PARTE(S) REQUERIDA(S): R. M Amazon Celulares Eireli ME, Rosalino Gigolete Michenko

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ZAINNI MICHENKO, para devolução dos autos nº 2172-06.2016.811.0087, Protocolo 101326, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 42228 Nr: 1608-03.2011.811.0087

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): Raimunda Abreu Maciel, Edvaldo Della Vedova de Araújo, JUCELENE KUNCKEL DE ARAUJO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Arnaldo Janssen Nogueira - OAB:19.081-A, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14.258-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DANIELA MARQUES DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 1608-03.2011.811.0087, Protocolo 42228, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 90024 Nr: 2361-52.2014.811.0087

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO TOMITAO DE ALENCAR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Muller Koenig - OAB:22.165-A, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:SC/8.927, LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES - OAB:10062

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DANIELA MARQUES DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 2361-52.2014.811.0087, Protocolo 90024, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 94722 Nr: 2135-13.2015.811.0087

AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUCIANO TOMITAO DE ALENCAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adolfo Wagner Areco Gonzales - OAB:5438/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fabiula Muller Koenig - OAB:22.165-A, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladeli - OAB:OAB-PR 56.918

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DANIELA MARQUES DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 2135-13.2015.811.0087, Protocolo 94722, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito

Cod. Proc.: 105494 Nr: 407-63.2017.811.0087

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público de Guarantã do Norte - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): Aparecida Sebin

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bryan Lucas Lang de Oliveira - OAB:24.778/OAB-MT

Vistos em regime de exceção.

SECRETARIA: observar a existência de advogado constituído pela parte ré, regularizando-se o sistema APOLO para futuras intimações via DJE, eventualmente.

Apresentada a resposta escrita, pela defesa constituída, dativa ou Defensoria Pública, os autos seguem à conclusão do juiz para exame de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CP.

Pois bem.

São hipóteses de absolvição sumária: a) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; b) existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; c) circunstância de o fato narrado evidentemente não constituir crime; d) extinção da punibilidade do agente; e) provada a inexistência do fato (Art.415, I, do CP); f) provado não ser ele autor ou partícipe do fato (Art.415, II, do CP).

Compulsando os autos, verifico a inexistência das hipóteses elencadas pelo ordenamento jurídico, ressaltando que nesta fase processual incide o princípio in dubio pro societate, pois o in dubio pro reo incide apenas no momento oportuno: no juízo final de mérito.

Portanto, não sendo caso de absolvição sumária (art. 397 do CPP) e inexistindo questão pendente de apreciação, declaro o feito saneado e designo audiência de instrução, interrogatório e julgamento para o dia 12 de dezembro de 2019, às 16h (horário oficial do Estado de Mato Grosso), devendo constar do mandado que o interrogatório será realizado após a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, sendo as alegações finais oferecidas na mesma solenidade.

Intimem-se as partes e testemunhas arroladas.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 32594 Nr: 1499-91.2008.811.0087

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Eliane Lourenço dos Santos Grzebielucka

PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Guarantã do Norte - MT, Espólio de Nelson Uemura

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Ribeiro Junior - OAB:9410/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Airoza Lá-Wergita Bastos - OAB:OAB/MT 3.569-A, Silvio da Silva - OAB:3.685-A OAB/MT

Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação das partes para manifestarem sobre o laudo de fls. 210/218, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito

Cod. Proc.: 85149 Nr: 1108-63.2013.811.0087

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIO EDUARDO KRUPINSKI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT

E isso não implica entrave qualquer, visto que não há enunciado da súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal a respeito do assunto.Destarte, compulsando os autos, reconheço a EXTINÇÃO DA PUNIBLIDADE de CLÁUDIO EDUARDO KRUPINSKI, já qualificado nos autos, pela suposta prática das condutas tipificadas no artigo 157, § 2.º, incisos I e II e artigo 155, § 4.º, inciso IV, c.c. artigo 14, inciso II, e artigos 180e 307, na forma do artigo 29, todos do Código Penal, com fundamento nos arts. 107, IV, e 109, VI, ambos do Código Penal.Ante a desistência da prazo recursal pelas partes, reconheço o trânsito em julgado.Ao arquivo.P.R.I.C.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 87223 Nr: 585-17.2014.811.0087

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANGERLEY CAMARGO DE RESENDE

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Silvio Luiz Tietz - OAB:OAB/MT - 7.809

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a

juntada fl. 93, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 91236 Nr: 171-82.2015.811.0087
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CDdC, MCdJD
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edilson Goulart - OAB:MT/18669
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a juntada fl. 48, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 95072 Nr: 2336-05.2015.811.0087
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Roque Rodrigues da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): SAMUEL FELIX DA ROCHA, ANACLETO SANTIM, CARMELINDA ALVES TEIXEIRA SANTIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gefferson Cavalcanti Paixão - OAB:MT/23125/0, Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRA DE CASTRO PEREZ - OAB:8.742/OAB-MT, BERTOLDO FELIX NETO - OAB:7609, José Carvalho Duarte - OAB:4.346-A, Ruy Portella de Souza - OAB:OAB/MT 4296-A
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação da autora para manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 106418 Nr: 945-44.2017.811.0087
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Anderson Marcos Seidel
PARTE(S) REQUERIDA(S): Maria Ciolani Coutinho da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública de Guarantã do Norte-MT - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fábio Henrique Alves - OAB:11.064-B OAB/MT
Intimem-se as partes para, no prazo de 10 dias, informarem se pretendem produzir provas (devendo, neste caso, especificá-las e justificá-las) ou se concordam com o julgamento antecipado da lide.
Após, voltem-me conclusos para saneamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 107766 Nr: 1706-75.2017.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonia Rocha dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRA DE CASTRO PEREZ - OAB:8.742/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a juntada fl. 64, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 108869 Nr: 2301-74.2017.811.0087
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Amarildo Batista Urizze
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Muller Koenig - OAB:22.165-A, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:SC/8.927
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação da parte autora para no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar quanto às informações solicitadas junto à Receita Federal (as informações encontram-se em pasta própria conforme artigo 477 da CNGC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 111082 Nr: 3496-94.2017.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aurimar Jose da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elio Alceno Schowantz - OAB:26.104/B OAB/MT, Maycon A. Chagas de Lima - OAB:OAB/MT 21.831/0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a juntada fl. 29, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 125165 Nr: 2918-63.2019.811.0087
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: DMdC, DMC
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiano Magalhães Ferrari - OAB:13985B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação da autora para manifestar sobre a juntada de informações, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 119947 Nr: 5372-50.2018.811.0087
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Panamericano S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUA COMUNELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - OAB:206339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação da autora para manifestar sobre a juntada de certidão negativa de citação, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117112 Nr: 3592-75.2018.811.0087
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cyro Roberto de Souza Lisboa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JAMIL ALVES DE SOUZA - OAB:12880/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 1.205 da CNGC impulsiono o feito para intimação da autora para manifestar sobre a diligência negativa, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117064 Nr: 3545-04.2018.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: José Rodrigues Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elio Alceno Schowantz - OAB:26.104/B OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a juntada fl. 29, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 113597 Nr: 988-44.2018.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JERSON SOUSA PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edcleiton Meneghini - OAB:22.882-MT/O, Giovani Rodrigues Coladello - OAB:12.684 OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, para se manifestar referente a juntada fl. 111, no prazo de 10 dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 115010 Nr: 2077-05.2018.811.0087
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdGdN-M
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACRM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bryan Lucas Lang de Oliveira - OAB:24.778/OAB-MT
Vistos em regime de exceção.
SECRETARIA: observar a existência de advogado constituído pela parte ré, regularizando-se o sistema APOLO para futuras intimações via DJE, eventualmente.
Apresentada a resposta escrita, pela defesa constituída, dativa ou Defensoria Pública, os autos seguem à conclusão do juiz para exame de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CP.
Pois bem.
São hipóteses de absolvição sumária: a) existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; b) existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; c) circunstância de o fato narrado evidentemente não constituir crime; d) extinção da punibilidade do agente; e) provada a inexistência do fato (Art.415, I, do CP); f) provado não ser ele autor ou partícipe do fato (Art.415, II, do CP).
Compulsando os autos, verifico a inexistência das hipóteses elencadas pelo ordenamento jurídico, ressaltando que nesta fase processual incide o princípio in dubio pro societate, pois o in dubio pro reo incide apenas no momento oportuno: no juízo final de mérito.
Portanto, não sendo caso de absolvição sumária (art. 397 do CPP) e inexistindo questão pendente de apreciação, declaro o feito saneado e designo audiência de instrução, interrogatório e julgamento para o dia 12 de dezembro de 2019, às 14h (horário oficial do Estado de Mato Grosso), devendo constar do mandado que o interrogatório será realizado após a oitiva das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, sendo as alegações finais oferecidas na mesma solenidade.
Intimem-se as partes e testemunhas arroladas.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho
Cod. Proc.: 42222 Nr: 1602-93.2011.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Wilson Cesar Ferreira Ribeiro, SILVONE APARECIDA RODRIGUES RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABÍOLA MONTEIRO PARDAL - OAB:6621, Gustavo Amato Pissini - OAB:13842-A/MT, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:SC/8.927
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ivan Carlos Santore - OAB:OAB/MT 6.170 -B
(...) Desta feita, não verificando que se esgotou todos os meios disponíveis para se localizar bens dos executados, e tendo em vista que a parte exequente foi intimada para indicar bens passíveis de penhora, e não o fez, determino a suspensão do presente feito com escopo no art. 921, III do Código de Processo Civil.Escoado o prazo da suspensão, arquive-se provisoriamente, com fundamento no §2º do mesmo dispositivo.Cumpra-se, expedindo o necessário.Mirassol D'Oeste/MT, 19 de novembro de 2019.Edna Ederli CoutinhoJuíza de Direito em regime de exceçãoProvimento 16/2019-CM

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31383 Nr: 285-65.2008.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Adriana de Fátima Gonçalves Vieira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Itau Seguros S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edésio do Carmo Adorno - OAB:OAB/MT - 8.867, Wesley Manfrin Borges - OAB:8867/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Chagas Corrêa da Silva - OAB:OAB/MT 8184-A
Intimação do Advogado da parte Autora, referente a juntada de fl. 351, no prazo de 10 dias se manifestar.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 93235 Nr: 1318-46.2015.811.0087
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Pedro Ferreira da Silva Filho
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Pedro Henrique Gonçalves - OAB:11.999 - OAB/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do Advogado da parte Autora, referente a juntada de fl. 91, no prazo de 10 dias se manifestar.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 94844 Nr: 2198-38.2015.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Julmar Cassemiro Neves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris - OAB:12.113/OAB-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, bem como (Em Tempo: Coto a importância de R$ 90,00 (Noventa Reais) para suprir as diversas diligências efetivadas junto ao Mandado, à serem recolhidas pela Guia disponibilizada no Link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/depositoComplementacao, indicando o Oficial de Justiça DIOGO BOFF GOMES para recebimento dos valores, tudo conforme determina o Provimento 7/2017-CGJ, devendo ser comprovado nos Autos o depósito), no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 98530 Nr: 567-25.2016.811.0087
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Coop. De Crédito Rural Norte Matogrossense-Sicredi Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Francisco de Paula, ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jean Carlos Rovaris -

OAB:12.113/OAB-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, bem como (Em Tempo: Coto a importância de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta Reais) para suprir as diversas diligências efetivadas junto ao Mandado, à serem recolhidas pela Guia disponibilizada no Link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/depositoComplementacao, indicando o Oficial de Justiça DIOGO BOFF GOMES para recebimento dos valores, tudo conforme determina o Provimento 7/2017-CGJ, devendo ser comprovado nos Autos o depósito), no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 115428 Nr: 2384-56.2018.811.0087

AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Juizo de Direito da Comarca de Matupá - MT, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Norte Mato - Gossense - SICREDI NORTE - MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): Juízo de Direito da Comarca de Guarantã do Norte - MT, Belo Horizonte Confecções LTDA ME, Marinalva Augusta Pereira, Antonio Pereira Sobrinho

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ZILÁUDIO LUIZ PEREIRA - OAB:4.427/OAB-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de INTIMAR a parte Autora, para manifestar sobre a certidão retro, bem como (Em Tempo: Coto a importância de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta Reais) para suprir as diversas diligências efetivadas junto ao Mandado, à serem recolhidas pela Guia disponibilizada no Link http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/depositoComplementacao, indicando o Oficial de Justiça DIOGO BOFF GOMES para recebimento dos valores, tudo conforme determina o Provimento 7/2017-CGJ, devendo ser comprovado nos Autos o depósito), no prazo legal.

Comarca de Itaúba

Vara Única

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 70092 Nr: 349-09.2012.811.0096

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VANI GROSS

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Irineu Marcelo - OAB:8583-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): VANI GROSS, Cpf: 01424587166, Rg: 801.704, Filiação: Veleda Muller Kasburg e Vendulin Kasburg, data de nascimento: 25/01/1956, brasileiro(a), natural de Tem. Portela-RS, casado(a), rurícola. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Bem como tomar ciencia acerca da expedição e pagamentos dos Alvarás Eletrônicos nº 520368-6/2019 e 520366-P/2019 (fls.158/159), nos termos da sentença de fls. 162/163.

Sentença: 2) Ex positis, JULGO EXTINTO o processo, nos termo dos artigos 924, inciso II, e 925 do Código de Processo Civil.3) Tendo em vista que os alvarás já foram pagos, INTIME-SE a parte exequente PESSOALMENTE, para tomar ciência do levantamento de valores e desta sentença.4) Caso não seja localizada no endereço por ela informado no processo, PROMOVA-SE a sua intimação via edital, no prazo de 20 dias.5) SEM custas e despesas processuais, a teor do disposto no artigo 3.º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 6) Honorários advocatícios já tratados na r. acórdão de fl. 127/128.7) Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do CPC. Intime-se a parte apelada para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao E. Tribunal Regional Federal da 1.ª Região, com os nossos cumprimentos.8) Registro automático da sentença com sua publicação, dispensado o uso do livro respectivo, a teor do art. 317, § 4.º, da CNGC.9) Preclusas as vias recursais, certifique-se, anote-se, baixe-se e arquivem-se os autos.P. I. CItaúba/MT, 13 de novembro de 2019.Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Edinéia Cristina dos Santos , digitei.

Itaúba, 11 de dezembro de 2019

Iolanda Valcléria Alves de Anhaia Oliveira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade

Cod. Proc.: 86947 Nr: 2904-23.2017.811.0096

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MPdEdMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): APDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Eduardo Martins Jacob Filho - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SIMONI REZENDE DE PAULA - OAB:14205/MT

3) Ante a natureza da demanda, e considerando o parecer ministerial de ref. 32, DESIGNO audiência de conciliação, a ser realizada pela conciliadora deste juízo, para o dia 29 de janeiro de 2019, às 15h00min. INTIMEM-SE a parte autora e parte requerida para comparecerem a solenidade, na pessoa dos seus advogados. 4) CIENTIFIQUE-SE o presentante do Ministério Público. 5) Ante o suposto pagamento da prestação alimentícia, nos termos do art. 528, §6º, do Código de Processo Civil, suspendo o cumprimento da ordem de prisão, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA em favor do executado ANTÔNIO PEREIRA DA SILA, devendo o mesmo ser colocado imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso.6) Determino que a Secretaria de Vara proceda com as atualizações necessárias no sistema BNMP 2.0.Cumpra-se, servindo a presente, no que couber, como MANDADO, OFÍCIO, CARTA PRECATÓRIA e ALVARÁ DE SOLTURA.Itaúba/MT, 12 de dezembro de 2019, às 20h36min. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 28031 Nr: 4-24.2004.811.0096

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ZENAIDE TERUEL - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gerson Valério Pouso - OAB:Procurador

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANA SASSO ANDREOTTO - OAB:MT 19981-O, SIMONI REZENDE DE PAULA - OAB:14205/MT

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ZENAIDE TERUEL - ME, CNPJ: 01530802000176. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto aos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. Data de Distribuição da Ação: 23/01/2004.

RESUMO DA INICIAL: Trata-se de Execução Fiscal promovida pela FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO em face de ZENAIDE TERUEL - ME, na quantia abaixo especificada, referente ao débito de Execução fiscal nos moldes da Lei n ' 6.830/80, requerendo a citação da

Executada Zenaide Teruel - ME. ou quem por lei estiver obrigado ao pagamento do débito, nos termos do seu artigo 8º, para que o prazo de 05 (cinco) dias pague(m) a dívida acima citada. representada pela CDA nº 001252/03. Requer, caso seja efetuado o pagamento devido, seja procedida a penhora de tantos bens quantos bastem para garantir a presente execução. intimando-se desta o(s) Executado(d) e, se for o caso, respectivos cônjuges, a fim de garantir o pagamento do débito, na eventualidade da penhora do fiel depositário. Requer, ainda, seja(m) o(s) executado(s) intimado(s) da penhora para, querendo, interpor embargos, no prazo legal prosseguindo-se a ação até satisfação do débito. Requer, por derradeiro, se necessário for a aplicação dos benefícios contemplados pela artigo 172, paragrafo 2º, do CPC, bem como o arbitramento dos honorários advocatícios na forma da lei, inscrito(s) na(s) seguinte(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa: 001252/03/2004.

Data de Inscrição da Dívida Ativa: 26/11/2003

- Valor Total: R$ 123.475,00 - Valor Atualizado: R$ 112.250,00 - Valor Honorários: R$ 11.225,00

Despacho/Decisão: Vistos, etc.Trata-se de ação de execução fiscal aviada pela Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso em face de Zenaide Teruel, ambos qualificados.Petitório de fls. 169/170, a requerer a citação editalícia da sócia corresponsável ou caso não seja o entendimento, pela busca de endereço em nome da parte via BACENJUD, INFOJUD e SIEL. É O RELATÓRIO.DECIDO.1) Calha frisar que as partes devem agir no processo com probidade e boa-fé processual, observando os princípios que regem as regras processuais, tais como: boa-fé objetiva, cooperação, razoável duração do processo, dentre outros. Inteligência dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º do CPC e art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição da República Federativa do Brasil.A parte exequente requereu a pesquisa de endereço em nome da parte executada, o que é possível, uma vez que não tem conseguido encontrá-la, podendo solicitar buscas ao judiciário, exceto daquilo que pode ser realizado pessoalmente por ela.Logo, o deferimento das buscas pretendidas é medida que se impõe, visto que a parte exequente não obtivera êxito em localizar a parte executada, até mesmo porque não foram esgotados os meios para ser realizada a citação por edital.2) Isto posto, DEFIRO a pesquisa de endereços em nome da parte executada Zenaide Teruel, inscrita no CPF n.º 408.606.049-34, via sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL.3) Caso reste frutífera a providência, CITE-SE a parte executada no endereço encontrado. EXPEÇA-SE o necessário. 4) Caso reste inexitosa a citação pessoal, DEFIRO a citação editalícia da parte executada. EXPEÇA-SE o necessário para cumprimento do ato citatório, nos termos do inciso IV do art. 8° da Lei de Execução Fiscal n.º 6.830/1980.5) Devidamente citada a parte executada, caso deixetranscorrer o prazo sem manifestação. DECRETO-LHE a sua revelia. Não sendo possível a nomeação da Defensoria Pública NOMEIO como defensora dativa e curador especial, seguindo o sistema de rodízio implantado neste Juízo, a Dra. SIMONI REZENDE DE PAULA – OAB/MT 14205, a fim de que faça a defesa do interesse da parte executada. 6) INTIME-SE a douta advogada nomeada para manifestar-se sobre a nomeação, bem como para apresentar defesa, no prazo legal.7) Transcorrido o prazo assinalado, INTIME-SE a parte exequente para requerer o que entender de direito, em 10 dias.8) Desatendido o comando judicial, sem qualquer manifestação da parte exequente, DETERMINO de logo a suspensão do feito (40, caput, da LEF) e a remessa dos autos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, com baixa no Relatório Estatístico das Atividades Forenses, observando-se o artigo 1.172 da CNGC, até a manifestação das partes ou que ocorra a prescrição intercorrente.Cumpra-se, servindo a presente, no que couber, como MANDADO, OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA.Itaúba/MT, 03 de julho de 2019. Giselda Regina Sobreira de Oliveira AndradeJuíza de Direito

ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Edinéia Cristina dos Santos , digitei.

Itaúba, 12 de dezembro de 2019

Iolanda Valcléria Alves de Anhaia Oliveira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 44736 Nr: 362-47.2008.811.0096

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO DA CONCEIÇÃO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO SAULO DA SILVA COLMATI - OAB:MT-5424B

CERTIDÃO: Nos termos da Legislação Vigente e Provimento nº 41/2016-CGJ, impulsiono estes autos ao setor competente, com a finalidade de intimar o(s) advogado(s) do Acusado, via DJE, acerca da Audiência redesignada nos autos da Carta Precatória distribuída sob Código 61963, na Vara Única da Comarca de Nova Canaã do Norte/MT, para o dia 28/04/2020, às 16:00 horas, conforme Ofício nº983/2019 juntado às fls. 234.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 75440 Nr: 493-75.2015.811.0096

AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CPDM

PARTE(S) REQUERIDA(S): RAdS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: INDIARA GABBIATTI - OAB:17939/O, MIKAELI FONSÊCA DE SOUZA - OAB:16582/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SIMONI REZENDE DE PAULA - OAB:14205/MT

Nos termos da Legislação Vigente e do Art. 482, VI da CNGC, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da Parte Autora para, no prazo legal, se manifestar acerca da petição de ref. 140.

Comarca de Itiquira

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº. 52/2019/ADM

O Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael Siman Carvalho, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Itiquira/MT, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a o Ofício Circular nº 96/2019-CGJ, bem como o Ofício Circular nº 029/2019-GAB-AUX-CGJ (CIA. 0075876-17.2019.811.0000) sobre a obrigatoriedade de tramitação dos expedientes e processos referentes ao foro extrajudicial no sistema CIA – Controle de Informações Administrativas;

RESOLVE:

I - DETERMINAR a migração dos expedientes e processos referentes ao foro extrajudicial do Sistema Apolo para o Sistema CIA – Controle de Informações Administrativas, registrando-se o ato e arquivando-se com as baixas e cautelas de estilo.

II – INFORMAR que as averiguações oficiosas de paternidade e registro tardio de óbito, ainda que envolvam as serventias extrajudiciais, estas são matérias não-contenciosas relativas à registros públicos de competência do Juiz Diretor do Foro, não são demandas concernentes ao Ofício-Circular n. 96/2019-CGJ.

III - Ciência aos tabeliões e cartorários da Comarca de Itiquira/MT.

Remeta-se cópia ao representante da OAB/MT e ao Ministério Público local.

Publique-se. Intime-se.Cumpra-se.

Itiquira/MT, 12 de dezembro de 2019.

Rafael Siman Carvalho

Juiz de Direito e Diretor do Foro

PORTARIA Nº. 53/2019/ADM

O Excelentíssimo Senhor Doutor Rafael Siman Carvalho, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Itiquira/MT, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a servidora Fabíula Ribeiro de Moura, gestora judiciária substituta, matrícula 14.957, estará em usufruto de 20 (vinte) dias de férias regulares desta Comarca, no período de 07 a 26/01/2020.

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RENES PAULO RODRIGUES DA SILVA, matrícula

39.576, Técnico Judiciário, para exercer a função de Gestor Judiciário Substituto da Secretaria da Vara Única e Juizado Especial da Comarca de Itiquira-MT, por 20 (dez) dias no período compreendido de 07 a 26/01/2020, fazendo jus ao Art. 1°, I da Instrução Normativa 005/2008/DGTJ.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Itiquira/MT, 13 de dezembro de 2019.
Rafael Siman Carvalho
Juiz de Direito e Diretor do Foro

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000850-12.2019.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
CAIXA ECONÓMICA FEDERAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NARA RUBIA ALVES DE RESENDE OAB - MT20985/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO SOUZA SILVA (REQUERIDO)

Nos termos da Legislação Vigente e Provimento nº 056/2007- CGJ que dispõe sobre o cumprimento de atos ordinatórios pelos senhores gestores das varas judiciais cíveis do Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao Provimento nº 07/2017-CGJ que implantou a Central de Processamento de Diligências dos Oficiais de Justiça nas comarcas deste Estado, impulsiono os autos ao setor de envio de matéria p/ imprensa para intimar o Requerente, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, por meio de guia emitida através do site "www.tjmt.jus.br", devendo trazer aos autos a guia e o respectivo comprovante de pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias.

Notificação

Notificação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000494-17.2019.8.11.0027
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOEL PEREIRA DA CUNHA (REQUERIDO)

Informo Vossa Senhoria que o Processo foi arquivado com as baixas de estilo.

Comarca de Jauru

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000330-89.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000340-36.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000338-66.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000336-96.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado

eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000322-15.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000324-82.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RITA GONCALVES DE ABREU DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE JAURU VARA ÚNICA DE JAURU Av. Rui Barbosa, nº. 850, Centro, Jauru-MT - CEP: 78255-000 IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO ATOS ORDINATÓRIOS (CPC, ART. 152, VI) JOYLIS SOARES, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e arts. 701, XVIII, e 482, VI, ambos da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado,·IMPULSIONA·os presentes autos, a fim de que: 1. INTIMAR o advogado da parte autora, via Diário de Justiça Eletrônico, para que apresente Impugnação à Contestação, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Jauru/MT,·12 de dezembro de 2019. [assinado eletronicamente] JOYLIS SOARES Gestor Judiciário Substituto

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 30176 Nr: 1484-43.2011.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Euripedes da Silva Vieira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: James Rogério Baptista - OAB:OAB/MT 9.992/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Sentença->Com Resolução do Mérito->Extinção da execução ou do cumprimento da sentença
Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por EURIPEDES DA SILVA VIEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Partes qualificadas no feito.
Após julgada procedente a impugnação à execução e homologados os cálculos apresentados pelo INSS às fls. 129/131, foram expedidas as RPVs às fls. 142/143.
Às fls. 144/145 o INSS apresentou o demonstrativo do depósito dos valores, que já se encontram vinculados às fls. 148/149.
Por fim, o causídico peticionou requerendo a expedição de alvará de levantamento dos valores depositados, informando os dados bancários à fl. 152.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Decido.
Conforme delineado no relatório supra, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da parte exequente.
Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permite a extinção à execução de título judicial.
Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita pelo executado, imperiosa a extinção da presente.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor.
Expeçam-se os alvarás judiciais de levantamento observando os dados bancários informados pelo advogado, que possui poderes para essa finalidade, conforme procuração à fl. 15.
Certificado o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquive-se.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 8111 Nr: 348-84.2006.811.0047
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nilza Pereira de Paula
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos da Silva Borges - OAB:8039-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DISPOSITIVO. Ante o exposto, NÃO ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls. 267/272, mantendo a sentença de fls. 265/265v inalterada. Nada mais sendo requerido, certifique-se o transito em julgado da e, após, arquive-se, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 54298 Nr: 1449-05.2019.811.0047
AÇÃO: Adoção->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: RAC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ILDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIONNE APARECIDA CARRIJO DE SOUZA - OAB:20644/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, em consonância com a manifestação do Parquet, defiro a liminar SUSPENDENDO o poder familiar de INARA LOPES DOS SANTOS em relação a filha MARIANA LOPES DOS SANTOS e, por conseguinte, CONCEDO a guarda e responsabilidade da infante aos requerentes RINALDO ÂNGELO CUSTODIO e BEATRIZ PAVINI, para que possam exercer os atos da vida civil, mediante assinatura de termo de compromisso, nos termos do art. 32 da Lei n. 8.069/1990.DETERMINOa)Realização de Estudo Psicossocial para averiguação do melhor interesse da menor, no prazo de 20 (vinte) dias, tanto no endereço dos autores, quanto a requerida;b)Cite-se/Intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação;c)Com a apresentação da defesa, intimem-se os autores para impugnação;d) Após, vista dos autos ao Ministério Público;e) Por fim, conclusos.Expeça-se termo de guarda provisória.Ciência ao Ministério Público.Intime-se. Cite-se.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 13687 Nr: 696-63.2010.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria das Graças de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: João Dalvo de Oliveira Junior - OAB:9.459, João Paulo Carvalho Feitosa - OAB:10.236

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Sentença->Com Resolução do Mérito->Extinção da execução ou do cumprimento da sentença.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA promovido por MARIA DAS GRAÇAS DE OLIVEIRA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Partes qualificadas no feito.
De acordo decisão transladada dos autos cód. 36186 (Ref: 22), que tratavam de embargos à execução manejados pelo INSS, os valores atinentes a presente execução de sentença já foram devidamente levantados, tendo sido determinado o translado dos documentos para esta ação, com o fito de viabilizar a prolação de sentença.
Documentos devidamente transladados, consoante Ref: 22.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. Decido.
Conforme o delineado no relatório supra, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da exequente.
Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permite a extinção à execução de título judicial.
Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita pelo executado, imperiosa a extinção da presente.
DISPOSITIVO
Ante o exposto, com base no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor.
Certificado o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, ARQUIVE-SE.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 34454 Nr: 1395-15.2014.811.0047
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elzira de Oliveira Alecrim
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:310498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Despacho->Mero Expediente.
Verifica-se dos autos que o requerido foi condenado a implantar o beneficio em favor da parte autora (Refs: 46), todavia, como se infere da petição retro encartada (Ref: 55), até o presente momento não houve a implantação do referido benefício.
Ante o panorama fático apresentado, INTIME-SE o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, para que proceda à implantação do benefício, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da intimação, sob pena de multa diária, no valor de R$ 100,00 (cem reais) até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34854 Nr: 77-60.2015.811.0047
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAURO IVOGLO & CIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LA ZUNCHETTI COMBUSTIVEIS EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DONIZETE FERREIRA DE QUEIROZ - OAB:18500, HELOISA HELENA SAENZ SURITA - OAB:14658, Wilson Saenz Surita Junior - OAB:MT0007302A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aisi Anne Lima Tiago - OAB:16.657, Ana Lúcia de Freitas Alvarez - OAB:MT 8.311, Luiz Nelson Zuchetti Júnior - OAB:OAB-MT 15.130
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. INTIMAR as partes para fiquem cientes do retorno dos autos da Instância Superior, bem como para que se manifestem requerendo o que entender pertinente.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 53591 Nr: 1068-94.2019.811.0047
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Enólia Mota
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eduardo Flausino Vilela, Prefeito de Figueirópolis D'Oeste
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SULIANA ALVES DE BRITO - OAB:23040/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, nos termos do art. 678 do CPC, DEFIRO o pedido de SUSPENSÃO das medidas constritivas sobre o imóvel de matrícula 518, penhorado nos autos principais (Código 9151), até o julgamento dos presentes embargos, sem prejuízo do prosseguimento da execução em relação a novos bens a serem localizados do patrimônio do executado.PROMOVA-SE a vinculação do presente feio aos autos cód. 9151, com a devida certificação quanto à suspensão deferida.CITE-SE o embargado, na forma do art. 183, §1º, do CPC, para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, nos termos do art. 679 do CPC.CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 53619 Nr: 1082-78.2019.811.0047
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Enólia Mota
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Figueirópolis D'Oeste MT, Eduardo Flausino Vilela
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SULIANA ALVES DE BRITO - OAB:23040/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, nos termos do art. 678 do CPC, DEFIRO o pedido de SUSPENSÃO das medidas constritivas sobre o imóvel de matrícula 518, nos autos principais (Código 9439), até o julgamento dos presentes embargos, sem prejuízo do prosseguimento da execução em relação a novos bens a serem localizados do patrimônio do executado.PROMOVA-SE a vinculação do presente feio aos autos cód. 9439, com a devida certificação quanto à suspensão deferida.CITE-SE o embargado, na forma do art. 183, §1º, do CPC, para, em 30 (trinta) dias, ofertar contestação, nos termos do art. 679 do CPC.CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 13075 Nr: 77-36.2010.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Felix Neto, Jose Júnior de Freitas, Josina Felix de Freitas, Joelma Félix de Freitas
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jair Roberto Marques - OAB:8969-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos

Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 15018 Nr: 830-56.2011.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Stela Novato da Cruz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:OAB/MT 15.073, Rafael Nevack Ribeiro - OAB:15196
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31075 Nr: 936-81.2012.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Susana Silva Soares
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:OAB/MT 15.073
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Paulo Alceu Dalle Laste - OAB:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31571 Nr: 347-55.2013.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alexandre Militão da Rocha
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31629 Nr: 413-35.2013.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Neusa Moreira dos Santos Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32601 Nr: 1483-87.2013.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de

Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eva Feliciana Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32610 Nr: 1491-64.2013.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Rosa de Barros
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATYA REGINA NOVAK DE MOURA - OAB:15989
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32632 Nr: 1514-10.2013.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Manoel Messias Neres de Jesus
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 33123 Nr: 439-96.2014.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sebastiana Lourenço
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 33151 Nr: 466-79.2014.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ana Aparecida Gomes dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);

2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 33250 Nr: 562-94.2014.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marina Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Conrado Agostini Machado - OAB:16637-O, Ronaldo Nogueira Machado - OAB:5.311-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 33262 Nr: 572-41.2014.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aranildes Ferreira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jair Roberto Marques - OAB:8969-B, Juliano Marques Ribeiro - OAB:MT-8.973 B, Paula Rodrigues da Silva - OAB:13605/aA
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 41628 Nr: 1321-87.2016.811.0047
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: CR
PARTE(S) REQUERIDA(S): JCS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GISLAYNE APARECIDA NARCISO CLARO BOLONHESE - OAB:11.202-0, VERA LUCIA DEMARCHI BOLONHESE LELES MARTINS - OAB:26.373-0, WALDECI LELES MARTINS - OAB:4840
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Oswaldo Alvarez de Campos Junior - OAB:6.702/MT, RODRIGO FRANCISCO DE SOUZA - OAB:19474/O
Vistos.
Trata-se de Pedido formulado por CLEIDIMAR RIBEIRA SILVA.
Requer autorização para passar uma semana inteira com o menor Leonardo Ribeiro Silva (seu sobrinho) no natal ou ano novo. Assim, como para viajar para o município de Pontes e Lacerda-MT em passeio na residência de seus avós maternos (ref. 104).
Instado, o presentante do Ministério Público (Ref. 108) manifestou favorável a concessão do pedido, uma vez que a requerente possui o direito de visitas nos seguintes termos:
Autorizada a buscar a criança no sábado de manhã à 08 horas, devendo devolvê-lo na residência do genitor no domingo, às 18 horas, em finais de semanas alternados, conforme decisão (Ref. 82).
Vieram os autos conclusos.
FUNDAMENTAÇÃO
Sabe-se que deve ser assegurado à criança, ao adolescente e ao jovem o direito a convivência familiar, como dispõe o art. 227 da CRFB/88.
Quanto ao objeto do pedido, o consenso entre as partes era a forma mais razoável para se decidir acerca das festividades de final de ano, contudo, verifico que não há essa possibilidade, pois presente o litígio nos autos.
DISPOSITIVO
Diante do exposto, considerando que já fora concedido o direito de visitas em favor da requerente, decisão (Ref. 82), não vislumbro impedimentos para a concessão do pedido.
Dessa forma, em consonância com a manifestação do Ministério Público, DEFIRO o pedido e concedo à requerente CLEIDIMAR RIBEIRA SILVA o direito de buscar o infante Leonardo, no final de semana que seria seu por disposição da decisão judicial de REF. 82, permanecendo com ele durante a semana festiva, devolvendo-o no domingo subsequente às 18 horas.
Todavia, deve a requerente fornecer ao requerido (genitor) meio de comunicação com a criança durante esse período.
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 7566 Nr: 2411-19.2005.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Pedro Menezes Albarez
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Juliano Marques Ribeiro - OAB:MT-8.973 B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação,

encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32871 Nr: 203-47.2014.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Vanderlei de Jesus
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATYA REGINA NOVAK DE MOURA - OAB:15989
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32730 Nr: 53-66.2014.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gilmar Apolinário dos Reis, Penha Apolinario dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VERA LUCIA NOVAK - OAB:10886/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30758 Nr: 594-70.2012.811.0047
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Marciana Domingos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio de Almeida Teixeira - OAB:OAB/MT 15.073, Rafael Nevack Ribeiro - OAB:15196
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO
ATOS ORDINATÓRIOS (art. 152, VI, do NCPC)
Joylis Soares, Gestor Judiciário Substituto, lotado na Vara Única da Comarca de Jauru, no uso das funções inerentes ao seu cargo e na forma da Lei, em cumprimento à legislação em vigor [art. 152, VI, do NCPC, e norma 2.17.4.7 da CNGC], bem assim aos termos contidos nos Provimentos nº 52, 53, 54, 55 e 56/2007, da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça deste Estado, IMPULSIONA os presentes autos, a fim de que:
1. Seja o(a) exequente intimado, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), para que se manifeste acerca do(s) ofício(s) acostado(s) aos autos, da lavra da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) do TRF da 1ª Região, o(s) qual(is) noticia(m) o efetivo pagamento da(s) Requisição(ões) de Pequeno Valor expedida(s);
2. Tendo em vista que, em consulta ao Sistema SISCONDJ, verifica-se que o valor constrito/depositado nos autos não encontra-se vinculado, seja expedido ofício à Conta Única, a fim de se proceda à vinculação, encaminhando-se, para tanto, os documentos necessários.
Jauru, 12 de dezembro de 2019.
Joylis Soares
Gestor Judiciário Substituto

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ítalo Osvaldo Alves da Silva
Cod. Proc.: 9347 Nr: 350-20.2007.811.0047
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ana Alves de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: James Rogério Baptista - OAB:OAB/MT 9.992/B, Marcos da Silva Borges - OAB:8039-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, com base no art. 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor.DEFIRO o pedido e determino que EXPEÇA-SE o alvará judicial de levantamento em relação ao crédito da parte autora/exequente, da seguinte maneira, observando os dados bancários (Ref. 61 e 65).a)50% (cinquenta por cento) do referido valor na Conta Corrente n. 38550-6, agência 0805, Banco do Sicred, no CPF n. 420.332.761-04, em nome de Ana Alves de Almeida - autora.b)25% (Vinte e cinco por cento) do referido valor na Conta Corrente nº 38.427-5, agência 2480-5 Banco do Brasil S/A., Pontes e Lacerda, no CPF/MF n. 202.729.588-75, em nome de James Rogério Baptista - advogado da parte;c)25% (Vinte e cinco por cento) do referido valor a ser creditado no Banco do Brasil S/A., na agência 0184-8 Cáceres MT, conta 43.579-1, CPF 261.731.148-10, em nome de Marcos da Silva Borges – advogado da parte.Em relação aos honorários de sucumbência, EXPEÇA-SE:50% (cinquenta por cento) do referido valor na conta corrente n. 38.427-5, agência n. 2480-5, Banco do Brasil, CPF n. 202.729.588-75, de titularidade do patrono James Rogério Batista, conforme dados.50% (cinquenta por cento) do referido valor na conta corrente n. 43.579-1, agência n. 0184-8, Banco do Brasil, CPF n. 261.731.148-10, de titularidade do patrono Marcos da Silva Borges, conforme dados.Certificado o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À secretaria, para providências.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000015-32.2017.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA PORTO DE ALMEIDA ALVARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THUCYDIDES FRANCISCO CONCEICAO ALVARES OAB - MT0004552A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: DETERMINO, diante do trânsito em julgado e na hipótese de não estar isenta a parte sucumbente, intime-a para recolhimento/pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, o qual, transcorrido in albis, resultará na informação do valor para inscrição na dívida ativa, protesto e anotação na margem da distribuição/sistema para que, diante de eventual solicitação de certidão, possa constar a referência formal – art. 467, caput, da CNGC - e parte final do Enunciado n. 14, aprovado no XII Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso e alterado no XV. VALOR: R$817,86 (Oitocentos e dezessete reais e centavos) conforme planilha atualizada pela contadoria da comarca.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010134-64.2016.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
VALQUIRIA DE SOUZA SILVA PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THUCYDIDES FRANCISCO CONCEICAO ALVARES OAB - MT0004552A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

FINALIDADE: DETERMINO, diante do trânsito em julgado e na hipótese de não estar isenta a parte sucumbente, intime-a para recolhimento/pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, o qual, transcorrido in albis, resultará na informação do valor para inscrição na dívida ativa, protesto e anotação na margem da distribuição/sistema para que, diante de eventual solicitação de certidão, possa constar a referência formal – art. 467, caput, da CNGC - e parte final do Enunciado n. 14, aprovado no XII Encontro de Juízes dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso e alterado no XV. VALOR: R$741,01 (SETECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E CENTAVOS) Conforme planilha atualizada pela contadoria desta comarca.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000042-78.2018.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON SOUZA RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE POCONE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000042-78.2018.8.11.0047. REQUERENTE: ANDERSON SOUZA RIBEIRO REQUERIDO: AGUAS DE POCONE S.A. Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, deixo de exarar o relatório. Ainda, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Passo à análise do MÉRITO. Os pedidos do autor são parcialmente procedentes. Trata-se de reclamação, ajuizada por ANDERSON SOUZA RIBEIRO, em desfavor de ÁGUAS DE POCONÉ, aduz a parte autora que é titular da Matrícula: 298131-9, entretanto, em razão de transferência por motivo de trabalho, no mês 11/2017, foi para a cidade de Jauru/MT, onde em 10/12/2017, fixou residência juntamente com sua família, que o imóvel se encontra fechado, inclusive com o relógio desligado, contudo, as faturas continuaram sendo emitidas algumas com valores exorbitantes, sendo; 01/2018, no valor de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos); 02/2018, R$ 26,81 (vinte e seis reais e oitenta um centavos); 03/2014, R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), e 04/2018, R$ 20,81 (vinte reais e oitenta um centavos), relata que em razão da exigência do seu trabalho teve que pagar as faturas dos meses de janeiro e fevereiro; que as insistentes cobranças indevidas ameaçam o seu emprego , requer o cancelamento dos debito e indenização por danos morais e materiais. Por outro turno a concessionária alega que o débito objeto da demanda é oriundo do fornecimento de água ao Requerente, que não há irregularidade no medidor, sendo devida a cobrança. A relação jurídica estabelecida entre as partes, de natureza consumerista, rege-se pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8078/90, art. 3º, p. 2º), figurando a ré como prestadora de serviço e a parte autora como destinatária final, de modo que patente à incidência das disposições protetivas previstas no diploma legal em questão, à luz das quais a presente demanda há de ser dirimida. Considerando a relação de consumo que envolve as partes, a existência dos requisitos do artigo 6°, VIII do Código de Defesa do Consumidor e a relevância da matéria, uma vez que são notórios que problemas como este ocorrem ordinariamente nas prestações de serviços assemelhados aos oferecidos pela requerida, foi deferido o ônus da prova em favor do consumidor. Da análise dos documentos acostados a inicial e o histórico de contas juntados, percebe-se o aumento abrupto das faturas referentes aos meses de janeiro e março, sem qualquer fundamento comprovado. A reclamada, embora tenha comprovado a regularidade do hidrômetro através de laudo técnico, deixou de comprovar com documentos (laudo elaborado por profissionais, vistoria técnica, etc...), o suposto vazamento, sendo que as duas únicas fotos acostadas não são capazes de comprovar com precisão o suposto vazamento. Considerando que não restou comprovado nos autos o pedido de desligamento, tenho por razoável tão somente a revisão das faturas dos meses de janeiro e março e não o seu cancelamento. As faturas nos valores de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), e a de R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), referentes aos meses de janeiro e março/2018, respectivamente, devem ser corrigidas considerando o consumo médio mensal dos últimos doze meses antes da expedição da fatura. Nesse sentindo, CONSUMIDOR. DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO. ENERGIA ELÉTRICA. FATURA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2010 REVELANDO EXCESSIVO CONSUMO, INCOMPATÍVEL COM A MEDIÇÃO USUAL DA UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS QUE JUSTIFIQUEM O CONSUMO EXTRAORDINÁRIO. ÔNUS DA PROVA DO EFETIVO CONSUMO CABÍVEL À DEMANDADA. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO. (TJ-RS , Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 06/12/2011, Primeira Turma Recursal Cível). No que tange ao dano material deverá ser restituído ao autor o valor que se apurar após a revisão da fatura do mês de janeiro, de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), na qual deverá ser abatido o valor devido da fatura, e o saldo, restituído ao autor na forma simples. Quanto à indenização por danos morais vê-se que não deve ser deferida. No caso dos autos, observa-se que o que ocorreu foi tão somente a cobrança, ainda que indevida, de consumo presumido de água, não se concretizando o ato de inscrição do nome do Autor em Órgãos de Proteção ao Crédito. Não há dúvida de que uma cobrança causa desconforto para qualquer pessoa, seja física ou jurídica. No entanto, esse desconforto não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Da situação fática não se extrai qualquer direito à indenização por dano moral, pois não se vê que a parte Reclamante tenha sido afetada em sua esfera jurídica de forma significativa. In casu, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, absolutamente normais na vida de qualquer cidadão. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais. Assim, caminho outro não há senão o da procedência parcial do pedido. DISPOSITIVO Diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, confirmo a tutela deferida no evento. 13173430, e opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido inaugural para: 1. DECLARAR INEXISTENTES as dívidas consubstanciadas nas faturas R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), e a de R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), referentes aos meses de janeiro e março de 2018, determinando a revisão das mesmas, para fazer constar como consumo a média de consumo dos últimos 12 (doze) meses anteriores as faturas discutidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inexigibilidade do debito; 2. DETERMINAR, que após a revisão da fatura do mês de janeiro seja restituído o saldo ao Reclamante, devidamente atualizado e na forma simples, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m e correção monetária pelo INPC, ambos, a partir do pagamento; 3. Indefiro o pedido de indenização por danos morais. Sem custas e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Submeto a

homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Isabel Cristina M. da Paixão Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000583-77.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA FERREIRA MACHADO OAB - SP371857 (ADVOGADO(A))
Benedito Ferreira de Campos Filho OAB - SP167058-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JAURU (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONCIO PINHEIRO DA SILVA NETO OAB - MT0014377A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000583-77.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA EXECUTADO: MUNICIPIO DE JAURU Vistos, etc. Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA em desfavor de MUNICIPALIDADE DE JAURÚ, objetivando o recebimento de valores correspondente a fornecimento de produtos não pagos pelo reclamado, o valor atualizado do debito é R$ 5.059,54 (cinco mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). O Requerido em contestação apenas constou a proposta de acordo no valor de R$ 3.334,36 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos). A parte Autora por sua vez rejeitou a proposta, requerendo o prosseguimento da ação. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Em manifestação aos autos o Requerido não se opôs ao alegado, apenas apresentou proposta de acordo. A Requerente discordou da proposta, pleiteando o recebimento total do débito. Assim sendo, uma vez comprovado pela parte Autora a subsistência da dívida, venda de produtos, e o não pagamento, cumpria à parte Requerida provar o contrário demonstrando fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II, do CPC, o que não o fez, devendo, portanto, o pedido da autora ser julgado procedente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 487, inciso I, do CPC opino pela PROCEDÊNCIA do pedido inicial para: a) condenar a parte Requerida a pagar a importância de R$ 5.059,54 (cinco mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) o valor já foi atualizado até 01/2018, sobre o montante acrescerá juros legais de o,5% (meio por cento) a.m., e correção monetária pelo (IPCA-E), ambos a partir da citação, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Isabel Cristina M. da Paixão Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000409-68.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
RAINERIO ESPINDOLA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU Processo: 1000409-68.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: RAINÉRIO ESPÍNDOLA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de requerimento da parte exequente em que pugna pelo sequestro/bloqueio de valores da Fazenda Pública Estadual suficientes à satisfação do débito (id 21821782), em virtude do descumprimento do pagamento voluntário. Determinada a intimação da Fazenda Pública para que comprovasse o adimplemento (id 21250705), permaneceu inerte (id 22600554). Pois bem, analisando detidamente os autos, entendo que assiste razão à parte Exequente, eis que, conforme resta devidamente demonstrado nos eventos supracitados, já se passaram mais de 60 (sessenta dias) desde a intimação acerca da expedição do respectivo Ofício Requisitório de Pequeno Valor (id 21250443) – pág. 6. Esse é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...)3. O prazo para pagamento de quantia certa encartada na sentença judicial transitada em julgado, mediante a Requisição de Pequeno Valor, é de 60 (sessenta) dias contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, sendo certo que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão (artigo 17, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001)." (REsp 1143677/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2009, DJe 04/02/2010). Deste modo, diante da inércia do ente estatal em adimplir voluntariamente a obrigação judicial imposta, resta ao Poder Judiciário lançar mão das ferramentas de que dispõe para alcançar a satisfação do crédito devido à parte Exequente, na esteira do disposto no art. 17, §2º, da Lei n. 10.259/01, in verbis: "Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. § 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput). § 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão. (...)" Posto isso, DETERMINO a realização de sequestro/bloqueio do montante devido, no importe de R$ 9.532,76 (nove mil quinhentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos), conforme planilha elaborada pelo Departamento Auxiliar da Presidência (id 21249839) – pág. 41, em conta bancária da Fazenda Pública Estadual, inscrito CNPJ n. 03.507.415/0001-44. JUNTE-SE aos autos o extrato inerente à operação de bloqueio realizada via BACENJUD. Alcançando-se o sequestro o montante integral da dívida, INTIME-SE a parte executada para que ciente da constrição, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresente embargos, sob pena de preclusão. Uma vez ultrapassado o aludido prazo, não havendo oposição de embargos, o que deverá ser certificado, tornem os autos conclusos para sentença de extinção da execução e consequente expedição de alvará judicial em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jauru-MT, 13 de dezembro de 2019 Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000436-51.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000436-51.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO promovida por CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPÍNDOLA em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Partes qualificadas no feito. De acordo com o carreado ao ID 21429127, a presente fora originalmente proposta na Vara única deste Juízo, tendo sua competência declinada para o Juizado, conforme decisão de ID 21429128 – pág. 60. Compulsando os autos, verifica-se que já houve remessa ao Departamento Auxiliar da Presidência, o qual aportou cálculo de liquidação (ID 21429128 – pág. 45). Ainda, possível depreender já ter sido expedido o devido ofício requisitório (ID 21429128 – pág. 48/49). Consigno que, malgrado tenha sido certificado o decurso do prazo para pagamento

voluntário (ID 21429128 – pág. 55), e a parte exequente tenha pugnado o sequestro dos valores (ID 21429128 – pág. 58), não fora efetivado nenhum ato constritivo, pois, conforme o inicialmente narrado, fora declinada a competência para o Juizado (ID 21429128 – pág. 60). Este Juízo, no ID 21503380, ratificando os atos decisórios proferidos e demais passíveis de aproveitamento, determinou o regular processamento na fase atual e a intimação da parte executada. A parte executada, no ID 24338438, aporta comprovante de pagamento da quantia devida à parte exequente e do recolhimento do IRRF. À vista disso, no ID 25718765, a parte exequente pleiteia a expedição de alvará eletrônico para levantamento, informando os respectivos dados bancários. Vieram-me os autos conclusos. É a síntese. Decido. Consoante o acima delineado, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da parte exequente, mormente porque a parte executada aportou ao ID 24338438 comprovação do adimplemento. Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permitem a extinção da execução. Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita, imperiosa a extinção da presente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor. Inicialmente, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, depositar em juízo a certidão dos títulos executados, as quais serão inutilizadas depois do trânsito em julgado. Saliento, ainda, que referido depósito deverá ser certificado nos autos. Após, proceda-se à vinculação dos valores depositados (ID 24338438). Com a devida vinculação, expeça-se o competente alvará de levantamento da quantia descrita no ID 24338438 – pág. 3, em favor da parte exequente. Anoto os dados bancários por ela informados (ID 25718765). Outrossim, expeça-se alvará para levantamento da quantia descrita no ID 24338438 – pág. 5, referente ao devido a título de IRRF, e remeta-se ao Departamento da Conta Única/Depósitos Judiciais, via sistema Malote Digital, com as cópias dos documentos exigidos para o recolhimento. Transitada em julgado, certifique-se e, em seguida, arquive-se, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Providencie-se e expeça-se o necessário. Às providências. Jauru/MT 13 de dezembro de 2019. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000441-73.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMAR RODRIGUES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAYDY ROBERTA BOTON OAB - MT20209/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU Processo: 1000441-73.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: EDIMAR RODRIGUES DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de pedido da parte exequente em que pugna pelo sequestro/bloqueio de valores da Fazenda Pública Estadual suficientes à satisfação do débito (id 22631336), em virtude do descumprimento do pagamento voluntário. Determinada a intimação da Fazenda Pública para que comprovasse o adimplemento (id 21503776), permaneceu inerte (id 22602305). Pois bem, analisando detidamente os autos, entendo que assiste razão à parte Exequente, eis que, conforme resta devidamente demonstrado nos eventos supracitados, já se passaram mais de 60 (sessenta dias) desde a intimação acerca da expedição do respectivo Ofício Requisitório de Pequeno Valor (id 21430489) – pág. 5/6. Esse é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...)3. O prazo para pagamento de quantia certa encartada na sentença judicial transitada em julgado, mediante a Requisição de Pequeno Valor, é de 60 (sessenta) dias contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, sendo certo que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão (artigo 17, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001)." (REsp 1143677/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2009, DJe 04/02/2010). Deste modo, diante da inércia do ente estatal em adimplir voluntariamente a obrigação judicial imposta, resta ao Poder Judiciário lançar mão das ferramentas de que dispõe para alcançar a satisfação do crédito devido à parte Exequente, na esteira do disposto no art. 17, §2º, da Lei n. 10.259/01, in verbis: "Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. § 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput). § 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão. (...)" Posto isso, DETERMINO a realização de sequestro/bloqueio do montante devido, no importe de R$ 10.471,72 (dez mil quatrocentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos), conforme planilha elaborada pelo Departamento Auxiliar da Presidência (id 21430488) – pág. 50/51, em conta bancária da Fazenda Pública Estadual, inscrito CNPJ n. 03.507.415/0001-44. JUNTE-SE aos autos o extrato inerente à operação de bloqueio realizada via BACENJUD. Alcançando-se o sequestro o montante integral da dívida, INTIME-SE a parte executada para que ciente da constrição, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresente embargos, sob pena de preclusão. Uma vez ultrapassado o aludido prazo, não havendo oposição de embargos, o que deverá ser certificado, tornem os autos conclusos para sentença de extinção da execução e consequente expedição de alvará judicial em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jauru-MT, 13 de dezembro de 2019 Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000442-58.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPE RICARDO LUCAS ROSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA OAB - MT0013836A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU Processo: 1000442-58.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: FELIPE RICARDO LUCAS ROSA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de pedido da parte exequente em que pugna pelo sequestro/bloqueio de valores da Fazenda Pública Estadual suficientes à satisfação do débito (id 22632697), em virtude do descumprimento do pagamento voluntário. Determinada a intimação da Fazenda Pública para que comprovasse o adimplemento (id 21503784), permaneceu inerte (id 22603194). Pois bem, analisando detidamente os autos, entendo que assiste razão à parte Exequente, eis que, conforme resta devidamente demonstrado nos eventos supracitados, já se passaram mais de 60 (sessenta dias) desde a intimação acerca da expedição do respectivo Ofício Requisitório de Pequeno Valor (id 21431012) – pág. 5. Esse é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...)3. O prazo para pagamento de quantia certa encartada na sentença judicial transitada em julgado, mediante a Requisição de Pequeno Valor, é de 60 (sessenta) dias contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, sendo certo que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão (artigo 17, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001)." (REsp 1143677/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2009, DJe 04/02/2010). Deste modo, diante da inércia do ente estatal em adimplir voluntariamente a obrigação judicial imposta, resta ao Poder Judiciário lançar mão das ferramentas de que dispõe para alcançar a satisfação do crédito devido à parte Exequente, na esteira do disposto no art. 17, §2º, da Lei n. 10.259/01, in verbis: "Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. § 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput). § 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão. (...)" Posto isso,

DETERMINO a realização de sequestro/bloqueio do montante devido, no importe de R$ 9.548,39 (nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos), conforme planilha elaborada pelo Departamento Auxiliar da Presidência (id 21431010) – pág. 38/39, em conta bancária da Fazenda Pública Estadual, inscrito CNPJ n. 03.507.415/0001-44. JUNTE-SE aos autos o extrato inerente à operação de bloqueio realizada via BACENJUD. Alcançando-se o sequestro o montante integral da dívida, INTIME-SE a parte executada para que ciente da constrição, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresente embargos, sob pena de preclusão. Uma vez ultrapassado o aludido prazo, não havendo oposição de embargos, o que deverá ser certificado, tornem os autos conclusos para sentença de extinção da execução e consequente expedição de alvará judicial em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jauru-MT, 13 de dezembro de 2019 Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000437-36.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA OAB - MT0013836A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU Processo: 1000437-36.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPÍNDOLA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de pedido da parte exequente em que pugna pelo sequestro/bloqueio de valores da Fazenda Pública Estadual suficientes à satisfação do débito (id 25506942), em virtude do descumprimento do pagamento voluntário. Determinada a intimação da Fazenda Pública para que comprovasse o adimplemento (id 21503755), permaneceu inerte (id 22602038). Pois bem, analisando detidamente os autos, entendo que assiste razão à parte Exequente, eis que, conforme resta devidamente demonstrado nos eventos supracitados, já se passaram mais de 60 (sessenta dias) desde a intimação acerca da expedição do respectivo Ofício Requisitório de Pequeno Valor (id 21429711) – pág. 37/39. Esse é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...)3. O prazo para pagamento de quantia certa encartada na sentença judicial transitada em julgado, mediante a Requisição de Pequeno Valor, é de 60 (sessenta) dias contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, sendo certo que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão (artigo 17, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001)." (REsp 1143677/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2009, DJe 04/02/2010). Deste modo, diante da inércia do ente estatal em adimplir voluntariamente a obrigação judicial imposta, resta ao Poder Judiciário lançar mão das ferramentas de que dispõe para alcançar a satisfação do crédito devido à parte Exequente, na esteira do disposto no art. 17, §2º, da Lei n. 10.259/01, in verbis: "Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. § 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput). § 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão. (...)" Posto isso, DETERMINO a realização de sequestro/bloqueio do montante devido, no importe de R$ 13.229,17 (treze mil duzentos e vinte e nove reais e dezessete centavos), conforme planilha elaborada pelo Departamento Auxiliar da Presidência (id 21429711) – pág. 28/29, em conta bancária da Fazenda Pública Estadual, inscrito CNPJ n. 03.507.415/0001-44. JUNTE-SE aos autos o extrato inerente à operação de bloqueio realizada via BACENJUD. Alcançando-se o sequestro o montante integral da dívida, INTIME-SE a parte executada para que ciente da constrição, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresente embargos, sob pena de preclusão. Uma vez ultrapassado o aludido prazo, não havendo oposição de embargos, o que deverá ser certificado, tornem os autos conclusos para sentença de extinção da execução e consequente expedição de alvará judicial em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jauru-MT, 13 de dezembro de 2019 Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000461-64.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
EDUARDO SANTOS DE PAULA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAINERIO ESPINDOLA OAB - MT3521/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU Processo: 1000461-64.2019.8.11.0047 EXEQUENTE: EDUARDO SANTOS DE PAULA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Trata-se de pedido da parte exequente em que pugna pelo sequestro/bloqueio de valores da Fazenda Pública Estadual suficientes à satisfação do débito (id 22719210), em virtude do descumprimento do pagamento voluntário. Determinada a intimação da Fazenda Pública para que comprovasse o adimplemento (id 21505112), permaneceu inerte (id 22605893). Pois bem, analisando detidamente os autos, entendo que assiste razão à parte Exequente, eis que, conforme resta devidamente demonstrado nos eventos supracitados, já se passaram mais de 60 (sessenta dias) desde a intimação acerca da expedição do respectivo Ofício Requisitório de Pequeno Valor (id 21467253) – pág. 5/6. Esse é o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...)3. O prazo para pagamento de quantia certa encartada na sentença judicial transitada em julgado, mediante a Requisição de Pequeno Valor, é de 60 (sessenta) dias contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, sendo certo que, desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão (artigo 17, caput e § 2º, da Lei 10.259/2001)." (REsp 1143677/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 02/12/2009, DJe 04/02/2010). Deste modo, diante da inércia do ente estatal em adimplir voluntariamente a obrigação judicial imposta, resta ao Poder Judiciário lançar mão das ferramentas de que dispõe para alcançar a satisfação do crédito devido à parte Exequente, na esteira do disposto no art. 17, §2º, da Lei n. 10.259/01, in verbis: "Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. § 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput). § 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão. (...)" Posto isso, DETERMINO a realização de sequestro/bloqueio do montante devido, no importe de R$ 10.047,63 (dez mil e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos), conforme planilha elaborada pelo Departamento Auxiliar da Presidência (id 21467251) – pág. 58/59, em conta bancária da Fazenda Pública Estadual, inscrito CNPJ n. 03.507.415/0001-44. JUNTE-SE aos autos o extrato inerente à operação de bloqueio realizada via BACENJUD. Alcançando-se o sequestro o montante integral da dívida, INTIME-SE a parte executada para que ciente da constrição, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresente embargos, sob pena de preclusão. Uma vez ultrapassado o aludido prazo, não havendo oposição de embargos, o que deverá ser certificado, tornem os autos conclusos para sentença de extinção da execução e consequente expedição de alvará judicial em favor da parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Jauru-MT, 13 de dezembro de 2019 Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000042-78.2018.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON SOUZA RIBEIRO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
SIDNEY BERTUCCI OAB - MT4319-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE POCONE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ITALO OSVALDO ALVES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000042-78.2018.8.11.0047. REQUERENTE: ANDERSON SOUZA RIBEIRO REQUERIDO: AGUAS DE POCONE S.A. Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, deixo de exarar o relatório. Ainda, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, passo ao julgamento antecipado da lide, por não haver necessidade de dilação probatória. Passo à análise do MÉRITO. Os pedidos do autor são parcialmente procedentes. Trata-se de reclamação, ajuizada por ANDERSON SOUZA RIBEIRO, em desfavor de ÁGUAS DE POCONÉ, aduz a parte autora que é titular da Matrícula: 298131-9, entretanto, em razão de transferência por motivo de trabalho, no mês 11/2017, foi para a cidade de Jauru/MT, onde em 10/12/2017, fixou residência juntamente com sua família, que o imóvel se encontra fechado, inclusive com o relógio desligado, contudo, as faturas continuaram sendo emitidas algumas com valores exorbitantes, sendo; 01/2018, no valor de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos); 02/2018, R$ 26,81 (vinte e seis reais e oitenta um centavos); 03/2014, R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), e 04/2018, R$ 20,81 (vinte reais e oitenta um centavos), relata que em razão da exigência do seu trabalho teve que pagar as faturas dos meses de janeiro e fevereiro; que as insistentes cobranças indevidas ameaçam o seu emprego , requer o cancelamento dos debito e indenização por danos morais e materiais. Por outro turno a concessionária alega que o débito objeto da demanda é oriundo do fornecimento de água ao Requerente, que não há irregularidade no medidor, sendo devida a cobrança. A relação jurídica estabelecida entre as partes, de natureza consumerista, rege-se pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei n. 8078/90, art. 3º, p. 2º), figurando a ré como prestadora de serviço e a parte autora como destinatária final, de modo que patente à incidência das disposições protetivas previstas no diploma legal em questão, à luz das quais a presente demanda há de ser dirimida. Considerando a relação de consumo que envolve as partes, a existência dos requisitos do artigo 6°, VIII do Código de Defesa do Consumidor e a relevância da matéria, uma vez que são notórios que problemas como este ocorrem ordinariamente nas prestações de serviços assemelhados aos oferecidos pela requerida, foi deferido o ônus da prova em favor do consumidor. Da análise dos documentos acostados a inicial e o histórico de contas juntados, percebe-se o aumento abrupto das faturas referentes aos meses de janeiro e março, sem qualquer fundamento comprovado. A reclamada, embora tenha comprovado a regularidade do hidrômetro através de laudo técnico, deixou de comprovar com documentos (laudo elaborado por profissionais, vistoria técnica, etc...), o suposto vazamento, sendo que as duas únicas fotos acostadas não são capazes de comprovar com precisão o suposto vazamento. Considerando que não restou comprovado nos autos o pedido de desligamento, tenho por razoável tão somente a revisão das faturas dos meses de janeiro e março e não o seu cancelamento. As faturas nos valores de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), e a de R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), referentes aos meses de janeiro e março/2018, respectivamente, devem ser corrigidas considerando o consumo médio mensal dos últimos doze meses antes da expedição da fatura. Nesse sentindo, CONSUMIDOR. DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO. ENERGIA ELÉTRICA. FATURA DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2010 REVELANDO EXCESSIVO CONSUMO, INCOMPATÍVEL COM A MEDIÇÃO USUAL DA UNIDADE CONSUMIDORA DA AUTORA. INEXISTÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS QUE JUSTIFIQUEM O CONSUMO EXTRAORDINÁRIO. ÔNUS DA PROVA DO EFETIVO CONSUMO CABÍVEL À DEMANDADA. IMPOSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DO SERVIÇO. (TJ-RS , Relator: Ricardo Torres Hermann, Data de Julgamento: 06/12/2011, Primeira Turma Recursal Cível). No que tange ao dano material deverá ser restituído ao autor o valor que se apurar após a revisão da fatura do mês de janeiro, de R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), na qual deverá ser abatido o valor devido da fatura, e o saldo, restituído ao autor na forma simples. Quanto à indenização por danos morais vê-se que não deve ser deferida. No caso dos autos, observa-se que o que ocorreu foi tão somente a cobrança, ainda que indevida, de consumo presumido de água, não se concretizando o ato de inscrição do nome do Autor em Órgãos de Proteção ao Crédito. Não há dúvida de que uma cobrança causa desconforto para qualquer pessoa, seja física ou jurídica. No entanto, esse desconforto não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Da situação fática não se extrai qualquer direito à indenização por dano moral, pois não se vê que a parte Reclamante tenha sido afetada em sua esfera jurídica de forma significativa. In casu, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, absolutamente normais na vida de qualquer cidadão. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais. Assim, caminho outro não há senão o da procedência parcial do pedido. DISPOSITIVO Diante do exposto, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC, confirmo a tutela deferida no evento. 13173430, e opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA do pedido inaugural para: 1. DECLARAR INEXISTENTES as dívidas consubstanciadas nas faturas R$ 483,89 (quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta nove centavos), e a de R$ 750,73 (setecentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), referentes aos meses de janeiro e março de 2018, determinando a revisão das mesmas, para fazer constar como consumo a média de consumo dos últimos 12 (doze) meses anteriores as faturas discutidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inexigibilidade do debito; 2. DETERMINAR, que após a revisão da fatura do mês de janeiro seja restituído o saldo ao Reclamante, devidamente atualizado e na forma simples, com juros de mora de 1% (um por cento) a.m e correção monetária pelo INPC, ambos, a partir do pagamento; 3. Indefiro o pedido de indenização por danos morais. Sem custas e honorários advocatícios (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se, intime-se e cumpra-se. Submeto a homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Isabel Cristina M. da Paixão Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000583-77.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA FERREIRA MACHADO OAB - SP371857 (ADVOGADO(A))
Benedito Ferreira de Campos Filho OAB - SP167058-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JAURU (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ITALO OSVALDO ALVES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000583-77.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA EXECUTADO: MUNICIPIO DE JAURU Vistos, etc. Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da lei 9.099/95. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA em desfavor de MUNICIPALIDADE DE JAURÚ, objetivando o recebimento de valores correspondente a fornecimento de produtos não pagos pelo reclamado, o valor atualizado do debito é R$ 5.059,54 (cinco mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). O Requerido em contestação apenas constou a proposta de acordo no valor de R$ 3.334,36 (três mil, trezentos e trinta e quatro reais e trinta e seis centavos). A parte Autora por sua vez rejeitou a proposta, requerendo o prosseguimento da ação. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. Inexiste vício a obstar o regular prosseguimento do feito, bem como, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória e pronta a reclamação para julgamento antecipado. Em manifestação aos autos o

Requerido não se opôs ao alegado, apenas apresentou proposta de acordo. A Requerente discordou da proposta, pleiteando o recebimento total do débito. Assim sendo, uma vez comprovado pela parte Autora a subsistência da dívida, venda de produtos, e o não pagamento, cumpria à parte Requerida provar o contrário demonstrando fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II, do CPC, o que não o fez, devendo, portanto, o pedido da autora ser julgado procedente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 487, inciso I, do CPC opino pela PROCEDÊNCIA do pedido inicial para: a) condenar a parte Requerida a pagar a importância de R$ 5.059,54 (cinco mil, cinquenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) o valor já foi atualizado até 01/2018, sobre o montante acrescerá juros legais de o,5% (meio por cento) a.m., e correção monetária pelo (IPCA-E), ambos a partir da citação, extinguindo o feito, com julgamento de mérito. Sem custas e honorários (art. 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95). Transitada em julgado certifique-se e intimem-se. Após, aguarde-se o prazo de 5 (cinco) dias em Secretaria e, nada sendo requerido, arquive-se. Submeto o presente projeto de sentença à homologação do MM. Juiz Togado, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Isabel Cristina M. da Paixão Juíza Leiga VISTOS, Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010049-44.2017.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMAR RODRIGUES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAYDY ROBERTA BOTON OAB - MT20209/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS OAB - MT0007718A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ITALO OSVALDO ALVES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 8010049-44.2017.8.11.0047. EXEQUENTE: EDIMAR RODRIGUES DA SILVA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO promovida por EDIMAR RODRIGUES DA SILVA em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Partes qualificadas no feito. No ID 11229940 foram homologados os cálculos apresentados pela parte exequente; assim como determinada a remessa ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, para elaboração do cálculo de liquidação do débito e a expedição de ofício requisitório. Termo de entrega de certidões URH acostado ao ID 12069694. Cálculo de liquidação, confeccionado pelo Departamento Auxiliar da Presidência, aportado ao ID 13284929. Ofício requisitório juntado ao ID 13515231. Ante o decurso do prazo para pagamento voluntário, no ID 16191979 foi determinado o sequestro do montante devido, via sistema BACENJUD. Valores devidamente constritos, conforme ID 16530446. A parte exequente, no ID 16888158, pugna pela expedição de alvará eletrônico, para levantamento do valor sequestrado, apresentando os respectivos dados bancários. No ID 16905430 foi determinada a vinculação do quantum penhorado; bem como a expedição de alvará. Alvará expedido, acostado ao ID 17053196. Valores levantados, conforme ID 17507607. No ID 19633582 a parte exequente apresenta a guia referente ao devido a título de IRRF, pleiteando o sequestro do valor para quitação. Este Juízo, no ID 21031898, determinou o bloqueio do numerário atinente ao IRRF. Valores devidamente bloqueados e vinculados, consoante IDs 25920534 e 26477592. Vieram-me os autos conclusos. É a síntese. Decido. Consoante o acima delineado, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da parte exequente. Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permitem a extinção da execução. Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita, imperiosa a extinção da presente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor. Expeça-se alvará para levantamento do valor constrito no ID 25920534, referente ao devido a título de IRRF, uma vez que já se encontra devidamente vinculado (ID 26477592), e remeta-se ao Departamento da Conta Única/Depósitos Judiciais, via sistema Malote Digital, com as cópias dos documentos exigidos para o recolhimento. Transitada em julgado, certifique-se e, após, arquive-se, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Providencie-se e expeça-se o necessário. Às providências. Jauru – MT, 13 de dezembro de 2019. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000179-94.2017.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA GRACIELA CORREA BENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA GRACIELA CORREA BENTO OAB - MT0017873A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ITALO OSVALDO ALVES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000179-94.2017.8.11.0047. EXEQUENTE: CLAUDIA GRACIELA CORREA BENTO EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO promovida por CLÁUDIA GRACIELA CORREA BENTO em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Partes qualificadas no feito. No ID 1122826 foram homologados os cálculos apresentados pela parte exequente; assim como determinada a remessa ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça, para elaboração do cálculo de liquidação do débito. A parte exequente, no ID 11314537, aporta termo de entrega de certidão de crédito. Cálculo de liquidação, confeccionado pelo Departamento Auxiliar da Presidência, aportado ao ID 23283222. Ofício requisitório, juntado ao ID 13514615. Ante o decurso do prazo para pagamento voluntário, a parte exequente, no ID pugnou pelo sequestro dos valores, apresentando dados bancários para levantamento. No ID 16183612 foi determinado o sequestro do montante devido, via sistema BACENJUD. Valores devidamente constritos, conforme ID 16528127. A parte exequente, no ID 16581176, requereu a vinculação da quantia constrita e a expedição do competente alvará de levantamento. No ID 16924854 foi determinada a vinculação do quantum penhorado; bem como a expedição de alvará. Valores vinculados, conforme ID 17064060. Alvará expedido e devidamente levantado (IDs 17079110 e 18110970). No ID 18393455, foi determinada a intimação da parte executada para comprovação do recolhimento do IRRF. Diante do decurso do prazo (ID 19489573), foi determinado o bloqueio do devido a título de IRRF. Valores devidamente bloqueados e vinculados, conforme IDs 25920539 e 26477514. Vieram-me os autos conclusos. É a síntese. Decido. Consoante o acima delineado, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da parte exequente. Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permitem a extinção da execução. Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita, imperiosa a extinção da presente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor. Expeça-se alvará para levantamento do valor constrito no ID 25920539, referente ao devido a título de IRRF, uma vez que já se encontra devidamente vinculado (ID 26477514), e remeta-se ao Departamento da Conta Única/Depósitos Judiciais, via sistema Malote Digital, com as cópias dos documentos exigidos para o recolhimento. Transitada em julgado, certifique-se e, após, arquive-se, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Providencie-se e expeça-se o necessário. Às providências. Jauru – MT, 13 de dezembro de 2019. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000436-51.2019.8.11.0047
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ITALO OSVALDO ALVES DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JAURU SENTENÇA Processo: 1000436-51.2019.8.11.0047. EXEQUENTE: CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPINDOLA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO promovida por CLEIDE MARLENA DE AVILA ESPÍNDOLA em face do ESTADO DE MATO GROSSO. Partes qualificadas no feito. De acordo com o carreado ao ID 21429127, a presente fora originalmente proposta na Vara única deste Juízo, tendo sua competência declinada para o Juizado, conforme decisão de ID 21429128 – pág. 60. Compulsando os autos, verifica-se que já houve remessa ao Departamento Auxiliar da Presidência, o qual aportou cálculo de liquidação (ID 21429128 – pág. 45). Ainda, possível depreender já ter sido expedido o devido ofício requisitório (ID 21429128 – pág. 48/49). Consigno que, malgrado tenha sido certificado o decurso do prazo para pagamento voluntário (ID 21429128 – pág. 55), e a parte exequente tenha pugnado o sequestro dos valores (ID 21429128 – pág. 58), não fora efetivado nenhum ato constritivo, pois, conforme o inicialmente narrado, fora declinada a competência para o Juizado (ID 21429128 – pág. 60). Este Juízo, no ID 21503380, ratificando os atos decisórios proferidos e demais passíveis de aproveitamento, determinou o regular processamento na fase atual e a intimação da parte executada. A parte executada, no ID 24338438, aporta comprovante de pagamento da quantia devida à parte exequente e do recolhimento do IRRF. À vista disso, no ID 25718765, a parte exequente pleiteia a expedição de alvará eletrônico para levantamento, informando os respectivos dados bancários. Vieram-me os autos conclusos. É a síntese. Decido. Consoante o acima delineado, não pairam dúvidas quanto ao pagamento e satisfação do direito da parte exequente, mormente porque a parte executada aportou ao ID 24338438 comprovação do adimplemento. Sendo assim, é certo que somente a quitação da dívida, a transação, a compensação ou a renúncia ao crédito permitem a extinção da execução. Neste diapasão, visto que a dívida foi plenamente satisfeita, imperiosa a extinção da presente. DISPOSITIVO. Ante o exposto, com base no artigo 924, II, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, uma vez que satisfeita a dívida pelo devedor. Inicialmente, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, depositar em juízo a certidão dos títulos executados, as quais serão inutilizadas depois do trânsito em julgado. Saliento, ainda, que referido depósito deverá ser certificado nos autos. Após, proceda-se à vinculação dos valores depositados (ID 24338438). Com a devida vinculação, expeça-se o competente alvará de levantamento da quantia descrita no ID 24338438 – pág. 3, em favor da parte exequente. Anoto os dados bancários por ela informados (ID 25718765). Outrossim, expeça-se alvará para levantamento da quantia descrita no ID 24338438 – pág. 5, referente ao devido a título de IRRF, e remeta-se ao Departamento da Conta Única/Depósitos Judiciais, via sistema Malote Digital, com as cópias dos documentos exigidos para o recolhimento. Transitada em julgado, certifique-se e, em seguida, arquive-se, com as devidas baixas e anotações. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Providencie-se e expeça-se o necessário. Às providências. Jauru/MT 13 de dezembro de 2019. Ítalo Osvaldo Alves da Silva Juiz de Direito

Comarca de Juscimeira

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 21494 Nr: 612-88.2012.811.0048
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS SALVADOR PEDROSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIANO CESAR CLEMENTE - OAB:14340-MT
Vistos.
1. Em sintonia com parecer ministerial de fl. retro, acolho a justificativa apresentada pelo acusado em fl. 85.
2. Outrossim, defiro os pedidos formulados em fls. 85/86, motivo pelo qual INTIME-SE o acusado para que dê continuidade ao cumprimento das medidas impostas até o escoamento do prazo fixado por este Juízo.
3. Outrossim, OFICIE-SE ao Juízo da 1° Vara Criminal da Comarca de Rondonópolis/MT solicitando informações acerca do cumprimento da prestação pecuniária do Reeducando, Carlos Salvador Pedroso.
3. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 9022 Nr: 124-41.2009.811.0048
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ NOEL SIQUEIRA DE ASSIS, EDIMAR AGUIAR HERCULANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos.
1. Compulsando detidamente os autos, vejo por bem retificar a decisão contida na fl. 330, especificadamente no item "1", eis que houve erro material. Assim, retifico a referida decisão, passando a ter a seguinte redação: "Determino a expedição de cartas precatórias para Comarca de Paranatinga – MT e para à Comarca de Pitangui - MG, para que naquela(s) Comarca(s) seja(m) procedida a oitiva da testemunha Antônio Rafael Reis, observando o endereço indicado no petitório de fl. 321 Prazo de cumprimento da missiva: 30 (trinta) dias.
2. Ademais, permanece inalterado os demais termos da decisão retro.
3. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 24438 Nr: 551-62.2014.811.0048
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ACBDL, BETÂNIA BRAGA VAZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDMILSON PATROCINIO DE LANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL ERMELINDO NERI - OAB:21676/O, FABIANO DALLOCA DE PAULA - OAB:20.075/0
Vistos.
1. Diante da manifestação de fls. 79-v, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias.
2. Após, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem-me conclusos para deliberações.
3. Intime-se. Expeça-se o necessário, se o caso. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa
Cod. Proc.: 48237 Nr: 2990-07.2018.811.0048
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CICERO CHEVERRIA ROSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELAINE MARIA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO JAIME VASCONCELOS SANTOS - OAB:9569
Vistos.
1. Diante do teor de certidão de Ref: 121, intime-se novamente a defesa para apresentar o recurso cabível, no prazo de 02 (dois) dias, sob pena de ser oficiado a Ordem dos Advogados do Brasil sobre a inércia, bem como a nomeação de advogado dativo sob as custas do causídico em tela.
2. Intime-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.
Alcindo Peres da Rosa
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41779 Nr: 331-25.2018.811.0048
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDECILA LOPES PINTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE FRANCISCO ZEFERINO DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GEOVÁ PAES DA COSTA - OAB:9613, JOÃO LUIZ MENDES - OAB:19.711

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

INTIMAÇÃO do advogado da Parte Autora para, no prazo legal, providenciar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça para oefetivo cumprimento do mandado de citação.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa

Cod. Proc.: 24960 Nr: 864-23.2014.811.0048

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: IRANETE CARDOSO DA SILVA, CCB

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE CARLOS ALVES BRANDÃO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ERICO RICARDO DA SILVEIRA - OAB:0, MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS - OAB:21363-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NÍCIA DA ROSA HAAS - OAB: MT 5947-B

Vistos.

1. Defiro o pleito contido no petitório de Ref: 82, motivo pelo qual, proceda o desarquivamento dos autos.

2. Ademais intime-se a parte autora através de sua patrona para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

3. Expeça-se o necessário, se o caso. Cumpra-se.

Alcindo Peres da Rosa

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Alcindo Peres da Rosa

Cod. Proc.: 46098 Nr: 2179-47.2018.811.0048

AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FÁBIO DOS SANTOS CARDOSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA ESTADUAL - OAB:

Vistos.

1. Ante o pedido de realização de audiência para interrogatório do réu, determino seja oficiado ao juízo deprecante informando acerca da disponibilidade do sistema de videoconferência neste Juízo, para o dia 05/02/2020, das 13h00min às 17h00min. Ao optar por dia e horário acima, deverá o Juízo deprecante realizar o agendamento diretamente pelo telefone (66) 3412-1333, ramal 220, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias.

2. Comunique-se o juízo deprecante

3. Cumpra-se com urgência.

Alcindo Peres da Rosa

Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000045-93.2019.8.11.0048

Parte(s) Polo Ativo:

SIZENANDO SANTANA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

MARINA SANTANA DE OLIVEIRA OAB - MT9879-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

NATIVO OTAVIANO DA COSTA (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:

PIETRA PY ALBERS OAB - MT14294/O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):

ALCINDO PERES DA ROSA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE JUSCIMEIRA DECISÃO Processo: 1000045-93.2019.8.11.0048. AUTOR(A): SIZENANDO SANTANA RÉU: NATIVO OTAVIANO DA COSTA Vistos. 1. Analisando detidamente os autos, verifico a necessidade de prosseguir na instrução do feito em busca da entrega do devido processo legal. Assim, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020, às 13h (horário oficial de Cuiabá-MT), na qual as partes deverão comparecer acompanhadas de seus Advogados. 2. Ademais, consigno que o(a)(s) Advogado(a)(s) deverão comparecer com as testemunhas que pretendem ouvir durante a oralidade, à inteligência do artigo 455 do novo código de Processo Civil. Outrossim, deverão os causídicos se atentarem ao disposto no artigo 357, § 6º do novo Código de Processo Civil. 3. Intimem-se as partes através de seus procuradores da oralidade acima designada; 4. Intimem-se. Expeça-se o necessário, inclusive Carta Precatória, se o caso. Prazo 20 (vinte) dias. Cumpra-se. Alcindo Peres da Rosa Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000540-40.2019.8.11.0048

Parte(s) Polo Ativo:

THAYZA SUELLEN OLIVEIRA CAPATO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

MARCELO GONCALVES LUCCHESI - ME (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

ANA PAULA MULLER OAB - SC48669 (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 13:15 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000540-40.2019.8.11.0048

Parte(s) Polo Ativo:

THAYZA SUELLEN OLIVEIRA CAPATO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

MARCELO GONCALVES LUCCHESI - ME (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

ANA PAULA MULLER OAB - SC48669 (ADVOGADO(A))

Vistos, etc. 1. Por ser tempestivo (LJE, art. 42) e estarem presentes os demais pressupostos recursais, tanto objetivos (cabimento, adequação, inexistência de fato impeditivo ou extintivo, regularidade procedimental, incluídos nesta o pagamento das custas e a motivação) quanto subjetivos (legitimidade e o interesse, que decorre da sucumbência), recebo o presente recurso inominado no efeito apenas devolutivo, por não vislumbrar dano irreparável ao recorrente (LJE, art. 43). 2. Intime-se o recorrido para, no prazo de 10 (dez) dais, apresentar contra razões. 3. Decorrido o prazo, com ou sem contra razões, remetam-se os autos a Egrégia Turma Recursal Única, com nossas homenagens. 4. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Alcindo Peres da Rosa Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000607-05.2019.8.11.0048

Parte(s) Polo Ativo:

GISLENE MENDES ALVES (INTERESSADO)

CRISTIANI ELLIDA FRANCO (INTERESSADO)

Advogado(s) Polo Ativo:

MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/11/2019 Hora: 14:15 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000658-16.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMARA PAES DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MULLENA CRISTINA MARTINS DOS SANTOS OAB - MT0213630A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARMANDO SILVA BRETAS OAB - PR31997 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PROCESSO n. 1000658-16.2019.8.11.0048 Valor da causa: R$ 35.000,00 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: EDIMARA PAES DIAS Endereço: Rua E,, sem numero, Cajus, JUSCIMEIRA - MT - CEP: 78810-000 POLO PASSIVO: Nome: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA Endereço: Avenida JK, S/N, CENTRO, JUSCIMEIRA - MT - CEP: 78810-000 DESTINATÁRIO: Senhor(a) REQUERENTE - EDIMARA PAES DIAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO, acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO abaixo designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 25/11/2019 Hora: 15:30 , no endereço: RUA O, 220, CAJÚS, JUSCIMEIRA - MT - CEP: 78810-000 ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CUIABÁ, 24 de outubro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000386-22.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
ERIVANIA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT0011683A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RICARDO MARQUES DE ABREU para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 30/10/2019 Hora: 14:30 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000461-61.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER DUARTE CAVALCANTE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EVALDO LUCIO DA SILVA para comparecer a audiência Tipo: Conciliação Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 06/11/2019 Hora: 13:45 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000696-28.2019.8.11.0048
Parte(s) Polo Ativo:
ZENAIDE MARCIA DE BESSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSEANE MALHEIROS ALVIM OAB - MT0018564A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (REQUERIDO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Certidão Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 55/2007-CGJ, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte Requerente, através de seu i. patrono (a) Dr (.ª) Advogado: ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOSEANE MALHEIROS ALVIM para comparecer a audiência Tipo: Conciliação juizado Sala: J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 11/12/2019 Hora: 15:30 , devendo avisar aos (a) seus (a) clientes . O não comparecimento do Requerente à audiência importará implicará na extinção do processo e arquivamento da reclamação, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais (Se for microempresa ou empresa de pequeno porte, quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, pelo empresário individual ou pelo sócio dirigente -ENUNCIADO 141 do FONAJE(XXVIII Encontro – Salvador/BA). Nada mais. Lucilene Soares Paniago Mascarenhas Gestor(a) Judiciário(a)-Autorizado art. 971/CNGC

Comarca de Marcelândia

Decisão

Análise Recurso Teste Seletivo para Credenciamento de Conciliadores – Comarca de Marcelândia/MT

Questão 27: Consta no enunciado “Segundo o artigo 23, do Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato: a) em estado de necessidade; b) em legítima defesa; c) em estrito cumprimento do dever legal; d) de forma tentada; e) no exercício regular de direito.” Segundo gabarito preliminar a alternativa “d” estaria correta, contudo verifico que de fato a questão possui quatro alternativas corretas, sendo que a exceção seria a alternativa “d”. Nesse sentido, verifico que houve erro material no enunciado, quando deveria constar “Segundo o artigo 23, do Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato, exceto:”.

Questão 47: O enunciado diz “Assinale a alternativa CORRETA acerca da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998)”. Em análise na questão verifico que as alternativas “a, b e d” estão corretas, assim tenho que houve erro material no enunciado, quando ao certo deveria constar “Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Lei dos Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998)”, vez que a única alternativa incorreta na questão é a alternativa “c”.

Ante ao exposto, acolho o Recurso interposto, para ANULAR as questões, n° 27 e 47 em razão de erro material.

Concluído o julgamento do recurso, determino a publicação do gabarito definitivo, com as retificações acima indicadas, bem como o processamento do resultado das provas para divulgação do resultado final (item 12.4 do Edital nº 07/2019 DF), atribuindo-se a todos os candidatos os pontos relativos às questões anuladas, independentemente de terem recorrido (item 12.5 do Edital nº 07/2019 DF).

Determino a publicação da síntese da análise do recurso, cientificando-se o(s) candidato(s) de que pode(rão) tomar ciência do(s) parecer(es) relativo(s) a esse(s) recurso(s) junto a Diretoria do Foro desta Comarca.

Cumpram-se.

Às providências necessárias.

Marcelândia-MT, 11 de dezembro de 2019.

THATIANA DOS SANTOS

Juíza Diretora do Foro e Presidente da Comissão Organizadora

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000367-27.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARCELÂNDIA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MARCELANDIA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MARCELÂNDIA DECISÃO Processo n° 1000367-27.2019.8.11.0109 – PJE. Ação Civil Pública Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Requerido: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA-MT. Vistos. Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em desfavor do MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, na qual requer, em sede de tutela de urgência, que o Município de Marcelândia: (i) comprove que a Estação de Tratamento de Bom Jaguar atende a Portaria de n° 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde e que houve adequação do leito de secagem eliminando a disposição do solo da água da retro lavagem dos filtros da Estação de Tratamento sediada na comunidade do Bom Jaguar; (ii) adote todas as providências necessárias para sanear e manter funcionando a Rede de distribuição de água e a Estação de Tratamento na comunidade do Bom Jaguar , zona rural da Comarca de Marcelândia, em especial no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano; padrões de potabilidade; conformidade da análise físico-química e bacteriológica; monitoramento da qualidade da água na captação; no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar, por profissional técnico habilitado e (iii) adote as medidas necessárias para a adequada realização das análises Físico-químicas e bacteriológicas na ETA, com a finalidade de garantir e atestar qualidade e potabilidade da água fornecida, conforme Portaria nº 2.914/2011, proibindo-se que o MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, enquanto não houver o cumprimento da antecipação da tutela concedida, que realize novos empenhos; ordens de serviços ou prorrogações contratuais, bem como emitir novas ordens de serviço; empenhar ou realizar novas contratações de publicidade não obrigatória (identificativas no item IV bem como futuras ou não identificadas); festas e eventos comemorativos e cessão gratuita de bens móveis ou imóveis para realizações de festas; exposições festivas e eventos festivos (por exemplo: Festa do Aniversário do Município; Festa de Réveillon e Exposição Rural e etc) sob pena de multa pessoal do gestor municipal ou de quem lhe venha a substituir sem prejuízo de outras medidas extraprocessuais. Para tanto, aduz que foi instaurado Inquérito Civil com a finalidade de apontar as denúncias relacionadas a falta de potabilidade da água fornecida pelo requerido, sendo que, em outubro de 2015, após ser requisitado, o Município de Marcelândia atestou a potabilidade da água da Comunidade Bom Jaguar, e das medidas corretivas que estavam sendo adotadas. Aduz que o Ministério Público realizou relatório de inspeção/vistoria no local, sendo apontadas algumas deficiências no local, sobretudo quanto à ausência de realização de testes da qualidade da água e ausência de equipamento para tanto, além de indícios da presença de morcegos na sala utilizada para dosagem e aplicação de produtos químicos. Relatou que o Município apresentou justificativas quanto aos apontamentos na data de 21.12.2015. Narra que na data de 21.06.2016 o Centro de Apoio Operacional das promotorias de Justiça do Estado do Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizou perícia no local e apontou as seguintes irregularidades: (a) ausência de outorga de captação no córrego Bom Jaguar; (b) não atendimento da Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica, como prevê a Portaria supramencionada e (c) superdimensionamento da rede de água, pois apenas 41 casas recebem água da Estação de Tratamento de Água-ETA e o projeto visava o atendimento de 98 unidades e 490 habitantes, sugerindo, ainda, algumas melhorias. Aduz que em 15.07.2018 foi realizada nova inspeção na Estação de Tratamento, não tendo sido constatado qualquer alteração estrutural quanto aos apontamentos. Relata ainda que tentou entabular com o Município Termo de Ajustamento de Conduta, não obtendo êxito. Narra que o Município informou que cumpriu alguns dos apontamentos em 09.04.2019, contudo, não comprovou o atendimento da Portaria n° 2.914/2001. Juntou documentos à inicial. É o breve relato. DECIDO. 2. Inicialmente, recebo a inicial, em todos os seus termos. 3. No tocante ao pedido de liminar, convém ressaltar que a Lei nº 7.347/85, que disciplina sobre Ação Civil Pública, prevê a possibilidade de concessão de liminar com ou sem justificação prévia (art. 12), cujos requisitos estão previstos no art. 300 do NCPC que dispõe sobre a tutela provisória de urgência. Os requisitos para a concessão da tutela de urgência se baseiam na demonstração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, o bem tutelado é o fornecimento de água, que é serviço público essencial para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana. O meio ambiente no qual vive o cidadão deve ser equilibrado e sadio, pois é dele que decorre, em larga medida, a saúde da pessoa e consequentemente sua vida sadia, tudo garantido constitucionalmente. Para a manutenção do

meio ambiente e da saúde do indivíduo, devem ser fornecidos serviços públicos essenciais, como o fornecimento de água potável. Segundo o disposto no art. 196 da Constituição Federal, a saúde, como direito de todos e dever do Estado, deve ser garantida através de políticas sociais e econômicas "que visem à redução do risco de doença e de outros agravos". Os órgãos públicos, por si ou por suas concessionárias ou permissionárias, é a quem incube a prestação de serviços públicos, e estão submetidos à disciplina do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. Por sua vez, o artigo 22 do CDC traz que "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.". Somado a isso, o Código de Defesa do Consumidor preconiza o seguinte: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; (...) VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos; VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral"." Partindo dessas premissas constitucionais e legais, cumpre dizer que resta prescindíveis maiores apontamentos em torno da importância da água para a saúde humana, principalmente aquela destinada a sua ingestão, dada a notoriedade do tema. Assim, a água entregue pelo Estado/Município à sua população deve estar livre de agentes que possam colocar em risco à saúde dos consumidores. Inclusive, há que se destacar que o fornecimento de água insere-se no rol dos serviços públicos essenciais, conforme estabelece a Lei n° 7.783/89 em seu art. 10, inclusive para efeito de garantia da saúde. A propósito: "Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;" Como serviço essencial, é imprescindível o antecipado e constante tratamento químico da água distribuída para abastecimento público. O tratamento e controle visam conferir a água os requisitos essenciais que a torna potável, pois existem certos requisitos de qualidade, tais como características físicas, organolépticas e químicas, que deve a água atender, antes de ser distribuída para consumo. Tais requisitos apenas podem obter a devida certificação através do adequado procedimento de tratamento e controle estabelecido pelo Ministério da Saúde. Os padrões de qualidade, para efeito de aferição de estar ou não adequado o serviço de fornecimento, foram estabelecidos pela Portaria n.º 2.194 de 2011, e devem necessariamente ser observados em todo o país. Pois bem. Analisando os autos, verifico que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por intermédio do Centro de Apoio Operacional as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CAOP MP/MT, realizou perícia no local na estação de Tratamento de Água de Bom Jaguar, atestando as seguintes desconformidades: (a) ausência de outorga de captação no córrego Bom Jaguar; (b) não atendimento da Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica, como prevê a Portaria supramencionada e (c) superdimensionamento da rede de água, pois apenas 41 casas recebem água da Estação de Tratamento de Água-ETA e o projeto visava o atendimento de 98 unidades e 490 habitantes, sugerindo, ainda, as seguintes melhorias: "atendimento da Portaria n° 2.914/2011, realizando o monitoramento da qualidade da água na captação, no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar; melhoria no leito de secagem e eliminação da disposição do solo, da água da retro lavagem dos filtros; aquisição de equipamentos para realização de análises diariamente na ETA e treinamento do atual funcionário da ETA nas atividades de tratamento de água". Em que pese o Município relate nos autos o cumprimento integral dos apontamentos, contudo, não comprovou o atendimento da Portaria n° 2.914 de 2001, quanto aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano, padrões de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica e monitoramento da qualidade de água na captação no tratamento e distribuição na Comunidade Bom Jaguar. Verifica-se ainda que o Município informou, genericamente, que já possui caixas de contenções, não comprovando ter eliminado a disposição no solo da água de retro lavagem dos filtros da Estação de Tratamento A probabilidade do direito é manifesta, pois, consoante já se demonstra, é atribuição do Poder Público Municipal, direta e indiretamente, o fornecimento de água adequada ao consumo humano, devendo, portanto, o Município de Marcelândia promover a sua fiscalização e o regular controle da qualidade da água fornecida. Presente, ainda, o periculum in mora, pois não é razoável, até o provimento jurisdicional definitivo, sujeitar-se a comunidade e os consumidores em geral (inclusive em potencial) aos efeitos de um fornecimento de água irregular. Todavia, a extensão da liminar não pode ser deferida da forma como pleiteada. Proibir o Município de Marcelândia de realizar qualquer tipo de contrato até que cumpra a liminar, poderá, inclusive, interferir na esfera de outro direito essencial, como de saúde, por exemplo, vez que estaria impedido até de realizar/aditar tais contratos/empenhos. 4. Posto isso, preenchidos os requisitos do art. 84, §3º do CDC, CONCEDO PARCIALMENTE A LIMINAR vindicada e, por conseguinte, determino que a demandada tome as providências técnicas necessárias para resolver os problemas informados na exordial, sobretudo: 4.1) comprove que a estação de Tratamento atende a Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde e que houve adequação do leito de secagem eliminando a disposição do solo da água da retrolavagem dos filtros da Estação de Tratamento sediada na comunidade do Bom Jaguar; 4.2) adote todas as providências necessárias para sanear e manter funcionando a Rede de distribuição de água e a Estação de Tratamento na comunidade do Bom Jaguar , zona rural da Comarca de Marcelândia, em especial no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano; padrões de potabilidade; conformidade da análise físico-química e bacteriológica; monitoramento da qualidade da água na captação; no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar, por profissional técnico habilitado e; 4.3) adote as medidas necessárias para a adequada realização das análises Físico-químicas e bacteriológicas na ETA, com a finalidade de garantir e atestar qualidade e potabilidade da água fornecida, conforme Portaria nº 2.914/2011. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da presente decisão, sob pena de multa diária no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia. Contudo, indefiro que a multa recaia sob a pessoa do gestor do Município de Marcelândia/MT, tendo em vista que não há nos autos elementos que comprovem que o agente político tenha agido de má-fé. Deixo ainda de determinar as proibições/vedações elencadas pelo parquet, eis que na presente decisão foi concedido prazo para o Município cumprir as determinações. 5. CITE-SE conforme requerido, devendo constar que o prazo para responder aos termos da presente ação no prazo legal e que, não contestada, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. 6. Ademais, deixo de designar audiência de conciliação em razão da manifestação ministerial quanto o desinteresse na prática de tal ato. 7. Com a resposta do requerido, o decorrido o prazo, abra-se vista ao Ministério Público. 8. Defiro a inversão do ônus da prova, com base no Art. 6º, inciso VIII da Lei nº 8.078/90. Ciência ao parquet e diligências necessárias. Marcelândia/MT, 08 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito em substituição legal

Citação

Citação Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000367-27.2019.8.11.0109
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MARCELÂNDIA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MARCELANDIA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MARCELÂNDIA DECISÃO Processo n° 1000367-27.2019.8.11.0109 – PJE. Ação Civil Pública Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Requerido: MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA-MT. Vistos. Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em desfavor do MUNICÍPIO DE

MARCELÂNDIA, na qual requer, em sede de tutela de urgência, que o Município de Marcelândia: (i) comprove que a Estação de Tratamento de Bom Jaguar atende a Portaria de n° 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde e que houve adequação do leito de secagem eliminando a disposição do solo da água da retro lavagem dos filtros da Estação de Tratamento sediada na comunidade do Bom Jaguar; (ii) adote todas as providências necessárias para sanear e manter funcionando a Rede de distribuição de água e a Estação de Tratamento na comunidade do Bom Jaguar , zona rural da Comarca de Marcelândia, em especial no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano; padrões de potabilidade; conformidade da análise físico-química e bacteriológica; monitoramento da qualidade da água na captação; no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar, por profissional técnico habilitado e (iii) adote as medidas necessárias para a adequada realização das análises Físico-químicas e bacteriológicas na ETA, com a finalidade de garantir e atestar qualidade e potabilidade da água fornecida, conforme Portaria nº 2.914/2011, proibindo-se que o MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA, enquanto não houver o cumprimento da antecipação da tutela concedida, que realize novos empenhos; ordens de serviços ou prorrogações contratuais, bem como emitir novas ordens de serviço; empenhar ou realizar novas contratações de publicidade não obrigatória (identificativas no item IV bem como futuras ou não identificadas); festas e eventos comemorativos e cessão gratuita de bens móveis ou imóveis para realizações de festas; exposições festivas e eventos festivos (por exemplo: Festa do Aniversário do Município; Festa de Réveillon e Exposição Rural e etc) sob pena de multa pessoal do gestor municipal ou de quem lhe venha a substituir sem prejuízo de outras medidas extraprocessuais. Para tanto, aduz que foi instaurado Inquérito Civil com a finalidade de apontar as denúncias relacionadas a falta de potabilidade da água fornecida pelo requerido, sendo que, em outubro de 2015, após ser requisitado, o Município de Marcelândia atestou a potabilidade da água da Comunidade Bom Jaguar, e das medidas corretivas que estavam sendo adotadas. Aduz que o Ministério Público realizou relatório de inspeção/vistoria no local, sendo apontadas algumas deficiências no local, sobretudo quanto à ausência de realização de testes da qualidade da água e ausência de equipamento para tanto, além de indícios da presença de morcegos na sala utilizada para dosagem e aplicação de produtos químicos. Relatou que o Município apresentou justificativas quanto aos apontamentos na data de 21.12.2015. Narra que na data de 21.06.2016 o Centro de Apoio Operacional das promotorias de Justiça do Estado do Ministério Público do Estado de Mato Grosso realizou perícia no local e apontou as seguintes irregularidades: (a) ausência de outorga de captação no córrego Bom Jaguar; (b) não atendimento da Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica, como prevê a Portaria supramencionada e (c) superdimensionamento da rede de água, pois apenas 41 casas recebem água da Estação de Tratamento de Água-ETA e o projeto visava o atendimento de 98 unidades e 490 habitantes, sugerindo, ainda, algumas melhorias. Aduz que em 15.07.2018 foi realizada nova inspeção na Estação de Tratamento, não tendo sido constatado qualquer alteração estrutural quanto aos apontamentos. Relata ainda que tentou entabular com o Município Termo de Ajustamento de Conduta, não obtendo êxito. Narra que o Município informou que cumpriu alguns dos apontamentos em 09.04.2019, contudo, não comprovou o atendimento da Portaria n° 2.914/2001. Juntou documentos à inicial. É o breve relato. DECIDO. 2. Inicialmente, recebo a inicial, em todos os seus termos. 3. No tocante ao pedido de liminar, convém ressaltar que a Lei nº 7.347/85, que disciplina sobre Ação Civil Pública, prevê a possibilidade de concessão de liminar com ou sem justificação prévia (art. 12), cujos requisitos estão previstos no art. 300 do NCPC que dispõe sobre a tutela provisória de urgência. Os requisitos para a concessão da tutela de urgência se baseiam na demonstração da probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, o bem tutelado é o fornecimento de água, que é serviço público essencial para a efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana. O meio ambiente no qual vive o cidadão deve ser equilibrado e sadio, pois é dele que decorre, em larga medida, a saúde da pessoa e consequentemente sua vida sadia, tudo garantido constitucionalmente. Para a manutenção do meio ambiente e da saúde do indivíduo, devem ser fornecidos serviços públicos essenciais, como o fornecimento de água potável. Segundo o disposto no art. 196 da Constituição Federal, a saúde, como direito de todos e dever do Estado, deve ser garantida através de políticas sociais e econômicas "que visem à redução do risco de doença e de outros agravos". Os órgãos públicos, por si ou por suas concessionárias ou permissionárias, é a quem incube a prestação de serviços públicos, e estão submetidos à disciplina do artigo 22 do Código de Defesa do Consumidor. Por sua vez, o artigo 22 do CDC traz que "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código.". Somado a isso, o Código de Defesa do Consumidor preconiza o seguinte: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; (...) VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos; VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados; VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; X - a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral"." Partindo dessas premissas constitucionais e legais, cumpre dizer que resta prescindíveis maiores apontamentos em torno da importância da água para a saúde humana, principalmente aquela destinada a sua ingestão, dada a notoriedade do tema. Assim, a água entregue pelo Estado/Município à sua população deve estar livre de agentes que possam colocar em risco à saúde dos consumidores. Inclusive, há que se destacar que o fornecimento de água insere-se no rol dos serviços públicos essenciais, conforme estabelece a Lei n° 7.783/89 em seu art. 10, inclusive para efeito de garantia da saúde. A propósito: "Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais: I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;" Como serviço essencial, é imprescindível o antecipado e constante tratamento químico da água distribuída para abastecimento público. O tratamento e controle visam conferir a água os requisitos essenciais que a torna potável, pois existem certos requisitos de qualidade, tais como características físicas, organolépticas e químicas, que deve a água atender, antes de ser distribuída para consumo. Tais requisitos apenas podem obter a devida certificação através do adequado procedimento de tratamento e controle estabelecido pelo Ministério da Saúde. Os padrões de qualidade, para efeito de aferição de estar ou não adequado o serviço de fornecimento, foram estabelecidos pela Portaria n.º 2.194 de 2011, e devem necessariamente ser observados em todo o país. Pois bem. Analisando os autos, verifico que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por intermédio do Centro de Apoio Operacional as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso – CAOP MP/MT, realizou perícia no local na estação de Tratamento de Água de Bom Jaguar, atestando as seguintes desconformidades: (a) ausência de outorga de captação no córrego Bom Jaguar; (b) não atendimento da Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica, como prevê a Portaria supramencionada e (c) superdimensionamento da rede de água, pois apenas 41 casas recebem água da Estação de Tratamento de Água-ETA e o projeto visava o atendimento de 98 unidades e 490 habitantes, sugerindo, ainda, as seguintes melhorias: "atendimento da Portaria n° 2.914/2011, realizando o monitoramento da qualidade da água na captação, no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar; melhoria no leito de secagem e eliminação da disposição do solo, da água da retro lavagem dos filtros; aquisição de equipamentos para realização de análises diariamente na ETA e treinamento do atual funcionário da ETA nas atividades de tratamento de água". Em que pese o Município relate nos autos o cumprimento integral dos apontamentos, contudo, não comprovou o atendimento da Portaria n° 2.914 de 2001, quanto aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano,

padrões de potabilidade e desconformidade da análise físico-química e bacteriológica e monitoramento da qualidade de água na captação no tratamento e distribuição na Comunidade Bom Jaguar. Verifica-se ainda que o Município informou, genericamente, que já possui caixas de contenções, não comprovando ter eliminado a disposição no solo da água de retro lavagem dos filtros da Estação de Tratamento A probabilidade do direito é manifesta, pois, consoante já se demonstra, é atribuição do Poder Público Municipal, direta e indiretamente, o fornecimento de água adequada ao consumo humano, devendo, portanto, o Município de Marcelândia promover a sua fiscalização e o regular controle da qualidade da água fornecida. Presente, ainda, o periculum in mora, pois não é razoável, até o provimento jurisdicional definitivo, sujeitar-se a comunidade e os consumidores em geral (inclusive em potencial) aos efeitos de um fornecimento de água irregular. Todavia, a extensão da liminar não pode ser deferida da forma como pleiteada. Proibir o Município de Marcelândia de realizar qualquer tipo de contrato até que cumpra a liminar, poderá, inclusive, interferir na esfera de outro direito essencial, como de saúde, por exemplo, vez que estaria impedido até de realizar/aditar tais contratos/empenhos. 4. Posto isso, preenchidos os requisitos do art. 84, §3º do CDC, CONCEDO PARCIALMENTE A LIMINAR vindicada e, por conseguinte, determino que a demandada tome as providências técnicas necessárias para resolver os problemas informados na exordial, sobretudo: 4.1) comprove que a estação de Tratamento atende a Portaria n. 2.914 de 2001 do Ministério da Saúde e que houve adequação do leito de secagem eliminando a disposição do solo da água da retrolavagem dos filtros da Estação de Tratamento sediada na comunidade do Bom Jaguar; 4.2) adote todas as providências necessárias para sanear e manter funcionando a Rede de distribuição de água e a Estação de Tratamento na comunidade do Bom Jaguar , zona rural da Comarca de Marcelândia, em especial no que tange aos procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano; padrões de potabilidade; conformidade da análise físico-química e bacteriológica; monitoramento da qualidade da água na captação; no tratamento e distribuição na comunidade Bom Jaguar, por profissional técnico habilitado e; 4.3) adote as medidas necessárias para a adequada realização das análises Físico-químicas e bacteriológicas na ETA, com a finalidade de garantir e atestar qualidade e potabilidade da água fornecida, conforme Portaria nº 2.914/2011. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para o cumprimento da presente decisão, sob pena de multa diária no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia. Contudo, indefiro que a multa recaia sob a pessoa do gestor do Município de Marcelândia/MT, tendo em vista que não há nos autos elementos que comprovem que o agente político tenha agido de má-fé. Deixo ainda de determinar as proibições/vedações elencadas pelo parquet, eis que na presente decisão foi concedido prazo para o Município cumprir as determinações. 5. CITE-SE conforme requerido, devendo constar que o prazo para responder aos termos da presente ação no prazo legal e que, não contestada, se presumirão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial. 6. Ademais, deixo de designar audiência de conciliação em razão da manifestação ministerial quanto o desinteresse na prática de tal ato. 7. Com a resposta do requerido, o decorrido o prazo, abra-se vista ao Ministério Público. 8. Defiro a inversão do ônus da prova, com base no Art. 6º, inciso VIII da Lei nº 8.078/90. Ciência ao parquet e diligências necessárias. Marcelândia/MT, 08 de dezembro de 2019. THATIANA DOS SANTOS Juíza de Direito em substituição legal

Comarca de Matupá

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51073 Nr: 966-21.2012.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WCDS, LUZINETE BOTELHO CORDEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXSANDRO MANHAGUANHA - OAB:6857/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que a contestação de fls. 220/234, foi protocolada no prazo legal.
Impulsiono o presente feito abrindo vista ao autor para réplica.
Iaçana Kelly dos Reis Enz - Gestora Judiciária Substituta

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 71894 Nr: 3582-90.2017.811.0111
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOANA JOSE DE QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IGOR NEVES DE CARVALHO - OAB:MT 14432/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código nº 71894.
Processo nº 3582-90.2017.811.0111.
Vistos.
Cuida-se de cumprimento de sentença promovido por JOANA JOSÉ DE QUEIROZ em face do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.
Intimado, o executado concordou com os cálculos apresentados pela parte exequente (Ref. 65).
Pois bem.
Inexistindo oposição ao cálculo apresentado, homologo o cálculo apresentado pela exequente à Ref. 61.
EXPEÇA-SE alvará para transferência dos valores vinculados.
Sem prejuízo, declaro EXTINTA a execução, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos com baixas necessárias.
Registre-se. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá/MT, 13 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 65873 Nr: 416-50.2017.811.0111
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIO MOREIRA SANTANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDEMAR SOUZA SANTOS - OAB:22516/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código nº 65873.
Processo nº 416-50.2017.811.0111.
Vistos.
Trata-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de sentença.
Entre um ato e outro, foi expedida a requisição de pequeno valor.
É o breve relato. DECIDO.
Primeiramente, insta consignar que, intimado, o executado se manteve inerte (Ref. 63).
Dessa forma, inexistindo oposição, homologo o cálculo apresentado pela exequente.
Atendidas as formalidades legais, proceda a escrivania à expedição do(s) competente(s) alvará(s) para transferência dos valores vinculados nos autos.
Sem prejuízo e diante do exposto, DECLARO EXTINTO o processo executivo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se estes autos com baixas necessárias.
Registre-se. Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá/MT, 13 de dezembro de 2019.

Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 65652 Nr: 282-23.2017.811.0111
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUZINETE DA SILVA ANDRADE
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDEMAR SOUZA SANTOS - OAB:22516/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código nº 65652.
Processo nº 282-23.2017.811.0111.
Vistos.
Trata-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de sentença.
Entre um ato e outro, foi expedida a requisição de pequeno valor.
É o breve relato. DECIDO.
Primeiramente, insta consignar que, intimado, o executado se manteve inerte (Ref. 54).
Dessa forma, inexistindo oposição, homologo o cálculo apresentado pela exequente.
Atendidas as formalidades legais, proceda a escrivania à expedição do(s) competente(s) alvará(s) para transferência dos valores vinculados nos autos.
Sem prejuízo e diante do exposto, DECLARO EXTINTO o processo executivo, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Sem custas e honorários advocatícios.
Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se estes autos com baixas necessárias.
Registre-se. Publique-se. Intime-se. Comunique-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Matupá/MT, 13 de dezembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues
Juiz de Direito
Em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 86409 Nr: 3523-34.2019.811.0111
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDGAR APARECIDO DOS SANTOS MENDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCUS AUGUSTO GIRALDI MACEDO - OAB:13563
.Posto isso e vislumbrando-se a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública converto a prisão em flagrante de EDGAR APARECIDO DOS SANTOS MENDES em PRISÃO PREVENTIVA.OFICIE-SE à SESP solicitando vaga ao flagranteado.Com o atestado de vaga, comunique-se a Autoridade Policial para que providencie a transferência do custodiado.Traslade-se cópia da presente decisão aos autos nº 1119-15.2016.811.0111 (SEEU), abrindo vista ao Ministério Público em seguida.AGUARDE-SE a conclusão do IPL.Após, traslade-se para os autos respectivos, se necessário, cópia do auto de prisão em flagrante e, arquive-se.Sem prejuízo das determinações anteriores, considerando os fatos narrados pelo custodiado durante seu interrogatório perante a Autoridade Policial de que foi vítima de tortura por parte dos policiais militares que realizaram sua abordagem, DETERMINO SEJA OFICIADO O COMANDO DA POLÍCIA MILITAR, a fim de que tome as providências cabíveis. CUMPRA-SE, servindo a cópia da presente decisão como MANDADO DE PRISÃO; OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA no que couber.Matupá/MT, 13 de dezembro de 2019.Evandro Juarez RodriguesJuiz de DireitoEm substituição legal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001035-89.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONEL MORATELLI BARROS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1001035-89.2019.8.11.0111. REQUERENTE: AYMORE REQUERIDO: LEONEL MORATELLI BARROS Vistos. Trata-se de pedido de busca e apreensão embasado em contrato garantido por alienação fiduciária, pelo qual o requerente AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A., pretende alcançar o bem que se encontra em posse de LEONEL MORATELLI BARROS, em decorrência do contrato de financiamento de bens com garantia fiduciária, em que se vê a perfeita identificação da coisa alienada fiduciariamente. Como é reconhecido no artigo 3º, caput, do Decreto-Lei n. 911/69, a medida liminar necessita apenas da comprovação da mora ou da inadimplência, o que se decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário, ou mediante instrumento de protesto. No caso judicializado, a mora da parte requerida ficou devidamente atestada pelos documentos juntados na inicial, notadamente pelo aviso de recebimento da notificação extrajudicial. Assim, atendendo ao disposto no artigo 2º, § 2º, do Decreto-Lei n. 911/69. Portanto, uma vez que foram observados os requisitos legais, com subsunção no Decreto-Lei n. 911/69, DEFIRO a cautelar de busca e apreensão sobre o bem móvel descrito na inicial, que deve ser depositado em mãos do preposto da parte autora (que deverá ser identificado no mandado e, no termo de depósito, deverá constar inclusive o endereço para futura localização). 1 - De acordo com o art. 3º, § 14, do Dec.-Lei 911/69, incluído pela Lei 13.043/2014, "o devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar o bem e seus respectivos documentos". Contudo, a falta de entrega dos documentos não impedirá o cumprimento da diligência. 2- Promova-se a restrição total do veículo no sistema RENAJUD e a respectiva baixa quando efetivada a apreensão do bem, na forma do § 9º do art. 3º do Dec.-Lei 911/69, incluído pela Lei 13.043/2014. 3- Destaco que transcorridos 5 (cinco) dias após o transcurso do prazo para o regular pagamento integral da dívida, serão consolidadas a posse e propriedade do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3º, § 1º e 2º, do Dec. Lei n. 911/69 e STJ, REsp 1.418.593/MS, Rel. Min. Luiz Felipe Salomão, j. 14.05.2014, pub. 27.05.14). 4- Também do cumprimento da liminar contará o prazo de 15 (quinze) dias para responder à demanda, sob pena de revelia, que poderá ser utilizado para discutir o valor do débito pago, ainda que a parte devedora já tenha depositado a integralidade da dívida; 5- Encontrando o bem em Comarca distinta da competência desse Juízo, desde já, determino que conste no mandado de busca e apreensão a ordem de apreensão do bem, independente de distribuição de Carta Precatória, conforme artigo 3º, parágrafo 12 do Decreto-Lei 911/69 alterado pela Lei nº. 13.043/14. 6- DEFIRO os benefícios do artigo 212, § 2º, do Código de Processo Civil. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000032-02.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1000032-02.2019.8.11.0111. EXEQUENTE: EMILIANA BORGES FRANCA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Conforme disciplina o artigo 145, §1º, do Código de Processo Civil, “poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem

necessidade de declarar suas razões." Diante disso, dou-me por suspeito para apreciar e julgar a causa das ações em que a Dra. Emiliana Borges França, seja parte ou atue como advogada. Remetam-se ao substituto legal. Cumpra-se. Diego Hartmann Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-80 AÇÃO POPULAR
Processo Número: 1000944-96.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALISSON SANTIAGO TAVARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FILIPE CABRAL VITORIA SENA OAB - PE34666 (ADVOGADO(A))
MARIA ALUSKA SANTIAGO TAVARES OAB - PB23377 (ADVOGADO(A))
YAMUNA JAYA PEREIRA DA SILVA OAB - PE51451 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE MATUPA (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000944-96.2019.8.11.0111. AUTOR(A): JOSE ALISSON SANTIAGO TAVARES RÉU: MUNICIPIO DE MATUPA Vistos. Trata-se de AÇÃO POPULAR proposta por JOSÉ ALISSON SANTIAGO TAVARES em face do MUNICÍPIO DE MATUPÁ, qualificados nos autos. No decorrer do procedimento, o requerente noticiou a desistência da demanda, pugnando pela extinção do feito. Formalizado os autos, vieram conclusos para deliberação. É o relatório. Fundamento e decido. Tendo em vista que a parte requerente manifestou que não possui interesse no prosseguimento do feito, resta ao Juízo apenas a homologação de sua desistência. Posto isso, HOMOLOGO o pedido de desistência da ação para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, consoante inteligência do artigo 200, parágrafo único, do CPC, razão por que JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas na forma da lei. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000185-69.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ADENIL PERES BANDEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO PERES BANDEIRA OAB - MT17523-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO do(s) advogado(s) da parte autora, para que, nos termos do artigo 42, § 2.º da Lei 9.099/95, apresente contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000346-79.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO WILLIAN PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO do(s) advogado(s) da parte autora, acerca da designação de audiência de conciliação para o dia 17/04/2019, às 15h, na sede deste Juizado Especial, devendo comparecer com o parte autora na referida oralidade.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000346-79.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO WILLIAN PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO do(s) advogado(s) da parte autora, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da juntada de ID 26319386.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000093-91.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ROBISON NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DESPACHO Processo: 1000093-91.2018.8.11.0111. REQUERENTE: ROBISON NUNES REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos. A parte requerida apresentou petição pugnando pelo cumprimento de sentença, eis que a parte autora foi condenada ao pagamento de multa por litigância de má fé (ID 21087884), bem como ao pagamento de honorários (ID 21088223). Dessa forma, INTIME-SE a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda ao cumprimento voluntário da obrigação, juntando aos autos os comprovantes de pagamento, sob pena de multa diária no importe de 10% (art. 52, V, da Lei 9.099/95). Decorrido o prazo e não comprovado o cumprimento voluntário da sentença, INTIME-SE a parte requerida para apresentar planilha de débito atualizada, já acrescida da multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 798, I, b, do CPC Após, conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000980-41.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ENIO DE ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ROBERTO DALMAGRO OAB - RS28591-A (ADVOGADO(A))
RAFAEL WASNIESKI OAB - MT0015469S-A (ADVOGADO(A))
FERNANDA VENTURA DOS SANTOS OAB - MT25440/O (ADVOGADO(A))
MAURICIO VIEIRA SERPA OAB - MT12758-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO FRANCA DE ANDRADE OAB - MT27210/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1000980-41.2019.8.11.0111. REQUERENTE: ENIO DE ABREU REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER Vistos. Recebo a inicial. Cite-se a parte reclamada dos termos da peça inicial. Tendo em vista que a parte autora manifestou pelo desinteresse na realização da audiência de conciliação e, em observância ao artigo 334, § 4º, inciso I, do CPC, INTIME-SE a parte requerida para que se manifeste, expressamente, quanto ao desinteresse na composição consensual. Não havendo interesse na conciliação por ambas as partes, deverá a parte ré oferecer contestação por escrito no prazo legal, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados

na petição inicial. Após, volvam-me os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010065-73.2012.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
DONADEL GUIMARAES & CIA LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA LENZI OAB - MT0013287A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR DA SILVA (EXECUTADO)
IRACEMA DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 801065-73.2012.8.11.0111. EXEQUENTE: DONADEL GUIMARAES & CIA LTDA - EPP EXECUTADO: GILMAR DA SILVA, IRACEMA DA SILVA Vistos. Verifico que os autos tramitam há sete anos sem que a parte exequente tenha logrado êxito na localização de bens dos devedores passíveis de penhora, eis que houve o esgotamento das providências adotadas. Não obstante, a parte exequente postulou pela suspensão das CNHs dos executados, com fulcro no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil. Dispõe o referido artigo que o juiz pode determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária, objetivando, assim, a satisfação do credor. Ante o exposto, DEFIRO o requerimento formulado pelo exequente (ID 10252853) e determino a suspensão das Carteiras Nacional de Habilitação em nome dos executados. Para tanto, oficie-se ao DETRAN/MT, acerca das suspensões, para adotar as providências necessárias, nos termos da presente. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000232-43.2018.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA GERONIMO DA COSTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANITA BRANDTNER SASSI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 1000232-43.2018.8.11.0111. REQUERENTE: ANTONIA GERONIMO DA COSTA REQUERIDO: ANITA BRANDTNER SASSI Vistos. Dispensado o relatório, conforme permissão do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. Decido. Pois bem. Da análise dos autos verifico que se trata de sublocação do imóvel em litígio, sem consentimento da autora, à sogra da requerida, conforme atestado na certidão do oficial de justiça (ID 16724334). Ademais, não se pode deixar de anotar que a autora é real proprietária do imóvel, conforme contrato de locação anexo, bem como, que a requerida se aproveitou da pouca instrução da parte autora, sublocando o imóvel para terceiro de seu interesse. Nesta senda, o despejo forçado da pessoa que ocupa o imóvel da parte autora, sublocado sem a autorização daquela, é medida inarredável no caso em comento. Corroborando a decisão ora proferida, são inúmeros julgados dos tribunais pátrio. Vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO. Finda a relação locatícia, não há falar em continuidade da sublocação do imóvel. Art. 15 da Lei n. 8.245/1991. Por conseguinte, é de ser mantida a ordem de desocupação do imóvel pelo sublocatário. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (Agravo de Instrumento Nº 70076162163, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 22/03/2018) APELAÇÃO CÍVEL. LOCAÇÃO. AÇÃO DE DESPEJO. INFRAÇÃO CONTRATUAL: SUBLOCAÇÃO NÃO CONSENTIDA. RETENÇÃO DE BENFEITORIAS. IMPOSSIBILIDADE, NO CASO CONCRETO. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ADEQUADO. 1. Não demonstrado, na ação de despejo, que houve consentimento do locador para a sublocação a terceiros, e comprovado, nas consignatórias, que a locatária se fazia de proprietária para sublocar parte do imóvel, a procedência das demandas se impunha. 2. Para a retenção e a indenização das benfeitorias, necessário o consentimento expresso e por escrito do locador antes da sua realização. No caso, há disposição contratual expressa proibindo obras ou benfeitorias sem expresso consentimento do locador, prevendo, ainda, que o locatário não tem direito à retenção ou indenização por benfeitorias. 3. Não verificada a inadequação alegada, resta mantida a fixação dos honorários advocatícios. NEGARAM PROVIMENTO AOS APELOS. (Apelação Cível Nº 70023787302, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Julgado em 24/09/2008). Inobstante a parte requerida não tenha sido citada, a apreciação do pedido é cabível, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C PEDIDO DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS E ACESSÓRIOS DA LOCAÇÃO COMERCIAL. SENTENÇA DE EXTINÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 485, III, CPC, EM VIRTUDE DE A PARTE AUTORA NÃO TER DADO O DEVIDO ANDAMENTO AO PROCESSO PARA A REALIZAÇÃO DA CITAÇÃO DOS RÉUS. Apelo da demandante para que seja decretado o despejo liminar do sublocatário/ocupante do imóvel e o prosseguimento da marcha processual. Acervo probatório que consta nos autos que permite concluir que o feito encontra-se suficientemente instruído para a apreciação da liminar requerida pela recorrente. Assim é porque a recorrente junta aos autos o contrato de locação devidamente assinado pelos réus, locatário e fiador. Consta nos autos certidão do OJA que atesta que o bem locado está ocupado por terceiro estranho à lide e que o locatário não trabalha no imóvel. Apelante que fez ainda diversas tentativas de realizar a citação dos apelados, não logrando êxito. Portanto, o feito encontra-se suficientemente instruído para a apreciação da liminar, como dito, sem a necessidade de citação dos réus (artigo 59, § 1º, da Lei nº 8.245/91), ato que não foi realizado pelo juízo. Error in procedendo. A decisão invectivada, portanto, deve ser anulada, não para a apreciação da liminar no julgamento deste recurso, como requer a apelante, mas sim para que o juízo a quo aprecie o requerimento, para não se caracterizar a supressão de instância. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRJ; APL 0091541-89.2012.8.19.0002; Niterói; Vigésima Terceira Câmara Cível; Rel. Des. Murilo Andre Kieling Cardona Pereira; DORJ 08/02/2019; Pág. 718). Diante do exposto com fulcro na lei 8.245/91 e demais aplicáveis na espécie, DETERMINO, EM SEDE LIMINAR, O DESPEJO FORÇADO/COMPULSÓRIO da sublocatária Vera Lucia Conceição Ribeiro e seus pertences do imóvel descrito na inicial, devendo a presente medida ser cumprida com as cautelas exigíveis para o caso. Desde já, se necessário for, defiro reforço policial. Sem prejuízo, ante a notícia de mudança da parte requerida (ID 16724334), SUSPENDO o feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, com o fito de que venha aos autos novo endereço da requerida. Após, o transcurso do prazo, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Às providências. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010141-63.2013.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
J N CABRAL & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELISSA SARZI SARTORI OAB - MT7914/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ DECISÃO Processo: 8010141-63.2013.8.11.0111. REQUERENTE: J N CABRAL & CIA LTDA - ME REQUERIDO: OI S.A Vistos. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. É de conhecimento público que parte executada encontra-se em recuperação judicial, cujo processo tramita na 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro sob o nº 0203711-65.2016.8.19.0001, protocolado em junho de 2016, sendo que no dia 08/01/2018 foi concedida a recuperação judicial à OI S.A. e homologado o plano de recuperação judicial. Registro que o Presidente do TJMT, por meio dos Ofícios Circulares nº 15/2018-DAP e nº 17/2018-DAP,

ambos datados de 10 de abril de 2018, remeteu cópia de expedientes oriundos da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ (ofício nº 240/2018/OF, de 13/03/2018 e ofício nº286/2018/OF, de 19/03/2018), para ciência. No ofício nº 240/2018/OF, o juízo da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, solicitou que: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI 0034576-58.2016.8.19.0000, que permitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamentos de credores, bem como os valores depositados antes da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença". No ofício nº 286/2018/OF, o Juízo Universal também solicitou o seguinte: "Solicito as necessárias providências a fim de que seja expedido AVISO referente ao processo de Recuperação Judicial do Grupo OI (proc. 0203711-65.2016.8.19.0001) para que chegue ao conhecimento dos seus subordinados órgãos julgadores que: 'Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017, os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso, sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.6.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação". Assim, os processos que tem por objeto créditos concursais (constituídos antes de 20/06/2016), deverão ser extintos e os créditos se sujeitarão aos critérios estabelecidos no plano de recuperação aprovado. Já no que tange aos processos que tem por objeto créditos extraconcursais, deverão prosseguir até a liquidação do crédito e o trânsito em julgado de eventual impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução, oportunidade em que deverá ser oficiado ao Juízo da Recuperação Judicial comunicando a necessidade do pagamento do crédito, uma vez que os atos de constrição devem ser efetuados exclusivamente pelo Juízo Universal, nos termos da pacífica jurisprudência do STJ: "AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFERIMENTO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. MEDIDAS DE CONSTRIÇÃO DO PATRIMÔNIO DA EMPRESA. CRÉDITO EXTRACONCURSAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AGRAVO IMPROVIDO. 1. São incompatíveis com a recuperação judicial os atos de execução proferidos por outros órgãos judiciais de forma simultânea com o curso da recuperação ou da falência das empresas devedoras, de modo a configurar conflito positivo de competência. 2. Tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), está excluído do plano e de seus efeitos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). Porém, a jurisprudência desta Corte tem entendido que, como forma de preservar tanto o direito creditório quanto a viabilidade do plano de recuperação judicial, o controle dos atos de constrição patrimonial relativos aos créditos extraconcursais deve prosseguir no Juízo universal. 3. Franquear o pagamento dos créditos posteriores ao pedido de recuperação por meio de atos de constrição de bens sem nenhum controle de essencialidade por parte do Juízo universal acabará por inviabilizar, a um só tempo, o pagamento dos credores preferenciais, o pagamento dos credores concursais e, mais ainda, a retomada do equilíbrio financeiro da sociedade, o que terminará por ocasionar na convolação da recuperação judicial em falência, em prejuízo de todos os credores, sejam eles anteriores ou posteriores à recuperação judicial. 4. Agravo regimental improvido". (AgRg nos EDcl no CC 136.571/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/05/2017, DJe 31/05/2017). G.n. No caso em apreço, o comando sentencial referente ao cumprimento de sentença ocorreu em 23.06.2016 (ID. 6011864). O trânsito em julgado ocorreu em 14.09.2016 (ID. 601188). Desse modo, e como se pode perceber, o crédito buscado na presente demanda é extraconcursal, porquanto o trânsito em julgado da sentença dando ensejo ao seu cumprimento ocorreu em 14.09.2016. Com efeito, o processo deverá ter regular prosseguimento, para fins de persecução do crédito exequendo (crédito extraconcursal). Ante o exposto, determino a expedição de ofício ao Juízo Universal (7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ) comunicando a necessidade de pagamento dos créditos extraconcursais objeto dos presentes autos, remetendo cópia da sentença, da presente decisão e da memória de cálculo ou da decisão que estipular o valor devido. Permaneçam os autos suspensos até que seja informada acerca da satisfação da dívida, ocasião em que o processo será extinto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000067-30.2017.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
GENI TERESINHA FAENELO POLETTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA RITA DA SILVA MARAFON OAB - MT12275/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1000067-30.2017.8.11.0111. REQUERENTE: GENI TERESINHA FAENELO POLETTO REQUERIDO: LOJAS RENNER S.A. Vistos. Dispensado o relatório, conforme permissão do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. No decorrer do procedimento, a parte requerida noticiou o pagamento do débito (ID 25017385). A parte autora manifestou pela concordância do valor depositado, requerendo o levantamento do valor depositado em Juízo (ID 25942124). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e DECIDO Nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil "extingue-se a execução quando: II – a obrigação for satisfeita (...)". Ante o exposto, julgo extinta por sentença a execução com resolução de mérito, nos termos do artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, DETERMINO a expedição de alvará judicial em favor da parte requerente, devendo constar os dados fornecidos em ID 25942124. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Cumpra-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-102 HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001045-36.2019.8.11.0111
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO DA ROCHA (REQUERENTE)
PEDRO VALDIR SAVARIS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MATUPÁ SENTENÇA Processo: 1001045-36.2019.8.11.0111. REQUERENTE: PEDRO VALDIR SAVARIS, REGINALDO DA ROCHA Vistos. Dispensado o relatório, conforme permissão do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. Pois bem. Ante o teor do termo de acordo de ID. 27310310, considerando que as partes compuseram-se amigavelmente, HOMOLOGO o acordo e, JULGO extinto o processo com resolução de mérito, na forma do artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem custas processuais e honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Transitada em julgado, ao arquivo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Comunique-se. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito Em substituição legal

Comarca de Nobres

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61215 Nr: 61-89.2017.811.0030

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Mendes Siqueira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Betânia Patricia Salles - OAB:10.265 - MT, Eney Curado Brom Filho - OAB:14.000
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Portaria n. 12/2016-DF desta Comarca, impulsiono os autos para que seja intimada a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, dar prosseguimento no feito, bem como requerer o que entender de direito.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000524-43.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Marcos Adriano Bocalan OAB - MT9566-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, intimo Vossa Senhoria parte autora para no prazo de 10 (dez) dias, apresentar as contrarrazões ao recurso.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000345-12.2019.8.11.0030
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON DA SILVA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON FLAVIO DE ANDRADES OAB - MT0006730A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, intimo Vossa Senhoria parte requerida para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre os embargos de declaração id. 27365645.

Comarca de Nortelândia

Diretoria do Fórum

Edital

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS n. 01/2019
O Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Nortelândia, designado pela Portaria n. 53/2019-CNpar/DF, publicada no Diário da Justiça Eletrônico, edição nº 10606, o no dia 25.10.2019, de acordo com a Listagem de Eliminação de Documentos ANEXOS I – Diretoria do Foro, ANEXOS II – Secretaria da Vara Cível e Criminal, faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos quarenta e cinco dias da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, se não houver oposição, o Setor de Arquivo do Fórum da Comarca, eliminará os documentos relativos a documentos judiciais e administrativos.
Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com a respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Comarca.
Nortelândia, 13 de dezembro de 2019.
Victor Lima Pinto Coelho
Juiz de Direito Diretor do Foro

* O Anexo encontra-se no Caderno de Anexo do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Anexo

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000409-19.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUNIOR LUCIO OLIVEIRA (EXECUTADO)
JOSSIMAR JOSE FERNANDES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NORTELÂNDIA DESPACHO Numero do Processo: 1000409-19.2019.8.11.0031 EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE EXECUTADO: JOSSIMAR JOSE FERNANDES, JUNIOR LUCIO OLIVEIRA Vistos etc. DETERMINO, que seja realizada a intimação da parte autora para comprovar nos autos, o devido recolhimento das taxas e custas iniciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de cancelamento da distribuição e arquivamento do feito. Decorrido o aludido prazo, certifique-se. Após, retornem os autos conclusos ao gabinete para ulteriores deliberações. Cumpra-se. NORTELÂNDIA/MT, 12 de dezembro de 2019. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 10813 Nr: 503-62.2011.811.0031
AÇÃO: Execução de Certidão de Crédito Judicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a concordância manifestada pelo exequente, com os valores depositados pela parte executada, DETERMINO a expedição de alvará judicial, em nome do advogado constituído.
Após o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 10815 Nr: 505-32.2011.811.0031
AÇÃO: Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a concordância manifestada pelo exequente, com os valores depositados pela parte executada, DETERMINO a expedição de alvará judicial, em nome do advogado constituído.
Após o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Victor Lima Pinto Coelho
Cod. Proc.: 34309 Nr: 108-31.2015.811.0031
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título

Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Governo do Estado do Mato Grosso, ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elias Bernardo Souza - OAB:3898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) do Estado - OAB:
Vistos etc.
Ante a concordância manifestada pelo exequente, com os valores depositados pela parte executada, DETERMINO a expedição de alvará judicial, em nome do advogado constituído.
Após o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe.
Cumpra-se.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000420-48.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
MACKLEY SILVA SANTOS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SADE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000420-48.2019.8.11.0031 POLO ATIVO:MACKLEY SILVA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: SADE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - ME FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação de Nortelândia Data: 04/02/2020 Hora: 08:30 , no endereço: AVENIDA VALENTIN PERON, 220, CENTRO, NORTELÂNDIA - MT - CEP: 78430-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000421-33.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
JAYKSON BARRETO CARVALHO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000421-33.2019.8.11.0031 POLO ATIVO:JAYKSON BARRETO CARVALHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: SILVIO FERREIRA FREITAS POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação de Nortelândia Data: 04/02/2020 Hora: 09:00 , no endereço: AVENIDA VALENTIN PERON, 220, CENTRO, NORTELÂNDIA - MT - CEP: 78430-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000016-65.2017.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS BERNARDO SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIAS BERNARDO SOUZA OAB - MT3898-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA DESPACHO Numero do Processo: 1000016-65.2017.8.11.0031 EXEQUENTE: ELIAS BERNARDO SOUZA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Ante a concordância manifestada pelo exequente, com os valores depositados pela parte executada, DETERMINO a expedição de alvará judicial, em nome do advogado constituído. Após o levantamento dos valores, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de praxe. Cumpra-se. NORTELÂNDIA/MT, 12 de dezembro de 2019. VICTOR LIMA PINTO COELHO Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000224-78.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE DA SILVA VIANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000224-78.2019.8.11.0031. REQUERENTE: PEDRO HENRIQUE DA SILVA VIANA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por PEDRO HENRIQUE DA SILVA VIANA em face de TELEFONICA BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminares suscitada. Enfrento-as. No que diz respeito à preliminar de inépcia da inicial, por ausência de documentos indispensável, tal pedido não merece acolhimento, uma vez que o comprovante de endereço não é documento indispensável ao julgamento da controvérsia trazida ao conhecimento desse juízo. Sendo necessária apenas a simples indicação da residência, conforme preceitua o art. 319, II, do Novo Código de Processo Civil. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Destaco, nas relações contratuais, especialmente nas de consumo, vigora o princípio da boa-fé objetiva, que é uma cláusula geral implícita em todos os contratos, e deve ser cumprida desde as tratativas, fase pré-contratual, até após a execução do contrato, e que exige lealdade dos contratantes, principalmente no que se refere aos deveres anexos do contrato. Em sua peça inicial a parte autora confessa que contratou com a requerida, plano pós pago, mas que por não concordar com os valores que lhe foram cobrados, supostamente superiores ao ofertado, deixou de efetuar os pagamentos. Portanto, tendo confessado a existência de relação, mas negado o débito, era seu dever comprovar a quitação dos débitos, o que não fez. Dispõe o artigo 374 do Código de Processo Civil que os fatos confessados e/ou incontroversos não dependem de prova: Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. Ausente à prova dos fatos constitutivos de direito, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de rigor a improcedência da pretensão. Com relação aos documentos probantes apresentados pelo Reclamado, colaciono recente julgado da Turma Recursal do Estado de Mato Grosso: RECURSO INOMINADO. EMPRESA DE

TELEFONIA. ORIGEM DO DÉBITO COMPROVADA. FATURAS TELEFÔNICAS JUNTADAS. HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO. CONSUMIDOR INADIMPLENTE. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE DANO MORAL. VEDAÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. No presente caso, a empresa de telefonia comprovou a origem da obrigação, relativa à contratação da linha telefônica (65-9977-9481), conforme faturas telefônicas juntadas aos autos, nas quais constam o demonstrativo de ligações realizadas, sendo que tais documentos não foram impugnados especificamente pelo consumidor. 2. Se a empresa de telefonia comprova a origem da obrigação e o Reclamante não comprovou que quitou seus débitos, a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, em razão do inadimplemento desta obrigação, constitui exercício regular de direito e não gera a obrigação de indenizar a titulo de dano moral. No entanto, por questões processuais, tendo em vista que somente a parte Autora recorreu pleiteando a majoração do quantum indenizatório, a sentença deve ser mantida. 3. A sentença que declarou a inexistência dos débitos questionados, nos valores de R$ 76,75 e R$ 324,08, e condenou a Reclamada a pagar o valor de R$ 3.000,00, a título de dano moral, face o principio do non reformatio in pejus, não merece reparos e deve ser mantida por seus próprios fundamentos. A súmula do julgamento serve de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95. 4. Recurso improvido. Condeno a parte Recorrente a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. (TJMT - RI 1000260-72.2018.8.11.0026, Relator Valmir Alaércio dos Santos, julgamento 01 de março de 2019) Portanto, comprovada a relação jurídica entre as partes, não há nos autos indícios de ilicitude na anotação restritiva, bem como não há comprovante do seu adimplemento, assim, a negativação do nome da Reclamante não só é legítima como agiu o Reclamado no exercício regular do seu direito, não havendo danos a serem indenizados. Embora a promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Inocorrente, portanto, qualquer afronta a direito de personalidade em razão de conduta praticada pela parte Ré, ante a efetiva comprovação da relação jurídica entre as partes. Não havendo como prosperar a tese autoral, como já explicitado, de rigor é a improcedência da pretensão inicial. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO e JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. - JULGO IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000267-15.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DE SANDRO NERY FERREIRA OAB - MT5768-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LINCOLN ALYSON VIEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000267-15.2019.8.11.0031. REQUERENTE: IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI REQUERIDO: LINCOLN ALYSON VIEIRA PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório - Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trato de RESCISÓRIA - rito da Lei n. 9.099/95, proposta por IMAGEM SERVICOS DE EVENTOS EIRELI em desfavor de LINCOLN ALYSON VIEIRA. É o necessário. Decido. As partes firmaram acordo, nos seguintes termos: "O promovido se obriga a pagar ao promovente a quantia de R$ 857,86 (oitocentos e cinquenta e sete reais e oitenta e seis centavos), como entrada, por meio de depósito na conta indicada, até o dia 10/11/2019, e o valor de R$ 7.720,70 (sete mil, setecentos e vinte reais e setenta centavos), a ser pago até o dia 30/01/2020, por meio de transferência bancária, totalizando a quantia de R$ 8.578,56 (oito mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), se comprometendo a enviar os comprovantes de deposito por meio de aplicativo WhatsApp no número indicado. A requerente se obriga a excluir o nome do requerido do cadastro de inadimplentes no prazo de 05 dias úteis do envio do comprovante do pagamento da primeira parcela do acordo, acaso se encontre em qualquer registro. Em caso de descumprimento implicará multa progressiva de 20% por atraso de 10 dias, 50% para até 20 dias e 100% para 30 dias de atraso sobre a obrigação de pagar quantia certa, com vencimento antecipado das parcelas vincendas, facultando ainda a inscrição do nome do reclamado nos órgãos de proteção ao credito, no valor atualizado do inadimplemento". Isso posto, considerando que em havendo transação/acordo o exame do magistrado deve se limitar à sua validade e eficácia, entre os quais, se houve a efetiva transação, os transatores são titulares do direito que dispõem parcialmente, capazes de transigir e estão adequadamente representados, ausente qualquer impedimento ou ilegalidade no avençado/acordado pelas partes, HOMOLOGO-O para que produza seus efeitos legais – Lei n. 9.099/1995, art. 22, parágrafo único - e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO – CPC, art. 269, III/NCPC, art. 487, III, "b". Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Transitada em julgado, proceda com as baixas necessárias e arquive. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz (a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000239-47.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON SOUSA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000239-47.2019.8.11.0031. REQUERENTE: JEFFERSON SOUSA SILVA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por JEFFERSON SOUSA SILVA em face de TELEFONICA BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei

nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminares suscitada. Enfrento-as. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Destaco, nas relações contratuais, especialmente nas de consumo, vigora o princípio da boa-fé objetiva, que é uma cláusula geral implícita em todos os contratos, e deve ser cumprida desde as tratativas, fase pré-contratual, até após a execução do contrato, e que exige lealdade dos contratantes, principalmente no que se refere aos deveres anexos do contrato. Em sua peça inicial a parte autora confessa que contratou com a requerida, plano pós pago, mas que por não concordar com os valores que lhe foram cobrados, supostamente superiores ao ofertado, deixou de efetuar os pagamentos. Portanto, tendo confessado a existência de relação, mas negado o débito, era seu dever comprovar a quitação dos débitos, o que não fez. Dispõe o artigo 374 do Código de Processo Civil que os fatos confessados e/ou incontroversos não dependem de prova: Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. Ausente à prova dos fatos constitutivos de direito, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de rigor a improcedência da pretensão. Com relação aos documentos probantes apresentados pelo Reclamado, colaciono recente julgado da Turma Recursal do Estado de Mato Grosso: RECURSO INOMINADO. EMPRESA DE TELEFONIA. ORIGEM DO DÉBITO COMPROVADA. FATURAS TELEFÔNICAS JUNTADAS. HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO. CONSUMIDOR INADIMPLENTE. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE DANO MORAL. VEDAÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. No presente caso, a empresa de telefonia comprovou a origem da obrigação, relativa à contratação da linha telefônica (65-9977-9481), conforme faturas telefônicas juntadas aos autos, nas quais constam o demonstrativo de ligações realizadas, sendo que tais documentos não foram impugnados especificamente pelo consumidor. 2. Se a empresa de telefonia comprova a origem da obrigação e o Reclamante não comprovou que quitou seus débitos, a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, em razão do inadimplemento desta obrigação, constitui exercício regular de direito e não gera a obrigação de indenizar a titulo de dano moral. No entanto, por questões processuais, tendo em vista que somente a parte Autora recorreu pleiteando a majoração do quantum indenizatório, a sentença deve ser mantida. 3. A sentença que declarou a inexistência dos débitos questionados, nos valores de R$ 76,75 e R$ 324,08, e condenou a Reclamada a pagar o valor de R$ 3.000,00, a título de dano moral, face o principio do non reformatio in pejus, não merece reparos e deve ser mantida por seus próprios fundamentos. A súmula do julgamento serve de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95. 4. Recurso improvido. Condeno a parte Recorrente a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. (TJMT - RI 1000260-72.2018.8.11.0026, Relator Valmir Alaércio dos Santos, julgamento 01 de março de 2019) Portanto, comprovada a relação jurídica entre as partes, não há nos autos indícios de ilicitude na anotação restritiva, bem como não há comprovante do seu adimplemento, assim, a negativação do nome da Reclamante não só é legítima como agiu o Reclamado no exercício regular do seu direito, não havendo danos a serem indenizados. Embora a promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Inocorrente, portanto, qualquer afronta a direito de personalidade em razão de conduta praticada pela parte Ré, ante a efetiva comprovação da relação jurídica entre as partes. Não havendo como prosperar a tese autoral, como já explicitado, de rigor é a improcedência da pretensão inicial. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO e JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. - JULGO IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000240-32.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ELAYNE CRISTINA DE CAMPOS FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO FERREIRA FREITAS OAB - MT0019920A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000240-32.2019.8.11.0031. REQUERENTE: ELAYNE CRISTINA DE CAMPOS FREITAS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por ELAYNE CRISTINA DE CAMPOS FREITAS em face de TELEFONICA BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminares suscitada. Enfrento-as. Indefiro a preliminar de ausência de documento imprescindível, ante a juntada de comprovante de negativação retirado de site e não original emitido pela CDL, cumpre que a reclamada poderia ter anexado aos autos provas de que o referido documento é falso, contudo, não se desincumbiu, tratando-se de meras alegações. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Destaco, nas relações contratuais, especialmente nas de consumo, vigora o princípio da boa-fé objetiva, que é uma cláusula geral implícita em todos os contratos, e deve ser cumprida desde as tratativas, fase pré-contratual, até após a execução do contrato, e que exige lealdade dos contratantes, principalmente no que se refere aos deveres anexos do contrato. Em sua peça inicial a parte autora confessa

que contratou com a requerida, plano pós pago, mas que por não concordar com os valores que lhe foram cobrados, supostamente superiores ao ofertado, deixou de efetuar os pagamentos. Portanto, tendo confessado a existência de relação, mas negado o débito, era seu dever comprovar a quitação dos débitos, o que não fez. Dispõe o artigo 374 do Código de Processo Civil que os fatos confessados e/ou incontroversos não dependem de prova: Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; III - admitidos no processo como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. Ausente à prova dos fatos constitutivos de direito, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de rigor a improcedência da pretensão. Com relação aos documentos probantes apresentados pelo Reclamado, colaciono recente julgado da Turma Recursal do Estado de Mato Grosso: RECURSO INOMINADO. EMPRESA DE TELEFONIA. ORIGEM DO DÉBITO COMPROVADA. FATURAS TELEFÔNICAS JUNTADAS. HISTÓRICO DE UTILIZAÇÃO. CONSUMIDOR INADIMPLENTE. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM ARBITRADO A TÍTULO DE DANO MORAL. VEDAÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. No presente caso, a empresa de telefonia comprovou a origem da obrigação, relativa à contratação da linha telefônica (65-9977-9481), conforme faturas telefônicas juntadas aos autos, nas quais constam o demonstrativo de ligações realizadas, sendo que tais documentos não foram impugnados especificamente pelo consumidor. 2. Se a empresa de telefonia comprova a origem da obrigação e o Reclamante não comprovou que quitou seus débitos, a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, em razão do inadimplemento desta obrigação, constitui exercício regular de direito e não gera a obrigação de indenizar a titulo de dano moral. No entanto, por questões processuais, tendo em vista que somente a parte Autora recorreu pleiteando a majoração do quantum indenizatório, a sentença deve ser mantida. 3. A sentença que declarou a inexistência dos débitos questionados, nos valores de R$ 76,75 e R$ 324,08, e condenou a Reclamada a pagar o valor de R$ 3.000,00, a título de dano moral, face o principio do non reformatio in pejus, não merece reparos e deve ser mantida por seus próprios fundamentos. A súmula do julgamento serve de acórdão, nos termos do art. 46 da Lei nº 9.099/95. 4. Recurso improvido. Condeno a parte Recorrente a pagar honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. (TJMT - RI 1000260-72.2018.8.11.0026, Relator Valmir Alaércio dos Santos, julgamento 01 de março de 2019) Portanto, comprovada a relação jurídica entre as partes, não há nos autos indícios de ilicitude na anotação restritiva, bem como não há comprovante do seu adimplemento, assim, a negativação do nome da Reclamante não só é legítima como agiu o Reclamado no exercício regular do seu direito, não havendo danos a serem indenizados. Embora a promovente alegue ferimento às normas do direito do consumidor, não há provas suficientes para a procedência da lide, portanto, a improcedência do pedido é medida que se impõe ao presente caso. Inocorrente, portanto, qualquer afronta a direito de personalidade em razão de conduta praticada pela parte Ré, ante a efetiva comprovação da relação jurídica entre as partes. Não havendo como prosperar a tese autoral, como já explicitado, de rigor é a improcedência da pretensão inicial. Diante de tais ponderações, as pretensões contidas na inicial são improcedentes. Por outro lado, tendo em vista a regularidade do débito, acolho o pedido contraposto formulado na contestação, de modo que a parte reclamante deverá pagar à empresa ré o valor de R$ 97,10 (noventa e sete reais e dez centavos), com juros e correção monetária a partir do vencimento da fatura, devendo a reclamada logo após a quitação retirar as restrições do nome do autor. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO e JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. - ACOLHO O PEDIDO CONTRAPOSTO para condenar a parte autora ao pagamento da quantia de R$ 97,10 (noventa e sete reais e dez centavos), relativo às faturas em aberto, com juros e correção monetária a partir do vencimento da fatura, devendo a reclamada logo após a quitação retirar as restrições do nome do autor. - JULGO IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000260-23.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000260-23.2019.8.11.0031. REQUERENTE: ADRIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por ADRIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. Indefiro a preliminar de ausência de documento imprescindível, ante a juntada de comprovante de negativação retirado de site e não original emitido pela CDL, cumpre que a reclamada poderia ter anexado aos autos provas de que o referido documento é falso, contudo, não se desincumbiu, tratando-se de meras alegações. No que diz respeito à preliminar de inépcia da inicial, por ausência de documentos indispensável, tal pedido não merece acolhimento, uma vez que o comprovante de endereço não é documento indispensável ao julgamento da controvérsia trazida ao conhecimento desse juízo. Sendo necessária apenas a simples indicação da residência, conforme preceitua o art. 319, II, do Novo Código de Processo Civil. A demanda em tela prescinde de realização de audiência de instrução e julgamento, posto que a lide versa sobre fatos que são apurados e provados essencialmente por prova documental, inclusive no tocante ao pedido de danos morais, já que o mesmo se limita a provar negativação. Portanto, rejeito. Rejeito a preliminar de impossibilidade de inversão do ônus da prova, eis que a tese se confunde com a análise do próprio mérito. Passo a análise do mérito. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. A contestação é estéril de prova, nada foi juntado aos autos que comprovasse a existência ou origem do débito, anexando apenas telas de seu sistema, e suposto extrato de utilização, produzidas unilateralmente. A requerida não anexou contrato, gravação, ou qualquer documento capaz de comprovar a contratação ou os débitos cobrados. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a

irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. Além do mais, é sempre útil repetir que a responsabilidade que incide sobre o produtor ou o fornecedor de bens de consumo é objetiva e configura-se independentemente da caracterização da culpa, sendo suficiente o ato ilícito, o nexo de causalidade e o dano, que como já dito, é, neste caso, presumido. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. TELEFONIA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO PARA SE ADEQUAR AOS PARÂMETROS DA TURMA. SENTENÇA REFORMADA, EM PARTE. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004473393, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 12/07/2013) (TJ-RS - Recurso Cível: 71004473393 RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Data de Julgamento: 12/07/2013, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/07/2013); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. O dano moral resta configurado e deve ser reparado. Adota-se, no caso, a Teoria do Risco do Empreendimento de modo que a responsabilidade se faça destituída da verificação de culpa - aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade e, assim, sua responsabilidade somente pode ser afastada caso demonstrada uma das excludentes do nexo, o que não ocorreu no caso. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Verifica-se que a parte autora foi impedida de adquirir produtos a prazo no comércio local, em razão da negativação realizada pela requerida, situação humilhante para qualquer cidadão que preza pelo bom nome. Contudo, o mesmo deixou de anexar comprovante da tentativa de solução administrativa, como protocolos ou reclamação junto ao PROCON, providencia que poderia ter sido adotada pelo mesmo quando da descoberta da negativação, a fim de diminuir o tempo de dano. Desta feita, considerando as situações acima mencionada, entendo que o valor a título de danos morais deve ser fixado no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor condizente com os prejuízos sofridos e ainda incapaz de gerar o enriquecimento indevido. No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não anexou documentos capazes de comprovar a efetiva contratação pela parte autora. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - DETERMINAR QUE SEJA EXCLUÍDO o nome da parte autora do registro/banco de inadimplentes, relacionado ao débito objeto da presente ação, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, a serem revertidos a favor da parte reclamante. - DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito discutido nos autos, devendo a reclamada abster-se de exigi-lo/cobrá-lo por qualquer meio, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - CONDENAR a reclamada indenizar o reclamante, a título de dano moral/imaterial, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto e o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000300-05.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELLY AMILY ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000300-05.2019.8.11.0031. REQUERENTE: ADRIELLY AMILY ALVES DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por ADRIELLY AMILY ALVES DE OLIVEIRA em face de VIVO S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o

regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminares suscitada. Enfrento-as. No que diz respeito à preliminar de inépcia da inicial, por ausência de documentos indispensável, tal pedido não merece acolhimento, uma vez que o referido documento não é documento indispensável ao julgamento da controvérsia trazida ao conhecimento desse juízo. Sendo necessária apenas a simples indicação da residência, conforme preceitua o art. 319, II, do Novo Código de Processo Civil. Rejeito a preliminar alegada na peça de bloqueio, de incompetência absoluta do Juizado Especial Cível em decorrência da complexidade da prova e necessidade de perícia. A análise dessas deve ser feita com extrema cautela e somente merece ser reconhecida a incompetência do Juizado Especial Cível, pela necessidade de tal prova, quando seja efetivamente necessária para a garantia do contraditório e da ampla defesa, o que não se verifica no caso dos autos. A vedação de produção de prova pericial no âmbito dos Juizados não significa que as partes não possam trazer laudos ou outras provas idôneas, hábeis a demonstrar suas alegações. No caso em exame, verifico que as provas produzidas no processo são suficientemente aptas a formar o convencimento, porque se trata de matéria fática e as questões técnicas não terem a complexidade alegada, de modo que a perícia técnica é prescindível, estando firmada a competência do Juizado Especial Cível para a causa. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. A inteligência do artigo 6º da Lei nº. 9.099/95, nos mostra que "O juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da Lei e às exigências do bem comum. " Isso demonstra que o Juiz, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. Destaco, nas relações contratuais, especialmente nas de consumo, vigora o princípio da boa-fé objetiva, que é uma cláusula geral implícita em todos os contratos, e deve ser cumprida desde as tratativas, fase pré-contratual, até após a execução do contrato, e que exige lealdade dos contratantes, principalmente no que se refere aos deveres anexos do contrato. Em sua peça inicial a parte autora que teve seu nome negativado por dívida inexistente, não possuindo débito junto a requerida. Na peça de contestação a requerida anexa áudio onde demonstra a relação contratual existente entre as partes, sendo que a autora confirma seus dados pessoais, não havendo que falar em desconhecimento dos débitos. Em que pese às argumentações do reclamante, não vislumbro qualquer conduta ilícita praticada pela parte demandada, mas, sim, exercício regular de um direito ante a existência de relação jurídica entre as partes, inexistindo, portanto, qualquer dever de reparação. O acervo probatório existente nos autos é apto a corroborar as alegações aduzidas pela defesa, demonstrando de forma satisfatória a legitimidade dos débitos que ensejaram a inclusão do nome da parte autora nos órgãos restritivos de crédito. Nessa senda tem decidido as Turmas recursais: APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO C/C DANO MORAL - ALEGAÇÃO DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA -COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DÉBITO - NEGATIVAÇÃO DEVIDA - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. - Uma vez comprovada a existência de relação jurídica entre as partes bem como o debito motivador da negativação e tal fato não sendo impugnado de forma especifica pelo autor, é de se reconhecer exercício regular do direito de cobrança e devida a negativação em órgãos de proteção ao crédito.(TJ-MG - AC: 10707130273196001 MG, Relator: Alexandre Santiago, Data de Julgamento: 18/03/2015, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2015) COMPRA E VENDA – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AUTORA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR OS FATOS ALEGADOS NA INICIAL – INADIMPLEMENTO DA CONSUMIDORA – NEGATIVAÇÃO DEVIDA JUNTO AOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, EFETUADA EM EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO – SENTENÇA MANTIDA. -Recurso desprovido.(TJ-SP - APL: 10274215720148260001 SP 1027421-57.2014.8.26.0001, Relator: Edgard Rosa, Data de Julgamento: 03/09/2015, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/09/2015). Restando claro que o débito inequivocamente existe, não havendo, por consequência, prova do suposto ato ilícito perpetrado. Ao contrário, os autos evidenciam que a conduta da reclamada nitidamente configura exercício regular de direito (art. 188, I, do Código Civil), já que o reclamante, não quitou o debito aberto com a reclamada, o que justificou o encaminhamento do nome do reclamante aos cadastros da Serasa e do SPC. Não havendo como prosperar a tese autoral, como já explicitado, de rigor é a improcedência da pretensão inicial. Diante de tais ponderações, as pretensões contidas na inicial são improcedentes. Por outro lado, tendo em vista a regularidade do débito, acolho o pedido contraposto formulado na contestação, de modo que a parte reclamante deverá pagar à empresa ré o valor de R$ 171,63 (cento e setenta e um reais e sessenta e três centavos), com juros e correção monetária a partir do vencimento da fatura, devendo a reclamada logo após a quitação retirar as restrições do nome do autor. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Isso posto, RESOLVO O MÉRITO e JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. - ACOLHO O PEDIDO CONTRAPOSTO para condenar a parte autora ao pagamento da quantia de R$ 171,63 (cento e setenta e um reais e sessenta e três centavos), relativo às faturas em aberto, com juros e correção monetária a partir do vencimento da fatura, devendo a reclamada logo após a quitação retirar as restrições do nome do autor. - JULGO IMPROCEDENTE o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem despesas processuais e honorários advocatícios, na forma dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/1995. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000270-67.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR VIEIRA DE JESUS SOBRINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000270-67.2019.8.11.0031. REQUERENTE: ADEMIR VIEIRA DE JESUS SOBRINHO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por ADEMIR VIEIRA DE JESUS SOBRINHO em face de TELEFÔNICA BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. No que diz respeito à preliminar de inépcia da inicial, por ausência de documentos indispensável, tal pedido não merece acolhimento, uma vez que o comprovante de endereço não é documento indispensável ao julgamento da controvérsia trazida ao conhecimento desse juízo. Sendo necessária apenas a simples indicação da residência, conforme preceitua o art. 319, II, do Novo Código de Processo Civil. Indefiro a preliminar de ausência de documento imprescindível, ante a juntada de comprovante de negativação retirado de

site e não original emitido pela CDL, cumpre que a reclamada poderia ter anexado aos autos provas de que o referido documento é falso, contudo, não se desincumbiu, tratando-se de meras alegações. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. A contestação é estéril de prova, nada foi juntado aos autos que comprovasse a existência ou origem do débito, anexando apenas telas de seu sistema, e suposto extrato de utilização, produzidas unilateralmente. A requerida não anexou contrato, gravação, ou qualquer documento capaz de comprovar a contratação ou os débitos cobrados. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. Além do mais, é sempre útil repetir que a responsabilidade que incide sobre o produtor ou o fornecedor de bens de consumo é objetiva e configura-se independentemente da caracterização da culpa, sendo suficiente o ato ilícito, o nexo de causalidade e o dano, que como já dito, é, neste caso, presumido. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. TELEFONIA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO PARA SE ADEQUAR AOS PARÂMETROS DA TURMA. SENTENÇA REFORMADA, EM PARTE. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004473393, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 12/07/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004473393 RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Data de Julgamento: 12/07/2013, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/07/2013); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. O dano moral resta configurado e deve ser reparado. Adota-se, no caso, a Teoria do Risco do Empreendimento de modo que a responsabilidade se faça destituída da verificação de culpa - aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade e, assim, sua responsabilidade somente pode ser afastada caso demonstrada uma das excludentes do nexo, o que não ocorreu no caso. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Verifica-se que a parte autora foi impedida de adquirir produtos a prazo no comércio local, em razão da negativação realizada pela requerida, situação humilhante para qualquer cidadão que preza pelo bom nome. Contudo, o mesmo deixou de anexar comprovante da tentativa de solução administrativa, como protocolos ou reclamação junto ao PROCON, providencia que poderia ter sido adotada pelo mesmo quando da descoberta da negativação, a fim de diminuir o tempo de dano. Desta feita, considerando as situações acima mencionada, entendo que o valor a título de danos morais deve ser fixado no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor condizente com os prejuízos sofridos e ainda incapaz de gerar o enriquecimento indevido. No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não anexou documentos capazes de comprovar a efetiva contratação pela parte autora. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - DETERMINAR QUE SEJA EXCLUÍDO o nome da parte autora do registro/banco de inadimplentes, relacionado ao débito objeto da presente ação, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, a serem revertidos a favor da parte reclamante. - DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito discutido nos autos, devendo a reclamada abster-se de exigi-lo/cobrá-lo por qualquer meio, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - CONDENAR a reclamada indenizar o reclamante, a título de dano moral/imaterial, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto e o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000299-20.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:

LUIS FELIPE LIMA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000299-20.2019.8.11.0031. REQUERENTE: LUIS FELIPE LIMA RODRIGUES REQUERIDO: VIVO S.A. PROJETO DE SENTENÇA Visto e bem examinado. Dispensado o relatório – Lei n. 9.099/1995, art. 38, caput. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA proposta por LUIS FELIPE LIMA RODRIGUES em face de VIVO S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no artigo 2º e artigo 38 da Lei nº 9.099/95, c.c artigo 1.046, parágrafos 2º e 4º do CPC e Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que, as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Existindo preliminar suscitada. Enfrento-as. No que diz respeito à preliminar de inépcia da inicial, por ausência de documentos indispensável, tal pedido não merece acolhimento, uma vez que o comprovante de endereço não é documento indispensável ao julgamento da controvérsia trazida ao conhecimento desse juízo. Sendo necessária apenas a simples indicação da residência, conforme preceitua o art. 319, II, do Novo Código de Processo Civil. Indefiro a preliminar de ausência de documento imprescindível, ante a juntada de comprovante de negativação retirado de site e não original emitido pela CDL, cumpre que a reclamada poderia ter anexado aos autos provas de que o referido documento é falso, contudo, não se desincumbiu, tratando-se de meras alegações. Rejeito a preliminar de ausência de interesse, e impossibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez que se confunde com o mérito e será analisado em momento oportuno. Passo a análise do mérito. Apesar das argumentações trazidas pela parte promovida em sua defesa, tenho que esta não se desincumbiu de seu ônus probatório– art. 6º, VIII, do CDC, pois, não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial, bem assim, quaisquer causas impeditivas, modificativas ou extintivas do direito da parte Autora – art. 373, II, do CPC, no sentido de demonstrar a existência e exigibilidade da dívida. A contestação é estéril de prova, nada foi juntado aos autos que comprovasse a existência ou origem do débito, anexando apenas telas de seu sistema, e supostas faturas, produzidas unilateralmente. A requerida não anexou contrato, gravação, ou qualquer documento capaz de comprovar a contratação ou os débitos cobrados. Restando caracterizada a falha e a abusividade na prestação de seus serviços. No tocante aos danos morais, não há olvidar que, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. No entanto, em se tratando de negativação indevida, dúvida não há que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. Além do mais, é sempre útil repetir que a responsabilidade que incide sobre o produtor ou o fornecedor de bens de consumo é objetiva e configura-se independentemente da caracterização da culpa, sendo suficiente o ato ilícito, o nexo de causalidade e o dano, que como já dito, é, neste caso, presumido. Tal responsabilidade está, ainda, fundamentada na teoria do risco do empreendimento, pois aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade. Nessa senda, tem manifestado as Turmas Recursais: RESPONSABILIDADE CIVIL. CONTRATO DE TELEFONIA. CANCELAMENTO DE LINHA TELEFÔNICA. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. I – A inclusão do nome do consumidor em cadastro de restrição ao crédito resulta em ofensa à imagem e reputação, causando desconforto moral apto a ensejar compensação pecuniária, sendo dispensável a prova do prejuízo. II – O valor da compensação por danos morais deve ser informado por critérios de proporcionalidade e razoabilidade, observando-se as condições econômicas das partes envolvidas, a natureza, a extensão do dano, o caráter punitivo da medida e o não enriquecimento sem causa da parte ofendida. III - O termo inicial dos juros de mora incidentes sobre os danos morais decorrentes da relação contratual é a data da citação. IV – Negou-se provimento ao recurso do autor. Deu-se parcial provimento ao recurso da ré.(TJ-DF - APC: 20130110862516, Relator: JOSÉ DIVINO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 07/10/2015, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 13/10/2015 . Pág.: 268); NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. TELEFONIA. DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO PARA SE ADEQUAR AOS PARÂMETROS DA TURMA. SENTENÇA REFORMADA, EM PARTE. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004473393, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 12/07/2013)(TJ-RS - Recurso Cível: 71004473393 RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Data de Julgamento: 12/07/2013, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/07/2013); De tal modo, caracterizados o ato ofensivo, o dano e o nexo de causalidade, a reparação do dano moral é impositiva, na forma do art. 5º, V e X, da Constituição da República, do art. 6º, VI, do CDC e do art. 186 do CC. Entendo que o dissabor experimentado ultrapassou os limites do mero aborrecimento, caracterizando, portanto, a lesão à sua dignidade. O dano moral resta configurado e deve ser reparado. Adota-se, no caso, a Teoria do Risco do Empreendimento de modo que a responsabilidade se faça destituída da verificação de culpa - aquele que tem o bônus deve arcar com os riscos e ônus de sua atividade e, assim, sua responsabilidade somente pode ser afastada caso demonstrada uma das excludentes do nexo, o que não ocorreu no caso. No tocante ao valor da indenização, compete ao juiz se orientar pela denominada lógica do razoável e fixar o valor da indenização de acordo com o grau de reprovabilidade da conduta ilícita, com as condições econômicas do causador do dano e do ofendido, em quantitativo consentâneo com a natureza e intensidade da humilhação, da tristeza e do constrangimento sofridos, de modo a produzir eficácia pedagógica, inibir novas condutas idênticas da parte ofensora, e representar compensação à parte ofendida, sem, contudo, implicar em indevido enriquecimento. Verifica-se que a parte autora foi impedida de adquirir produtos a prazo no comércio local, em razão da negativação realizada pela requerida, situação humilhante para qualquer cidadão que preza pelo bom nome. Contudo, o mesmo deixou de anexar comprovante da tentativa de solução administrativa, como protocolos ou reclamação junto ao PROCON, providencia que poderia ter sido adotada pelo mesmo quando da descoberta da negativação, a fim de diminuir o tempo de dano. Desta feita, considerando as situações acima mencionada, entendo que o valor a título de danos morais deve ser fixado no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor condizente com os prejuízos sofridos e ainda incapaz de gerar o enriquecimento indevido. No que se refere ao pedido contraposto, entendendo que o mesmo deve ser julgado improcedente, haja vista, que a requerida não anexou documentos capazes de comprovar a efetiva contratação pela parte autora. Deixo de condenar a parte autora em litigância de má-fé, pois não se configuraram nenhuma das hipóteses previstas no art. 80 do CPC. Pelo exposto, RESOLVO O MÉRITO, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, para: - DETERMINAR QUE SEJA EXCLUÍDO o nome da parte autora do registro/banco de inadimplentes, relacionado ao débito objeto da presente ação, no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária que fixo em R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil) reais, a serem revertidos a favor da parte reclamante. - DECLARAR A INEXISTÊNCIA do débito discutido nos autos, devendo a reclamada abster-se de exigi-lo/cobrá-lo por qualquer meio, a partir do trânsito em julgado, sob pena de multa cominatória/astreinte equivalente ao TRIPLO do importe que exigir em desacordo; - CONDENAR a reclamada indenizar o reclamante, a título de dano moral/imaterial, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da leitura/intimação da sentença – Enunciado n. 362 da Súmula do STJ -, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC – Lei n. 6.899/81 -, e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. 406, do vigente Código Civil, c/c o §1º, do art. 161, do Código Tributário Nacional e Enunciado 20 da I Jornada de Direito Civil promovida pelo Centro de Estudos Jurídicos do Conselho da Justiça Federal, a partir do evento danoso/data da inscrição – responsabilidade extracontratual – Enunciado n. 54 da Súmula do STJ e CC/02, art. 398. - JULGAR IMPROCEDENTE o pedido contraposto e o pedido de condenação em litigância de má fé; Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/1995, arts. 54 e 55. Fica a parte sucumbente, desde já, ciente de

que o não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado da sentença, apresentação de memória discriminada do débito e intimação para isso, acarretará a incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre tal valor – art. 52, caput, da Lei n. 9.099/1995 e 475-J do CPC/NCPC, art. 523 e §§. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado – art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/1995 -, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais – art. 52 e ss. - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss.. Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000222-11.2019.8.11.0031
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVALDO DE SA TEIXEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDIVALDO DE SA TEIXEIRA OAB - MT0018598A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VICTOR LIMA PINTO COELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NORTELÂNDIA Processo: 1000222-11.2019.8.11.0031. EXEQUENTE: EDIVALDO DE SA TEIXEIRA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Ausente o relatório, com fulcro no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS JUDICIAIS proposta por EDIVALDO DE SA TEIXEIRA contra o ESTADO DE MATO GROSSO. Fundamento. Decido. Em síntese o CRÉDITO EXEQUENDO corresponde aos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS do Exequente e que foram arbitrados pelo d. Juízo dessa Comarca por força de NOMEAÇÃO DATIVA, por decisão judicial, por ter atuado como DEFENSOR DATIVO. Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento imediato do mérito, nos termos do inciso I do artigo 355 do CPC, não havendo, a necessidade de dilação probatória. O Executado foi citado para opor embargos, todavia deixou transcorrer in albis, sem que houvesse qualquer manifestação, conforme certidão anexa aos autos. Conforme consta nas 4 certidões anexas, foram arbitrados a título de honorários o valor total de R$ 4.482,56 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), que equivalem ao valor de R$ 896,51 (oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e um centavos), cada URH, conforme tabela da OAB. Desta forma, DECRETO A REVELIA da parte Requerida, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95. O Exequente demonstrou os fatos constitutivos de seu direito, conforme documentação carreada com a petição inicial, constituindo o título executivo hábil para a execução definitiva, conforme entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – DEFENSOR DATIVO – CERTIDÃO JUDICIAL EXPEDIDA EM CARTÓRIO – FORÇA DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - JUROS MORATÓRIOS - INCIDÊNCIA À PARTIR DA CITAÇÃO DO EXECUTADO – ÍNDICES OFICIAIS DE REMUNERAÇÃO BÁSICA E JUROS APLICADOS À CADERNETA DE POUPANÇA – CORREÇÃO MONETÁRIA – IPCA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A certidão de honorários advocatícios, emitida pelo Juízo ou pelo Cartório Judicial, em prol do defensor dativo, constitui título executivo hábil para a execução definitiva. Os juros moratórios, devidos desde a citação, serão calculados com base nos índices oficiais de remuneração básica e juros, aplicados à caderneta de poupança, consoante a redação dada pela Lei nº 11.960/2009 ao artigo 1º- F da Lei nº 9.494/1997. No que concerne à correção monetária, o índice aplicável é o IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo –, por refletir melhor a inflação acumulada e servir de parâmetro seguro nas condenações impostas à Fazenda Pública, nos termos do entendimento do Superior Tribunal de Justiça. (Ap 88435/2014, DES. MÁRCIO VIDAL, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 19/06/2015). Isto posto JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na presente ação nos termos do art. 910 do NCPC, para: - DECRETAR A REVELIA da parte Requerida ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95. - CONDENAR o Estado de Mato Grosso, ora executado, a pagar ao Exequente a importância original total de R$ 4.482,56 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) certidões referente aos processos 2005-07.2018.811.002, 127-47.2018.811.0026, 3332-21.2017.811.0026 e 2097-53.2016.811.0026, devendo sobre o montante da condenação de natureza pecuniária incidir correção monetária e juros de mora mensais. As diferenças vencidas deverão ser apuradas e corrigidas monetariamente a partir do arbitramento, segundo o IPCA-E, bem como acrescidas de juros de mora mensais a partir da citação, fixados segundo a remuneração da Caderneta de Poupança, na forma do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (com a redação dada pela Lei nº. 11.960/09, vigente desde 30.06.2009), tudo em observância ao que restou decidido pelo STF no julgamento do RE nº. 870.947 – Tema 810. A partir da inscrição do crédito em RPV/Precatório, a correção monetária também seguirá o IPCA-E, conforme restou decidido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI nº 4.357/DF e da ADI nº 4.425/DF. - DETERMINO, a) elaboração do cálculo pela Contadoria do Juízo; b) expedição de ofício requisitório de Requisições de Pequeno Valor - RPV (créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT); c) intimação das partes do teor do ofício requisitório. - Por fim, DETERMINO, por tratar de obrigação de pagar quantia certa e diante do atual entendimento de inaplicável Enunciado n. 4, aprovado no XIII Encontro em Cuiabá-MT, a entrega/envio da requisição à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório na hipótese de créditos com valor igual ou inferior a 256 UPF/MT, para que pague no prazo máximo de 60 (sessenta) dias/2 (dois) meses, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do credor/exequente ou depósito na Conta Única vinculado ao processo em epígrafe, cujo desatendimento resultará no imediato sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, dispensada a audiência da Fazenda Pública – CF, art. 100; CPC, art. 730, incisos I e II/NCPC, arts. 535, § 3º, I e II, 910, caput e §§ -, Lei n. 12.153/2009, arts. 13 e 27; Lei Estadual n. 7.894/2003. Sem taxas, despesas, custas processuais e honorários advocatícios - Lei n. 9.099/95, arts. 54 e 55 c/c Lei n. 12.153/09, art. 27. Por força da legislação especial, não haverá/não sujeita a reexame necessário – Lei n. 12.153/09, art. 11. Após o trânsito em julgado, certifique. Decorrido o prazo recursal e cumprido o julgado, arquive com as baixas e anotações de estilo. Do contrário, na ausência do cumprimento, após solicitação do interessado, prossiga com a execução na forma disposta pela Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública – Lei n. 12.153/09, arts. 12, 13 e 27 –, Enunciados n. 3 e 4 do XIV Encontro Estadual - "Enunciado 3 – A execução de título extrajudicial e judicial no Juizado Especial da Fazenda Pública segue o rito do art. 730 do Código de Processo Civil, facultando-se a oposição de embargos nos próprios autos. (APROVADO XIII ENCONTRO – CUIABÁ E ALTERADO XIV ENCONTRO – CUIABÁ); Enunciado 4 - As Requisições de Pequeno Valor e os precatórios deverão ser encaminhadas ao Presidente do TJMT para fins de pagamento. (APROVADO XIII ENCONTRO – CUIABÁ - e Código de Processo Civil – art. 475-I e ss./Novo Código de Processo Civil – art. 513 e ss... Nada requerido no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado, ARQUIVE os autos, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte – CNGC, art. 1.006. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. À submissão do(a) Juiz(a) de Direito para fins do disposto no artigo 40 da Lei n° 9.099/95. Aisi Anne Lima Tiago Juíza Leiga _____ Visto e bem examinado. Trato de AÇÃO DE CONHECIMENTO – rito da Lei n. 9.099/1995 -, em que o(a) Juiz(a) Leigo(a) da Comarca proferiu o seu PROJETO DE SENTENÇA nos autos, o texto foi aprovado e já disponibilizado, razão pela qual

HOMOLOGO para que passe a produzir os efeitos legais de SENTENÇA – Lei n. 9.099/1995, art. 40 -, cujo eventual prazo decorre da intimação. Prescindível o Registro no caso – CNGC, art. 317, § 4º - "Fica dispensado o uso do livro de registro de sentença nas comarcas em que estiver instalado o Sistema Informatizado de 1ª Instância – Apolo ou PROJUDI", P. I. Cumpra. (assinado digitalmente) Victor Lima Pinto Coelho Juiz de Direito

Comarca de Nova Canaã do Norte

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000532-34.2019.8.11.0090
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ BARBOSA DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO SANCHES OAB - MT26501/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALTEMIR MARTINS PEREIRA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA CANAÃ DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000532-34.2019.8.11.0090 AUTOR(A): LUIZ BARBOSA DE OLIVEIRA RÉU: ALTEMIR MARTINS PEREIRA Vistos. As partes firmaram acordo no qual estabeleceram parâmetros para a resolução completa do objeto jurídico perseguido, requerendo sua homologação. Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo entabulado pelas partes, que passa a ser parte integrante desta sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO o processo extinto, com análise de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea "b", do NCPC. Custas, despesas e honorários advocatícios na forma ajustada pelas partes ou, não havendo estipulação sobre isso, devem ser igualmente partilhadas, nos termos do § 2º, do art. 90, do NCPC. Mas caso haja o deferimento da gratuidade da justiça, tais valores ficam sob condição suspensiva de exigibilidade durante o lapso de 05 (cinco) anos do trânsito em julgado da respectiva decisão, somente podendo ser executados com a demonstração pelo credor de que a situação que a ensejou deixou de existir, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário, na dicção do § 3º, do art. 98, do NCPC. Nos termos do art. 914 da CNGC, é dispensada a intimação das partes. Fica dispensado o registro da sentença, providência efetivada com a própria inserção no sistema informatizado APOLO/PJE/TJMT, nos termos do art. 317, § 4º, da CNGC/MT. Publique-se. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos com as anotações e baixas de estilo, observado em tudo a novel CNGC. Cumpra-se. Nova Canaã do Norte, data da assinatura eletrônica.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fernando Kendi Ishikawa
Cod. Proc.: 49217 Nr: 447-07.2015.811.0090
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOÃO MARCOS DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOACIR MAY
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDSON FRANCISCO DONINI - OAB:8406
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA - OAB:11.324/MT
Ante o exposto, dada a perda superveniente do objeto da ação, a fulminar o interesse de agir, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil.IV - DISPOSIÇÕES FINAISAnte a ausência de interesse de agir e, consequentemente, a condenação da parte embargada em custas, despesas processuais e honorários advocatícios, resta prejudicado a análise dos embargos de declaração opostos pela parte embargante à Ref: 36.CONDENO a parte embargada ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da causa, na determinação do inciso I, do § 3º, do art. 85, do NCPC, levando em consideração o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço (art. 85, § 2º, do NCPC). Caso haja o deferimento da gratuidade da justiça, tais valores ficam sob condição suspensiva de exigibilidade durante o lapso de 05 (cinco) anos do trânsito em julgado da respectiva decisão, somente podendo ser executados com a demonstração pelo credor de que a situação que a ensejou deixou de existir, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário, na dicção do § 3º, do art. 98, do NCPC.Havendo interposição de recurso, observado o art. 1.010, § 3°, do NCPC, que determina a remessa dos autos independentemente de juízo de admissibilidade, intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, e, após decorrido o prazo, com ou sem manifestação, REMETAM-SE os autos à Instância Superior, cumprindo-se as formalidades dos §§ 1º a 3º do aludido dispositivo legal.Do contrário, após o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias, observando-se em tudo a novel CNGC.Nos termos do art. 317, § 4º, da CNGC/MT, fica dispensado o registro da sentença, providência efetivada com a própria inserção no sistema informatizado APOLO/PJE/TJMT.Publique-se. Intime(m)-se. Cumpra-se.

Comarca de Nova Monte Verde

Vara Única

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 69394 Nr: 178-28.2016.811.0091
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena
PARTE(S) REQUERIDA(S): Nadia Soares Barbosa -ME, Nadia Soares Barbosa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB:OAB/MT 19077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 35643 Nr: 97-60.2008.811.0091
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Finasa S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Aldo de Melo Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO MARCON - OAB:10990
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IMPULSIONAMENTO PARA MANIFESTAR-SE SOBRE DILIGÊNCIA NEGATIVA
Nos termos do art. 152, incisos II e VI do CPC, Impulsiono os autos para intimação da parte autora acerca da diligência negativa, para que no prazo de 05(cinco) dias informe o endereço do Requerido/Executado para citação, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC.

Comarca de Nova Ubiratã

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA 25/2019-NUB
O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI – MM. JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE NOVA UBIRATÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO a comemoração da Fundação do Município de Nova Ubiratã/MT, na data de 19 de dezembro, criado pela Lei Estadual n.º 6.691/1995, de 19/12/1995,

RESOLVE:
Art. 1º - Suspender o expediente do Foro Judicial da Comarca de Nova Ubiratã na data de 19 de dezembro de 2019.
Art. 2º - Ficam suspensos os prazos processuais na referida data, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte.
Art. 3º - Remeta-se cópia ao egrégia Corregedoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Secretaria da Vara Única, Cartórios Extrajudiciais, OAB – 17ª Subseção de Mato Grosso, Delegacia Municipal de Polícia Judiciária Civil e ao 1º Pelotão da Polícia Militar de Nova Ubiratã/MT.
Publique-se. Registre-se. Cientifique-se e cumpra-se.
Nova Ubiratã/MT, 12 de dezembro de 2019.
Glauber Lingiardi Strachicini
Juiz de Direito Diretor do Foro

PORTARIA 28/2019-NUB
O Excelentíssimo Senhor Dr. Glauber Lingiardi Strachicini, MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Nova Ubiratã/MT, no uso de suas atribuições legais,
Considerando que o servidor Joriel Xavier de Campos, matrícula 14642, Gestor Administrativo III desta Comarca de Nova Ubiratã, usufruirá 20 (vinte) dias de férias, no período de 07/01/2019 a 26/01/2019.
RESOLVE:
Art. 1º- Designar a servidora Glaucia Rodrigues, matrícula 31263, Técnica Judiciária, para exercer as funções de Gestor Administrativo III desta Comarca, no período de férias do titular, de 07/01/2019 a 26/01/2019.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se, remetendo-se cópia à Coordenadoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Nova Ubiratã-MT, 12 de dezembro de 2019.
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI
Juiz de Direito e Diretor do Foro

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000146-50.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
SIGMA AGROPECUARIA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MORELI OAB - PR13052-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ROBERTO VITORINO (RÉU)
ROSANI BAVIA VITORINO (RÉU)
LUCIA CRUBELATI ARAGAO VITORINO (RÉU)
DEVAIR ROBERTO VITORINO (RÉU)

Nos termos da legislação vigente, intimo a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJE, para, querendo, proceder o preparo da Carta Precatória a ser expedida para Comarca de Santa Rosa Viterbo-SP, comprovando nos autos o seu devido pagamento, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000771-84.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO GONCALVES FAVARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO APARECIDO DE SOUZA OAB - MT13298/O (ADVOGADO(A))
LUCIANA DONATO REGO OAB - MT19728/O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALBERTO GONCALVES FAVARO OAB - 080.351.958-32 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA UBIRATÃ DESPACHO Processo: 1000771-84.2019.8.11.0107. REQUERENTE: ROGERIO GONCALVES FAVARO PROCURADOR: MARCELO ALBERTO GONCALVES FAVARO REQUERIDO: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE-SEMA VISTOS. 1.) Sem delongas, verifica-se que os documentos que instruem a inicial se revelam, em tese, como incompatíveis com a condição de hipossuficiência econômico-financeira que a norma processual exige para a concessão das benesses da justiça gratuita. 2.) Nesse tocante, determina o art. 99, § 2º, do NCPC, que "o juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos." 3.) Assim, com fundamento no art. 99, § 2º, do NCPC, concedo à parte autora o prazo de 15 dias para a comprovação concreta dos requisitos necessários à concessão do benefício da gratuidade ou para o imediato recolhimento das custas iniciais e taxa judiciária devidos, sob pena de indeferimento da inicial. 4.) Int. Cumpra-se. GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI, Juiz de Direito.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 51155 Nr: 507-94.2013.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LESSI DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BANRISUL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURICIO VIEIRA SERPA - OAB:12758/MT, RAFAEL WASNIESKI - OAB:15469-A/MT, RICARDO ROBERTO DALMAGRO - OAB:12205-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:128341
Vistos.
Não há omissão, obscuridade ou contradição.
No caso em tela, sustenta a parte embargante que a decisão proferida no feito é nula, uma vez que o feito não poderia ser extinto sem a juntada do documento em poder de terceiro (correspondente bancário Lotérica Ferset).
Não obstante aos argumentos da embargante, compulsando os autos, verifico que não há falar em nulidade; como pontuado na sentença, os documentos acostados aos autos são suficientes a conduzir o julgamento de mérito, sendo desnecessária dilação probatória, inclusive da apresentação do documento em poder da Lotérica Ferset.
Isto porque, as fls. 19, fora juntado o comprovante da consulta realizada pela Lotérica Ferset, onde consta o alegado registro negativo, portanto, é dispensável a intimação da lotérica para juntá-lo novamente. O referido documento é datado de 27/05/2013, e em 29/05/2013 a parte requerida informou não existir gravames em nome da autora (doc. Fls. 20), o que foi corroborado pelo documento de fls. 21.
Outrossim, alegação de nulidade processual não constitui matéria arguível por meio de embargos declaratórios.
Ante o exposto, e por tudo mais consta dos autos, CONHEÇO dos embargos de declaração opostos, por tempestivos e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 30964 Nr: 383-24.2007.811.0107
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rita de Cássia Souza Fernandes Coelho
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDOCIR PAULO ROVARIS, ADELMO ANTONIO RUFFATO, Ester de Lourdes Berté Rovaris, Maria de Lourdes Rufatto
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adenilson Anacleto de Pádua - OAB:124.487, Maria Fernanda Marcondes Ruston - OAB:186356
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AIRTON CELLA - OAB:3938/MT, ANA LÚCIA STEFFANELLO - OAB:4709-B/MT, BRUNA ERGANG DA SILVA - OAB:11.047/MT, DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA - OAB:4050-B/MT, Rogério Antônio de Lima - OAB:7303-A
VISTOS.
Compulsando estes autos, verifico que os litigantes efetuaram composição amigável, visando colocar fim ao litígio de forma consensual, pugnando pela homologação judicial do pacto. Pois bem. Constata-se que o acordo em comento foi livremente pactuado, contendo as assinaturas das partes demandantes. Em virtude disso, a homologação da avença é medida que

se impõe.
Ante ao exposto, HOMOLOGO, para que surtam os seus jurídicos e regulares efeitos, o ACORDO a que chegaram as partes, nos moldes das cláusulas estipuladas livremente entre estas, e determino a SUSPENSÃO do feito executivo nos termos do art. 922 do NCPC.
Aguarde-se em arquivo provisório até o cumprimento integral do acordo, após, intime-se a parte exequente para manifestação do feito.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 51048 Nr: 406-57.2013.811.0107
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FERNANDO BRUNO CRESTANI, EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILCENO CALEFFI - OAB:19010/O, GIOVANNA DE FREITAS SARTORI - OAB:19753/O, LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA - OAB:11543-B/MT, RAFAEL BARION DE PAULA - OAB:11063-B, RODRIGO DE FREITAS SARTORI - OAB:15884/MT
Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida à recomposição do meio degradado, apresentando PRAD junto ao órgão competente, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa pecuniária, convolando a liminar em sentença, para o fim de determinar que o requerido se abstenha de cometer crimes ambientais.O Ministério Público está isento do pagamento das verbas sucumbenciais (Lei n. 7.347/85, art. 18).Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, isentando-o do pagamento de verba honorária (Recurso Especial nº 1346571/PR (2011/0114205-5), 2ª Turma do STJ, Rel. Eliana Calmon. j. 05.09.2013, unânime, DJe 17.09.2013).Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 52728 Nr: 526-66.2014.811.0107
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rogério Aparecido de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, e CONDENO o réu ROGÉRIO APARECIDO DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos, ao cumprimento da pena de 03 (três) anos de reclusão, bem como ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, por infração ao artigo 16, inciso IV, da Lei n.º 10.826/2003, descrito na denúncia. Fixo o valor do dia-multa à base de um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo dos fatos, na forma do art. 49, § 1º, do Código Penal.Em consonância com o disposto no artigo 33, § 2º, do Código Penal, e levando-se em conta a primariedade do réu, fixo o REGIME ABERTO para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade imposta.Presentes os requisitos legais, torna-se cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, na forma do disposto no artigo 44 do Código Penal, revelando-se tal medida como suficiente à prevenção e repressão do delito. Assim, conforme art. 44, § 2º, do Código Penal, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade imposta por duas restritivas de direitos, ..

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 51016 Nr: 377-07.2013.811.0107
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVA UBIRATÃ, José Vicente Hartmann, Paulo Ré
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rudimar Rommel - OAB:8238-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROMES JÚLIO TOMÁZ - OAB:PROC. EST. MT
VISTOS.
= SENTENÇA =
Trata-se de Embargos à Execução opostos por COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES RURAIS DE NOVA UBIRATÃ, JOSÉ VICENTE HARTMANN e PAULO RÉ em face da FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, todos já qualificados.
No feito executivo (cód. 50583) os executados, aqui embargantes, deram início ao procedimento de parcelamento do débito discutido.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento e decido.
Como dito alhures, os embargantes buscaram o parcelamento da dívida no processo principal (cód. 50583), conduta a qual se revela incompatível com o desejo de desconstituir o débito, face o reconhecimento da dívida.
Com efeito, o reconhecimento da dívida inviabiliza o tramite destes embargos à execução, demonstrando a falta de interesse processual, razão pela qual a extinção é medida que se impõe.
Ante todo o exposto, considerando a perda superveniente do objeto, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Condeno os embargantes ao pagamento das custas e despesas judiciais.
Transitada em julgado esta decisão, e nada sendo requerido no prazo de 15 dias, arquivem-se os autos.
Junte-se cópia desta sentença no feito executivo em apenso.
Havendo apelação, proceda na forma do art. 1.010 CPC.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 33584 Nr: 38-19.2011.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PEDRO IZAQUE RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO ASSUNÇÃO DE LIMA - OAB:14.601-MT, FABIANA DE LIMA - OAB:OAB/MT 14.068 B, HERALDO PEREIRA DE LIMA - OAB:112449/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial, e o faço para condenar a parte requerida a implantar em favor da parte autora PEDRO IZAQUE RIBEIRO o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, no valor mensal equivalente a 100% do salário de benefício, a contar do requerimento administrativo ocorrido em 03.05.2010, respeitada a prescrição quinquenal, com imediata implantação do benefício no sistema de pagamento da autarquia requerida, conforme regra dos arts. 296/297 e 311 do NCPC, tratando-se de verba de nítido cunho alimentar. Em consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do NCPC. Sobre as prestações vencidas, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 870947 com repercussão geral, pelo STF, quanto à correção monetária incidirá IPCA-E, desde a data do inadimplemento de cada parcela, e, quanto aos juros, nos termos do art. 1º-F, da Lei n. 9494/97, com a redação dada pela Lei n. 11960/09, incidirão os aplicados à caderneta de poupança, a partir da citação. ANTECIPO a tutela para determinar ao INSS que implante em favor da parte autora, no prazo de 30 (trinta) dias, o benefício de pretendido, uma vez que presente a verossimilhança nos próprios fundamentos desta sentença e o “periculum in mora” na natureza alimentar do benefício pleiteado.(...)

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 55662 Nr: 709-03.2015.811.0107
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSAMAR ANA ALEXANDRE DE MOURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO FREDERICO DE ALMEIDA GUIMARÃES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBSON ALEXANDRE DE MOURA - OAB:13055

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão inicial e assim o faço para constituir o débito apontado na inicial (R$ 20.997,34 vinte mil, novecentos e noventa e sete reais, e trinta e quatro centavos) em título executivo judicial, na forma do art. 701, § 2º, do NCPC, com incidência de correção monetária pelo índice INPC, a partir do vencimento da obrigação, e juros moratórios de 1% ao mês, a partir da citação válida. Como consequência, resolvo o mérito da demanda, na forma do art. 487, inciso I, do CPC.CONDENO, ainda, a parte requerida ao pagamento das custas judiciais e despesas processuais, além de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 82, § 2º, do CPC.Após o trânsito em julgado, convertido o mandado inicial em executivo, este passará a tramitar segundo o rito especial dos arts. 523 e ss. do CPC, devendo a parte exequente, caso tenha interesse no prosseguimento da cobrança, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, na forma da lei.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 56481 Nr: 1034-75.2015.811.0107

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): TIAGO ARAÚJO DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal e, em consequência, condeno TIAGO ARAÚJO DA SILVA, já qualificado, nas penas do art. 180, caput, do Código Penal.Passo à dosimetria das penas, de acordo com o critério trifásico do art. 68, "caput", do Código Penal.Atento ao disposto no artigo 59 do Código Penal, na primeira fase da dosimetria da pena privativa de liberdade, analisando as circunstâncias judiciais ali elencadas, mantenho a pena no mínimo legal...

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 58998 Nr: 758-10.2016.811.0107

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA UBIRATÃ, AILTON TADEU PATEIS

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT , Prefeito Municipal de Nova Ubiratã - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA RAMOS COELHO - OAB:16745, DIOGO IBRAHIM CAMPOS - OAB:13296

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OSVALDO PEREIRA BRAGA - OAB:6013/MT, ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - OAB:7868-A/MT

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte vencida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$1.500 (mil e quinhentos reais), cuja exigibilidade fica suspensa em razão da concessão da justiça gratuita, conforme disciplina o artigo 98, §3, do CPC.Havendo recurso de apelação, oportunize a manifestação da parte adversa e após remeta-se o feito ao E. Tribunal de Justiça com as nossas homenagens de estilo.Sentença não sujeito a reexame necessário.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Após o transito em julgado arquive-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 56809 Nr: 1139-52.2015.811.0107

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Claudio Zimmermann

PARTE(S) REQUERIDA(S): GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARLINDO JOSE VOGEL - OAB:5360/A, ROBERTO DE OLIVEIRA - OAB:19069/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte vencida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$1.500 (mil e quinhentos reais), cuja exigibilidade fica suspensa em razão da concessão da justiça gratuita, conforme disciplina o artigo 98, §3, do CPC.Havendo recurso de apelação, oportunize a manifestação da parte adversa e após remeta-se o feito ao E. Tribunal de Justiça com as nossas homenagens de estilo.Sentença não sujeita a reexame necessário.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Após o transito em julgado arquive-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 50436 Nr: 696-09.2012.811.0107

AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA MISTURINI

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALVADI RODRIGO CHIAPETTI - OAB:15331, JARBAS LINDOMAR ROSA - OAB:9876/MT, WILLIAN JHONES SANTINI - OAB:MT/17.924

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para DECLARAR a propriedade do imóvel de 2.092,3689 (dois mil hectares noventa e dois ares e três mil seiscentos e oitenta e nove centiares) oriundos da matrícula 1860 do 1º Ofício de Cuiabá/MT, situado neste Município de Nova Ubiratã, conforme memorial acostados aos autos, em favor da parte requerente. Por fim, de acordo com o disposto no artigo 1.238 do Código Civil, a presente sentença meramente declaratória da aquisição da propriedade imóvel servirá de título para o registro no cartório respectivo, uma vez que se trata de forma originária de aquisição da propriedade.Após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se mandado ao Cartório de Registro de Imóveis competente, para os fins do artigo 167, I, 28, da Lei 6015/73. Sem honorários advocatícios.Após, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Às providências.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 33721 Nr: 196-74.2011.811.0107

AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): VADEMILSO BADALOTTI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JARBAS LINDOMAR ROSA - OAB:9876/MT, NAYARA PAULINA FERNANDES ROSA - OAB:113090/MG

Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Novo Código de Processo Civil.Sem custas e honorários.Após o trânsito em julgado, arquivem-se definitivamente os autos com a devida baixa.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 29707 Nr: 66-60.2006.811.0107

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Leonardo Crestani, Antonino Moura Borges

PARTE(S) REQUERIDA(S): Dari Damiano

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONINO MOURA BORGES - OAB:839-A/MS, JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB:2.492/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8166-B/MT, ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - OAB:7868-A/MT

Vistos.

= SENTENÇA =

Trata-se de Cumprimento de Sentença promovido por LEONARDO CRESTANI e ANTONINO MOURA BORGES em desfavor de DARI DAMIANO, todos já qualificados.
Às fls. 717 foi determinada a intimação dos exequentes, pessoalmente e por DJE, para dar prosseguimento no feito, sob pena de extinção. Contudo, conforme certificado nas fls. 744, as diligências que competiam aos exequentes não foram cumpridas, caracterizando, desta maneira, o desinteresse no trâmite processual.
Vieram os autos à conclusão.
É o breve relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Compulsando estes autos, verifica-se que os exequentes não se pronunciam, nestes autos, desde 10/02/2016 (juntada de sua última petição), restando patente o desinteresse no deslinde da causa.
Com efeito, os demandantes não formularam pedido algum, embora intimados reiteradas vezes, pessoalmente e por DJE, a se manifestarem, permanecendo inertes, o que ratifica o estado de abandono da presente demanda.
Desta maneira, pelas razões expostas, a extinção do feito pelo abandono é medida que se impõe.
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 485, inciso III, do CPC, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito, diante do abandono da causa pelos exequentes.
Condeno os exequentes ao pagamento das custas judiciais e despesas processuais, na forma da lei processual vigente.
Transitada em julgado esta sentença, ao arquivo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 16116 Nr: 4-25.2003.811.0107
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMAL - EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DEBZ AGRÍCOLA DA AMAZÔNIA LTDA, DEMETRIUS BARBOSA ZANIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEUSLIRIO FERREIRA - OAB:5071, JULIANA SOUZA FERREIRA - OAB:7417/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SÉRGIO ANTONIO MEDA - OAB:6.320/PR
Vistos.
Intime-se a parte exequente para proceder a atualização da dívida, nos termos da sentença proferida nos autos apenso.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 17578 Nr: 40-67.2003.811.0107
AÇÃO: Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEBZ AGRÍCOLA DA AMAZÔNIA LTDA, DEMETRIUS BARBOSA ZANIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMAL - EMPRESA DE MINERAÇÃO ARIPUANÃ LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cátia Yuri Takahara Iranaga - OAB:22284-PR, LUCIANO SILLES DIAS - OAB:6.913-A/MT, SÉRGIO ANTONIO MEDA - OAB:6.320/PR, Zilton Mariano de Almeida - OAB:6934-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JAMES LEONARDO PARENTE DE ÁVILA - OAB:5367/MT, JONAS COELHO DA SILVA - OAB:5706/O, PAULO ROGÉRIO DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 11.324, PEDRO EVANGELISTA DE ÁVILA - OAB:1823-B/MT, RUBIANE KELI MASSONI - OAB:12.419/MT, VANESSA PELEGRINE - OAB:10.059/MT
Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, somente para DETERMINAR A EXCLUSÃO DA MULTA DE 10% por ausência de previsão contratual.Face à sucumbência mínima, condeno os embargantes ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, fixados em 15% sobre o valor da causa, nos termos do art. 82, § 2º e incisos, art. 86, paragrafo único, ambos do CPC.JUNTE-SE cópia desta sentença ao feito executivo em apenso.Defiro o pedido de levantamentos dos honorários periciais; para tanto, expeça-se o alvará.Havendo apelação, oportunize a apresentação de contrarrazões, após remeta-se os autos ao E. TJ, para processar e julgar, na forma do art. 1.010 do CPC.Transitada em julgado e nada sendo requerido, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 50910 Nr: 277-52.2013.811.0107
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leonardo Crestani
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL BARION DE PAULA - OAB:11063
Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida à recomposição do meio degradado, apresentando PRAD junto ao órgão competente, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa pecuniária, convolo a liminar em sentença, para o fim de determinar que o requerido se abstenha de promover a degradação ambiental, sem autorização do órgão competente.O Ministério Público está isento do pagamento das verbas sucumbenciais (Lei n. 7.347/85, art. 18).Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, isentando-o do pagamento de verba honorária (Recurso Especial nº 1346571/PR (2011/0114205-5), 2ª Turma do STJ, Rel. Eliana Calmon. j. 05.09.2013, unânime, DJe 17.09.2013).Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 29751 Nr: 113-34.2006.811.0107
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Maria da Conceição
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, com fundamento no artigo 413 do Código de Processo Penal, pelos crimes praticados contra a vítima Carlos Pedro Escobar, PRONUNCIO o acusado JOSÉ MARIA DA CONCEIÇÃO, qualificado nos autos, como incurso nas sanções do artigo 121, “caput”, do Código Penal, submetendo-o a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Nova Ubiratã/MT. Em atendimento ao disposto no artigo 413, § 3º do CPP, considerando que no caso dos autos não existem elementos hábeis à decretação da prisão preventiva do acusado, concedo a ele o direito de recorrer em liberdade. Com efeito, o acusado não se furtou, em momento algum, a comparecer ao foro, razão que afasta a necessidade de garantia de aplicação da lei penal, bem como não há provas que o acusado irá se evadir do distrito da culpa.Determino as seguintes providências:1. Intime-se o acusado e sua respectiva defesa, bem como a douta Representante do Ministério Público acerca do teor desta decisão, na forma do artigo 420, inciso I, do Código de Processo Penal.2. Não havendo recurso contra a decisão de pronúncia, certifique-se o ocorrido e, na sequência, abra-se vista dos autos ao Ministério Público e à defesa para que, nos termos do artigo 422 do Código de Processo Penal, apresentem, no prazo de 05 (cinco) dias, o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, juntem documentos ou requeiram diligências.Com as manifestações das partes, voltem os autos à conclusão.Cumpra-se, com urgência.Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51888 Nr: 1175-65.2013.811.0107
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SORRISO - SICREDI CELEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEGISLAINE DIAS DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEAN CARLOS ROVARIS - OAB:12113/MT, ZILAUDIO LUIZ PEREIRA - OAB:4.427-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo o advogado da parte exequente, para dar prosseguimento ao feito,

no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 70023 Nr: 1700-71.2018.811.0107
AÇÃO: Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo->Procedimentos Trabalhistas->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DANIELA DA SILVA E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CERÂMICA TALHARIZZO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATO NEGRÃO BARBOSA JUNIOR - OAB:22228/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, intimo a parte autora para manifestar acerca da correspondencia devolvida de ref:20

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 31188 Nr: 595-45.2007.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DOUGLAS PARTICIPAÇÕES LTDA, DOUGLAS INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA, ROBERTO KAMINITZ, PABLO ENRIQUE KAMITZ, DIAS MARTINS S/A MERCANTIL E INDUSTRIAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGRO PECUÁRIA IBERÊ S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ÍTALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE - OAB:7.413, JOÃO ALFREDO STIEVANO CARLOS - OAB:257907, LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS - OAB:128998
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL WURZIUS - OAB:14006, JOSÉ CARACIOLO MELLO DE AZEVEDO KUHLMANN - OAB:76.706/SP
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, apreciando o feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento de custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §, 2º do CPC.Após o trânsito em julgado, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 50374 Nr: 631-14.2012.811.0107
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE MARQUES CALDEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniel Marinho Mendes - OAB:286959 OAB/SP, Sérgio Rodrigo Costa - OAB:287252 OAB/SP
Ante o exposto, constatada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, decreto a extinção da punibilidade do réu ALEXANDRE MARQUES CALDEIRA, qualificado nos autos, quanto ao crime do artigo 155, §1° do Código Penal, com fulcro no artigo 107, inciso IV, c.c. artigo 109, incisos IV, ambos do Código Penal vigente, na forma do artigo 61 do Código de Processo Penal. Como consequência, julgo extinto o feito, com resolução de mérito. Sem custas.Após o trânsito em julgado, COMUNIQUE-SE a presente decisão aos órgãos e instituições de praxe (Cartório Distribuidor e aos Institutos de Identificação Criminal), nos termos da CNGC, CERTIFICANDO-SE as comunicações nos autos.Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Transitada em julgado esta sentença, ao arquivo.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 33510 Nr: 90-15.2011.811.0107
AÇÃO: Registro Torrens->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, MASSA FALIDA DA COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Henrique da Costa Neto, VALDERCI LUIZ SCHITNIESKI, AMARILDO BIANCHIN, Clorindo Baldo, Deonira Bortet Baldo, Lia Maria baldo, JORGE ANTONIO BALDO, Liane Lourdes Baldo, Dirce Maria Casagrande Baldo, Neocladi Baldo Bresolin, Nereu José baldo, Leandro José baldo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AVELINO TAVARES JUNIOR - OAB:3633/MT, IRAJÁ REZENDE DE LACERDA - OAB:11.987, JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB:2.492/MT, NELSON SARAIVA DOS SANTOS - OAB:7720-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREIA CRISTIANE HECK LAZARINI FAXO - OAB:16253/B, FABRÍCIO ALVES MATTOS - OAB:12097-B/MT, MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8.166-B, MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8166, NÉVIO MANFIO - OAB:4390-A/MT, ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - OAB:7868-A/MT, TIANE VIZZOTTO - OAB:12679-B
Ante ao exposto, julgo improcedente a pretensão inicial, apreciando o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 488 e 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento de custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 12.000,00 nos termos do artigo 85 do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 33511 Nr: 87-60.2011.811.0107
AÇÃO: Registro Torrens->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MICHEL ALEX CRESTANI
PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA DA COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA, Henrique da Costa Neto, AMARILDO BIANCHIN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AVELINO TAVARES JUNIOR - OAB:3633/MT, IRAJÁ REZENDE DE LACERDA - OAB:11.987, JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB:2.492/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABRÍCIO ALVES MATTOS - OAB:12097-B/MT, MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8.166-B, NELSON SARAIVA DOS SANTOS - OAB:7720-B/MT, ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - OAB:7868-A/MT
Vistos.
= SENTENÇA =
Trata-se de Procedimento de Registro Torrens ajuizado por MICHEL ALEX CRESTANI em face de AMARILDO BIANCHIN, ambos qualificados nos autos em epígrafe.
Entre um ato e outro, o requerente, nas fls. 307, postulou pela desistência da presente demanda, não havendo oposição pelo requerido (fls. 311).
Instado a manifestar, o MPE pugnou pela não intervenção no feito, por ausência de interesse social e coletivo relevante.
É o breve relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Compulsando os autos, verifico que, entre um ato e outro, o requerente apresentou pedido expresso de desistência da ação, sendo certo que, com a anuência da parte requerida, a homologação do pedido, com a consequente extinção do feito, é medida que se impõe.
Desta maneira, acolho o pedido de desistência da ação, homologando-o na forma do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte requerente ao pagamento das custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os últimos arbitrados em R$ 8.000,00, na forma do art. 85, § 2º e § 8º, c/c art. 90, ambos do Código de Processo Civil.
Transitada em julgado esta decisão, e nada sendo requerido no prazo de 15 dias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 33508 Nr: 88-45.2011.811.0107
AÇÃO: Registro Torrens->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA DA COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA, Henrique da Costa Neto, DARI DAMIAN, AMARILDO BIANCHIN

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AVELINO TAVARES JUNIOR - OAB:3633/MT, IRAJÁ REZENDE DE LACERDA - OAB:11.987, JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB:2.492/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABRÍCIO ALVES MATTOS - OAB:12097-B/MT, MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8.166-B, NELSON SARAIVA DOS SANTOS - OAB:7720-B/MT, ROGÉRIO FERREIRA DA SILVA - OAB:7868-A/MT

Vistos.

= SENTENÇA =

Trata-se de Procedimento de Registro Torrens ajuizado por EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA em face de AMARILDO BIANCHIN e DARY DAMIAN, todos qualificados nos autos em epígrafe.

Entre um ato e outro, a requerente, nas fls. 330, postulou pela desistência da presente demanda, não havendo oposição pelos requeridos (fls. 335).

É o breve relatório.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Compulsando os autos, verifico que, entre um ato e outro, a requerente apresentou pedido expresso de desistência da ação, sendo certo que, com a anuência dos requeridos, a homologação do pedido, com a consequente extinção do feito, é medida que se impõe.

Desta maneira, acolho o pedido de desistência da ação, homologando-o na forma do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte requerente ao pagamento das custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os últimos arbitrados em R$ 8.000,00, na forma do art. 85, § 2º e § 8º, c/c art. 90, ambos do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado esta decisão, e nada sendo requerido no prazo de 15 dias, arquivem-se os autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 33509 Nr: 89-30.2011.811.0107

AÇÃO: Registro Torrens->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MASSA FALIDA DA COLONIZADORA VALE DO RIO FERRO LTDA, Henrique da Costa Neto, Clorindo Baldo, Deonira Bortet Baldo, Lia Maria baldo, Neocladi Baldo Bresolin, JORGE ANTONIO BALDO, Liane Lourdes Baldo, Nereu José baldo, Leandro José baldo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AVELINO TAVARES JUNIOR - OAB:3633/MT, IRAJÁ REZENDE DE LACERDA - OAB:11.987, JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO - OAB:2.492/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREIA CRISTIANE HECK LAZARINI FAXO - OAB:16253/B, NELSON SARAIVA DOS SANTOS - OAB:7720-B/MT, NÉVIO MANFIO - OAB:4390-A/MT, TIANE VIZZOTTO - OAB:12679-B

Ante ao exposto, julgo improcedente a pretensão inicial, apreciando o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 488 e 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento de custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em R$ 12.000,00 nos termos do artigo 85 do CPC.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 29365 Nr: 132-11.2004.811.0107

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Wanderlei dos Santos Mattos

PARTE(S) REQUERIDA(S): Devanir Rodrigues Porto

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA PEREIRA BRAGA NEGRÃO - OAB:7330/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA - OAB:4050-B/MT

Vistos.

Trata-se de Ação DECLATÓRIA DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE ajuizada por WANDERLEI DOS SANTOS MATTOS em face de DEVANIR RODRIGUES PORTO, devidamente qualificados nos autos em epígrafe.

Entrementes ao regular prosseguimento do feito, as partes apresentaram termo de acordo para por fim aos processos de Código nº 30820, apenso ao feito de cód. nº 29365.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. Fundamento e decido.

Compulsando os autos, verifico que os litigantes efetuaram composição extrajudicial, visando colocar fim ao litígio de maneira consensual, para tanto houve autorização da casa legislativa, mediante aprovação da Lei Municipal Ordinária nº 823/2018, onde o poder executivo municipal ficou autorizado a realizar dação em pagamento através dos lotes desmembrados dos Equipamentos Comunitários-EC e Espaço Livre de Uso Público-Elup a título de pagamento de indenização nas ações judiciais mencionadas, pugnando pela extinção do feito.

Pois bem.

Constata-se que o acordo em tela foi livremente pactuado, contendo as assinaturas das partes demandantes e de seus respectivos patronos. Além disso, houve a autorização do poder executivo como dito alhures, portanto, a homologação da avença é medida que se impõe.

Ante ao exposto, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surtam os seus jurídicos e regulares efeitos, o ACORDO a que chegaram as partes às fls. fls. 227/229, nos exatos moldes das cláusulas estipuladas livremente entre as partes, JULGANDO EXTINTO o feito com resolução de mérito nos termos do artigo 487, III, do CPC.

Honorários nos termos do acordo.

Isento de custas remanescentes, por força do disposto no artigo 90, §3º, do CPC.

P. R. I. C.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini

Cod. Proc.: 30820 Nr: 239-50.2007.811.0107

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Devanir Rodrigues Porto

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT , Wanderlei dos Santos Mattos, Elizabete Somavilla Matos

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AIRTON CELLA - OAB:3938/MT, DELCIO ANTONIO DE OLIVEIRA - OAB:4050-B/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OSVALDO PEREIRA BRAGA - OAB:6013/MT

Vistos.

Trata-se de Ação DECLATÓRIA DE NULIDADE ajuizada por DEVANIR RODRIGUES PORTO em face de MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ/MT, todos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.

Entrementes ao regular prosseguimento do feito, as partes apresentaram termo de acordo para por fim aos processos de Código nº 30820, apenso ao feito de cód. nº 29365.

Vieram os autos conclusos.

É o breve relatório. Fundamento e decido.

Compulsando os autos, verifico que os litigantes efetuaram composição extrajudicial, visando colocar fim ao litígio de maneira consensual, para tanto houve autorização da casa legislativa, mediante aprovação da Lei Municipal Ordinária nº 823/2018, onde o poder executivo municipal ficou autorizado a realizar dação em pagamento através dos lotes desmembrados dos Equipamentos Comunitários-EC e Espaço Livre de Uso Público-Elup a título de pagamento de indenização nas ações judiciais mencionadas, pugnando pela extinção do feito.

Pois bem.

Constata-se que o acordo em tela foi livremente pactuado, contendo as assinaturas das partes demandantes e de seus respectivos patronos. Além disso, houve a autorização do poder executivo como dito alhures, portanto, a homologação da avença é medida que se impõe.

Ante ao exposto, HOMOLOGO, POR SENTENÇA, para que surtam os seus jurídicos e regulares efeitos, o ACORDO a que chegaram as partes às fls. fls. 330/332, nos exatos moldes das cláusulas estipuladas livremente entre as partes, JULGANDO EXTINTO o feito com resolução de mérito nos termos do artigo 487, III, do CPC.

Honorários nos termos do acordo.

Isento de custas remanescentes, por força do disposto no artigo 90, §3º,

do CPC.
Prejudicado o recurso de fls. 324/327.
P. R. I. C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 50958 Nr: 322-56.2013.811.0107
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMOVERE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, LEONARDO CRESTANI JÚNIOR, MICHEL ALEX CRESTANI, FERNANDO BRUNO CRESTANI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ayslan Clayton Moraes - OAB:8.377 MT, Fernando Henrique Cesar Leitão - OAB:13.592 MT
Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para condenar a parte requerida à recomposição do meio degradado, apresentando PRAD junto ao órgão competente, no prazo de 90 dias, sob pena de conversão em multa pecuniária, convolando a liminar em sentença, para o fim de determinar que o requerido se abstenha de cometer crimes ambientais.O Ministério Público está isento do pagamento das verbas sucumbenciais (Lei n. 7.347/85, art. 18).Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, isentando-o do pagamento de verba honorária (Recurso Especial nº 1346571/PR (2011/0114205-5), 2ª Turma do STJ, Rel. Eliana Calmon. j. 05.09.2013, unânime, DJe 17.09.2013).Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 50195 Nr: 431-07.2012.811.0107
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEFERSON WUTZKE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA - OAB:11543/B, RAFAEL BARION DE PAULA - OAB:11063-B
Ante o exposto, e tudo mais que dos autos consta JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil por ausência de interesse de agir. O Ministério Público está isento do pagamento das verbas sucumbenciais (Lei n. 7.347/85, art. 18).Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Com o trânsito em julgado, arquive-se.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 75972 Nr: 1500-30.2019.811.0107
AÇÃO: Pedido de Providências->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: COMARCA DE NOVA UBIRATÃ
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital de Convocação de Jurados e Suplentes ME084
Sessão:
Dia:
Horas:
Jurados:

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 32848 Nr: 196-11.2010.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ORLANDA DE MORAES STANZANI, DIVANDA STANZANI, ESPÓLIO DE DIRCE STANZANI FERRARI, ESPÓLIO DE HERMÍNIO FERRARI, ESPÓLIO DE DIRCEU STANZANI, NEUZA MARIA DE SOUZA STANZANI, ESPÓLIO DE DIOMAR PRIMO STANZANI, MARIA APARECIDA PINHEIRO STANZANI, SUELI APARECIDA STANZANI, JOVANEI PRIMO STANZANI, ADRIANO PRIMO STANZANI, DIELY SANDRA STANZANI, HERMINIO FERRARI FILHO, ROSEMARI PLACIDA FERRARI
PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL PINHEIRO DE OLIVEIRA - ESPÓLIO, MARIA BERNER ZULIM, CARTÓRIO DE REGISTROS CÍVEIS DE ITAÚBA/MT, DANIEL CARDOSO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA SANTOS YEGROS - OAB:6406/MT, JULIERME ROMERO - OAB:6240/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO SANTOS DA SILVA - OAB:5726-B, Flávio Henrique de Freitas - OAB:15741 MT
Ante o exposto, e pelo que mais consta dos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, tão somente para DECLARAR a nulidade do instrumento de procuração lavrado perante o Tabelionato de Itaúba/MT em 27/01/1997.Ante a sucumbência reciproca, condeno as partes ao pagamento de custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 86, §1º, 82 e 85, § 2º, e incisos, todos do CPC, na proporção de 50% para a parte autora e 50% para a parte requerida.Havendo recurso de apelação, certifique, intime a parte adversa para contrarrazões e, após, remeta os autos ao E. Tribunal para recebimento e processamento.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 33497 Nr: 93-67.2011.811.0107
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: ALFREDO KRUGER
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CESAR AUGUSTO MESQUITA DE LIMA - OAB:157219/SP, EDUARDO ASSUNÇÃO DE LIMA - OAB:14.601-MT, FABIANA DE LIMA - OAB:OAB/MT 14.068 B, HERALDO PEREIRA DE LIMA - OAB:112449/SP, LUCIANA DE LIMA - OAB:149020/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTOS.
Satisfeita, pois, a obrigação, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no artigo 924, inciso II, do CPC.
EXPEÇA-SE o competente alvará de levantamento em favor da parte autora.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE.
Arquive-se com as anotações de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 34357 Nr: 127-08.2012.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZIGRIT HIRCH
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ORLANDO MARTENS - OAB:5782-B/MT, Patrícia Martens - OAB:18.404/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTOS.
Satisfeita, pois, a obrigação, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no artigo 924, inciso II, do CPC.
EXPEÇA-SE o competente alvará de levantamento em favor da parte autora.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE.
Arquive-se com as anotações de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 50892 Nr: 260-16.2013.811.0107
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE ROSA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO ASSUNÇÃO DE LIMA - OAB:14.601-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTOS.
Satisfeita, pois, a obrigação, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, com fulcro no artigo 924, inciso II, do CPC.
EXPEÇA-SE o competente alvará de levantamento em favor da parte autora.
Sem custas e honorários.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE.
Arquive-se com as anotações de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 75605 Nr: 1360-93.2019.811.0107
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ETHOS ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS BRASIL S.A.,
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adrianna Belli Pereira de Souza - OAB:54000 MG, IZABELA TAMAR FROIS LAGUARDIA - OAB:195013 , Juliana Costa Carvalhaes Ribeiro - OAB:94053 MG
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, tendo em vista a ausência dos requisitos necessários ao deferimento da medida, INDEFIRO o requerimento de efeito suspensivo formulado pela parte embargante.Intime-se a embargada para impugnar no prazo de 15 (quinze) dias, indicando as provas que porventura desejar produzir.Após, devolvam os autos conclusos para análise da possibilidade de julgamento antecipado do pedido ou designação de audiência, consoante disposição do art. 920 do Código Processual Civil.Intime-se. CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 75670 Nr: 1385-09.2019.811.0107
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AFONSO DE LIGORIO DOS ANJOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIANA DA CUNHA PEREIRA - OAB:16214
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:16691-A/OABMT
Vistos.
De início, considerando a assistência por curador especial, defiro os benefícios da gratuidade judiciária ao embargante.
Apense-se ao feito indicado na exordial (ação principal) e certifique-se quanto à tempestividade.
Se no prazo, recebo os embargos para discussão.
Intime-se a parte embargada, para, querendo, impugná-lo no prazo legal.
Com a manifestação, conclusos.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 71654 Nr: 2397-92.2018.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marlene Tiburcio Fidelis
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, AGÊNCIA CUIABA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elna Cristina Viegas das Neves - OAB:24602-B, SERGIO HEMING - OAB:2869, SERGIO HEMING JUNIOR - OAB:20865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
= SENTENÇA =
Trata-se de Ação Previdenciária proposta por MARLENE TIBURCIO FIDELIS em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, devidamente qualificados. Com a inicial vieram os documentos.
A inicial foi recebida à ref. 4.
Citada a autarquia ré, intempestivamente (ref. 13), contestou a inicial alegando carência de interesse processual, pela autora, vez que o benefício, aqui pleiteado, foi deferido administrativamente em 07/11/2017, ou seja, antes da distribuição do feito (10/12/2018).
Instada, a autora postulou pela homologação da desistência da ação (ref. 20).
É o breve relatório. FUNDAMENTO E DECIDO.
Em que pese a intempestividade da contestação de ref. 13, entendo, em análise à documentação trazida pela autarquia ré, que é o caso de extinção da causa face a carência de interesse processual, pois, diante da concessão, administrativa, do benefício aqui vindicado, resta juridicamente impossível a análise da pretensão inicial.
Assim, sem maiores delongas, a extinção do feito é medida que se impõe.
De todo o exposto, verificada a ausência de interesse processual, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte autora ao pagamento das custas judiciais, despesas processuais e honorários advocatícios, os últimos arbitrados em R$ 1.000,00 (mil reais), na forma do artigo 85, § 8º, do NCPC, suspendendo a exigibilidade da cobrança, entretanto, uma vez que a parte requerente é beneficiária da gratuidade judiciária, consoante dita o artigo 98, § 3º, do NCPC.
Transitada em julgado a presente sentença, ao arquivo, com as baixas e anotações de estilo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 64034 Nr: 1296-54.2017.811.0107
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAGNO SILVEIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: antonio samuel da silveira - OAB:9948-A, Jamil Alves de Souza - OAB:12880/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Em atenção ao postulado às fls. 85/86, determino a inserção de constrição judicial do veículo Marca: VOLKSWAGEN, Modelo: GOL G5/NF TOTAL FLEX, 1.0 8V, 2009/2009, Cor: PRETA, RENAVAM: 00134141237, Placa NJG-2594, cadastrado em nome do requerido, a ser realizada na base de dados do RENAVAM, por meio do Sistema RENAJUD.
Após, intime-se a parte requerente para informar o endereço atualizado do requerido, a fim de possibilitar a conclusão da penhora.
P.R.I.C.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 64771 Nr: 1622-14.2017.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MRF
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PATRÍCIA QUESSADA MILAN - OAB:7131
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO FRAGA DE MELLO - OAB:8166, MÁRCIA RODRIGUES MELO FERREIRA - OAB:21.809-O
Vistos.
= SENTENÇA =
Cuida-se de Ação de Modificação de Guarda c/c Fixação de Domicílio, Regulamentação do Direito de Visitas e Fixação de Alimentos, com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por MOACIR ROMERO FERNANDES em face de ALINE MESSIAS CARVALHO e BRENDA RAICHEL CARVALHO FERNANDES, representada pela genitora ALINE, todos qualificados nos autos. A inicial veio acompanhada dos documentos.
Devidamente citada, a requerida ofertou contestação, bem como propôs reconvenção, sendo que, o requerente, intimado pelos advogados, manifestou-se sobre os termos da reconvenção.

Ocorre que, entre um ato e outro, a menor BRENDA retornou ao convívio do genitor e, por este, postulada a extinção do feito ante a perda do objeto.
Instada a requerida/reconvinte não se posicionou, permanecendo inerte (ref. 78).
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Compulsando os autos, verifico a ocorrência da perda do superveniente do objeto, uma vez que a menor, conforme noticiado pelo genitor/requerente, retornou ao lar paterno.
Assim, considerando que os fatos ensejadores da presente ação não mais subsistem, tem-se por configurada a desnecessidade do provimento jurisdicional ante a superveniente falta do interesse de agir, razão pela qual a extinção do feito é medida que se impõe. Pelos mesmos motivos, a pretensão formulada pela requerida não merece prosseguir, haja vista a manifesta conexão com os pedidos da ação principal.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, sem a resolução de seu mérito, à luz do artigo 485, VI, do Novo Código de Processo Civil.
Face ao princípio da causalidade, condeno o requerente ao pagamento das custas, despesas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil
Transitada em julgado, ao arquivo.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 69122 Nr: 1313-56.2018.811.0107
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA HELENA OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADEMIR PEREIRA SILVA, FABIANO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATO NEGRÃO BARBOSA JUNIOR - OAB:22228/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTOS.
Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Pedido de Antecipação de Tutela e Indenização por Danos Morais proposta por MARIA HELENA OLIVEIRA em face de ADEMIR PEREIRA SILVA e OUTROS, todos devidamente qualificados nos autos. O feito seguiu regularmente, sendo a parte requerente diversas vezes intimada para promover os atos e diligências necessárias à citação do litisconsorte restante, quedando-se, contudo, inerte consoante a certidão de ref. 37.
Vieram os autos conclusos.
É o necessário. FUNDAMENTO E DECIDO.
O processo teve seu andamento regular obstado em decorrência da inércia exclusiva da parte requerente, uma vez que esta deixou de realizar ou fornecer qualquer contribuição para possibilitar o seu progresso.
Ressalta-se que conforme decisão de ref. 32, foi-lhe concedido o prazo fatal de 05 (cinco) dias para indicar o atual endereço litisconsorte não citado, visando possibilitar a citação e a intimação, sob pena de extinção; porém, quedou-se inerte (ref. 37).
Vale lembrar que a citação da parte requerida configura pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, conforme a regra do artigo 239 do atual Código de Processo Civil.
Desta forma, ausente o pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, a extinção do feito é medida que se impõe, na forma do art. 76, § 1º, inciso I, do CPC.
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 485, inciso IV, do NCPC, julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, em face da ausência dos pressupostos processuais.
Sem custas, vez que a parte requerente é beneficiária da justiça gratuita.
Transitada em julgado esta sentença, remetam-se os autos ao arquivo.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Glauber Lingiardi Strachicini
Cod. Proc.: 71810 Nr: 2482-78.2018.811.0107
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JALLES SOUZA DUTRA, ROBERTO CARLOS CESARO, EDILSON DA SILVA, ADVIRSON ROBERTO DA CRUZ, Gilberto Ribeiro Arruda, Fábio Fonseca Françoso, Sidney Alves da Silva, PAULO SÉRGIO SCARTEZINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE NARDI - OAB:24.204, Ana Paula Moura - OAB:21118/O, ANDERSON DE MATTOS PEREIRA - OAB:8.718/MT, ANTONIO FERNANDO ALVES DOS SANTOS - OAB:11434, CARLOS ALBERTO KOCH - OAB:7299-B/MT, Douglas Silas de Padua Alves - OAB:19984/MT, JOSE CARLOS MOURA - OAB:16233, JOSÉ EVERALDO DE SOUZA MACEDO - OAB:MT 5347B, ROBERTO DE OLIVEIRA - OAB:19069/O
Ante o exposto, com fundamento no artigo 282, § 5º, e artigo 316, ambos do CPP, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de JALLES SOUZA DUTRA e ROBERTO CARLOS CESARO, substituindo a custódia cautelar pelas seguintes medidas: a) obrigação de manter o Juízo atualizado de seus endereços e locais de trabalho, com base no art. 319, inciso I, do CPP e; b) comparecimento obrigatório aos atos processuais.Ficam os réus expressamente advertidos de que, em caso de descumprimento das condições impostas, poderão ter a prisão preventiva novamente decretada, na forma da lei.Expeçam-se os respectivos Alvarás de Soltura para colocá-los em liberdade, salvo se por outro motivo devam permanecer presos. COMUNIQUE-SE o teor desta decisão à Terceira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para informação junto ao HC 1014135-56.2019.8.11.0000, bem ao Departamento da Secretaria Judiciária – STF (HC n. 174441 – RHC N. 112.067 do STJ) e a Coordenadoria de Processamento de Feitos de Direito Penal – STJ (HC nº. 120.800 – MT - 2019/0348552-7). No mais, com as informações da diligência requerida pela DEFESA, CERTIFIQUE-SE a serventia quanto a eventuais atos processuais pendentes de cumprimentos.Sem atos pendentes, DECLARO encerrada a instrução e concedo vista dos autos as partes para apresentação de memoriais escritos, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, iniciando com a acusação e após a Defesa, retornando os autos imediatamente conclusos para prolação de sentença.CUMPRA-SE.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000718-06.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
EDMILSON FERNANDES (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS CARLOS NESPOLI JUNIOR OAB - MT19139-O (ADVOGADO(A))
EMILLE SOARES BRITO OAB - MT27030/O (ADVOGADO(A))
RODRIGO FELIX CABRAL OAB - MT15576/O-O (ADVOGADO(A))
NILSON JACOB FERREIRA OAB - MT0009845A (ADVOGADO(A))
DOUGLAS LUIZ DA CRUZ LOUZICH OAB - MT10823/O (ADVOGADO(A))
HIGOR HENRIQUE DE ALBUQUERQUE SILVA OAB - MT23412/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA LOVERDE FABRICIO (DE CUJUS)
ALBERTO FABRICIO (DE CUJUS)
Magistrado(s):
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA UBIRATÃ DECISÃO Processo: 1000718-06.2019.8.11.0107. INVENTARIANTE: EDMILSON FERNANDES DE CUJUS: ANTONIA LOVERDE FABRICIO, ALBERTO FABRICIO VISTOS 1.) Defiro os benefícios da gratuidade judiciária ao requente (art. 99, § 3º, CPC), advertindo-o de que a benesse poderá ser revogada no curso do processo, caso reste evidenciado que reúna condições financeiras de arcar com as custas e despesas processuais. 2.) Recebo a inicial, eis que preenchidos os requisitos estabelecidos nos artigos 319 e 320, do CPC. 3.) Considerando a presença de herdeiros diferentes nas duas heranças, determino, antes de nomear o requerente como inventariante, a intimação dos demais herdeiros para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem quanto a aceitação ou não do pedido de nomeação. O autor terá o prazo de 10 (dez) dias para acostar aos autos seus respectivos endereços, para a perfectibilização do ato, sob pena de extinção. 3.1.) Com a juntada dos endereços, intimem-se; contrariamente, certifique-se e venham os autos conclusos. 4.) Int. Cumpra-se. GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI, JUIZ DE DIREITO.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000042-58.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO FRANCISCO FORMENTINI CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANA PERIN BURATO OAB - MT24663/O (ADVOGADO(A))
KARINA WU ZORUB OAB - MT11433/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA UBIRATÃ DECISÃO Processo: 1000042-58.2019.8.11.0107. AUTOR(A): ROGERIO FRANCISCO FORMENTINI CARVALHO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL VISTOS. Da fixação de prazo para a duração do benefício. A parte autora (id. 25936811) postula pela fixação de data de cessação de benefício, a qual restou indigitada na decisão de id. 17702119. Atento às provas acostadas aos autos (laudos médicos particulares, realizados contemporaneamente), resta cristalino, ao menos nesta quadra processual, que o segurado se encontra impossibilitado de exercer suas atividades habituais e, via de consequência, manter o seu sustento, sendo certo que a fixação de prazo para a cessação do benefício restabelecido é medida que se impõe. Assim, sem maiores delongas, e em observância ao art. 60, § 8º, da lei n.º 8.213/91, FIXO o prazo de 10 (dez) meses para a duração do benefício requerido, a partir do momento em que a autarquia tomar ciência desta decisão. Advirto a autarquia ré que acaso documentalmente comprovada situação que enseje o cancelamento do benefício arbitrado, deverá, anterior ao cancelamento administrativo, peticionar nos autos requerendo a revogação da liminar. Do decurso de prazo para o oferecimento da contestação. Considerando a ausência de contestação (aviso do dia 25/04/2019) DECLARO A REVELIA da autarquia ré, não aplicando seus efeitos, em observância ao disposto no art. 345, II, do NCPC. Das demais diligências. Atento ao conteúdo do art. 348 do NCPC, especifique a parte autora as provas que ainda pretende produzir, no prazo de 10 dias, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento e/ou preclusão. Com a manifestação, tornem conclusos para saneamento (art. 357, NCPC). Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI, JUIZ DE DIREITO.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000764-92.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
ELSA MARIA LIBERALESSO FERRARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS FRATARI DA SILVEIRA TAVARES OAB - MT11445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA UBIRATÃ DECISÃO Processo: 1000764-92.2019.8.11.0107. REQUERENTE: ELSA MARIA LIBERALESSO FERRARI REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL VISTOS. Cuida-se de Ação Previdenciária de Concessão de Aposentadoria por Idade Rural c/c Pedido de Antecipação de Tutela, movida por ELSA MARIA LIBERALESSO FERRARI contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, ambos qualificados nos autos em epígrafe. A inicial veio instruída com documentos. Foi juntado aos autos o comprovante de indeferimento do benefício na via administrativa. Breve relato. DECIDO. Defiro os benefícios da gratuidade judiciária à parte requerente, na forma da lei. DEFIRO a prioridade na tramitação do feito (art. 1.048 inciso I, do NCPC). Pois bem. Em se tratando de pedido de antecipação dos efeitos da tutela, reputo ausentes os pressupostos para a concessão da tutela de urgência, eis que não há prova inequívoca da probabilidade do direito narrado na inicial, sendo necessária dilação probatória em cognição exauriente, inclusive com a produção de prova oral, se o caso, após a formação do contraditório. A prova material juntada aos autos até o momento não se mostra suficiente a comprovar, em análise sumária, a verossimilhança do efetivo desempenho da atividade rural em regime de economia familiar, tampouco o prazo da atividade laborativa, o que constitui óbice à concessão da tutela de urgência. Por tais razões, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Deixo de designar audiência de conciliação, tendo em vista o disposto no Ofício-Circular AGU/PF-MT/DPREV 01/2016, o qual expressa o desinteresse da Fazenda Pública na participação em atos desta natureza, bem como a manifestação externada na petição inicial. CITE-SE a autarquia requerida para, querendo, apresentar resposta, dentro do prazo de 30 (trinta) dias (artigo 183, NCPC), fazendo-se constar, outrossim, as advertências do artigo 344 do NCPC. Apresentada contestação, intime-se a parte requerente para impugná-la, no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI, Juiz de Direito.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000635-87.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
NELI ROSA CORADI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO VIEIRA SERPA OAB - MT12758-O (ADVOGADO(A))
RAFAEL WASNIESKI OAB - MT0015469S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE NOVA UBIRATÃ DECISÃO Processo: 1000635-87.2019.8.11.0107. AUTOR(A): NELI ROSA CORADI RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL VISTOS. Trata-se de Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário de Auxílio Doença c/c Aposentadoria Por Invalidez com Pedido de Tutela de Urgência ajuizada por NELI ROSA CORADI em face do INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS, devidamente qualificados nos autos, em que pretende que a autarquia ré seja condenada a restabelecer o benefício de auxílio-doença que foi cessado indevidamente, requerendo tutela antecipada. Relata que “em função de problemas cardíacos e vasculares graves, faz uso de medicamentos e está em acompanhamento ambulatorial constante, sofrendo com dores torácicas e falta de ar ao desenvolvimento das tarefas mais simples”; impedindo-a, a grosso modo, de exercer atividades laborais. Afirma, ainda, que diante do seu atual estado clínico, tem direito a receber o benefício pleiteado. A inicial veio acompanhada dos documentos. É o registro do necessário. Decido. Defiro os benefícios da gratuidade judiciária à parte requerente, na forma da lei. Como visto, pretende a parte autora, via tutela de urgência, a concessão do benefício de auxílio-doença, suscitando, assim, que o benefício lhe seja concedido nesta fase de cognição sumária, e que ao final da presente ação o mesmo lhe seja concedido de forma definitiva. Com efeito, dispõe o artigo 300, “caput”, do Código de Processo Civil, que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, sendo certo que tal medida só é possível quando não houver perigo de irreversibilidade da decisão (art. 300, § 3º). Em suma: em cognição sumária, é necessário demonstrar o “fumus boni juris” (probabilidade do direito alegado) e o “periculum in mora” (perigo de dano irreparável). Pois bem. O benefício pretendido pela parte autora exige à sua concessão, além da incapacidade para o laboro, a prova da qualidade de segurado e a carência em número de meses exigido pela legislação previdenciária. No particular, reputo robusta o suficiente a prova apresentada nos autos. Os laudos apontam a incapacidade da parte autora para o trabalho, ao passo que a qualidade de segurada é inequívoca. No que tange à qualidade de segurada e o cumprimento do período de carência, tenho que estes foram reconhecidos quando da concessão do benefício na seara administrativa. Assim, é possível divisar o preenchimento dos dois primeiros requisitos pelos documentos de Id. 25747723. Quanto ao cumprimento do terceiro requisito, a autora trouxe aos autos relatórios e atestados médicos dando conta de sua necessidade de repouso por tempo indeterminado, demonstrando sua incapacidade para o trabalho, ao menos por hora. Nessa linha de pensamento, restando preenchidos os requisitos legais, em cognição sumária, impera-se o deferimento da medida formulada pela parte requerente. Do exposto, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA pretendida, determinando que o INSS restabeleça o pagamento à parte requerente do benefício previdenciário de auxílio-doença, fixando, como duração do benefício, o período de 12 (doze) meses. Advirto à autarquia

ré que tal medida deverá ser cumprida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais), limitada ao valor da causa. Cite-se e intime-se a Autarquia Previdenciária com o envio dos autos à sua procuradoria. Intime-se, ainda, sua gerência executiva para o cumprimento da medida liminar. Apresentada contestação, intime-se a parte requerente para impugná-la, no prazo legal. Intimem-se. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. GLAUBER LINGIARDI STRACHICINI, JUIZ DE DIREITO.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000919-95.2019.8.11.0107
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO JOSE EBERLE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESLEN PARRON MENDES OAB - MT0017909A (ADVOGADO(A))
EDUARDO CANDIDO DA SILVA OAB - MT25980/O (ADVOGADO(A))
VALDENIR BERTOLDO OAB - MT0017944A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000919-95.2019.8.11.0107 POLO ATIVO:MARCIO JOSE EBERLE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDUARDO CANDIDO DA SILVA, VALDENIR BERTOLDO, ESLEN PARRON MENDES POLO PASSIVO: BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO S A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação - Nova Ubiratã Data: 24/01/2020 Hora: 13:00 , no endereço: AVENIDA TANCREDO NEVES, 1131, CENTRO, NOVA UBIRATÃ - MT - CEP: 78888-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Novo São Joaquim

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000468-73.2019.8.11.0106
Parte(s) Polo Ativo:
GERUZA NEVES DE ABREU MENEGHETTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS RODRIGUES MARTINS OAB - MT0019909A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1000468-73.2019.8.11.0106 POLO ATIVO:GERUZA NEVES DE ABREU MENEGHETTI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DOUGLAS RODRIGUES MARTINS POLO PASSIVO: OI S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Data: 24/01/2020 Hora: 08:00 , no endereço: RUA 31 DE MARÇO, S/N, EDIFÍCIO DO FÓRUM, JARDIM DAS PALMEIRAS, NOVO SÃO JOAQUIM - MT - CEP: 78625-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de Paranaita

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-103 IMISSÃO NA POSSE
Processo Número: 1000554-77.2019.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
IZAURA NIZA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TACIANE FABIANI OAB - MT17355/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL CANDIDO DA SILVA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE PARANAÍTA DECISÃO Processo: 1000554-77.2019.8.11.0095. AUTOR(A): IZAURA NIZA DA SILVA RÉU: MANOEL CANDIDO DA SILVA Vistos. Trata-se de pedido de parcelamento das custas judiciais no valor de R$ 32.698,67 (trinta e dois mil seiscentos e noventa e oito reais e sessenta e sete centavos) em 02 (duas) vezes, tendo em vista que a autora alega não ter o valor total para pagamento integral de uma só vez. Pois bem. Sem delongas, DEFIRO o pedido de parcelamento das custas judiciais, em apenas 02 (duas) parcelas, bem como DETERMINO que o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor total da guia seja realizado no prazo de 05 (CINCO) DIAS. DETERMINO ainda que o valor restante (50%) deverá ser pago no prazo de 30 (TRINTA) dias, a contar da data desta decisão. Após o recolhimento da primeira parcela, CERTIFIQUE-SE e façam os autos conclusos COM URGÊNCIA para análise do pedido liminar. Às providências. INTIME-SE. CUMPRA-SE, expedindo todo o necessário com a urgência que o caso requer. PARANAITÁ, 13 de dezembro de 2019. ANTÔNIO FÁBIO DA SILVA MARQUEZINI Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000234-61.2018.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
ANILVA MICHELETTI MARQUIORI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELORI ESTELA FAVETTI OAB - MT20251/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (REQUERIDO)

CERTIDÃO Certifico que, intimo o polo ativo e polo passivo através de seus advogados com procuração nos autos, da data da audiência de conciliação que se realizará no dia 17/02/2020, às 13h40. Certifico ainda que, se o(a) advogado(a) optar pela intimação pessoal da parte autora, deverá requerer até o prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Certifico também que o(a) advogado(a) deve se fazer comparecer a audiência juntamente com a parte do processo. Paranaíta/MT, 12 de dezembro de 2019. Erevelto Fernando Eberhardt Brachtvogel - Técnico Judiciário - Matrícula 11.370

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010036-95.2017.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDEMIR APARECIDO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

CERTIDÃO Certifico que, intimo a parte autora através de seu(sua) advogado(a) com procuração nos autos, da data da audiência de conciliação que se realizará no dia 17/02/2020, às 13h20. Certifico ainda que, se o(a) advogado(a) optar pela intimação pessoal da parte autora, deverá requerer até o prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Certifico também que o(a) advogado(a) deve se fazer comparecer a audiência juntamente com a parte do processo. Paranaíta/MT, 12 de dezembro de 2019. Erevelto Fernando Eberhardt Brachtvogel - Técnico Judiciário - Matrícula 11.370

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000217-25.2018.8.11.0095
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO EDSON BILISTKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELOIR DELA JUSTINA OAB - MT21973/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)

CERTIDÃO Certifico que, intimo a parte autora através de seu(sua) advogado(a) com procuração nos autos, da data da audiência de

conciliação que se realizará no dia 17/02/2020, às 14h. Certifico ainda que, se o(a) advogado(a) optar pela intimação pessoal da parte autora, deverá requerer até o prazo máximo de 05 (cinco) dias antes da audiência. Certifico também que o(a) advogado(a) deve se fazer comparecer a audiência juntamente com a parte do processo. Paranaíta/MT, 12 de dezembro de 2019. Erevelto Fernando Eberhardt Brachtvogel - Técnico Judiciário - Matrícula 11.370

Comarca de Pedra Preta

Diretoria do Fórum

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000127-76.2017.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL DA SILVA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte autora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 816,73 (oitocentos e dezesseis reais e setenta e três centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) para recolhimento da guia de custas e R$ 403,33 (quatrocentos e três reais e trinta e três centavos), para fins de guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link: Emissão de Guias On Line – Emitir guias, selecionar o serviço da lista – custas finais/remanescentes – preencher o número único do processo e buscar, após conferir os dados do processo – clicar em próximo – preencher os dados solicitados como pagantes o valor das custas e taxas – gerar guia. Informo, ainda, que após o pagamento da guia emitida deverá ser protocolada o comprovante de pagamento na Central de Arrecadação e Arquivamento, para as devidas baixas.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010063-45.2013.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN APARECIDA DOS SANTOS MONTEIRO ALT DE ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR MEIRA BORGES OAB - MT0012033A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$ 558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenada nos termos da r. sentença. Este valor deverá ser de forma separada, sendo R$ 413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) para recolhimento da guia de custas e R$ 145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos), para fins de guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link: Emissão de Guias On Line – Emitir guias, selecionar o serviço da lista – custas finais/remanescentes – preencher o número único do processo e buscar, após conferir os dados do processo – clicar em próximo – preencher os dados solicitados como pagantes o valor das custas e taxas – gerar guia. Informo, ainda, que após o pagamento da guia emitida deverá ser protocolada o comprovante de pagamento na Central de Arrecadação e Arquivamento, para as devidas baixas.

Vara Única

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 73139 Nr: 2749-14.2018.811.0022
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gilberto Guergolett
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto Machado Custódio - OAB:MT/6.435
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 10 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAÇÃO da parte interessada e eventual proprietário de boa fé para se manifestar, em 05 (cinco dias), sobre o laudo pericial e quanto ao interesse na restituição da arma de fogo, conforme determina o artigo 1.479 da CNGC.
Despacho/Decisão: Vistos, etcNos termos do artigo 25, da Lei 10.826/03, já que inexiste interesse da arma na persecução penal, visto que já foi realizado o laudo pericial, determino a intimação da parte interessada e eventual proprietário de boa-fé, por meio de edital com prazo de 10 (dez) dias, para se que se manifeste em 05 (cinco dias), sobre o laudo pericial e quanto ao interesse na restituição da arma de fogo, conforme determina o artigo 1.479 da CNGC.Decorrido o prazo sem qualquer manifestação, DECRETO desde já o perdimento da arma de fogo e eventuais munições e encaminhamento ao Comando do Exército para destruição.Ciência ao Ministério Público.Intime-se. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Maria José Dias Lários, digitei.
Pedra Preta, 05 de dezembro de 2019
Igor Vieira Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rafael Siman Carvalho
Cod. Proc.: 74916 Nr: 336-91.2019.811.0022
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMdC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Nathália Moreno Pereira - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Messias de Oliveira Júnior - OAB:26732/O
Ante o exposto, com fulcro no artigo 19, §3º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, REVOGO a acolhimento institucional dos infantes GABRIEL MAGALHÃES DA CONCEIÇÃO e MATHEUS MAGALHÃES DA CONCEIÇÃO, determinando a reintegração família à Sra. ADRIANA MAGALHÃES DA CONCEIÇÃO.Expeça-se a guia de desacolhimento institucional.Intimem-se o Assistente Social e o Psicólogo credenciados neste Juízo, para que proceda o acompanhamento psicossocial da requerida e seus filhos, colhendo, na oportunidade, informações sobre o modo de vida, condições da residência e do desenvolvimento do tratamento psicológico da requerida, trazendo o relatório aos autos mensalmente, pelo período de 03 (três) meses.Com a juntada dos relatórios, abre-se vista dos autos Ministério Público para manifestação.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 77060 Nr: 1252-28.2019.811.0022
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gustavo Roger do Amaral Silva, Joao Ricardo Paes, Danilo Silva dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto Machado Custódio - OAB:MT/6.435, Messias de Oliveira Júnior - OAB:26732/O, Welder Felizarti Lopes - OAB:MT/25.390
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO GILBERTO MACHADO CUSTÓDIO - OAB:MT/6.435, para que apresente as Razões ao Recurso de Apelação do denunciado DANILO SILVA DOS SANTOS, bem como, apresente as Contrarrazões ao Recurso de Apelação de Ref: 147 no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Márcio Rogério Martins

Cod. Proc.: 42745 Nr: 995-13.2013.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Bonegia Valentim Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alex Roece Onassis - OAB:MT/17.933, Olavo Claudio Luvian de Souza - OAB:16.715/A, Reynaldo Oliveira Ruy - OAB:MT/13.895
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Com relação ao cumprimento de sentença, no que concerne a pretensão da parte, a Resolução TJ-MT/TP nº 03/2018 regulamenta o Processo Judicial Eletrônico no âmbito da 1ª e 2ª Instâncias do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
Consoante artigo 13, II de referida Resolução, os cumprimentos de sentença de processos físicos tramitarão em meio virtual.
Diante de referida norma, indefiro o pedido de cumprimento de sentença em fls. 124/125, portanto, determino a intimação da parte exequente a proceder a distribuição do cumprimento de sentença do presente feito no sistema PJe, com a documentação necessária conforme dispõe o CPC.
Autorizo o desentranhamento das peças processuais, mediante cópia nos autos.
Após, arquive-se o presente feito com as devidas cautelas de estilo.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Siman Carvalho
Cod. Proc.: 60929 Nr: 821-62.2017.811.0022
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MMdM, JPMMdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ECdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Glicya de Oliveira Theodoro Lima - OAB:19.045
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marilia M. Miranda - OAB:23263/O
Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão civil formulado pelo executado.DETERMINO a realização de novo cálculo judicial, devendo computar os pagamentos demonstrado em ref. 84.Após, intime-se o executado o pagamento do débito remanescente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2053 Nr: 72-75.1999.811.0022
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paulo Cezar de Abreu, Arleta Catarina Monteiro (Espólio)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB:MT/16.691-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça para cumprimento do mandado a ser expedido, devendo emitir a guia pelo Sistema de Diligência no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, deverá ser realizado contato com a Central de Mandado desta Comarca para dirimir as dúvidas, encaminhando o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2997 Nr: 463-93.2000.811.0022
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Agro Amazônia Produtos Agropecuários LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Joel Reginaldo Antunes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Décio José Tessaro - OAB:3162-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gustavo Soubhie - OAB:5.224-MT, Leonardo Randazzo Neto - OAB:3504/MT
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da Parte Autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado a ser expedido, devendo emitir a guia pelo Sistema de Diligência no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, comunico que seja contactado a Central de Mandado desta Comarca para dirimir as dúvidas, encaminhando a guia e o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 18343 Nr: 1311-31.2010.811.0022
AÇÃO: Depósito->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BdBS
PARTE(S) REQUERIDA(S): AD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Muller Koenig - OAB:MT/22165, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:MT/17980-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da Parte Exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado de penhora a ser expedido conforme decisão de fls. 131evº, devendo emitir a guia pelo Sistema de Diligências no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, comunico que seja contactado a Central de Mandados desta Comarca, para dirimir as dúvidas, encaminhando o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 42599 Nr: 855-76.2013.811.0022
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Adama Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Clovis Augustin
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcus Vinícius Bossa Grassano - OAB:21.151, Patrícia Grassano Pedalino - OAB:16.932
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amauri de Souza Brito Filho - OAB:13.625/B, Ildo Roque Guareschi - OAB:MT/5417-B, Sérgio Henrique Guareschi - OAB:MT/9724-B
INTIMAÇÃO do(a) Advogado(a) da Parte Exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado de penhora a ser expedido conforme decisão de fls. 220evº, devendo emitir a guia pelo Sistema de Diligências no site www.tjmt.jus.br. Em caso de não constar o endereço na Planilha de Zoneamento, comunico que seja contactado a Central de Mandados desta Comarca, para dirimir as dúvidas, encaminhando o comprovante de pagamento aos autos para posterior juntada.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 77557 Nr: 1536-36.2019.811.0022
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rafael dos Santos Duarte
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gabriela Pereira Costa - OAB:MT/21425
INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A) DO DENUNCIADO, para que no prazo legal, apresente as Alegações Finais Escritas.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 78765 Nr: 2090-68.2019.811.0022
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Davi Vieira de Lima, Maycon Coelho Cardoso

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Gonçalves Raposo - OAB:MT/9892-B

INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A)DOS DENUNCIADOS, para que no prazo legal, apresente as Alegações Finais Escritas.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 77112 Nr: 1288-70.2019.811.0022

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Roniclei dos Santos

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Gonçalves Raposo - OAB:MT/9892-B

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DO DENUNCIADO, para que no prazo legal, apresente as Contrarrazões ao Recurso de Apelação de Ref: 123.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1001311-96.2019.8.11.0022

Parte(s) Polo Ativo:

WESLEY CARVALHO FEITOSA DE SOUSA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

JOAO FAUSTINO NETO OAB - MT0010364S (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA (RÉU)

Magistrado(s):

RAFAEL SIMAN CARVALHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE PEDRA PRETA DECISÃO Processo: 1001311-96.2019.8.11.0022. AUTOR(A): WESLEY CARVALHO FEITOSA DE SOUSA RÉU: SAO FRANCISCO SISTEMAS DE SAUDE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA Vistos etc. Trata-se de Ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada por Wesley Carvalho Feitosa de Sousa no interesse da menor Maria Vitória Quirino Sousa em face de São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária LTDA., devidamente qualificados nos autos. Relata o requerente que é pai da menor MARIA VITÓRIA QUIRINO SOUSA, à qual é portadora de Onfalocele congênita (CID Q79), que se trata de má formação resultante do não retorno do intestino para a cavidade abdominal. Segundo os laudos médicos em anexo, a menor encontra-se em pós-operatório tardio de Onfalocele, ainda com tela exposta no abdome, apresenta constipação intestinal crônica, desnutrição proteico-calórica, broncodisplasia e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Há alguns meses está fazendo retirada gradual de oxigênio, porém apresenta períodos de piora do desconforto respiratório. Ela necessita de tratamento por equipe multidisciplinar, por tempo indeterminado, sendo a mesma composta de consulta pediátrica mensal, consulta com gastropediatra, consulta com cirurgião pediátrico, sessões de fonoaudiologia (3 vezes por semana, domiciliar), sessões de fisioterapia (3 vezes por semana, domiciliar) e avaliação com nutricionista mensalmente. Também necessita de uma técnica de enfermagem 24 horas (período integral). Por sua vez, o autor trabalha na empresa Bom Jesus Agropecuária Ltda., o qual, paga plano de saúde, através de Contrato de Oferta de Plano Privado de Assistência à Saúde oferecido pela requerida (contratada), previsto no inciso I, do artigo 1º, da Lei 9.656/1998, cujo pagamento lhe é descontado diretamente em folha, conforme constam nos demonstrativos de pagamento de salário nos itens “SF – Plano de Saúde Dep.” e “Despesas Médicas – Dep.”. Conforme se depreende do contrato em anexo, a filha do autor é sua beneficiária dependente, nos termos da Cláusula 2.1.2, “c”. O tratamento pretendido pelo autor em prol de sua filha, que foi negado pela requerida, está coberto pelas disposições da Cláusula Terceira, subitens e alíneas (internação, tratamento ambulatorial, consultas, medicamentos, leite especial e insumos necessários, inclusive em casos de urgência ou emergência). Alega o autor que desde 01/12/2019, sem qualquer motivo plausível ou justificável, a requerida cortou INTEGRALMENTE todo o tratamento médico, medicamentoso e leite especial que estava disponibilizando para a criança, que permanece deste então sem qualquer cuidado médico. A inicial veio instruída com os documentos, e pugnou pela concessão da gratuidade judiciária, inversão do ônus da prova e pela concessão da tutela de urgência para compelir a São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária LTDA., a disponibilizar integralmente o tratamento médico e medicamentoso que a filha do autor necessita e venha a necessitar, por tempo indeterminado, pelo período em que perdurar a enfermidade, no prazo de 48 (QUARENTA E OITO HORAS), sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), consistente basicamente no seguinte: 1) tratamento por equipe multidisciplinar, composta de consulta pediátrica, gastropediatra e cirurgião pediátrico, sempre que for necessário, no mínimo, uma vez por mês, conforme recomendação médica; 2) sessões de fonoaudiologia (3 vezes por semana, domiciliar), sessões de fisioterapia (3 vezes por semana, domiciliar) e avaliação com nutricionista mensalmente, conforme recomendação médica; 3) uma técnica de enfermagem 24 horas (período integral), conforme recomendação médica; 4) Home Care, com berço especial e demais, equipamentos necessários para monitoração e cuidados com a paciente, inclusive fornecimento de oxigênio, conforme recomendação médica; 5) Ambulância com os equipamentos necessários para o transporte adequado da criança quando do comparecimento nas consultas médicas e nos atos que não poderão ser realizados em sua própria residência, conforme recomendação médica; 6) Todos os medicamentos, segundo a prescrição médica específica a ser prescrita por cada um dos profissionais acima descritos, mediante emissão de receita médica, os quais são constituídos basicamente pelos medicamentos e materiais relacionados no documento “prescrição médica”, itens 1 a 19, inclusive o Leite Nan 2 Supreme; 7) Eventual internação em Unidade Hospitalar e outra modalidade de especialidade médica que não as acima pleiteadas, por ocasião do eventual agravamento do quadro de saúde da criança. Vieram-me os autos conclusos. EIS O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Verifica-se que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo diploma legal. Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto nos artigos 330 e 332, ambos do Código de Processo Civil, com fulcro no disposto no artigo 334 do mesmo codex, recebo a petição inicial. DEFIRO a assistência judiciária gratuita, com fulcro no artigo 98, “caput”, do Código de Processo Civil. Inicialmente, deve-se anotar que a relação estabelecida pelas partes está inserida no âmbito do Código de Defesa do Consumidor, portanto, deve ser regida por suas normas. Assim, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do CDC, sendo o reclamante – consumidor - parte hipossuficiente, deverá ser aplicada em seu favor a inversão do ônus da prova, uma vez que está presente a verossimilhança de suas alegações, reforçada pelos documentos juntados. Diante do pedido da inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), inverto o ônus da prova, considerada a hipossuficiência da parte autora em colacionar provas. Após as considerações, passa-se à análise dos requisitos autorizadores da tutela de urgência. No tocante ao pedido da antecipação da tutela para o recebimento do benefício previdenciário, necessária a verificação dos requisitos constantes no artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor, e no artigo 300 do Código de Processo Civil, os quais passo a analisar. Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Como se vê, a tutela de urgência, em caso de fundado receio de dano, caso destes autos, requer a comprovação (cumulada) de dois requisitos, a saber: I) a probabilidade do direito; e II) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Da análise do pleito formulado, no que se refere à tutela pleiteada, entendo que deve ser deferida, pelos motivos em que passo a expor. Como se sabe, a antecipação de tutela é o adiantamento da decisão de mérito, sendo somente admissível quando estiver em risco a eficácia do provimento jurisdicional tardio, o que se permite, em caráter liminar, a execução de alguma prestação que haveria, normalmente, de ser realizada depois de proferida a sentença. No que dispõe o artigo 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, sendo indispensável se faça à parte autora trazer aos autos a prova inequívoca a fim de convencer o juízo da verossimilhança da alegação. Analisando os autos, logo se mostra possível o deferimento medida acautelatória pleiteada, pois restou

demonstrada de plano a verossimilhança das alegações da autora, que permitam a formação de um juízo de plausibilidade das alegações lançadas na peça vestibular, de modo a demonstrar que a parte requerida cessou integralmente o custeio e todo tratamento médico fornecido à autora, de forma indevida, embora seja a autora integrante do plano de saúde disponibilizado pela requerida conforme contrato anexo aos autos. Ademais, a interrupção do tratamento necessário a autora, evidencia o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação bem como risco à sua saúde e vida. Assim, há fundado receio de que o não reestabelecimento do custeio e benefícios do plano de saúde pela requerida, antes do julgamento da lide, causará lesão ao direito da autora de grave e difícil reparação, cuja potencialização impõe à requerida e a seus propostos a devida sensibilidade, no trato com o consumidor. Contudo, a Lei n.º 9656/98 que regulamenta os planos e seguros privados de assistência à saúde, prevê a obrigatoriedade na cobertura de tratamento de emergência, como é o caso da requerente a qual demonstra por relatórios médicos a extrema necessidade de tratamento, medicamentos e acompanhamento médico, vejamos: "Artigo 35-C É obrigatória a cobertura do atendimento nos casos: I de emergência, como tal definidos os que implicarem risco imediato de vida ou de lesões irreparáveis para o paciente, caracterizado em declaração do médico assistente". A jurisprudência é assente nesse sentido, senão vejamos: "AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA – PLANO DE SAÚDE – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES – ASSISTENCIA DE TECNICO DE ENFERMAGEM 24 HORAS – NEGATIVA PELO PLANO -ABUSIVIDADE CONFIGURADA - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 469 DO STJ – NECESSIDADE DE PRIORIZAÇÃO À VIDA E À SAÚDE – BENS TUTELADOS CONSTITUCIONALMENTE – INDICAÇÃO MÉDICA DEVE PREVALECER - DECISÃO MANTIDA - RECURSOS DESPROVIDO. Não cabe a Operadora do Plano de Saúde decidir como o tratamento será realizado, tendo em vista que referido tema cabe ao médico assistente, e neste caso deve prevalecer a indicação médica. Com tal leitura, verifica-se que a limitação de utilização do plano de saúde pela Agravante mostra-se abusiva, mormente quando há indicação médica especifica. Preenchidos os requisitos do art. 300 do CPC, correto se mostra o deferimento da tutela antecipada. (N.U 1002523-24.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 16/07/2019, Publicado no DJE 02/08/2019)". A concessão da tutela prestigia, ainda, o princípio da proporcionalidade, decorrente do princípio do devido processo legal substancial, uma vez que a medida traz um caráter de urgência que sucumbe o interesse da parte adversa, portanto, o seu deferimento vem ao encontro do próprio direito à vida, proporcionalmente superior ao interesse privado. Ante o exposto, com fulcro no artigo 84 do Código de Defesa do Consumidor e artigo 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, e determino a obrigação de fazer a requerida São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária LTDA., para disponibilizar integralmente o tratamento médico e medicamentoso que a Maria Vitória Quirino Sousa, filha do autor necessita e venha a necessitar, por tempo indeterminado, pelo período em que perdurar a enfermidade, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO HORAS), SOB PENA DE MULTA DIÁRIA NO VALOR DE R$ 1.000,00 (UM MIL REAIS) ATÉ O LIMITE DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS), consistente basicamente no seguinte: 1) tratamento por equipe multidisciplinar, composta de consulta pediátrica, gastropediatra e cirurgião pediátrico, sempre que for necessário, no mínimo, uma vez por mês, conforme recomendação médica; 2) sessões de fonoaudiologia (3 vezes por semana, domiciliar), sessões de fisioterapia (3 vezes por semana, domiciliar) e avaliação com nutricionista mensalmente, conforme recomendação médica; 3) uma técnica de enfermagem 24 horas (período integral), conforme recomendação médica; 4) Home Care, com berço especial e demais, equipamentos necessários para monitoração e cuidados com a paciente, inclusive fornecimento de oxigênio, conforme recomendação médica; 5) Ambulância com os equipamentos necessários para o transporte adequado da criança quando do comparecimento nas consultas médicas e nos atos que não poderão ser realizados em sua própria residência, conforme recomendação médica; 6) Todos os medicamentos, segundo a prescrição médica específica a ser prescrita por cada um dos profissionais acima descritos, mediante emissão de receita médica, os quais são constituídos basicamente pelos medicamentos e materiais relacionados no documento "prescrição médica", itens 1 a 19, inclusive o Leite Nan 2 Supreme; 7) Eventual internação em Unidade Hospitalar e outra modalidade de especialidade médica que não as acima pleiteadas, por ocasião do eventual agravamento do quadro de saúde da criança. Intime-se a requerida São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária LTDA., na pessoa de seu representante legal, acerca da tutela concedida, para implementação das providências pertinentes, conforme prazo e medidas supra estabelecidas. Versando a causa sobre direitos que admitem transação, em observância ao artigo 3º, §§ 2º e 3º c.c. 139, inciso V e 334, todos do Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 11h00min, a ser realizada no núcleo de conciliação desta comarca. Cite-se a parte requerida, com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, conforme disposto no artigo 334 do CPC, para comparecer à audiência de conciliação, devidamente acompanhado de advogado. Cientifique a parte requerida de que a contestação poderá ser apresentada, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da audiência de conciliação ou de mediação, quando qualquer das partes não comparecer ou, comparecendo, não haver composição, ou, ainda, contar do seu pedido expresso de desinteresse na composição consensual (art. 335, do CPC), observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, consignadas às advertências do artigo 344 do mesmo códex. Deverá constar no ato de intimação do autor e de citação do requerido que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 02% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, § 8º, CPC), bem como que as partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9º, CPC). Intime-se o requerente na pessoa de seu representante (art. 334, §3º, CPC) da audiência de conciliação designada. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. De Itiquira-MT para Pedra Preta-MT, 13 de dezembro de 2019. Rafael Siman Carvalho Juiz de Direito em Substituição Legal

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000749-87.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO MENDES CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALLERSON PEDRO DA SILVA FERREIRA OAB - MT25719/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000749-87.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 15.760,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: PAULO MENDES CARDOSO Endereço: Rua Judiciario, 169, São Marcos, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 31/07/2019 Hora: 15:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento

pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 13 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000749-87.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO MENDES CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALLERSON PEDRO DA SILVA FERREIRA OAB - MT25719/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000749-87.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 15.760,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: PAULO MENDES CARDOSO Endereço: Rua Judiciario, 169, São Marcos, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: Núcleo Cidade de Deus, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO ATIVO para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste nos autos requerendo o que de direito. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000261-69.2018.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA FRANCISCA MAGALHAES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE LUZINI DOS REIS OAB - MT21712/O (ADVOGADO(A))
AGNES LAIS DE OLIVEIRA DOS ANJOS OAB - MT19872/O (ADVOGADO(A))
WELSON GAIVA MARINO OAB - MT0014033A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI OAB - SP0290089A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000261-69.2018.8.11.0022 Valor da causa: 0,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: RAFAELA FRANCISCA MAGALHAES DOS SANTOS Endereço: Rua B, Quadra 10, casa 10, (66) 99693-1340, Monte Orebe, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I Endereço: RUA GOMES DE CARVALHO, 1195, 4 andar, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP - CEP: 04547-004 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DO POLO ATIVO para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste nos autos requerendo o que de direito. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”,

sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000072-91.2018.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRO GIROLI RODRIGUES VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO GONCALVES DE MIRANDA NETO OAB - MT0014576A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELA RODRIGUES LAGO COSTA OAB - DF21924 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000072-91.2018.8.11.0022 Valor da causa: R$ 19.080,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: SANDRO GIROLI RODRIGUES VIEIRA Endereço: ANDRÉ PASSOS AMORIM, 63, JOÃO PEDRO DE BARRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Endereço: SEPN 508 BLOCO C, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF - CEP: 70740-543 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO ATIVO para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste nos autos requerendo o que de direito, sob pena de arquivamento do feito. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000694-39.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO CARDOSO REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000694-39.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DIEGO CARDOSO REIS Endereço: JUDICIARIO, 14, SAO MARCOS, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 17/07/2019 Hora: 14:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 3 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000694-39.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO CARDOSO REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000694-39.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE:

[INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DIEGO CARDOSO REIS Endereço: JUDICIARIO, 14, SAO MARCOS, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO PASSIVO para apresentar as contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo legal. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000839-95.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000839-95.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.146,33 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MARIANA ALVES DA SILVA Endereço: tancredo neves, 10, quadra 02, sao marcos, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 07/08/2019 Hora: 14:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 11 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000839-95.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000839-95.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.146,33 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MARIANA ALVES DA SILVA Endereço: tancredo neves, 10, quadra 02, sao marcos, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO PASSIVO para apresentar as contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo legal. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter

acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001329-20.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
Allan Vitor Sousa da Mata (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILLA PEREZ GOES OAB - MT0014641A (ADVOGADO(A))
DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS OAB - MT23352/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001329-20.2019.8.11.0022 POLO ATIVO:Allan Vitor Sousa da Mata ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS, PRISCILLA PEREZ GOES POLO PASSIVO: ESTADO DO MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 29/01/2020 Hora: 14:00 , no endereço: RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001330-05.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
Allan Vitor Sousa da Mata (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS OAB - MT23352/O-O (ADVOGADO(A))
PRISCILLA PEREZ GOES OAB - MT0014641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DO MATO GROSSO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001330-05.2019.8.11.0022 POLO ATIVO:Allan Vitor Sousa da Mata ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS, PRISCILLA PEREZ GOES POLO PASSIVO: ESTADO DO MATO GROSSO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 29/01/2020 Hora: 14:20 , no endereço: RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000138-37.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELITA DE ALMEIDA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000138-37.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSELITA DE ALMEIDA ALVES Endereço: CASTELO BRANCO, 985, SAO SEBASTIAO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFONICA BRASIL S.A. Endereço: AC ÁGUA BRANCA, AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO 1028, ÁGUA BRANCA, SÃO PAULO - SP - CEP: 05001-970 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 19/06/2019 Hora: 13:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 8 de maio de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000138-37.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELITA DE ALMEIDA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000138-37.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSELITA DE ALMEIDA ALVES

Endereço: CASTELO BRANCO, 985, SAO SEBASTIAO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AC ÁGUA BRANCA, AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO 1028, ÁGUA BRANCA, SÃO PAULO - SP - CEP: 05001-970 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO PASSIVO para apresentar as contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo legal. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000708-23.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
GILVANE BATISTA CORREA MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000708-23.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 8.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: GILVANE BATISTA CORREA MACHADO Endereço: rua quatro , 45, lote 10, qd 05, jd mato grosso, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DAS PARTES do inteiro teor da sentença ID. 23489400, exarada nos autos. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000928-21.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA LOPES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000928-21.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 8.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: FABIANA LOPES DA SILVA Endereço: rua, sn, qd 07 lote 16, colina verde, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 25/09/2019 Hora: 14:00 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 9 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada

processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000928-21.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANA LOPES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000928-21.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 8.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: FABIANA LOPES DA SILVA Endereço: rua, sn, qd 07 lote 16, colina verde, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO PASSIVO para apresentar as contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo legal. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000710-90.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
MAUCENI ROSA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000710-90.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 7.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MAUCENI ROSA DE SOUZA Endereço: RUA HUMBERTO CASTELO BRANCO, 816, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO Endereço: RUA BARÃO DE MELGAÇO, 3735, - DE 3271/3272 AO FIM, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-300 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 24/07/2019 Hora: 14:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 4 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000710-90.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
MAUCENI ROSA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR PEREIRA DE SOUZA OAB - MT12743-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000710-90.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 7.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO

ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MAUCENI ROSA DE SOUZA Endereço: RUA HUMBERTO CASTELO BRANCO, 816, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BRADESCO SA CREDITO IMOBILIARIO Endereço: RUA BARÃO DE MELGAÇO, 3735, - DE 3271/3272 AO FIM, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-300 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO ATIVO para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste nos autos requerendo o que de direito. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000894-46.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LEONILDO GALVAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO AROLDO JOSÉ Z. BURGARELLI PROCESSO n. 1000894-46.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.653,78 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSE LEONILDO GALVAO Endereço: OSCAR SOARES, S/N, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO SA Endereço: BARAO DE MELGAÇO, 3475, BANCO BRADESCO, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-908 Senhor(a) Advogado(a): A presente referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Pedra Preta Data: 11/09/2019 Hora: 13:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEDRA PRETA, 30 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000894-46.2019.8.11.0022
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LEONILDO GALVAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEDRA PRETA JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEDRA PRETA RUA OSCAR SOARES, 443, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARCIO ROGERIO MARTINS PROCESSO n. 1000894-46.2019.8.11.0022 Valor da causa: R$ 10.653,78 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSE LEONILDO GALVAO Endereço: OSCAR SOARES, S/N, CENTRO, PEDRA PRETA - MT - CEP: 78795-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO SA Endereço: BARAO DE MELGAÇO, 3475, BANCO BRADESCO, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-908 FINALIDADE: INTIMAÇÃO DO PATRONO DO POLO PASSIVO para que no prazo de 05 (cinco) dias manifeste nos autos requerendo o que de direito. PEDRA PRETA, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter

acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Comarca de Poconé

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 151096 Nr: 680-88.2018.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Emilia Pereira Coletro, Maria de Fátima Coleto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social, Municipio de Poconé -MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ GUTEMBERG EUBANK DE ARRUDA - OAB:3009/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, impulsiono os autos para proceder a intimação da parte autora, via DJE, por meio de seu representante processual, para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 36286 Nr: 2413-41.2008.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RNdS, FMdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ARD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso -Pocone - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública da Comarca de Várzea Grande - OAB:
SENTENÇA
VISTOS,
Trata-se de Ação de Averiguação de Paternidade proposta por RANNER NELISE DA SILVA, menor impúbere, representada por sua genitora FLAVIA MARIA DA SILVA em face de LOURIVAL RODRIGUES DUARTE.
Compulsando os autos, verifica-se que o requerido veio a falecer no curso do processo, conforme juntada à ref. 140.
Diante dos fatos incontroversos, com o falecimento do requerido, verifica-se ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
Em consequência, com fundamento no art. 485 IX, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito. Sem custas, ante o benfício da AJ.
P.I.C.
Transitada em julgado a presente sentença, após procedidas as baixas e anotações de estilo, arquivem-se os autos.
Katia Rodrigues Oliveira
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 150461 Nr: 427-03.2018.811.0028
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LOdJD, JEdJ
PARTE(S) REQUERIDA(S): VCD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Publica da Comarca de Poconé-MT - OAB:, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso -Pocone - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luis Fernando Alves de Brito - OAB:25726/O
DECISÃO
VISTOS,
O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença.
Procedam as alterações necessárias.
Intime-se os executados na forma do art.523 e art.525 do CPC a fim de que promova o integral cumprimento da sentença prolatada nos autos sob pena de incidência de multa nos termos do art.523, §1º do CPC.
No que tange ao pedido de revisional de alimentos, PROCEDA-SE a distribuição em apenso, a fim que não haja confusão processual, uma vez que nestes autos tramita o cumprimento de sentença de alimentos.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 163390 Nr: 5369-78.2018.811.0028
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rosa da Pinha da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:14176-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimar a parte Requerente para manifestar do Mandado de Citação e Certidão do Ofícial de Justiça de Ref. 63.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 104158 Nr: 3153-86.2014.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdir de Jesus
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento-
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS - OAB:8920/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Esio Oliveira de Souza Filho - OAB:15687-A/MT, Luiz Rodrigues Wambier - OAB:14.469-A/MT
DESPACHO
VISTOS,
Considerando o retorno dos autos, bem como o seu resultado. Conforme certificado nos autos as partes devidamente intimadas sobre o retorno dos autos, nada manifestaram.
Pois bem, Certifique quanto ao transito em julgado, após, ARQUIVI-SE os autos, com as baixas e anotações de estilo.
Kátia Rodrigues Oliveira
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 176089 Nr: 3194-77.2019.811.0028
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Marileide Sebastiana da Silva Lourenço
PARTE(S) REQUERIDA(S): BENEDITO ZACARIAS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Publica - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jander Tadashi Babata - OAB:12.003-MT
DECISAO
VISTOS,
Trata-se de Queixa-Crime proposta por MARILEIDE SEBASTIANA DA SILVA LORENÇO em face de BENEDITO ZACARIAS DA SILVA como incurso nas sanções dos artigos 138 e 139 ambos do Código Penal, em concurso formal de crimes (artigo 70, CP), com pedido de reparação por danos morais.
Analisando os autos, em juízo introdutório, verifico que estão preenchidos

os requisitos indispensáveis para a formalização da queixa crime do artigo 41 do Código de Processo Penal.
Com efeito, há nos autos prova da materialidade do crime imputado ao acusado, assim como indícios de que fora ele o autor do delito, inexistindo qualquer razão de rejeição da denúncia.
Como nesta fase é defeso a autoridade judiciária enraizar na análise da matéria, sob pena de correr o risco de a decisão se direcionar ao mérito da causa e incorrer em tumulto do devido processo legal, resolvo receber a queixa crime ofertada contra o acusado, dando-o como incurso nos dispositivos legais mencionados na peça acusatória.
Isto posto, RECEBO a queixa crime ofertada contra o acusado, como incurso nas sanções nela descrita.
Considerando que o acusado devidamente citado apresentou defesa previa à ref. 18, não sendo arguida nenhuma preliminar, não havendo qualquer hipótese de absolvição sumaria.
DESIGNO Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 05 de Maio de 2020, às 16h00min, ocasião em que será procedido o interrogatório do réu e oitiva da vitima e das testemunhas.
CIÊNCIA ao Ministério Público e a Defesa.
INTIMEM-SE pessoalmente o acusado, a vitima, e as testemunhas.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 155467 Nr: 2424-21.2018.811.0028
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Beto Douglas Rosa da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): BETO DOUGLAS ROSA DA SILVA, Cpf: 04699607101, Rg: 24200794, Filiação: Enil Dias de Arruda e Raimundo Rosa da Silva Filho, data de nascimento: 23/04/1992, brasileiro(a), natural de Pocone-MT, solteiro(a), serviços gerais, Telefone 9212-6602. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, forte nos arts. 129, I, da CF e 41 do CPP, lastreando-se em elementos informativos do incluso IPL, oferece - D E N Ú N C I A contra BETO DOUGLAS ROSA DA SILVA, vulgo "Dodo", brasileiro, amasiado, RG 2420079-4 SSP/MT e CPF 046.996.071-01, nascido em 23/4/1992 (22 anos na data dos fatos), natural de Cuiabá/MT, filho de Enil Dias de Arruda e Raimundo Rosa da Silva Filho, domiciliado na Rua 13 de maio, esquina com a Rua Ouro Verde, s/n, Bairro Distrito de Cangas, em Poconé/MT, pela prática do(s) seguinte(s) fato(s) delituoso(s): Consta do incluso inquérito policial que em 09/02/2018, por volta das 22h, na Fazenda Santo Antônio, próximo a Ponte da Cutia, nas margens do Rio Bento Gomes, zona rural desta cidade e comarca de Poconé, BETO DOUGLAS ROSA DA SILVA, vulgo "Dodo", agindo em coautoria e unidade de desígnios com Marcio Quintino de Campos (processado nos autos Cód. 151609/Poconé) e outros dois indivíduos ainda não identificados, mediante violência e grave ameaça exercida com o emprego de armas de fogo, bem como restrição da liberdade das vítimas, subtraiu para si ou para outrem, coisas alheias móveis BETO DOUGLAS, Marcio Quintino e outros dois estavam com revólveres apontando para a cabeça das vítimas e em certo momento, Marcio Quintino deu uma coronhada em uma das vítimas e atirou para baixo tendo ainda ameaçado a vítima Tiago dizendo que iria "meter bala" em todos se não mostrassem as armas. Um dos executores ficou vigiando as vítimas enquanto os outros. vasculhavam a propriedade. A ação durou cerca de três horas. Após subtraírem os pertences, BETO DOUGLAS, Marcio Quintino e os outros dois comparsas trancaram as vítimas nos quartos e fugiram. Depois de horas, elas conseguiram sair e acionar a Polícia. Dias depois, a Polícia Civil recebeu informação anônima de que Marcio Quintino era um dos autores do roubo. Foram até o local indicado e encontraram o denunciado com parte dos bens subtraídos. E continuidade às investigações, logrou-se identificar o denunciado BETO DOUGLAS, como um dos integrantes do grupo criminoso." Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO denuncia a Vossa Excelência BETO DOUGLAS ROSA DA SILVA, vulgo "Dodo" como incurso no art. 157, § 2º, I, II e V, do CP (por dez vezes), nos termos do art. 70 do mesmo Codex, pelo que requer: a) seja a presente recebida com posterior citação do denunciado para responder à acusação sob o rito legal, notificando-se as testemunhas do rol a seguir, para virem depor em juízo sobre os fatos narrados, prosseguindo o feito nos seus ulteriores termos, com a total procedência da denúncia formulada, condenando o ora acusado; b) sejam requisitadas certidões de antecedentes criminais do(s) implicado(s) junto ao Instituto de Identificação de Mato Grosso e à Superintendência Regional da Polícia Federal/MT e; c) nos termos do Provimento 9/2012 da Corregedoria-Geral de Justiça, que, após o recebimento da denúncia, seja cumprido o disposto no art. 1°, IV, de tal normativa, por esse Juízo; Poconé/MT, 5 de dezembro de 2018. ALEXANDRE BALAS-Promotor de Justiça
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, José Luiz Gomes, digitei.
Poconé, 12 de dezembro de 2019
Antonio José Izidro da Silva Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 123579 Nr: 1977-04.2016.811.0028
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Vilmar Batista de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OLGA GENY DE ALMEIDA ALVES - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, não foi possível proceder à CITAÇÃO e INTIMAÇÃO do Executado, conforme a Certidão do Mandado de Citação do Ofícial de Justiça de Ref. 29.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Kátia Rodrigues Oliveira
Cod. Proc.: 156536 Nr: 2844-26.2018.811.0028
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdevino Evangelista da Silva Filho
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marina Rondon da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Leandro Pereira de Moura - OAB:10788/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
VISTOS,
Trata-se de Ação de Extinção de Condomínio c/c Fixação de Aluguel ou Desocupação Imediata do Bem c/c Tutela Antecipada proposta por VALDEVINO EVANGELISTA DA SILVA FILHO em face de MARINA RONDON DA SILVA.
A parte requerente pleiteou o pagamento das custas ao final do processo, pedido que foi indeferido pelo juízo.
Em sede de agravo de instrumento, foi mantido o indeferimento.
O autor foi devidamente intimado para pagamento das custas processuais, entretanto, mantiveram-se inertes.
Certidão à ref. 28.
É o relatório.
Decido.
Em análise aos autos, verifico que a parte autora foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente que lhe impede o prosseguimento, qual seja, a ausência de pagamento das custas processuais, mas deixou que se escoasse o prazo, sem qualquer providência, deixando de realizar os atos que lhe eram cabíveis.
Sendo o pagamento das custas processuais condição essencial ao desenvolvimento da ação, o indeferimento da petição inicial é medida que se impõe.
Verifica-se que já se passaram mais de 03 (três) meses desde a intimação para o pagamento das custas.

Certificada a ausência de quitação à ref. 28.
Ante a ausência de pagamento das custas processuais, por não ter o autor providenciado os atos que lhe incumbiam, com fundamento no artigo 485, inciso III do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.
P.I.C.
Transitada em julgado a presente sentença, após procedidas as baixas e anotações de estilo, arquivem-se os autos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 102077 Nr: 2486-03.2014.811.0028
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Prefeitura Muncipal de Poconé
PARTE(S) REQUERIDA(S): INDALECIO DA COSTA MARQUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lucas Guimarães Rodrigues Gouveia - OAB:16928/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para Intimar a parte Exequente para manifestar da Certidão do Ofícial de Justiça de Ref. 39.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 96509 Nr: 629-19.2014.811.0028
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Dimaq Campotrat Cuiabá Comercial Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ceramica Valadares Ltda - ME, Andre Luiz Nassimbeni de Jesus
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FREDERICO DORÉA SALDANHA BORGES - OAB:17.632
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMANDO a parte requerente, para manifestar no prazo legal, sobre a Carta Precatória, juntada nos autos - ref. 110

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 129190 Nr: 3915-34.2016.811.0028
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Administradora de Consórcio Nacional Gazin Ltda -
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOUGLAS MANOEL NASCIMENTO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Pedro Roberto Romão - OAB:209.551/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para INTIMAR parte Exequente da Certidão do Ofícial de Justiça de Ref. 23.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-27 OPOSIÇÃO
Processo Número: 1002204-69.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FRANCISCO DE ANDRADE BOSCARDIN (OPOENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO LUCAS LEITE OAB - MT17994-O (ADVOGADO(A))
MIRELA SOUZA DE BRITO OAB - MT17230/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS MARQUES DO AMARAL (OPOSTO)
ROBERTO ANTONIO VAZ GUIMARAES (OPOSTO)
Magistrado(s):
KATIA RODRIGUES OLIVEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE POCONÉ DECISÃO Processo: 1002204-69.2019.8.11.0028. OPOENTE: JOAO FRANCISCO DE ANDRADE BOSCARDIN OPOSTO: ROBERTO ANTONIO VAZ GUIMARAES, CARLOS MARQUES DO AMARAL VISTOS, Trata-se de uma Ação de Embargos de Terceiro. Considerando os autos, observa-se que houve um equivoco na distribuição da presente demanda, visto que distribuída no (PJE – vara). Posto que, o endereçamento da presente demanda remetesse os autos ao Juizado Especial, percebe-se ainda que a ação a principal processo n° 8010568-47.2015.8.11.0028 também tramita pelo Juizado. Com tais considerações, DETERMINO CANCELAMENTO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO, devendo o presente feito ser redistribuído pelo Processo Judiciário Eletrônico – JUIZADO ESPECIAL (PJE). PROCEDA-SE com a redistribuição dos presentes autos. Dê-se ciência ao autor para querendo manifestar, nada sendo requerido ARQUIVE-SE. Cumpra-se.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002215-98.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELI MARQUES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIULIANO ARAKEN SILVA OAB - MT0005216A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002215-98.2019.8.11.0028 POLO ATIVO:ROSELI MARQUES RIBEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GIULIANO ARAKEN SILVA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Juizado Poconé Data: 28/01/2020 Hora: 15:30 , no endereço: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010451-85.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANDER TADASHI BABATA OAB - MT0012003A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para que as partes tomem conhecimento do retorno dos autos da Turma Recursal adotando as providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000978-63.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOADIL DE ARRUDA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Processo nº 1000978-63.2018.8.11.0028 Reclamante: JOADIL DE ARRUDA GOMES Reclamada: VIVO S.A. SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme art. 38 da Lei 9.099/95. OPINO. Cabível o julgamento antecipado da ação com as provas entranhadas no processo, não se vislumbrando necessidade da produção de prova oral. A reclamada alega que o extrato de negativação apresentado pelo autor não evidencia a legitimidade das informações ali prestadas e requer a juntada de documento físico emitido pelo SPC/SERASA ou CDL local. Indefiro o pedido, visto que o documento apresentado não obsta a defesa da ré, que alegando inconformidade nos registros negativos constante do mesmo deve juntar aos autos a consulta realizada pela empresa a fim de comprovar suas alegações. Sem preliminares, passo ao exame do mérito. Pleiteia o reclamante indenização por danos morais em razão da inserção

do seu nome em órgãos de proteção ao crédito, promovido pela reclamada, ao argumento de que desconhece o referido débito. A presente relação é de consumo e, nessas circunstâncias, a responsabilidade do fornecedor em decorrência de vício na prestação do serviço é objetiva, nos exatos termos do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor. In casu, o autor alega que seu nome foi incluído indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito pela empresa reclamada por débito de R$ 210,29 (duzentos e dez reais e vinte e nove centavos) comprovado por meio de extrato SERASA juntado aos autos, o qual alega desconhecer. A reclamada, em contestação, sustenta que a inclusão do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito decorre do inadimplemento de débito decorrente dos serviços por ele contratado e utilizado, inexistindo motivo para se falar em ato ilícito capaz de ensejar reparação de qualquer ordem. Analisado o processo e documentos a ele acostados constata-se que a reclamada não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia, de comprovar a origem do débito que ensejou a inscrição do nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito. Por sua vez, impende salientar que as telas sistêmicas anexadas pela reclamada, por serem produzidas unilateralmente não servem para comprovar a efetiva contratação de serviços pelo reclamante. Logo, não tendo sido comprovada a relação contratual entre as partes, e, via de consequência, que a inserção do nome do autor decorreu do inadimplemento de alguma obrigação pecuniária assumida por aquele, deve o débito discutido nos autos ser declarado ilegal. Do mesmo modo, merece procedência o pedido de condenação da reclamada por danos morais, porquanto restou comprovada sua falha na prestação de serviço ao inserir o nome do autor nos órgãos de proteção ao crédito por débito não comprovado. A propósito: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONSUMIDOR. PRELIMINAR DE CONTRARRAZÕES, AFASTADA. AUSÊNCIA DE PROVA DA ORIGEM DO CONTRATO. INSCRIÇÃO NEGATIVA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. CONDUTA DA RÉ ILÍCITA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. RECURSO DO AUTOR OBJETIVANDO MAJORAÇÃO. QUANTUM FIXADO EM R$3.500,00, QUE COMPORTA MAJORAÇÃO PARA R$9.000,00, CONFORME PRECEDENTES DAS TURMAS RECURSAIS. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO (Recurso Cível Nº 71008056665, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Julgado em 19/10/2018) Quanto ao pleito contraposto apresentado pela reclamada, este não merece ser acolhido, em razão da ausência de comprovação da relação jurídica mantida com o demandante, e, destarte, a existência de débito em nome daquele. Por fim, em relação ao pedido de condenação às penas de litigância de má-fé, não merece acolhimento, uma vez que não restou caracterizada nenhuma das hipóteses do art. 80 do CPC. Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, OPINO pela PROCEDÊNCIA da presente ação e o faço para: 1 – DECLARAR a inexistência do débito discutido nos presentes autos. 2 – CONDENAR a reclamada a indenizar o autor por danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual deverá ser corrigido monetariamente pelo INPC/IBGE a partir da presente data e acrescido de juros legais a partir do evento danoso. 3 – OPINO pela IMPROCEDÊNCIA do pedido contraposto. Intime-se a reclamada para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder a exclusão do nome do reclamante do cadastro de restrição de crédito, apenas no que se refere ao débito discutido nestes autos, sob pena de aplicação de multa fixa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com incidência a partir do 6º dia contados do recebimento desta intimação. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 e inexistente qualquer hipótese de litigância de má-fé. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Submeto o presente projeto de sentença ao MM. Juiz de Direito, para os fins estabelecidos no art. 40 da Lei 9.099/1995. Josianne Amélia C. S. Fernandes Juíza Leiga SENTENÇA Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado pelo(a) Juiz(a) Leigo (a), na forma do art. 40 da Lei nº 9.099/95. Transitado em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Publique-se eletronicamente. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000978-63.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOADIL DE ARRUDA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000978-63.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.210,29; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico ainda, que impulsiono os autos para intimação da parte recorrida apresentar as contrarrazões. POCONÉ, 13 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010706-43.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
WOGITHON WILLIAN MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para que as partes tomem conhecimento do retorno dos autos da Turma Recursal adotando as providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010552-25.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGOS INOCENCIO DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOEDIL MARCIANO PIRES DA SILVA OAB - MT0010229A (ADVOGADO(A))
JANDER TADASHI BABATA OAB - MT0012003A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para que as partes tomem conhecimento do retorno dos autos da Turma Recursal adotando as providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010302-89.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOICELEIDE DA SILVA SECUNDINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANDER TADASHI BABATA OAB - MT0012003A-O (ADVOGADO(A))
JOEDIL MARCIANO PIRES DA SILVA OAB - MT0010229A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para que as partes tomem conhecimento do retorno dos autos da Turma Recursal adotando as providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002142-29.2019.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:

MANA AUTO PECAS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANDER TADASHI BABATA OAB - MT0012003A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: Conciliação Juizado Poconé Data: 29/01/2020 Hora: 13:00

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000040-05.2017.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
JOANETE ALVES PORTO DE LIMA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAIARA FERNANDA CARNEIRO OAB - MT20371-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé, nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para que as partes tomem conhecimento do retorno dos autos da Turma Recursal adotando as providências necessárias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000077-95.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

EFETUAR A INTIMAÇÃO DAS PARTES, acima qualificada, para comparecer à audiência de CONCILIAÇÃO designada Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO Data: 09/05/2019 Hora: 14:20

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000077-95.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000077-95.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico e dou fé, que impulsiono os autos para que a parte recorrida apresente as contrarrazões recursais. POCONÉ, 13 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000095-19.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
EDILZA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILCECLEIDE FATIMA DE OLIVEIRA OAB - MT0006607A (ADVOGADO(A))
MAURICIO BUENO MAGALHAES OAB - MT0007509A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000095-19.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 38.160,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente.Certifico e dou fé, que impulsiono os autos para que a parte recorrida apresente as contrarrazões recursais. POCONÉ, 13 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000120-32.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI PEREIRA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000120-32.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.122,11; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico e dou fé, que impulsiono os autos para que a parte recorrida apresente as contrarrazões recursais. POCONÉ, 13 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000743-96.2018.8.11.0028
Parte(s) Polo Ativo:
ALOISO PEREIRA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ Certidão de Tempestividade Recursal Processo: 1000743-96.2018.8.11.0028; Valor causa: R$ 10.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)/ [PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que o Recurso Inominado foi interposto tempestivamente. Certifico e dou fé, que impulsiono os autos para que a parte recorrida apresente as contrarrazões recursais. POCONÉ, 13 de dezembro de 2019 Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POCONÉ E INFORMAÇÕES: Av. Dom Aquino, 372, CENTRO, POCONÉ - MT - CEP: 78175-000 TELEFONE: (65) 33451507

Comarca de Porto dos Gaúchos

Diretoria do Fórum

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 50634 Nr: 2875-39.2019.811.0019

AÇÃO: Processo Administrativo->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: Adriano de Souza Malfato, Sílvia Baldisera Malfato
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juízo de Direito da Comarca de Porto dos Gaúchos-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Fuhr - OAB:19109/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Sabe-se que a taxa judiciária e as custas possuem natureza tributária de taxa, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
No presente caso se trata de utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, sendo que ao adentrar com a referida ação, os fatos geradores das referidas custas e taxas já se perfeiçoaram, sendo irrelevante se já houve, ou não, qualquer decisão de mérito.
Em outras palavras, o fato de já ter havido resolução administrativa antes da decisão judicial não gera o dever de restituição dos valores pagos à título de taxas e custas. Ademais, registro ainda que o requerimento em apreço não se enquadra em nenhuma das hipóteses previstas no item 4 da Instrução Normativa SCA n° 02/2011-TJMT.
Desta feita, INDEFIRO O PEDIDO DE RESTITUIÇÃO formulado pelo postulante na exordial, de modo que DETERMINO O ARQUIVAMENTO do presente feito com as baixas e anotações de estilo.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências.

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000432-98.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA BANCI MONTEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI OAB - MT0010914A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS VARA ÚNICA DE PORTO DOS GAÚCHOS Av. Diamantino, 1487, CENTRO, PORTO DOS GAÚCHOS - MT - CEP: 78560-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL DEPRA PANICHELLA PROCESSO n. 1000432-98.2019.8.11.0019 Valor da causa: R$ 21.956,00 ESPÉCIE: [APOSENTADORIA POR IDADE (ART. 48/51)]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: MARIA DE FATIMA BANCI MONTEIRO, Endereço: Chacara Santa Maria, lote 24, Gleba São João, Zona rural, PORTO DOS GAÚCHOS - MT - CEP: 78560-000 POLO PASSIVO: Nome: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO da parte autora para apresentar impugnação dentro do prazo legal. PORTO DOS GAÚCHOS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000452-89.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TANIA CRISTINA LEONEL (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS VARA ÚNICA DE PORTO DOS GAÚCHOS Av. Diamantino, 1487, CENTRO, PORTO DOS GAÚCHOS - MT - CEP: 78560-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL DEPRA PANICHELLA PROCESSO n. 1000452-89.2019.8.11.0019 Valor da causa: R$ 1.893,50 ESPÉCIE: [ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA]->BUSCA E APREENSÃO (181) POLO ATIVO: Nome: BANCO FINASA BMC S.A., Endereço: BANCO BRADESCO S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, PRÉDIO PRATA, 4 ANDAR, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 POLO PASSIVO: Nome: TANIA CRISTINA LEONEL, Endereço: RUA CUPAIOLI, 03, JOAO PAULO II, NOVO H NORTE - MT - CEP: 78570-000 FINALIDADE: Intimo a parte autora para que providencie o pagamento da diligência do oficial de justiça, por intermédio do site http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao para o cumprimento da liminar. PORTO DOS GAÚCHOS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000429-46.2019.8.11.0019
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MACHADO DE LUCA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ALESSANDRA ROSSI GEGLINI OAB - MT0010914A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO DOS GAÚCHOS VARA ÚNICA DE PORTO DOS GAÚCHOS Av. Diamantino, 1487, CENTRO, PORTO DOS GAÚCHOS - MT - CEP: 78560-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL DEPRA PANICHELLA PROCESSO n.

1000429-46.2019.8.11.0019 Valor da causa: R$ 59.880,00 ESPÉCIE: [APOSENTADORIA POR IDADE (ART. 48/51)]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO MACHADO DE LUCA, Endereço: Rua Jose Carlos Moreira, 680 E, Centro, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 POLO PASSIVO: Nome: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL FINALIDADE: PROCEDER À INTIMAÇÃO do autor para impugnar à contestação, dentro do prazo legal. PORTO DOS GAÚCHOS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Comarca de Porto Alegre do Norte

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000293-26.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA DA SILVA FEITOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO SANTANA MORAIS OAB - MT24933/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1000293-26.2019.8.11.0059. AUTOR(A): ADRIANA DA SILVA FEITOSA RÉU: UNIMED GOIANIA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Tendo em vista a complementação, recebo a inicial. Ponderando as argumentações da parte autora, defiro os benefícios da gratuidade da Justiça, nos termos do art. 98 do CPC, ressalvando a possibilidade de revogação. Diante do que dispõe o art. 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 15h30min (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Nos termos do § 3º do art. 334 do CPC, o polo ativo será intimado por meio do advogado e o passivo será citado, no mínimo, 20(vinte) dias antes da audiência designada. Os envolvidos deverão comparecer, obrigatoriamente, com seus respectivos advogados ou defensor público, ressaltando que a parte requerida deverá apresentar petição, em caso de eventual desinteresse na autocomposição, com 10(dez) dias de antecedência da solenidade, nos termos do § 5º do art. 334, CPC. Conste nas comunicações que o não comparecimento na audiência ora designada será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. O início do prazo para contestação, que é de 15 (quinze) dias, será nos termos do art. 335 do CPC. Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1001708-44.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
M. -. P. A. D. N. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
G. J. B. (RÉU)
L. M. A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GRYONE MARANA CARDOSO OAB - MT22772/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1001708-44.2019.8.11.0059. AUTOR(A): MPEMT - PORTO ALEGRE DO NORTE RÉU: LOURIVAL MARTINS ARAUJO, GENEBALDO JOSE BARROS Trata-se de Ação Civil Pública de Ressarcimento ao Erário Público com pedido liminar de indisponibilidade de bens em face de Lourival Martins Araújo e Genebaldo José Barros, todos devidamente qualificados. Por meio da decisão de fls. 371/374, foi deferido o pedido liminar de indisponibilidade de bens, sendo determinada a notificação dos requeridos e do município de Canabrava do Norte-MT. Em consulta ao Sistema BACENJUD, foram bloqueados valores nas contas dos réus, bem como inserida restrições em veículos pelo Sistema RENAJUD (fls. 375/380). O notificado Genebaldo José de Barros apresentou defesa prévia, com pedido de tutela de urgência, para liberar a quantia de R$ 5.954,74, bloqueada por meio do Sistema BACENJUD (fls. 403/545). Decorrido o prazo em branco para manifestação do município de Canabrava do Norte/MT. Com vista dos autos, a representante do MPE manifestou pelo indeferimento do pedido e requereu a expedição de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis a fim de bloquear bens imóveis e, em caso positivo, liberar o bloqueio do numerário (fls. 552/553). Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Decido. Quanto ao pedido liminar de tutela de urgência para liberação de quantia bloqueada nos autos (fls. 403/554), tem-se que não merece deferimento, conforme a seguir será demonstrado. No caso em apreço, em que pese às alegações do requerido, no sentido de que o valor bloqueado era destinado para movimentar a atividade de suas empresas, bem como possui bens imóveis suficientes para garantir eventual dano ao erário público, tais indícios não suficientes para deferimento da liminar pleiteada, eis que a existência de indícios de atos de improbidade administrativa é suficiente para autorizar a medida requerida na inicial da presente Ação Civil Pública, escorando-se na plausibilidade das argumentações iniciais, bem como no perigo de que o ressarcimento eventualmente devido pelos réus no final da demanda reste inviabilizado, caso não disponham de recursos suficientes para reparar os danos causados ao erário. Ademais, impende salientar que o Excelso STF, no julgamento do RE 852.475/SP, firmou a tese no sentido de que a pretensão de ressarcimento ao erário com fundamento em ato doloso de improbidade administrativa é imprescritível. Destarte, e por não vislumbrar nos autos prova inequívoca das alegações do requerido relativamente à inexistência dos atos que lhe foram atribuídos pelo Ministério Público e à sua irrelevância jurídica para os fins a que se destina a LIA (Lei de Improbidade Administrativa), considero de bom alvitre aguardar o deslinde do feito. Além disso, conforme bem pontuado pela representante do Parquet na manifestação retro, ainda não foram localizados os imóveis desembaraçados para eventual substituição da penhora. Assim, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO, por ora, o pedido para liberação dos valores bloqueados no feito. Outrossim, verificando a potencialidade concreta dos fatos que demandam pertinência objetiva para apreciação e resolução da ação, na forma postulada pelo Ministério Público, ante os indícios de improbidade administrativa vislumbrados nesta fase de cognição sumária, deve-se possibilitar às ambas as partes o devido contraditório e ampla defesa. Desse modo, RECEBO a petição inicial e determino a citação dos requeridos para, querendo, apresentar resposta, no prazo legal (art. 17, § 9º da lei nº 8.429/92). Decorrido o prazo de resposta, intime-se o MPE para manifestação. Por fim, defiro o pedido ministerial retro, oficie-se conforme requerido. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1001693-75.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
L E DE AGUIAR PONTES EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAN NETO BARBOSA FILHO OAB - GO41425 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1001693-75.2019.8.11.0059. REQUERENTE: L E DE AGUIAR PONTES EIRELI - ME REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A L.E. DE AGUIAR PONTES - EIRELE ajuizou ação de obrigação de fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., devidamente qualificados. Aduz a parte autora que possui sede comercial (Posto de Combustível Serve Mais), localizado na Avenida Centro Oeste, s/n, Bairro Centro, Lote 23, Quadra 31, em Confresa/MT e um dos postes de energia elétrica, alocado em sua propriedade, encontra-se em situação de risco, com perigo de ceder e, por consequência, colidir com uma das bombas de combustíveis presentes no estabelecimento. Assim, requereu pedido administrativo no ano de 2017, para remanejamento do mencionado poste de energia elétrica junto à concessionária requerida, ocasião em que foi informado que o valor cobrado para a recolocação do poste seria no importe de R$ 8.000,00. Posteriormente, em 08 de abril de 2018, a parte autora protocolizou novamente pedido para a relocação do poste de energia, sendo cobrado dessa vez o valor de R$ 28.478,26. Desse modo, requereu, liminarmente, que a concessionária ré proceda a realocação, às suas expensas, do poste de energia elétrica alocado, irregularmente, no estabelecimento comercial em que a empresa autora exerce sua atividade empresarial. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/172. É o relatório. Decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, extrai-se do referido dispositivo que o julgador tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória, como também há necessidade da urgência, pois a demora poderá comprometer a realização imediata ou futura do direito. No caso em apreço, tenho que o pedido liminar merece prosperar, uma vez que, diante dos documentos anexados na exordial, constata-se que a parte autora juntou laudo técnico de avaliação do local, no qual o engenheiro civil concluiu: “que o poste de energia elétrica se encontra alocado indevidamente, podendo, em caso de eventual tombamento, comprometer a estrutura física do posto de combustível “Serve Mais”, ocasionando explosão, bem assim perigo à integridade dos colaboradores, clientes e transeuntes, fato que pode ensejar prejuízo de alta monta à empresa L.E. Aguiar Pontes EIRELE-ME”. Diante disso, tem-se configurada a probabilidade do direito, bem como risco ao resultado útil do processo, pois além do perigo de tombamento, poderá causar prejuízos de ordem econômica à empresa autora, requisitos previstos para a concessão da tutela de urgência. Além disso, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, pois que nos termos do art. 296, do CPC, a tutela antecipada pode ser a qualquer tempo revogado ou modificado, surgindo novos fatos que assim autorizem, procedendo-se, no caso dos autos, o pagamento respectivo. Ante o exposto, com amparo no art. 300 do CPC/2015, DEFIRO o pedido de tutela de urgência e determino à concessionária ré que realoque, às suas expensas, o poste de energia elétrica localizado no posto de combustível pertencente à parte autora, conforme documentos ora anexados. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da intimação da ré, por meio de seu representante legal, para remoção do poste de energia apontado e sua recolocação em local adequado, sendo que, após o transcurso desse prazo, incorrerá em multa diária no patamar de R$100,00 (cem reais). Outrossim, nos termos do art. 334, do CPC, cite-se a empresa requerida e intime-se a parte autora para a audiência de conciliação no dia 12 de fevereiro de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso), consignando que o prazo de 15 dias para apresentação de contestação iniciará a partir da data da referida audiência (art. 335, I, do CPC). Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001979-53.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
J. A. D. S. G. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO DA SILVA MACHADO OAB - MT0017908A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. E. O. G. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSE THAYNARA DE OLIVEIRA SILVA OAB - 059.329.861-66 (REPRESENTANTE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1001979-53.2019.8.11.0059. REQUERENTE: JOSE ANTONIO DE SOUZA GOMES REQUERIDO: MARYA EDUARDA OLIVEIRA GOMES REPRESENTANTE: LARISSE THAYNARA DE OLIVEIRA SILVA Tendo em vista a complementação, recebo a inicial. Diante da previsão legal contida no artigo 189, inciso II, do CPC, processe-se em segredo de justiça. Diante do que dispõe o art. 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 29 de janeiro de 2020, às 15h30min (horário oficial do Estado de Mato Grosso). Nos termos do § 3º do art. 334 do CPC, o polo ativo será intimado por meio do advogado e o passivo será citado, no mínimo, 20(vinte) dias antes da audiência designada. Os envolvidos deverão comparecer, obrigatoriamente, com seus respectivos advogados ou defensor público, ressaltando que a parte requerida deverá apresentar petição, em caso de eventual desinteresse na autocomposição, com 10(dez) dias de antecedência da solenidade, nos termos do § 5º do art. 334, CPC. Conste nas comunicações que o não comparecimento na audiência ora designada será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. O início do prazo para contestação, que é de 15 (quinze) dias, será nos termos do art. 335 do CPC. Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 98675 Nr: 1846-62.2018.811.0059
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KIRLEY PARENTE DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO RICARDO GOMES PIMENTA - OAB:20613-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
Considerando que com o novo CPC estabelece que o juízo de admissibilidade será realizado pelo Tribunal Competente (art. 1010, §3º do CPC), RECEBO o recurso interposto, bem como que as contrarrazões já foram apresentadas, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região independentemente de juízo de admissibilidade (art. 1010, §3º, CPC).
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 81994 Nr: 4211-26.2017.811.0059
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Consórcio Nacional Honda Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gleidson Almeida Castro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Lídio Alves dos Santos - OAB:OAB/MT 20853-A, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20732/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando o novo endereço apresentado da parte requerida (ref. 52), defiro o derradeiro pedido e determino a expedição de novo mandado de busca e apreensão para o devido cumprimento, devendo ser recolhida a diligência necessária.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 81994 Nr: 4211-26.2017.811.0059
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Consórcio Nacional Honda Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gleidson Almeida Castro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Lídio Alves dos Santos - OAB:OAB/MT 20853-A, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20732/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente e do provimento nº. 56/2007, impulsiono os autos para, intimar a parte autora, por meio de seus advogados, para providenciar o pagamento da diligência da oficial(a) de Justiça, no valor de R$ 267,60 (duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos), para cumprimento do mandado a ser expedido nos autos, sendo R$ 3,55 (três reais e cinqüenta e cinco centavos), o km percorrido, conforme portaria 16/2010, e provimento 04/2015, devendo o referido valor ser pago mediante Guia a ser emetida pelo site do Tribunal de Justiça deste Estado de Mato Grosso, na Central de Pagamento de Diligências - CPD, regulamentada pelo Provimento 07/2017/CGJ, devendo ser enviado recibo de depósito através do fone/fax (66) 3569-1216 ou através de petição, CNPJ do Fórum nº 04.056.801/0001-20.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 44005 Nr: 3782-35.2012.811.0059
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ilidia dos Santos Paiva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jodacy Gaspar Dantas - OAB:10993/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc;
A parte autora apresentou cumprimento de sentença (fls. 153/158), oportunidade em que juntou o cálculo dos valores devidos.
Intimado para impugnar, o INSS concordou com o cálculo apresentado (fl. 159-v).
Desse modo, HOMOLOGO o cálculo de fls. 157/158 e determino a expedição do competente RPV, devendo as partes serem intimadas para ciência do teor do ofício requisitório, nos termos do art. 11 da Resolução n. 405/2016 do Conselho da Justiça Federal.
Com a vinda do pagamento, proceda-se à conclusão dos autos para extinção do feito e expedição de alvará para liquidação.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 17162 Nr: 1005-48.2010.811.0059
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Simone Oliveira Matos ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dejango Riber Oliveira - OAB:OAB/MT 8874-B, Maria Graziela Martins Porto - OAB:OAB/MT 12.579
Vistos,etc.
Trata-se de Execução fiscal ajuizada pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de SIMONE OLIVEIRA MATOS, devidamente qualificados.
Deferido pedido de bloqueio de valores via Sistema BACENJUD, foi integralmente bloqueada a quantia executada (fls. 111/113).
À fl. 127, foram informados os dados bancários para transferência do valor bloqueado.
Vinculados os devidos valores, vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
Considerando o adimplemento da obrigação, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, extingo o processo.
Condeno o executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% do valor da causa.
Alvarás eletrônicos expedidos nesta data, consoante anexos.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas necessárias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 20179 Nr: 843-19.2011.811.0059
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosangela Maria de Amorim
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Henrique Lopes - OAB:16171-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visots, etc.
Considerando a derradeira informação de ratificação do endereço da autora, bem como que trouxe o número de telefone para contato, retornem o feito à equipe Multidisciplinar desta Comarca para, no prazo de 20 (vinte) dias, promover nova tentativa de realização do estudo social sobre o caso, na residência da parte autora, especialmente quanto a sua situação financeira e das demais pessoas que porventura residam no mesmo local.
Após, venham conclusos para deliberações.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 22104 Nr: 2166-59.2011.811.0059
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Fabio da Silva Barros
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Douglas Cerezini - OAB:15.098-A
Vistos, etc;
Trata-se de execução fiscal ajuizada pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de FABIO DA SILVA BARROS, devidamente qualificados.
Citado, o executado apresentou comprovante de pagamento do débito executado (fl. 23), sendo deferido pedido de penhora via Sistema BACENJUD (fls. 37/38).
Determinada a restrição via Sistema RENAJUD, foi retirado às fls. 83/85.
Às fls. 86/88, a Fazenda Pública Estadual requereu a transferência dos valores depositados no feito, declinando os dados bancários.
Vieram-me os autos conclusos.
É breve relatório. Decido.
Considerando o adimplemento da obrigação, nos termos do art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, extingo o processo.
Alvarás eletrônicos expedidos nos autos, consoante anexos.
Condeno o executado ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10%(dez por cento) sobre o valor da causa.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas necessárias.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 41894 Nr: 1622-37.2012.811.0059
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGR, NGA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRAdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luana Costa Lico - OAB:25670//O, Simoni Rezende de Paula - OAB:14205/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando a necessidade de se efetivar a citação nos autos, defiro o derradeiro pedido para a expedição de carta precatória à Comarca de Aparecida de Goiânia/GO, com essa finalidade, observando-se o endereço declinado.

Quanto ao extrato do CNIS, já foi juntado às fls. 60/62.
Decorrido o prazo de resposta, intime-se a parte autora para manifestação em 10 dias e retornem conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 20179 Nr: 843-19.2011.811.0059
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosangela Maria de Amorim
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Henrique Lopes - OAB:16171-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins, que nesta data materializei o presente feito e comuniquei com a respectiva carga através do sistema GPSem à equipe Multidisciplinar desta Comarca, oportunidade, em que entrei em contato com o Gestor Geral em Substituição Legal desta Comarca Rodrigo, para que adote as providencias necessárias para realização do estudo social, no prazo assinalado por este Juízo. O referido é verdade e dou fé.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1002307-80.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA OAB - SP150793 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILTON CESAR SILVA NUNES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002307-80.2019.8.11.0059. REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO: NILTON CESAR SILVA NUNES BV. FINANCEIRA S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, por intermédio de advogado constituído, ajuizou a presente AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO em face de NILTON CESAR SILVA NUNES, devidamente qualificados, pleiteando liminarmente a busca e apreensão do seguinte bem: VEÍCULO MARCA FIAT, MODELO STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX 3P, CHASSI n.º 9BD57834UGB046533, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 E MODELO 2017, COR BRANCA, PLACA PQC-6708, RENAVAM 1071785661. Argumenta a parte autora que concedeu ao requerido um financiamento no valor de R$ 34.566,61 (trinta quatro mil, quinhentos e sessenta seis reais e sessenta e um centavos) por meio de um contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, para ser restituído por meio de 48(quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas no valor de R$ 1.087,00. Ocorre que a parte requerida encontra-se inadimplente desde 26.06.2019, sendo o total para purgação da mora em R$ 34.431,90. Não obstante as tentativas amigáveis solicitando a devolução do bem em troca da quitação do débito, a requerente não obteve a satisfação do seu direito, não restando outra alternativa senão o ajuizamento da ação. Com a inicial, vieram documentos. Em seguida, foi juntado o recolhimento das custas judiciais. É o breve relato. Decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015 a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso em tela, tenho que o pedido liminar merece prosperar, eis que traz aos autos documentos que demonstram a probabilidade do direito deduzido, existindo prova da inadimplência (mora) da parte requerida por meio da efetivação de notificação extrajudicial pessoal (fl. 29). Encontra-se presente ainda o perigo grave justificador do deferimento da medida pleiteada, que se encontra representado pelo receio do requerido vender o veículo, vir a sofrer danos e até mesmo perecer. Por outro lado, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, pois, nos termos do art. 296, do CPC, a tutela provisória pode ser a qualquer tempo revogada ou modificada, surgindo novos fatos que assim autorizem, procedendo-se novamente a notificação extrajudicial. Por fim, entendo desnecessária a prestação de caução. Posto isso, DEFIRO o pedido liminar, para imediata Busca e Apreensão do VEÍCULO MARCA FIAT, MODELO STRADA CD WORKING 1.4 8V FLEX 3P, CHASSI n.º 9BD57834UGB046533, ANO DE FABRICAÇÃO 2016 E MODELO 2017, COR BRANCA, PLACA PQC-6708, RENAVAM 1071785661, descrito no contrato juntado ao feito. Deposite-o em mãos da pessoa a ser indicada pela parte autora, mediante termo de compromisso, lavrando-se auto circunstanciado sobre o estado de conservação do bem. Diante da manifestação da parte autora pelo desinteresse na realização de audiência de conciliação ou de mediação, bem como pela ausência de Centro Judiciário de Conciliação (CEJUSCs) nesta comarca, deixo de designar audiência prevista no art. 334 do CPC. No prazo de 05 dias, a parte requerida poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a presente ação, no prazo legal de 15(quinze) dias contados da execução da liminar, fazendo constar que a não apresentação de contestação importará na aplicação da revelia e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1001693-75.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
L E DE AGUIAR PONTES EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAN NETO BARBOSA FILHO OAB - GO41425 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1001693-75.2019.8.11.0059. REQUERENTE: L E DE AGUIAR PONTES EIRELI - ME REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A L.E. DE AGUIAR PONTES - EIRELE ajuizou ação de obrigação de fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., devidamente qualificados. Aduz a parte autora que possui sede comercial (Posto de Combustível Serve Mais), localizado na Avenida Centro Oeste, s/n, Bairro Centro, Lote 23, Quadra 31, em Confresa/MT e um dos postes de energia elétrica, alocado em sua propriedade, encontra-se em situação de risco, com perigo de ceder e, por consequência, colidir com uma das bombas de combustíveis presentes no estabelecimento. Assim, requereu pedido administrativo no ano de 2017, para remanejamento do mencionado poste de energia elétrica junto à concessionária requerida, ocasião em que foi informado que o valor cobrado para a recolocação do poste seria no importe de R$ 8.000,00. Posteriormente, em 08 de abril de 2018, a parte autora protocolizou novamente pedido para a relocação do poste de energia, sendo cobrado dessa vez o valor de R$ 28.478,26. Desse modo, requereu, liminarmente, que a concessionária ré proceda a realocação, às suas expensas, do poste de energia elétrica alocado, irregularmente, no estabelecimento comercial em que a empresa autora exerce sua atividade empresarial. Com a inicial vieram os documentos de fls. 12/172. É o relatório. Decido. Nos termos do art. 300 do CPC/2015, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, extrai-se do referido dispositivo que o julgador tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a tutela provisória, como também há necessidade da urgência, pois a demora poderá comprometer a realização imediata ou futura do direito. No caso em apreço, tenho que o pedido liminar merece prosperar, uma vez que, diante dos documentos anexados na exordial, constata-se que a parte autora juntou laudo técnico de avaliação do local, no qual o engenheiro civil concluiu: “que o poste de energia elétrica se encontra alocado indevidamente, podendo, em caso de eventual tombamento, comprometer a estrutura física do posto de combustível “Serve Mais”, ocasionando explosão, bem assim perigo à integridade dos colaboradores, clientes e transeuntes, fato que pode ensejar prejuízo de alta monta à empresa L.E. Aguiar Pontes EIRELE-ME”. Diante disso, tem-se configurada a probabilidade do direito, bem como

risco ao resultado útil do processo, pois além do perigo de tombamento, poderá causar prejuízos de ordem econômica à empresa autora, requisitos previstos para a concessão da tutela de urgência. Além disso, não vislumbro na antecipação do provimento jurisdicional almejado, o perigo de irreversibilidade, tanto sob o aspecto jurídico quanto sob o aspecto fático, pois que nos termos do art. 296, do CPC, a tutela antecipada pode ser a qualquer tempo revogado ou modificado, surgindo novos fatos que assim autorizem, procedendo-se, no caso dos autos, o pagamento respectivo. Ante o exposto, com amparo no art. 300 do CPC/2015, DEFIRO o pedido de tutela de urgência e determino à concessionária ré que realoque, às suas expensas, o poste de energia elétrica localizado no posto de combustível pertencente à parte autora, conforme documentos ora anexados. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da intimação da ré, por meio de seu representante legal, para remoção do poste de energia apontado e sua recolocação em local adequado, sendo que, após o transcurso desse prazo, incorrerá em multa diária no patamar de R$100,00 (cem reais). Outrossim, nos termos do art. 334, do CPC, cite-se a empresa requerida e intime-se a parte autora para a audiência de conciliação no dia 12 de fevereiro de 2020, às 16h00 (horário oficial do Estado de Mato Grosso), consignando que o prazo de 15 dias para apresentação de contestação iniciará a partir da data da referida audiência (art. 335, I, do CPC). Às providências para a realização da solenidade. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte-MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010172-74.2015.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
GILVAN LIMA RAMOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO GABRIEL REGIS DE ALMEIDA OAB - GO0036973A (ADVOGADO(A))
JOAO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS OAB - MT0015107A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS SOUZA BOTELHO (EXECUTADO)
ROSIMAR OLIVEIRA DE QUEIROZ (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ULISSES JOAQUIM PARUCI DA SILVA OAB - GO37796 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE DESPACHO Processo: 8010172-74.2015.8.11.0059. EXEQUENTE: GILVAN LIMA RAMOS EXECUTADO: MARCOS SOUZA BOTELHO, ROSIMAR OLIVEIRA DE QUEIROZ Considerando que a tentativa de penhora online restou inexitosa, conforme comprovante anexo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, dar prosseguimento ao feito e requerer o que for de direito. Intime-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

2ª Vara

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001080-55.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
W. F. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO RICARDO GOMES PIMENTA OAB - MT0020613S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. D. S. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da Legislação vigente, impulsiono os autos a fim de intimar o advogado Pedro Ricardo Gomes Pimenta - OAB/MT nº 20613-A, acerca de expedição da certidão de URH's arbitradas nestes autos, podendo comparecer na Secretaria da 2ª Vara para retirar a referida certidão.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001718-88.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
E. S. R. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NELTON SCHWINGEL OAB - GO0031314A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. T. S. (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da Legislação vigente, impulsiono os autos a fim de intimar o advogado Impulsiono os autos para intimar o advogado Dr. Nelton Schwingel- OAB/MT nº 14175/A, acerca de expedição da certidão de URH's arbitradas nestes autos, podendo comparecer na Secretaria da 2ª Vara para retirar a referida certidão.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001368-37.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ROSE BRAGA ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TIAGO FERREIRA DE MORAIS OAB - MT0022588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE ALBERTO PEREIRA VASCONCELOS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ITIEL GOMES COSTA OAB - MT0021499A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da Legislação vigente, impulsiono os autos a fim de intimar os advogados Dr. Itiel Gomes Costa - OAB/MT nº 21499/O, e Dr. Tiago Ferreira de Morais - OAB/MT nº 22588-O acerca de expedição da certidão de URH's arbitradas nestes autos, podendo comparecer na Secretaria da 2ª Vara para retirar a referida certidão.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001578-54.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
ERONILDA SOUSA AGUIAR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS ROOS OAB - MT0019739A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS AURELIO PIRES PEREIRA (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da Legislação vigente, impulsiono os autos a fim de intimar o advogado Matheus Roos, inscrito na OAB/MT nº 19739/O, acerca de expedição da certidão de URH's arbitradas nestes autos, podendo comparecer na Secretaria da 2ª Vara para retirar a referida certidão.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000839-18.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
VALDILENE DA SILVA RIBEIRO (AUTOR(A))
L. R. D. S. (AUTOR(A))
V. K. R. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO RICARDO GOMES PIMENTA OAB - MT0020613S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PORTO ALEGRE DO NORTE 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE AV. RUA 16, QUADRA 20, S/N, LOTEAMENTO SANTOS DUMONT, PORTO ALEGRE DO NORTE - MT - CEP: 78655-000 - TELEFONE: (66) 35691216 1000839-18.2018.8.11.0059 VALDILENE DA SILVA RIBEIRO e outros (2) INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO CERTIFICO e dou fé para que surtam os jurídicos e legais efeitos que em cumprimento à Seção 16 do Capitulo 06 da CNGC/MT e art. 203, § 4º, do NCPC, impulsiono estes autos com a finalidade de, intimar a Parte Apelada para apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto, no prazo legal. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. SAMARA COELHO DE SOUZA Técnica Judiciária

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 90626 Nr: 9631-12.2017.811.0059
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMDM, MMM
PARTE(S) REQUERIDA(S): VM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ROBERTO RIBEIRO FILHO - OAB:22160/B, GUILHERME RIBEIRO RIGON - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO - OAB:17974/MT, Armando Martins da Silva Neto - OAB:OAB/MT 17.974
DESPACHO
Tendo sido expedido o alvará de levantamento da quantia depositada em Juízo, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos com as baixas necessárias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 55859 Nr: 914-79.2015.811.0059
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): AUTO POSTO ESTRELA, GIBRAN DIEGO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Luiz C. N. Ribeiro - OAB:12.560 - MT, Marcelo Alvaro C. N. Ribeiro - OAB:15.445 - MT, MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO - OAB:5308/A - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
Ante o teor do acórdão (referência 88), determino o prosseguimento da marcha processual, motivo pelo qual, defiro os pedidos contidos às referências 64 e 95. Expeça-se a respectiva carta precatória.
Atente-se a Secretaria para o fato de que o executado, atualmente, reside na Rua Epidio, Apartamento 04, Centro, Jaraguá-GO, telefone: (62)98479-0411.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 71653 Nr: 4230-66.2016.811.0059
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Armando Martins da Silva Neto
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILMA DIAS DE CASTRO, Cleomar Dias de Souza, LOGINO AMANCIO DE FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO - OAB:17974/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Valter da Silva Costa - OAB:OAB/MT 9704-A
ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 1.022 do NCPC, REJEITO os Embargos de Declaração opostos por ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO, mantendo-se incólume a sentença prolatada à referência 75.Intimem-se. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 1.022 do NCPC, REJEITO os Embargos de Declaração opostos por ARMANDO MARTINS DA SILVA NETO, mantendo-se incólume a sentença prolatada à referência 75.Intimem-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002179-60.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISAAC DE OLIVEIRA ARAUJO OAB - GO56601 (ADVOGADO(A))
JULIANO PAIAO RIOS OAB - SP277251 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONFRESA CAMARA MUNICIPAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002179-60.2019.8.11.0059. REQUERENTE: CLAUDIOMIRO SANTOS FORTES REQUERIDO: CONFRESA CAMARA MUNICIPAL Recebo a emenda promovida pelo requerente e, via de consequência, determino a inclusão do Município de Confresa/MT no polo passivo da demanda, devendo, por conseguinte, ser procedida a citação da municipalidade para comparecimento à solenidade outrora agendada. Intime-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1002054-92.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA APARECIDA FERREIRA DA SILVA OAB - MT22857/O (ADVOGADO(A))
MOISES FERREIRA JUNIOR OAB - GO46338 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (EXECUTADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002054-92.2019.8.11.0059. EXEQUENTE: PEDRO DA COSTA EXECUTADO: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Recebo a emenda à exordial e, em prosseguimento, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. Esclareço que deixo de designar audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC, visto que como de praxe e conforme se extrai da própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos, resta demonstrado que a autarquia previdenciária não tem por hábito ou regra transacionar, não comparecendo sequer às audiências instrutórias, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando, ainda, contra os princípios da celeridade e da economia processual. Cite-se a autarquia requerida, por intermédio de sua procuradoria (com envio dos autos), para, querendo, apresentar contestação. Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar impugnação. Após, tornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002096-44.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZINHA PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARITA PEREIRA ALVES OAB - MT10531/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002096-44.2019.8.11.0059. AUTOR(A): TEREZINHA PEREIRA DA SILVA RÉU: INSTITUTO NACIONAL

DO SEGURO SOCIAL Recebo a emenda à exordial e, em prosseguimento, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do Novo Código de Processo Civil. Esclareço que deixo de designar audiência conciliatória, nos termos do art. 334 do CPC, visto que como de praxe e conforme se extrai da própria experiência das conciliações a respeito da matéria versada nos presentes autos, resta demonstrado que a autarquia previdenciária não tem por hábito ou regra transacionar, não comparecendo sequer às audiências instrutórias, o que inviabilizaria eventual expediente conciliatório, que se resumiria em morosidade processual, atentando, ainda, contra os princípios da celeridade e da economia processual. Cite-se a autarquia requerida, por intermédio de sua procuradoria (com envio dos autos), para, querendo, apresentar contestação. Com a resposta, intime-se a parte autora para apresentar impugnação. Após, tornem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000624-08.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
AMAURI MARTINS FONTES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMAURI MARTINS FONTES OAB - GO6873 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1000624-08.2019.8.11.0059. EXEQUENTE: AMAURI MARTINS FONTES EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Trata-se de ação de execução de título judicial proposta por AMAURI MARTINS FONTES em face do ESTADO DO MATO GROSSO, devidamente qualificados. Embora devidamente intimada, a Fazenda Pública quedou-se inerte. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Decido. Tendo em vista o acima relatado, bem como o teor do Provimento n.11/2017-CM, de 10 de agosto de 2017, determino a remessa dos documentos necessários ao Departamento da Secretaria Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça deste Estado, para cálculo de liquidação do débito. Com a vinda, expeça-se o RPV ou precatório em favor da parte exequente. Na sequência, proceda-se à conclusão dos autos para a expedição de alvará para liquidação e arquivamento do feito. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002339-85.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERDIER DIAS PADILHA (EXECUTADO)
JOSE MARQUES DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1002339-85.2019.8.11.0059. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: VERDIER DIAS PADILHA, JOSE MARQUES DA SILVA Nos termos do art. 827 do NCPC, fixo em 10% o valor dos honorários advocatícios. No caso de pagamento integral no prazo acima assinalado, reduzo a verba em 50%. Determino a expedição de mandado de citação, penhora e avaliação, nos termos do §1º do art. 829, que dispõe o seguinte: "Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a serem cumpridas pelo oficial de justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado". Caso o executado não seja localizado para ser citado, o(a) oficial de justiça deverá proceder na forma do art. 830 do NCPC e a parte exequente, nos termos do §2º do referido dispositivo legal. Por fim, expeça-se a certidão à que alude o art. 828 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Alegre do Norte/MT, 12 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000893-81.2018.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
XARIO DOMINGOS TAPIRAPE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO SANTANA MORAIS OAB - MT24933/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
MARCOS ANDRE DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE DECISÃO Processo: 1000893-81.2018.8.11.0059. AUTOR(A): XARIO DOMINGOS TAPIRAPE RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Aqui se tem demanda em que se busca reconhecimento judicial ao direito à aposentadoria por idade de segurado especial. Preliminarmente, considerando a condição econômico-financeira da parte autora declarada na petição inicial, defiro os benefícios da gratuidade judiciária, nos moldes do artigo 99 e seguintes do Código de Processo Civil. De outro norte, verifica-se que parte autora pediu antecipação da tutela consistente em que o réu conceda desde logo a aposentadoria. Ocorre que o Código de Processo Civil estabelece que não será concedida antecipação de tutela quando há risco de irreversibilidade dos efeitos da decisão concessiva da tutela antecipada. É o caso destes autos, pois, caso seja antecipada a tutela para que, desde já, sejam pagos valores à parte autora a título de aposentadoria, há o risco de que, caso a demanda seja julgada improcedente, não se possa vir a recuperar os valores já recebidos. Essa conclusão fica ainda mais evidente quando se constata que a autora é pessoa economicamente hipossuficiente, como se percebe pelo fato de ela ter pedido assistência judiciária gratuita. Ademais, compulsando os autos, embora a parte autora tenha instruído a inicial com alguns documentos que possam denotar o início de prova material, para a concessão do benefício pleiteado nestes autos é necessária a produção de prova testemunhal para reforçar a prova documental apresentada. Assim, INDEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA que teria a finalidade de antecipar a concessão da aposentadoria. Finalmente, esclareço que deixo de designar audiência preliminar de que trata o artigo 334 do Código de Processo Civil porque, em feitos que tem por objeto aposentadoria, o réu, autarquia federal, não concilia-se e nem transaciona e, por ser assim, eventual designação de audiência apenas representaria mais morosidade no andamento processual, ferindo, portanto, um direito do autor na condição de idoso. Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de novembro de 2018, às 16h00min, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres. Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória. Cite-se e intime-se a parte ré mediante remessa dos autos. Porto Alegre do Norte/MT, 26 de setembro de 2018. Marcos André da Silva Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1002256-69.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEUSEMAR RODRIGUES DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 1002256-69.2019.8.11.0059. REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. REQUERIDO: DEUSEMAR RODRIGUES DA SILVA BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA ajuizou demanda em desfavor

de DEUSEMAR RODRIGUES DA SILVA, ambos qualificados nos autos, objetivando a busca e apreensão de veículo pelo decreto lei n. 911/69. Determinada a emenda da inicial para comprovar a constituição da mora (id 26498827), a parte autora acostou ao feito, tão somente, o comprovante de recolhimento das custas iniciais, nada se manifestando quanto à mora (id 26643260). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. O Decreto-Lei n. 911/69, texto normativo de regência da alienação fiduciária, confere ao credor fiduciário a possibilidade de ajuizamento da ação de busca e apreensão, para acautelar seu direito, nos casos de mora ou inadimplemento do devedor fiduciante. A comprovação da mora, no entanto, é requisito essencial para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, sendo que a sua falta enseja a extinção do feito, sem resolução de mérito, por ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular. Sobre o tema, o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se posicionou pacificamente, inclusive, mediante enunciado sumular de nº 72 "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente.". Por outro lado, a Lei n. 13.043 de 13 de novembro de 2014, alterou alguns aspectos da alienação fiduciária, dentre eles o parágrafo 2º, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, o qual passou a dispor da seguinte forma: "A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)." Sendo assim, não é mais necessário que a notificação ao devedor fiduciante seja efetivada por cartório ou por meio de protesto do título, bastando o envio de correspondência devidamente registrada com aviso de recebimento ao endereço indicado no contrato, não se exigindo tampouco que a assinatura dele constante seja a do próprio destinatário, quando esta se der pelo correio, conforme entendimento exarado pelo STJ quando do julgamento do Recurso Especial nº 1.184.570, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, de Relatoria da Ministra Maria Isabel Gallotti. No caso em tela, o credor fiduciário encaminhou a carta de notificação ao endereço constante no contrato (Rua Rubes P Araujo, 0, Distrito de Santo Antônio do Fontoura, termo do município de São José do Xingu/MT). Todavia, a carta de notificação foi devolvida ao remetente, constando como motivo da devolução a opção "OUTROS". Dessa forma, não há comprovação do recebimento da notificação extrajudicial, quer pela assinatura do devedor fiduciário, quer pela assinatura de terceiro, o que torna forçoso concluir que a mora não foi comprovada regularmente. Ademais, veja-se que o autor, além de não ter demonstrado que tenha empreendido esforços no sentido de esgotar os meios de localizar o devedor, tampouco, procedeu à sua notificação editalícia. Portanto, sendo a constituição válida da mora requisito indispensável para o ajuizamento de ação de busca e apreensão, a sua ausência acarretará a extinção do processo por falta de pressuposto processual de validade. Nesse sentido, julgados do nosso Tribunal de Justiça: "APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FRUSTRADA - MORA NÃO CARACTERIZADA - AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DA AÇÃO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. Ausente comprovação de recebimento da notificação extrajudicial no endereço declinado no contrato, pelo devedor ou por terceiros, resta prejudicada a configuração da mora (TJMT – 2ª Câm. Cível – Ag 70612/2015 – Rel. DES. SEBASTIÃO DE MORAES FILHO – j. 24/06/2015, Publicado no DJE 30/06/2015)." (TJMT, Ap 55490/2017, DESA. NILZA MARIA PÔSSAS DE CARVALHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 01/08/2017, Publicado no DJE 08/08/2017). "AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL – AUSÊNCIA DE AVISO DE RECEBIMENTO - MORA NÃO CONFIGURADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A comprovação da mora é condição imprescindível para o ajuizamento da ação de busca e apreensão." (TJMT, Ap 53963/2017, DES. CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/06/2017, Publicado no DJE 26/06/2017). Ante o exposto, com base na motivação supra, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso IV, do NCPC. Custas pela parte autora. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o presente feito com as cautelas e baixas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000517-61.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
NATANAEL OLIVEIRA DE ANDRADE 03560990165 (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIO SERGIO DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR OAB - MT12622/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM (IMPETRADO)
MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT (IMPETRADO)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 1000517-61.2019.8.11.0059. IMPETRANTE: NATANAEL OLIVEIRA DE ANDRADE 03560990165 IMPETRADO: RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT NATANAEL OLIVEIRA DE ANDRADE impetrou mandado de segurança contra o suposto ato coator de RÔNIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa/MT, devidamente qualificados nos autos. O impetrante relata ser pessoa jurídica atuante no ramo de serviços funerários no município de Confresa/MT desde 17.06.2016. Discorre que a municipalidade fez concessão dos aludidos serviços no ano de 2007 à empresa Orcedy Soares dos Santos ME, sendo que, expirado o prazo da concessão, foi promulgada a Lei Complementar 141/2018, a qual dispõe sobre os serviços funerários no município. Aduz ter sido deflagrado processo licitatório, o qual, por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, foi suspenso. Assevera o impetrante ter providenciado a integralidade da documentação necessária para funcionamento de seu estabelecimento, todavia, o município estaria criando óbice à execução dos trabalhos, tendo sido emitido, inclusive, auto de interdição, sem, sequer, a fornecer a licença vindicada pelo impetrante. Discorre que a empresa de serviços funerários Orcedy Soares dos Santos ME está funcionando irregularmente, sem que detenha os competentes alvarás para funcionamento, e, mesmo expirado o prazo da concessão com o município em 2017, a municipalidade mantém a contratação de serviços da referida empresa. Aduz a impetrante que o município tem dispensado tratamento diferenciado em seu desfavor, impondo monopólio de serviço em Confresa, agindo com imparcialidade, afrontando e legislação municipal respectiva e a Constituição Federal. Diante disso, requer a concessão de liminar para que lhe seja possibilitado prestar serviços funerários até a conclusão do processo licitatório ainda suspenso. Recebida a exordial, foi postergada a análise do pedido liminar (id 19090011). Embora devidamente notificada, a autoridade coatora deixou transcorrer in albis o prazo para prestar informações. Após, sobreveio manifestação da Funerária Rezende Ltda, pugnando por sua habilitação nos autos, na qualidade de terceira interessada (id 20106582). Na sequência, indeferido o pedido de habilitação da Funerária Rezende, foi concedida a liminar reclamada pelo impetrante (id 22608067). Com vistas dos autos, conforme estabelecido pelo art. 12, da Lei 12.016/2009, o Ministério Público emitiu parecer favorável à concessão da segurança pleiteada pelo impetrante (id 23715871). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Conforme determina o artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição Federal: "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público". A Lei n.12.016/09, no seu artigo 1º, caput, igualmente prevê: "Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça". O direito líquido e certo é aquele que se mostra inequívoco, sem necessidade de dilação probatória, urgindo, para sua configuração, a comprovação dos pressupostos fáticos adequados à regra jurídica. A propósito do tema, ensina Hely Lopes Meirelles: "... o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais." (Mandado de Segurança, Ação Popular,.29 ed. São Paulo: Malheiros Editoras,

2006,p.36-37). Nos autos em análise, em consonância com o parecer ministerial, verifico que a segurança deve ser concedida, visto que os autos estão instruídos com os documentos comprobatórios de que o município de Confresa, através da Lei Complementar n. 141/2018, estabeleceu que as funerárias instaladas naquele município poderiam funcionar regularmente até a conclusão do processo licitatório para escolha de uma empresa para prestação dos serviços. Nesse contexto, não havendo informações de que foi dado prosseguimento ao procedimento licitatório deflagrado para a concessão dos serviços funerários, verifico que não há motivos idôneos aptos a justificar a paralisação das atividades da impetrante. Ademais, assim como destacado na decisão de id 22608067, a deliberação administrativa, lavrada pela Procuradoria Jurídica de Confresa, no sentido de que os serviços em comento devem ser prestados unicamente pela Funerária Rezende Ltda Me afronta os princípios da isonomia e da impessoalidade, bem como a Lei Complementar n. 141/2018, do próprio município. Ante o exposto, com base na motivação supra e consonância com o parecer ministerial, CONCEDO A SEGURANÇA para o fim de permitir que a impetrante preste regulamente os serviços funerários no município de Confresa, até a conclusão da licitação de concessão, nos termos da fundamentação. Sem custas processuais, diante da isenção conferida pelo art. 24, inc. I, da Lei Estadual 3779/2009. Sem honorários advocatícios (Súmula 512 do STF e art. 25 da Lei n. 12.016/2009). Sentença sujeita ao duplo grau de jurisdição por força do art. 14, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Assim, esgotado o prazo para recursos voluntários, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001194-91.2019.8.11.0059
Parte(s) Polo Ativo:
NUVIA ALVES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO GABRIEL REGIS DE ALMEIDA OAB - GO0036973A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Marcos Crizanto Arruda (RÉU)
Magistrado(s):
DANIEL DE SOUSA CAMPOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PORTO ALEGRE DO NORTE SENTENÇA Processo: 1001194-91.2019.8.11.0059. AUTOR(A): NUVIA ALVES DE SOUZA RÉU: MARCOS CRIZANTO ARRUDA NUVIA ALVES DE SOUZA, representando as menores MARYA EDUARDA ALVES ARRUDA e NYVIA VITÓRIA ALVES ARRUDA, ajuizou ação de alimentos cumulada com alimentos em face de MARCOS CRIZANTO ARRUDA, todos devidamente qualificados nos autos. Realizada audiência de conciliação, as partes entabularam acordo, pactuando que o requerido prestará alimentos em favor das infantes no patamar de 35% do salário mínimo vigente, bem como arcará com 50% das despesas extraordinárias das menores. É o relatório. Decido. Ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o r. acordo celebrado entre as partes. Em consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, "b", do NCPC/2015. Condeno o requerido ao pagamento de custas e despesas processuais. Ao mesmo tempo, em atenção ao princípio da causalidade, condeno o demandado ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da parte adversa, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa. Ciência ao Ministério Público. Registrada a sentença, certifique-se o trânsito em julgado e, após, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Alegre do Norte/MT, 13 de dezembro de 2019. DANIEL DE SOUSA CAMPOS Juiz de Direito

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante
Cod. Proc.: 118263 Nr: 4317-17.2019.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Claresiulda Pereira Campos, Afonso da Silva Lores Diniz, Joyce Batista Lima, IGOR MATHEUS PEREIRA CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Acácio Alves Souza - OAB:OAB/MT 14.724-B, Ademar Ribas - OAB:OAB/MT 2793, Itiel Gomes Costa - OAB:21499-0- MT, MÁRCIO CASTILHO DE MORAES - OAB:24310/A, MATHEUS ROOS - OAB:19739/O, RIVERALDO GOMES DA SILVA - OAB:8143-A
Por determinação do MM. Juiz de Direito, Dr. Ivan Lúcio Amarante, impulsiono os autos ao setor de expedição para providenciar a intimação pessoal do réu Igor Matheus Pereira Campos, para informar quem é o seu advogado nestes autos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 122921 Nr: 6856-53.2019.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdeilson Anastacio Sobrinho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jáder Francisco Dei Ricardi - OAB:OAB/MT 12.994
Intime-se a defesa de Valdeilson Anastácio Sobrinho (ref.10), para, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), acostar ao feito procuração outorgada pelo aludido preso.
Com a juntada, tornem conclusos.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 115941 Nr: 2860-47.2019.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gerferson Pinheiro Alves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jader Francisco Dei Ricardi - OAB:12994/MT
Homologo a desistência das testemunhas João Paulo Ferreira da Silva e Josué Martins dos Santos, com a concordância da defesa, e declaro encerrada a instrução criminal. Abra-se vista aos sujeitos processuais para, no prazo de 05 dias, sucessivamente, apresentarem alegações finais escritas.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 107649 Nr: 6884-55.2018.811.0059
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diogo Pereira da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Armando Martins da Silva Neto - OAB:17974 -MT
ANTE O EXPOSTO, com base na motivação supra, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva e, consequentemente, não há que se falar em substituição por medidas alternativas. Determino o desentranhamento dos autos do laudo pericial de fls. 101/110. DEFIRO o pedido de juntada/disponibilização do circuito interno das câmeras deste Fórum, nos termos requerido pela defesa (na parte do estacionamento deste fórum, notadamente no lado correspondente aos juizados especiais - salas de audiência de conciliação - na data de 05 de dezembro de 2019, das 15:30 hs as 18:30hs). Por fim, indeferidas as demais diligências (procura de endereço de Yure Azevedo de Sousa, acareação e juntada da cópia do inquérito policial código 117361) e com a juntada da mídia do circuito interno deste Fórum, declaro encerrada a instrução criminal e determino a abertura de vista aos sujeitos processuais para no prazo de 05 dias, sucessivamente, apresentarem alegações finais escritas.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ivan Lucio Amarante

Cod. Proc.: 119585 Nr: 4986-70.2019.811.0059
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gedeon Silva de Moraes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Nelton Schwingel - OAB:14175-A/MT
Impulsiono os autos intimando a defesa do réu para apresentação de rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 05 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência, no prazo de 05 (cinco) dias, consoante determina o artigo 422 do Código Processo Penal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 46831 Nr: 2627-60.2013.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antônio Carlos Silva Arantes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Débora Simone Santos Rocha Faria - OAB:4.198-MT, Rhandell Bedim Louzada - OAB:9266 - MT
Ante o exposto, com base na motivação supra, JULGO PROCEDENTE a exordial acusatória, para condenar ANTÔNIO CARLOS SILVA ARANTES, nas sanções do artigo 171, §2º, I, do Código Penal.Fulcrado no princípio da individualização das penas e atento às diretrizes do artigo 59 do Código Penal, passo à dosimetria da reprimenda:(...)

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 67637 Nr: 2238-70.2016.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diogo Barbosa Muniz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Nelton Schwingel - OAB:14175-A/MT
(...)Dessa maneira, considerando a presença de (03) três circunstâncias judiciais desfavoráveis (culpabilidade, reincidência e circunstâncias), fixa-se a pena-base em 06 (seis) anos de reclusão e ao pagamento 25 (vinte e cinco) dias-multa, próximo do mínimo legal. Na segunda fase, não há circunstâncias atenuantes ou agravantes, devendo ser ressaltado que as outras condenações são posteriores ao cometimento do presente fato, razão pela qual não podem ser consideradas para efeito de reincidência.Na terceira fase, presente a causa de aumento do artigo 157, §2º, inciso I, do CP, razão pela qual majora-se a pena em 1/3 (um terço), tornando-a definitivamente em 08 (oito) ANOS DE RECLUSÃO E PAGAMENTO 33 (TRINTA E TRÊS) DIAS-MULTA, à razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos.No mais, persiste como está publicada.Posto isso, com fundamento no art. 382 do CPP, acolho os presentes embargos de declaração opostos pelo representante ministerial. Aguarde-se o prazo recursal e cumpra-se as demais deliberações da sentença.Intimem-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Daniel de Sousa Campos
Cod. Proc.: 59407 Nr: 3002-90.2015.811.0059
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gwtemberg Martins Rodrigues
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Hauny Rodrigues Pereira - OAB:46968-GO, SABRINY MARQUES RODRIGUES - OAB:45811-GO
Ante o exposto, julgo improcedente a pretensão punitiva contida na denúncia para o fim de ABSOLVER o acusado GWTEMBERG MARTINS RODRIGUES, o que faço com fulcro no artigo 386, inciso VII, do CPP.Após o trânsito em julgado, arquive-se o presente feito com as anotações e baixas de estilo, procedendo-se as comunicações estabelecidas pela CNGC.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Comarca de Porto Esperidião

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 61955 Nr: 1463-98.2017.811.0098
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Fábio Roberto Picinini
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Otavio Simplício Khun - OAB:14238
Código: 61955
Vistos.
Em tempo, tomando em conta que esta magistrada foi convocada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso para participar do IV Encontro de Sustentabilidade do Poder Judiciário, e que este será realizado no período em que solenidade anterior estava designada, conforme cópia retro, se faz necessária a readequação de pauta, a fim de otimizar os trabalhos, pelo que REDESIGNO a oralidade anteriormente aprazada para o dia 23/03/2020 às 15 hs 55 min.
INTIME-SE.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
CUMPRA-SE expedindo o necessário.
Porto Esperidião/MT, 03 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 66249 Nr: 472-54.2019.811.0098
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): OB, AZB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Rogério Grahl - OAB:MT/10.565, Erykson Thyago Pereira da Silva - OAB:MT 22102/O
IMPULSIONO OS AUTOS PARA INTIMAR O RÉU, OLÍBIO BORDON, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, NO PRAZO LEGAL.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61580 Nr: 1275-08.2017.811.0098
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: DdPJC
PARTE(S) REQUERIDA(S): JPM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 60 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): VALDINEIA EVANGELISTA MACHADO, Cpf: 03059125180, Rg: MG-14612888, Filiação: Maria Evangelista Machado dos Santos e Luis Francisco da Silva, data de nascimento: 16/10/1986, brasileiro(a), natural de Araputanga-MT, solteiro(a), do lar, Telefone (65) 9 9817-6485. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Autos nº 1275-08.2017.811.0098 (Código: 61580) Vistos em correição. Medida protetiva deferida em favor da vítima VALDINEIA EVANGELISTA MACHADO às fls. 15/18, em desfavor de JOSÉ PEDRO MARQUES. Medidas protetivas renovadas, ás fls. 38/39. Devidamente intimada sobre a renovação das medidas protetivas (fl. 42/46), a vítima compareceu em secretaria e manifestou que não tem mais interesse nas medidas (fl. 48). O parquet se manifestou pela extinção das medidas protetivas e consequente arquivamento do feito tendo em vista a ausência de interesse da vítima (fl. 49). É o relatório. Fundamento e decido. Pois

bem, a vítima foi devidamente intimada, e logo mais, compareceu à secretaria informando que não possui interesse nas medidas. Assim, não sendo constatada qualquer situação de risco, bem como, pelo estampado desinteresse da ofendida nas medidas, sendo o Ministério Público favorável ao arquivamento, não há motivos para a perpetuação do feito. Nesse sentido, tratando-se de ação cautelar satisfativa atípica de cunho eminentemente provisório, precário, excepcional, unilateral e de urgência, extingo o feito com resolução de mérito, com fulcro no art. 487, inciso I, do CPC, revogando as medidas anteriormente concedidas. INTIMEM-SE pessoalmente a vítima e o requerido para conhecimento desta decisão. Acaso uma das partes não seja encontrada, intime-se por edital, com o trânsito em julgado, certifique-se e ARQUIVE-SE os autos com as baixas e anotações de estilo. CIÊNCIA ao Ministério Público. CUMPRA-SE expedindo o necessário. Porto Esperidião, 25 de setembro de 2019. Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA CORREIA, digitei.

Porto Esperidião, 12 de dezembro de 2019

Fatima Adrielly Silva Freitas Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 55760 Nr: 8081-38.2014.811.0042

AÇÃO: Execução Provisória->Execução Criminal->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Luciano Mariano Ringo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruno Cesar Perobeli - OAB:289655/SP, Otavio Simplício Khun - OAB:14238

Ante o exposto, com fulcro no art. 107, inciso IV, do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de Luciano Mariano Ringo, já qualificado, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão executória estatal.

Expeça-se contramandado de prisão, com urgência.

Procedam-se as comunicações pertinentes, constante no artigo 1.453 da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso quanto à extinção da punibilidade e retificações necessárias.

P. R. I. C.

Ciência ao Ministério Público.

Com o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se com as anotações e baixas de estilo.

Entendo por despicienda a intimação do réu desta sentença por ser extintiva de punibilidade.

Porto Esperidião/MT, 12 de novembro de 2019.

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Edna Ederli Coutinho

Cod. Proc.: 66505 Nr: 610-21.2019.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Rubens Bruno Sabino Figueiredo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Rogério Grahl - OAB:MT/10.565

PROCESSO/CÓD. Nº 66505

Recebo a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra RUBENS BRUNO SABINO FIGUEIREDO, por satisfazer os requisitos do art. 41 do CPP, e por existir nos autos a presença dos pressupostos processuais, das condições da ação penal e principalmente por ter verificado no feito a presença de justa causa, ou seja, a existência da materialidade e os indícios de autoria.

Cite-se o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, em consonância com o art. 396 do CPP.

Consigne-se no mandado que o oficial de justiça deverá indagar ao acusado se este possui condições financeiras para constituir advogado, que deverá apresentar resposta no prazo de até 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, § 2º, CPP. Em caso negativo, deverá informá-lo que será defendido por advogado nomeado, tendo em vista a ausência de Defensoria Pública nesta comarca.

Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, e se necessário requerer suas intimações.

Apresentada a defesa, manifeste-se o Ministério Público sobre as preliminares e documentos, se houverem, no prazo de 05 (cinco) dias.

Após, conclusos para análise da possibilidade de absolvição sumária (art. 397, CPP) ou designação de audiência de instrução e julgamento.

Indefiro o pedido de expedição de certidão criminal circunstanciada feito pelo Ministério Público, tendo em vista que as informações requeridas são públicas e acessíveis ao membro ministerial, o qual está incumbido de aportar os autos eventuais certidões de antecedentes em face do denunciado.

Cumpra-se.

Porto Esperidião/MT, 05 de julho de 2019.

Edna Ederli Coutinho

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 66505 Nr: 610-21.2019.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Rubens Bruno Sabino Figueiredo

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Rogério Grahl - OAB:MT/10.565

Autos cód.

Vistos em correição.

Haja vista a impossibilidade de análise em tempo hábil destes autos, haja vista que esta magistrada é titular da 1a Vara Cível da Comarca de Mirassol D'Oeste/MT, e que teve compromissos com a Corregedoria do E. TJMT, findo o período correcional, voltem os autos conclusos voltem os autos conclusos imediatamente.

ÀS PROVIDÊNCIAS.

Porto Esperidião/MT, 11 de outubro de 2019.

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 67087 Nr: 975-75.2019.811.0098

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPdEdMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): MCdS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Cód. 67087 [nº 975-75.2019.811.0098]

Vistos.

Cuida-se de Ação Penal proposta pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em desfavor de Manoel Chaves de Souza, dando-o como incurso nas sanções penais previstas nos arts. 217-A, c/c 226, II, c/c 71, todos do Código Penal.

A defesa aviou pedido de encaminhamento de ofício solicitando relatório conclusivo dos acompanhamentos da menor para a Secretaria Municipal de Saúde de Treze Tílias/SC (fls. 161/162).

O Ministério Público foi pelo deferimento do pedido, assinalando a necessidade de expedição de ofícios ao Conselho Tutelar e à psicóloga do Município, ambos de Treze Tílias/SC, e também pela oficialização do psiquiatra do município de Joaçaba/SC, para que todos encaminhem com a máxima urgência relatórios, laudos e termos de acompanhamento relacionados à menor Iasmym Moura de Souza (fls. 163/163-vº).

Os autos vieram conclusos.

É o relatório, fundamento e decido.

Haja vista a concordância das partes com relação a estas diligências, em busca da verdade real dos fatos, pertinente a expedição dos ofícios nos moldes requeridos pelas partes, informando-lhes a urgência do caso, por se tratar de processo com réu preso, consignando o prazo de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilização dos servidores.

Consigne-se que deverão enviar todas as informações relacionadas à menor Iasmym Moura de Souza, principalmente aquelas que possam

evidenciar se sofreu ou não algum tipo de abuso sexual.
Com o aporte, cumpra-se o remanescente da decisão de fls. 146/146-vº.
CUMPRA-SE expedindo o necessário.
Porto Esperidião/MT, 13 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010001-63.2016.8.11.0098
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON DURANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL HERRERA DE OLIVEIRA OAB - MT0018387A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PORTO ESPERIDIÃO SENTENÇA Processo: 8010001-63.2016.8.11.0098. REQUERENTE: EDILSON DURANTE REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensado o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Aduz o autor, em síntese, que foi apresentado um cheque emitido pelo banco réu BANCO DO BRASIL e que tal cártula foi devolvida pela alínea 11 (sem fundos) sendo que o autor possuía fundos em sua conta bancaria. Afirma que foi vítima de má prestação de serviços da ré que impossibilitou nova tentativa de recebimento da cártula. Com tais considerações, pretende através da presente demanda a condenação do banco réu na reparação dos danos morais sofridos no evento. Em defesa a ré sustenta preliminar de inépcia da inicial por ausência de documentos indispensáveis a propositura da ação que se confunde com o mérito da demanda. E, no mérito, a ré afirma não ter prestado qualquer serviço defeituoso ao autor, na medida em que o cheque, de fato, não foi pago por medida de segurança autorizada pelo próprio autor. Pugnando ainda pela inexistência de danos morais no evento, pede a improcedência da demanda. Sem razão, contudo, pelo que o pedido do autor procede em parte. A reclamada não junta provas de o autor pediu a sustação do cheque, sendo assim a reclamada não provou seus fatos alegados. Assim, o autor demonstrou que possui fundos em sua conta, e nem consegue protestar o título em questão pela falta da segunda apresentação. Não há dúvidas de que existe má-fé do requerido quando prestou de forma defeituosa seu serviço na apresentação do cheque. Assim, com a má prestação de serviços do banco requerido, a qual redundou em prejuízos morais, nasce a obrigação de reparação pelo reclamado, conforme disposto no artigo 14 do CDC. O prejuízo moral decorre claramente do desvio produtivo do autor enquanto consumidor. Ao invés de conseguir pagar facilmente seu crédito, acabou compelido a buscar uma verdadeira epopeia para ressarcir seus prejuízos. Tal desvio de tempo vem sendo reconhecido pelo E. STJ como lesivo à dignidade humana. Passo, então, à liquidação do dano. Não há na lei ou na jurisprudência critério certo para fixação de indenização em danos morais. Se por um lado deve ser um quantum capaz de intimidar o responsável pelo dano, evitando-se repetições, por outro não pode constituir a indenização fonte de enriquecimento ilícito. Outrossim, deve-se sempre considerar a extensão dos danos, sopesando os critérios anteriores com a divulgação do fato. Com isso, no caso dos autos, considerado o valor do cheque devolvido de forma indevida por má prestação de serviços do requerido, mais todos os problemas por esta enfrentados em virtude da indevida devolução, bem como à míngua de outros elementos que agravem a conduta do réu, delibero arbitrar os danos morais sofridos pelo autor em R$5.000,00. Daí porque procedente a pretensão. Posto isto, e tudo mais que dos autos consta, OPINA-SE por JULGAR PROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial e, em consequência condeno o requerido a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, a quantia equivalente a R$5.000,00(cinco mil reais) com juros de mora de 1% ao mês, a partir do evento danoso (19/12/2015) e correção monetária (INPC) a partir desta data (súmula 362 do STJ). Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA À consideração do Excelentíssimo juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Porto Esperidião, para homologação do presente projeto de acordo com o artigo 40, da lei 9.099/95. ADRIELE ROSANGELA LEMES Juíza Leiga VISTOS, Homologo por SENTENÇA nos termos da minuta. P.I.C. Expeça-se o necessário. Transitado em julgado, ao arquivo com baixas. HENRIQUETA FERNANDA C. A. F. LIMA. JUÍZA DE DIREITO

Comarca de Querência

Vara Única

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34518 Nr: 1427-18.2014.811.0080
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Doronildes Castro da Silva, Dorotildes Medrado da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diego Ferreira de Azara, Thiago da Mata Faleiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabio André Weiler - OAB:27.841/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WALKER LA FAYETTE CAOUTINHO - OAB:OAB/GO 12568
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): THIAGO DA MATA FALEIRO, Cpf: 87872650100, Rg: 4066102, solteiro (a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO dO(A) REQUERIDO(a) acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 dias, contados do término do prazo deste edital, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial.
Resumo da Inicial: INTIMAR a parte requerida para que seja cientificada da presente ação, para, que querendo, se manifeste no prazo legal.
Despacho/Decisão: Vistos. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face da sentença lançada nos autos. Aduziu a parte embargante que houve obscuridade no que diz respeito à extinção do feito. Intimada a se manifestar acerca dos embargos, a embargada se manteve inerte. Vieram conclusos os autos. Em atenção ao princípio da colaboração processual e boa-fé, entendo que a alegação é plausível e merece guarida. Desta forma, ACOLHO OS EMBARGOS OPOSTOS, para reformar a sentença proferida e determinar a citação por edital do segundo réu, fixando o prazo mínimo legal (20 dias), devendo o edital conter as informações previstas no art. 257 do CPC. Por fim, advirto a parte autora das penas previstas no art. 258 do CPC. Transcorrido o prazo, tornem conclusos para nomeação de defensor dativo. Cumpra-se. Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.
Querência, 12 de novembro de 2019
Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30897 Nr: 914-21.2012.811.0080
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA FERREIRA DA ROCHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA CANARANA LTDA - COOPERCANA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KELLY CRISTINA ROSA

MACHADO - OAB:13449
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital de Citação - Usucapião - Réus Incertos ME098
Prazo do Edital:
Resumo da Inicial:
Descrição do Imóvel Usucapiendo:
Decisão/Despacho:
Nome e cargo do digitador:
Nº Ord. Serv. aut. escrivão assinar:

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto
Cod. Proc.: 17727 Nr: 917-44.2010.811.0080
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elisaura Tarasconi de Melo, Ivan Juarez de Mello, IVANA IZABEL TARASCONI DE MELLO, ESTEVAN TARASCONI DE MELO, IRAN GARCIA TARASCONI DE MELO, ERIVAN TARASCONI DE MELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcelo da Cunha Marinho - OAB:12.501-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Ante a integral satisfação da obrigação, conforme alvará(s) devidamente assinado(s) em 04.12.2019, JULGO EXTINTO o feito, com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.
Custas ex lege.
Não há condenação em honorários advocatícios nesta fase de execução, em razão da causalidade.
Após o transcurso do prazo recursal, ARQUIVEM-SE.
Em relação ao arquivamento, observar o Provimento 80/2014 CGJ, especialmente em relação à remessa ao DCA-TJMT. Além disso, observar o Provimento 15/2017 - CM que dispõe sobre a Central de Arrecadação.
INCLUA-SE O ANDAMENTO "626 - ARQUIVAMENTO COM REMESSA À CONTADORIA" NO SISTEMA APOLO, PARA QUE SEJA EFETIVADA A BAIXA NOS RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS.
P.R.I.C.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 15878 Nr: 498-58.2009.811.0080
AÇÃO: Averiguação de Paternidade->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CRDJ
PARTE(S) REQUERIDA(S): APDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ARNALDO PEREIRA DA SILVA, Rg: 345.149, Filiação: Tereza Rolim da Silva José de Jesus da Silva, brasileiro(a), convivente, freteiro, Telefone 65 8445 3710. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Vistos (META 2 CNJ).CRISTINA ROSA DE JESUS ajuizou a presente AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE em face de ARNALDO PEREIRA DA SILVA, qualificado nos autos, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir.Em síntese, pretende a autora o reconhecimento judicial da relação de filiação, atribuindo sua ascendência ao réu, à vista de relacionamento mantido com sua mãe à época da concepção. Pugnou pela procedência com os demais pleitos de estilo oriundos da sucumbência.Devidamente citado (fl. 85), o réu deixou transcorrer o prazo "in albis" para oferecer resposta (fl. 86).Sobreveio decisão à fl. 89 que "considerou inviável o julgamento antecipado da lide porque não consta dos autos qualquer elemento probatório a ensejar a procedência do pedido (...)", ocasião em que determinou a remessa dos autos à Defensoria Pública para que junte aos autos provas suficientes.Em manifestação de fl. 90, a Defensoria Pública informou não ter condições de indicar provas da relação de paternidade no caso concreto.Em despacho de fl. 91, determinou-se a intimação pessoal da autora para manifestar sobre eventual requerimento de produção de provas. Certidão à fl. 95 informando que a autora se manteve inerte.É o relatório. Fundamento e DECIDO.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que "a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado" (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo "da mihi factum, dabo tibi ius" (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.Trata-se de pedido de declaração da paternidade da autora, imputada ao réu, com quem a genitora daquela teria "havido uma relação, de cunho sexual, com o requerido" no período da concepção.Cumpre desde logo salientar que a demanda é IMPROCEDENTE, diante da insuficiência das provas apresentadas pela parte autora.Na verdade, ainda que se considere a revelia do réu, também é certo que esta circunstância não lhe retira a obrigação de apresentação de provas contundentes acerca do alegado na inicial, posto que se trata de AÇÃO DE ESTADO, QUE OBJETIVA A CONSTITUIÇÃO DA RELAÇÃO DE PATERNIDADE, devendo a autora apresentar um mínimo de lastro probatório para obter a procedência do referido pedido.Dito isto, conclui-se que a autora não se desincumbiu do ônus de comprovar a existência do relacionamento entre sua genitora e o réu. Limita-se a meio de prova precário e insuficiente para declaração da paternidade em relação à parte ré.Não há, portanto, qualquer possibilidade de sustentação do decreto de paternidade, por absoluta falta de respaldo probatório às alegações iniciais, impondo-se o caminho da improcedência do pedido.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.Por força da sucumbência, arcará a autora com as custas judiciais e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que ora arbitro em 10% do valor dado à causa, devidamente atualizado a partir da propositura da ação, observado quanto à sua

exigibilidade, os benefícios a ela já concedidos.Condeno o Estado ao pagamento dos honorários advocatícios em favor do advogado dativo, que fixo em 02 (dois) URH's.P.R.I.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.
Querência, 05 de dezembro de 2019
Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62592 Nr: 3769-60.2018.811.0080
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIPHE PEREIRA TAVARES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAO BATISTA ALVES BEZERRA - OAB:22090/O
Nos temos do Povimento 056/2007/ CGJ, impulsiono o presente feito para intimar o Denunciado, via DJE, na pessoa de seu advogado, para que apresente alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto
Cod. Proc.: 37884 Nr: 1439-95.2015.811.0080
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KDSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JORLAM THIAGO ARAÚJO DE SOUZA RIBEIRO - OAB:28353
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON LOPES ALVES - OAB:8953
Vistos.
REF 114: Em fls. 40/43, a parte exequente noticiou o descumprimento do acordo homologado por este Juízo, no que tange ao pagamento da pensão alimentícia, argumentando que, embora o executado tenha efetuado mensalmente o depósito da pensão alimentícia devida, realiza o pagamento sempre a menor, restando débitos pendentes relativos à diferença apontada.
Na espécie, a parte exequente optou pela adoção do rito do cumprimento de sentença por quantia certa (art. 523 e ss., CPC), considerando-se o pedido de "intimação pessoal do executado para pagar o débito, sob pena de realização de penhora online do valor exequendo (fl. 43)".
Ressalte-se que a escolha do rito é prerrogativa do credor, não cabendo a este Juízo a conversão, de ofício, do rito de expropriação de bens ao rito de coerção pessoal ou vice-versa, conforme jurisprudência pacífica do STJ.
Destarte, consigno que é incompatível a tramitação da execução de alimentos pelo rito da prisão civil e da constrição patrimonial em um mesmo processo, tendo em vista que possuem procedimentos distintos, conforme prevê art. 780 do CPC.
De outro lado, a decretação da prisão do alimentante compreende medida extrema que visa coibir o devedor a pagar os alimentos devidos, sendo indispensável a presença dos requisitos de urgência e imprescindibilidade dos alimentos para a subsistência do dependente, salientando que a prisão civil é ultima ratio, somente sendo permitida na hipótese de INADIMPLEMENTO VOLUNTÁRIO e INESCUSÁVEL de obrigação alimentícia.
Deste modo, faculto à parte exequente a escolha do rito da execução que melhor atenda a seus interesses (art. 528, §8º, CPC). Caso eleito o rito da prisão com eventual complementação de suas razões, abra-se vista ao Ministério Público para manifestação e, após, conclusos com URGÊNCIA.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto
Cod. Proc.: 64727 Nr: 4733-53.2018.811.0080
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS VINICIUS SANTOS DE JESUS, Thiago Junior Mendes Soares
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEKSANDER PASOTI FOSSA - OAB:18252/A
Vistos (RÉU PRESO - PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO).
REF 172: Considerando-se o desejo dos réus em recorrer da sentença proferida, arbitro 02 (dois) URH's em favor do advogado nomeado para atuar na defesa dos réus, especialmente para interpor recurso de apelação em seu favor.
Cumpra-se. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31675 Nr: 460-07.2013.811.0080
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Liceu Emilio Pauwles
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo Thadeu Segura Pereira - OAB:9.401-A-MT, FABIANA BRAGA SILVEIRA SEGURA PEREIRA - OAB:10965/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alexandre Miranda Lima - OAB:13241-A/MT, Lorrany Louisy Soares Goulart - OAB:39.839
Nos termos do provimento 056/2007/CGJ, impulsiono opresente feito para intimar a parte autora, via DJE, na pessoa de seu advogado, para que retire a Certidaão de Crédito emitida.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34224 Nr: 1246-17.2014.811.0080
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTÔNIO PEREIRA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S. A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabíola Collachiti Moreto - OAB:OAB/MT 9986-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - OAB:26992/A, Lucimar Cristina Gimenez Cano - OAB:8506-A/MT, Luiz Henrique Vieira - OAB:26.417MT
Nos termos do Provimento 056/2007/CGJ, impulsiono o presente feito para intimar a procuradora da autora para que se manifeste sobre o comprovante de quitação e eventual levantamento dos valores depositados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 40770 Nr: 826-41.2016.811.0080
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARTEFATOS DE CIMENTO OURO VERDE LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO COOPERATIVO DE CRÉDITO – SICREDI S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO - OAB:8920-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI - OAB:12972/MT
Nos termos do Provimento 056/2007/CGJ, impulsiono o presente feito para intimar a parte Autora, via DJE, na pessoa de seu Advogado, para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §1º, NCPC).

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 50200 Nr: 2555-68.2017.811.0080
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Roberto Marques
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PUBLICA ESTADUAL MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO MACHADO FONSECA - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Romes Júlio Tomáz-Procurador do Estado - OAB:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOSÉ ROBERTO MARQUES, Cpf: 24645230115, Rg: 885 560, Filiação: de Maria de Paula Pereira e José Luiz Pereira, brasileiro(a), proprietário da fazenda são josé. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Vistos em correição.Trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Defensoria Pública em legitimação extraordinária, alegando nulidade da citação por edital diante da ausência dos requisitos para seu deferimento. Os embargos foram recebidos e a parte embargada intimada para apresentar impugnação.Em sede de impugnação, a parte embargada requereu a improcedência do pedido. Vieram conclusos os autos para Sentença.É o relatório. Fundamento e Decido.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que “a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado” (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo “da mihi factum, dabo tibi ius” (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.No mérito, o pedido é IMPROCEDENTE.Na execução fiscal a citação por edital é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação previstas na legislação de regência - a citação por correio e a citação por oficial de justiça. Nesses termos é a Súmula n.º 414: A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Neste sentido, assenta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso:AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL – ESGOSTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Súmula 414 do STJ: “A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades”(AgR 171064/2016, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 28/08/2017, Publicado no DJE 04/09/2017).Isso porque a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a comunicação real dos atos às partes, seja citação, seja intimação. A comunicação ficta constitui exceção. No entanto, a citação por edital é possível se o réu se encontrar em local incerto e não sabido e se assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a nomeação de curador especial. Neste caso, a citação por edital não gerou prejuízo processual para a parte.Assim, satisfeitos os requisitos do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, a citação editalícia se mostra válida, mormente quando realizadas tentativas infrutíferas de localização do executado.Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos casos em que o recorrente é assistido por Curador Especial, a exigibilidade do pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios fica suspensa, uma vez que o mesmo encontra-se sob o pálio da justiça gratuita.Traslade-se cópia à ação de execução dependente.P.R.I.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.

Querência, 12 de dezembro de 2019

Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 50205 Nr: 2560-90.2017.811.0080

AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: S H CARMO DA COSTA GONTIJO ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): Prefeitura Municipal de Querência - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO MACHADO FONSECA - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procuradoria da Fazenda Municipal - OAB:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): S H CARMO DA COSTA GONTIJO ME, CNPJ: 05651621000159. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Vistos.Trata-se de Embargos à Execução Fiscal opostos pela Defensoria Pública em legitimação extraordinária, alegando nulidade da citação por edital diante da ausência dos requisitos para seu deferimento. Os embargos foram recebidos e a parte embargada intimada para apresentar impugnação.Em sede de impugnação, a parte embargada requereu a improcedência do pedido. Vieram conclusos os autos para Sentença.É o relatório. Fundamento e Decido.Concluída a fase postulatória, verifico que constam dos autos elementos suficientes para o julgamento integral do mérito, restando despicienda eventual produção probatória na espécie (art. 355, I, do NCPC), haja vista que a questão controvertida é exclusivamente de direito e foram juntados aos autos documentos suficientes para a comprovação das teses apresentadas pelas partes e formação do convencimento do julgador. Além disso, anoto que o magistrado é o destinatário das provas, de modo que a ele incumbe a direção do processo e a ponderação sobre a necessidade ou não da produção de outras provas. A propósito, já decidiu o Supremo Tribunal Federal que “a necessidade de produção da prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado da lide não implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do Magistrado” (RE 101.171-8- SP). Neste sentido, o NCPC prevê que no caso de diligências inúteis ou meramente protelatórias os requerimentos poderão ser indeferidos, conforme parágrafo único do art. 370 do NCPC.Ademais, o juiz não está adstrito a nomes jurídicos nem a artigos de lei indicados pelas partes, devendo atribuir aos fatos apresentados o enquadramento jurídico adequado. Aplica-se ao caso o brocardo “da mihi factum, dabo tibi ius” (REsp 1.537.996).Assim, verifico que os aspectos decisivos desta causa estão suficientemente líquidos, de modo que está autorizado o julgamento antecipado da lide (RTJ 115/789).Tal entendimento é lastreado

ainda no princípio da razoável duração do processo, garantia fundamental assegurada, insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, com o seguinte teor: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”. Os motivos que levaram o legislador a erigir a questão do tempo do processo ao nível de garantia fundamental mostram-nos uma insatisfação da sociedade com a prestação da tutela jurisdicional e o entendimento de que a jurisdição não deve ser apenas "prestada" pelo Estado como decorrência do direito de ação, mas que a tutela jurisdicional deve ser efetiva, tempestiva e adequada, sendo atribuição do Estado alcançar este objetivo.Por essas razões, mister se faz evitar a criação de novas fases, incidentes ou procedimentos inúteis que só postergariam ainda mais o pronunciamento jurisdicional.Dito isto, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual, entendidas como de direito abstrato, não vislumbrando, também, qualquer vício processual.A petição é apta e o procedimento corresponde à natureza da causa. A pretensão deduzida não carece de pedido ou causa de pedir. Ademais, o pedido é, em tese, juridicamente possível, não havendo incompatibilidade de pedidos, sendo que, a princípio, da narração dos fatos decorre logicamente a conclusão.No mérito, o pedido é IMPROCEDENTE.Na execução fiscal a citação por edital é cabível quando não exitosas as outras modalidades de citação previstas na legislação de regência - a citação por correio e a citação por oficial de justiça. Nesses termos é a Súmula n.º 414: A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades. Neste sentido, assenta-se a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso:AGRAVO INTERNO EM RECURSO DE APELAÇÃO – DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO SEGUIMENTO AO RECURSO – EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – CITAÇÃO POR EDITAL – ESGOSTAMENTO DAS DEMAIS MODALIDADES DE CITAÇÃO – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Súmula 414 do STJ: “A citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades”(AgR 171064/2016, DRA. VANDYMARA G. R. P. ZANOLO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 28/08/2017, Publicado no DJE 04/09/2017).Isso porque a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a comunicação real dos atos às partes, seja citação, seja intimação. A comunicação ficta constitui exceção. No entanto, a citação por edital é possível se o réu se encontrar em local incerto e não sabido e se assegurados o contraditório e a ampla defesa, com a nomeação de curador especial. Neste caso, a citação por edital não gerou prejuízo processual para a parte.Assim, satisfeitos os requisitos do art. 8º da Lei de Execução Fiscal, a citação editalícia se mostra válida, mormente quando realizadas tentativas infrutíferas de localização do executado.Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Nos casos em que o recorrente é assistido por Curador Especial, a exigibilidade do pagamento das custas recursais e dos honorários advocatícios fica suspensa, uma vez que o mesmo encontra-se sob o pálio da justiça gratuita.cTraslade-se cópia à ação de execução dependente.P.R.I.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MIRIÃ BRITO DO CARMO 028.553.521, digitei.

Querência, 12 de dezembro de 2019

Millaine Francisca Lopes da Silva Escrevente Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto

Cod. Proc.: 31931 Nr: 717-32.2013.811.0080

AÇÃO: Medida Cautelar com pedido liminar (art. 796 e ss do CPC) ->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR

PARTE AUTORA: GUERRA E GUERRA TRANSPORTES LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ MOREIRA DE OLIVEIRA, ANDRÉ LUIZ DIAS VIEIRA, DEVALCIR VANIN, ARILDO DE ÀVILA MOTTA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TALITA MUSEMBANI - OAB:322.581

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Ante a integral satisfação da obrigação, conforme noticia a parte exequente, JULGO EXTINTO o feito, com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil.

Custas pro rata.

Não há condenação em honorários advocatícios nesta fase de execução, em razão da causalidade.

Reconheço o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE.

Em relação ao arquivamento, observar o Provimento 80/2014 CGJ, especialmente em relação à remessa ao DCA-TJMT. Além disso, observar o Provimento 15/2017 - CM que dispõe sobre a Central de Arrecadação.

INCLUA-SE O ANDAMENTO "626 - ARQUIVAMENTO COM REMESSA À CONTADORIA" NO SISTEMA APOLO, PARA QUE SEJA EFETIVADA A BAIXA NOS RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS.

P.R.C.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto

Cod. Proc.: 47115 Nr: 1178-62.2017.811.0080

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BV FINANCEIRA S/A. CRÉDITOS FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX CARLOS MOURA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUDSON JOSE RIBEIRO - OAB:150060, PASQUALI PARISE E GASPARINI JUNIOR - OAB:4752/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Considerando-se o abandono da causa pela parte exequente que, devidamente intimada, manteve-se inerte (certidão de REF. 75), julgo EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

Custas pela parte autora. Não há condenação em honorários advocatícios, ante a causalidade.

Arquive-se.

P.R.I.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 67910 Nr: 1346-93.2019.811.0080

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): WELLINGTON MESSIAS MATOS PEREIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS ALVES DO NASCIMENTO - OAB:19240/O

Nos temos do Povimento 056/2007/ CGJ, impulsiono o presente feito para intimar o Denunciado, via DJE, na pessoa de seu advogado, para que apresente alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 57689 Nr: 1561-06.2018.811.0080

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JEFFERSON DOS SANTOS TONETTA, IURY SANTOS DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLAUDINEI ROCHA PINHEIRO - OAB:17950/A

Nos temos do Povimento 056/2007/ CGJ, impulsiono o presente feito para intimar o Denunciado, via DJE, na pessoa de seu advogado, para que apresente alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 37427 Nr: 1187-92.2015.811.0080

AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Lauri Vezaro

PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA NACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA PAVESI GRANJA -

OAB:17906
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do Provimento 056/2007/CGJ, impulsiono o presente feito para intimar a parte embargante, via DJE, na pessoa de seu advogado, para que se manifeste acerca do embargos opostos pelo embargado.

Citação

Citação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000932-78.2019.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
T. M. D. S. T. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO HENRIQUE STANISZEWSKI OAB - MT0012972S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. P. T. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE QUERÊNCIA DECISÃO Processo: 1000932-78.2019.8.11.0080. REQUERENTE: TIARLE MAGDA DA SILVA TISOTT REQUERIDO: VILSON PEDRO TISOTT Vistos. Nos termos do artigo 388 e seguintes da CNGC, a distribuição da carta precatória fica condicionada ao recolhimento das custas judiciais (Tabela B, item 6, da Lei 7.603/2001) que deverá ser providenciada pelo interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da missiva no Juízo Deprecado, independentemente de intimação. Ademais, no caso de expedição de carta precatória entre comarcas do Estado de Mato Grosso, as custas serão obrigatoriamente recolhidas no Juízo Deprecante, mediante guia de recolhimento padrão disponível nos cartórios distribuidores oficializados, postos de arrecadação e internet (site do Tribunal de Justiça – www.tjmt.jus.br). Ainda, as cartas precatórias, enviadas via malote digital, deverão estar devidamente assinadas pelos magistrados, bem como instruídas com o comprovante de pagamento das guias ou comunicação de justiça gratuita. Faltando algum destes requisitos, o Juízo Deprecado procederá a imediata devolução da missiva para saneamento das irregularidades (art. 389, §§ 1º e 2º, da CNGC). Deste modo, considerando-se o apontamento negativo no sistema PJe e a ausência de comprovante da guia de recolhimento juntado na missiva, faculto à parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, a comprovação do recolhimento das custas e taxas judiciais devidas, sob pena de devolução ao Juízo deprecante. Int.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000107-71.2018.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS JEAN PELONIA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE QUERÊNCIA SENTENÇA Processo: 1000107-71.2018.8.11.0080. REQUERENTE: CARLOS JEAN PELONIA SOARES REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. A parte Promovente, embora devidamente intimada para audiência de conciliação, não compareceu ao ato e tampouco apresentou justificativa plausível da sua ausência, consoante se observa no termo de audiência. Sendo assim, de rigor a extinção do feito diante da contumácia da parte requerente. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Não há custas ou honorários advocatícios nesta fase. Transitada em julgado esta sentença, o que certificará o cartório, procedam-se às baixas e anotações necessárias e arquivem-se estes autos, independentemente de nova determinação. P.R.I.C.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000107-71.2018.8.11.0080
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS JEAN PELONIA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE QUERÊNCIA SENTENÇA Processo: 1000107-71.2018.8.11.0080. REQUERENTE: CARLOS JEAN PELONIA SOARES REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. A parte Promovente, embora devidamente intimada para audiência de conciliação, não compareceu ao ato e tampouco apresentou justificativa plausível da sua ausência, consoante se observa no termo de audiência. Sendo assim, de rigor a extinção do feito diante da contumácia da parte requerente. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, com fulcro no art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Não há custas ou honorários advocatícios nesta fase. Transitada em julgado esta sentença, o que certificará o cartório, procedam-se às baixas e anotações necessárias e arquivem-se estes autos, independentemente de nova determinação. P.R.I.C.

Comarca de Ribeirão Cascalheira

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67288 Nr: 2233-80.2019.811.0079
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): URdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Deusiano Ferreira dos Santos - OAB:OAB/MT 6883-A
Nos termos da legislação vigente e do Provimento n° 52/2007-CGJ/MT, impulsiono os autos, com a finalidade de INTIMAR a defesa do réu, acerca do recebimento da denúncia, da manutenção da prisão preventiva, bem como da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 13h15min (horário oficial de Mato Grosso), conforme decisão de Ref. 17.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67269 Nr: 2225-06.2019.811.0079
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): ISMJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Vanessa Conceição Leite - OAB:26097/O
INTIMAÇÃO da defesa, acerca do recebimento da denúncia, da manutenção da prisão preventiva, bem como da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 28 de janeiro de 2020, às 13h (MT), conforme decisão de Ref. 26.

Comarca de Rio Branco

Diretoria do Fórum

Portaria

A Portaria n. 52/2019-DF completa encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000616-52.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
JURACY FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS LOPES DA SILVA OAB - MT15800/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RIO BRANCO VARA UNICA DE RIO BRANCO Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000 TELEFONE: (65) 32571295 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito, para INTIMAR a parte requerente para impugnar a contestação, no prazo legal. Rio Branco/MT, 13/12/2019. Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000362-16.2018.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO VOLKSWAGEN S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS OAB - MT20853-A (ADVOGADO(A))
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELINGTON DA CUNHA RIBEIRO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RIO BRANCO VARA UNICA DE RIO BRANCO Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000 TELEFONE: (65) 32571295 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito, para INTIMAR a parte requerente para se manifestar acerca da certidão Id.27273368, no prazo legal. Rio Branco/MT, 13/12/2019. Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000730-88.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
AESLIA GUEDES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAILTON DA SILVA PERES OAB - MT5106/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELSO BRANDOLFO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RIO BRANCO VARA UNICA DE RIO BRANCO Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000 TELEFONE: (65) 32571295 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito, para INTIMAR a parte requerente para se manifestar acerca da certidão e documentos juntados ao Id. 27362269, no prazo legal. Rio Branco/MT, 13/12/2019. Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000422-52.2019.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
L. A. C. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RUBENS VENTURA OAB - MT24615/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. B. D. S. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MINISTÉRIO PÚBLICO DA COMARCA DE RIO BRANCO/MT (CUSTOS LEGIS)

PROCESSO n. 1000422-52.2019.8.11.0052 POLO ATIVO:LINDIVALDA APARECIDA CIRINO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RUBENS VENTURA POLO PASSIVO: MONCLARO BATISTA DA SILVA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, do polo ativo acima qualificado, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO Data: 06/02/2020 Hora: 08:00 , no endereço: Rua Cáceres, s/n, Centro, RIO BRANCO - MT - CEP: 78275-000. RIO BRANCO/MT, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 54593 Nr: 2774-34.2018.811.0052
AÇÃO: Alvará Judicial - Lei 6858/80->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jozeni Gomes de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ronaldo Barbosa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar a parte requerente a retirar o Alvará de Autorização Para Levantamento Bancário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 34361 Nr: 1086-76.2014.811.0052
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GERALDO SOARES DE ARAUJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giuseppe Zampieri - OAB:MT - 10603
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar a parte requerente a indicar a conta bancária para expedição de Alvará Para Levantamento Bancário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 11038 Nr: 372-92.2009.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Aparecida dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Valéria Aparecida Solda de Lima - OAB:MT - 9.495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar o(a) patrono(a) da parte requerente a indicar a conta bancária em do(a) advogado(a) e, se for o caso, apresentar procuração onde conste o nome, OAB e CNPJ do escritório de advogado(a,s) que o advogado(a) integra.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 30191 Nr: 23-84.2012.811.0052
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eliete da Silva Campos, João Pedro Campos da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daiane Rodrigues Gomes Coelho - OAB:24.919/MT, Valéria Aparecida Solda de Lima - OAB:MT - 9.495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar o(a) patrono(a) da parte requerente a indicar a conta bancária em do(a) advogado(a) e, se for o caso, apresentar procuração onde conste o nome, OAB e CNPJ do escritório de advogado(a,s) que o advogado(a) integra.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32040 Nr: 501-58.2013.811.0052
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ana Bartolomeu Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Valéria Aparecida Solda de Lima - OAB:MT - 9.495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Paulo Alceu Dalle Laste - OAB:Procurador
Certifico e dou fé que nesta data, nos termos do art. 203, § 4º, do NCPC, e art. 412, §5º, da CNGC, impulsiono o feito para intimar o(a) patrono(a) da parte requerente a indicar a conta bancária em do(a) advogado(a) e, se for o caso, apresentar procuração onde conste o nome, OAB e CNPJ do escritório de advogado(a,s) que o advogado(a) integra.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 1265 Nr: 244-58.1998.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FPN
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAdPdCdRBL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - OAB:MT - 2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Cleiton Tubino Silva - OAB:5239/MT, Joice Pinto Pereira de Siqueira - OAB:20.116/MT
Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016- CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Executada, para que efetue no prazo de 05(cinco) dias, o recolhimento das custas processuais no importe de R$2.639,02(Dois mil e seiscentos e trinta e nove reais e dois centavos) para recolhimento da guia de Custas judiciárias a que foi condenado nos termos da r. sentença de fls.358. Fica Cientificada de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link: Emissão de Guias On Line – Emitir guias, selecionar o serviço da lista – custas finais/remanescentes – preencher o número único do processo e buscar, após conferir os dados do processo – clicar em próximo – preencher os dados solicitados como pagantes o valor das custas e taxas – gerar guia. Informo, ainda, que após o pagamento da guia emitida deverá ser protocolada o comprovante de pagamento na Central de Arrecadação e Arquivamento, para as devidas baixas.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 35756 Nr: 296-58.2015.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eliana Fagundes Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Desta feita, não havendo óbice quanto ao pedido formulado pela parte autora, em consonância com o relatório do perito judicial, defiro o pedido de produção de prova pericial médica especializada em ortopedia.Assim, nomeio como perita o médico especialista em ortopedia e traumatologia Reinaldo Prestes Neto, CRM-MT n. 5329, com endereço profissional da Rua Pelotas, n. 07, Centro Médico CPA, Cuiabá-MT, telefone (65) 9 81170025 e (65) 3641-7100, E-mail reiprestes@hotmail.com, para realização da perícia clínica em data e horário oportunamente agendados pela Secretaria Judicial, a ser realizada no Prédio do Fórum da Comarca de Rio Branco-MT, e posterior juntada do laudo independentemente de compromisso (artigo 466 do CPC).Deverá o perito responder aos quesitos apresentados pelas partes. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado constituído, para comparecimento na data e local agendados.Tangente aos honorários periciais, nos moldes da Resolução n. 305/2014 - CJF-RES, expedida pelo Conselho da Justiça Federal, fixo-os em R$600,00 (seiscentos reais).Justifica-se a elevação dos honorários além de R$ 200,00, eis que a Comarca encontra peculiaridades que tornam imensamente não atraente a aceitação do múnus por peritos médicos, como, por exemplo, o difícil acesso, a escassez de serviços, etc. Desse modo, a experiência tem mostrado que apenas com a promessa de elevação nos honorários tem-se logrado nomeação de médicos.Elaborado o laudo e encartado aos autos, manifestem-se as partes no prazo de 15 dias (art. 477, §1º, do CPC).Após, com ou sem manifestação, voltem conclusos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 48040 Nr: 2965-16.2017.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nubia Alves de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Amós Medeiros dos Santos - OAB:MT - 21378-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial, com pedido de tutela antecipada, proposta por Nubia Alves de Oliveira em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de março de 2020, às 16h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 53411 Nr: 1711-97.2018.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosimar Morelli dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Deyvison Barreto de Souza - OAB:MT - 23202-O, Marcio José da Silva - OAB:MT - 16225
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA para determinar ao demandado que proceda com a implantação do benefício previdenciário de auxílio-doença à requerente, até o julgamento de mérito da presente ação. Via de consequência, determino que a Secretaria expeça ofício ao procurador-chefe da Procuradoria Geral Federal Especializada, a ser entregue em mãos, requisitando que implante o benefício previdenciário objeto deste processo, no prazo de 15 (quinze) dias.Devendo, outrossim, ser encaminhado ofício ao APSADJ, devidamente instruído pela integralidade dos documentos que o referido setor de implantação reputa necessários.O descumprimento injustificado desta ordem implicará em execução de multa a ser oportunamente arbitrada, além de remessa das peças necessárias ao Ministério Público e a outros órgãos legitimados ao manejo da ação civil pública por improbidade administrativa, bem como para adoção de outras medidas previstas no nosso ordenamento jurídico.Em prosseguimento, passa-se à análise do pedido de realização de nova perícia. Em detida análise à perícia médica encartada aos autos, verifica-se que o perito do Juízo sugeriu nova avaliação médica especializada para atualização de diagnóstico e tratamento para posterior reavaliação da existência de incapacidade, (Item 2, Perícia Médica).Desta feita, não havendo óbice quanto ao pedido formulado pela parte autora, em consonância com o relatório do perito judicial, defiro o pedido de produção de prova pericial médica especializada em ortopedia.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 54612 Nr: 2790-85.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: Cleonice da Silva Nascimento
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial, com pedido de tutela antecipada, proposta por Cleonice da Silva Nascimento em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de março de 2020, às 15h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 38467 Nr: 108-31.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marlene de Fátima de Souza Cruz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial, com pedido de tutela antecipada, proposta por Marlene de Fátima de Souza Cruz em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de abril de 2020, às 13h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 35426 Nr: 190-96.2015.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria José dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giuseppe Zampieri - OAB:MT - 10603
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 38755 Nr: 256-42.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Regina Alves da Silva Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de auxílio-doença, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, ao pagamento das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a data a data da cessação do benefício, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de beneficio previdenciário.Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 39020 Nr: 374-18.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdecy de Moura Mattos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo. Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita. Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, porém suspendo a exigibilidade uma vez que a autora é beneficiária da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado e feito as anotações de estilo, arquivem-se com baixa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 36597 Nr: 610-04.2015.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aparecida Medis Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Arnaldo de Souza - OAB:MT - 11.283-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Isso posto, julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, em virtude da perda superveniente de objeto, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora/embarga ao pagamento de custas, despesas e honorários advocatícios, no montante equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do artigo 85, §§ 2º e 10, do CPC, contudo, suspenso sua exigibilidade, eis que beneficiária da justiça gratuita, (art. 98, §3º, CPC).Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 36936 Nr: 710-56.2015.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valentina Maria Miler
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Regina Célia Sabioni Lourimier - OAB:MT - 9.087-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimem-se as partes do teor da presente decisão. Em prosseguimento ao feito:Interposto o recurso de apelação pela Autarquia demanda, determino:Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme art. 1.010, § 1º, do CPC. Se apresentada apelação adesiva pela parte requerida (art. 997 do CPC), intime-se a parte contrária (Autarquia) para contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 1.010, §2º, do CPC.Caso as contrarrazões do recurso principal ou do adesivo ventilem matérias elencadas no art. 1.009, §1º, do CPC, intime-se a parte contrária para se manifestar sobre elas, no prazo de 15 (quinze) DIAS, conforme art. 1.009, §2º, do CPC.Após as formalidades acima, encaminhe-se os autos ao egrégio Tribunal Federal da 1ª Região – TRF1 (art. 1.009, §3º, do CPC), com as homenagens de estilo, ressaltando-se que o juízo de admissibilidade do(s) recurso(s) será efetuada direta e integralmente pela Corte "ad quem" (art. 932, CPC).Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 32851 Nr: 1300-04.2013.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eva de Fátima da Silva Amaral, JdSM
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giuseppe Zampieri - OAB:MT - 10603
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL e, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito da demanda, julgando extinto o processo. Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita.Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10%(dez por cento) do valor atualizado da causa, mas, em razão da gozar a autora da gratuidade judiciária, a exigibilidade da verba fica suspensa.À Secretaria Judicial: certifique-se se o perito judicial Fábio Manoel dos Santos Passos, CRM-MT 6.816, efetuou o pagamento em conta judicial da multa de 10% sobre o valor da causa e a devolução do valor pago a título de adiantamento dos honorários, conforme condenação à f. 108.Na ausência de pagamento, oficie-se à Advocacia Geral da União para ciência, instruindo-se o expediente com as f. 91, 92 e verso, 93, 95, 99, 103 e verso, 104, 105, 106 e verso, 107, 108 e a certidão de não pagamento. Com o trânsito em julgado, e nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 34278 Nr: 1034-80.2014.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GELINA ARAUJO FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº. 1034-80.2014.811.0052 – Código: 34278
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de pensão por morte de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 14:30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a qualidade de segurado do de cujus, bem como a condição de dependente de quem objetiva a pensão.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 34429 Nr: 1111-89.2014.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ataide Bento da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 17h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 34615 Nr: 1210-59.2014.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdeci Lima da Conceição
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Giuseppe Zampieri - OAB:MT - 10603
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez (urbana).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 16h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 34668 Nr: 1227-95.2014.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: HEVELYN CRISTINA DE JESUS, Rosilda Maria de Jesus Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo n. 1227-95.2014.811.0052 (34668)
Requerente: Hevelyn Cristina de Jesus, representada por Rosilda Maria de Jesus Silva
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA
1. RELATÓRIO
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência, proposta por Hevelyn Cristina de Jesus, representada por Rosilda Maria de Jesus Silva em face do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), todos qualificados nos autos.
A parte requerente aduziu, na inicial, ser portador de Craniossinostose ou Cranioestenose (CID 10 Q75.0), quadro clínico que lhe incapacita para o desempenho de atividades diárias, dependendo exclusivamente dos cuidados de sua genitora.
Além do relato da doença incapacitante, a requerente afirmou ser hipossuficiente, não possuindo meios de prover a própria manutenção, requerendo, portanto, a concessão de benefício assistencial à pessoa portadora de deficiência.
Este Juízo indeferiu o pedido de tutela de urgência e determinou a realização de estudo psicossocial.
Citado, o demandado apresentou contestação, nada dizendo com relação a estes autos, apenas reunindo comentários à legislação previdenciária.
Este Juízo designou perícia médica.
Intimados a se manifestarem quanto ao laudo pericial, as partes deixaram o prazo transcorrer in albis.
O laudo médico realizado pelo perito do Juízo concluiu que o periciado, ora requerente, é portadora de craniosinostose porém sem comprometimento cerebral.
Relatório Social apresentado pela assistente social do Juízo, indicando, conforme declarações prestadas pelo núcleo familiar do requerente, que este necessita de auxílio financeiro para custear suas necessidades, alegando também que a requerente sempre teve dificuldade de aprendizagem na escola.
O Ministério Público manifestou pelo indeferimento do pedido contido na exordial.
Intimados novamente para se manifestarem quanto ao laudo pericial, a parte autora requereu nova perícia.
Instado a se manifestar, o Ministério Público não se opôs a pedido da requerente.
É o relatório.
2. FUNDAMENTO E DECIDO.
O benefício de prestação continuada à pessoa com deficiência
O benefício assistencial está previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, prevendo a prestação de assistência social, no patamar de um salário mínimo mensal, à pessoa portadora de deficiência física ou ao idoso, desde que seja constatado que o requerente do pedido não possua meios de prover sua mantença ou de tê-la provida pela família.
O artigo supra citado fora regulamentado pela Lei n. 8.742/1993 e pelo Decreto n. 6.214/2007.
A Lei n. 8.742/1993, em seu artigo 20, § 3º, alterado pela Lei n. 12.435/2011, estipula que é considerado incapaz de prover a manutenção de pessoa portadora de deficiência ou idosa, a família cuja renda familiar per capita for inferior a ¼ do salário mínimo.
Em seu caput, o artigo suso garante o benefício de prestação continuada, no valor de um salário mínimo mensal, ao deficiente físico e ao idoso com pelo menos 65 (sessenta e cinco) anos.
Já o Decreto n. 6.214/2007, alterado pelo Decreto n. 7.617 de 2011, que regulamenta a Lei Orgânica da Assistência Social, em seu art. 4º, inciso II, define pessoa portadora de deficiência como sendo aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
O mesmo artigo suso, em seu inciso III, define incapacidade como fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição da participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social, em correspondência à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social.
Dessa maneira, considera-se pessoa portadora de deficiência física, aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, em decorrências patologias de origem hereditária, congênita ou adquirida.
Tecidos esses esclarecimentos, passa-se à análise dos autos.
Foi juntado aos autos o laudo formulado pelo médico nomeado por este Juízo. Do aludido documento constata-se que o perito concluiu que o periciado, ora autor, é portador de doença craniosinostose.
Concluiu o expert que o quadro clínico constatado não proporciona restrições para sua vida independente, não havendo sinais de comprometimento cerebral ou alterações no exame físico que comprometa a vida da criança, razão pela qual não preenche o requisito de incapacidade necessário à concessão do benefício de amparo assistencial à pessoa com deficiência.
Ressalta-se que a perícia foi realizada por médico de confiança deste juízo, que, em análise clínica e aos exames e atestados médicos apresentados, constatou que a autora não se encontra com incapacidade para as atividades diárias, portanto, insuscetível o reconhecimento do benefício assistencial almejado.
De outro norte, o Relatório Social apresentado pela assistente social do Juízo, indicou, conforme declarações prestadas pelo núcleo familiar do requerente, que este necessita de auxílio financeiro para custear suas necessidades.
No entanto, o aludido Relatório Social deve ser analisado em conjunto com os demais elementos probatórios constantes nos autos.
De acordo com o relatório do estudo social, constata-se que o núcleo familiar do requerente é composto por Hevelyn, sua genitora (Rosilda Maria de Jesus Silva e seu genitor (Lucimar Moreira da Silva).
Do aludido relatório socioeconômico é possível extrair a informação de a requerente encontra-se em desempenho de atividade escolar (cursando o 6ª série da Educação Básica, à época), não havendo nos autos elementos que indique sua restrição à participação social compatível com sua idade (11 anos, à época).
Destarte, o estudo psicossocial em consonância com o laudo médico e os demais documentos apresentados pela autora, permitem a segura conclusão de que a requerente não se encontra incapacitada para o desempenho de atividades que lhe possam garantir a subsistência.
Restando prejudicado o requisito de incapacidade, essencial à concessão do benefício de amparo assistencial à pessoa com deficiência, impõe-se a improcedência do pedido inicial.
3. DISPOSITIVO
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL e, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito da demanda, julgando extinto o processo.
Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita.
Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10%(dez por cento) do valor atualizado da causa, mas, em razão da gozar a autora da gratuidade judiciária, a exigibilidade da verba fica suspensa.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Com o trânsito em julgado, e nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 34694 Nr: 1240-94.2014.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Silene Rosa da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ellen Barroso Viaro - OAB:14138
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº. 1240-94.2014.811.0052 – Código: 34694
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício auxílio doença c/c aposentadoria por invalidez, na condição segurado especial (rural).

Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 15:00, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a qualidade de segurado do requente.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 54736 Nr: 2873-04.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosangela Pereira Balbina
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 17h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 54027 Nr: 2400-18.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Creuzenir de Almeida Tanazio
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 15h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 54167 Nr: 2477-27.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Oldina Kusther
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito a concessão de aposentadoria por idade (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 9 de abril de 2020, às 13h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55205 Nr: 3141-58.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eva Gomes dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito a concessão de pensão por morte.
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 18h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 42617 Nr: 228-40.2017.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Pereira da Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial, com pedido de tutela antecipada, proposta por João Pereira da Costa em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 15h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 50577 Nr: 538-12.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonio Borges Guimaraes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 15h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 50901 Nr: 666-32.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANGELINA COSTA MENDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: César Luiz Branicio da Silva - OAB:MT - 21373-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito a concessão de aposentadoria por idade (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 9 de abril de 2020, às 14h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51236 Nr: 781-53.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aristides Alves da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 14h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51530 Nr: 916-65.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alessandra Batista Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 14h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51540 Nr: 921-87.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Almerinda de Jesus Gonçalves da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de março de 2020, às 18h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51654 Nr: 970-31.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cleide Bertolozzo Brito
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de março de 2020, às 18h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 52759 Nr: 1576-59.2018.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Luzia Glória de Araujo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 13h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 48620 Nr: 3237-10.2017.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Vanderlei de Lima Calassara
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao auxílio-doença c/c aposentadoria por invalidez (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 3 de abril de 2020, às 16h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 39673 Nr: 655-71.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucio Casagrande da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mercia Vilma do Carmo - OAB:MT - 8.873
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 41245 Nr: 1528-71.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rogerio Barbosa de Brito
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de auxílio-doença, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, ao pagamento das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a data do requerimento administrativo, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário.Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 41791 Nr: 1852-61.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucas Henrique de Souza Mendes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil para reconhecer o direito do autor ao benefício de prestação continuada, conforme previsto no artigo 20 da Lei 8.742/93, no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, a partir da data do requerimento administrativo, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de antecipação dos efeitos da tutela.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício de prestação continuada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Tangente ao lapso de duração do benefício assistencial de prestação continuada, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 21 da Lei 8.742/93.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de

Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 40836 Nr: 1283-60.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZENILDA MAFRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de auxílio doença, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a da data do pedido administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com jurus, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário.Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei 8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderá ser executado após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 50005 Nr: 257-56.2018.811.0052
AÇÃO: Cumprimento Provisório de Sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Pereira de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Relatório
Aqui se tem pedido de cumprimento provisório de sentença proposta por José Pereira de Oliveira em face do Instituto Nacional de Seguro Social.
A parte autora informou na ref. 22, que o benefício foi devidamente implantado.
É o relatório. Fundamento e decido.
Analisados os autos, verifico ter havido a satisfação do débito o qual deu ensejo à propositura da presente execução.
Ante o exposto, nos termos do artigo 924, inciso II do Novo Código de Processo Civil, julgo extinta a presente ação.
Após o trânsito em julgado e feito as anotações de estilo, arquivem-se com baixa.
P.R.I.C

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 50260 Nr: 388-31.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Dalbem da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial (rural), com pedido de tutela antecipada, proposta por Maria Dalbem da Silva em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 17h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 50560 Nr: 529-50.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elenice Martins Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Icatu Hartford Seguro S/A, COOPERATIVA SICREDI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Grace Alves da Silva - OAB:MT - 15888
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniela Cristina Vaz Patini - OAB:OAB/MT 11.660
Vistos etc.,
Trasladasse cópia da mídia audiovisual produzida nessa audiência para os autos: PEA 49176 e PJE 1000944-79.2019.
Deem as partes prazo comum de 15 dias para apresentar memoriais escritos.
Defiro o pedido do réu.
Cumpra-se. Às providências".

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 47320 Nr: 2615-28.2017.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gracinda Noel de Oliveira Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder o restabelecimento/implantação do benefício de auxílio-doença, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde a data do requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário. Tangente ao lapso de duração do auxílio-doença, anoto que o benefício deverá ser pago pelo prazo de 24 meses a contar da sentença, sendo que após o transcurso de tal prazo deverá ser cessado, exceto se a autora requerer e obtiver sua prorrogação junto ao INSS, nos termos do artigo 60, §8º, da Lei

8.213/91.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 53485 Nr: 2066-81.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Natalino Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: César Luiz Branicio da Silva - OAB:MT - 21373-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, não havendo demonstração com precisão que a parte autora se enquadra, ainda que temporariamente, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, é necessário que sejam trazidos aos autos outros documentos que forem julgados pertinente para análise do pedido. Por isso, fixo prazo de 15 dias para que o autor apresente, sob o risco de indeferimento da petição inicial:a) cópia das duas últimas declarações de imposto de renda ou comprovante oficial de dispensa;b) certidão, emitida por órgão próprio, de existência ou inexistência de propriedade de veículos automotores, bens móveis, imóveis ou semoventes. Frise-se que eventual inércia implicará no cancelamento da distribuição da presente demanda.Cumprida a referida determinação, tornem os autos conclusos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 53686 Nr: 2202-78.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Neuzeli Andrade de Assis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca reconhecimento judicial do direito à aposentadoria por idade de segurado especial, com pedido de tutela antecipada, proposta por Neuzeli Andrade de Assis em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social.
Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 16h30, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55226 Nr: 3155-42.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Madalena Joana Batista
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito a concessão de aposentadoria por idade (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 9 de abril de 2020, às 16h, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a efetiva existência de atividade rural em regime de economia familiar exercida pela parte requerente e o lapso de tempo envolvido em tais afazeres.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 54978 Nr: 3007-31.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Simar Célia de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL e, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito da demanda, julgando extinto o processo. Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita.Revogo a tutela inicialmente concedida.Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10%(dez por cento) do valor atualizado da causa, mas, em razão da gozar a autora da gratuidade judiciária, a exigibilidade da verba fica suspensa.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Com o trânsito em julgado, e nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 35351 Nr: 160-61.2015.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Gilmar Antonio dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.Sem custas, considerando que o feito processou-se com os benefícios da justiça gratuita.Condeno a autora a pagar ao réu honorários advocatícios no montante equivalente a 10%(dez por cento) do valor atualizado da causa, mas, em razão da gozar a autora da gratuidade judiciária, a exigibilidade da verba fica suspensa.À Secretaria Judicial: certifique-se se o perito judicial Fábio Manoel dos Santos Passos, CRM-MT 6.816, efetuou o pagamento em conta judicial da multa de 10% sobre o valor da causa e a devolução do valor pago a título de adiantamento dos honorários, conforme condenação à ref.53.Na ausência de pagamento, oficie-se à Advocacia Geral da União para ciência, instruindo-se o expediente com os documentos de ref. 18, 2, 34, 41, 42, 44, 47, 51 e a certidão de não pagamento. Com o trânsito em julgado, e nada sendo requerido, remetam-se os autos ao arquivo, na condição de findo, mediante adoção das formalidades e anotações de praxe.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 36437 Nr: 550-31.2015.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nilza de Fátima Ferreira da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Júlio Cezar Massam Nichols - OAB:MT - 11270
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº. 550-31.2015.811.0052 – Código: 36437
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de pensão por morte de segurado especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de abril de 2020, às 17 horas, horário oficial do Estado de Mato Grosso, a qual terá objetivo de averiguar a qualidade de segurado do de cujus, bem como a condição de dependente de quem objetiva a pensão.
Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
À Secretaria Judicial: CERTIFIQUE-SE se o perito judicial Fábio Manoel dos Santos Passos, CRM-MT 6.816, efetuou o pagamento em conta judicial da multa de 10% sobre o valor da causa e a devolução do valor pago a título de adiantamento dos honorários, conforme condenação à f. 108.
Na ausência de pagamento, oficie-se à Advocacia Geral da União para ciência, instruindo-se o expediente com as ref. 34, 42, 51, 53, 55, 56, 58, 84 e 87, bem como a certidão de decurso do prazo para o pagamento da multa.
Intime-se a requerente por intermédio de seu advogado.
Intime-se o requerido por meio eletrônico.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 39213 Nr: 457-34.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sebastiana dos Santos Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, para reconhecer o direito da autora à aposentadoria rural por idade e, em consequência, para condenar o réu ao pagamento do benefício no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13 º salário e, ainda , das parcelas em atraso, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde relativas ao benefício devidas desde o requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário. Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.Condeno a Autarquia Federal a pagar ao advogado do autor honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) da condenação, a ser apurada em liquidação, observados os termos da Súmula 111/STJ.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 38549 Nr: 145-58.2016.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria da Silva Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, para reconhecer o direito da autora à aposentadoria rural por idade e, em consequência, para condenar o réu ao pagamento do benefício no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, mais 13 º salário e, ainda , das parcelas em atraso, também no valor de um salário mínimo mensal (vigente à época), relativas ao benefício devidas desde relativas ao benefício devidas desde o requerimento administrativo, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário. Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016)Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.Condeno a Autarquia Federal a pagar ao advogado do autor honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) da condenação, a ser apurada em liquidação, observados os termos da Súmula 111/STJ.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32347 Nr: 807-27.2013.811.0052
AÇÃO: Consignação em Pagamento->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cláudio Justino de Freitas
PARTE(S) REQUERIDA(S): Etscheid Techno S/A, Vencedor Indústria e Comércio de Produtos Lácteos LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana Carolina Fernandes - OAB:308.479/SP, Danusa Borges - OAB:250.740/SP, Denis Barroso Alberto - OAB:238615 SP, Heloisa Marques da Silva - OAB:159.755 SP
Defiro o pedido para produção de prova testemunhal pela ré.
Designo a data de 20 de março de 2020, às 13h30min para oitiva.
Deverá a ré promover o comparecimento da testemunha ou justificar detalhadamente a pretensão de intimação, sob o risco de preclusão.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 47695 Nr: 2815-35.2017.811.0052
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso, KFdS, KFA, Neli Fri Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Claudiane Ferreira Alves, Osmildo Reis de Souza Silva, Jefferson Marques Xavier
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Tessaline Luciana Higuchi Viegas dos Santos - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcelo Barroso Viaro - OAB:MT - 13290-A

Ante o exposto, por estar o acordo formal e materialmente perfeito, HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, e, em consequência, RESOLVO O MÉRITO DO PRESENTE PROCESSO, nos termos do artigo 487, III, "b" do Código de Processo Civil.Sem custas.Encaminhem-se os presentes autos ao arquivo com as baixas e anotações de estilo em condição de findo.Ciência ao Ministério Público.P.R.I.C

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 53076 Nr: 1781-88.2018.811.0052
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marlucia dos Reis Cruz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Onofre Ambrósio de Azevedo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Isabela Caroline Ferreira Machado - OAB:MT - 21711-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rian Oliveira Novato - OAB:25.931
Aqui se tem ação de conhecimento com pedido de tutela de urgência ajuizado por Marlucia dos Reis Cruz em desfavor de Onofre Ambrósio de Azevedo.
Determinado às partes indicaram as provas que pretendem produzir, a parte requerida manifestou pela produção de prova testemunhal.
Decido.
Defiro o pedido de produção de prova testemunhal, conforme requerido pelas partes e, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de março de 2020, às 14h30min, horário oficial do Estado de Mato Grosso.
Frise-se que o rol deverá ser juntado aos autos em até 15 (quinze) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se as partes por intermédio de seu advogado constituído.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 52223 Nr: 1284-74.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): EL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Aqui se tem ação de reconhecimento e dissolução de união estável com pedido de tutela de urgência ajuizado por Elivana Martins da Silva em desfavor de Elci Lopes.
Determinado às partes indicaram as provas que pretendem produzir, a parte autora requereu a produção de prova testemunhal.
Decido.
Defiro o pedido de produção de prova testemunhal, conforme requerido pelas partes e, para tanto, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de março de 2020, às 14h, horário oficial do Estado de Mato Grosso.
Frise-se que o rol deverá ser juntado aos autos em até 15 (quinze) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.
Intime-se as partes por intermédio de seu advogado constituído.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 51840 Nr: 1077-75.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ÉMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): INdSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº. 1077-75.2018.811.0052 – Código: 51840
Aqui se tem ação em que se busca a concessão de salário maternidade, na condição de segurada especial (rural).
Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de março de 2020, às 15 horas, a qual terá objetivo de averiguar a qualidade de segurado especial da requerente.
Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 55729 Nr: 3398-83.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Roberto José da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Antonio Corbelino - OAB:MT - 9898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à implantação do benefício de aposentadoria por invalidez, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a data da cessação do benefício, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com jurus, mais 13º salário, compensando-se os valores eventualmente pagos a título de benefício previdenciário.Determino à parte ré que promova a implantação do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.Condeno a Autarquia Federal a pagar ao advogado do autor honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) da condenação, a ser apurada em liquidação, observados os termos da Súmula 111/STJ.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 56848 Nr: 4001-59.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nerivaldo Severiano
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Antonio Corbelino - OAB:MT - 9898
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO PROCEDENTE OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL, extinguindo o feito, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, CPC/2015, e condeno o INSS a proceder à conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez, com renda mensal apurada na forma legal, mais 13º salário e, ainda, ao pagamento das parcelas em atraso relativas ao benefício, devidas desde a data da propositura da ação até a data início do pagamento, observada a prescrição supramencionada, devidamente corrigidas monetariamente e acrescidas com juros, mais 13º salário,

compensando-se os valores pagos a título de beneficio previdenciário. Determino à parte ré que promova a conversão do benefício previdenciário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da intimação desta sentença, observando-se que o pagamento de eventuais parcelas atrasadas poderão ser executadas após o trânsito em julgado.Em relação aos juros moratórios, nas ações relativas a benefícios previdenciários, são eles devidos a partir da citação, à razão de 1% ao mês até a entrada em vigor da Lei n. 11.960/2009, após o que incidem os juros aplicados à caderneta de poupança. (Súmula 204 da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça; STJ, EDcl no AgRg no Ag 1247178/MG, Sexta Turma, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, j. 15/12/2015, DJe 02/02/2016).Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em Juízo, a correção monetária deve incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação, aplicando-se o índice IPCA-15.ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.Condeno a Autarquia Federal a pagar ao advogado do autor honorários advocatícios no montante equivalente a 10% (dez por cento) da condenação, a ser apurada em liquidação, observados os termos da Súmula 111/STJ.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 56346 Nr: 3711-44.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alaide Soares Ramos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº. 3711-44.2018.811.0052 – Código: 56346
Fixo prazo de 15 dias para que a aprte autora manifeste-se quanto às alegações postas na referência 43.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 53036 Nr: 1750-68.2018.811.0052
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lindéia Passos Marnes
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo n. 1750-68.2018.811.0052 (53036)
Ação Civil pelo Procedimento Comum Ordinário
Requerente: LINDÉIA PASSOS MARNES
Requerido: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
SENTENÇA
1. RELATÓRIO
Aqui se tem ação em que se busca o reconhecimento judicial do direito ao benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural), proposta por Lindéia Passo Marnes em face do Instituto Nacional do Seguro Social, ambos qualificados nos autos.
A parte requerente apresentou documentos comprobatórios de início de atividade rural junto com a inicial, todos em nome de seu pai, Antonio Rocha Passos.
Recebida a petição inicial, determinou-se a citação da requerida.
Asseverou ter postulado administrativamente o benefício previdenciário de aposentadoria por idade de segurado especial (rural) em 25/01/2018, pleito esse indeferido pela parte requerida.
A parte requerida, na contestação, não diz nada relacionado à autora, apenas reúne comentários à legislação previdenciária e, ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos contidos na inicial.
Realizada a audiência de instrução foram ouvidas as testemunhas.
É o relatório.
2. FUNDAMENTO E DECIDO.
A previsão da aposentadoria por idade para os segurados especiais
A aposentadoria por idade para aqueles que se dedicaram à atividade rural está prevista no artigo 48, caput e §1º, da Lei 8.213/1991, que estabelece:
Art. 48. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.
§ 1º. Os limites fixados no caput são reduzidos para sessenta e cinqüenta e cinco anos no caso de trabalhadores rurais, respectivamente homens e mulheres, referidos na alínea a do inciso I, na alínea g do inciso V e nos incisos VI e VII do art. 11".
Assim, a lei autoriza o benefício previdenciário de aposentadoria por idade ao segurando especial previsto no incido VII do artigo 11 da Lei 8.213/1991.
A prova relativa à parte autora
Inicialmente, verifica-se que a autora tinha 60 (sessenta anos) anos de idade na data da propositura da ação, restando preenchido o requisito da idade mínima nos termos do art. 48, § 1º, da Lei 8.213/91, conforme documentos pessoais anexos.
Passa-se a analisar a qualidade de segurada da autora.
A Lei 8.213/91, em seu artigo 55, § 3º, prevê que:
"§ 3º - A comprovação de tempo de serviço para os efeitos desta lei, inclusive mediante justificação administrativa ou judicial, conforme o disposto no art. 108, só produzirá efeito quando baseada em início de prova material, não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, conforme disposto no Regulamento."
Nesse sentido, de que a prova unicamente testemunhal não é suficiente para comprovação da atividade rurícola, são os enunciados de Súmula 27 do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região e Súmula 149 do Tribunal de Justiça, vejamos:
Súmula 27, do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região. Não é admissível prova exclusivamente testemunhal para reconhecimento de tempo de exercício de atividade urbana e rural.
Súmula 149, do Tribunal de Justiça. A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeito da obtenção de benefício previdenciário.
Para demonstrar a verossimilhança de suas alegações, a requerente juntou cópia de conta de energia, de julho de 2007, em nome de seu pai Antonio Rocha Passos, cópia de sua certidão de casamento, celebração realizada em 17/12/1953, constando como lavrador a profissão de seu esposo. Juntou cópia da certidão de casamento de seus pais, realizado em 29/09/1933, constando como lavrador a profissão de seu pai.
Apresentou, cópia da certidão de óbito de seu pai Antonio Rocha Passos, ocorrido em 30/07/2006, e cópia de contrato de sessão referente à propriedade rural que estava em nome de seu pai.
Por fim, juntou notas fiscais de venda de gado, folhas de classificação etária de vacinação, recibo de compra de insumos agrícolas, atestados de vacinação e pedido de transformador para o Sítio Sossego. Todos esses documentos estão em nome de Antonio Rocha Passos, sendo que as datas variam entre 2004 e 2006.
Após a audiência de instrução e julgamento, a parte requerida juntou documento emitido pela receita Federal, demonstrando que Lindeia Passos Marnes e seu esposo José Marnes são sócios de empresas localizadas no Centro da cidade de Lambari D'Oeste.
Na audiência de instrução realizada em 08/11/2019, inquiriu-se as testemunhas José Roberto da Silva Tenório e Luiz Elias Gonçalves, sendo que ambos firmes em relatar a trajetória da requerente na condição de trabalhador a rural em regime de economia familiar.
José Roberto da Silva Tenório afirmou conhecer Lindéia Passos Marnes há cerca de 12 anos, sendo que neste período, ela trabalhava com o pai no sítio da família, próximo a Rio Branco. Posteriormente o pai da requerente se desfez desta propriedade e adquiriu outra na região do Sepotuba, onde plantavam arroz, feijão, milho etc. Respondeu que após a morte do pai, Lindeia e seus irmão venderam a propriedade, mas que a requerente segue morando e trabalhando nela junto com seu esposo, ressaltando que jamais os viram trabalhando em empregos na cidade..
No mesmo sentido foi o depoimento da testemunha Luiz Elias Gonçalves, segundo o qual conhece Lindeia Passos Marnes há aproximadamente 15 anos, sendo que durante todo esse período ela viveu e trabalhou na pequena propriedade da pais, e atualmente, mesmo tendo vendido a propriedade, a requerente segue morando e trabalhando nela. Por fim, respondeu que o esposo de Lindeia, lavrador, sempre trabalhou na lida do

campo.

Inicialmente, ao analisar os documentos juntados pela parte autora, não se verifica início de prova material, pois todos estão em nome de Antonio Rocha Passos, pai de Lindéia Passos Marnes. A únicas provas a apontarem que a requerente passou a vida trabalhando no campo, em regime de economia familiar, são os depoimentos das testemunhas, todavia, conforme já mencionado acima, a prova unicamente testemunhal não é o suficiente para a demonstração de atividade rural.

Ademais, a ref. 68, a parte requerida juntou documento oriundo da Receita Federal, apontando que a autora, Lindéia Passos Marnes, e seu Esposo, José Marnes, são sócios, cada um, de uma empresa, cujos endereços são da zona urbana de Lambari D'Oeste, contradizendo o alegado na petição inicial e os depoimentos das testemunhas.

Assim, considerando os documentos acostados aos autos e a prova testemunhal produzida durante a instrução, constata-se que a pretensão da requerente em implantação de aposentaria por idade, em condição de segurada especial, não merece prosperar, uma vez que a parte autora não comprovou preencher todos os requisitos legais para sua concessão.

3. DISPOSITIVO

Ante tudo o que foi dito nesta Sentença, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTIDO NA INICIAL, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, resolvendo o mérito da demanda e, com isso, julgo extinto o processo.

Revogo in totum a liminar concedida.

Condeno à parte autora ao pagamento de honorários advocatícios ao advogado da parte adversa, contudo suspensa sua exigibilidade diante da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

Condeno, ainda, a requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, entrementes, assim como os honorários sucumbenciais, permanecerão suspensas sua exigibilidade em razão da gratuidade.

Transitada em julgado, determino o arquivamento dos autos, na condição de findo, mediante adoção das formalidades legais, providenciando as anotações e baixas de praxe.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 50839 Nr: 631-72.2018.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADELMA BARBOSA DE MORAIS,

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Lopes da Silva - OAB:MT - 15.800

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Processo nº. 631-72.2018.811.0052 – Código: 50839

Aqui se tem ação em que se busca a concessão de salário maternidade, na condição de segurada especial (rural)

Em tempo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de abril de 2020, às 18 horas, a qual terá objetivo de averiguar a qualidade de segurado especial da requerente.

Frise-se que o rol de testemunhas deverá ser juntado aos autos em até quinze (15) dias antes da data da audiência, nos termos do art. 357, §4°, do CPC, indicando as que comparecerão independente de intimação e aquelas que exigirão a diligência intimatória.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 55809 Nr: 3436-95.2018.811.0052

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Luiz Carlos da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: César Luiz Branicio da Silva - OAB:MT - 21373-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Defiro o pedido, concedendo 15 dias para manifestação.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 57055 Nr: 10-41.2019.811.0052

AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MdJ, PFdJS

PARTE(S) REQUERIDA(S): EdSLdS, AMR, MMdOF

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Airton de Almeida Marques - OAB:MT - 19732/O, Breno Almeida Carlos - OAB:MT - 21392-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Angelika Cunha Saibert - OAB:MT - 18038-O, Eduardo Pimenta de Farias - OAB:MT - 15715-A, Marcelo Barroso Viaro - OAB:MT - 13290-A

Aqui se tem abertura de inventário dos bens deixados por Sebastião Lopes de Souza, proposta por Pedro Fortunato de Jesus Souza, representado por Maria de Jesus, em face de Adriana Moreira Reis e outros.

Primeiras declarações do inventariante às pág. 275-293.

Apresentou emenda inicial às f. 337-338, corrigindo o valor da causa de R$ 2.000,00 para R$ 9.973.611,34.

A parte autora pugnou pela determinação judicial do Banco do Brasil para que preste informação quanto à existência de eventuais valores na conta bancária do falecido. Por fim, pugnou pela expedição de alvará para venda de 60 vacas descarte e 20 novilhas.

É o relatório. Fundamento e decido.

Indefiro o pedido formulado pela requerente para que seja oficiado ao Banco do Brasil para prestar informações quanto à existência de valores na conta bancária do falecido, haja vista que já consta nos autos tal informação, conforme Ofício n. 2206/2019 apresentado pelo Banco do Brasil (Ref. 147, pág. 630).

Dê-se ciência ao Ministério Público quanto à prestação de contas às f. 608-629.

Intime-se o represente do Ministério Público para manifestar-se acerca do pedido de alvará formulado para venda de semoventes, às pág. 631-633.

Certifique-se à Secretaria Judicial quanto ao cumprimento integral da decisão proferida em 08/01/2019 (Ref. 6), sobretudo quanto ao item 12 e seguintes.

Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 52860 Nr: 1628-55.2018.811.0052

AÇÃO: Ação de Alimentos->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PARTE AUTORA: Rozana Alves da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S): Luciano Lomba Gonzalez

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOHANNES MIRANDA MEIRA - OAB:23309/O, Rubens Ventura - OAB:MT - 24615-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lucas Rabello Teixeira Poncio - OAB:144.493/MG, Maria da Glória Rabello Teixeira Rezende - OAB:80.844-B/MG

intimem-se as partes para que, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência destas. Sendo pedida produção de prova técnica, poderá ser apresentado assistente técnico, devendo ser formulados quesitos sob o risco de preclusão.

Ao ser pretendida a produção de prova testemunhal, deverão as partes esclarecer quais fatos serão objeto dos depoimentos, sob o risco de indeferimento da prova pretendida.

Tem as partes o prazo de 15 (quinze) dias úteis para manifestação, iniciando-se pela parte autora e, após, para a parte requerida.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Processo Número: 1000152-96.2017.8.11.0052

Parte(s) Polo Ativo:

ANDRE DA CONCEICAO PAIVA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

ANDRE DA CONCEICAO PAIVA OAB - MT22398-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)

Autos 1000152-96.2017.811.0052 Tendo havido adimplemento do

montante reclamado na execução, extingo o feito pelo pagamento. Expeça-se alvará de levantamento em favor da parte exequente. Após, arquivem-se os autos na condição de findo. Rio Branco, 11 de dezembro de 2019. MARCOS ANDRÉ DA SILVA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000096-29.2018.8.11.0052
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA BATISTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DA CONCEICAO PAIVA OAB - MT22398-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Autos 1000096-29.2018.811.0052 Tendo havido adimplemento do montante reclamado na execução, extingo o feito pelo pagamento. Expeça-se alvará de levantamento em favor da parte exequente. Após, arquivem-se os autos na condição de findo. Rio Branco, 11 de dezembro de 2019. MARCOS ANDRÉ DA SILVA Juiz de Direito

Comarca de Rosário Oeste

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 87024 Nr: 4494-96.2018.811.0032
AÇÃO: Alvará Judicial - Lei 6858/80->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Dejane Conrado da Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA NILDECI BEZERRA RIBEIRO - OAB:18390/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Inicialmente, RECEBO o aditamento da petição inicial de ref. 31.
Colha-se parecer do Ministério Público, à vista do interesse indisponível de menor subjacente à demanda.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 56981 Nr: 1352-26.2014.811.0032
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: José Ferreira Louzada
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANO GODA - OAB:7188
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
HOMOLOGO os cálculos de ref. 45.
Expeça-se Ofício Requisitório ao TRF da 1ª Região conforme o valor exequendo.
Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos definitivamente.
Intime-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 78074 Nr: 4078-65.2017.811.0032
AÇÃO: Desapropriação Imóvel Rural por Interesse Social->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANTA LUCIA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE EDA MARIA DE ALBUQUERQUE AFFI, Antonio Otávio Peixoto, Elizabeth Mery Affi da Costa, Eduardo Barcaui, Maria de Lourdes de Albuquerque Affi Barcaui, Margaret Olivia Affi Peixoto, Osvaldo José da Costa, José Mario de Albuquerque Affi, KARINA COELHO EVANGELISTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLECI DO NASCIMENTO FACCO - OAB:14126
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO BERTOLDO BARCHET - OAB:5665
Vistos.
Forte nos fundamentos invocados na petição de ref. 28, DEFIRO o pleito nela contido a fim de DETERMINAR a expedição de Alvarás em favor dos condôminos-herdeiros em igual proporção para todos, conforme dados bancários fornecidos.
Expedidos os Alvarás e nada mais havendo a deliberar, determino arquivamento definitivo dos autos.
Intime-se.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Diego Hartmann
Cod. Proc.: 61907 Nr: 1359-81.2015.811.0032
AÇÃO: Medida Cautelar (art. 796 e ss do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: LUCINDA DE ASSUNÇÃO AGUIAR
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOSANGO PROMOCOES DE VENDAS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Vanessa de Holanda Tanigut Bassi - OAB:OAB/MT 10.964-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3.056
Vistos.
Diante do cumprimento voluntário da obrigação, intime-se a parte autora para requerer o que de direito no prazo de 5 (cinco) dias.
Cumpra-se.
Às providências.
Ricardo Nicolino de Castro
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 85455 Nr: 3652-19.2018.811.0032
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA ELAZIR BISPO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jamil Alves de Souza - OAB:OAB/MT 12.880
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo Eletrônico n.º 3652-19.2018.811.0032
Código nº 85455
Vara Única
Vistos.
À vista de tudo que dos autos consta, DEFIRO a busca pelo sistema RENAJUD, com a finalidade de promover a constrição do(s) veículo(s) objeto(s) da presente ação de busca e apreensão, a qual deverá ser feito pela secretaria desta vara. Saliento que a constrição em questão deve abranger a restrição de transferência, licenciamento e circulação do(s) bem(ns).
Intimem-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 83345 Nr: 2579-12.2018.811.0032
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DAYANE OLIVEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELENICE MARIA BORGES - OAB:3617/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.
Inicialmente, certifique o Sr. Gestor acerca da realização de perícia médica, bem como se já informações acerca da conclusão do laudo pericial formulado por Dr. Alan. Em caso negativo, intime-se o Expert para que colacione aos autos a respectiva perícia, no prazo impreterível de 15 (quinze) dias.
Por fim, intime-se a autarquia federal, com remessa dos autos para no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca do petitório de ref.39.
Intime-se.
Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 64877 Nr: 433-66.2016.811.0032
AÇÃO: Ação de Rito Ordinário com pedido de tutela antecipada (art. 273 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: JJ FAMÍLIA AUTO POSTO LTDA, JOSEH PEDRO GONÇALVES, JOSÉ CARLOS RIBEIRO TAQUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ÉTICA PARRADO & ASSOCIADOS CONTABILIDADE S/C LTDA, MARIA HELENA MASSOLI REY PARRADO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Karina Paula Faustino da Silva - OAB:OAB/MT 15829-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GABRIEL MARTINS VILELA - OAB:19570
Vistos.
O processo se encontra hígido, respeitando o devido processo legal e o contraditório e ampla defesa.
Partes são capazes e estão bem representadas.
Pressupostos de existência e desenvolvimento válido e regular do processo preenchidos.
DECLARO o feito saneado fixando como ponto controvertido o dever da parte requerida de exibir os documentos solicitados.
Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez)dias indiquem as provas que pretendem produzir.
Cumpra-se.
Ás providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 57051 Nr: 1394-75.2014.811.0032
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGENOR FRANCISCO BOMBASSARO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE ROLANDO ADOLFO STRELLOW, LIDIA STRELOW, Carlos Ernani Fries, RENATO STRELOV, MARIA GUIOMAR DE MEDEIROS STRELOW, RAULINO STRELOW, Raimundo Hoppen, Ilse Hoppen
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Amanda Tondorf Nascimento - OAB:23266, Fabiano Alves Zanzardo - OAB:MT nº 12.770
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alan Vagner Schmidel - OAB:OAB/MT 7.504
Vistos.
Considerando o teor do acórdão do E. TJMT, confirmado pelo Colendo STJ, que promoveu a anulação da setença teerminativa e determinou o prosseguimento do feito, RECEBO os Embargos de Terceiro.
CITEM-SE os Embargados para que, no prazo legal, apresentem defesa.
Após, oportunize-se a apresentação de réplica.
Intime-se.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 57425 Nr: 1604-29.2014.811.0032
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AM
PARTE(S) REQUERIDA(S): EB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA REGINA OLIVEIRA SANTOS FERREIRA - OAB:10765, JEFERSON LEANDRO FULONI CARVALHO - OAB:17081/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
CONCEDO o prazo de 30 (trinta) dias para a juntada aos autos do comprovante de isenção do ITCM.
Intime-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 85437 Nr: 3642-72.2018.811.0032
AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BCCS
PARTE(S) REQUERIDA(S): VCETLM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: STEPHANY MARY FERREIRA REGIS DA SILVA - OAB:53612
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Prejudicada a finalidade do presente feito, DETERMINO o seu arquivamento, com as anotações e baixas necessárias.
Intime-se.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 81583 Nr: 1487-96.2018.811.0032
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Mun. R. Oeste - SINTSPROESTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): O Município de Rosário Oeste-MT (através de seu representante legal)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADILIO HENRIQUE DA COSTA - OAB:10327/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Inicialmente, por estarem preenchidos os pressupostos de regularidade formal e material do processo, DOU O FEITO POR SANEADO e FIXO como ponto controvertido o direito dos substituídos à percepção de adicionbal de periculosidade, bem como os respectivos consectários legais.
NOMEIO como perito judicial, independentemente de compromisso, o Sr. Gilmar Pinto Cabral, engenheiro de segurança do trabalho, CREA n.º 260201192-4, com domicílio profissional na Rua Caracas, n.º 16, Jardim das Américas, Cuiabá-MT, CEP 78.060-597, e-mail gilmarpintocabral@gmail.com e telefone de contato n.º (65) 3028-1820/ (65) 9919-4045, devendo o mesmo ser intimado desta nomeação para conhecimento e, bem como para que indique data e hora para realização dos trabalhos, que poderão ser acompanhados pelos interessados e/ou seus representantes, inclusive por intermédio de assistente.
Designada a perícia, intimem-se as partes para que tomem conhecimento e, querendo, se façam presentes ao ato.
O expert deverá apresentar o laudo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da realização da perícia - respondendo impreterivelmente a todos os quesitos apresentados nos autos.
Desde já, arbitro a título de honorárias periciais, a importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), valor este a ser custeado pelo Estado de Mato Grosso, nos termos da lei.
Com a chegada do laudo, INTIMEM-SE as partes para, querendo, manifestarem-se sobre o laudo do perito do juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.
Faculta-se às partes a apresentação de outros quesitos e indicação de assistentes técnicos (§1° do art. 465, CPC).
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 75474 Nr: 2641-86.2017.811.0032

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Rosina Urbana Ferreira de Arruda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco BMG S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NESTOR DA SILVA LARA JUNIOR - OAB:23137/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA - OAB:109730 , MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA - OAB:OAB/MG 63.440
Vistos.
Analisando detidamente o processo, verifico que foram atendidos todos os pressupostos de desenvolvimento válido e regular do feito, bem como respeitado o contraditório e a ampla defesa.
Assim sendo, DOU O FEITO por saneado e fixo como ponto controvertidos: a) a validade do contrato e respectivos descontos; b) a causação de dano material e seu respectivo valor; e c) a causação de dano moral e o valor eventualmente devido a título de reparaçaõ.
Initmem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias indiquem as provas que pretendem produzir, sob pena de preclusão.
Após, conclusos.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 83831 Nr: 2818-16.2018.811.0032
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Margarida Sabina da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANIA DOS SANTOS - OAB:11332
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
À vista do petitório de ref. 51, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais, para que informe nos autos acerca da implantação do benefício em nome da parte autora, devendo apresentar comprovante de implantação do benefício, destacando a data em que o mesmo foi efetuado, no prazo de (15) quinze dias.
Ademais, em caso de descumprimento da decisão no prazo mencionado, desde já arbitro multa cominatória no importe de R$ 100,00 (cem reais) por dia, até o máximo de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 63266 Nr: 1925-30.2015.811.0032
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Canopus Administradora de Consórcios S.C Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Gonçalo de Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ludovico Antonio Merighi - OAB:905-A/MT, Manoel Archanjo Dama Filho - OAB:OAB/MT 4.482, Marcelo Brasil Saliba - OAB:11546-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pleito de consulta através do sistema Renajud, a ser realizado pela Secretaria da Vara.
Sem prejuízo, desde logo DETERMINO a expedição de mandado de penhora no endereço declinado.
Intime-se.
Cumpra-se.
Às providências.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 72972 Nr: 1376-49.2017.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): MSC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ARYADNE THAANA BRUNO DO SANTOS, Cpf: 04656974102, Filiação: Rosemeire Bruno dos Santos, data de nascimento: 30/05/1995, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, convivente, estudante, Telefone 65 9 9930 3499 e atualmente em local incerto e não sabido MAIKE SOUZA COSTA, Cpf: 04375436174, Rg: 21792194, Filiação: Joadir Gomes da Costa e Sidneia Dias de Souza, data de nascimento: 29/09/1992, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, desempregado, Telefone 65 9 9686 4773. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAÇÃO DAS PARTES MAIKE SOUZA COSTA E ARYADNE THAANA BRUNO DO SANTOS, DA SENTENÇA PROLATADA NESTES AUTOS..
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) –

PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 06 de junho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.

Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019

Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 91057 Nr: 1777-77.2019.811.0032

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA:

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ADALTO LIMA PEREIRA, Cpf: 03785074190, Rg: 1432390-7, Filiação: Isabel Aquino Pereira e Venino Nobres Pereira, data de nascimento: 30/08/1968, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, solteiro(a), serviços gerais, Telefone 8419-2859. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Intimação do réu Adalto Lima Pereira, da sentença prolatada nestes autos..

Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro,

possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Luciane Comossato Marega, digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 71251 Nr: 437-69.2017.811.0032
AÇÃO: Ação de Rito Sumário com pedido de tutela antecipada (art. 273 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: LINO MANOEL SANTANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Centrais Elétricas Matogrossense S/A - Rede-Cemat
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SILBENE DE SANTANA SILVA - OAB:15927
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Murillo Espinnola de Oliveira Lima - OAB:MT 3.127-A
Vistos.
Certificada a tempestividade, RECEBO os Embargos interpostos.
Intime-se a parte embargada para se manifestar no praoz de 5 (cinco) dias.
Cumpra-se.
Às providências.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 64746 Nr: 383-40.2016.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): Teodoro Monte de Mesquita de Almeida
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): TEODORO MONTE DE MESQUITA DE ALMEIDA, Cpf: 45974063104, Rg: 699.371, Filiação: Joana Juliana da Silva e João Roberto de Souza, data de nascimento: 07/01/1933, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, casado(a), aposentado, Telefone 65-3356-6541. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Intimação do réu TEODORO MONTE DE MESQUITA DE ALMEIDA da sentença prolatada nestes autos.
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 62885 Nr: 1743-44.2015.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Maria Michele de Morais
PARTE(S) REQUERIDA(S): Elcon Manoel da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ELCON MANOEL DA SILVA, Cpf: 92725856191, Rg: 1593449-7, Filiação: Zulmira Mendes da Silva e Alicio da Silva, data de nascimento: 29/07/1982, brasileiro(a), natural de Jangada-MT, solteiro(a), pedreiro, Telefone 65 - 9 9812-5901. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. Intimação do réu ELCON MANOEL DA SILVA da sentença prolatada nestes autos.
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 93309 Nr: 2719-12.2019.811.0032
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: O Ministério Publico Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gustavo Henrique Souza e Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEJAIR ROBERTO LIUN JUNIOR - OAB:10777, Nilton Marcos Nunes Pereira - OAB:15481
Vistos.
Inicialmente, considerando a procuração outorgada pelo réu à fl. 124 –PDF ao ilustre advogado Dr. Nilton, exclua-se do processo e do sistema Apolo o nome do advogado Dejair Roberto Liu Junior.
Homologo a desistência da testemunha de defesa Osvaldo Calça.
Com relação ao pedido de revogação da prisão preventiva do réu, formulado pela defesa nesta audiência, tenho que merece acolhimento.
Com efeito, os fatos ora apurados não foram totalmente esclarecidos, eis que os depoimentos colhidos nesta data não coincidem com o que foi produzido na fase policial. Soma-se a isso que o réu não possui antecedentes ou outras passagens policiais, fato que leva a concluir que não tem vida dedicada ao crime, tendo ainda a defesa, nessa oportunidade, juntado cópia da carteira de trabalho do ora acusado.
Além disso, possui uma filha pequena menor de idade, de 04 (quatro) anos, a qual ficou demonstrada que depende dos cuidados do réu, inclusive financeiros, de modo que mantê-lo encarcerado privara a criança de conviver com o pai e ter um crescimento sadio, situação, á evidencia indesejada.
Por isso, não vislumbrando motivos idôneos para manter o réu preso, REVOGO sua prisão preventiva, podendo responder em liberdade o processo. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, colocando-o em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso.
Encerrada a instrução processual, abra-se vista dos autos ao MP, em seguida intime-se a defesa constituída, para que apresentem suas alegações finais por memoriais escritos no prazo legal. Após, conclusos para decisão.
Nada mais havendo a consignar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.
Rosário Oeste/MT, 12 de Dezembro de 2019.
Ricardo Nicolino de Castros
Juiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 64237 Nr: 183-33.2016.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Benedita Eva da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sebastião Salomé dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): BENEDITA EVA DA SILVA, Rg: 23774274, Filiação: Eva Andrelina Ramos, data de nascimento: 23/09/1968, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, viuvo(a), lavradora/pensionista, Telefone 65-9600-7135 e atualmente em local incerto e não sabido SEBASTIÃO SALOMÉ DOS SANTOS, Cpf: 79703232191, Rg: 10026770, Filiação: Carmelita Eva dos Santos e Venâncio Macario dos Santos, data de nascimento: 17/11/1973, brasileiro(a), natural de Rosário Oesre-MT, solteiro(a), servente de pedreiro, Telefone 65-9992-3638. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 59517 Nr: 411-42.2015.811.0032
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Instituto Nacional do Seguro Social INSS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jacinta Neves Soares
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANESSA VIANA RIBEIRO - OAB:37840
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLAUDIA REGINA OLIVEIRA SANTOS FERREIRA - OAB:10765
Vistos.
Certificada a tempestividade dos Embargos, os RECEBO para discussão.
Intime-se a parte embragada para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 27859 Nr: 754-77.2011.811.0032
AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Thimóteo Neto de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Geovaldo da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paulo Custodio de Carvalho - OAB:OAB/MT 9.508
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Haroldo de Moraes Junior - OAB:6802, Hermes Rosa de Moraes - OAB:11627/MT, José Geovaldo da Silva - OAB:OAB/MT 6.063
Nos termos da legislação vigente e provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono estes autos e intimo o advogado do requerido (Dr. José Geovaldo da Silva - OAB/MT 6.063), a devolver os autos no prazo de 03 (três) dias, sob pena de busca e apreensão e aplicação das penalidades do artigo 234 § 2º do Novo CPC, em conformidade com a CNGC/MT - item

2.10.1.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 61722 Nr: 1285-27.2015.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIÃO SAMUEL DE FRANÇA JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): LOUANA MILENA DA CRUZ GOMES, Filiação: Marilene Batista da Cruz e Mildes de Almeida Gomes, brasileiro(a), solteiro(a), Telefone 9219-9046 e atualmente em local incerto e não sabido SEBASTIÃO SAMUEL DE FRANÇA JUNIOR, Rg: 001.306, Filiação: Evair Santos de Almeida e Sebastião Samuel de França, data de nascimento: 04/02/1989, brasileiro(a), natural de Várzea Grande-MT, convivente, soldado bm, Telefone 8150-3381. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAÇÃO DAS PARTES SEBASTIÃO SAMUEL DE FRANÇA JUNIOR E LOUANA MILENA DA CRUZ GOMES, DA SENTENÇA PROLATADA NESTES AUTOS.
Sentença: SENTENÇAVistos.Trata-se de procedimento instaurado para viabilizar à ofendida a concessão de MEDIDAS PROTETIVAS de urgência da Lei n.º 11340/2006, a fim de resguardá-la da prática de violência em âmbito doméstico.As medidas protetivas foram deferidas oportunamente concedidas.Os autos vieram-me conclusos.É o sucinto relatório.Fundamento e Decido.Inicialmente, verifico que houve a concessão de medidas protetivas em favor da ofendida, uma vez que os fatos relatados em suas declarações incluem-se entre aqueles objeto de tutela pela Lei n.º 11.340/2006, já que praticados no âmbito das relações domésticas.Com efeito, saliente-se que as medidas protetivas no âmbito de proteção à violência doméstica têm natureza satisfativa, ou seja, se exaurem com o seu mero deferimento, independentemente de quaisquer outras medidas, de molde que após o esgotamento dos seus efeitos, tem-se por encerrada a tutela jurisdicional.Por outro vértice, impõe-se advertir que as medidas cautelares oriundas da Lei Maria da Penha não podem ter duração indefinida no tempo, uma vez que se se caracterizam como medidas de natureza excepcional e de urgência. Neste ínterim, elucidativas são as palavras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, verbis:RECURSO DE APELAÇÃO CRIMINAL – AÇÃO CAUTELAR PARA CONCESSÃO DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI Nº. 11.340/2006 – DEFERIMENTO DAS CAUTELARES – APELO VISANDO A IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO COMETIMENTO DE ILÍCITOS PENAIS – NÃO CABIMENTO – PROCESSO CAUTELAR QUE NÃO CABE PRODUÇÃO DE PROVAS – FEITO APENAS DESTINADO À IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR – AÇÃO CRIMINAL EM ANDAMENTO PARA APURAÇÃO DOS DELITOS – ALEGADO EXCESSO DE PRAZO DA MEDIDA CAUTELAR – INVIABILIDADE – AS PARTES, EM RECENTE ACORDO NA ESFERA CÍVEL, CONCORDARAM COM A MANUTENÇÃO DA CAUTELAR NESTA AÇÃO CAUTELAR – VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM –DECISÃO ESCORREITA – APELO DESPROVIDO. Ação cautelar de concessão de medidas protetivas não destina-se ao reconhecimento dos ilícitos penais, muito menos em imposição de sanções, pois, os crimes supostamente praticados pelo apelante, serão analisados na ação penal em trâmite, uma vez que tais delitos não foram objetos de apuração neste feito, cuja natureza é cautelar, visando apenas a imposição de medidas protetivas e não a condenação criminal. Sabe-se que o requerimento de concessão de medidas protetivas à ofendida é um ato de natureza cautelar, que impõe restrição à liberdade de ir e vir do suposto agente e, como tal, não pode prolongar-se infinitamente no tempo. Contudo, na hipótese, inviável a alegação de excesso de prazo das medidas protetivas, haja vista que o juiz singular determinou que as cautelares perdurassem durante o processamento da ação criminal – a qual se encontra na fase das alegações finais, bem como na ação cível de reconhecimento e dissolução de união estável, o apelante concordou pela manutenção da medida protetiva, sendo defeso agir de modo contraditório ("venire contra factum proprium"), motivo pelo qual não configura constrangimento ilegal a decisão cautelar proferida nestes autos.(Ap 139955/2016, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 14/12/2016, Publicado no DJE 23/01/2017)HABEAS CORPUS – MEDIDAS PROTETIVAS – PREVISÃO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) – PEDIDO DE REVOGAÇÃO – IMPOSIÇÃO HÁ QUASE 1 (UM) ANO – AÇÃO PENAL NÃO INSTAURADA –VÍTIMA DENUNCIADA POR LESÃO CORPORAL COMETIDA EM FACE DO PACIENTE – NATUREZA CAUTELAR DAS RESTRIÇÕES OU PROIBIÇÕES JUDICIAIS – JULGADO DO TJMG DO PROVIMENTO JUDICIAL – PARECER DA PGJ ADOTADO PER RELATIONEM – LIÇÃO DOUTRINÁRIA – DESCONSTITUIÇÃO – ORDEM CONCEDIDA. "[...] Não há dúvidas de que as medidas protetivas possuem caráter excepcional e natureza de urgência, não sendo plausível que estas se prolonguem, sem o acompanhamento de, ao menos, uma investigação criminal sobre os fatos que ensejaram a aplicação da medida". (Parecer n° 009902-001/2016, Waldemar Rodrigues dos Santos Júnior, procurador de Justiça). "Não havendo ação penal ou inquérito policial em curso contra o réu, não cabe mais a imposição de medida protetiva na seara criminal, máxime se para elas não foi estabelecido prazo determinado." (TJMG, Apelação Criminal 1.0024.12.112768-2/001)(HC 86364/2016, DES. MARCOS MACHADO, PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 09/08/2016, Publicado no DJE 15/08/2016)Deste modo, evidencia-se que a concessão das medidas cautelares de urgência não é um fim em si mesmo, mas busca, sobretudo, acautelar a vítima até que os órgãos estatais competentes se pronunciem, em caráter de definitividade, sobre os fatos imputados ao ofensor.Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Rodrigo da Cruz Azevedo , digitei.
Rosário Oeste, 12 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 66431 Nr: 1041-64.2016.811.0032
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leopoldo Leite, Wagner Carneiro Leite, Leandro Carneiro Leite., Silvania Prado Braga Leite, ENEIDA BARRETO BORGES LEITE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:56918
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Guilherme Costa Coutinho - OAB:21.301/O, GUSTAVO CANTARELLI - OAB:11964/O, Jackson F. Coleta Coutinho - OAB:OAB/MT 9172-B, José Eduardo Polisel Gonçalves - OAB:OAB/MT 12.009
Vistos.
Inicialmente, à vista da tempestividade dos embargos, o RECEBO.
À vista dos potenciais efeitos modificativos do recurso, intime-se o embargado para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias.
Cumpra-se.
Às providências.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 63479 Nr: 1989-40.2015.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Silvana Maria Correa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Lourival da Paixão Neponuceno
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): LOURIVAL DA PAIXÃO NEPONUCENO, Rg: 1974058-1, Filiação: Emilia Domingas do Espirito Santo e José Benedito Neponoceno, data de nascimento: 28/03/1986, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), lavrador. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, EDVALDO EGINO DE ASSUNÇÃO, digitei.
Rosário Oeste, 10 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 85476 Nr: 3663-48.2018.811.0032
AÇÃO: Averiguação de Paternidade->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Junemary Queiroz Fernandes da Costa (menor), LMQFC
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUCILENE DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública da Comarca de Rosário Oeste - MT - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ANTE O EXPOSTO, forte em tais fundamentos de fato e de direito, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para DECLARAR por sentença, o vínculo de parentesco (paternidade) existente entre a parte autora e Jonathan Benedito de Arruda, devendo expedir-se o respectivo mandado de averbação junto Cartório do Registro Civil competente, com o fito de que passe a consta em seus assentos de nascimento seu nome de LAVÍNIA MARIA QUEIROZ FERNANDES COSTA DE ARRUDA, bem como o nome dos avós paternos sendo GERVACIO LINO DE ARRUDA e JUCILENE DOS SANTOS, o que faço com arrimo no art. 487, I do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas pertinentes.Intimem-se.Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 90629 Nr: 1540-43.2019.811.0032
AÇÃO: Restituição de Coisas Apreendidas->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Genadir Carlos de Morais
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLON ZABLOSKI DAVOGLIO - OAB:21143/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente, com fulcro no art. 487,inciso I, do CPC, a fim de que seja restituído a GENADIR CARLOS DE MORAIS o veículo GM/MONTANA, SPORT, ano de fabricação/modelo: 2010/2010, cor vermelha, placas: NCH 3296, município de Ji-Paraná-RO, Chassi: 9BGXH80POAC236711, Renavam: 00217348327, devendo ser entregue ao requerente ou a seu procurador, desde que haja procuração com poderes específicos, mediante recibo a ser juntado aos autos.Oficie-se ao Detran, autoridade policial e demais órgãos responsáveis para liberação do veículo. Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas devidas.Intime-se.Ciência ao Ministério Público.Após, arquive-se este incidente, com as anotações e baixas necessárias.Às providências. Rosário Oeste/MT, 13 de dezembro de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 71977 Nr: 806-63.2017.811.0032
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSANGELA DA SILVA GAMA, Gama Ribeiro & Cia Ltda ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Vistos.
Cuida-se de Embargos de Declaração interposto pelo BANCO DO BRASIL S/A contra a sentença homologatória de acordo, no ponto em que extinguiu o processo com resolução do mérito.
Segundo afirma o Embargante, houve omissão no decisum no ponto em que extinguiu o processo, quando houve expresso requerimento de suspensão do feito até o fim do cumprimento do acordo entabulado.
Os autos vieram-me conclusos para apreciação.
É o breve relatório.
Passo a decidir.
Inicialmente, entendo que a matéria objeto de controvérsia amolda-se às hipóteses legais atinentes ao remédio recursal respectivo, razão pela qual RECEBO o recurso.
No que tange ao mérito recursal, razão não assiste à parte Embargante. Isso porque, conforme dispõe o Código de Processo Civil, a sentença é causa de extinção do processo, e não de suspensão.
Ademais, uma vez prolatada a sentença de mérito, ainda que meramente homologatória, o prosseguimento do feito deve ser feito por meio de nova fase processual, qual seja, cumprimento de sentença. Assim, não há que se falar em suspensão do processo.
ANTE O EXPOSTO, forte em tais fundamentos CONHEÇO dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO e no mérito NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo incólume a sentença homologatória.
Intimem-se.
Certificado o trânsito em julgado.
Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67727 Nr: 1637-48.2016.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): SdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANA LUCIA MACEDO, Cpf: 09339595831, Rg: 1637471-1, Filiação: Maria Tereza Macedo e Antonio dos Santos, data de nascimento: 08/05/1968, brasileiro(a), natural de São Paulo-SP, solteiro(a), pescadora profissional, Telefone 65 999761316. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito

em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 03 de julho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, EDVALDO EGINO DE ASSUNÇÃO, digitei.

Rosário Oeste, 10 de dezembro de 2019

Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro

Cod. Proc.: 76829 Nr: 3450-76.2017.811.0032

AÇÃO: Petição->Atos e expedientes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Caruana S/A - Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

PARTE(S) REQUERIDA(S): São Cristovão Transportes EIRELI ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEUZA ANNA COBEIN - OAB:30650

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Sem delongas, DOU PROVIMENTO aos Embargos de Declaração para anular a decisão de ref. 30, uma vez que o presente procedimento refere-se a mero incidente processual para dar cumprimento a busca e apreensão objeto de processo que tramita em outro Juízo.

Assim sendo, arquivem-se os presentes autos.

Intime-se.

Cumpra-se.

Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro

Cod. Proc.: 75204 Nr: 2481-61.2017.811.0032

AÇÃO: Exibição de Documento ou Coisa->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Jaime Marcanzoni

PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS FERNANDO DECANINI - OAB:9993

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Arnaldo Janssen Nogueira - OAB:MT 19.081-A, Servio Túlio de Barcelos - OAB:14.258-A

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ante a inexistência de seus pressupostos legais, de molde que mantenho a sentença outrora exarada incólume, pelos seus próprios fundamentos, o que faço com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil.Intimem-se as partes.Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro

Cod. Proc.: 67513 Nr: 1535-26.2016.811.0032

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: João Batista de Almeida

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, Banco Bradesco Financiamentos S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ALBERTO DA SILVA - OAB:OAB/MT 23455-O, JULIO SILO DA CONÇEICÃO FILHO - OAB:18061/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Mauro Paulo Galera Mari - OAB:OAB/MT 3.056

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, ante a inexistência de seus pressupostos legais, de molde que mantenho a sentença outrora exarada incólume, pelos seus próprios fundamentos, o que faço com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil.Intimem-se as partes.Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.Às providências.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 58725 Nr: 85-82.2015.811.0032

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Suele Aparecida da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S): Carmo Benedito da Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): CARMO BENEDITO DA SILVA, Cpf: 01850366195, Rg: 1852338-2, Filiação: Benedita Marta da Ressurreição e Damazio Benedito da Silva, data de nascimento: 16/07/1977, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, convivente, serviços gerais, Telefone 65-9920-0773. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 03 de julho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, EDVALDO EGINO DE ASSUNÇÃO, digitei.

Rosário Oeste, 13 de dezembro de 2019

Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 67257 Nr: 1373-31.2016.811.0032

AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Antônia Maria da Costa

PARTE(S) REQUERIDA(S): Josias Mauro da Costa

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): ANTÔNIA MARIA DA COSTA, Cpf: 98885316115, Rg: 15648451, Filiação: Otavia Mamedia e Anastacio Amarilio da Costa, brasileiro(a), viuvo(a), Telefone (65)9964-8349 e atualmente em local incerto e não sabido JOSIAS MAURO DA COSTA, Cpf: 03513646178, Rg: 18486223, Filiação: Guilheemina Maria da Costa, data de nascimento: 22/10/1984, brasileiro(a), natural de Rosário Oeste-MT, solteiro(a), serviços gerais, Telefone 65-9915-5017. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências. Rosário Oeste/MT, 06 de junho de 2019.Ricardo Nicolino de CastroJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no

lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, EDVALDO EGINO DE ASSUNÇÃO, digitei.
Rosário Oeste, 13 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 56739 Nr: 1257-93.2014.811.0032
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gonçalo Geraldino de Almeida
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GONÇALO GERALDINO DE ALMEIDA, brasileiro(a), Telefone 65-9631-1196 e atualmente em local incerto e não sabido GEUSIA PINTO DA SILVA, Rg: 826078, Filiação: Natalina Pinto da Silva, data de nascimento: 12/12/1970, brasileiro(a), casado(a), serviços gerais, Telefone 65-9923-3983. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Ante o exposto, forte nos fundamentos de fato e direito, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil c/c Art. 13 da Lei 11.340/06, JULGO O PEDIDO PROCEDENTE.Ressalto, por oportuno, que por cuida-se de medida cautelar, seus efeitos não podem ser perenes, litando-se, portanto, até o trânsito em julgado da ação penal ou arquivamento do inquérito policial que apuram os fatos aqui noticiados.Não sendo localizados vítima e/ou ofensor para serem intimados da sentença, desde já DETERMINO a publicação de edital com prazo de 20 (vinte) dias, findo qual haverá o trânsito em julgado da sentença. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Ciência ao MPE.Às providências.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, EDVALDO EGINO DE ASSUNÇÃO, digitei.
Rosário Oeste, 13 de dezembro de 2019
Rogério Dorneles do Nascimento Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ricardo Nicolino de Castro
Cod. Proc.: 52778 Nr: 885-81.2013.811.0032
AÇÃO: Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Valdemir Alves da Silva, Darmelita Pereira de Almeida, Odenes Pereira de Almeida, Sílvio Teodoro Pereira, Rozino Pereira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Furnas Centrais Elétricas S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Silas Lino de Oliveira - OAB:OAB/MT 9.151
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Silas Augusto de Souza - OAB:5122-B
Processo nº 885-81.2013.811.0032
Código nº 52778
Vara Única
Vistos.
Processo em ordem.
Para fins de regularização do correto andamento processual, aguarde-se o julgamento do RE e/ou REsp repetitivos em escaninho próprio com a devida identificação. Ressalto que o lançamento do presente despacho junto ao Sistema Apolo deverá conter o código de andamento n° 10265 – conforme orientação da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso.
Às providências.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001008-52.2019.8.11.0032
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEX LUIS DE ALMEIDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RICARDO NICOLINO DE CASTRO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ROSÁRIO OESTE DECISÃO Processo n.º: 1001008-52.2019.8.11.0032 REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA REQUERIDO: ALEX LUIS DE ALMEIDA Vistos. Inicialmente, verifico que estão preenchidos os requisitos do artigo 319, assim como do artigo 320, ambos do Código de Processo Civil. Portanto, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 330 do CPC, recebo a petição inicial. Dispõe o art. 3º do Decreto Lei n.º 911/88 que, desde que comprovada a mora ou inadimplemento, o credor-fiduciante poderá requerer a busca e apreensão contra o devedor ou terceiro do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente. Por sua vez, enuncia o artigo º, § 2º, do mesmo diploma que "a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário". Pois bem. No caso dos autos, a constituição em mora resta comprovada pela notificação extrajudicial expedida por via postal pela ora autora em face da parte requerida, inclusive com respectivo aviso de recebimento, dando conta da sua efetivação. Com isto, tenho que estão preenchidos os requisitos legais para a concessão da liminar pleiteada a fim de determinar a expedição de mandado de busca e apreensão do bem objeto do negócio jurídico entabulado. Ex positis, estando presentes todos os requisitos necessários à concessão do pleito liminar, previstos no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, DEFIRO A LIMINAR requerida pra fim de determinar a expedição de MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO do bem descrito na peça inaugural (item1). Advirta-se ao Oficial de Justiça da necessidade de apreensão dos documentos de porte obrigatório e de transferência do bem objeto de apreensão. Cite-se a parte Requerida para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida indicada, acrescida de custas processuais e honorários advocatícios, oportunidade na qual o bem lhe será restituído livre de ônus e/ou para apresentar contestação em 15 (quinze) dias, sob pena de revelia. Advirta-se que não havendo o pagamento integral do débito no prazo estipulado, consolidar-se-á a propriedade em favor da parte autora. Por sua vez, para efeito de pagamento da dívida pendente no prazo legal, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor total do débito. Nomeio como depositário do bem a ser apreendido a parte autora na pessoa de um de seu(s) representante (s), conforme exposto na exordial. Por fim, decorrido o prazo sem que o requerido efetue o pagamento da integralidade da dívida, haverá a consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da requerente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 3º do Decreto-Lei 911/69. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. Rosário Oeste, 13 de dezembro de 2019. Ricardo Nicolino de Castro Juiz de Direito

Comarca de Santo Antônio do Leverger

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1001979-71.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MATILDE R C KLETKE & CIA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO BARAO OAB - MT8313-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIMAR DE SOUZA FIRMINO (RÉU)
SEBASTIAO SILVA FILHO (RÉU)
JAQUELINE DE PAULA RAMOS (RÉU)
DANIEL MUNIZ BARRETO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE STO ANTÔNIO LEVERGER VARA ÚNICA DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER Rua Benjamin Constant, 99, Centro, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 MANDADO DE INTIMAÇÃO PROCESSO n. 1001979-71.2019.8.11.0053 Valor da causa: R$ 180.000,00 ESPÉCIE: [ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA]->REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707) POLO ATIVO: Nome: MATILDE R C KLETKE & CIA LTDA - EPP Endereço: AVENIDA BOSQUE DA SAÚDE, S/N, LOTE 01, QUADRA 19, SALA 02, BOSQUE DA SAÚDE, CUIABÁ - MT - CEP: 78050-070 POLO PASSIVO: Nome: DANIEL MUNIZ BARRETO Endereço: RUA A-10, kitnet, PARQUE NOVA ESPERANÇA I, CUIABÁ - MT - CEP: 78098-564 Nome: JOSIMAR DE SOUZA FIRMINO Endereço: RUA QUARENTA E SETE,, casa 37, quadra 209, PEDRA 90, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-235 Nome: SEBASTIAO SILVA FILHO Endereço: RUA QUARENTA E OITO, CASA 210, QUADRA 48, PEDRA 90, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-240 Nome: JAQUELINE DE PAULA RAMOS Endereço: RUA TRINTA E UM, CASA 17, QUADRA 175, PEDRA 90, CUIABÁ - MT - CEP: 78099-155 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para que providencie o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, no prazo de 48 horas. Tendo em vista que a guia juntada nos autos pertence a Comarca de Cuiabá. Para tanto, a parte requerente deverá acessar o site do TJMT e emitir a guia de diligência, e informar nos autos o pagamento. Site do TJMT > emissão de guias online > diligencias > emissão de guia de diligencia -http://arrecadacao.tjmt.jus.br/emissao/selecionar-processo COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. STO ANTÔNIO LEVERGER, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002764-33.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MARIVALDO ALVES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA COSTA TEIXEIRA OAB - MT21854/O (ADVOGADO(A))
HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13555-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Wilson (Pesqueiro do Wilson) (RÉU)
Magistrado(s):
ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER DESPACHO Processo: 1002764-33.2019.8.11.0053. AUTOR(A): MARIVALDO ALVES DOS SANTOS RÉU: WILSON (PESQUEIRO DO WILSON) Vistos etc. Designo data para audiência de conciliação para o dia 02/03/2020, às 15:00h. CITEM-SE a parte Requerida no endereço acostado nos autos, do teor da presente demanda, para comparecer na audiência de conciliação acima designada, bem como, se infrutífera e ou frustrada, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 335 do CPC, com as advertências do art. 344 do CPC, observado, no que couber, o disposto no art. 183 do CPC. Consigno que a citação deverá ocorrer com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data em que foi designada a audiência nestes autos, consoante dispõe o art. 334, CPC. Caso haja desinteresse na realização da audiência, deverá a parte requerida, nos termos do art. 334, § 5º, do CPC, manifestar seu desinteresse por petição apresentada nos autos, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Cientifiquem, na mesma ocasião, as partes que, o não comparecimento injustificado na audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, passível de ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida, nos termos do art. 334, § 8º do CPC. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providencias. STO ANTÔNIO LEVERGER, 11 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002809-37.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
CASSIMIRA COSTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002809-37.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:CASSIMIRA COSTA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: OMNI FINANCEIRA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:20 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002810-22.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MIRTES DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002810-22.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:MIRTES DE ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para

comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:30 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002811-07.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELA CRISTIANE DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002811-07.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:MARCELA CRISTIANE DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:40 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002812-89.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MARLEI GONCALINA NEVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002812-89.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:MARLEI GONCALINA NEVES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 16:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002813-74.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON CLARO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002813-74.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:EDILSON CLARO PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002814-59.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON CLARO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002814-59.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:EDILSON CLARO PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RONAN DA COSTA MARQUES POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001171-66.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SEBASTIANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE STO ANTÔNIO LEVERGER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI PROCESSO n. 1001171-66.2019.8.11.0053 Valor da causa: R$ 10.095,31 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: MARIA SEBASTIANA DA SILVA Endereço: R PRINCIPAL, 227, BARRO DURO, CENTRO, BARÃO DE MELGAÇO - MT - CEP: 78192-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, 1300, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 Senhor(a): MARIA SEBASTIANA DA SILVA DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. STO ANTÔNIO LEVERGER, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001450-52.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
ANTHONIELLY APARECIDA VITAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE STO ANTÔNIO LEVERGER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI PROCESSO n. 1001450-52.2019.8.11.0053 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: ANTHONIELLY APARECIDA VITAL Endereço: RUA TRÊS, 12, ALTOS DO LEVERGER, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 Senhor(a): ANTHONIELLY APARECIDA VITAL DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:30 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. STO ANTÔNIO LEVERGER, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001780-49.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA LUIZA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DISTRIBUIDORA JAFRA DE COSMETICOS LTDA. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE STO ANTÔNIO LEVERGER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE STO ANTÔNIO DO LEVERGER LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ALEXANDRE PAULICHI CHIOVITTI PROCESSO n. 1001780-49.2019.8.11.0053 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: SANDRA LUIZA DA SILVA Endereço: RUA GUIRATINGA, 2, MARECHAL RONDON, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 POLO PASSIVO: Nome: DISTRIBUIDORA JAFRA DE COSMETICOS LTDA. Endereço: RUA HELENA, 260, 13 andar, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP - CEP: 04552-050 Senhor(a): SANDRA LUIZA DA SILVA DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. STO ANTÔNIO LEVERGER, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002823-21.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002823-21.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 12:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002824-06.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002824-06.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:00 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002825-88.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002825-88.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO

ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:10 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002826-73.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002826-73.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:20 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002827-58.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002827-58.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:30 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002828-43.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002828-43.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:JULIA MARTINS DE OLIVEIRA MONTEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS, SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:40 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002829-28.2019.8.11.0053
Parte(s) Polo Ativo:
MAURILIO FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL COSTA PARRIAO OAB - MT13944-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002829-28.2019.8.11.0053 POLO ATIVO:MAURILIO FERREIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MANOEL COSTA PARRIAO POLO PASSIVO: ENERGISA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: STO ANTONIO LEVERGER - J.E - AUD. DE CONCILIAÇÃO Data: 28/05/2020 Hora: 13:50 , no endereço: LOGRADOURO: RODOVIA PAES DE BARROS, Nº S/N, TELEFONE: (65) 3341-1426, BAIRRO: NOVO SANTO ANTÔNIO, STO ANTÔNIO LEVERGER - MT - CEP: 78180-000 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Comarca de São Félix do Araguaia

2ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1000595-84.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
PABLIANE FERREIRA DE MACEDO (REQUERENTE)
ERONDINA FERREIRA COELHO (REQUERENTE)
JOHN PABLO FERREIRA DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO MIRANDA SOUSA OAB - MT10296/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DESPACHO Processo: 1000595-84.2019.8.11.0017. REQUERENTE: ERONDINA FERREIRA COELHO, JOHN PABLO FERREIRA DE MACEDO, PABLIANE FERREIRA DE MACEDO Vistos. Converto o julgamento em diligência. Verifico que a inicial não veio acompanhada dos documentos essenciais à propositura da demanda, visto que os autores não colacionaram ao feito cópia de seus documentos pessoais e comprovante de endereços, nos termos do art. 320 do CPC. Nos termos do artigo 321 do CPC, DETERMINO que os Autores tragam aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, os documentos supra assinalados, por serem imprescindíveis ao feito, sob pena de indeferimento da exordial. Intime-se. Às providências. São Félix do Araguaia – MT, 10 de dezembro de 2019. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 150890 Nr: 1960-93.2019.811.0017
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de

Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eugênio Pereira Lima
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Marsango
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Dilermano Vilela Garcia Filho - OAB:4275
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Verifica-se que o Embargante pugnou pela concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, porém, não trouxe aos autos documentos que comprovem o alegado, o que não demonstra, ao menos neste momento, que é pessoa com insuficiência de recursos.
A presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos é relativa, cedendo mediante indícios nos autos em sentido contrário. Ademais, o artigo 5.º, LXXIV, da CF é claro em dizer que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".
Ora, somente em casos excepcionais deve ser deferido o benefício pleiteado, não bastando à mera afirmação ou simples pedido esposado na inicial, exige-se, pois, efetiva comprovação da falta de condições econômicas para o pagamento das custas processuais, conforme as prescrições do PROVIMENTO Nº. 07/2009 – CGJ.
Além disso, verifico que o valor atribuído a causa não condiz com o proveito econômico a ser auferido com a presente demanda, vez que o montante indicado pelo Embargante não faz jus à respectiva área.
Dessa forma, nos termos dos artigos 321 do CPC, DETERMINO que o Embargante, no prazo de 15 (quinze) dias, instrua o feito com as três últimas declarações de imposto de renda e/ou outro documento que seja útil e hábil para comprovação da necessidade da Assistência Judiciária Gratuita, atribua o valor correto a causa, efetuando o recolhimento das custas complementares, se necessário, bem como traga aos autos, cópia de seus documentos pessoais e comprovante de endereço, por serem documentos indispensáveis à propositura da ação.
Ou, ainda, se preferir, recolham as taxas e custas processuais, conforme valor legal atribuído à causa, no mesmo prazo mencionado, sob pena de cancelamento da distribuição e, consequentemente, extinção do processo sem resolução de mérito.
Intime-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 39268 Nr: 107-25.2014.811.0017
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG, AVdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): DRG, RdST
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Glória Ribeiro Dias São José - OAB:OAB/MT 20220/O, Rafael Cesar do Nascimento - OAB:16056
Vistos. Defiro a juntada requerida pela defesa. Ante as ausências registradas, Redesigno a presente oralidade para o dia 25 de agosto de 2020, às 14h00min. (Horário Oficial do Estado de Mato Grosso), devendo o Sr. Gestor realizar as intimações das testemunhas Ademar Moreira, Douglas da Silva e Lenilton Oliveira, com a antecedência que se fizer necessária. Intime-se o patrono do acusado Dinaide Ribeiro Guimarães para que, no prazo de 05 (cinco) dias, justifique sua ausência neste ato, sob de aplicação das penalidades legais. Saem os presentes pessoalmente intimados. Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Brito
Cod. Proc.: 151153 Nr: 2162-70.2019.811.0017
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): ABdS, GGdS, LVPR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Acácio Alves Souza - OAB:OAB/MT 14724/B, JARBAS COSTA BATISTA - OAB:24731/O, MÁRCIO CASTILHO DE MORAES - OAB:24310/A
Autos ID N.º 151153 - Réus Presos
Decisão
Vistos em Substituição legal, etc.
Tendo em vista a comunicação de ausência do Defensor Público nesta Comarca no período de 18 de Novembro a 17 de Dezembro de 2019 (fl. 99), nomeio para patrocinar a defesa dos denunciados ARTHUR BRITO DOS SANTOS e LUCAS VINICIUS PEREIRA REIS, a D. Advogada Militante nesta Comarca Dra. Jaqueline Gomes Ponte – OAB/MT 26237/O, devendo a nobre causídica ser intimada da presente decisão, registrando no ato que os honorários serão arbitrados ao final da demanda.
Registre-se que a nomeação se presta apenas para a apresentação de resposta à acusação, considerando que ante a ausência de Defensor Público, o presente feito não pode esperar o seu retorno, haja vista a urgência que o caso requer, por se tratar de réus presos.
Sem prejuízo, considerando que o denunciado Gilvarley Gomes dos Santos compareceu nos autos por intermédio de advogado constituído (fls.86/89), resta suprida a sua citação, de modo que defiro o pedido de vista dos autos para extração de cópias, na modalidade carga rápida, devendo a Serventia atentar-se para os comandos contidos na CNGC no tocante à cobrança dos autos.
Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário.
Intime-se.
De Querência/MT, para São Félix do Araguaia - MT, em 26 de Novembro de 2019.
Thalles Nóbrega Miranda Rezende de Britto
Juiz de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 148739 Nr: 506-78.2019.811.0017
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Fagundes da Costa, Carlos Alberto Sfredo, José Duarte Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Marsango
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elton Vieira Santos - OAB:18830-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Genilson Brayner - OAB:OAB/MT 19179-A
DIANTE DO EXPOSTO, nos termos da fundamentação, INDEFIRO o pedido de recolhimento das custas ao final da lide. Intimem-se os autores para que procedam a alteração do valor atribuído a causa, conforme decisão de fls. 72/72v, e efetuem o recolhimento das custas processuais complementares, em 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial com seu respectivo cancelamento no distribuidor, conforme dispõe o § único do artigo 321 do CPC e normas da CNGC/TJMT.A Secretaria deverá observar os seguintes itens da CNGC:2.14.2.1 – Não havendo preparo no prazo de 30 (trinta) dias, o fato será certificado pela secretaria, cancelando-se a distribuição sem necessidade de despacho. Para esta finalidade, as petições serão encaminhadas ao distribuidor.2.14.2.2 – Havendo recolhimento a menor das custas devidas, antes de se cancelar a distribuição, deve-se intimar a parte para o fim de complementação.2.14.2.3 – O prazo a que alude o item 1 desta norma (2.14.2.1) será contado a partir da intimação do advogado da parte, feita por meio do Diário da Justiça ou outra forma prescrita em lei.Com o recolhimento das custas, tornem-me os autos conclusos.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 45678 Nr: 1838-22.2015.811.0017
AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Marsango
PARTE(S) REQUERIDA(S): Giberto de Tal
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Genilson Brayner - OAB:OAB/MT 19179-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Dessa forma, conforme disposto no § único do artigo 321 do CPC, determino ao Requerente que emende a inicial em 15 (quinze) dias, retificando o valor da causa correspondente à área objeto desta lide e, consequentemente, proceda ao recolhimento das custas e taxa judiciária complementares, sob pena do cancelamento da distribuição e/ou ser o

processo extinto sem julgamento de mérito.Intime-se.Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário. Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 39526 Nr: 296-03.2014.811.0017
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ACFeIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JFdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alexandry Chekerdemian Sanchik Tulio - OAB:11640-MS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Intime-se a requerente, na pessoa de seu causídico, via DJe, para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informar o atual endereço do requerido, bem como, requeira o que entender de direito, sob pena de extinção nos termos do § 1º do artigo 485 do CPC.
Outrossim, conforme pedido de habilitação de advogado (fl. 53) proceda a Serventia com o trâmite necessário para que as publicações/ intimações vindouras sejam feitas em seu nome, evitando-se assim arguição de nulidade.
Intime-se.
Decorrido o prazo supra, certifique-se e volvam-me os autos conclusos.
Cumpra-se com URGÊNCIA, haja vista processo da meta 02/CNJ.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 151153 Nr: 2162-70.2019.811.0017
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): ABdS, GGdS, LVPR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Acácio Alves Souza - OAB:OAB/MT 14724/B, JARBAS COSTA BATISTA - OAB:24731/O, MÁRCIO CASTILHO DE MORAES - OAB:24310/A
Nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para intimar os causidicos a apresentarem resposta a acusação, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 136192 Nr: 2313-41.2016.811.0017
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Florência Cirqueira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Andre Luis de Jesus Laurindo - OAB:18483/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença, promovida por FLORÊNCIA CIRQUEIRA DOS SANTOS, devidamente qualificada, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, igualmente qualificado.
Houve a expedição da Requisição de Pequeno Valor – RPV (fls. 105/106) e os respectivos Alvarás de liberação dos valores (fls. 116/118).
É o sucinto relatório.
Fundamento e Decido.
A parte devedora efetuou o pagamento do débito, e a parte autora efetuou a retirada do alvará correspondente em 20/08/2019 e 17/07/2019, conforme manifestação da causídica aposta no verso da folha 124.
Em contínuo, a parte autora declarou o recebimento da parte que lhe cabia, e que não restava mais nada a receber (verso da folha 124).
É de reconhecer-se, assim, que o presente feito alcançou o seu objetivo, sendo de rigor a sua extinção, uma vez que devidamente satisfeita à obrigação.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE, com as baixas e anotações de estilo, independentemente de nova determinação.
P.I.C.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21111 Nr: 2015-59.2010.811.0017
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Tânia Ferreira de Sousa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Henrique Lopes - OAB:28134/GO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para intimar o requerente a fornecer numero de conta para TED.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 144718 Nr: 1744-69.2018.811.0017
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ivanildo Martins de Oliveira, LRdO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Karina dos Santos Ramos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Genilson Brayner - OAB:OAB/MT 19179-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Intime-se o Requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste acerca da certidão de fls.48, e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do §1° do artigo 485 do CPC.
Após, dê-se vistas dos autos ao Ministério Público Estadual, para manifestar no presente feito, pelo prazo legal, haja vista haver interesse de menor no pleito, com supedâneo ao art.178, II, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 46000 Nr: 1989-85.2015.811.0017
AÇÃO: Alvará Judicial->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Deuzimar Gomes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Janailza Taveira Leite - OAB:17577
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de Alvará Judicial ajuizado pelo Sr. Deuzimar Gomes da Silva em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
À fls. 30, o Requerente informa que não possui mais interesse na ação, tendo em vista o recebimento do valor, com isso requereu a extinção do feito com base no artigo 485 do inciso VIII do CPC.
Eis o breve relatório.
Decido.
Como se vê, a parte autora mostra-se desinteressada em prosseguir com o feito, requerendo a desistência da ação.
Deste modo, diante do pedido expresso de homologação da desistência da ação, a extinção do feito é medida que se impõe.
Dispositivo
Ante o exposto, homologo a desistência da ação e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil.
Sem custas, eis que o feito tramita sob o palio da justiça gratuita.
P. R. I. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 132759 Nr: 2366-56.2015.811.0017
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: A Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Fausto Aquino de Azambuja Filho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Intime-se o exequente, via remessa dos autos, para manifestar acerca da manifestação de fl. 32, bem como requerer o que entender por direito.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 32246 Nr: 888-52.2011.811.0017
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Bibiana Rodrigues da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de cumprimento de sentença, promovida por BEBIANA RODRIGUES DA SILVA, devidamente qualificada, em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, igualmente qualificado.
Houve a expedição da Requisição de Pequeno Valor – RPV (fls. 131/132) e os respectivos Alvarás de liberação dos valores (fls. 139/140).
É o sucinto relatório.
Fundamento e Decido.
A parte devedora efetuou o pagamento do débito, e a parte autora efetuou a retirada do alvará correspondente em 26/09/2019, conforme manifestação da causídica aposta à fl. 142.
Em contínuo, a parte autora declarou o recebimento da parte que lhe cabia, e que não restava mais nada a receber (fl. 142).
É de reconhecer-se, assim, que o presente feito alcançou o seu objetivo, sendo de rigor a sua extinção, uma vez que devidamente satisfeita à obrigação.
Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente demanda, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE, com as baixas e anotações de estilo, independentemente de nova determinação.
P.I.C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 141443 Nr: 3355-91.2017.811.0017
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PMAA, Barbara Mariana Alves Abreu de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diogo Pereira Aguiar
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Simone Alves da Silva - OAB:6835/TO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intime-se pessoalmente a Exequente, no endereço informado a petitória de fls. 02, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente novo endereço do Executado, tendo em vista certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 27, e/ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do §1° do artigo 485 do CPC.
Ultrapassado o prazo sem manifestação, certifique e tornem os autos conclusos.
.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37977 Nr: 1848-37.2013.811.0017
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Aparecido Chaves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adelâine Feijó Macedo - OAB:Procuradora
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ricardo Cicero Pinto - OAB:14174-A
Nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para intimar a parte requerente a se manifestar sobre o pagamento do Alvará, no prazo legal.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 15280 Nr: 1741-03.2007.811.0017
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonio Carvalho dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Aldenora Wanderley Rodrigues - OAB:5.865-GO, Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880, Kênia Wanderley Branco - OAB:19109/GO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente impulsiono os autos para intimar a requerente a fornecer numero de conta para TED do Alvará deferido.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 31381 Nr: 2610-58.2010.811.0017
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luiz Gonçalves Martins
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880, Thais Soares Azevedo - OAB:OAB/MT 24163/O
Impulsiono os autos com o fito de intimar a advogada Thais Soares Azevedo a restituir os autos supra imediatamente, sob pena das sanções legais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida
Cod. Proc.: 134767 Nr: 1309-66.2016.811.0017
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Wellington Vicente dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Antonio Alves da Silva - OAB:OAB/MT 19.004
Autos ID N.º 134767
Criminal
Decisão
Vistos, etc.
Compulsando os autos, denota-se que o denunciado foi devidamente citado para apresentação de resposta à acusação, conforme certidão de fl. 147, tendo afirmado que constituiria advogado na cidade de Alta Floresta/MT para patrocinar sua defesa.
Todavia, o denunciado Wellington, não compareceu nos autos até o presente momento, mesmo afirmando estar assistido por defensor constituído.
Assim sendo, intime-se pessoalmente o denunciado WELLINGTON VICENTE DOS SANTOS para constituir advogado ou declarar sua hipossuficiência, eis que até o presente momento não há nos autos a apresentação de resposta à acusação, nos termos da decisão de fls. 123/124.
Sobrevindo a manifestação do citando aos autos, caso afirme não ter condições de contratar defensor, remetam-se os autos à Defensoria Pública, independentemente de nova determinação, voltando-me conclusos na sequência. Se sobrevier a juntada de peça defensiva por advogado particular, voltem-me conclusos para designação imediata de audiência instrutória, se for o caso.
Às providências, expedindo-se o necessário, com urgência, consignando que o denunciado encontra-se segregado na cadeia pública local.
São Félix do Araguaia - MT, 13 de Dezembro de 2019.
Janaína Cristina de Almeida
JUÍZA DE DIREITO

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida

Cod. Proc.: 15232 Nr: 66-68.2008.811.0017

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Josivan de Souza Coelho, Leandro Egidio Rodrigues

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Galeno Chaves da Costa - OAB:11902-A

Vistos. Ante a ausência registrada, Redesigno a presente oralidade para o dia 25 de agosto de 2020, às 13h00min. (Horário Oficial do Estado de Mato Grosso), devendo o Sr. Gestor realizar as intimações que se fizerem necessárias. Defiro a expedição de Carta Precatória para proceder ao interrogatório do Réu Leandro, no endereço informado às fls. 121, o qual deverá ser intimado, de igual forma, da oralidade designada neste Juízo. Quanto a testemunha faltante, Celso Cariolato Zinelli, APLICO MULTA no patamar de 01 (um) salário mínimo, uma vez que o Sr. Oficial de Justiça terá que novamente realizar a respectiva diligência para intimá-lo, arcando com seus ônus e custas processuais, advertindo que, em nova reincidência, será aplicado multa de mais 03 (três) salários mínimos, conforme dispõe o artigo 219 do CPP, DEVENDO o Senhor Gestor providenciar a respectiva intimação para pagamento, no prazo de 30 (trinta) dias, e, caso não efetue, que providencie a devida certificação para fins de encaminhamento à Procuradoria Geral do Estado, para fins de inscrição na divida ativa e ajuizamento de ação, se entender o caso. Faça constar no mandado de intimação da testemunha Samuel de Jesus Luz que caso venha a faltar a próxima oralidade, ser-lhe-á aplicada multa, a qual, desde já, fixo no importe de 01 (um) salário mínimo. Encaminhem-se os autos à Defensoria Pública para manifestar interesse na oitiva da testemunha Deusimar Rodrigues da Silva, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão. Saem os presentes pessoalmente intimados. Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida

Cod. Proc.: 1651 Nr: 298-95.1999.811.0017

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): José Antônio Gomes da Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880, Romes da Mota Soares - OAB:4781-A

Vistos.

Compulsando atentamente os autos, constato que a instrução criminal já se findou, tendo sido realizado as oitivas das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, assim como foi o réu devidamente interrogado.

Sendo assim, dou por encerrada a instrução criminal, determinando a abertura de vista às partes para apresentação de memoriais escritos, pelo prazo legal, a começar pelo Ministério Público.

Ademais, no tocante a renovação do pedido de revogação que foi objeto de análise outrora, indefiro-o, dada a falta de alteração fática, pelo que mantenho o decisium de fls. 257/259 pelos seus próprios fundamentos.

Por derradeiro, proceda a serventia com a reiteração do pedido de recambiamento do réu (fl. 263), consignando no ofício, o prazo de 05 (cinco) dias para resposta, dado o lapso temporal verificado.

Às providências, com urgência.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Janaína Cristina de Almeida

Cod. Proc.: 15708 Nr: 575-96.2008.811.0017

AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Miro Jesse, Milton Vogel

PARTE(S) REQUERIDA(S): Este Juizo da Comarca de São Félix do Araguaia

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daniela Caetano de Brito - OAB:OAM/MT Nº 9880

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Por sua vez, a Procuradoria Estadual manifestou à fl. 249, que se encontrava aguardando maiores informações do órgão de terras – INTERMAT, para que pudesse deliberar sobre o interesse do Estado na lide.Por fim, esse juízo verificando a situação processual, mais precisamente o valor dado à causa, determinou que a parte autora emendasse retificando o valor para R$: 383.524,85 (trezentos e oitenta e três mil, quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos), no prazo de 15 (quinze) dias (fl. 253 verso).Manifestação autoral, comunicando o recolhimento das custas complementares, juntando documento comprobatório do pagamento, bem como pleiteou a abertura de prazo para apresentação de alegações finais (fl. 254).Outrora, verifica-se que a PGE, ainda não deliberou quanto ao seu interesse no feito, razão essa mister se faz oficiar ao órgão para manifestar sobre o deslinde dos autos. Assim sendo, OFICIE-SE a Procuradoria Geral do Estado, para que disponha seu desinteresse ou não no presente autos.Para tanto, remetam-se cópias dos documentos que instruíram a inicial.Por fim, após a devida manifestação do Estado de Mato Grosso, façam-me os autos conclusos para deliberações.Intimem-se. Cumpra-se com URGÊNCIA, haja vista processo da meta 02/CNJ. Às providências.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000136-82.2019.8.11.0017

Parte(s) Polo Ativo:

N. BOVE C. LEAL E SILVA - ME (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

PAULO CESAR SIMOES FARIA OAB - MT0021760A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

RAISSA LUANA PEREIRA REIS (REQUERIDO)

Magistrado(s):

JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 1000136-82.2019.8.11.0017. REQUERENTE: N. BOVE C. LEAL E SILVA - ME REQUERIDO: RAISSA LUANA PEREIRA REIS Vistos. Recebo a inicial eis que presentes os requisitos autorizadores. Defiro as benesses da assistência judiciária gratuita. Tendo em vista a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania nesta Comarca e analisando o objeto e a fase processual dos presentes autos, nos termos do artigo 3º, § 2º, do CPC, que consagra o princípio de promoção pelo Estado da solução por autocomposição, bem como amparo na Resolução 125/2010 do CNJ, remeta-se o presente feito ao Centro Judiciário, a fim de convidar às partes e seus patronos a se fazerem presentes em Sessão de mediação a ser designada pelo Sr. Gestor do Centro, para oportunizar lhes a conciliação. Proceda-se o Sr. Gestor ao necessário para a realização da Sessão de Mediação, inclusive expedindo Carta Precatória para o convite das partes, se necessário. Cite-se e intimem-se, devendo a parte requerida esclarecer, no prazo de 10 dias, sobre eventual desinteresse na tentativa de conciliação. Restando infrutífera a tentativa de conciliação, dê-se vida ao comando do art. 335 do NCPC, devendo a parte requerida apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias da realização da audiência ora designada, sob pena de, não o fazendo, ser considerada revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Após, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação. Cumpra-se, realizando e expedindo o necessário. Às providências. São Félix do Araguaia - MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Processo Número: 1000633-96.2019.8.11.0017

Parte(s) Polo Ativo:

THAIS SOARES AZEVEDO (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

THAIS SOARES AZEVEDO OAB - MT24163/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ESTADO DO MATO GROSSO - FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (EXECUTADO)

Magistrado(s):

JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 1000633-96.2019.8.11.0017. EXEQUENTE: THAIS SOARES AZEVEDO EXECUTADO: ESTADO DO MATO GROSSO - FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO Vistos, etc. Recebo a inicial eis que presentes os requisitos necessários. Inicialmente, DEFIRO os benefícios da justiça gratuita. De fato, a concessão do benefício da justiça gratuita ao defensor dativo serve para demonstrar um grande senso de justiça, vez

que o Advogado trabalha gratuitamente sem uma perspectiva de recebimento dos honorários e, ainda, tem que conviver com o descaso do governo em relação aos pedidos administrativos de pagamento. E, por fim, apenas demandam judicialmente o Estado quando não lhes resta alternativa. Some-se a isso o fato dos honorários ter natureza de crédito alimentar. Cite-se o Executado para que, querendo, e no prazo de 30 (trinta) dias, oponha Embargos, nos termos do art. 910 do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Às providências. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010018-51.2016.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
STYLUS MOVEIS COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE GENILSON BRAYNER OAB - GO0035137S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALICIA ANTONIO DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CAETANO DE BRITO OAB - MT0009880A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 8010018-51.2016.8.11.0017. REQUERENTE: STYLUS MOVEIS COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA - ME REQUERIDO: ALICIA ANTONIO DE OLIVEIRA Vistos Trata-se de cumprimento de sentença, proposto por STYLUS MOVEIS COMERCIO DE ELETRODOMESTICO LTDA - ME em face de ALICIA ANTONIO DE OLIVEIRA, no qual requer o cumprimento da sentença, a qual foi procedente. Não houve o cumprimento voluntário pelo Executado. Assim, nos termos do artigo 523, do Código de Processo Civil, intime-se o advogado da Executada, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor pleiteado, sob pena de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento). No mais, cabe frisar, se o pagamento for parcial, a sobredita multa incidirá sobre o restante do débito, consoante dispõe o § 2º, do citado artigo, sem prejuízo de ser expedido mandado de penhora e avaliação. Por fim, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo retro mencionado, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme dispõe o artigo 525 do CPC. Cumpra-se realizando e expedindo o necessário. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000005-44.2018.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL SILVA BARRETO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WALBTANYO FERREIRA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 1000005-44.2018.8.11.0017. REQUERENTE: DANIEL SILVA BARRETO REQUERIDO: WALBTANYO FERREIRA DE OLIVEIRA Vistos Trata-se de cumprimento de sentença, proposto por DANIEL SILVA BARRETO em face de WALBTANYO FERREIRA DE OLIVEIRA, no qual requer o cumprimento do acordo realizado entre as partes. Não houve o cumprimento voluntário pelo Executado. Assim, nos termos do artigo 523, do Código de Processo Civil, intime-se o Executado pessoalmente, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o valor pleiteado, sob pena de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o montante acordado, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento). No mais, cabe frisar, se o pagamento for parcial, a sobredita multa incidirá sobre o restante do débito, consoante dispõe o § 2º, do citado artigo, sem prejuízo de ser expedido mandado de penhora e avaliação. Por fim, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo retro mencionado, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o Executado, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, conforme dispõe o artigo 525 do CPC. Cumpra-se realizando e expedindo o necessário. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000013-21.2018.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON RODRIGUES AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo: 1000013-21.2018.8.11.0017. REQUERENTE: EDILSON RODRIGUES AGUIAR REQUERIDO: BANCO BMG S.A Em petição de ID. nº. 17004963, as partes compareceram nos autos informando que celebraram acordo, objetivando o encerramento do processo. As condições do acordo foram pactuados pelas partes nos termos ali estabelecidos. Desse modo, homologo por sentença a aludida avença estabelecida para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Sem prejuízo, determino a intimação da parte Exequente para que requeira o que entender de direito, dado o lapso temporal transcorrido. Cumpra-se. Intime-se. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000533-44.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ ALBERTO DA SILVA ARAUJO JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo: 1000533-44.2019.8.11.0017. REQUERENTE: LUIZ ALBERTO DA SILVA ARAUJO JUNIOR REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO, MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e Decido. O Processo deve ser extinto no estado em que se encontra. O art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, assim expressa: “Art. 485. O Juiz não resolverá o mérito quando: ... VIII – Homologar a desistência da ação; §5°. A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.” Diante da manifestação retro, considerando seu teor, verifico que o autor não mais possui interesse na demanda, qual pugnou pela extinção do feito. Uma vez que o demandante pugnou pela desistência da ação, a extinção do processo sem resolução do mérito é de rigor. Ademais, é dispensável a anuência do réu citado, conforme ENUNCIADO 90. Dispositivo. Ante o exposto, homologo a desistência da ação e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000085-08.2018.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA SILVA DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ALCIDES MARIDO DA ROSE, IRMÃO JOÃO CÉLIO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo: 1000085-08.2018.8.11.0017. REQUERENTE: MARINA SILVA DO NASCIMENTO REQUERIDO: ALCIDES MARIDO DA ROSE, IRMÃO JOÃO CÉLIO Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e Decido. O Processo deve ser extinto no estado em que se encontra. O art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, assim expressa: "Art. 485. O Juiz não resolverá o mérito quando: ... VIII – Homologar a desistência da ação; §5°. A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença." Diante da manifestação retro, considerando seu teor, verifico que o autor não mais possui interesse na demanda, qual pugnou pela extinção do feito. Uma vez que o demandante pugnou pela desistência da ação, a extinção do processo sem resolução do mérito é de rigor. Ademais, é dispensável a anuência do réu citado, conforme ENUNCIADO 90. Dispositivo. Ante o exposto, homologo a desistência da ação e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000170-57.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
ATAUYLZA DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA ROSA DE AZEVEDO OLIVEIRA SECCHI OAB - SP170025-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Fábio Schneider OAB - MT5238-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo: 1000170-57.2019.8.11.0017. REQUERENTE: ATAUYLZA DA SILVA PEREIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95, dispenso relatório. Ainda que ciente do dever de comparecer as audiências designadas, o Requerente não compareceu, conforme certidão do Senhor Gestor no ato n.° 39. É cediço que o Requerente tem a obrigação de comparecer a qualquer audiências designadas (artigo 51, I, da Lei Federal 9.099/95). Portanto, diante do não comparecimento do Requerente a audiência, JULGO EXTINTA A PRESENTE, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 51, I, da Lei Federal n.° 9.099/95. P. R. I. Cumpra-se. Arquive-se com as baixas e anotações de estilo. São Félix do Araguaia – MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000077-31.2018.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
MM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO PAROLIN OAB - MT8023-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDREA GONCALVES DE ALMEIDA LUCIO (REQUERIDO)
JAILTON LUCIO DA SILVA (REQUERIDO)
J L DA SILVA & ALMEIDA LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA Processo: 1000077-31.2018.8.11.0017 Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e Decido. O Processo deve ser extinto no estado em que se encontra. O art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, assim expressa: "Art. 485. O Juiz não resolverá o mérito quando: ... VIII – Homologar a desistência da ação; §5°. A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença." Diante da manifestação retro, considerando seu teor, verifico que o autor não mais possui interesse na demanda, qual pugnou pela extinção do feito. Uma vez que o demandante pugnou pela desistência da ação, a extinção do processo sem resolução do mérito é de rigor. Ademais, é dispensável a anuência do réu citado, conforme ENUNCIADO 90. Dispositivo. Ante o exposto, homologo a desistência da ação e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000761-19.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
ARTUR COELHO CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA ROSA DE AZEVEDO OLIVEIRA SECCHI OAB - SP170025-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo: 1000761-19.2019.8.11.0017. REQUERENTE: ARTUR COELHO CAMPOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e Decido. O Processo deve ser extinto no estado em que se encontra. O art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, assim expressa: "Art. 485. O Juiz não resolverá o mérito quando: ... VIII – Homologar a desistência da ação; §5°. A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença." Diante da manifestação retro, considerando seu teor, verifico que a autora não mais possui interesse na demanda, qual pugnou pela extinção do feito. Uma vez que a demandante pugnou pela desistência da ação, a extinção do processo sem resolução do mérito é de rigor. Ademais, é dispensável a anuência do réu citado, conforme ENUNCIADO 90. Dispositivo. Ante o exposto, homologo a desistência da ação e JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. P.R.I.C. Transitada em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações necessárias. São Félix do Araguaia/MT, na data da assinatura digital. Janaína Cristina de Almeida Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010029-17.2015.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
ROMULO LACERDA BISPO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AFONSO SUEKI MIYAMOTO OAB - MT0006443A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Processo nº. 8010029-17.2015.8.11.0017 Reclamante: ROMULO LACERDA BISPO Reclamada: EMBRATEL PARTICIPACOES S.A. - CLARO S.A. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA C/C REPARAÇÃO DE DANOS proposta por ROMULO LACERDA BISPO em desfavor de CLARO S.A.. Em análise ao sistema PJE observo que os autos do Processo n.º 80100.11-93.2015.8.11.0017 e os presentes autos possuem a mesma parte a mesma causa de pedir e pedido, assim, esta ação deverá ser extinção em razão da litispendência. E os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. Pois bem, compulsando os presentes e o continente, verifico que a situação em análise é idêntica a ação/Processo n.º 80100.11-93.2015.8.11.0017 a qual já foi decidida. Desta forma, com espeque nos arts. 59 e 485, V, ambos do Código de Processo Civil vislumbro que a extinção do feito é medida de rigor. A litispendência se caracteriza através do ajuizamento de duas ações que possuam as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, como

determinam os §§ 1º e 2º do art. 337, do CPC: "§ 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2º Uma ação é idêntica à outra quando tem as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Sobre a litispendência, leciona Nelson Nery Junior: Ocorre a litispendência quando se reproduz ação idêntica a outra que já está em curso. As ações são idênticas quanto têm os mesmos elementos, ou seja, quando têm as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato). A citação válida é que determina o momento em que ocorre a litispendência (CPC 219 caput). Como a primeira já fora anteriormente ajuizada, a segunda ação, onde se verificou a litispendência, não poderá prosseguir, devendo ser extinto o processo sem julgamento do mérito (CPC 267 V)." (Código de Processo Civil Comentado, 6ª edição, RT, p. 655). Desta forma, outro caminho não há que não seja a extinção do processo sem resolução do mérito em razão da litispendência com os autos de n.° 8010011-93.2015.811.0017. DISPOSITIVO. ANTE O EXPOSTO, julgo extinta a demanda, sem resolução do mérito, o que faço com fundamento no art. 485, V, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar a parte reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, arquive-se. Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95 à apreciação da Excelentíssima Juíza de Direito do Juizado Especial Cível de São Félix do Araguaia, Dra. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Giordana Ribeiro Cardozo Juíza Leiga do Juizado Especial Cível da Comarca de São Félix do Araguaia – assinado eletronicamente Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA JUÍZA DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000038-34.2018.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
FRANKLIN DE SOUSA VALE (REQUERENTE)
FRANKLIN DE SOUSA VALE 12680259688 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE CRISTINA DOS SANTOS LIMA OAB - MT25839/O-O (ADVOGADO(A))
CLEUBER VIEIRA DE SOUZA OAB - GO51230 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRATAN SILVA CARMO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Número do Processo: 1000038-34.2018.8.11.0017 REQUERENTE: FRANKLIN DE SOUSA VALE REQUERIDO: IRATAN SILVA CARMO AÇÃO DE COBRANÇA Vistos, etc. Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Trata-se de RECLAMAÇÃO (AÇÃO DE COBRANÇA) proposta por FRANKLIN DE SOUSA VALE em face de IRATAN SILVA CARMO. Da Revelia. O Reclamado, apesar de devidamente citado e intimado, deixou de apresentar contestação e também não compareceu à audiência de tentativa de conciliação - ID n.º 15630025, razão pela qual, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço a revelia. Mérito. Noticia o Reclamante que em junho de 2017, na cidade de São Félix do Araguaia, comercializou diversos produtos do vestuário e acessórios entre outros com o Requerido, no valor total de R$ 6.870,00 (seis mil e oitocentos e setenta reais), tendo recebido, unicamente pelos produtos 4 cheques no valor correspondente a dívida. No entanto, até o presente momento o Requerido não adimpliu com sua obrigação, e não efetuou o devido pagamento da dívida ora citada, apesar das inúmeras tentativas empreendidas pela Requerente. Destaca por fim que o requerido encontra-se em mora com a parte autora pelo valor total, líquido e certo de R$ 9.888,04, atualizado até 01/06/2018, conforme cálculo de débitos em anexo. Assim, uma vez comprovada pelo Autor à subsistência da dívida, cumpre à parte ré provocar o contraditório demonstrando fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II do CPC, o que não o fez, devendo, portanto, o pedido ser julgado procedente. Assim sendo o requerido não se desincumbiu do ônus do artigo 344 do Código de Processo Civil, restando incontroversos, os fatos e documentos da exordial. Outrossim, a demandada não contestou nos autos. Assim, uma vez que o demandado não produziu qualquer prova ou se manifestou nos autos para defender-se do alegado, demonstrou verdadeiro descaso com a demanda. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil c/c artigo 20, da Lei nº 9.099/95, reconheço a revelia do reclamado e, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o Reclamado a pagar a importância de R$ 9.888,04 (Nove mil, oitocentos oitenta e oito reais e quatro centavos), acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da citação e correção monetária (INPC) a partir do vencimento da obrigação. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95 à apreciação da Excelentíssima Juíza de Direito do Juizado Especial Cível de São Félix do Araguaia, Dra. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Giordana Ribeiro Cardozo Juíza Leiga do Juizado Especial Cível da Comarca de São Félix do Araguaia – assinado eletronicamente Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA JUÍZA DE DIREITO

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000337-74.2019.8.11.0017
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO CAVALCANTE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS SOARES AZEVEDO OAB - MT24163/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTUERPIA PROMOTORA E ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS DE VENDA E CREDITO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JANAINA CRISTINA DE ALMEIDA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA SENTENÇA Número do Processo: 1000337-74.2019.8.11.0017 REQUERENTE: THIAGO CAVALCANTE DA SILVA REQUERIDO: POUPE COMPRE – ANTUERPIA PROMOTORA E ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS DE VENDA E CREDITO S.A. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C\C DANOS MATERIAIS E MORAIS Vistos, etc. Relatório dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C\C DANOS MATERIAIS E MORAIS proposta por THIAGO CAVALCANTE DA SILVA em face de ANTUERPIA PROMOTORA E ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS DE VENDA E CREDITO S.A.. Da Revelia. A Reclamada, apesar de devidamente citada e intimada, deixou de apresentar contestação e também não compareceu à audiência de tentativa de conciliação - ID n.º 25155495, razão pela qual, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço a Revelia. Mérito. Noticia o Reclamante que "aderiu ao serviço da empresa poupe compre no ano de 2016, pagando 12 boletos no valor de R$ 45,92 (quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), mensalmente, totalizando o valor de R$ 551,04 (quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), com intuito de adquirir uma lavadora de alta pressão portátil de uso residencial, (lavar carros e outras superfícies), quando finalizasse o pagamentos de todos os boletos, ocorre que até a presenta data, mesmo tendo o consumidor feito a solicitação não recebeu o produto, sendo que efetuou integralmente o pagamento de todos os boletos em 10 de março de 2017, ou seja data anterior ao vencimento, diante disso autor passou a enviar diversos e-mail para a empresa solicitando uma resposta e um prazo para entrega, o primeiro e-mail foi na data de 26/04/2017, onde foram enviados cópias do pagamento dos últimos boletos, para que a empresa tomasse ciência de que o consumidor já havia cumprindo com todas as suas obrigações perante a empresa, ficando a mesma responsável para enviar o seu produto, quando então na data de 23/05/2017 a empresa manda o e–mail perguntando qual a voltagem da lavadora, e-mail esse respondido na data de 25/05/2017 pelo requerido passando o endereço de entrega e voltagem da lavadora, ocorre que um mês depois na data de 23/06/2017, não tendo a empresa enviado o produto. Assevera ainda o Reclamante que pagou por algo que não recebeu, diante disso faz jus ao recebimento dos danos materiais, uma vez que pagou a empresa 12 parcelas no valor de R$ 45,92

(quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos), mensalmente, totalizando o valor de R$ 551,04 (quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), e aos danos morais, ante os desgastes emocionais experimentados, e pouco caso da Reclamada com a consumidora. Assim, uma vez comprovada pelo Autor à subsistência dos danos, cumpre à parte ré provocar o contraditório demonstrando fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II do CPC, o que não o fez, devendo, portanto, o pedido ser julgado procedente. Assim sendo a requerida não se desincumbiu do ônus do artigo 344 do Código de Processo Civil, restando incontroversos, os fatos e documentos da exordial. Outrossim, a demandada não contestou nos autos. Assim, uma vez que a demandada não produziu qualquer prova ou se manifestou nos autos para defender-se do alegado, demonstrou verdadeiro descaso com a demanda. Dessa maneira, verificada a existência do dano, do nexo de causalidade entre a conduta ilícita e o dano, e a culpa da reclamada no evento danoso, surge o dever de indenizar, ou seja, a má prestação de serviço fornecida pela reclamada culmina, pois, com a sua responsabilidade pelos danos causados a parte reclamante e, por conseguinte, com o seu dever de indenizar. A reparação do dano é garantida pelo artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988, pelo artigo 186 do Código Civil, bem como pelo artigo 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia do reclamado. Portanto, violado o princípio constitucional descrito no artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal, "in verbis": "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) X - São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação." Por sua vez, a legislação infraconstitucional, via do artigo 186, do vigente Código Civil, prescreve que: "Aquele que por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano." E, também, o artigo 6º, e seu inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, dispõe que: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VI – a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos." No que pertine aos danos morais, a reparação do dano é garantida tanto pelo inciso X, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988, como pelos artigos 186 e 927, ambos do Código Civil, bem como pelo art. 6°, inciso VI, do Código de Defesa do Consumidor, e não pode deixar de ser observada, uma vez que no presente caso, restou patente a desídia da reclamada. O dano moral passível de indenização é aquele consistente na lesão de um bem jurídico extrapatrimonial contido nos direitos da personalidade, tais como: vida, integridade corporal, no seu aspecto subjetivo, liberdade, honra, decoro, intimidade, sentimentos afetivos e a própria imagem. Dessa forma, resta evidente a ocorrência de dano moral, ante os transtornos e dissabores causados a parte reclamante em razão da falha na prestação do serviço efetivado pela reclamada, sendo desnecessária, nestes casos, a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai da verificação da conduta. No que tange ao quantum indenizatório, insta ressaltar que para a fixação do dano moral à vista da inexistência de critérios legais e pré-estabelecidos para o seu arbitramento incumbe, ao Juiz, por seu prudente arbítrio, estimar, atento às peculiaridades de cada caso concreto, um valor justo a título de indenização, tendo-se em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. A indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo de novo atentado. Assim, sopesando os fatos ocorridos e incontroversos nos autos, e ainda, os critérios comumente utilizados pelos tribunais para sua fixação, reputo justa e razoável a condenação do reclamado ao pagamento da importância de R$ 3.000,00 (três mil reais) que servirá, a um só tempo, para amainar o sofrimento experimentado pela parte Reclamante, sem que isso importe em enriquecimento indevido, e ainda, para desestimular o Reclamado a agir com a negligência que restou demonstrada, como medida de caráter pedagógico, a fim de reparar o dano extrapatrimonial suportado pela autora, evitando seu enriquecimento sem causa, mas, também, preservando o caráter punitivo e compensatório da indenização por danos morais. Ante o exposto, com fundamento nos artigos 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil c/c artigo 20, da Lei nº 9.099/95, reconheço a revelia da reclamada e, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar a Reclamada a pagar a importância de R$ 551,04 (quinhentos e cinquenta e um reais e quatro centavos), acrescido de juros legais (1% ao mês) a contar da citação e correção monetária (INPC) a partir do vencimento da obrigação e valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) concernentes aos danos morais. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). Submeto o presente PROJETO DE SENTENÇA nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95 à apreciação da Excelentíssima Juíza de Direito do Juizado Especial Cível de São Félix do Araguaia, Dra. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Giordana Ribeiro Cardozo Juíza Leiga do Juizado Especial Cível da Comarca de São Félix do Araguaia – assinado eletronicamente Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença retro, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95 e art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar Estadual nº 270/2007. Preclusa a via recursal e nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. JANAÍNA CRISTINA DE ALMEIDA JUÍZA DE DIREITO

Comarca de São José dos Quatro Marcos

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000897-47.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE DE HOLANDA ROCHA OAB - MT9893-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA METROPOLITANA FM DE BARRA DO BUGRES-MT (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS Ofício n.º 3738/2019 Dados do processo: Processo: 1000897-47.2019.8.11.0039; Valor causa: R$ 3.687,78; Tipo: Cível; Espécie: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)/[Atos executórios, Citação, Diligências, Intimação]; Recuperando: Sim/Não; Urgente: Sim/Não; Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Partes do processo: Parte Autora: REQUERENTE: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL Parte Ré: REQUERIDO: ASSOCIACAO CULTURAL RADIO COMUNITARIA METROPOLITANA FM DE BARRA DO BUGRES-MT Prezado(a) Senhor(a): Por determinação Judicial, venho pelo presente informar a Vossa Senhoria acerca da distribuição desta, bem como solicitar o pagamento do oficial de justiça referente aos autos 1362-84.2010.811.0008 S JOSÉ Q MARCOS, 23 de outubro de 2019 Atenciosamente, Mayara Jenniffer Mesanini de Souza Gestor(a) Judiciário(a) SENHOR(A) GESTOR(A) JUDICIÁRIO(A) 2ª Vara Cível de Barra do Bugres/MT SEDE DO VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E INFORMAÇÕES: Fórum Des. João da C. CavalcantiRua Pres. Getúlio Vargas, s/n, Vista Alegre, S JOSÉ Q MARCOS - MT - CEP: 78285-000 - TELEFONE: (65) 32511182

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000560-58.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PENACHIONI & COSTA LTDA - ME (RÉU)
WILSON JOSE CAMPANHOLA PENACHIONI (RÉU)
HEIDE FABRICIA DE OLIVEIRA PENACHIONI (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis C E R T I D Ã O CERTIFICO que em cumprimento ao r. mandado de citação expedido por determinação da MMª Juíza da Vara Única desta comarca de São José dos Quatro

Marcos-MT, extraído dos autos já identificado, no dia 22/11/2019 às 17h42min e 25/11/2019 às 11h33min compareci na Rua Alagoas, nº 318, bairro Jardim das Oliveiras, nesta cidade, constando que se tratava de uma residência, porém ninguém foi encontrado, e na ultima diligência realizada falei com a senhora Vanessa Pires Garcia moradora do imóvel nº 330 vizinho ao local, que informou que o imóvel indicado se encontra fechado sem moradores e que desconhece o nome do proprietário. Deste modo seguindo com as diligências no dia 25/11/2019 às 13h27min estive na Rua Rio Grande do Sul, bairro Jardim Zeferino I, nesta cidade, porém não foi visualizado o imóvel nº 2.277 conforme indicado, sendo o mais próximo avistado o de nº 2.297, e frente a este local, no depósito da empresa Atacado Marchi, falei com os funcionários que não souberam dar informações da localização da empresa Penachioni & Costa LTDA-ME e também disseram não conhecer a pessoa de Wilson José Campanhola Penachioni e Heide Fabricia de Oliveira Penachioni. Nestes termos levando em consideração o exposto procedo com a devolução do presente mandado para os devidos fins. Dou fé. São José dos Quatro Marcos-MT, 26 de novembro de 2019. Emerson Araújo Vilasim Oficial de Justiça/Avaliador Matricula nº 27139 SEDE DO E INFORMAÇÕES: TELEFONE:

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000560-58.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PENACHIONI & COSTA LTDA - ME (RÉU)
WILSON JOSE CAMPANHOLA PENACHIONI (RÉU)
HEIDE FABRICIA DE OLIVEIRA PENACHIONI (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Certidão de Distribuição Primeiro Grau Ações e Execuções Cíveis C E R T I D Ã O CERTIFICO que em cumprimento ao r. mandado de citação expedido por determinação da MMª Juíza da Vara Única desta comarca de São José dos Quatro Marcos-MT, extraído dos autos já identificado, no dia 22/11/2019 às 17h42min e 25/11/2019 às 11h33min compareci na Rua Alagoas, nº 318, bairro Jardim das Oliveiras, nesta cidade, constando que se tratava de uma residência, porém ninguém foi encontrado, e na ultima diligência realizada falei com a senhora Vanessa Pires Garcia moradora do imóvel nº 330 vizinho ao local, que informou que o imóvel indicado se encontra fechado sem moradores e que desconhece o nome do proprietário. Deste modo seguindo com as diligências no dia 25/11/2019 às 13h27min estive na Rua Rio Grande do Sul, bairro Jardim Zeferino I, nesta cidade, porém não foi visualizado o imóvel nº 2.277 conforme indicado, sendo o mais próximo avistado o de nº 2.297, e frente a este local, no depósito da empresa Atacado Marchi, falei com os funcionários que não souberam dar informações da localização da empresa Penachioni & Costa LTDA-ME e também disseram não conhecer a pessoa de Wilson José Campanhola Penachioni e Heide Fabricia de Oliveira Penachioni. Nestes termos levando em consideração o exposto procedo com a devolução do presente mandado para os devidos fins. Dou fé. São José dos Quatro Marcos-MT, 26 de novembro de 2019. Emerson Araújo Vilasim Oficial de Justiça/Avaliador Matricula nº 27139 SEDE DO E INFORMAÇÕES: TELEFONE:

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000436-75.2019.8.11.0039
Parte(s) Polo Ativo:
HELENO EVANGELISTA MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE AUGUSTO DORILEO DE REZENDE OAB - MT17729/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS Certidão de Tempestividade Processo: 1000436-75.2019.8.11.0039; Valor causa: R$ 37.360,32; Tipo: Cível; Espécie: PETIÇÃO (241)/[CONTRATOS BANCÁRIOS, BANCÁRIOS]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Certifico que a contestação foi apresentada tempestivamente pela parte requerida. Sendo assim, impulsiono os presente autos, abrindo vistas a parte autora para se manifestar. S JOSÉ Q MARCOS, 13 de dezembro de 2019 SEDE DO VARA ÚNICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS E INFORMAÇÕES: Fórum Des. João da C. CavalcantiRua Pres. Getúlio Vargas, s/n, Vista Alegre, S JOSÉ Q MARCOS - MT - CEP: 78285-000 TELEFONE: (65) 32511182

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Renato José de Almeida Costa Filho
Cod. Proc.: 98800 Nr: 2740-64.2019.811.0039
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIO ALVES DA SILVA, WENDINA ARAUJO DE MATOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LETICIA CASTILHO - OAB:25.763-0
Ante o exposto, ausentes os requisitos exigidos pelo art. 1º, incisos I e III, da Lei nº 7.960/1989, INDEFIRO o pedido de prorrogação da PRISÃO TEMPORÁRIA de WÊNDINA ARAÚJO DE MATOS.Ciência à Autoridade Policial e ao Ministério Público. Intimem-se. Cumpra-se.De Araputanga-MT por São José dos Quatro Marcos-MT, 4 de outubro de 2019.Renato J. de A. C. FilhoJuiz de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 92496 Nr: 3722-15.2018.811.0039
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JCE
PARTE(S) REQUERIDA(S): MJAG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ LUIZ PICOLI HERRERA - OAB:21121/O, RAFAEL HERRERA DE OLIVEIRA - OAB:18387
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
10.Ante ao exposto, pelas razões já expendidas neste decisum, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, fazendo-o por sentença nos termos do artigo 354 do citado diploma legal.11.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais, com fulcro no art. 98, §4º do CPC.12.Preclusas as vias recursais, arquive-se o presente feito, mediante as cautelas de estilo.13.Intimem-se.14.Cumpra-se.São José dos Quatro Marcos/MT, 04 de novembro de 2019.Lílian Bartolazzi L. BianchiniJuíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 67467 Nr: 319-09.2016.811.0039
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PHAD
PARTE(S) REQUERIDA(S): ARLD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS-MT - OAB:QUATRO MARCOS
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WAGNER RICCI DA SILVA - OAB:MT 21379-O
INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS ACERCA DO DECURSO DE PRAZO.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 13660 Nr: 1391-80.2006.811.0039
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JDL

PARTE(S) REQUERIDA(S): BTS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRESSA CAROLINE TRECBAUD - OAB:MT-14099, ELADIO MIRANDA LIMA - OAB:13242-A, MÉRCIA VILMA DO CARMO - OAB:MT 8873, MONICA CRISTINA FELIZARDO VASCONCELLOS - OAB:13237/B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:13241-A, ANDRESSA CAROLINE TRECBAUD - OAB:MT-14099, RAFAEL ALMEIDA TAMANDARÉ NOVAES - OAB:OAB/MT 19946/0

AUTOS Nº. 1391-80.2006.811.0039.
CÓDIGO Nº. 13660.
1. Vistos.
2. Considerando a discordância das partes no tocante aos valores a serem pagos a título de danos morais arbitrados em sede de sentença condenatória, DETERMINO a remessa do feito à contadoria judicial para apuração do valor no prazo de 30 (trinta) dias.
3. Com a juntada do memorial de cálculo do Contabilista do Juízo, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, Advertindo-se que o silêncio será interpretado como concordância ao numérico apurado.
4. Após, conclusos para a apreciação da Exceção de Pré-executividade.
5. Certifique-se.
6. Intime-se.
7. Cumpra-se, expedindo o necessário.
São José dos Quatro Marcos/MT, 14 de agosto de 2019.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 17121 Nr: 325-94.2008.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSWALDO BOSCATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALERIA APARECIDA SOLDA DE LIMA - OAB:9495

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

AUTOS Nº. 325-94.2008.811.0039.
CÓDIGO Nº. 17121.
1. Vistos.
2. Tendo em vista que a parte autora opôs embargos de declaração às fls. 297/304, determino a remessa do feito à contadoria judicial para apuração do valor, no prazo de 30 (trinta) dias, apreciando os pontos específicos alegados pela exequente.
3. Com a juntada do memorial de cálculo do Contabilista do Juízo, intimem-se as partes para que manifestem-se, no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-se que o silêncio será interpretado como concordância ao numérico apurado.
4. Intime-se.
5. Cumpra-se.
São José dos Quatro Marcos/MT, 23 de agosto de 2019.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Lílian Bartolazzi Laurindo Bianchini
Cod. Proc.: 20682 Nr: 845-20.2009.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLAUDINO VASQUES CAPARROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ PEREIRA PARDIN - OAB:4776-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

AUTOS Nº. 845-20.2009.811.0039
CÓDIGO Nº. 20682
1. Vistos.
2. Considerando a discordância das partes no tocante aos valores a serem pagos pela executada à exequente, determino a remessa do feito à contadoria judicial para apuração do valor no prazo de 30 (trinta) dias, com base na sentença.
3. Com a juntada do memorial de cálculo do Contabilista do Juízo, intimem-se as partes para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias, Advertindo-se que o silêncio será interpretado como concordância ao numérico apurado.
4. Após, conclusos para deliberações.
5. Intime-se.
6. Cumpra-se.
São José dos Quatro Marcos/MT, 16 de agosto de 2019.
Lílian Bartolazzi L. Bianchini
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 89998 Nr: 2654-30.2018.811.0039
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILLIAN TEIXEIRA CABRAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:107414, AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:14176/A, MARIA LUCILIA GOMES - OAB:OAB/MT 5835-A, THIAGO DE SIQUEIRA BATISTA MACEDO - OAB:17528/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS ANTONIO SILVA DE LIMA - OAB:OAB/MT 19919/0

INTIMAÇÃO DO(S) ADVOGADO DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTES AUTOS ACERCA DO DECURSO DE PRAZO.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57639 Nr: 1924-58.2014.811.0039
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EVERALDO AUGUSTO BARROS VIDAL, ELICA DA CONCEIÇÃO ROCHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MATEUS VIEIRA DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNA GABRIELA ZANROSSO - OAB:15.679, JULIANA FERNANDES SÁ - OAB:16655

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WAGNER PERUCHI DE MATOS - OAB:9865/MT

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA, PARA QUE FIQUE CIENTE ACERCA DA CERTIDÃO NEGATIVO DO OFICIAL DE JUSTIÇA.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 25464 Nr: 1083-68.2011.811.0039
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO ITAUCARD S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUAREZ JESUS DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILSON CARLOS FERREIRA - OAB:14391/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSIMAR DOMINGUES DOS REIS DOS SANTOS - OAB:OAB/MT 15.675/0, SILVIO JOSÉ COLUMBANO MONEZ - OAB:MT 8996

INTIMAÇÃO DOS ADVOGADOS DAS PARTES, PARA MANIFESTAR-SE NOS PRESENTE AUTOS, ACERCA DA PROPOSTA DE HONORÁRIOS JUNTADOS AS FOLHA 222/224, NO PRAZO LEGAL

Comarca de Sapezal

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 037/2019-DF
O EXMO. DOUTOR CONRADO MACHADO SIMÃO MM. JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE SAPEZAL, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

CONSIDERANDO o requerimento da Juíza de Paz Lília Silvana Horn, matrícula 11680, datado de 09 de dezembro de 2019, e que o único suplente é o Senhor Ataídes Carlos Nino, matrícula 11.682;

R E S O L V E:

NOMEAR Juiz de Paz "ad doc" o Senhor FAGNER DIAS LOPES, portador do CPF 955.632.291-49, RG 14649128 SSP/MT, residente e domiciliado nesta Comarca de Sapezal/MT, para exercer as funções de Juiz de Paz no período da ausência da Titular Sra. Lília Silvana Horn, Juíza de Paz e do Suplente Sr. Ataídes Carlos Nino.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se, encaminhando-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Remetam-se cópia desta à Titular do Cartório de Registro Civil e a(ao) Nomeada(o).

Sapezal/MT, 12 de dezembro de 2019.

Conrado Machado Simão

Juiz de Direito e Diretor do Foro

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 34858 Nr: 2223-25.2008.811.0078

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO CNH CAPITAL S.A

PARTE(S) REQUERIDA(S): FELIX UMBERTO SIMONETTI, VALDIR MARQUEZIN

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVARISTO ARAGÃO SANTOS - OAB:15683-A MT, TERZA ARRUDA ALVIM - OAB:15732- A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE BEDIN BIASOTTO - OAB:9183/MT

Intimação da parte autora, na pessoa de seu advogado(a), para que, no prazo de 05(cinco) dias, proceda ao recolhimento de diligência para o Oficial de Justiça, a fim de que o mesmo possa dar cumprimento ao mandado expedido nos autos.

Diante do Provimento n.7/2017CGJ, datado de 13.06.2017, implantado nesta Comarca, e em todo o Estado de Mato Grosso da Central de Processamento de Diligência para Oficiais de Justiça, que entrou em vigor na data do dia 26.06.2017, a forma de pagamento, descrita a seguir:

Art. 4º do Pro. 07/2017 – A Guia para o pagamento de diligências dos Oficiais de Justiça será emitida EXCLUSIVAMENTE pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: www.tjmt.jus.br

COMO LOCALIZAR:

Para Emissão de Guia de Diligência:

http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao

Guia de Complementação de Diligência

http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/complementacao

OU AINDA: Entrar no site www.tjmt.jus.br-> Serviços – Guias – Diligências – Emissão de Guia de Diligência (acesso com o número único do processo e não o código) e pesquisar. Colocar o nome da cidade, bairro (se urbano), para zona rural, faz-se necessário mencionar a localidade onde ocorrerá a intimação, por fim inserir o CPF do pagante.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 121056 Nr: 2604-47.2019.811.0078

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO ELIAS DE FARIAS JUNIOR, ABIMAEL DOS SANTOS NUNES, FRANCISCO DE JESUS BATISTA DE FARIAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILSON EDUARDO CARNELOSSI PONCIANO - OAB:26986

Intima-se a defesa técnica da decisão de ref. 63.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 70339 Nr: 1846-49.2011.811.0078

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EGILSON FRANCISCO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDERSON CESAR FREI ALEXO - OAB:7069/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANO BOABAID BERTAZZO - OAB:8794-A/MT, MARIA LUCILIA GOMES - OAB:MT 5835-A

Para INTIMAR a parte Executada através dos seus procuradores, para no prazo de 03 dias dizer sobre a petição de Exequente juntada aos autos na data de 09.12.2019.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 121056 Nr: 2604-47.2019.811.0078

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO ELIAS DE FARIAS JUNIOR, ABIMAEL DOS SANTOS NUNES, FRANCISCO DE JESUS BATISTA DE FARIAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NILSON EDUARDO CARNELOSSI PONCIANO - OAB:26986

Fica a defesa técnica devidamente intimada a comparecer à audiência instrutória no dia 28/01/2020 às 14:30 no Fórum desta Comarca.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 123326 Nr: 3547-64.2019.811.0078

AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: DELPOL DE SAPEZAL-MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): LAURA CRISTINA DA CRUZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE NARDI - OAB:24.204, DOUGLAS SILAS DE PADUA ALVES - OAB:19984/O

Intima-se a parte requerida para tomar ciência da r.Decisão de Ref: 29.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 100469 Nr: 1899-20.2017.811.0078

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOLECAR COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDERLEI JOSÉ DE SOUZA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO POLI DOS REIS - OAB:317150

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCELIA CRISTINA OLIVEIRA RONDON - OAB:8932/O

Intima-se requerente para apresentar dentro do prazo legal o recurso processual adquando.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 81102 Nr: 683-92.2015.811.0078

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): RR BATISTA CIA LTDA-ME, JOSINO RODRIGUES BATISTA, ROBSON RODRIGUES BATISTA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO - OAB:5308

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intima-se a parte autora na pessoa de seu(a)advogado(a)a apresentar nos autos endereço atualizado da executada, tendo em vista que não consta nos autos a sua citação nos endereços indicados.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 85201 Nr: 2228-03.2015.811.0078

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSANIA A. DA SILVA - ME, HELCIO LINO DA SILVA, ROSANIA ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabiula Müller Koenig - OAB:22165-A, Gustavo R. Góes Nicoladelli, - OAB:17980-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intima-se a parte autora, na pessoa do(a) advogado(a), para ciência acerca da certidão do Oficial de Justiça, devendo impulsionar o processo no prazo de 5 (cinco) dias para informar novo endereço, bem como, proceder o recolhimento de diligência no endereço informado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 95804 Nr: 2997-74.2016.811.0078
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODRIGO SOUSA COSTA, RODRIGO SOUSA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS ALEXANDRE ALVARENGA FRANÇA - OAB:19420/A, JOSE APARECIDO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:21395, POLLIANA PORTES SODEIRO - OAB:11.078
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Trata-se de Execução Fiscal proposta pelo MUNICÍPIO DE SAPEZAL em face de RODRIGO SOUSA COSTA, ambos devidamente qualificados nos autos.
Com a inicial vieram os documentos necessários à propositura da presente execução.
Petição acostada pela parte exequente informando a quitação do débito, requerendo, assim, a extinção da execução.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relato do necessário.
Fundamento e decido
O art. 924, II, do CPC dispõe que a execução será extinta quando a obrigação for satisfeita.
Assim, tendo em vista o cumprimento integral da obrigação, conforme petição acostada pela própria parte exequente, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução de mérito, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Condeno a parte executada em custas, despesas processuais e honorários de sucumbência.
Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo.
Às providências.
Conrado Machado Simão
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 97228 Nr: 347-20.2017.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): OLAVO JACQUES DA FONSECA, CASSIANO JACQUES DA FONSECA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intima-se a parte autora, na pessoa do(a) advogado(a), para ciência acerca da certidão do Oficial de Justiça, devendo impulsionar o processo no prazo de 5 (cinco) dias para informar novo endereço, bem como, proceder o recolhimento de diligência no endereço informado.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 99510 Nr: 1430-71.2017.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JFB
PARTE(S) REQUERIDA(S): RCSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA - OAB:20590/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intima-se a parte autora na pessoa de seu(a)advogado(a)a comparecer em audiência no dia 29/01/2020 às 13:00 no Fórum desta Comarca.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 102342 Nr: 2812-02.2017.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MURILO VIVEIROS LIZ SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): HENRY BRISOT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALVARO LUIS PEDROSO MARQUES DE OLIVEIRA - OAB:7666, ELISEU ALBINO PEREIRA FILHO - OAB:128146/SP, LEILAINE PEREIRA MORAES - OAB:22750/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Para INTIMAR a parte Exequente através de seus procuradores para no prazo legal oferecer condições para cumprimento de mandado de intimação em zona rural, para intimação da parte Executada, nos termos da r. Decisão datada de 04.11.2019 - ref. 52

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 87209 Nr: 2839-53.2015.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAMILA DA SILVEIRA CARDOSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:140055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Antes de deferir o pleito de ref. 44, INTIME-SE a parte exequente para que traga aos autos o valor do débito atualizado.
Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 108570 Nr: 1114-24.2018.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS EDEMAR SCHLEMMER
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL CURSOS PROFISSIONALIZANTES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA CECILIA ALVES DA CUNHA - OAB:17561
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Considerando que o autor informou novo endereço do requerido, intime-se o requerido no endereço informado à ref. 25, nos termos da decisão de ref. 04.
Sendo infrutífera a citação, voltem-me os autos conclusos para analise do pleito de citação por edital.
Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.
Às providências.
CONRADO MACHADO SIMÃO
Juiz De Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 118348 Nr: 1257-76.2019.811.0078
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DANIEL SANTOS SOUSA, ANA CAROLINA CASTRO DA SILVA, RONNYS DOS SANTOS GORGETE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA BARAÚNA DE

MERCÊ - OAB:26.807-O, DEFENSORIA PUBLICA DE SAPEZAL - OAB:, EMERSON MENDES DA SILVA - OAB:21.687-O

"Vistos, DECLARO ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL. Remetam-se os autos ao Ministério Público para apresentação de alegações finais, Após, remetam-se à Defensoria Pública, bem como intime-se a Defesa, a fim de ambas as defesas apresentarem alegações finais em prazo comum de 05 (cinco) dias. Após, conclusos para prolação de sentença, oportunidade que será apreciado a restituição requerida.PRIC"

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 93250 Nr: 1797-32.2016.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE INACIO FRANCO
PARTE(S) REQUERIDA(S): YMPACTUS COMERCIAL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EULINDA MARIA ALVES RODRIGUES - OAB:16.351/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Indefiro o petitório de ref. 33, tendo em vista que a parte autora fez o mesmo pedido à ref. 27 e já foi indeferido na decisão de ref. 31.
No mais, considerando que o Juízo de Vitória-ES decretou no dia 10/09/2019 a falência da empresa requerida (TELEXFREE), e determinou a suspensão de todas as ações ou execuções contra a requerida, DETERMINO a suspensão do feito.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 107472 Nr: 449-08.2018.811.0078
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FELIX UMBERTO SIMONETTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEMENTES SÃO BENTO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILSON TEIXEIRA CAMPOS - OAB:7591-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, INDEFIRO a concessão de efeito suspensivo aos presentes Embargos à Execução, forte no art. 919, § 1º, do Código de Processo Civil.Nos termos do art. 920, I, do Código de Processo Civil, ouça-se a parte Embargada para que, querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, apresente impugnação. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.Às providências.CONRADO MACHADO SIMÃOJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 89342 Nr: 550-16.2016.811.0078
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDUARDO UMBERTO SIMONETTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGROFEL AGRO COMERCIAL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILSON TEIXEIRA CAMPOS - OAB:7591
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KELTON ALFREDO VOLPE - OAB:19741/O
Vistos etc.
Como se sabe, não é exigido estado de miséria absoluta para a concessão da gratuidade de justiça. Contudo, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família.
O Código de Processo Civil, em seu art. 99, § 2º, determina que antes de indeferir o pedido, deve-se facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo, o que fora feito anteriormente e, da análise dos autos, verifico que a hipossuficiência da parte autora não restou comprovada pelos documentos elencados aos autos.
Assim, entendo que os documentos juntados não são provas cabais para demonstrar a impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais, haja vista a contraposição do argumento de hipossuficiência com o objeto da demanda.
Desse modo, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita.
INTIME-SE o Requerente para recolher as custas e taxas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito nos termos do art. 102, parágrafo único, e 321 parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Conrado Machado Simão
Cod. Proc.: 85984 Nr: 2500-94.2015.811.0078
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SIDNEI DE SOUZA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE LUIZ C. N. RIBEIRO - OAB:12.560 MT, MARCELO ALVARO C. N. RIBEIRO - OAB:15.445 MT, MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO - OAB:5308
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Intime-se a parte autora, para requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Cumprse, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 110428 Nr: 2318-06.2018.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUCILENE LEITE XAVIER
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EULINDA MARIA ALVES RODRIGUES - OAB:16351
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo a parte autora, na pessoa de sua Advogada para a Audiência de Conciliação designada para o dia 20/02/2020, às 14h40min.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 110854 Nr: 2551-03.2018.811.0078
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCOS CESAR MACHADO DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): COOPERATIVA MISTA JOCKEY CLUB DE SÃO PAULO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TALLYS AUGUSTO PIOVEZAN - OAB:20395/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo a parte autora na pessoa de seu advogado para comparecer a audiência de consiliação dia 20/02/2020, às 15h20min.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001357-14.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE DA SILVA CAMPOS (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIEL AMORIM DA CUNHA (RÉU)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE SAPEZAL DECISÃO Processo: 1001357-14.2019.8.11.0078. AUTOR(A): ELAINE DA SILVA CAMPOS RÉU: MARCIEL AMORIM DA CUNHA Vistos etc. Trata-se de ação de regulamentação de guarda, visitas c.c alimentos movida por ELAINE DA SILVA CAMPOS, representando sua filha menor VIVIANE CAMPOS DA CUNHA, em face de MARCIEL AMORIM DA CUNHA, alegando que o requerido não vem cumprindo com seu dever de prestar alimentos à filha. A inicial veio instruída com documentos. DEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, de acordo com o artigo 98 e 99 do CPC. Verifica-se dos autos, em especial das alegações da parte autora, que esta possui a guarda de fato da menor e, ao que parece, despende os

cuidados necessários para o bom e saudável desenvolvimento da filha, de modo que se deve aplicar o disposto no art. 33, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assim disciplina: "Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. § 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros." I - Assim, CONCEDO a guarda provisória da menor VIVIANE CAMPOS DA CUNHA à genitora ELAINE DA SILVA CAMPOS, a qual tem por obrigação prestar toda assistência que a menor necessitar. Expeça-se termo de guarda provisória. II - ARBITRO os alimentos provisórios em 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, equivalente atualmente à R$ 296,40 (duzentos e noventa e seis reais e quarenta centavos), a serem pagos mensalmente todo dia 10 (dez) de cada mês, a partir da intimação desta decisão a ser depositada na conta bancária de titularidade da requerente, bem como 50% (cinquenta por cento) das despesas extraordinárias, tais como medicamentos, assistência médica, farmacêutica e materiais escolares, comprovados mediante recibo. III - Designe-se audiência de conciliação de acordo com a pauta de audiência do CEJUSC atuante nesta Comarca, ressaltando a necessidade de agendamento com prazo suficiente para cumprimento da Carta Precatória. IV - Cite-se o Requerido por meio de CARTA PRECATÓRIA/MANDADO DE INTIMAÇÃO VIA AR. e INTIME-SE a Requerente, consignando que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes na audiência de conciliação "é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa" (art. 334, §2º do CPC). V - PROCESSE-SE em segredo de justiça, por força do contido no art. 189, II, do Código de Processo Civil. Ciência ao Ministério Público Estadual. Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. SAPEZAL, 3 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001360-66.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE CAMILO DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WEBER CLEI DOS SANTOS MARQUES (RÉU)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE SAPEZAL DECISÃO Processo: 1001360-66.2019.8.11.0078. AUTOR(A): ALINE CAMILO DE ALMEIDA RÉU: WEBER CLEI DOS SANTOS MARQUES Vistos etc. Trata-se de ação Revisional de alimentos movida por BENJAMIM ALMEIDA MARQUES, representada por sua genitora Aline Camilo de Almeida, em face de WEBER CLEI DOS SANTOS MARQUES, pugnando a majoração do valor dos alimentos arbitrados. A inicial veio instruída com documentos necessários para o momento processual. DEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita, de acordo com o artigo 98 e 99 do CPC. No tocante ao pedido de majoração da verba alimentar em caráter liminar, entendo que o mesmo merece prosperar em parte. No tocante aos alimentos provisórios, nesta fase de cognição incompleta, vejo que é possível vislumbrar com a clareza necessária a confluência desses pressupostos. Como é cediço, comprovado o liame de consanguinidade entre as partes, inconteste é a obrigação de alimentar. Contudo, há que se levar em conta, quando da fixação da verba alimentar, a proporcionalidade entre as necessidades de quem reclama e os recursos de quem está obrigado a prestar os alimentos. Trata-se do denominado "binômio necessidade/possibilidade", segundo o qual o arbitramento deve variar de acordo com a situação trazida à consideração do julgador em casa caso concreto. Verifico que foi homologado acordo entre as partes, no qual determina o pagamento de alimentos no valor de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente. A parte autora requer sua majoração para 70% (setenta por cento) do salário mínimo vigente, todavia, não comprovou, ao menos por ora, a possibilidade do genitor em arcar com o valor requerido. Assim, considerando que o processo está em sua fase inicial, com provas produzidas apenas por uma das partes, DETERMINO que o requerido arque como 50% (cinquenta por cento) das despesas extraordinárias (médico hospitalares, farmacêuticas, odontológicas e materiais escolares), do menor, comprovadas mediante recibo, sendo que, após formada a tramitação processual, o binômio capacidade/necessidade será avaliado com maior clareza. DESIGNE-SE audiência de CONCILIAÇÃO de acordo com a pauta do conciliador do juízo. Cite-se o Requerido e INTIME-SE a Requerente, consignando que o não comparecimento injustificado de qualquer das partes na audiência de conciliação "é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa" (art. 334, §2º do CPC). Consigne-se ainda na citação do requerido que a não apresentação de resposta implica revelia, reputando-se verdadeiras as alegações feitas na inicial. PROCESSE-SE em segredo de justiça, por força do contido no art. 189, II, do Código de Processo Civil. Ciência ao Ministério Público Estadual. INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, expedindo o necessário com as cautelas de praxe. SAPEZAL, 3 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000100-85.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
EDNEIA MORAES FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000100-85.2018.8.11.0078. REQUERENTE: EDNEIA MORAES FERREIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc., Recebo o Recurso interposto, visto que devidamente certificado a tempestividade id. 23055353. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000386-29.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
SIDNEY PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
ESDRA SILVA DOS SANTOS OAB - MT15916-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000386-29.2019.8.11.0078. REQUERENTE: SIDNEY PEREIRA DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos etc., Recebo o Recurso interposto, visto que devidamente certificado a tempestividade id. 22489766. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000197-51.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO SEBASTIAO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000197-51.2019.8.11.0078. REQUERENTE: LEANDRO SEBASTIAO FERREIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc., Recebo o Recurso interposto. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000175-90.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JHEMERSON SOUZA ANJOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000175-90.2019.8.11.0078. REQUERENTE: JHEMERSON SOUZA ANJOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc., Recebo o Recurso interposto. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000061-88.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
NILSO VIEDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000061-88.2018.8.11.0078. REQUERENTE: NILSO VIEDA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc., Recebo o Recurso interposto. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000118-43.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
EDNEIA SOUSA MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER FERNANDES OAB - MT8343-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000118-43.2017.8.11.0078. REQUERENTE: EDNEIA SOUSA MOREIRA REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos etc., Recebo o Recurso interposto. DEFIRO os benefícios da ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, NOS TERMOS DO ART. 98 DO CPC/2015. INTIME-SE a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, após, com ou sem manifestação, REMETA-SE para a Turma Recursal, para apreciação e julgamento do recurso. CUMPRA-SE. Às providências. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 10 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000338-70.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA ALVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA OAB - MT0020590A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE SÁ DA SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA DE MACEDO ALMEIDA OAB - PA25552 (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA, QUERENDO, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO NO PRAZO LEGAL.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010031-27.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LEONARDO DO NASCIMENTO OLIVEIRA OAB - MT24949/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE LOURDES ALVES PEREIRA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 8010031-27.2017.8.11.0078. EXEQUENTE: RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME EXECUTADO: MARIA DE LOURDES ALVES PEREIRA Dispenso o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Decido. De acordo com o art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil Brasileiro, extingue-se o processo sem a resolução do mérito quando o juiz "verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual". No presente caso, verifica-se que a parte Requerente informou que a dívida cobrada por meio desta demanda foi devidamente quitada. Assim, clara está a falta de interesse de agir da presente ação. Posto isso, declaro EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010254-14.2016.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LEONARDO DO NASCIMENTO OLIVEIRA OAB - MT24949/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO LIMA DA SILVA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 8010254-14.2016.8.11.0078. EXEQUENTE: RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME EXECUTADO: JOAO LIMA DA SILVA Dispenso o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Decido. De acordo com o art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil Brasileiro, extingue-se o processo sem a resolução do mérito quando o juiz "verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual". No presente caso, verifica-se que a parte Requerente informou que a dívida cobrada por meio desta demanda foi devidamente quitada. Assim, clara está a falta de interesse de agir da presente ação. Posto isso, declaro EXTINTO O

PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010245-52.2016.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA BOLIS OAB - MT0017819A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO DE JESUS (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 8010245-52.2016.8.11.0078. EXEQUENTE: RIBAS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME EXECUTADO: ADRIANO DE JESUS Dispenso o relatório na forma do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Decido. De acordo com o art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil Brasileiro, extingue-se o processo sem a resolução do mérito quando o juiz "verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual". No presente caso, verifica-se que a parte Requerente informou que a dívida cobrada por meio desta demanda foi devidamente quitada. Assim, clara está a falta de interesse de agir da presente ação. Posto isso, declaro EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010021-80.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DA PAIXAO ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA ECHER OAB - MT12274/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENGECASS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE MANUEL FREITAS DA SILVA OAB - SC22582 (ADVOGADO(A))
CARLOS ALBERTO MUELLER OAB - SC14427 (ADVOGADO(A))
LEILAINE PEREIRA MORAES OAB - MT22750/O-O (ADVOGADO(A))
RICHARD ABECASSIS OAB - SC29016 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 8010021-80.2017.8.11.0078. REQUERENTE: JOAO DA PAIXAO ALVES REQUERIDO: ENGECASS EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Dispensado o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que não assiste razão à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Em síntese, sustenta o requerente que foi surpreendido com o seu nome inserido indevidamente no cadastro de inadimplentes, posto que desconhece qualquer tipo de débito com a parte requerida. Com efeito, a pretensão não se mostra devidamente amparada documentalmente e, como se isso não bastasse, a parte requerida trouxe aos autos provas da existência do débito. Assim, a parte ré, em contestação, logrou demonstrar a ilegitimidade da referida ação, demonstrando que não houve inserção indevida do nome do requerente no cadastro de inadimplentes. Como se não bastasse, verifica-se que a atitude do requerente se enquadra nas hipóteses de litigância de má-fé previstas nos incisos I, II e III do art. 80 do CPC. O pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita será analisado em caso de eventual recurso inominado interposto pela parte autora, observando-se estritamente os documentos que constarem dos autos. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000485-96.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO MANOEL DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLYS AUGUSTO PIOVEZAN OAB - MT0020395A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000485-96.2019.8.11.0078. REQUERENTE: AGNALDO MANOEL DA SILVA REQUERIDO: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SAO PAULO S.A. Dispensado o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C.C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Aliás, no caso é clara a ofensa aos direitos do consumidor que se encontra protegido, além da Lei Civil, pelo Código de Defesa do Consumidor que veio ao nosso ordenamento jurídico para suprir a sua hipossuficiência, norma esta para sua defesa e proteção, consideradas de ordem pública e de interesse social, em atenção previsão constitucional contida nos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, e artigo 48 das Disposições Transitórias. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Por certo, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que nunca firmou contrato com a parte ré, nem recebeu serviço algum. Assim, alega como fato constitutivo do seu direito a ilegalidade da negativação. Analisando os autos, observa-se ser caso de se decretar a revelia da parte Requerida, uma vez que, devidamente citada para oferecer contestação, quedou-se inerte. Efetivamente, a cognição do Juízo resume-se às provas já carreadas aos autos, de modo que o processo se mostra pronto para a prolação de sentença, seja porque se operou o fenômeno da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, seja porque os próprios documentos que a instruíram corroboram esse desfecho. Assim, se incumbiu o autor de demonstrar os requisitos necessários ao comprovar o ato ilícito, consubstanciado na negativação indevida de seu nome, o dano moral e nexo causal. Logo, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito é medida de rigor. Por fim, em se tratando de negativação indevida, é certo que há violação a bem jurídico passível de indenização, prescindindo a efetiva comprovação da materialização do dano. Comprovado que a inclusão dos dados da parte autora junto aos órgãos de cadastro de inadimplentes foi indevida, bem como o dano moral puro, não há que se falar em ausência do nexo causal, que, no caso, é cristalino diante do fato de que o evento danoso ocorreu

em consequência da circunstância provada consubstanciada no referido ato ilícito. Para arbitramento da indenização por danos morais, o julgador deve considerar seu duplo caráter: compensatório para a vítima e sancionatório/preventivo para o ofensor. Deve representar uma compensação pelo sofrimento ocasionado à vítima e, ao mesmo tempo, desestímulo para comportamentos futuros da mesma natureza por parte do ofensor. Além disso, para fixação da indenização, o julgador deve considerar as circunstâncias do caso concreto, tais quais a gravidade do dano, a situação do ofensor, a condição do lesado e, em especial, a repercussão do dano moral. Assim, fixo a indenização por danos morais devida pelo réu à parte autora em R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. Ante o exposto, julgo procedente a pretensão contida na inicial para o fim de DECLARAR a inexistência de débito descrito na inicial e CONDENAR a empresa ré ao pagamento à parte autora da importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigida monetariamente pelo INPC a partir desta data e com juros de mora de 1% a.m., contados da citação, e mantenho a liminar concedida anteriormente para exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. O pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita será analisado em caso de eventual recurso inominado interposto pela parte autora, observando-se estritamente os documentos que constarem dos autos. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000165-17.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
ELZA DAS DORES MOTA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON CESAR FREI ALEXO OAB - MT7069-O (ADVOGADO(A))
ANA CRISTINA VIEIRA OAB - MT0022756A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DOUGLAS FERNANDES MENEZES (REQUERIDO)
DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000165-17.2017.8.11.0078. REQUERENTE: ELZA DAS DORES MOTA - ME REQUERIDO: DOUGLAS FERNANDES MENEZES Dispensado o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Efetivamente, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a ré efetuou compras em seu estabelecimento, no valor de R$ 3.984,70 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais e setenta centavos), e não cumpriu com a obrigação de pagar. Assim, alega como fato constitutivo do seu direito a ausência do pagamento dos produtos. Em contestação, a parte requerida reconheceu a existência do débito, mas alegou não ter condições de pagar. Assim, se incumbiu o autor de demonstrar a legitimidade da dívida. Deste modo, ficou comprovado que a ré possui um débito atualizado de R$ 5.185,62 (cinco mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos) com a parte autora da ação, tendo a obrigação de pagá-lo. Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para o fim de e CONDENAR a ré ao pagamento à parte autora da importância de R$ 5.185,62 (cinco mil cento e oitenta e cinco reais e sessenta e dois centavos), corrigido monetariamente pelo INPC e com juros de mora de 1% a.m., a partir do vencimento da obrigação e o faço COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Remeto à homologação do Juiz togado, nos termos do art. 40 da lei 9.099/95. Arthur Monteiro Morais Coelho Juiz Leigo _____ VISTOS, HOMOLOGO A SENTENÇA ELABORADA PELO JUIZ LEIGO, NOS TERMOS ACIMA PROFERIDOS. SAPEZAL, 14 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000138-34.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JOSENILDO DE ASSIS ALVES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DECISÃO Processo: 1000138-34.2017.8.11.0078. REQUERENTE: JOSENILDO DE ASSIS ALVES SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, DEFIRO OS BENEFÍCIOS D AJUSTIÇA GRATUITA. INTIME-SE a parte contrária a fim de apresentar contrarrazões. Após, remetam-se os autos à E. Turma Recursal. SAPEZAL, 17 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000041-97.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTORA E LOCADORA OLIVEIRA SANTOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO JARDIM DRIEMEYER OAB - MT0007684S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCAPINELLO LTDA - ME (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000041-97.2018.8.11.0078. REQUERENTE: CONSTRUTORA E LOCADORA OLIVEIRA SANTOS LTDA - ME REQUERIDO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCAPINELLO LTDA - ME Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por CONSTRUTORA E LOCADORA OLIVEIRA SANTOS LTDA – ME em face de CONSTRUTORA E INCORPORADORA SCAPINELLO EIRELLI ME, ambos devidamente qualificados nos autos. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a incompetência deste Juízo. Analisando os autos, observa-se ser caso de se decretar a revelia da parte Requerida, uma vez que, devidamente citada, não compareceu à audiência de conciliação e não apresentou contestação, conforme ID 12347998. Efetivamente, a cognição do Juízo resume-se às provas já carreadas aos autos, de modo que o processo se mostra pronto para a prolação de sentença, seja porque se operou o fenômeno da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, seja porque os próprios documentos que a instruíram corroboram esse desfecho. Diante desse quadro, forçoso reconhecer a procedência da demanda. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da parte autora para CONDENAR a parte requerida a pagar o valor de R$ 6.945,30 (seis mil novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), na corrigido monetariamente pelo INPC desde os fatos e com juros de mora de 1% a.m., a partir da citação, e o faço COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Após transitada em julgado a sentença,

INTIMEM-SE AS PARTES e, no silêncio, AO ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. P.I.C Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo. Às providências. Sapezal/MT 17 de Setembro de 2019. Conrado Machado Simão Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000417-83.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
LUAN ZANDONAI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEISE KELI MADUREIRA LAVARDA OAB - MT24911/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALINE LIMA DE MOURA DUARTE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000417-83.2018.8.11.0078. REQUERENTE: LUAN ZANDONAI - ME REQUERIDO: ALINE LIMA DE MOURA DUARTE Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por LUAN ZANDONAI – ME em face de ALINE LIMA DE MOURA DUARTE, ambos devidamente qualificados nos autos. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a incompetência deste Juízo. Analisando os autos, observa-se ser caso de se decretar a revelia da parte Requerida, uma vez que, devidamente citada, não compareceu à audiência de conciliação e não apresentou contestação, conforme ID 20927714. Efetivamente, a cognição do Juízo resume-se às provas já carreadas aos autos, de modo que o processo se mostra pronto para a prolação de sentença, seja porque se operou o fenômeno da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, seja porque os próprios documentos que a instruíram corroboram esse desfecho. Diante desse quadro, forçoso reconhecer a procedência da demanda. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da parte autora para CONDENAR a parte requerida a pagar o valor de R$ 667,17 (seiscentos e sessenta e sete reais e dezessete centavos), corrigido monetariamente pelo INPC desde os fatos e com juros de mora de 1% a.m., a partir da citação, e o faço COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Após transitada em julgado a sentença, INTIMEM-SE AS PARTES e, no silêncio, AO ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. P.I.C Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo. Às providências. Sapezal/MT 17 de Setembro de 2019. Conrado Machado Simão Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000397-58.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
J M BARBIERO - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONY DE ABREU MUNHOZ OAB - MT11972-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUSSARA DE SOUZA MARVULLE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000397-58.2019.8.11.0078. REQUERENTE: J M BARBIERO - ME REQUERIDO: JUSSARA DE SOUZA MARVULLE Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. FUNDAMENTO E DECIDO. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por J. M. BARBIERO – ME em face de JUSSARA DE SOUZA MARVULLE, ambas devidamente qualificadas nos autos. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a incompetência deste Juízo. Analisando os autos, observa-se ser caso de se decretar a revelia da parte Requerida, uma vez que, devidamente citada em ID 20929008, quedou-se inerte. Efetivamente, a cognição do Juízo resume-se às provas já carreadas aos autos, de modo que o processo se mostra pronto para a prolação de sentença, seja porque se operou o fenômeno da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, seja porque os próprios documentos que a instruíram corroboram esse desfecho. Diante desse quadro, forçoso reconhecer a procedência da demanda. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da parte autora para CONDENAR a parte requerida ao pagamento de R$ 19.449,20 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos), corrigido monetariamente pelo INPC desde os fatos e com juros de mora de 1% a.m., a partir da citação, e o faço COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a teor do que dispõe o art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Após transitada em julgado a sentença, AO ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. P.I.C Cumpra-se, expedindo o necessário, com as cautelas de estilo. Às providências. Sapezal/MT 18 De Setembro de 2019. Conrado Machado Simão Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000428-15.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA FERRAZ DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO MARCEL GRISOSTE SANTANA BARBOSA OAB - MT20921-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000428-15.2018.8.11.0078. REQUERENTE: SELMA FERRAZ DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc., Dispensado o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que não há necessidade de produção de prova em audiência. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo. Trata-se de AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS ajuizada por SELMA FERRAZ DE OLIVEIRA em face de BANCO BRADESCO S/A. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que não assiste razão à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Em síntese, sustenta a parte reclamante que para resolver uma dívida que tinha em aberto do seu cartão, fez um acordo com a requerida em 24 (vinte e quatro) parcelas de R$ 353,42 (trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e dois centavos). Afirma que ao tentar efetuar um crediário descobriu que seu nome estava negativado, isto na 15° parcela do pagamento, tendo seu nome sido incluso no SCPC no dia 04.06.2018. Compulsando os autos, vê-se que a autora não logrou êxito em comprovar os pagamentos dos boletos, isto porque dos documentos juntados aos autos estão ilegíveis, não sendo possível constatar a veracidade da alegação da autora, bem como a conduta ilícita praticada pela requerida. Dessa forma, não tendo havido prova do ato ilícito imputado ao banco requerido, não há a obrigação de reparar eventual dano sofrido pela parte autora. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. P.R.I.C. Conrado Machado Simão Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000444-32.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS ORLANDO ROTILLI (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000444-32.2019.8.11.0078. REQUERENTE: JONAS ORLANDO ROTILLI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc., Dispensado o

relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a incompetência deste Juízo. Trata-se de ação visado a reparação por danos materiais mediante termo de reclamação ajuizada por JONAS ORLANDO ROTILLI em face do ESTADO DE MATO GROSSO. A parte autora afirma que trafegava com seu veículo na rodovia MT 235, km 133, quando atingiu um buraco na pista, ocasionando danos materiais com o corte de 02 (dois) pneus do seu automóvel. O requerente requer a condenação do requerido ao pagamento de R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) pelos danos causados ao seu veículo. Em contestação, a parte requerida alegou que a autora não demonstrou que os danos ocorridos em seu veículo foram decorrentes das imperfeições existentes na rodovia, pugnando pela improcedência da demanda, ante a ausência de nexo causal entre o evento danoso e a ação. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Consta dos autos que a parte autora trafegava normalmente com seu veículo, quando se deparou com o buraco, vindo a sofrer danos de natureza material, em razão das péssimas condições que se encontram as rodovias. Essas premissas forçam reconhecer que o requerido deve responder pelos danos causados à reclamante. Nesse sentido: JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. BURACO EM VIA PÚBLICA. DANO MATERIAL OCASIONADO EM VEÍCULO. RESPONSABILIDADE CIVIL POR OMISSÃO ESTATAL. CONSERVAÇÃO DE VIA PÚBLICA. DEVER DO DISTRITO FEDERAL OU DE QUEM LHE FAÇA AS VEZES. DANO MATERIAL. COMPROVAÇÃO. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. LOCAL DO EVENTO DELINEADO POR FOTOGRAFIAS. RECURSOS CONHECIDOS. PRELIMINAR REJEITADA. NÃO PROVIDOS. 1. Trata-se de recurso inominado interposto pelos réus Distrito Federal, NOVACAP e DER em face da sentença que julgou procedente em parte o pedido formulado na petição inicial para condená-los a pagar à parte autora a quantia de R$ 2.200,00 a título de indenização por danos materiais. A NOVACAP arguiu preliminar de ilegitimidade passiva, ao argumento de que não detém a titularidade da competência para a manutenção de vias públicas do DF. No mérito, todos os réus defendem que não houve a configuração do nexo de causalidade entre a existência do buraco na via pública, o dano no veículo e a omissão deles na prestação do serviço de conservação da via. Subsidiariamente, a NOVACAP pugna pelo reconhecimento da responsabilidade subsidiária e não solidária. Contrarrazões apresentadas. 2. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. A NOVACAP tem por objeto a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse do Distrito Federal, diretamente ou por contrato com entidades públicas ou privadas, na forma do art. 1º da Lei 5861/72. E o Decreto nº 32.716/2011 atribui à Secretaria de Estado de Obras o projeto, a fiscalização e a execução de obras públicas (art. 18, I), mantendo a vinculação da Companhia Urbanizadora Nova Capital - NOVACAP à pasta. Portanto é manifesta sua legitimidade para responder pelos danos decorrentes pela inexistência ou deficiência do serviço de manutenção em vias públicas. Preliminar rejeitada. 3. A existência de buraco na via pública (DF 011 - Estrada Parque de Indústrias Gráficas - EPIG, sentido Sudoeste/Estrada Parque Taguatinga Guará - EPTG, em frente ao complexo da Polícia Civil), não reparado em tempo e nem sinalizado adequadamente, revela culpa do Estado por omissão. Trata-se de responsabilidade subjetiva assentada na Culpa Anônima ou Teoria Faute Du Service do Direito Francês, caracterizada pela inexistência ou má prestação do serviço público. No caso em apreço, a fiscalização e a manutenção da rede viária seria inexistente ou precária, o que permitiu o desgaste do asfalto, o aparecimento do buraco, a conservação da erosão na pista que, consequentemente, causou o dano na roda e pneu do veículo da parte autora. Evidenciada a culpa, surge a obrigação de reparar o dano material provocado no veículo dele, que transitava regularmente pela via. 4. O nexo de causalidade foi demonstrado pelas fotografias do local que retratam o defeito na pista e a nota fiscal dos danos ocasionados ao veículo (id 10464472 a 10464493). O nexo de causalidade está presente. 5. Precedentes: (...)7. Recursos conhecidos, preliminar rejeitada, não providos. Sentença mantida pelos próprios fundamentos. 7. O DF é isento de custas e a NOVACAP recolheu as custas. Condenado os réus vencidos ao pagamento de honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, fixados em 10% do valor da condenação. 8. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (TJ-DF 07019026320198070016 DF 0701902-63.2019.8.07.0016, Relator: ARNALDO CORRÊA SILVA, Data de Julgamento: 28/08/2019, Segunda Turma Recursal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/09/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) Assim, verifico a procedência da ação para CONDENAR o requerido ao pagamento da importância de R$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) a título de danos materiais corrigida monetariamente pelo INPC e com juros de mora de 1% a.m. contados do evento danoso, e o faço, com resolução do mérito, a teor do que dispõe o art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Após transitada em julgado a sentença, AO ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. P.I.C. Conrado Machado Simão Juiz de Direito SAPEZAL, 18 de setembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000202-44.2017.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
RONIMARCOS VALDIR DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEILAINE PEREIRA MORAES OAB - MT22750/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL SENTENÇA Processo: 1000202-44.2017.8.11.0078. REQUERENTE: RONIMARCOS VALDIR DOS REIS REQUERIDO: COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório, de acordo com o art. 38, da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Julgo o processo no estado em que se encontra, não havendo necessidade de dilação probatória (art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil). Afirma o autor, em síntese, que reside nesta cidade de Sapezal/MT e possui um imóvel na cidade de Marcolândia/PI e a residência encontra-se fechada, sem ninguém residindo. Ocorre que a requerida realizou uma inspeção na residência do autor, ocasião em que foi constatada suposta irregularidade no instrumento de medição e aferição de consumo de energia elétrica. Aduz que, após a vistoria realizada de forma unilateral pela requerida, foi enviada notificação no valor de R$ 12.680,95, sendo que se não fosse pago seria emitida na próxima fatura. Pois bem. Com efeito, os documentos anexados aos autos bem demonstram a existência de procedimento regular de constatação da fraude e apuração dos fatos por meio de procedimento administrativo com oportunidade de defesa. A requerida trouxe aos autos o Termo de Ocorrência de Irregularidade TOI, onde ficou constatado desvio de energia no ramal de entrada, bem como o requerente foi notificado da autuação. A irregularidade no medidor fica patente pela análise do histórico de consumo, onde consta a substancial diferença de registro de consumo antes e após a constatação da irregularidade e regularização do relógio medidor, sendo indisfarçável a irregularidade no relógio medidor. Nesse contexto, bem delineada a fraude no relógio e o consequente impedimento de registro da energia elétrica efetivamente consumida no período, não há que se falar em afastamento da cobrança, já que obra a requerida no exercício regular de direito ao providenciar a cobrança da diferença entre a energia elétrica registrada e a efetivamente consumida no período e, por conta da inadimplência, o corte no fornecimento de energia elétrica. Ademais, não merece prosperar a alegação de danos morais. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, para por fim ao processo com fundamento no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil. Sem encargos da sucumbência, posto que indevidos em Primeira Instância (Lei9.099/95, artigo 55). P. I. C. SAPEZAL, 23 de setembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010046-30.2016.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
DINALVA PEREIRA GONZAGA FERNANDES - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANE CARPINE FAVINI OAB - MT0011585A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSIMEIRE GOMES DE ARAUJO (EXECUTADO)
EVERALDO GALVAGNI (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 8010046-30.2016.8.11.0078. EXEQUENTE: DINALVA PEREIRA GONZAGA FERNANDES - ME EXECUTADO: ROSIMEIRE GOMES DE ARAUJO, EVERALDO GALVAGNI Vistos etc. Trata-se de petição acostada no id. 10574393, em que a exequente pugna pela realização de penhora online nas contas da parte executada. Vieram os autos conclusos. DEFIRO a penhora online requerida pela parte exequente, no valor de R$ 55.632,82 (cinquenta e cinco mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos) nas contas bancárias da executada ROSIMEIRE GOMES DE ARAÚJO CPF: 012.912.161-46 e EVERALDO GALVAGNI CPF: 462.053.650-49 e, nesta oportunidade, anexo a esta decisão o recibo de protocolamento de bloqueio de valores que, confirmados, deverão ficar indisponibilizados. Os autos permanecerão no Gabinete até que se processe a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central. Em sendo positivo o bloqueio, os valores serão transferidos para a Conta Única do Poder Judiciário. Considerar-se-á efetuada a penhora quando confirmado o bloqueio do dinheiro, valendo como termo dela o protocolo emitido pelo sistema BACENJUD, que será juntado aos autos. Juntado aos autos o protocolo do bloqueio, o executado deverá ser intimado para impugnar, no prazo de 15(quinze) dias, nos termos do artigo 525, caput, do CPC. Caso o valor bloqueado seja irrisório com relação ao valor do débito, desbloqueie-se a importância tendo em vista que, nos termos do artigo 836 do Código de Processo Civil, não se formalizará a penhora quando o objeto for insuficiente. Não efetuado bloqueio de valores pelo Sistema BACENJUD, por ter havido resposta negativa, e tendo em vista o teor da Súmula 417 do STJ, indique o credor outros bens da parte devedora que possam ser penhorados, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se expedindo o necessário com as cautelas de praxe. Às providências. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz de Direito SAPEZAL, 13 de setembro de 2019.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000739-69.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA CAVALHEIRO 90635540100 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PATRICIA ECHER OAB - MT12274/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PW BRASIL EXPORT S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000739-69.2019.8.11.0078. REQUERENTE: LUCIANA CAVALHEIRO 90635540100 REQUERIDO: PW BRASIL EXPORT S/A Vistos etc. ARQUIVE-SE o presente feito com as baixas e anotações devidas. Cumpra-se expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. SAPEZAL, 13 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000250-66.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
INACIO RUBENS DE ABREU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLYS AUGUSTO PIOVEZAN OAB - MT0020395A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGOSTINHO IBRAIM MIGUEL PEREZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000250-66.2018.8.11.0078. REQUERENTE: INACIO RUBENS DE ABREU REQUERIDO: AGOSTINHO IBRAIM MIGUEL PEREZ Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentença, assim sendo, retifique a autuação, de modo a constar o nome da ação como cumprimento de sentença, efetivando as demais alterações na Secretaria do Juizado Especial. Obedecendo ao que dispõe o artigo 52, inciso IV, da Lei 9.099/95, deve a presente execução processar-se aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil. Intime-se o executado para que pague o débito no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo pagamento do débito, intime-se a parte autora para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. SAPEZAL, 10 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000247-14.2018.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
INACIO RUBENS DE ABREU (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALLYS AUGUSTO PIOVEZAN OAB - MT0020395A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOPES NOGUEIRA & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DESPACHO Processo: 1000247-14.2018.8.11.0078. REQUERENTE: INACIO RUBENS DE ABREU REQUERIDO: LOPES NOGUEIRA & CIA LTDA - ME Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentença, assim sendo, retifique a autuação, de modo a constar o nome da ação como cumprimento de sentença, efetivando as demais alterações na Secretaria do Juizado Especial. Obedecendo ao que dispõe o artigo 52, inciso IV, da Lei 9.099/95, deve a presente execução processar-se aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil. Intime-se o executado para que pague o débito no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo pagamento do débito, intime-se a parte autora para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. SAPEZAL, 10 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000535-25.2019.8.11.0078
Parte(s) Polo Ativo:
VAGNER PACHECO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO ROSALINO BREDA OAB - MT0014687A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CONRADO MACHADO SIMAO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SAPEZAL DECISÃO Processo: 1000535-25.2019.8.11.0078. INTERESSADO: VAGNER PACHECO REQUERIDO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Vistos etc. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita e por se encontrarem presentes, ainda, os demais pressupostos recursais, tanto objetivos (cabimento, adequação, inexistência de fato impeditivo ou extintivo, regularidade procedimental, incluídos nesta a motivação) quanto subjetivos (legitimidade e o interesse), recebo o recurso inominado apenas no efeito devolutivo, por não vislumbrar dano irreparável a parte. Intime-se a parte recorrida para apresentar as suas contrarrazões, no prazo legal. Após, remetam-se os autos à Turma Recursal, com nossas homenagens. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. SAPEZAL, 11 de dezembro de 2019. CONRADO MACHADO SIMÃO Juiz(a) de Direito

Comarca de Tabaporã

Vara Única

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1000498-47.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANSELMO BILIBIO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ Certidão de Decurso de Prazo Impulsiono os presentes autos a parte autora, para que comprove o pagamento das custas de distribuição da presente carta precatória, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução, independentemente de cumprimento, nos termos do capítulo 2, seção 7, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça deste Estado. TABAPORÃ, 13 de dezembro de 2019. SOLANGE CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ E INFORMAÇÕES: Rua Carlos Roberto Platero, s/n, Qd 134, CENTRO, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 TELEFONE: (66) 35571116

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000151-14.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA CONCEICAO VIANA DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GERALDINO VIANA DA SILVA OAB - MT15814-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO RANGEL PACHECO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELIO DE JESUS MUNIZ LEITE OAB - MA3288 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ SENTENÇA Processo: 1000151-14.2019.8.11.0094. REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO VIANA DA CONCEICAO REQUERIDO: BENEDITO RANGEL PACHECO Vistos. Trata-se de ação de divórcio litigioso, ajuizada por Maria da Conceição Viana Pacheco em face de Benedito Rangel Pacheco, não constando bens a partilhar, nem mesmo filhos menores. A inicial foi recebida por força da decisão de Id. n.º 19672536, sendo deferido os benefícios da assistência judiciária gratuita. Contudo, antes mesmo de realizada da audiência de conciliação, aportou aos autos manifestação do requerido, concordando com o pleito autoral, em Id. n.º 22871468. É o relatório. Fundamento. Decido. Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento imediato do mérito, isto porque, se verifica dos autos que cabe apenas homologar o reconhecimento da procedência do pedido aventado na exordial, consoante manifestação do requerido constante em Id. n.º 22871468, tal como determinar o art. 487, III, "a", do CPC. Até mesmo porque, a Emenda Constitucional nº 66/2010 alterou o parágrafo 6º do artigo 226 da Constituição Federal, que passou a ter a seguinte redação: "§ 6º o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio". Pela leitura do dispositivo constitucional transcrito, observa-se que doravante, para a dissolução do vínculo matrimonial, através da decretação do divórcio, foi suprimida a exigência de prazo de separação de fato e afigura-se desnecessária a aferição do elemento objetivo (culpa ou dolo). Face às considerações aduzidas e, de acordo com o ordenamento jurídico em vigor, o único fundamento para a decretação do divórcio é a falência afetiva da relação conjugal. In Casu, tal requisito restou devidamente superado, na medida em que a própria parte requerida concordou com o pleito autoral. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, III, "a", do CPC, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido aventado na exordial, consoante manifestação do requerido constante em Id. n.º 22871468, para fins de DECRETAR o DIVÓRCIO de Maria da Conceição Viana Pacheco e Benedito Rangel Pacheco, o que resulta na dissolução do vínculo matrimonial, com fundamento no artigo 226, § 6º da Constituição Federal, com a redação alterada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, voltando a autora a usar o nome de solteira MARIA DA CONCEIÇÃO VIANA DA CONCEIÇÃO. CONDENO a parte autora em custas e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais), com espeque no art. 85, §2º e §8º, do CPC, restando suspensa a exigibilidade, em razão da gratuidade deferida nos autos. De acordo com a Tabela XI da OAB/MT, item 15.2, FIXO em 08 (oito) URHs os honorários do Causídico nomeado nesses autos, sendo assim, expeça-se a competente certidão. Uma vez preclusa a via recursal, expeça-se o mandado para a averbação do divórcio no Registro Civil das Pessoas Naturais, consignando que a autora voltará a usar o nome de solteira MARIA DA CONCEIÇÃO VIANA DA CONCEIÇÃO. Por fim, procedidas às anotações e baixas necessárias, arquivem-se estes autos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000131-23.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ELUZIA MARIA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA CRISTINA GIRALDELLI OAB - MT0012854A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE TABAPORA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDINO VIANA DA SILVA OAB - 384.578.731-72 (PROCURADOR)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ Impulsionamento por Certidão Processo: 1000131-23.2019.8.11.0094; Valor causa: R$ 50.000,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)/[INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]; Recuperando: Sim/Não - Urgente: Sim/Não - Pode cumprir fora do expediente: Sim/Não. Impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte autora na pessoa de seu advogado, para querendo, impugnar a contestação apresentada no ID. 26721640. TABAPORÃ, 13 de dezembro de 2019 SOLANGE CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ E INFORMAÇÕES: Rua Carlos Roberto Platero, s/n, Qd 134, CENTRO, TABAPORÃ - MT - CEP: 78563-000 TELEFONE: (66) 35571116

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Rafael Depra Panichella
Cod. Proc.: 7095 Nr: 23-65.2006.811.0094
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A União
PARTE(S) REQUERIDA(S): R. B. M. Madeiras Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - OAB:MT-2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Francisco Assis Dias de Freitas - OAB:5802/MT
Vistos, etc.
Tendo em vista o certificado às fls. 83, bem como, a determinação de suspensão que emana do E. STJ , consoante extrato juntado às fls. 84, por força do tema de n.º 981, permaneçam os autos sobrestados.
No mais, consigne-se que no andamento do feito deve constar o código de lançamento específico, de acordo com os novos fluxos, tal como descrito no Ofício n.º 04/2019/NUGEP, de 22 de abril de 2019.
Às providências.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000553-95.2019.8.11.0094
Parte(s) Polo Ativo:
ARLEI ANGELO LOCATELLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NERY BARCO HERNANDES JUNIOR OAB - MT9756/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUARES DOMINGOS DOS SANTOS (RÉU)
HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS (RÉU)
Magistrado(s):
RAFAEL DEPRA PANICHELLA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TABAPORÃ DECISÃO Processo: 1000553-95.2019.8.11.0094. AUTOR(A): ARLEI ANGELO LOCATELLI RÉU: HILDEBRANDO JOSE PAIS DOS SANTOS, JUARES DOMINGOS DOS SANTOS Processo 1000553-95.2019.8.11.0094 Vistos. Cuida-se de Ação de Embargos de Terceiro com pedido liminar, ajuizada por Arlei Angelo Locatelli em face Hildebrando José Pais dos Santos e Juarez Domingos dos Santos. Alega o requerente, que é proprietário do bem móvel, tipo Retroescavadeira, a qual sofreu constrição, isto nos autos da Carta Precatória de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, expedida em cumprimento a decisão proferida nos autos da ação de execução de título extrajudicial de n.º 19810-11.2015.8.11.0015 (cód.: 252997), que tramita perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Sinop/MT, em que figura como exequente Hildebrando José Pais dos Santos, e executado Juarez Domingos dos Santos, ora embargados. Alega ainda, que o mandado de penhora, avaliação e remoção foi expedido em 20/08/2019, contudo, somente em 29/10/2019 o

Sr. Oficial de Justiça devolveu, após ser intimado por este Juízo, ocasião em que constou no "auto de arresto" o bem móvel que afirma lhe pertencer, além de outros bens. Aduz que o Sr. Oficial de Justiça não informou a quem foi confiada a guarda e depósito do bem móvel tipo retroescavadeira, bem como, deixou de consignar o número de série da máquina, o número do moto, o estado de conservação e a quantidade de horas trabalhadas, além de ter avaliado em R$ 90.000,00 (noventa mil reais), ao passo que, o valor da aquisição da máquina foi de R$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais). Verbera que o auto confeccionado pelo Sr. Meirinho também não faz referência ao local em que o bem móvel foi arrestado, frisando que no momento a máquina estava finalizando os serviços de limpeza e destoca de áreas pertencentes a Fazenda São José, a qual foi adquirida por sua família, sendo propriedade rural limítrofe da Fazenda Nossa Senhora Aparecida II. Prossegue afirmando que a máquina, no momento da remoção, contava com o adesivo "Sementes Locatelli", porém, tal informação foi omitida nos autos pelo Sr. Oficial de Justiça, desse modo, argumenta a necessidade de instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade funcional do Sr. Meirinho. Ao final de suas alegações, reitera que a medida constritiva recaiu que sobre a máquina tipo retroescavadeira, constitui um grande equívoco, em razão de ser bem móvel que lhe pertence, sendo terceiro de boa-fé, que adquiriu em 15/04/2014 de Juarez, segundo embargado. Razão pela qual requer a liminar para ser reintegrado e mantido na posse do bem móvel do tipo retroescavadeira, modelo 416-E, marca CATERPILLAR, ano 2010. Carreou aos autos os documentos inerentes a carta precatória, o contrato de compra e venda, entre outros constantes em Id. n.º 26539438. Em Id. n.º 26582285 o embargante comprovou o recolhimento das custas e taxas judiciais. Na sequência, em Id. n.º 26648861 o patrono do embargado Hildebrando José Pais dos Santos, pugna pela retirada do sigilo que recai nos presentes autos, sendo que, em Id. n.º 26704633 o embargante requer a manutenção do sigilo. Por força da decisão proferida em Id. n.º 27328206 foi determinada a emenda da inicial, a fim de regularizar o polo passivo. A fim de cumprir a determinação alhures, o embargante se manifestou em Id. n.º 27386321, pugnando pela inclusão de Pajé Transportes LTDA – ME no polo passivo e, assim, ratifica os pedidos da inicial. Por fim, foram os autos remetidos em conclusão. É o relatório. Fundamento e decido. Inicialmente, em atenção ao pedido de emenda da inicial, acostado em Id. n.º 27386321, de rigor o acolhimento, a fim de incluir a empresa Pajé Transportes LTDA – ME no polo passivo, nos termos do art. 677, §4º, do CPC. Isto porque, a emenda esta atenta à finalidade da decisão proferida por este juízo em Id. n.º 27328206, incluindo o legitimado a quem o ato de constrição aproveita, de acordo com as partes que litigam nos autos em que ocorreu a constrição aqui discutida (processo de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094 – Pje). Contudo, aludida providência não obsta a deliberação do pedido liminar, isto porque, os embargos de terceiro são manejáveis por quem, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais tenha direito incompatível com o ato constritivo, poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro, nos termos do artigo 674, do Código de Processo Civil, tal como aqui postulado. Segundo Nelson Nery Júnior, os embargos de terceiros são "ação de conhecimento, constitutiva negativa, de procedimento especial sumário, cuja finalidade é livrar o bem ou direito de posse ou propriedade de terceiro da constrição judicial que lhe foi injustamente imposta em processo de que não faz parte." Assim é que, o mandamento que se extrai do texto legal – artigo 674, § 1º, do Código de Processo Civil: "Os embargos podem ser de terceiro proprietário, inclusive fiduciário, ou possuidor". Para Humberto Theodoro Júnior o sucesso dos embargos subordina-se aos seguintes requisitos: a) existência de medida executiva em processo alheio; b) atingimento de bens de quem tenha direito ou posse incompatível com a medida. Os embargos de terceiro se destinam a impedir ou fazer cessar a turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial derivado de processo alheio. Para tanto, os embargos de terceiro "são cabíveis sempre que houver ato judicial de constrição de bem ou direito, podendo isto ocorrer em processo de conhecimento, de execução ou cautelar." Com efeito, sendo os presentes embargos tempestivos, isto porque, ainda não ocorreu a adjudicação, alienação por iniciativa particular ou arrematação, nos termos do art. 675 do CPC, bem como, não sendo o embargante parte nos autos em que foi realizada a constrição da máquina, de rigor o recebimento dos presentes embargos de terceiro para discussão neste juízo, contudo, a liminar não merece prosperar, porquanto não preenchidos os pressupostos autorizadores. Nesta esteira, embora o embargante junte aos autos um contrato de compra e venda da máquina objeto do pedido de restituição, em que o embargado Juarez figura como vendedor e o embargante Arlei como comprador, datado em 15/04/2014, tem-se que tal prova é frágil para, nesse momento, autorizar a restituição do bem. Isto porque, aludido contrato não fora registrado em cartório, sendo que, a forma de pagamento não foi especificada, não tendo o embargante comprovado que, em aludida data, realizou o pagamento ao ora embargado Juarez, fato que comprovaria a negociação entabulada na época. Poderia o embargante ter anexado aos autos o comprovante de pagamento da importância expressa no contrato de alienação da máquina, a fim de comprovar a data da venda, podendo ser o extrato de movimentação bancária, cheque, ou até mesmo recibo com suficiente reconhecimento de firma em cartório, porém, deixou de fazê-lo. Ademais, no orçamento juntado em Id. n.º 26539667 consta apenas algumas peças próprias de uma máquina com as características semelhantes da que fora objeto da remoção, sem, contudo, indicar que tais peças foram de fato adquiridas e utilizadas para reparos na máquina, deixando o embargante de anexar o comprovante dos serviços atinentes a mão de obra de instalação e revisão do bem, o qual seria ainda mais especifico para o fim que se destina. Logo, não resta aferível, em cognição sumária, que o embargante é terceiro de boa-fé, sendo de rigor a maior dilação probatória. Como se sabe, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 do CPC). Neste diapasão, o embargante não logrou êxito em comprovar que se encontra sofrendo turbação e esbulho na sua posse, deixando de atender o pressuposto atinente a probabilidade do direito invocado. Sem embargo, anote-se que, no momento do cumprimento da diligência pelo Sr. Oficial de Justiça, o bem aqui litigado, qual seja, a máquina do tipo retroescavadeira, foi indicada como sendo do embargado Juarez, executado naqueles autos principais, sendo que, tal indicação foi realizada pelo arrendatário da propriedade rural do executado Juarez, o Sr. Idécio Ângelo Locatelli, consoante excerto extraído do auto de penhora, abaixo transcrito: "O Sr. Idécio Ângelo Locatelli, ainda no dia 08/08/2019, indicou como sendo de propriedade do Executado Juares Domingos dos Santos uma máquina retroescavadeira, marca Caterpillar, modelo 416E, ano 2010, serie CAT0416KCBD05331. Na oportunidade, o Sr. Hildebrando José Pais dos Santos, Representante Legal da Exequente, me apresentou documento particular de compra e venda da máquina retroescavadeira, marca Caterpillar, modelo 416E, comprovando assim que a posse e propriedade do bem é do Executado." (cópia em Id. n.º 26539678) Cabe, aqui, um adendo, no sentido de que o Sr. Idécio Ângelo Locatelli, responsável por indicar a máquina como sendo de propriedade do embargado Juarez, quando da realização da diligência, é o pai do ora embargante Arlei Angelo Locatelli, e também é o líder do Grupo Empresarial Familiar do qual o embargante faz parte, consoante informado pelo próprio embargante na exordial (pág. 10 da inicial acostada em Id. n.º 26539642). Embora o embargante afirme que o Sr. Oficial de Justiça deixou de consignar o local de cumprimento da diligência, tem-se que, na certidão da diligência constou expressamente que tal penhora ocorreu na sede da Fazenda Nossa Senhora Aparecida II, de propriedade do embargado Juarez, executado naqueles autos (cópia em Id. n.º 26539678). Além disso, o Sr. Oficial de Justiça consignou que o bem móvel do tipo retroescavadeira, aqui litigado, foi depositado em mãos do representante legal do exequente naqueles autos, Hildebrando Jose Pais dos Santos, que assumiu o encargo de fiel depositário e, inclusive, consta sua assinatura no auto de depósito encartado no Id. n.º 23207817 (autos de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094). Quanto a supostas informações omitidas, tal como narrado pelo embargante na exordial, tem-se que, o Sr. Oficial de Justiça ostenta fé pública, não havendo como presumir, ao menos em sede de cognição sumária, que este tenha omitido qualquer dado, nem mesmo se mostra plausível a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade funcional do Sr. Meirinho, isto com base unicamente nas informações ventiladas nesses autos. Até mesmo porque, constam as fotografias da máquina em comento, estas juntadas em Id. n.º 23207815 (autos de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094), não se verificando o mencionado adesivo de identificação, tal como narrado pelo embargante na exordial. Ora, ainda que tal adesivo de identificação fosse de fácil percepção, tal adesivo não confere ao Sr. Meirinho, responsável por realizar a penhora, a automática conclusão de que a máquina pertence

a terceiro alheio a execução em que o mandado fora expedido, principalmente quando consideradas as informações prestadas pelo genitor do embargante, arrendatário da propriedade rural em que a máquina fora localizada. Anote-se, sem prejuízo, que não há qualquer indício de que a diligência restou deficiente, ao contrário, nos andamentos registrados nos autos de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, em que ocorreu o arresto do bem móvel do tipo retroescavadeira, se verifica que o Sr. Oficial de Justiça devolveu o mandado juntamente com o auto de arresto e depósito em 03/09/2019, juntamente com fotografias e cumprimento dos demais atos inerentes a diligência, sendo que, a diligência somente foi adimplida em 08/09/2019 e, consoante certificado, foi cumprida no dia seguinte, em 09/08/2019. Posto isso, não há que se falar em probabilidade do direito hábil em autorizar a medida liminar, sendo de rigor a dilação, a fim de esclarecer todas as circunstâncias que cercam os fatos. "Ex positis", RECEBO os presentes EMBARGOS DE TERCEIRO e a emenda acosta em Id. n.º 27386326, nos termos do art. 676, do CPC, PROCEDA a Sra. Gestora com o apensamento ao feito em que ocorreu a constrição, processo de n.º 1000273-27.2019.8.11.0094, contudo, INDEFIRO a medida liminar postulada pelo Embargante Arlei Angelo Locatelli, pelas razões acima descritas, ante o não preenchimento dos pressupostos autorizadores. Sem prejuízo, proceda a Sra. Gestora com a inclusão, no polo passivo, da empresa Pajé Transportes LTDA – ME, atentando-se aos dados que foram indicados em Id. n.º 27386326. Ultimada aludida providência, CITEM-SE e INTIMEM-SE os embargos para apresentarem contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante dispõe o art. 679 do CPC. Por fim, sendo a medida liminar deliberada por força da presente decisão, não mais se justificam os argumentos expostos pelo embargante, de modo que, a retirada do sigilo é medida imperiosa, ante a natureza da presente demanda, que não justifica a exceção da publicidade processual que decorre da lei e, além disso, a proteção ao bem removido incumbe ao depositário fiel, o qual é cientificado de suas responsabilidades ao lhe ser atribuído tal encargo, sendo assim, PROCEDA a Sra. Gestora com a exclusão do sigilo que recai nos autos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rafael Depra Panichella Juiz de Direito

Comarca de Tapurah

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001001-26.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDIA MARIA BORGES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO RIBAS COUTO OAB - RJ0147479A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE n.º 1001001-26.2019.8.11.0108. Requerente: Fazenda Nacional - Ministério Da Fazenda Requerido: Claudia Maria Borges CARTA PRECATÓRIA. Vistos. Preenchidos os requisitos do artigo 260 do CPC, CUMPRA-SE conforme descrito no campo finalidade. Comunique-se o Juízo Deprecante prestando informações atualizadas quanto ao andamento da missiva. Intime-se. Cumprido o ato deprecado e realizado as comunicações de praxe, arquive-se o feito, consoante determinação do artigo 10 da Portaria Conjunta 83 do TJDFT. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT para Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001009-03.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ARI ALVES DE ANHAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON MARTINS DOS SANTOS OAB - SC17465 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RICARDO BAIESTORF (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE n.º 1001009-03.2019.8.11.0108. Requerente: Ari Alves De Anhaia Requerido: Ricardo Baiestorf CARTA PRECATÓRIA. Vistos. Preenchidos os requisitos do artigo 260 do CPC, CUMPRA-SE conforme descrito no campo finalidade. Comunique-se o Juízo Deprecante prestando informações atualizadas quanto ao andamento da missiva. Intime-se. Cumprido o ato deprecado e realizado as comunicações de praxe, arquive-se o feito, consoante determinação do artigo 10 da Portaria Conjunta 83 do TJDFT. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT para Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001011-70.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIEN E DOS REC NAT RENOVAVEIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE DE HOLANDA ROCHA OAB - 622.422.371-87 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
EDUARDO OBERLAN MAINARDI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE n.º 1001011-70.2019.8.11.0108 Requerente: Instituto Brasileiro Do Meio Ambiente e Dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Requerido: Eduardo Oberlan Mainardi CARTA PRECATÓRIA. Vistos. Preenchidos os requisitos do artigo 260 do CPC, CUMPRA-SE conforme descrito no campo finalidade. Comunique-se o Juízo Deprecante prestando informações atualizadas quanto ao andamento da missiva. Intime-se. Cumprido o ato deprecado e realizado as comunicações de praxe, arquive-se o feito, consoante determinação do artigo 10 da Portaria Conjunta 83 do TJDFT. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT para Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001102-63.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ZULMIRO BONAFE (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
FERTILIZANTES MITSUI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
LEANDRO PEDRO TIAGO JUPANI (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE n.º 1001102-63.2019.8.11.0108 Requerente: Zulmiro Bonafe Requerido: Fertilizantes Mitsui Indústria e Comercio LTDA. CARTA PRECATÓRIA. Vistos. Preenchidos os requisitos do artigo 260 do CPC, CUMPRA-SE conforme descrito no campo finalidade. Comunique-se o Juízo Deprecante prestando informações atualizadas quanto ao andamento da missiva. Intime-se. Cumprido o ato deprecado e realizado as comunicações de praxe, arquive-se o feito, consoante determinação do artigo 10 da Portaria Conjunta 83 do TJDFT. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT para Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001099-11.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO M PEREIRA - ME (REQUERIDO)
ANTONIO MARCOS PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE n.º 1001099-11.2019.8.11.0108 Requerente: Estado De Mato Grosso Requeridos: Antônio M Pereira – ME e outro. CARTA

PRECATÓRIA. Vistos. Preenchidos os requisitos do artigo 260 do CPC, CUMPRA-SE conforme descrito no campo finalidade. Comunique-se o Juízo Deprecante prestando informações atualizadas quanto ao andamento da missiva. Intime-se. Cumprido o ato deprecado e realizado as comunicações de praxe, arquive-se o feito, consoante determinação do artigo 10 da Portaria Conjunta 83 do TJDFT. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT para Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000998-71.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA GRACIOLA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA TAPURAH LTDA - EPP (RÉU)
MARIO (RÉU)
Outros Interessados:
MUNICÍPIO DE TAPURAH (TERCEIRO INTERESSADO)
FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
PROCURADORIA DA UNIAO NO ESTADO DO MATO GROSSO/AGU (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DESPACHO Processo: 1000998-71.2019.8.11.0108. AUTOR(A): MARIA GRACIOLA RÉU: MARIO, COLONIZADORA TAPURAH LTDA - EPP VISTO. Cite-se pessoalmente a pessoa em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo para, querendo, responder a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias. Consigne que, caso não seja contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela autora, a teor da regra ínsita no artigo 344, do CPC. Citem-se pessoalmente os confinantes do imóvel usucapiendo nos endereços indicados (id n.º 24691343 – p. 05), para, querendo, responder no mesmo prazo supra. Citem-se, por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, os requeridos incertos, ausentes, desconhecidos e eventuais interessados, observando-se o disposto no artigo 257, III, do CPC. No edital de citação deve constar, ainda, que ficam citados os confinantes e seus cônjuges porventura não encontrados. Em se tratando de ação real imobiliária, deverá ser providenciada a citação dos cônjuges, sempre que os réus forem casados (artigo 73, § 1º, do CPC). Intime-se, via postal, para manifestar eventual interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, encaminhando cópia de todos os documentos acostados na inicial. Deverá a autora juntar aos autos a planta do imóvel e o memorial descritivo com anotação de responsabilidade técnica - AR, no prazo de 15 (quinze) dias. Defiro os benefícios da gratuidade de justiça. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 63066 Nr: 1062-35.2018.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDERLEI ELIAS DE SOUZA, MARCELO DE SOUZA ARAUJO, RONIERI RAMOS NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADONIS FERNANDO VIEGAS MARCONDES - OAB:21061/O, João Batista Santos Souza - OAB:MT/22806, MOISES LEITE DA SILVA - OAB:24277/O
Processo n°: 1062-35.2018.811.0108 (Código 63066)
Autor: Ministério Público Estadual
Réus: Vanderlei Elias de Souza e Outros
AÇÃO PENAL
VISTOS.
Inicialmente, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão judicial derradeira (fl.608), especificamente quanto a designação da audiência de videoconferência, determinando o seu cancelamento.
Isso porque, analisando com acuidade os autos, constata-se que o mandado de prisão do acusado Ronieri Ramos Nunes não foi cumprido até o presente momento, apesar de ter sido pessoalmente intimado na data de 02/08/2019 (fl.450).
Desse modo, em síntese, verifica-se que nenhum dos réus encontra-se recluso, consoante certidão inclusa (fl.613).
Assim sendo, restando apenas o interrogatório do acusado Ronieri para o encerramento da instrução processual, determino a expedição da competente missiva para a comarca de Sinop/MT.
Em não sendo localizado ou não comparecendo ao ato do seu interrogatório, decreto desde já a revelia do acusado Ronieri, nos termos do artigo 367, do Código de Processo Penal.
Após, dê-se vista às partes para a apresentação das alegações finais.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
MELISSA DE LIMA ARAÚJO
Juíza de Direito em substituição

Intimação das Partes
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 57150 Nr: 693-75.2017.811.0108
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILBERTO KONAGESKI, CINTIA DE FÁTIMA ROCHA MONJARDIM KONAGESKI
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jair da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DJENANE NODARI - OAB:13824, GILBERTO CRISTOFOLINI - OAB:OAB/MT 15882
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HUGO LEONARDO GARCIA DE AQUINO - OAB:7691
Processo n°: 693-75.2017.811.0108 (Código 57150)
Requerentes: Gilberto Konageski e Outra
Requerido: Jair da Silva
POSSESSÓRIA
Vistos.
Intime-se a parte embargada para se manifestar, em 5 (cinco) dias, acerca dos embargos de declaração (fls. 906/910).
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
MELISSA DE LIMA ARAÚJO
Juíza de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 57072 Nr: 655-63.2017.811.0108
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SWdSA, EdSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACGdA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública de Tapurah-MT - OAB:TAPURAH
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 655-63.2017.811.0108 – CÓDIGO: 57072
AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL
VISTOS.
Vistas ao Ministério Público para manifestação.
Após, concluso para deliberações.
Cumpra-se.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 56032 Nr: 136-88.2017.811.0108
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eldorado Armazéns Gerais Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Mercosilos Indústria e Comércio de Máquinas Ltda EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: TIAGO MATHEUS SILVA BILHAR - OAB:13412/A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 136-88.2017.811.0108 – CÓDIGO: 56032
EXEQUENTE: ELDORADO ARMAZÉNS GERAIS LTDA
EXECUTADO: MERCOSILOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA EPP
VISTOS, ETC.
Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA em trâmite entre as partes acima identificadas.
Em petição de p. 92 a exequente informou que a executada procedeu com os reparos necessários, pugnou pela renúncia da demanda e consequente extinção do feito.
Assim, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "c" do CPC.
Custas remanescentes se houverem, pelo executado.
Transitada em julgado arquivem-se os autos com as cautelas de estilo.
P. R. I. C.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 25216 Nr: 1492-65.2010.811.0108
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JSSDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INDSS-I
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carmem Cristina Garbossa - OAB:MT 7389
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 1492-65.2010.811.0108 CÓDIGO: 25216
VISTO.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, aviado por JOANA SOFIA SILVA DE SOUZA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Intime-se o Instituto Nacional do Seguro Social, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Caso apresente impugnação, fixo desde já honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, conforme dispõe o artigo 85, § 7º, do Código de Processo Civil.
Não proposta a impugnação ou renunciado o referido prazo, certifique-se e expeça-se o precatório ou o RPV, nos termos do artigo 535, § 3º, do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 28 de novembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 40867 Nr: 1357-82.2012.811.0108
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ CARLOS COZER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CÓDIGO Nº 40867
VISTOS.
Diante do pedido da exequente, SUSPENDO o andamento dos autos por 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, §2º da Lei 6.830/80, contando-se a partir do protocolo da petição de pedido de suspensão, devendo aguardar em arquivo provisório.
Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE a serventia e ARQUIVEM-SE, conforme requer.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 42051 Nr: 990-24.2013.811.0108
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): EVALDO JOSE LEMES DOS SANTOS ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - OAB:2287-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CÓDIGO Nº 42051
VISTOS.
Diante do pedido da exequente, SUSPENDO o andamento dos autos por 01 (um) ano, nos termos do artigo 40, §2º da Lei 6.830/80, contando-se a partir do protocolo da petição de pedido de suspensão, devendo aguardar em arquivo provisório.
Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE a serventia e ARQUIVEM-SE, conforme requer.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 47119 Nr: 50-88.2015.811.0108
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO JOHN DEERE S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jair Ercílio Schwantes, SILVIA MARIA BACKES ZANATTA, Arli Zanatta, Veranice Melaine Wagner Zanatta, Neri Zanatta, ELIANA DANIELI ZANATTA, Sadi Zanatta, Eni Savene Schneider Zanatta, MIGUEL MALDANER, MARLI ZANATTA MALDANER, ARI LUIZ ZANATTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE NELSON FERRAZ - OAB:PR 30.890
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 50-88.2015.811.0108 – CÓDIGO: 47119
EXEQUENTE: BANCO JOHN DEERE S/A
EXECUTADOS: JAIR ERCILIO SCHWANTES e Outros
VISTOS, ETC.
Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL em trâmites entre as partes.
As partes entabularam acordo às pp. 55/58, o qual foi devidamente homologado à p. 59, sendo determinada a sua suspensão até transcorrer o prazo para seu cumprimento.
Pois bem, sendo noticiado seu cumprimento integral (p. 75), requerendo sua consequente extinção e arquivamento.
Ante o exposto, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos o presente acordo havido entre as partes, e, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC, fazendo-o por sentença.
Custas processuais conforme acordado.
Após o trânsito em julgado, sem manifestação da exequente, arquivem-se os autos dando-se as baixas de praxe.
P.R.I.C.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 5732 Nr: 25-66.2001.811.0108
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIRLONI IND. DE MADEIRAS LTDA -ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OSVALDO ANTONIO DE LIMA - OAB:3212
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 25-66.2001.811.0108 – CÓDIGO: 5732
EXEQUENTE: UNIÃO FAZENDA NACIONAL
EXECUTADO: TIRLONI IND. DE MADEIRAS LTDA - ME
VISTOS, ETC.

Trata-se de EXECUÇÃO FISCAL, em trâmite entre as partes acima identificadas.
O exequente informou o adimplemento da execução, objeto da lide, requerendo assim a extinção do feito em virtude do pagamento realizado (p. 86).
Assim, considerando que a parte devedora satisfez a obrigação que lhe foi exigida, DECRETO a extinção da ação, com amparo no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Custas pelo executado se houver.
Após o trânsito em julgado, procedidas todas as formalidades legais, arquivem-se os autos com as anotações e baixas de praxe.
P.R.I.C.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 53124 Nr: 1143-52.2016.811.0108
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OSVALDO RAIMUNDO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Amanda de Souza Campos Belo - OAB:MT 12.584
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 1143-52.2016.811.0108 – CÓDIGO: 53124
REQUERENTE: OSVALDO RAIMUNDO DA SILVA
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL-INSS
VISTO.
Trata-se de AÇÃO PREVIDENCIÁRIA – BPC/LOAS, tendo as partes acima qualificadas.
Conforme certidão retro (p. 80), o perito médico nomeado recusou a sua nomeação.
Assim, revogo a nomeação anterior e nomeio em substituição o Dr. Sérgio Borges de Mello, CRM-MT 4022, da clínica Medicfisio, Av. Romualdo Alievi, 851, Tapurah - MT, 78573-000, para a realização de perícia médica, nos termos da decisão judicial derradeira.
Assinalada data para realização da perícia, intimem-se as partes e os respectivos assistentes, se houverem, observando-se prazo razoável com intuito de evitar que reste frustrada a realização dos atos designados.
O laudo pericial deverá ser entregue em cartório no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da finalização da perícia.
Intimem-se as partes para se manifestarem quanto ao estudo social realizado, no prazo de 15 (quinze) dias.
Aportando aos autos o laudo médico, manifestem-se as partes, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias. Não havendo solicitação de esclarecimentos, oficie-se à SECAD para pagamento dos honorários.
Intime-se. Cumpra-se, com URGÊNCIA às providências necessárias que o caso requer.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 40008 Nr: 453-62.2012.811.0108
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elir Eickhoff Pez
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA DE LIMA - OAB:OAB/MT 14068-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AUTOS N.º 453-62.2012.811.0108 CÓDIGO: 40008
VISTO.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, aviado por ELIR EICKHOFF PEZ em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS.
Intime-se o Instituto Nacional do Seguro Social, na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil.
Caso apresente impugnação, fixo desde já honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, conforme dispõe o artigo 85, § 7º, do Código de Processo Civil.
Não proposta a impugnação ou renunciado o referido prazo, certifique-se e expeça-se o precatório ou o RPV, nos termos do artigo 535, § 3º, do Código de Processo Civil.
Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 12 de dezembro de 2019.
Melissa de Lima Araújo
Juíza de Direito em Substituição Legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 70119 Nr: 939-03.2019.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO APOLINARIO VALDIVINO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública de Tapurah-MT - OAB:TAPURAH
(...) Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal esposada na denúncia para o fim de condenar o réu Eduardo Apolinario Valdivino, vulgo “Leitoa” ou “Gordinho”, pela prática do delito tipificado no artigo 155, caput, §1º, do Código Penal.Proferido édito condenatório, passo a individualizar a pena em concreto, em homenagem ao que preconiza o art. 5º, XLVI, da CF/88. (...)

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 60720 Nr: 2843-29.2017.811.0108
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS FERNANDO MABONI, JAURI DA ROSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Assis Rosa - OAB:MT 19.077-A, ANDRE DE ASSIS ROSA - OAB:12809
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico para os devidos fins que o valor recolhido a título de diligência pela parte exequente é referente à cidade de Tapurah, bairro Centro, em descompasso com o endereço declinado por essa, qual seja, Av. Rio Grande do Sul, n. 357, Centro, cidade: Itanhangá-MT. Desta feita, impulsiono os autos para intimar a parte exequente, por meio de seu procurador para no prazo de 15 dias efetuar o depósito de forma escorreita, complementado a quantia já comprovada, através do site , link do site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 71124 Nr: 1458-75.2019.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE TAPURAH - MT, MINISTERIO PUBLICO - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOHN LENNON ALVES SKILOF, TIAGO GONÇALVES RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Claudio Birck - OAB:MT 10.093, CLEIA CANDIDA RODRIGUES BELMONT - OAB:24465/O
VISTOS.
HOMOLOGO a desistência da testemunha Jonatan Luiz Ferreira de Oliveira para que surta os efeitos jurídicos e legais. Oficie-se a Politec para junte-se aos autos o laudo definitivo da droga, no prazo 5 dias. Com a juntada, DECLARO encerrada a fase de instrução processual, devendo o feito ser remetido com vistas às partes para apresentação de alegações finais, a iniciar pelo Ministério Público.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Melissa de Lima Araújo
Cod. Proc.: 71569 Nr: 1627-62.2019.811.0108
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODRIGO XAVIER MENGARDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública de Tapurah-MT - OAB:TAPURAH
VISTOS.
HOMOLOGO a desistência da testemunha Katia de Oliveira Alves para que surta os efeitos jurídicos e legais.
DECLARO encerrada a fase de instrução processual, e tendo as partes apresentado as alegações finais, permaneçam os autos conclusos para sentença.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001018-62.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE LUIS ZANON OAB - MT0009975S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARILENA BELDA SOMENZARI (EXECUTADO)
JOAO LUIS DO NASCIMENTO (EXECUTADO)
HENRIQUE SOMENZARI FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH PJE N.º: 1001018-62.2019.8.11.0108 Exequente: Banco De Lage Landen Brasil S.A. Executado: Joao Luis Do Nascimento, Henrique Somenzari Filho, Marilena Belda Somenzari EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. Vistos. Tendo em vista a comprovação de pagamento das custas iniciais (documento de id n.º 25496162), RECEBO a inicial, por estar de acordo com os ditames legais. CITE-SE a parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, contados da citação, efetuar o pagamento da dívida (art. 829 do CPC). FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, consignando o que aduz o art. 827, §1º, do CPC. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça DEVERÁ proceder imediatamente à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimar, na mesma oportunidade, a parte executada. A penhora recairá sobre os bens indicados pela parte exequente, salvo se outros forem indicados pela parte executada e aceitos por este juízo, mediante demonstração de que a constrição proposta será menos onerosa e não trará prejuízo à parte exequente. Não encontrando a parte executada, ARRESTAR-SE-Á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, devendo ainda, nos 10 (dez) dias seguintes à efetivação do arresto, procurar a parte executada 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando o ocorrido. Se requerido, EXPEÇA-SE certidão para fins de averbação (art. 828, do CPC), devendo a parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias após a concretização, comunicar ao juízo as averbações efetivadas (art. 828, §1º, CPC), atentando-se às penalidades. Quanto ao pedido de remoção e deposito de eventuais bens penhorados, caso não haja o pagamento da dívida no prazo de 03 dias (id n.º 25496158), postergo sua análise, por ora, para ulterior realização de penhora e avaliação dos bens, após o transcurso do prazo para citação da parte executada, uma vez que as medidas requeridas somente poderão ser deferidas se, após a citação, advir a inadimplência, mormente em respeito ao contraditório e ampla defesa. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. De Lucas do Rio Verde/MT p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo. Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000999-56.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITACIR ROSINA (EXECUTADO)
LUCIANO ROSINA (EXECUTADO)
JORGE ROSINA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000999-56.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: JORGE ROSINA, ITACIR ROSINA, LUCIANO ROSINA VISTO. Citem-se os executados para pagarem o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC) Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001015-10.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUDIMAR ROMMEL OAB - MT0008238A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVO RODRIGUES (EXECUTADO)
LUIS ODONE SILVA FORTES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1001015-10.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA EXECUTADO: LUIS ODONE SILVA FORTES, IVO RODRIGUES VISTO. CITEM-SE os executados para em 15 (quinze) dias, entregarem as coisas descritas na petição inicial pelo credor, ou seja, 5.272 sacas de milho em grãos, de 60 (sessenta) quilos cada, nos termos dos artigos 806, 811 e 813, do CPC. Os executados, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de embargos, a serem opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do art. 231, do CPC (art. 914 e 915 do CPC), bem como poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a escolha da coisa feita pelo exequente (art. 812, do CPC). Se a coisa não for entregue nem depositada, será expedido mandado de busca e apreensão (art. art. 806, § 2º do CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa (art. 85, § 2º, do CPC). Consigne no mandado que, caso haja a entrega da coisa, a verba honorária será reduzida pela metade (Art. 827, § 1º, do CPC). Fixo, ainda, multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no cumprimento da obrigação, limitada a 10% do valor da causa, nos termos do artigo 806, § 1º, do CPC. Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001023-84.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA

(EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO ANDRE FADIGA OAB - SP139961 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EURICO FRANCISCO GARCIA GALHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1001023-84.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: ROYAL FIC DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO SA EXECUTADO: EURICO FRANCISCO GARCIA GALHO VISTO. Cite-se o executado para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1001013-40.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUDIMAR ROMMEL OAB - MT0008238A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIS ODONE SILVA FORTES (EXECUTADO)
GILMAR SILVA FORTES (EXECUTADO)
IVO RODRIGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1001013-40.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA EXECUTADO: GILMAR SILVA FORTES, LUIS ODONE SILVA FORTES, IVO RODRIGUES VISTO. Citem-se os executados para pagarem o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001014-25.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUDIMAR ROMMEL OAB - MT0008238A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR SILVA FORTES (EXECUTADO)
IVO RODRIGUES (EXECUTADO)
LUIS ODONE SILVA FORTES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1001014-25.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: AGROINSUMOS COMERCIAL AGRICOLA LTDA EXECUTADO: GILMAR SILVA FORTES, LUIS ODONE SILVA FORTES, IVO RODRIGUES VISTO. CITEM-SE os executados para em 15 (quinze) dias, entregarem as coisas descritas na petição inicial pelo credor, ou seja, 4.348 sacas de soja em grãos, de 60 (sessenta) quilos cada, nos termos dos artigos 806, 811 e 813, do CPC. Os executados, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de embargos, a serem opostos no prazo de 15 (quinze) dias, contados, conforme o caso, na forma do art. 231, do CPC (art. 914 e 915 do CPC), bem como poderá, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar a escolha da coisa feita pelo exequente (art. 812, do CPC). Se a coisa não for entregue nem depositada, será expedido mandado de busca e apreensão (art. art. 806, § 2º do CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da causa (art. 85, § 2º, do CPC). Consigne no mandado que, caso haja a entrega da coisa, a verba honorária será reduzida pela metade (Art. 827, § 1º, do CPC). Fixo, ainda, multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso no cumprimento da obrigação, limitada a 10% do valor da causa, nos termos do artigo 806, § 1º, do CPC. Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000555-23.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
BARBIERO & BARBIERO LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO PIVA OAB - MT9.988 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DANIEL FANTINATO VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000555-23.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: BARBIERO & BARBIERO LTDA - EPP EXECUTADO: DANIEL FANTINATO VIEIRA VISTO. Cite-se o executado para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Expeça-se certidão premonitória, de acordo com o art. 828 do CPC. Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000841-98.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VILMAR COSSETIN (EXECUTADO)
CLEOMAR COSSETIN (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000841-98.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: CLEOMAR COSSETIN, VILMAR COSSETIN VISTO. Cite-se o executado para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000944-08.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SICREDI LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VERA REGINA MARTINS OAB - RS34607-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAYF ROBERTO TIRLONI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000944-08.2019.8.11.0108. REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SICREDI LTDA REQUERIDO: RAYF ROBERTO TIRLONI VISTOS. Como se sabe, uma das grandes alterações promovidas pela Lei nº 13.043/14 no Decreto Lei nº 911/69 foi possibilitar a apreensão do veículo alienado fiduciariamente em qualquer local que venha a ser encontrado, ainda que em comarca diversa daquela correspondente ao do endereço residencial do devedor, sem que haja a necessidade de expedição de carta precatória. Para isso, basta que a instituição financeira, tão logo localize o veículo, procure o judiciário da comarca e apresente a cópia da petição inicial e decisão de concessão da medida liminar, consoante prescreve o parágrafo 12 do artigo 3º do Dec.-Lei nº 911/69: "§ 12. A parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação e, quando for o caso, a cópia do despacho que concedeu a busca e apreensão do veículo." Após a apreensão do veículo se concretizar, a instituição financeira será intimada a retirá-lo do local no prazo de 48 horas, ficando o devedor obrigado a entregar amigavelmente o veículo e toda a documentação, nos termos dos parágrafos 13 e 14 do artigo 3º do decreto supracitado: "§ 13. A apreensão do veículo será imediatamente comunicada ao juízo, que intimará a instituição financeira para retirar o veículo do local depositado no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. § 14. O devedor, por ocasião do cumprimento do mandado de busca e apreensão, deverá entregar o bem e seus respectivos documentos." Ante o exposto, diante do preenchimento dos requisitos preconizados no art. 3º, § 12º, do Dec.-Lei nº 911/69, EXPEÇA-SE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO nos termos da decisão prolatada pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Juara/MT, processo n.º 826-33.2016.811.0018 – Cód. 77329 (conforme id n.º 24098850). Ressalto que os atos de intimação e citação deverão ser praticados na ação de busca e apreensão, uma vez que o art. 3º, § 12º, do DL n. 911/69, confere a este juízo autorização apenas para realização da apreensão dos bens. DEFIRO os benefícios previstos no artigo 212 § 2º do Código de Processo Civil. Por fim, tratando-se de ação de cumprimento de liminar de busca apreensão, retifique-se a classe judicial no sistema PJE, vez que a mesma consta como carta precatória. Cumpra-se, expedindo o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000451-31.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BALTAZAR PASSAIA COCETIN (EXECUTADO)
VILMAR COSSETIN (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000451-31.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: SICREDI CENTRO NORTE EXECUTADO: BALTAZAR PASSAIA COCETIN, VILMAR COSSETIN VISTO. Inicialmente, sanada a contradição (id n.º 21985645). Citem-se os executados para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Expeça-se certidão premonitória, de acordo com o art. 828 do CPC, bem como, inclua-se o nome dos devedores nos cadastro de inadimplentes, nos termos do art. 782, § 3º do CPC. Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000802-04.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
NUTRINS FERTILIZANTES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA CRISTINA MAYUMI MIYAHARA OAB - SP180734 (ADVOGADO(A))
ANDRE RICARDO HIROSHI MIYAHARA OAB - SP155597 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIO CESAR FERRAZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000802-04.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: NUTRINS FERTILIZANTES LTDA EXECUTADO: JULIO CESAR FERRAZ VISTO. Verifica-se que as custas judiciais foram devidamente recolhidas (id n.º 24675910). Cite-se o executado para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários

advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000803-86.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
NUTRINS FERTILIZANTES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA CRISTINA MAYUMI MIYAHARA OAB - SP180734 (ADVOGADO(A))
ANDRE RICARDO HIROSHI MIYAHARA OAB - SP155597 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCOS REINALDO TIRLONI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH DECISÃO Processo: 1000803-86.2019.8.11.0108. EXEQUENTE: NUTRINS FERTILIZANTES LTDA EXECUTADO: MARCOS REINALDO TIRLONI VISTO. Verifica-se que as custas judiciais foram devidamente recolhidas (id n.º 24685212). Cite-se o executado para pagar o débito no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, conforme demonstrativo, acrescido de juros e correção monetária, custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 829, do CPC. Do mandado de citação constarão, também, a ordem de penhora e a avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação dos executados (art. 829, § 1º do CPC). A penhora recairá sobre os bens indicados pelo exequente, salvo se outros forem indicados pelos executados e aceitos pelo juiz, mediante demonstração de que a constrição proposta lhe será menos onerosa e não trará prejuízo ao exequente (art. 829, § 2º do CPC). Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contado conforme o caso (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios no valor de 10% (dez por cento) do valor da causa. Consigne no mandado que, caso haja o integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade (art. 827 c/c §1º do CPC). Inclua-se o nome do devedor no cadastro de inadimplentes, nos termos do art. 782, § 3º do CPC. Autorizo a realização de diligências nos termos do art. 212, § 2º do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000379-44.2019.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE SALETE GUGEL DAL MAGRO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE TAPURAH (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
MELISSA DE LIMA ARAUJO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE TAPURAH SENTENÇA Processo: 1000379-44.2019.8.11.0108. AUTOR(A): IVONE SALETE GUGEL DAL MAGRO RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICIPIO DE TAPURAH VISTOS. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA proposta por IVONE SALETE GUGEL DAL MAGRO em face do ESTADO DE MATO GROSSO e MUNICÍPIO DE TAPURAH/MT, qualificados nos autos em epígrafe. Informa a exordial que a requerente possui lesão parcial de estiramento do retináculo medial da patela e do ligamento colateral medial no joelho direito, necessitando realizar o procedimento de aplicação de SYNVISC (intra-articular). Ressalta que não obteve êxito administrativamente, motivo pelo qual se socorre do judiciário. Com a inicial juntou documentos. Determinada a manifestação do NAT/JUS, órgão consultivo (id n.º 19687106), este apontou que, não há urgência no caso, não apresentando risco, vez que há disponibilidade de outros medicamentos que estão disponíveis no SUS (id n.º 20004589 – pp. 01/04). A tutela de urgência foi indeferida vez que não restaram preenchidos seus requisitos (id n.º 20009870 – pp. 01/05). Regularmente citados, o Estado de Mato Grosso, apresentou defesa e, em sede preliminar, arguiu a ausência de interesse processual. Outrossim, no mérito, aduz que os pedidos infringem os princípios orçamentários, bem como da reserva do possível, além de comprometer a isonomia e acesso universal à saúde. Alega, ainda, que é impertinente a aplicação de multa diária. Assim, requer a total improcedência da demanda (id n.º 20255280 – pp. 01/04). O Município de Tapurah/MT não apresentou defesa. Impugnação à contestação (id n.º 21360254 – pp. 01/08). Vieram os autos conclusos. É o relato. Fundamento. Decido. Inicialmente, considerando que o requerido Município de Tapurah/MT foi devidamente citado e não apresentou contestação nos autos, decreto sua revelia, deixando de aplicar seus efeitos por se tratar da fazenda pública. Deve ser consignado que no caso em tela, o litígio versa sobre matéria exclusivamente de direito, possibilitando o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de produção e provas, razão pela qual, em observância aos princípios da celeridade processual e da razoável duração do processo, passo a julgar antecipadamente a lide. Consigno que o processo está em ordem, não havendo nulidades ou preliminares a serem sanadas ou resolvidas. Todos os pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular do processo se fazem presentes, assim como as condições da ação, estando o feito apto a receber um julgamento com resolução de mérito. Oportuno consignar que a saúde e a vida humana são bens juridicamente tutelados na Constituição da República Federativa do Brasil, garantidos mediante políticas sociais e econômicas, sendo que o Poder Público tem o dever constitucional de zelar pela saúde dos seus cidadãos, dando total assistência aos que não tenham disponibilidade financeira para custear o seu tratamento. É de se registrar que o direito à saúde inclui a obrigação de o Pode Público custear cirurgias, bem como o de fornecer medicamentos e demais meios indispensáveis ao tratamento de portadores de moléstias graves, notadamente quando há demonstração da hipossuficiência dessas pessoas, entendimento este que decorre do dever Estatal à prestação da saúde de forma universal e igualitariamente. Nesse sentido, trilha a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, senão vejamos: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO – REMESSA NECESSÁRIA – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – DIREITO À VIDA E À SAÚDE – DEVER DO ESTADO (LATO SENSU) – INTELIGÊNCIA DO ART. 196 DA CF – REALIZAÇÃO DE CIRURGIA – URGÊNCIA E NECESSIDADE COMPROVADAS – SUPREMACIA DO DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE – MEIO COERCITIVO DE BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS – AFASTAMENTO – CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO – VERIFICAÇÃO DO PAGAMENTO, EM DUPLICIDADE, PARA O HOSPITAL PRIVADO QUE REALIZOU A CIRURGIA – NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE VALORES, SE CONSTATADA A DUPLICIDADE DE PAGAMENTO – SENTENÇA RETIFICADA EM PARTE. 1. A saúde é direito de todos e dever do Estado, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, que deve garantir aos cidadãos o fornecimento de todos os meios indispensáveis para manutenção e restabelecimento da saúde.(...) (TJMT. ReeNec 2146/2018, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/03/2018, Publicado no DJE 06/04/2018). Dessume-se, portanto, que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 alocou a saúde no “status” de direito social e, como tal, deve ser protegida e garantida pelo Estado. Não menos importante, o direito social, dentre os direitos fundamentais, se notabiliza pela finalidade de realizar a justiça distributiva, de sorte que o indivíduo originariamente privado dos direitos fundamentais, que lhe é

imanente, teria nos direitos sociais elencados na Constituição Federal o meio de alcançar o desenvolvimento de uma vida digna. Afinal, os ditos direitos sociais, pertencentes à segunda geração dos direitos fundamentais, visam nada mais nada menos do que a igualdade entre os homens. Logo, além do direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, tem ele a proteção contida no artigo 2º da Lei nº 8.080/90, que imputa ao Estado, entenda-se: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a obrigação de providenciar as condições indispensáveis ao pleno exercício do direito à saúde. Veja-se: "Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. § 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação". Para corroborar o raciocínio exposto acima, convém citar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "(...) O direito à percepção de tais medicamentos decorre de garantias previstas na Constituição Federal, que vela pelo direito à vida (art. 5º, caput) e à saúde (art. 6º), competindo à União, Estados, Distrito Federal e Municípios o seu cuidado (art. 23, inciso II), bem como a organização da seguridade social, garantindo a "universalidade da cobertura e do atendimento". (art. 194, parágrafo único, I) . (...)" Por oportuno, insta consignar que o Estado, o Município e a União são legitimados passivos solidários, já que o Sistema Único de Saúde é composto pelos referidos entes públicos, é de se reconhecer, em função da solidariedade, a legitimidade passiva de qualquer um deles para responder pelo cumprimento dos serviços públicos de saúde prestados à população. Neste sentido, entende o Tribunal de Justiça do Estado de mato Grosso, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO– SENTENÇA ILÍQUIDA – APLICAÇÃO DA SÚMULA STJ 490 – APLICAÇÃO DO CPC/2015 – ENUNCIADO ADMINISTRATIVO STJ Nº 3 - AÇÃO COMINATÓRIA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO MÉDICO CLÍNICO DE 'ABLAÇÃO COM RADIOFREQUÊNCIA' PARA COMBATER ARRITMIA CARDÍACA - PACIENTE CARDIOPATA - NECESSIDADE DEMONSTRADA – DIREITO FUNDAMENTAL À SÁUDE – DEVER DO ESTADO (LATO SENSU) CONFORME ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – INTELIGÊNCIA DA LC Nº 8.080/1990 - APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO DO STF EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL NO RE 855178 RG - CONDENAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL – IMPOSSIBILIDADE – APLICAÇÃO DA SÚMULA 421 DO STJ – ORIENTAÇÃO DO STJ EM SEDE DO RECURSO REPETITIVO RESP 1.108.013/RJ – RECURSO RECEBIDO, CONHECIDO E PROVIDO – SENTENÇA RETIFICADA PARCIALMENTE DE OFÍCIO. PRECEDENTES TJMT. 1. "Conforme a jurisprudência do STJ, "o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária da União, estados-membros e municípios de modo que qualquer destas entidades tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros" (STJ, AgRg no REsp 1.225.222/RR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 5/12/2013). (...)." (STJ, SEGUNDA TURMA, Rel. Ministro Herman Benjamin, REsp 1692336/SP, julgado em 19/10/2017, DJe 19/12/2017). Precedentes TJMT. (...). (Apelação / Remessa Necessária 130576/2016, DRA. FLAVIA CATARINA OLIVEIRA DE AMORIM REIS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 05/03/2018, Publicado no DJE 04/04/2018). Dessa forma, a competência para a promoção da saúde seria repartida pelos entes, conforme o estabelecido nos artigos 16 a 19 da Lei nº 8.080/90, que estabelece normas gerais sobre o SUS. Não obstante, cumpre asseverar que a intervenção excepcional do Poder Judiciário em Políticas Públicas, quando se almeja garantir a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III, Constituição Federal), não ocasiona violação do Princípio da Harmonia e Independência entre os Poderes, pois tais intervenções decorrem da inércia e ineficácia da própria gestão governamental. Adentrando diretamente ao cerne da controvérsia, a hipótese dos autos estampa, mais uma vez, situação em que a concepção generalizada de que o Sistema Único de Saúde no país é imprestável, acaba por precipitar demandas reclamando a prestação de serviços de saúde, cujo alcance não deveria ser buscado ou discutido em âmbito judicial. Não se está aqui a dizer que é recomendável, elogiável, digna de aplausos a demora de anos para atender o pedido de cirurgia, porém, a situação retratada atrai o raciocínio da reserva do possível: não é ideal que a prestação da Saúde Pública seja morosa, mas se tratando de procedimento não emergencial, sujeito a fila de espera sem riscos de vida, sendo possível a regulação administrativa do pedido e seu acompanhamento, não nos parece que isso deva ser trazido ao Judiciário, porque, como demonstrado, o direito foi logrado sem necessidade de pronunciamento judicial. Em excelente trabalho acerca da delimitação da reserva do possível, segundo uma ótica constitucionalista e com visão do ordenamento jurídico como um todo, Ingo Wolfgang Sarlet leciona que a reserva do possível deve ser analisada por uma dimensão tríplice: "a) a efetiva disponibilidade fática dos recursos para a efetivação dos direitos fundamentais; b) a disponibilidade jurídica dos recursos materiais e humanos, que guarda íntima conexão com a distribuição de receitas e competências tributárias, orçamentárias, legislativas e administrativas, entre outras, e que, além disso, reclama equacionamento, notadamente no caso do Brasil, no contexto do nosso sistema constitucional federativo; c) já na perspectiva (também) do eventual titular de um direito a prestações sociais, a reserva do possível envolve o problema da proporcionalidade da prestação, em especial no tocante à sua exigibilidade e, nesta quadra, também da sua razoabilidade" (SARLET. Ingo Wolfgang (Org.). Direitos fundamentais: orçamento e "reserva do possível". 2. ed., rev. amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 30.) Desse modo, quanto à cirurgia pretendida, inicialmente reclamada pela autora, resta evidenciado que não era necessária a judicialização, que, repita-se, não pode servir a criar vetores de desvio da isonomia e da paridade entre os pacientes que estão sob a mesma situação jurídica, como bem salienta a jurisprudência: ADMINISTRATIVO E CIVIL REALIZAÇÃO DE CIRURGIA BARIÁTRICA DIREITO À VIDA PACIENTE QUE AGUARDA PROCEDIMENTO CIRÚRGICO BARIÁTRICO EM FILA DE ESPERA DO SUS. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE O PROCEDIMENTO SE TRATA DE SUA 'ÚNICA SOLUÇÃO' OU DE QUE SEU ESTADO DE SAÚDE É PIOR DO QUE OS CIDADÃOS QUE INTEGRARAM ANTES A REFERIDA FILA DE ESPERA. 1- Ainda que seja considerado grave seu estado de saúde, tal como evidenciam os documentos que instruem o processo, não se pode ter como indiscutível que a Apelante, portadora de obesidade mórbida, possua direito de preferência em relação aos demais integrantes da 'fila de espera' do SUS que também aguardam o procedimento cirúrgico bariátrico. 2- A Apelante tem direito a ser atendida pelo SUS, mas ela não tem direito de, via ordem judicial, 'furar a fila de espera' desse atendimento, se não prova cabalmente que o caso dela é mais grave e urgente do que aqueles que estão à sua frente. 3- O direito à saúde alegado por alguém que pretende algo específico do Poder Público deve ser examinado tanto sob o aspecto individual quanto sob uma "visão de conjunto", que leve em conta o significado deste alegado direito como elemento constitutivo de um sistema constitucional unitário. 4- Se fosse determinada pelo Juízo a realização do procedimento cirúrgico em questão, haveria, sim, sobreposição ao Poder Executivo que, diante da escassez de prova do direito, não pode, no caso, ser considerado omisso quanto aos seus deveres constitucionais exigíveis ao caso da Apelante. Assim, a decisão política regular não é passível de correção pelo Judiciário. 5- A implementação das garantias à saúde depende, por óbvio, de possibilidades técnicas e financeiras. Tudo isso compõe a esfera da administração, na qual não pode o órgão judiciário se imiscuir, principalmente gerando situação irreversível. 6- Apelação improvida. Sentença mantida. (TRF-2 - AC: 200551010027769/RJ, Relator: Desembargador Federal Frederico Gueiros, Sexta Turma Especializada). Vale ressaltar, ainda, que a paciente deixou de colacionar aos autos documentos recentes que demonstrem o seu atual situação estado de saúde, a fim de que fosse averiguado se a sua situação se agravou em relação ao lapso temporal, o que demonstra a necessidade de analisar o pleito segundo uma ótica realista e cautelosa, baseada na concepção de que a prestação do serviço de saúde pública deve ter uma ótica individual, quanto à asseguração do direito à vida digna, mas não pode deixar de ser valorada em seu aspecto coletivo. Colhe-se excerto de decisão do STF que muito bem se ajusta à hipótese versanda: "Se, por um lado, a elaboração dos Protocolos Clínicos e das Diretrizes Terapêuticas privilegia a melhor distribuição de recursos públicos e a segurança dos pacientes, por outro a aprovação de novas indicações terapêuticas pode ser muito lenta e, assim, acabar por excluir o acesso de pacientes do SUS a tratamento há muito prestado pela iniciativa privada. Parece certo que a inexistência de Protocolo Clínico no SUS não pode significar violação ao princípio da integralidade do sistema, nem justificar a diferença entre as opções acessíveis aos usuários da rede pública e as disponíveis aos

usuários da rede privada. Nesses casos, a omissão administrativa no tratamento de determinada patologia poderá ser objeto de impugnação judicial, tanto por ações individuais como coletivas. No entanto, é imprescindível que haja instrução processual, com ampla produção de provas, o que poderá configurar-se um obstáculo à concessão de medida cautelar. Portanto, independentemente da hipótese levada à consideração do Poder Judiciário, as premissas analisadas deixam clara a necessidade de instrução das demandas de saúde para que não ocorra a produção padronizada de iniciais, contestações e sentenças, peças processuais que, muitas vezes, não contemplam as especificidades do caso concreto examinado, impedindo que o julgador concilie a dimensão subjetiva (individual e coletiva) com a dimensão objetiva do direito à saúde" (Min. Gilmar Mendes, AGR na STA nº 175). O que se esta a demonstrar não é a ausência de direito à saúde pela paciente, mas a ausência de comprovação da urgência/emergência do caso, capaz de priorizá-lo em detrimento de outros pacientes. Desse modo, considerando que não houve comprovação da situação atual da paciente, bem como, levando em conta que o direito individual não pode sobressair sobre o direito coletivo, ou seja, não poderia a requerente passar à frente de pessoa com a mesma condição de saúde, ou ainda mais grave, necessário o julgamento do feito. Diante do exposto, e nos termos do art. 487, I, do CPC, extingo o processo, com apreciação de mérito, para JULGAR IMPROCEDENTE a pretensão inicial, mantendo in totum a decisão que denegou a tutela (id n.º 20009870 – pp. 01/05). Isento de custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo definitivo, com as baixas e anotações de estilo. P. R. I. C. Lucas do Rio Verde p/ Tapurah/MT, 13 de dezembro de 2019. Melissa de Lima Araújo Juíza de Direito em Substituição Legal

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010000-14.2017.8.11.0108
Parte(s) Polo Ativo:
JAILMA PEREIRA INACIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA BELLEZE SILVA OAB - MT9601-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO RODRIGUES CAO DE FARIAS 02904354123 (REQUERIDO)

Impulsiono os autos para intimação da parte, por seu procurador, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se nos presentes autos acerca da certidão negativa do Oficial de Justiça (id 26604252), devendo informar o endereço atualizado do requerido Adriano Rodrigues Cao de Farias.

Comarca da Terra Nova do Norte

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA N.º 044/2019-DF.
PORTARIA N.º 044/2019-DF.
A Excelentíssima Senhora Doutora GISELDA REGINA SOBREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE, Juíza de Direito em Substituição Legal, do Foro da Comarca de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO que o artigo 231 do Código de Organização e Divisão Judiciárias estabelece que o recesso forense será no período compreendido entre os dias 20 de dezembro a 6 de janeiro;
CONSIDERANDO a publicação do Provimento 027/2019/CM que regulamenta as atividades do recesso Forense de 2018;
CONSIDERANDO que o recesso forense não acarreta interrupção dos serviços prestados na Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;
CONSIDERANDO que durante o período de recesso forense as atividades permanecerão vinculadas ao plantão judiciário e regulamentadas pelo Provimento 027/2019/CM;
CONSIDERANDO a publicação da Portaria 1.466/2019/PRES que determina a elaboração de escala de plantão para as atividades do recesso Forense de 2019;
RESOLVE:
Art. 1º - ESTABELECER a escala de plantão dos servidores da Comarca de Terra Nova do Norte durante o período de recesso forense, compreendido entre 20/12/2019 à 06/01/2020.
Período
Servidor
Função
20 à 22/12/2019
Kátia Flávia Beê
Gestora Geral de 1ª Entrância
23 e 24/12/2019
Aline Schorro
Analista Judiciária
25 à 26/12/2019
José Adrião de Souza Neto
Técnico Judiciário
27 e 28/12/2019
Carla Graciela Garcia
Distribuidora
20/12/2019 à 28/12/2019
Estanrley Figueiredo de Moura
Oficial de Justiça
29 à 30/12/2019
Cristiane Rohenkohl Roscete
Técnica Judiciária
31/12/2019
Silvana Lazaroto
Técnica Judiciária
01/01/2020
Ercílio Giacomel
Analista Judiciário
02 e 03/01/2020
Cristiane Cardeal
Distribuidora
04, 05 e 06/01/2020
Elisandra Hattori da Rocha
Gestora Administrativa 3
29/12/2019 à 06/01/2020
Rogério Castro Silva
Oficial de Justiça
Registre-se e cumpra-se, remetendo-se cópia à Presidência, Corregedoria-Geral da Justiça, Diretoria Geral e ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça.
De Colíder para Terra Nova do Norte/MT, 12 de Dezembro de 2019.
GISELDA REGINA SOBREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE
Juíza de Direito em Substituição Legal

Vara Única

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Janaína Rebucci Dezanetti
Cod. Proc.: 53881 Nr: 848-55.2014.811.0085
AÇÃO: Ação Civil de Improbidade Administrativa->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICIPIO DE TERRA NOVA DO NORTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL RODRIGUES DE FREITAS NETO, JOSÉ WELINGHTON FERNANDES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 16037
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TIAGO PACHECO DOS SANTOS - OAB:OAB/MT Nº 17601
Processo nº. 848-55.2014.811.0085 (Código 53881)
Vistos.
Considerando a manifestação de fl. 175/176, inclua-se o Município de Terra Nova do Norte no polo ativo da demanda.
No mais, antes de analisar o pedido de citação por edital do requerido José Wellington da Silva (f. 193), determino a intimação do causídico constituído à f. 171 para, no prazo de 10 dias, indicar o endereço atualizado de seu cliente.

Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos para ulteriores deliberações.
Às providências.
Terra Nova do Norte, 16 de setembro de 2019.
Janaína Rebucci Dezanetti
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade
Cod. Proc.: 66911 Nr: 453-87.2019.811.0085
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEMIR LOVISON
PARTE(S) REQUERIDA(S): LADIR LOPES SOARES, GILVANA DEODATO DE SOUSA SOARES, JAIR LOPES SOARES, ROSANGELA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSANA LOVISON - OAB:19013/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARISA TEREZINHA VESZ - OAB:4987-B/MT
De proêmio, calha mencionar por este Juízo que não houve deliberação no tocante à proibição da eliminação dos frutos, havendo tão somente a ressalva da colheita dos frutos maduros no cumprimento do mandado de reintegração de posse, o que foi estendido o prazo para o ato, conforme decisão de fls. 506/506-v.Outrossim, constata-se, entre um ato e outro, os diversos descumprimentos da decisão inicial, proferida às fls. 33/34 e datada em 26/01/2017, que demonstram afronta às decisões emanadas por este Juízo.Sendo assim, por cautela, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, comprove a colheita dos frutos maduros, no prazo acordado às fls. 508/509, via certidão pormenorizada, conforme deliberado à fl. 506.Havendo a comprovação da colheita, devidamente certificado pelo Oficial de Justiça, CONCEDO a autorização para o gradeamento da área rural, objeto do litígio, notadamente na referida plantação dos requeridos, a fim de evitar a nova prática do esbulho, devendo o ato ser acompanhado pelo Oficial de Justiça e pela Polícia Militar designada – Ofício 017/COPLAM/SAIOP/SESP/2019 (fl. 515).No mais, considerando haver nos autos a notícia de que os requeridos encontram-se nas limitações da área rural, DETERMINO nova intimação para que os mesmos se mantenham distantes em um perímetro de 10 (dez) quilômetros do local objeto da invasão, após a colheita dos frutos, conforme restou determinado às fls. 236/237, sob pena de incorrer nas cominações legais, bem como em eventual prisão em flagrante em caso de descumprimento.REITERE-SE o ofício expedido à fl. 477 e fl. 478, nos termos do decisum (fls. 474/476-v), fixando o prazo de resposta em 05 (cinco) dias, sob pena de incorrer o responsável legal nas sanções administrativas e penais, tendo em vista o lapso temporal transcorrido.Após, VOLTEM-ME os autos conclusos para análise do pedido de designação de audiência de justificação, conforme postulado às fls. 485/488, tendo em vista o desconhecimento da pauta do Juiz da causa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Rebucci Dezanetti
Cod. Proc.: 60831 Nr: 348-81.2017.811.0085
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: APARECIDA INÁCIO DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCIS VINICIUS OLIVEIRA DUARTE - OAB:OABMT Nº19063/O, MAURICIO VIEIRA SERPA - OAB:12758/O, RAFAEL WASNIESKI - OAB:15469-A/MT, RICARDO ROBERTO DALMAGRO - OAB:12205-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n° 348-81.2017.811.0085 – (Código 60831)
Vistos.
Cuida-se de ação ordinária objetivando o pagamento de pensão por morte proposta por APARECIDA INACIO DE OLIVEIRA, contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, todos devidamente qualificados na inicial, visando o recebimento de benefício em razão do falecimento de seu companheiro, Sr. Severino Luiz da Silva.
Com a inicial vieram os documentos de fls. 11/30.
A inicial fora recebida à fl. 31, determinando a citação da demandada, bem como deferindo os benefícios da gratuidade processual.
Contestação apresentada pela demandada às fls. 32/42.
Impugnação à contestação de fls. 45/46.
O feito fora saneado à fl. 48, sendo designada solenidade de instrução.
Em sede de solenidade de instrução e julgamento foi inquirida duas testemunhas da parte autora, apresentando alegações finais remissivas, ao passo que a Autarquia demandada quedou-se ausente, precluindo seu prazo para apresentação dessas.
Vieram-me os autos conclusos.
É O RELATÓRIO DO NECESSÁRIO.
FUNDAMENTO E DECIDO.
Em que pese a preliminar de prescrição arguida pela Autarquia demandada, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, eis que se reconhecido o direito da autora será a partir de 2017, não havendo que se falar em quinquênio.
Apenas para situar, o caso em comento versa sobre o direito à pensão previdenciária por morte, o que não fora, administrativamente, reconhecido ante a discussão quanto à condição de segurado desse.
Pois bem.
Há que se registrar que as regras para fruição da pensão por morte encontram-se disciplinadas nos artigos 74/79 da Lei n. 8.213/91, as quais merecem transcrição, in verbis:
Art. 74. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:
I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;
II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso anterior;
III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.
Art. 75. O valor mensal da pensão por morte será de cem por cento do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento, observado o disposto no art. 33 desta lei.
Art. 76. A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a contar da data da inscrição ou habilitação.
§ 1º O cônjuge ausente não exclui do direito à pensão por morte o companheiro ou a companheira, que somente fará jus ao benefício a partir da data de sua habilitação e mediante prova de dependência econômica.
§ 2º O cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato que recebia pensão de alimentos concorrerá em igualdade de condições com os dependentes referidos no inciso I do art. 16 desta Lei.
Art. 77. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.
§ 1º Reverterá em favor dos demais a parte daquele cujo direito à pensão cessar.
§ 2º A parte individual da pensão extingue-se:
I - pela morte do pensionista;
II - para o filho, a pessoa a ele equiparada ou o irmão, de ambos os sexos, pela emancipação ou ao completar 21 (vinte e um) anos de idade, salvo se for inválido;
III - para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.
§ 3º Com a extinção da parte do último pensionista a pensão extinguir-se-á.
Art. 78. Por morte presumida do segurado, declarada pela autoridade judicial competente, depois de 6 (seis) meses de ausência, será concedida pensão provisória, na forma desta Subseção.
§ 1º Mediante prova do desaparecimento do segurado em conseqüência de acidente, desastre ou catástrofe, seus dependentes farão jus à pensão provisória independentemente da declaração e do prazo deste artigo.
§ 2º Verificado o reaparecimento do segurado, o pagamento da pensão cessará imediatamente, desobrigados os dependentes da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.
Art. 79. Não se aplica o disposto no art. 103 desta Lei ao pensionista menor, incapaz ou ausente, na forma da lei.
Observa-se que para concessão do benefício previdenciário perseguido pelo autor, mister que três requisitos sejam preenchidos, quais sejam: a comprovação da qualidade de segurado do de cujus, o óbito e a dependência econômica do beneficiário.
In casu, a qualidade de segurado do falecido se constata em documentos

juntados aos autos às fls. 42.
Quanto à condição de companheiro, no caso judicializado, tem-se que a requerente logrou êxito em comprovar, pela documentação trazida aos autos (fl.19/28), bem como pela prova testemunhal produzida. Vejamos:
"Conhece a Aparecida á 5 anos. Ela morou em uma chácara localizada entre Peixoto de Azevedo e Matupá, junto com o Sr. Severino Luiz da Silva durante 5 anos. Ela não trabalhava, quem á sustentava era Severino, pois ele trabalhava para o dono da chácara fazendo serviços gerais. Ela morou com ele até o momento em que ele veio á óbito em 2016. Atualmente ela reside em Terra Nova do Norte". (Testemunha Ariston Souza de Araújo)
"Conhece a Aparecida á mais de 20 anos. Ela já trabalhou como agente de saúde. Atualmente ela mora no bairro caixa d'agua e tem mais de 3 filhos. Ela viveu junto com o Severino durante 5 anos aproximadamente, aparentavam ser casados, pois ela dependia financeiramente dele. Severino trabalhava em uma chácara perto de Peixoto de Azevedo. Severino faleceu e após isso ela não trabalhou mais. Atualmente faz crochê para vender". (Testemunha Aparecida Pinheiro de Jesus)
No ponto, destaca-se que:
"Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:
I - cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente". (...)" (negritos acrescidos)
No que tange à dependência econômica, nos termos do art.16, I e §4º, Lei nº 8.213/91, prescinde de comprovação, presumindo-a. Nesse sentido:
PROCESSO CIVIL. AGRAVO. ARTIGO 557, § 1º DO CPC. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. RURÍCOLA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.557§ 1ºCPC- A pensão por morte é benefício previdenciário devido aos dependentes do trabalhador rural (art. 16 da Lei nº 8.213/91).168.213- Para a obtenção desse benefício, mister o preenchimento de dois requisitos: qualidade de segurado do falecido e dependência econômica.- É presumida a dependência econômica do cônjuge, ex vi do art. 16, § 4º, da LBPS.16§ 4ºLBPS- Qualidade de segurado comprovada, mediante início de prova material, corroborado por prova testemunhal.- Aplicável a autorização legal de julgamento monocrático, prevista no artigo 557 do Código de Processo Civil.557Código de Processo Civil- Agravo legal a que se nega provimento.(TRF3 - 31540 MS 0031540-08.2009.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL THEREZINHA CAZERTA, Data de Julgamento: 18/03/2013, OITAVA TURMA) (negritos acrescidos).
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR o requerido ao pagamento do benefício previdenciário de pensão por morte, no valor legal, em favor de Aparecida Inácio de Oliveira, devido a partir da data do requerimento administrativo.
Por oportuno, DETERMINO ao INSS que IMPLANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, o referido benefício, consignando que as parcelas atrasadas serão objeto de execução após o trânsito em julgado.
Sobre as parcelas em atraso, incidirá correção monetária a ser calculada pelo Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, mediante utilização do IPCA-E, e juros de mora conforme critérios da Lei nº 11.960/2009, contados a partir da citação.
09000857529 JLBPS.143 JLBPS.55 JLBPS.55.3 – AÇÃO RESCISÓRIA – PREVIDENCIÁRIO – DOCUMENTO NOVO CAPAZ, POR SI SÓ, DE GARANTIR PRONCUNCIAMENTO FAVORÁVEL – RURÍCOLA – CIRCUNSTÂNCIAS E CONDIÇÕES PESSOAIS – RESCISÃO DO JULGADO – NOVO JULGAMENTO – APOSENTADORIA POR IDADE RURAL – ART. 143 DA LEI 8.213/91 – REQUISITOS – INÍCIO DE PROVA MATERIAL – PROVA TESTEMUNHAL – REQUISITOS PREENCHIDOS – BENEFÍCIO DEVIDO – TERMO INICIAL – CORREÇÃO MONETÁRIA – JUROS – HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – ... 8- Os juros de mora e a correção monetária deverão observar o decidido pelo Plenário do C. STF, no julgamento do RE 870.947/SE, em Repercussão Geral, em 20/09/2017, Rel. Min. Luiz Fux, adotando-se no tocante à fixação dos juros moratórios o índice de remuneração da caderneta de poupança, nos termos do art. 1º-F da Lei nº 9.494/97 com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, e quanto à atualização monetária, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)... (TRF 3ª R. – AR 0003516-28.2008.4.03.0000/SP – 3ª S. – Relª Desª Fed. Lucia Ursaia – DJe 18.05.2018 – p. 296)
No mesmo sentido:
Nos termos do julgamento do RE nº 870.947/SE (Tema 810), pelo STF, em 20/9/2017, a correção monetária dos débitos da Fazenda Pública se dá através do IPCA-E. Os juros moratórios devem atender a disciplina da Lei 11.960/2009, contados a partir da citação. (TRF 4ª R. – Ap-RN 5014728-59.2013.4.04.7112 – 5ª T. – Rel. Altair Antonio Gregorio – J. 08.05.2018).
CONDENO a Autarquia Federal nos honorários advocatícios, que FIXO no importe de 10% sobre as parcelas vencidas, não incidindo sobre as prestações vincendas (artigo 85, § 2º, CPC e Súmula 111 do STJ).
ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.
DEIXO de determinar a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em exercício do "duplo grau de jurisdição obrigatório", tendo em vista o disposto no inciso III, §3º do art. 496 do CPC, já que o valor da condenação, nitidamente, não excederá a 100 (cem) salários mínimos.
P.R.I.C.
Assim, em atenção ao Provimento 20/2008-CGJ, sintetizo o julgado da seguinte forma:
Nome do Segurado: Severino Luiz da Silva;
Nome dos Beneficiários: Aparecida Inacio de Oliveira;
Benefício Concedido: Pensão por Morte;
Renda Mensal Atual: Um salário mínimo;
Data do Início do Benefício (DIB): Data do requerimento administrativo (01/02/2017);
Prazo para cumprimento da sentença: 30 (trinta) dias.
Após o trânsito em julgado, INTIME-SE a parte demandante para, no prazo de 30 (trinta) dias, pugnar o que entender de direito. Transcorrido "in albis" o prazo, AO ARQUIVO com as anotações e providências de estilo, sem prejuízo de seu desarquivamento, independentemente do recolhimento de taxa, se requerido no prazo legal.
Terra Nova do Norte, 16 de agosto de 2019.
Janaína Rebucci Dezanetti
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Janaína Rebucci Dezanetti
Cod. Proc.: 61511 Nr: 736-81.2017.811.0085
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCIS VINICIUS OLIVEIRA DUARTE - OAB:OABMT Nº19063/O, MAURICIO VIEIRA SERPA - OAB:12758/O, RAFAEL WASNIESKI - OAB:15469-A/MT, RICARDO ROBERTO DALMAGRO - OAB:12205-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nesse diapasão, ACOLHO a pretensão da parte autora e JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na petição inicial, razão por que CONDENO o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) a pagar à MARIA DAS GRAÇAS DO NASCIMENTO o benefício de amparo social no importe de 01 (um) salário mínimo mensal, desde a data do requerimento administrativo.Por oportuno, DETERMINO ao INSS que IMPLANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, o referido benefício, consignando que as parcelas atrasadas serão objeto de execução após o trânsito em julgado.Sobre as parcelas em atraso, incidirá correção monetária a ser calculada pelo Manual de Orientação de Procedimentos para Cálculos na Justiça Federal, mediante utilização do IPCA-E, e juros de mora conforme critérios da Lei nº 11.960/2009, contados a partir da citação(...) Nos termos do julgamento do RE nº 870.947/SE (Tema 810), pelo STF, em 20/9/2017, a correção monetária dos débitos da Fazenda Pública se dá através do IPCA-E. Os juros moratórios devem atender a disciplina da Lei 11.960/2009, contados a partir da citação. (TRF 4ª R. – Ap-RN 5014728-59.2013.4.04.7112 – 5ª T. – Rel. Altair Antonio Gregorio – J. 08.05.2018).CONDENO a Autarquia Federal nos honorários advocatícios, que FIXO no importe de 10% sobre as parcelas vencidas, não incidindo sobre as prestações vincendas (artigo 85, § 2º, CPC e Súmula 111 do STJ).ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I

do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001. DEIXO de determinar a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em exercício do "duplo grau de jurisdição obrigatório", tendo em vista o disposto no inciso III, §3º do art. 496 do CPC, já que o valor da condenação, nitidamente, não excederá a 100 (cem) salários mínimos.P.R.I.C.(...)

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000791-44.2019.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
VICENTE LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ATO ORDINATÓRIO. INTIMAÇÃO do Promovido para que, querendo, se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias acerca do pedido de desistência da ação ID 27315686, conforme art. 485, §4º do CPC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010083-12.2011.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ SCHWIRCH (REQUERENTE)
MARISA TERESINHA VESZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARISA TERESINHA VESZ OAB - MT0004987A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO PEREIRA DA SILVA (REQUERIDO)
VANDERLEI POZZEBONN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SOLEICA FATIMA DE GOES FERMINO DE LIMA OAB - MT0004049A (ADVOGADO(A))
LUCIVANI BREMBATTI OAB - MT0010691A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
WANDRO LUIZ BATISTELLA (TERCEIRO INTERESSADO)
KINTER MARKS (TERCEIRO INTERESSADO)
GILMAR ANTONIO MENON (TERCEIRO INTERESSADO)
VALDECIR LANTERNEIRO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANDRÉA PIACENZO DE FREITAS FELIPE (TERCEIRO INTERESSADO)

Certifico e dou fé que impulsiono os autos para intimação das partes acerca do retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça Estadual, para, querendo, requerer o que de direito no prazo de 30 (trinta) dias, sendo que no silêncio os autos serão remetidos ao arquivo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000410-36.2019.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
CLECY BELATO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ LUNARDON OAB - PR23304 (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que impulsiono os autos para intimação do PROMOVENTE acerca do RECURSO INOMINADO interposto nos autos, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do § 2º do art. 42 da Lei nº 9.099/95.

Comarca de Vila Bela da Santíssima Trindade

Vara Única

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000740-57.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA MASSAI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE BARBOSA DA SILVEIRA OAB - MT0015333A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000740-57.2019.8.11.0077. AUTOR(A): BARBARA MASSAI RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000316-15.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
R. M. L. S. (AUTOR(A))
DANIELA ROSA MUNHOZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MOREIRA RODRIGUES OAB - MT0021494A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000316-15.2019.8.11.0077. AUTOR(A): RAFAELLA MUNHOZ LOPES SILVA, DANIELA ROSA MUNHOZ RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000112-68.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDEMIRA EVANGELISTA MACHADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000112-68.2019.8.11.0077. AUTOR(A): LAUDEMIRA EVANGELISTA MACHADO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000219-15.2019.8.11.0077

Parte(s) Polo Ativo:
DONIZETH EDUARDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MOREIRA RODRIGUES OAB - MT0021494A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000219-15.2019.8.11.0077. AUTOR(A): DONIZETH EDUARDO DA SILVA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000265-04.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA GOMES SOARES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000265-04.2019.8.11.0077. AUTOR(A): SILVIA GOMES SOARES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000113-53.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LINDOVAL BERTO LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000113-53.2019.8.11.0077. AUTOR(A): LINDOVAL BERTO LIMA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000718-96.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO GOMES SANDOL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARETUSA APARECIDA FRANCISCA MOREIRA OAB - MT13095/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000718-96.2019.8.11.0077. AUTOR(A): FRANCISCO GOMES SANDOL RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 15h30min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000203-61.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
NIVALDO DAS NEVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000203-61.2019.8.11.0077. AUTOR(A): NIVALDO DAS NEVES RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000082-33.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DE ARAUJO SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000082-33.2019.8.11.0077. AUTOR(A): MARIA APARECIDA DE ARAUJO SILVA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000473-85.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
SANTA CHARUPA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Outros Interessados:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000473-85.2019.8.11.0077. AUTOR(A): SANTA CHARUPA RAMOS RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000453-94.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
EURICO NELSON CARNEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000453-94.2019.8.11.0077. AUTOR(A): EURICO NELSON CARNEIRO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000702-45.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LUSINETE BARBOSA BATISTA ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000702-45.2019.8.11.0077. AUTOR(A): LUSINETE BARBOSA BATISTA ALVES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000454-79.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA GOMES DO NASCIMENTO CARNEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000454-79.2019.8.11.0077. AUTOR(A): VILMA GOMES DO NASCIMENTO CARNEIRO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000119-60.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
IRANI SOARES DE BRITO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000119-60.2019.8.11.0077. AUTOR(A): IRANI SOARES DE BRITO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000188-92.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
SERGIO BLECHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000188-92.2019.8.11.0077. AUTOR(A): SERGIO BLECHA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000204-46.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO RODRIGUES NETO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000204-46.2019.8.11.0077. AUTOR(A): JOAO RODRIGUES NETO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000189-77.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
ISAIAS FIGUEIREDO EUNECA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL NEVACK RIBEIRO OAB - SP0310498A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000189-77.2019.8.11.0077. AUTOR(A): ISAIAS FIGUEIREDO EUNECA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000680-84.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
REGIANE RAMOS DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE HENRIQUE BARBOSA DA SILVEIRA OAB - MT0015333A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000680-84.2019.8.11.0077. AUTOR(A): REGIANE RAMOS DOS SANTOS RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 09h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000745-79.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
DENIZE RUMAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000745-79.2019.8.11.0077. AUTOR(A): DENIZE RUMAO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000304-98.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE TEODORO RODRIGUES LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 29.979.036/0001-40 (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000304-98.2019.8.11.0077. AUTOR(A): IRENE TEODORO RODRIGUES LIMA RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 29.979.036/0001-40 Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000418-37.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LEORIANE RUMAO MIRANDA MENDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000418-37.2019.8.11.0077. AUTOR(A): LEORIANE RUMAO MIRANDA MENDES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000513-67.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON FONSECA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL NEVACK RIBEIRO OAB - SP0310498A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo:

1000513-67.2019.8.11.0077. AUTOR(A): NILSON FONSECA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000213-08.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE TUMICHA SESPEDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000213-08.2019.8.11.0077. AUTOR(A): TATIANE TUMICHA SESPEDES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000215-75.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
MARINEUZA TUMICHA AVELINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000215-75.2019.8.11.0077. AUTOR(A): MARINEUZA TUMICHA AVELINO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000419-22.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA MIRANDA PACHUZI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000419-22.2019.8.11.0077. AUTOR(A): LUCIA MIRANDA PACHUZI RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000202-76.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE APARECIDO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
FABIANE BATTISTETTI BERLANGA OAB - MT0006810A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000202-76.2019.8.11.0077. AUTOR(A): JOSE APARECIDO DA SILVA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000594-16.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
CLEMENTE DA SILVA SAMPAIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000594-16.2019.8.11.0077. AUTOR(A): CLEMENTE DA SILVA SAMPAIO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000400-16.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
DINALVA TUMICHA AVELINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000400-16.2019.8.11.0077. AUTOR(A): DINALVA TUMICHA AVELINO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05/02/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes

Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000468-63.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
VITALINA SOLIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000468-63.2019.8.11.0077. AUTOR(A): VITALINA SOLIS RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000656-56.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE INACIO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL NEVACK RIBEIRO OAB - SP0310498A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000656-56.2019.8.11.0077. AUTOR(A): JOSE INACIO DA SILVA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 13h00min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000228-74.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ALVES CORGOZINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HAILTON MAGIO OAB - MT15839/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000228-74.2019.8.11.0077. AUTOR(A): MARIA ALVES CORGOZINHO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 15h30min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000227-89.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
ARLINDO FERNANDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HAILTON MAGIO OAB - MT15839/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000227-89.2019.8.11.0077. AUTOR(A): ARLINDO FERNANDES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 15h30min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000434-88.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEIDE DE SOUZA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
HAILTON MAGIO OAB - MT15839/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESPACHO Processo: 1000434-88.2019.8.11.0077. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: LUCINEIDE DE SOUZA DA SILVA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 22/01/2020, às 15h30min. À Secretaria para agendar a audiência no sistema PJE. As partes deverão comparecer acompanhadas de testemunhas, independentemente de rol e de intimação pelo juízo. Intime-se a parte autora e seu advogado, por meio de publicação no DJe; e intime-se o INSS, via sistema PJe. Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000937-12.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE PATROCINIO DOS SANTOS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIANE DA SILVA VIEIRA OAB - MT22517/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DECISÃO Processo: 1000937-12.2019.8.11.0077. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JOSE PATROCINIO DOS SANTOS ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos, etc. Defiro ao autor a justiça gratuita. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c.c. Repetição do Indébito, Indenização por Danos Morais e Pedido de Tutela de Urgência proposta por José Patrocínio dos Santos em face de Banco Itaú Consignado S.A., ambos devidamente qualificados nos autos. A parte autora alega na inicial, em síntese, que é beneficiário de aposentadoria por idade (nº 1413133107) e pensão por morte (nº 1201155450), perante a Previdência Social - INSS e, recentemente, constatou a existência de operações de créditos desconhecidas na conta criada para recebimento dos benefícios junto ao Banco Bradesco e, após melhor investigar, descobriu que se tratavam de transações relativas à dois empréstimos consignados feitos junto ao Banco requerido, que alega nunca ter contratado ou autorizado. Narra que foram creditados em sua conta os valores de R$ 1.031,07 (um mil e trinta e um reais, sete centavos) relativo ao empréstimo incluído no benefício de Pensão por Morte Previdenciário em 09/02/2019, a serem pagos em 72 parcelas de 28,87 (vinte oito reais e

oitenta e sete centavos), bem como a quantia de R$ 957,85 (novecentos e cinquenta sete reais e oitenta e cinco centavos), incluso no seu benefício de Aposentadoria por Idade, a ser paga em 72 parcelas de 28.82 (vinte oito reais e oitenta e dois centavos) e, mesmo após diversas tentativas de tentar resolver o impasse junto ao requerido, com a devolução do dinheiro recebido e cancelamento das cobranças indevidas, o autor não obteve êxito. Afirmou que ingressou com a ação nº 1000388-02.2019.8.11.0077 no Juizado Especial de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, na qual obteve tutela de urgência favorável e efetuou o depósito judicial do valor do empréstimo, mas que o feito foi extinto sem resolução do mérito em razão da necessidade de perícia grafotécnica. Assim, requer a concessão de tutela de urgência a fim de que seja determinada a consignação judicial dos valores indevidamente creditados em sua conta em razão dos contratos de empréstimos consignados inexistentes, bem como seja determinada a expedição de ofício ao INSS para que sejam suspensos os descontos mensais nos dois benefícios do autor, referentes aos empréstimos fraudulentos mencionados. No mérito, requer a confirmação da liminar, a inversão do ônus a prova, a condenação da ré em danos morais, com a procedência da ação em sua totalidade. É o relatório. Fundamento e decido. No tocante a tutela de urgência requerida, importante citar que o artigo 300 do Novo Código de Processo Civil, estabelece que são requisitos necessários à concessão da tutela de urgência, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e quando houver perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesse diapasão, para que se antecipem os efeitos da tutela é extremamente necessário que esteja escoimado de dúvidas o pedido mediato, estando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Assim, analisando os autos, bem como os documentos que o instruem, em juízo de cognição sumária, entendo que os elementos carreados ao ventre dos autos convencem o espírito do julgador do fato que se propõem. Assim, resta demonstrado, no caso vertente, que existem os requisitos da probabilidade, no sentido de restarem presentes motivos preponderantes e convergentes à aceitação de que são verossímeis as alegações da parte autora, como também o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. A probabilidade do direito decorre das próprias alegações da parte mais frágil na relação de consumo ora apresentada e, tendo em vista a dificuldade de se comprovar documentalmente os fatos narrados, entendo que o pedido merece acolhimento. Por outro lado, verifico a verossimilhança das alegações se encontra firme no fato da parte autora ter demonstrado suficientemente sua irresignação com o negócio jurídico que deu causa à ação, na medida que registrou boletim de ocorrência junto à órgão competente, contendo as informações narradas na inicial, bem como se propôs a realizar o depósito judicial da quantia havida do empréstimo consignado que alega ser fraudulento, vez que não contratado em nenhum momento pelo autor. Além da verossimilhança presente nas deduções da parte autora, verifico que o risco de dano reside no fato de que, os descontos realizados atingem os benefícios previdenciários destinados ao autor que é pessoa idosa, atualmente com 72 anos de idade e, por se tratar de verba salarial, caso tais descontos se prolonguem no tempo, a cobrança de valores relativos aos juros, taxas/tarifas referentes à contratação do empréstimo possivelmente fraudado, por certo acarretarão prejuízos de ordem financeira ao autor. Ademais, urge salientar que a concessão da antecipação da tutela não acarretará prejuízos à empresa requerida, na medida que os valores havidos pelo autor em razão do empréstimo que alega não ter contratado, será depositado em conta judicial vinculados aos autos pela parte autora; nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, uma vez que, se for o caso, poderá ser revogada a qualquer tempo. Assim, por ora, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA suplicada na inicial, para AUTORIZAR o depósito judicial dos valores indevidamente creditados na conta bancária do requerente em razão de empréstimo consignado junto ao Banco Itaú S.A. Como medida de economia processual, determino que a Secretaria do Juízo oficie à Conta Única para fazer vincular a estes autos o depósito realizado nos autos nº 1000388-02.2019.8.11.0077, do Juizado Especial desta Comarca. Como já foi comprovado o depósito judicial do valor integral dos dois empréstimos, DETERMINO à parte ré que se abstenha de efetuar junto ao INSS, os descontos nos proventos dos Benefícios de Aposentadoria por Idade nº 1413133107 e Pensão por Morte Previdenciária nº 1201155450, em nome de José Patrocínio dos Santos, através dos contratos de nº 591615783 (ID nº 20583028) e nº 597915579 (ID nº 20583030), até que seja resolvida a discussão judicial a respeito da inexistência ou não dos referidos contratos. Para tanto, DETERMINO a expedição de ofício ao INSS para que faça cessar os descontos nos benefícios da parte autora, referentes aos contratos supramencionados. Designo audiência de conciliação a ser realizada em data a ser marcada pelo Conciliador, certificando-se nos autos, devendo as partes estar acompanhadas de advogados ou Defensor Público. Ressalta-se que o não comparecimento injustificado da parte autora ou da parte ré à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da Justiça e será cominada multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, §8º do CPC. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado. Cite-se e Intime-se a empresa requerida para, em caso de não composição das partes, querendo, contestar os pedidos iniciais e indicar as provas que pretende produzir, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme dispõem o art. 335 e art. 336, ambos do NCPC. Realizada a citação e sendo apresentada a contestação, dê-se vista aos autores para impugnação. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, 2 de dezembro de 2019. ELMO LAMOIA DE MORAES Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 28568 Nr: 1248-69.2009.811.0077
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: O Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Generson Maldonado Peralta, Aquelio Aguiar Marques
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alinor Sena Rodrigues - OAB:11453 -A, Andre Henrique Barbosa da Silveira - OAB:15333, Romildo Souza Grota - OAB:4333-B/MT
Vistos, etc.
RECEBIMENTO DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO
Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pelo DENUNCIADO, contra decisão de pronúncia.
A parte recorrida apresentou contrarrazões.
Vieram-me conclusos a fim de dar cumprimento ao disposto no art. 589, caput, do Código de Processo Penal.
É o breve relato. Decido.
Analisando os fundamentos da referida decisão e as razões recursais, com fundamento no artigo 589, caput, do Código de Processo Penal e art. 93, inciso IX, da Constituição Federal, mantenho integralmente a decisão por seus próprios fundamentos.
Considerando que a subida do recurso nos próprios autos não causará prejuízo ao andamento processual, DETERMINO a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, para o devido processamento/julgamento do recurso interposto, com as homenagens e cautelas de estilo.
ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS
Arbitro em favor do advogado dativo Dr. André Henrique Barbosa da Silveira – OAB/MT n. 15.333 honorários advocatícios referentes à fase recursal, no montante de 05 (cinco) URH, equivalente a R$ 4.642,58, em observância ao disposto no item 24 da Tabela XIX da OAB/MT 2019.
EXPEÇA-SE certidão de crédito para fins de cobrança.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 28911 Nr: 1590-80.2009.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Julio César de Moraes Cristo, Sônia Correa de Moraes
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jobé Barreto de Oliveira - OAB:8404/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
AMPARO SOCIAL AO DEFICIENTE4- a renda mensal atual: UM SALÁRIO MÍNIMO5- a data de início do benefício – DIB: 16/12/2009 (data do ajuizamento da ação – modulação do RE 631.240)6- a renda mensal inicial – RMI: UM SALÁRIO MÍNIMOCondeno o réu, ainda, a efetuar o pagamento dos valores retroativos desde a DIB, observada a prescrição quinquenal

retroativa à data da propositura da ação.ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA: "As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009)." (REsp 1.492.221/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 20/03/2018)TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA: Os juros de mora incidem a partir da citação, a teor da Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida").TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA: Determino que a correção monetária se dê na forma das Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida.HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS: Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme jurisprudência do Tribunal Regional Federal da 1ª. Região e Superior Tribunal de Justiça (Súmula 111 STJ – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas).Injustificada a remessa necessária, pois o proveito econômico obtido pela parte autora não excede o montante pelo art. 496, § 3º, I, CPC (STJ REsp 1.735.097-RS).Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.Após o trânsito em julgado e feitas as anotações de estilo, arquivem-se com baixa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 55305 Nr: 106-20.2015.811.0077
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis - OAB:7877/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ANTE O EXPOSTO, considerando que a obrigação foi satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO OU CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição. P.R.I. INTIME-SE a Fazenda Pública do teor desta sentença, para ciência do sequestro e para que proceda à anotação em seus arquivos da quitação do Ofício Requisitório expedido. Vincule-se o depósito judicial aos autos e, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA SENTENÇA, EXPEÇA-SE ALVARÁ para levantamento, pela parte exequente, da quantia depositada.A expedição do alvará de levantamento de valores FICA CONDICIONADA ao prévio depósito em definitivo, na Secretaria, do original do título executivo, o qual deverá ser destruído, certificando-se nos autos.Após, ao arquivo, com baixa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 55344 Nr: 129-63.2015.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jean Carlos Alves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andre Henrique Barbosa da Silveira - OAB:15333
Vistos, etc.
Considerando o parecer favorável, defiro o pedido de restituição da arma de fogo apreendida, que deverá ser devolvida com as cautelas de estilo.
Após, ao arquivo, com baixa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 57121 Nr: 815-55.2015.811.0077
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis - OAB:7877/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ANTE O EXPOSTO, considerando que a obrigação foi satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO OU CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição. P.R.I. INTIME-SE a Fazenda Pública do teor desta sentença, para ciência do sequestro e para que proceda à anotação em seus arquivos da quitação do Ofício Requisitório expedido. Vincule-se o depósito judicial aos autos e, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA SENTENÇA, EXPEÇA-SE ALVARÁ para levantamento, pela parte exequente, da quantia depositada.A expedição do alvará de levantamento de valores FICA CONDICIONADA ao prévio depósito em definitivo, na Secretaria, do original do título executivo, o qual deverá ser destruído, certificando-se nos autos.Após, ao arquivo, com baixa.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 58703 Nr: 565-85.2016.811.0077
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Obadias Coutinho dos Reis - OAB:7877/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ANTE O EXPOSTO, considerando que a obrigação foi satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO OU CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição. P.R.I. INTIME-SE a Fazenda Pública do teor desta sentença, para ciência do sequestro e para que proceda à anotação em seus arquivos da quitação do Ofício Requisitório expedido. Vincule-se o depósito judicial aos autos e, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DESTA SENTENÇA, EXPEÇA-SE ALVARÁ para levantamento, pela parte exequente, da quantia depositada.A expedição do alvará de levantamento de valores FICA CONDICIONADA ao prévio depósito em definitivo, na Secretaria, do original do título executivo, o qual deverá ser destruído, certificando-se nos autos.Após, ao arquivo, com baixa.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 59620 Nr: 49990-81.2016.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Julio Cezar Ribeiro de Jesus
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andre Henrique Barbosa da Silveira - OAB:15333
Vistos, etc.
Ao Conciliador para designar audiência para suspensão condicional do processo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 60968 Nr: 513-55.2017.811.0077
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Celso Setsumi Nakashima, Viviane Cássia Freitas de Souza, Shizue Nakashima, Ossamu Ocimar Nakashima, Ivo Yoneo Nakashima, Sandra Aparecida de Freitas Pereira Nakashima, Cláudio de Oliveira Peixoto, Márcia Emiko Nakashima
PARTE(S) REQUERIDA(S): Flávio Donin, Desconhecidos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mário Alcides Sampaio e Silva - OAB:5.111-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Em cumprimento ao Artigo 8º, § único da Ordem de Serviço nº 01/2017-Vila Bela, impulsiono o processo ao advogado das partes requerentes para, querendo, no prazo legal, retirar nesta escrivaninha Carta Precatória para pagamento das custas e distribuição, para seu fiel cumprimento.
Para constar, lavrei a presente.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 61367 Nr: 690-19.2017.811.0077
AÇÃO: Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eva Gonzaga da Silva, Felipe da Silva Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andre Henrique Barbosa da Silveira - OAB:15333
Vistos, etc.
Nomeio, em substituição, a Sra. CARLA DA SILVA SOUZA como curadora especial da acusada, que deverá acompanhar a ré na perícia.
Determino que a Secretaria do Juízo entre em contato com a Secretaria de Assistência Social de Vila Bela da Santíssima Trindade ou Pontes e Lacerda, conforme o caso, para que seja providenciado o transporte de ida e volta da ré e sua acompanhante para realização da perícia na data e horário designado.
Encaminhem-se os quesitos da defesa para o perito.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 64873 Nr: 817-20.2018.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Limbert Banegas Poquiviqui
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Zilene Maria do Carmo Bissolli - OAB:17061/O
Vistos, etc.
Considerando que o acusado reside na Bolívia mas tem fortes relações pessoais e comerciais com o Brasil, frequentando este país, determino vista ao Ministério Público para apresentar proposta escrita de suspensão condicional do processo, considerando as peculiaridades do caso, seguindo-se de vista à advogada de defesa.
Caso o réu concorde com os termos, deverá comparecer em Secretaria do Juízo para assinatura do termo de compromisso para posterior homologação pelo juízo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 65175 Nr: 984-37.2018.811.0077
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José Roberto Coelho dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Porto Seguro Cia de Seguros Gerais
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Robervelte Braga Francisco - OAB:8.834/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Renato Chagas Corrêa da Silva - OAB:8.184-A
Certifico que, o Recurso de Contestação de fls. (39/87) foi interposto TEMPESTIVAMENTE.
Certifico ainda que, diante do supra relatado, e em cumprimento ao Artigo 8º, § Único da Ordem de Serviço nº. 01/2017 – Vila Bela, impulsiono os autos ao advogado do requerente, para se manifestar no prazo legal.
Para constar, lavrei a presente.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 65997 Nr: 1485-88.2018.811.0077
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Paulo Cesar Ferreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Delegado de Policia Civil de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Danielle Cristina Barbato da Silva - OAB:9.504
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Dessa forma, considerando que a presente ação não mais se reveste de interesse/utilidade, haja vista a incidência de fato superveniente consistente na restituição dos objetos apreendidos, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, em razão da perda superveniente do interesse de agir.Processo isento de custas.P.R.I. e, após, transitada em julgado, remetam-se os autos ao arquivo definitivo com baixa.Cumpra-se expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 64270 Nr: 468-17.2018.811.0077
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alaf Evangelista da Silva, Jhuan Delacruz Hurtado dos Santos, Fábio Renato dos Santos Conde, José Carlos Cebalho Pires
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Graciele Cristina Romero Munhoz - OAB:20.748-O/MT
Ante o exposto, com fundamento no art. 18, §5º, da Resolução nº 181/2017 do CNMP, HOMOLOGO O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL de fls. 264/267 firmado entre o Ministério Público, a defesa técnica e Juan de La Cruz Hurtado dos Santos para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.DETERMINO a devolução dos autos ao Ministério Público para implementação e fiscalização do cumprimento do acordo firmado, devendo o feito permanecer com carga para o ente Ministerial durante todo o período avençado para cumprimento da obrigação.Em caso de descumprimento do acordo, deverá imediatamente oferecer denúncia, na forma do §9º da Resolução nº 181/2017.Em caso de cumprimento integral do acordo, deverá promover o arquivamento da investigação, remetendo os autos a este juízo para decisão, na forma do §11 da Resolução nº 181/2017.DETERMINO a expedição de alvará eletrônico para transferência do valor total da fiança para a conta bancária do Conselho Comunitário de Segurança Pública desta comarca.Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 50005 Nr: 1370-14.2011.811.0077
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sirley Pereira Gomes
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:15196/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que, o Recurso de Apelação fls. (99/103) foi interposto TEMPESTIVAMENTE.
Certifico ainda que, diante do supra relatado, e em cumprimento ao Artigo 8º, § Único da Ordem de Serviço nº. 01/2017 – Vila Bela, impulsiono os autos ao advogado do requerente, para se manifestar no prazo legal.
Para constar, lavrei a presente.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000985-68.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIE EL KADRI (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDER MARCIO FERNANDES LEITE OAB - MT26025/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE (IMPETRADO)
MUNICIPIO DE VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE (IMPETRADO)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DECISÃO Processo: 1000985-68.2019.8.11.0077. IMPETRANTE: ADRIE EL KADRI IMPETRADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE,

MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT Vistos, etc. Antes de apreciar o pedido de liminar, entendo prudente requisitar informações à autoridade coatora, vez que embora tenha constado em seu primeiro despacho (ID 27305794) que a servidora somente poderia se aposentar após o gozo dos períodos de licença prêmio ou renúncia expressa, a servidora foi aposentada (ID 27305813), e não há notícia de renúncia, gozo ou indenização do direito. Assim, postergo a apreciação da liminar para após as informações da autoridade coatora. Notifique-se a autoridade coatora a fim de que preste as informações que achar necessárias, no prazo de 10 (dez) dias (art. 7º, I da Lei 12.016/09), devendo informar se houve renúncia ao direito, se houve fuição na forma de folga ou se houve indenização. Caso não tenha havido nenhum dos três, deverá informar o motivo pelo qual não indenizou, visto que seu comportamento aparentemente está contraditório com o disposto na Lei Municipal 1.352/2017, no qual se arvorou neste e em outros casos semelhantes. Dê-se ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, nos termos do art. 7º, II, na pessoa da Procuradora Municipal. Decorrido o prazo supra, remetam-se os autos ao Ministério Público (art. 12 da Lei nº 12.016/09). Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 13 de dezembro de 2019. Elmo Lamoia de Moraes Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000599-38.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
EDILEUSA BARROS DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DECISÃO Processo: 1000599-38.2019.8.11.0077. EXEQUENTE: EDILEUSA BARROS DA SILVA EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. O INSS impugnou o cumprimento de sentença afirmando que a parte autora incluiu em sua conta parcelas até 22/08/2018, mas que deveria ter sido até 04/09/2014, pois em 05/09/2014 o benefício foi implantado e pago administrativamente. A parte exequente se manifestou pedindo a improcedência do pedido, sustentando que o benefício implantado administrativamente é na verdade aposentadoria por idade, decorrente de outro processo, e que este feito trata de pensão por morte. É o relatório. DECIDO. Analisando os autos, verifico que razão assiste à parte executada. O benefício implantado (ID 23855655) é aposentadoria por idade, e nestes autos o que se executa é a condenação ao pagamento de pensão por morte rural. Os cálculos da parte exequente estão corretos e a impugnação não tem razão. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA e HOMOLOGO os cálculos do ID 22564822. Intimem-se. Preclusa esta decisão, expeça-se RPV/precatório. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, 13 de dezembro de 2019. ELMO LAMOIA DE MORAES Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000573-40.2019.8.11.0077
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA DA SILVA PEREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ELMO LAMOIA DE MORAES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DECISÃO Processo: 1000573-40.2019.8.11.0077. EXEQUENTE: ANTONIA DA SILVA PEREIRA EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. O INSS impugnou o cumprimento de sentença afirmando existir excesso de execução, pois a exequente recebe LOAS desde 2005, de forma que somente devem ser executados os valores referentes a 13º salário, e que os honorários advocatícios não podem incidir sobre o valor obtido e pago administrativamente. A parte exequente não se manifestou. É o relatório. DECIDO. Analisando o contexto dos autos e os documentos juntados, verifico que assiste razão integral ao INSS, e assim adoto seus fundamentos como meus nesta decisão. Os cálculos apresentados pelo INSS estão corretos. Contudo, deixo de condenar a parte exequente ao pagamento de multa por litigância de má-fé, por não vislumbrar dolo na cobrança em excesso. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, para decotar o excesso de execução e HOMOLOGO os cálculos do INSS no ID 23661175. Condeno a parte exequente ao pagamento de honorários advocatícios no montante de 10% sobre o valor do excesso de execução, suspensa a exigibilidade em razão da justiça gratuita. Intimem-se. Preclusa esta decisão, expeça-se RPV/precatório. VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, 13 de dezembro de 2019. ELMO LAMOIA DE MORAES Juiz(a) de Direito

Comarca de Vera

Vara Única

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000134-85.2018.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
SCHIRLEY GOMES DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA VIEIRA DE MELO GOMES ALMEIDA OAB - MT7374-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON ZANCHIN (REQUERIDO)
JOSE LAURINDO GOMES NETO (REQUERIDO)
JAIRO ZANCHIN (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VERA VARA ÚNICA DE VERA AV. Rua Otawa, 1729, Esperança, VERA - MT - CEP: 78880-000 - TELEFONE: (66) 35831503 Processo nº 1000134-85.2018.8.11.0102 CERTIDÃO INTIMAR o(a) Advogado(a) da Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que de direito. VERA, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000594-38.2019.8.11.0102
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEIA MENDES DA SILVA PESCINELLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ERICA ALVES DINIZ PORFIRIO OAB - MT0014027S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE FELIZ NATAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VERA VARA ÚNICA DE VERA AV. Rua Otawa, 1729, Esperança, VERA - MT - CEP: 78880-000 - TELEFONE: (66) 35831503 Processo nº 1000594-38.2019.8.11.0102 CERTIDÃO INTIMAR o(a) Advogado(a) da Parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que de direito. VERA, 13 de dezembro de 2019.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 116434 Nr: 1382-40.2017.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GENI DE OLIVEIRA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a

regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Às providências.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 112757 Nr: 1566-30.2016.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AIRTON CELLA - OAB:3938/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Às providências.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 110190 Nr: 586-83.2016.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ CATARINO DE FREITAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (INSS)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Às providências.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 124865 Nr: 2138-15.2018.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: REVELINO MACEDO FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA AFONSO DE BRITO - OAB:14187
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Às providências.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 126382 Nr: 1000339-09.2018.811.0040
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GNDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): I-INdSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LARISSA INA GRAMKOW - OAB:8196
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, DETERMINO a suspensão do presente feito até o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.729.555/SP e 1.786.736/SP (Tema 862/STJ), sob o rito dos repetitivos.
INTIMEM-SE as partes. CUMPRA-SE.
Vera/MT, 11 de dezembro 2019.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 123600 Nr: 1645-38.2018.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLARICE GUNTZEL
PARTE(S) REQUERIDA(S): Governo do Estado do Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCAS ASSMANN - OAB:24590/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código nº 123600
Vistos.
Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, e considerando que, no presente feito, foi lançado o andamento de suspensão erroneamente, DETERMINO o lançamento correto de sobrestamento, em atenção ao Manual do NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.
MANTENHO os autos suspensos até o julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.692.023/MT e 1.699.851/TO e os EREsp 1.163.020/RS (Tema 986/STJ).
Às providências.
Jorge Hassib Ibrahim
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim
Cod. Proc.: 120401 Nr: 123-73.2018.811.0102
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEPCO1 CONSTRUÇÕES DO BRASIL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TELEFÔNICA BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADEMIR DONIZETI FERNANDES - OAB:10.107, ANDREIA BARBOSA DE OLIVEIRA - OAB:13228, BRUNO CARDOSO DA CUNHA - OAB:18665-B, MARCELO SANTOS MILECH - OAB:15.801

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE ESBROGLIO DE BARROS LIMA - OAB:OAB/SP 310.300, HENRIQUE DE DAVID - OAB:84740

Código nº 120401

Vistos.

Considerando o Ofício-Circular nº 91/2019-CCGJ, em que determinou a regularização dos processos em que haja ordem de suspensão, seja pelo STJ ou pelo STF, em razão de recurso repetitivo; repercussão geral; incidente de resolução de demanda repetitiva – IRDR; ou incidente de assunção de competência – IAC, e considerando que, no presente feito, foi lançado o andamento de suspensão erroneamente, DETERMINO o lançamento correto de sobrestamento, em atenção ao Manual do NUGEP – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

MANTENHO os autos suspensos até o julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.525.174 (Tema 954/STJ).

Às providências.

Jorge Hassib Ibrahim

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Jorge Hassib Ibrahim

Cod. Proc.: 131682 Nr: 2556-16.2019.811.0102

AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CLOVIS APARECIDO LEMES DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIO RONALDO DE DEUS DA SILVA - OAB:13171/O, MARCOS ROGÉRIO MENDES - OAB:16.057/MT

Ante o exposto, PRONUNCIO CLOVIS APARECIDO LEMES DOS SANTOS, qualificado nos autos, o que faço com fulcro assente no artigo 413 do Código de Processo Penal, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca, como incurso no artigo 121, caput, do Código Penal.P. R. I. C.Saem os presentes INTIMADOS nesta audiência, dia 11 de dezembro de 2019, às 19h25min.Vera/MT, 11 de dezembro de 2019.Jorge Hassib IbrahimJuiz de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE ARENÁPOLIS

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE AUTOS DA SECRETARIA DA VARA ÚNICA - Nº 32/2019

Emanuel Daniallen do A. Gomes (Analista Judiciário – Mat. 34371) e **Estevaldo Henrique P. Bandeira** (Técnico Judiciário – Mat. 34347), responsáveis pela seleção dos processos da Secretaria da Vara Única do Fórum da Comarca de Arenápolis/MT, de acordo com a Listagem de Eliminação de Autos constantes no **Pedido de Providência CIA n. 0748844-15.2019**, em que são responsáveis pela seleção de documentos e processos do Fórum e membros da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), faz saber, a quem possa interessar, que, transcorridos **quarenta e cinco dias** da data de publicação deste Edital no Diário da Justiça Eletrônico – DJE, se não houver oposição, o Setor de Arquivo da Secretaria da Vara Única do Fórum da Comarca de Arenápolis, Estado de Mato Grosso eliminará os processos abaixo relacionados e/ou de acordo com a temporalidade de cada arquivo.

PROCESSOS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A TABELA DE TEMPORALIDADE DO PODER JUDICIÁRIO SECRETARIA DA VARA ÚNICA

Código do processo	Num. Única	Classe processual	Autor	Réu	Caixa
21510	18-77.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Juraci Marques dos Santos	619
21512	20-47.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdete Costa	413
21480	1863-81.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jarbas Pereira Vidal ME	633
21486	1869-88.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joaquim Pereira de Novais Filho	414
21518	26-54.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Eraldo Medeiros	589
21479	1862-96.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Viera dos Santos & Ferrari LTDA	414
21502	10-03.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Iracema Matos Nascimento	413
21513	21-32.2011.8.11.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osmar Biava	414
21484	1867-21.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cezar Pinto Junior	414
21516	24-84.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luiz Rodrigues Trindade	589
21511	19-62.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Wagner de Oliveira Santos	589
21487	1870-73.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cesar Brito Pinto	413
21481	1864-66.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	J. M. Figueiredo	413
21497	5-78.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Donatoni Engenharia LTDA.	457
21482	1865-51.2010.81.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Lenita Izidoro de Moraes	360
21515	23-02.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Gomes Correia	457
21493	1-41.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arressio José Paquer	630
13245	1194-67.2006.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Puricina Pereira da Silva	522
21517	25-69.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Auto Posto Arenápolis/MT	595
21496	4-93.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Companhia de Armazéns e Silos do Estado	595
21501	9-1820118110026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Nunes Pereira	619
21519	27-39.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	João Antônio Arantes de Souza	604
21507	15-25.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alésio Santos do Rosário	754
21514	22-17.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Zantedeschi & Silva	634

				Ltda	
21485	1868-06.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Wanderson Brito Pinto	589
21506	14-40.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hugo Angelo Aléssio	589
21505	13-55.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Gomes Alves Menezes	589
196	23-37.1990.811.0026	Execução de Tit. Extra	Fernando Antônio Bastos dos Reis	Sebastião Lionaciel Soares	546
598	144-55.1996.811.0026	Execução de Tit. Extra	Banco Bradesco SA	José Carlos Biato	543
21478	1861-14.2010.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Sebastião T. de Figueiredo	413
13458	1523-79.2006.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdemar José de Melo	210
13462	1527-19.2006.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdemir Rodrigues da Silva	145
21503	11-85.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Eraldo Medeiros	223
21495	3-11.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Companhia Nacional de Abastecimento	619
12456	414-30.2006.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivanei Barbosa	522
12378	447-20.2006.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gervasmino Gomes Soares	624
21483	1866-36.2010.8110026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rubens Emerich ME	634
21500	8-33.2011.811.0026	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hospital Arenápolis LTDA	270
21509	17-92.2011.811.0226	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Eustaquio Pereira	604
22254	767-94.2011.811.0026	Execução Fiscal	União	Àguas de Arenápolis	644
	192/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geraldo Petrolino Barroso Silva	158
	242/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alinor Benedito da Cruz	158
	201/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Albino Vieira Batista	158
	204/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alecio Prates	158
	205/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aristeu Marques	158
	244/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Amâncio Ronaldo da Silva	158
	316/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilberto Vieira de Jesus	158
	237/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alair Demarchi	158
	186/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Gontijo	158
	301/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Getulio Alves dos Santos	158
	181/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Altair de Meira Gonçalves	158
	331/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilmar Possidonto da Silva	158
	306/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geronimo de Oliveira Amorim	158
	351/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilmar Moreira Chaves	158
	174/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aquilino Santana de Moura	158
	329/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gisele Junqueira Schoroeder	158
	185/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Braga	158
	192/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geraldo Petronilio Barroso Silva	158
	259/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Amarildo Borges de Oliveira	158
	305/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilberto Alves de Oliveira	158
	184/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ananias Nunes Vanderlei	158
	332/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Giovani Natele	158
	361/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Odair N. de Jesus	158
	212/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Admilson Pereira de Moura	158
	245/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Americo Ferreira Souza	158
	189/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Apolinario Rodrigues Coimbra	158

	295/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gerci Aparecido	158
	193/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geraldo Rodrigues da Costa	158
	216/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Lisboa D. Pego	158
	171/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Odil Silvestre Ribeiro	158
	239/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Albertina Maria Lima	158
	172/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Armandolino F. Nascimento	158
	214/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Amarildo Bueno dos Santos	158
	200/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adeonato Gomes Correia	158
	338/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelita Soares de Araújo	158
	267/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Oseias Alves Dos Santos	158
	203/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alexandre Chabalin	158
	356/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ozorio Rodrigues	158
	273/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Otavio Alves Dos Santos	158
	268/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alecio Felix Do Rosário	158
	240/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aldenir de Carvalho	158
	173/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aquarius Country Clube	158
	333/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilvane Alves de Oliveira	158
	209/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alzenir R. Dos Reis	158
	241/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Algemiro Martins Dos Santos	158
	348/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gerson Lafaete da Silva	158
	188/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Oliveira da Silva	158
	287/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilcimar Faustino Gonçalves	158
	293/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gelci Lanzarini	158
	269/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Almiro Marques de Figueiredo	158
	177/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adenilson Rodrigues de Oliveira	158
	163/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Pereira	158
	298/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilson Soares Aguiar	158
	304/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilberto Lima Damaceno	158
	330/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilmar Donizete R. de Oliveira	158
	257/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alice Rodrigues de Souza	158
	191/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Artur Jõao de Oliveira	158
	258/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alipio Gomes Ormond Filho	158
14915	45-02.2007.811.0026	Execução de Título Extarjudicial	Banco Bradesco S.A	Auto Elétrica Thor Ltda	159
	413/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arnaldo Pereira da Silva	159
	087/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio A. Ferreira	159
	583/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ary Osvaldo Gomes	159
	372/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osvaldo Tervaki Takano	159
	138/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Joaquim da Silva	159
	405/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arnor Rosa de Melo	159
	343/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Augusto Moreira de Carvalho	159
	156/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Benvindo dos Santos	159
	091/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Augusto P. dos Santos	159
	016/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ademir José Demarchi	159
	398/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Agemiro Camilo dos	159

				Santos	
	450/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alexandrino Rodrigues da Cruz	159
	228/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Delfino	159
	688/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Ruiz Jodar	159
	765/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Gomes dos Santos	159
	023/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Carlos Marinho Araújo	159
	384/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Avelino Gonçalves de Freitas	159
	073/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adélia Miranda Cardoso	159
	443/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Agilson Rodrigues de Assis	159
	362/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Odalira Silva de Oliveira	159
	187/65	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Eustáquio da Silva	159
	403/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arivaldo Tanan Figueiredo	159
	415/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dorival Braz de Araujo	159
	456/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Limeira Santana	159
	442/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adelar Antonio Formighieri	159
	462/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aparecido D. Vargas Moreira	159
	393/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Odilon Alves Caldeira	159
	412/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anóe Alves Fonseca	159
	392/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Evaldo Pereira da Silva	159
	206/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Altamir Curitiba	159
	396/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ozilia Feralda da Silva	159
	124/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anizio José de Oliveira	159
	149/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Batista	159
	452/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelo Guimarães Scarpatti	159
	382/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anice Gineli Calenti	159
	408/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adel Franchini	159
	376/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ozana Silvino Martias	159
	367/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osvaldo Ferreira do Rosário	159
	366/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osmar Raimundo da Silva	159
	371/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osvaldo Rezende Alves	159
	793/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arlindo Gonçalves Santos	159
	164/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Reis de França	159
	369/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osvaldo Gomes	159
	399/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Agostinho Rodrigues Ferreira	159
	013/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adalberto Soares Botelho	159
	085/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Rodrigues de Barros	159
	018/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adeonato Gomes Correia	159
	445/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alberto Alves Versales	159
	424/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ailton Ferreira de Almeida	159
	336/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Abel Albino de Arruda	159
	869/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ari Paes Barreto	159
	227/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Carlos Pinto Soares	159
	202/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alcino Soares da Silva	159
	012/88	Execução Por Título Extrajudicial	Irmãos Domingos LTDA	Sebastião dos Reis Sanches	96
	230/87	Execução Por	Jacinto dos Santos Junior	Geraldo Xavier de Lima	96

		Título Extrajudicial			
	116/90	Execução Por Título Extrajudicial	Auto Posto Francisco Ltda	Vitin Correia	96
	070/86	Execução Por Quantia Certa	Cicero Barbosa da Silva	Nivaldo Marques da Silva	96
	116/87	Execução Por Título Extrajudicial	Banco do Brasil S/A.	Euzébio Figueiredo de Barros, João Ferreira dos Santos e Espólio de Pedro Nunes Barroso	96
	201/87	Execução Por Título Extrajudicial	Torrefação Café Quentão Ltda.	Ulisse de Assis	96
12861	2006/1195	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Margarino Laurindo Oliveira	12
12878	2006/1212	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Xavier Martins	12
12879	2006/1213	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Leodoro Correia	12
12908	2006/1239	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Aparecida Izaka	12
12941	2006/1271	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Márcia Regina Rigo Piovezan	12
12944	2006/1274	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marcos Antonio C. da Silva	12
11687	2006/113	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alinor Benedito da Cruz	12
11686	2006/112	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alipio Ormond	12
12494	2006/870	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jailton Bispo dos Santos	12
12578	2006/933	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joenildo Nunes da Silva	12
11672	2006/53	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Agnaldo Ermita de Souza	12
	093/84	Ação de Execução	Parailio Borba Neto	Sergio Sanches da Silva	07
	088/84	Execução Por Título Extrajudicial	Antonio Aguiar Ferreira	Avelino Gonsalves de Oliveira	07
	109/83	Ação de Execução	IAP. S/A. Indústria de Fertilizantes	Cicero Barbosa da Silva	07
	033/83	Ação de Execução	IAP. S/A. Indústria de Fertilizantes	José Barbosa da Silva Filho	07
	168/83	Ação de Execução	Dermeval Vilas Boas Sampaio	Antonio José Monteiro	07
	075/84	Ação de Execução	O Banco Bandeirantes S/A	Laticínio Arenápolis Ltda- Derossi Pinheiro da silva e outro	07
	131/84	Ação de Execução	O Banco Bandeirantes S/A	Madereira Proconenese Ltda.- Odahir Carlo de Faria e Olivio Venturi	07
	132/84	Ação de Execução	O Banco Bandeirantes S/A	Odahir Carlo de Faria, José Antonio Gonçalves e Olivio Venturi	07
	166/84	Ação de Execução	Companhia Bandeirantes, Crédito Finan. E Investimentos	Elias Barbosa da Silva, Pedro Bonifácio de Paula e Ancelmo Peron	07
	177/84	Execução Fiscal	Iapas-Inst. De Administ.Financ.Da Previd. E Assist. Social	Madeiras Indigenas LTDA.	07
	133/84	Ação de Execução	O Banco Bandeirantes S/A	Odahir Carlo de Faria, Otaniel Barbosa Borges e Olivio Venturi	07
	134	Execução Por Título Extrajudicial	Banco Bamerindus Do Brasil S/A	Carlos Pereira de Souza	07
	120/84	Ação de Execução	Paraílio Borba Neto	Sergio Sanches da Silva	07
	048/84	Ação de Execução	Banco da Amazônia S/A	Alcebíades José Bonfim, Jõao Nunes Angelim e Dejair de D. Vieira	07
	110/83	Execução	Banco da Amazônia S/A	Joaquim Candido de	07

		Hipotecária		Oliveira e S/ Mulher Maria de Lourdes da Silva	
	113/83	Execução Quantia Certa	Adubos Trevo S/A	Raimundo Isnar	07
	072/83	Ação de Execução	Cia Bandeirantes- Crédito, Financiamento e Investimentos	Jaime Gastão Bilthauer, Alvino Rodrigues da Silva e Aurino Rodrigues da Silva	07
	064/83	Ação de Execução	O Banco Bandeirantes S/A	Gerônimo de Moraes Cajango e Antonio Carlos Damian Borges	07
	215/83	Ação de Execução	Vergílio Antonio Teixeira	Sergio Manoel de Melo E Adelson da Cunha	07
	216/83	Ação de Execução Forçada	Banco do Brasil S/A.	José Barbosa da Silva e Eduvirges Ferreira da Silva	07
	139/83	Execução Quantia Certa	José Martins	José Barbosa da Silva	07
	039/84	Execução Quantia Certa	Manah S/A.	Sinésio Carvalho	07
	157/84	Execução Por Título Extrajudicial	Adilio Rubert	Arlindo Sadao Kodama	07
	008/84	Ação de Execução	Manoel Alves da Silva	Derossi Pinheiro da Silva, Alfredo Souto e Silvio N. Assunção	07
	2346/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nivaldo Gomes de Souza	156
	2461/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Silva de Azevêdo	156
	2460/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Silva de Azevêdo	156
	709/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Madalena de F. Siqueira	156
	2465/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo José da Silva	156
	2135/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria da Penha Rodrigues	156
	753/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Consolação de Oliveira	156
	2507/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rosalina Batista V. da Silva	156
	755/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nivaldo Gomes de Souza	156
	722/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Martins Peres	156
	718/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Justino Filho	156
	715/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Correia	156
	026/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Tapirapuã Comércio de Bebidas LTDA.	156
	2506/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rosalina Batista. V da Silva	156
	734/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marcolina Pinto do Carmo	156
	2493/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Roberto Francisco Biava	156
	2339/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nilza Alberto de Moura	156
	719/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Lopes da Silva	156
	2.116/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Madalena A. dos Santos	156
	2523/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rubervaldo José de Oliveira	156
	2471/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Souza dos Santos	156
	2375/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osmar Gomes	156
	2526/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rui Rodrigues Moreira	156
	2482/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ricardo Regis Nunes	156
	2456/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Cruz da Silva	156
	2.138/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Rodrigues Paula	156
	2.112/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Luiza Gomes	156

	736/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marcos Antonio Sanches	156
	2437/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro José Arguélio	156
	2278/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nair Rodrigues Santana	156
	2720/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Vitalino Prudencio Marciel	156
	2467/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Marques Sena	156
	2520/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rubens Dias de Oliveira	156
	2483/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ricardo Regis Nunes	156
	2514/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Roseli Venacio Silva	156
	2498/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rock José Dos Santos	156
	2194/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Mário Kioschi Imamura	156
	861/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gumercindo Ribeiro da Silva	156
	2.152/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Soares Santana	156
	2793/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marlene de Souza Brito	156
	2560/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Sebastião Martins Sena	156
	2790/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Moreira Santos	156
	661/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ewerton G. Mariano Caldeira	156
	2494/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Roberto Mutsuo Atsuta	156
	2474/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raul Pereira Gonzales	156
	2.130/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Nilva Ferreira da Silva	156
	1.255/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alaide Muniz Alves	156
	2.776/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Boaventura Henrique Bonfim	156
	647/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Estrela Dalva de Souza	156
	2256/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Marques Amaral	156
	2197/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Mario Pina	156
	2210/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Matuzalem Calixto Aguiar	156
	2454/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rafael Rodrigues dos Santos	156
	2458/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo Lemos da Cunha	156
	2242/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Miguel Herculino Meira	156
	2464/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Raimundo da Cruz da Silva	156
	2196/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Mario O. Botelho	156
	748/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Aparecida da Costa e Silva	156
	2485/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ricardo Ulisses S. Silva	156
	2479/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rejane Piovezan Pezzin	156
	2392/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Otília Pereira dos Santos	156
	2816/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdomiro de Freitas Chagas	156
	2.106/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Lima Borges	156
	2499/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rock José Dos Santos	156
	085/91	Execução Fiscal	J.F. Da Veiga Alves	José Pereira Braga Filho	79
	009/93	Execução Fiscal	Superintendência Nacional do Abastecimento-SUNAB	Di Domenico e Maraschin Ltda-Keli Móveis	79
	010/91	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Beatriz Rondon Joaquin	79
	237/84	Execução de Título Extrajudicial	Loja e Alfaiataria Bandeirantes	Reinaldo Silveira Bueno	79
	008/92	Execução Fiscal	Superintendência Nacional do Abastecimento-SUNAB	Moura e Figueiredo Ltda- Supermercado Barração	79
	11/90	Execução Fiscal	Superintendência Nacional do Abastecimento-SUNAB	Neusa Giacomelli- N.G. Modas	79
	050/92	Ação de Execução	J.F. D' Veiga Alves	Aldenir de Carvalho	78
	064/90	Ação de Execução	Aurino Rodrigues da Silva	Alvino Rodrigues da Silva	78

	10/92	Execução Fiscal	Crea- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Mato Grosso	Dovalino Nunes Pereira Cia Ltda.	78
	203/88	Execução de Título Extrajudicial	Heraldo Medeiros	Antonio Carlos Damian Borges	78
	033/93	Execução Quantia Certa	Auto Posto São Francisco Ltda.	Ginoski Assuta	78
	032/93	Execução Quantia Certa	Auto Posto São Francisco Ltda.	Ginoski Assuta	78
	328/86	Execução Quantia Certa	Humberto Serafim Barbosa	Nivaldo Marques da Silva	78
	1595/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Alves Pinheiro	132
	2304/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nelson G. De Brito	132
	1008/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rubens Marques Teixeira	132
	1.248/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Azelino Xavier Dos Santos	132
	2285/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Narred Valadares Mattar	132
	2.103/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Kinesuitua	132
	1852/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Josias Alves da Silva	132
	1.863/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Laura Cristina C. Morzelle	132
	959/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Iolanda Oliveira Souza	132
	271/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Edvaldo Pereira França	132
	319/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gildete Ferreira Leite	132
	59/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adelina Angelica De Oliveira	132
	1852/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Josias Alves da Silva	132
	191395	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luciano J. Da Silva	132
	1986/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Martins Dos Santos	132
	2441/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Oliveira Santos Filho	132
	1837/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Silva	132
	1.295/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daniela E. Roberto dos Santos	132
	958/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Iolanda do Nascimento	132
	1648/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Leandro Vasconcelos	132
	2516/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rosemildo Vieira de Faria	132
	1727/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Juventina Madalena dos Santos	132
	2552/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Sebastião Ferreira da Cruz	132
	2562/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Sebastião Mauro Dias da Silva	132
	2423/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Boni	132
	1764/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jair Furtado	132
	2372/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Orozil Almeida Pimenta	132
	2443/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Pereira França	132
	488/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Gomes Correia	132
	379/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alzínio José de Campos	132
	2073/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Gonçalves Sandra	132
	2168/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Mariana Dias da Silva	132
	2205/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Martinho Barreto de Souza	132
	2451/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Prudêncio Rodrigues Barros	132
	2.160/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Suely Nery Ribeiro	132
	1926/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luiz Carlos de Almeida	132
	179/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alaide Muniz Alves	132
	1604/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Aparecido de Lima	132
	427/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Eduardo Rodon	132

	461/95	Execução Fiscal	Prefeitura Municipal de Arenápolis/MT	Aparecido da Costa Furtado	132
	1706/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Júlia Andrade B. Vasconcelos	132
	1.519/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joana Gregória da Cruz	132
	1.422/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco Ribeiro	132
	1.515/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jerson Pereira Dutra	132
	040/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdomiro de Freitas Chagas	132
	439/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adenir Marques de Miranda	132
	364/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osmar Biava	132
	183/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Amaro Calixto da Mota	132
6743	2002/318	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Augusto Marques Martins	132
6928	2002/498	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Juvelino Alves de Matos	132
7179	2002/737	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dorício PereiraSantos	132
7279	2002/835	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luiz Salviano Timóteo	132
6935	2002/505	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Rocha	132
6809	2002/384	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Altair Rodrigues Gonçalves	132
6783	2002/357	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arlindo Gonçalves dos Santos	132
7246	2002/802	Execução Fiscal da Fazenda Municipal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gonçalo Clemente de Assis	132
	1096/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Abegail de Lima Borges	132
	841/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Claudiano Bernadino dos Santos	171
	1.267/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Centrais Elétricas Matogrossense	171
	1.262/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Celia Aparecida M. Da Silva	171
	1.260/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Wataru Atsuta	171
	1.265/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Celio Calvacante	171
	1078/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Neuza Pereira Santana	171
	1.270/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cicero Alexandrino Gomes	171
	864/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Heleno Eduardo Da Silva	171
	877/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco José da Silva	171
	1.280/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleuza Rodrigues Coelho	171
	1.286/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso	171
	838/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clara de Fátima Marques	171
	1101/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adeir Alves da Silva	171
	919/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hildebrando Luiz de Miranda	171
	894/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Helio Carneiro Alburquerque	171
	870/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Celso Correia	171
	1.285/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Companhia de Armazéns e Silos do	171

				Estado de Mato Grosso	
	1.276/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleonice Alves dos Santos	171
	600/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cosme Cardoso dos Santos	171
	1.258/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Cardoso da Silva	171
	598/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carina Oliveira Prates	171
	516/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleuza dos Santos Dumont	171
	523/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daltiva Vieira Batista da Silva	171
	896/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hélio Gabriel Vieira	171
	1.271/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cícero Bernardino de Souza	171
	515/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleonice Alves dos Santos	171
	602/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cristina Margarida de Souza	171
	842/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Claudio Soares	171
	518/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleuza Miranda	171
	862/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hamilton Ferreira Coelho	171
	1.269/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cezar Augusto Vilas Boas Sampaio	171
	1.268/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cesário Rodrigues da Costa	171
	1.304/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Delmar Prestes dos Santos	171
	1.264/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Celia Margarida B. De L. Santos	171
	876/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco de Assis Dias Munhoz	171
	1075/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gelci Lamzarini	171
	596/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Atsuta	171
	834/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Fernandes de Melo	171
	519/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleuza Rodrigues Coelho	171
	1.275/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clelia Araújo Brito	171
	835/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Pedro Hassi	171
	837/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Catarina A. Vasconcelos	171
	836/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carmelita Alexandre G. Freire	171
	1.282/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clovis Moreira de Souza	171
	1.283/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clovis Pereira Braga	171
	601/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Constância Nonata Santana	171
	1.279/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleuza M. Da Silva	171
	909/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Filinto Fortunato Lima	171
	855/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Fortunato José da Silva	171
	1099/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Achiles C. Guimarães	171
	513/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Cleides Cassemiro Barbosa	171
	1084/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rosemildo Vieira de Faria	171
	840/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Claudia Cleuza Machado	171
	918/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hilário Capixaba	171
	1.266/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Célio Calvacante	171
	881/94	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Genésia de Souza	171
	1.261/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Casemat-Cia de Armazéns e Silos do Estado de Mato Grosso	171
	1.281/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clovis Girardi	171
	597/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Teixeira	171
	863/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hansrosi Andrade de	171

				Almeida	
	858/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Firmino Raimundo de Souza	171
	1041/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Devanir Demetrio Inácio	171
	1.263/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Célia Aparecida M. da Silva	171
	1.284/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Com. De Diamantes Juina Ltda.	171
	832/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Carlos Cardoso da Silva	171
	520/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Constância Nonata Santana	171
	898/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Humberto José da Silva	171
	1042/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Filintro Fortunato Lima	171
	839/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Clarismundo Rodrigues de Souza	171
	1.323/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dirceu Fernandes	171
12357	2006/746	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geraldo Mendes Teixeira	432
12258	2006/651	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Florisvaldo Cardoso	432
11937	2006/338	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Creuza Miranda Sampaio	432
12006	2006/404	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Claudio Rosane Dias Barreiro	432
12130	2006/479	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Delza Rodrigues da Cruz	432
12106	2006/511	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Evanete Ferreira Vaz	432
12174	2006/567	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Eduardo Roela de Oliveira	432
12253	2006/646	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Fernando Lima de Moraes	432
11758	2006/171	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anizio Demarchi	432
13182	2006/1461	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osvaldo Rodrigues Ferreira	432
11859	2006/261	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Izidio da Silva	432
12744	2006/1111	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luiz Alberto Pintar	432
12281	2006/674	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco Avelino Filho	432
13207	2006/1484	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Paulina Fiuza de Oliveira	432
11915	2006/317	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Benedito Sena do Nascimento	432
11790	2006/203	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelino Jõao de Oliveira	432
12419	2006/797	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ieda Maria Brandão dos Santos	432
12323	2006/712	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Genesia Rita Onoria	432
12273	2006/668	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco de Assis Dias Munhoz	432
12556	2006/941	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joselino Neves de Almeida	432
12642	2006/1012	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Teodoro da Silva	432
12684	2006/1038	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Soares de Araújo	432
12582	2006/937	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Julio Alves dos Santos	432
12680	2006/1036	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Juares Marinho da Silva	432
12722	2006/1091	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Luiz Carlos Lopes	432
12389	2006/773	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hansrosi Andrade de Almeida	432
12499	2006/875	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Roberto Possidoni de Souza	432
12387	2006/753	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Hamilton Gonçalves dos Santos	432
12441	2006/835	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Irineu Francisco Favalessa	432
12537	2006/913	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Josefa Gomes Arabis	432
12605	2006/976	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jose Rodrigues Gadoy	432
12707	2006/1088	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Lino Papa Figueiredo	432
11721	2006/142	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alzita Rodrigues dos	432

				Santos Silva	
11768	2006/181	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Arnaldo Pereira da Silva	432
11822	2006/235	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Barbosa de Souza Neto	432
11890	2006/292	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Auto Posto São Francisco Ltda.	432
11625	2006/126	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ana Maria da Silva	432
12539	2006/915	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joaquim Alves de Matos	432
12420	2006/798	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Idalina de Souza Ribeiro	432
12413	2006/791	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivo Servo	432
12370	2006/756	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Gilcilmar Faustino Gonçalves	432
	868/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Carlos Lopes de Novaes	193
	1082/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marlene Wassen Osti	193
	1233/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Rodrigues Santana	193
	1227/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro de Assis Vieira	193
	1232/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Oliveira Santos Filho	193
	1091/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maurílio da Costa Souza	193
	1085/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Martoni de Medeiros	193
	1120/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Napoleão Jorge de Lima	193
	11020/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Miguel Nunes de Oliveira	193
	848/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ananias Cosme da Silva	193
	826/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Aluizio Cezar Duarte Amorim	193
	821/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Almiro Marques Figueiredo	193
	833/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ámerica Lopes da Silva	193
	1206/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ozario Rodrigues	193
	1238/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Rachel Paulina de Matos	193
	1104/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Miguel Ribeiro de Novais	193
	1107/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Felisberto Lima	193
	853/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelita Soares de Araújo	193
	870/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Carlos Peixoto	193
	1228/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro de Castro Torres	193
	852/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelino Jõao de Oliveira	193
	855/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anibal da Costa Amaral	193
	854/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Angelo Peres Guimarães	193
	856/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anice Gineli Calenti	193
	1121/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Narcisa O. de Souza	193
	1356/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Valdinei Lopes Leal	193
	1090/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Mauri Dias Barcellos	193
	857/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anildo M. Barbosa	193
	1103/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Miguel Pereira de Moura	193
	862/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antenor Araújo	193
	819/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alipio Luiz Ribeiro Andrade	193
	1122/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Narcisa Iashima	193
	1088/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Matuzalem Calixto de Aguiar	193
	1205/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ozires Alves F. De Oliveira	193
	858/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anita Rodrigues de Macedo	193
	860/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anizío Rodrigues Nascimento	193
	859/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anízio José de Oliveira	193
	861/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anoe Alves Fonseca	193
	1087/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Matildes Roela de	193

				Oliveira Miranda	
	1225/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Coelho Ormond	193
	1209/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Paulo Cézar da Silva	193
	1224/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Claudir Taqueto	193
	1234/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Rosa Neto	193
	1230/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Gomes do Nascimento	193
	1229/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Pedro Favalessa	193
	1207/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Paraíbolo Borba Neto	193
	1111/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Pereira de Mendonça	193
	1083/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marli Moura	193
	1084/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Marli Soelé de Oliveira	193
	1116/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Moíses Antero da Silva	193
	1108/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Marques Amaral	193
	1089/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maura Breta Farias	193
	1112/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Rodrigues dos Santos	193
	1105/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton do Prado Gunthen	193
	871/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Vital da Silva	193
	867/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Bemvindo dos Santos	193
	865/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio A. Ferreira	193
	1318/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Sílvia Renata Oliveira Araujo	193
	1109/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Marques dos Santos	193
	1086/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maternidade Santa Clara Ltda.	193
	1027/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Elizete da Silva	193
	1026/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Elídia dos Santos	193
	1019/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria das Dores Mendes	193
	1020/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria das Graças Barroso de Oliveira	193
	1021/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria das Graças dos Santos	193
	1023/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria de Lourdes A. dos Santos	193
	1113/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Moacir Dias Barcellos	193
	1115/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Moacír Spigiorin	193
	1114/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Moacir Mauricio dos Santos	193
	1110/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Martins de Campos	193
	1106/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Milton Eterno dos Santos	193
	1101/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Miguel Herculano Meira	193
	1018/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria das Dores Barroso	193
	103/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Augustinho Pereira	169
	090/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Anselmo Pereira Torres	169
	122/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ananias Cosme da Silva	169
	278/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Diogo Gomes Pinheiro	169
	1.475/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ieda Maria Brandão dos Santos	169
	136/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adolfo Borges de Campos	169
	1.483/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Isaque Viana Vaz	169
	1.484/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivaldete Julia Neves	169
	980/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Indústria E Comércio União Ltda.	169
	043/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Bene Venuto	169
	1.471/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ibere Barbosa Cardoso	169
	1.291/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daniel F. Santos	169
	259/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Décio Tadeu Fraire	169

	277/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Divovan Roberto de Freitas	169
	1.481/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Irene Borges de Macedo	169
12298	2006/688	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Geni Maria Lopes	169
11838	2006/251	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ananias Nunes Varderley	169
12266	2006/658	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco José da Silva	169
12624	2006/994	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	José Maria Barbosa	169
	014/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adão Amancio de Araújo	169
	964/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ilda Sebastiana da Silva	169
	934/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Delza Rodrigues da Cruz	169
	046/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Deodécio Fernandes de Oliveira	169
	531/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daniel Teixeira Ximenes	169
	899/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Idelfonso Pereira	169
	970/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivone Rezende Alves	169
	969/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivo Hass	169
	1.472/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ibere Cardoso Barbosa	169
	1.309/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dema Gomes Ormond	169
	107/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Almerinda Lacerda de Oliveira	169
	550/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Doricio Pereira dos Santos	169
	109/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alonso Vieira da Silva	169
	097/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Antonio Tobias Neto	169
	528/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daneil F. dos Santos	169
	1.474/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Idelfonso Pereira	169
	292/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dona Maria Rodovalho	169
	094/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adalberto Soares Botelho	169
	1.293/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daniel Teixeira Ximenes	169
	289/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Donatoni Engenharia Ltda	169
	960/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Irivaldo Marques Ribeiro	169
	516/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Indústria Comércio de Madeiras S. P. Ltda.	169
	254/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Daniel Pires	169
	074/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adelir da Silva	169
	004/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Firmino Gomes de Oliveira	169
	288/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Domingos Rodrigues C. Sobrinho	169
	169/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Derossi Pinheiro	169
	982/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivanei Barbosa Cardoso	169
	1.479/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ines Gomes Ramos	169
	611/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Doraci da Silva	169
	1044/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Isaias Pereira Alves	169
	922/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ibere Cardoso Barbosa	169
	257/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dalva dos Santos	169
	047/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco de Assis Teixeira	169
	048/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco Tavares de Carvalho	169
	968/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ivanildo Gomes da Silva	169
	133/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Ademir José Demarchi	169
	044/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Benedita Maria da Silva	169
	003/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Dirceu Fernandes	169
	971/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Izadir da Silva Ranzolin	169
	386/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Depósito de Madeira Damasa	169
	966/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Irene Rodrigues Rabelo	169
	967/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Itamar José Batista	169

	020/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Agnaldo Pereira Dumont	169
	377/96	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Eugênio Bispo da Silva	169
	134/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Adilson Lopes Bezerra	169
	845/95	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Isaias Alves Dias	169
	365/86	Execução Fiscal	Demerval Vilas Boas Sampaio	Valdivino Teixeira Sena	80
	068/89	Execução Por Titulo Extrajudicial	Joaquim Marques Póvoa	José Carlos França	80
	071/91	Ação de Execução	Edelir Venturi	Julio Maria Francisco Araujo	80
	09/91	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Alonso Lopes da Silva	80
	329/86	Execução Por Titulo Extrajudicial	Banco Bradesco de Investimentos S/A	Firma Individual L.D. Gonçalves, José Afonso Barroso, João A. Marques da Silva	80
	173/86	Execução Por Quantia Certa	Banco Itaú S/A	Bassileu Tolentino Filho, Abel Albino de Arruda, Aurino Rodrigues da Silva	80
	203/86	Execução Por Quantia Certa	Banco Itaú S/A	Sebastião Pereira Passos, Jõao Francisco da Silva e Raimundo Rocha	80
	08/91	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Regina Célia G. da Silva	80
	09/90	Execução Fiscal	Superintendência Nacional do Abastecimento- SUNAB	Ginomar Comercio e Representações Ltda	80
	145/90	Execução Por Quantia Certa	Auto Elétrica Araújo	Eudes Francisco da Silva	80
	084/91	Execução Fiscal	J.F Da Veiga Alves	Levi Pereira Da Silva	80
	124/90	Ação de Cobrança	W.P Comercio e Representação Ltda	Álvaro Antonio Figueiredo	80
	05/90	Execução Fiscal	Superintendência Nacional do Abastecimento- SUNAB	Carmelinda Raiser- Lojas Cristian	81
	150/86	Execução Por Titulo Extrajudicial	Financiadora Bradesco S/A	Valentino D'Úngaro e Valdevino Teixeira Sena	81
	033/91	Execução Fiscal	J.F Da Veiga Alves	Jõao Francisco Pombal	83
	20/92	Execução Por Titulo Extrajudicial	Comercial de Dragas Arenápolis Ltda.	António Jóse da Silva	84
31599	98-42.1991.811.0026	Execução Por Titulo Extrajudicial	Auto Posto São Francisco Ltda	Levi Pereira da Silva	84
	220/87	Ação Executiva	Bamerindus S/A. Financ. Credito e Investimentos	Orlando Marques Póvoas, José Nunes Pereira Filho e Joaquim Marques Póvoas	44
12910	2006/1241	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria Chaves da Cruz	44
13082	2006/1387	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nadir Ferreira da Silva	44
13062	2006/1370	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Maria José Barbosa	44
13195	2006/1471	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Olívia de Melo	44
13187	2006/1465	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Odil Silvestre Ribeiro	44
13174	2006/1453	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Osmar Raimundo da Silva	44
13104	2006/1409	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nelsi Costa Neves	44
13090	2006/1395	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Nilza Rodrigues de Lima	44
13013	2006/1326	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Matildes Roela de Oliveira Miranda	44
13000	2006/1317	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Manoel Simplício da Silva	44
12548	2006/923	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Joana Zeferina da Silva	44
12514	2006/890	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Jõao Lero	44
12288	2006/684	Execução Fiscal	Munícipio de Arenápolis/MT	Francisco Ribeiro	44
	217/82	Execução Fiscal	Carolino Cezar Valebom	Jose Barbosa da Silva Filho	06

	210/82	Execução Fiscal	Antonio Fernandes de Oliveira	Otávio José de Sales e Severino Natal dos Santos	06
	206/82	Execução de Titulo Extrajudicial	Banco do Brasil S/A.	Jõao de Oliveira Amorim e Judith Azevedo Amorim	06
	005/83	Execução Fiscal	Banco do Brasil S/A.	Raimundo Isnar e Ângela Demarchi Duarte	06
	245/82	Execução Fiscal	Maria Concebida Ferreira	Jõao de Oliveira Amorim	06
	196/82	Execução Fiscal	Italo lenzi	Santo Kestring	06
	220/82	Execução Fiscal	Á Fazenda Nacional	Mario Wassen	06
	260/82	Execução Fiscal	Aeroquimica Agrícola Ltda	Jorge de Oliveira Amorim	06
	211/82	Execução Fiscal	Banco do Brasil S/A.	Emidio Candido de Oliveira e Maria da Conceição de Oliveira	06
	098/82	Execução Fiscal	Banco da Amazônia S/A.	Jorge de Oliveira Amorim	06
	199/82	Execução Fiscal	Banco da Amazônia S/A.	Jorge de Oliveira Amorim	06
	198/82	Execução Fiscal	Banco da Amazônia S/A.	Jorge de Oliveira Amorim	06
	009/83	Execução Por Quantia Certa	Manoel Calejon dos Santos	Alvaro Antonio de Figueiredo	06
	173/82	Execução Fiscal	Sebastião Fernandes do Nascimento	Jõao Milane Sobrinho e Antonio Milane	06

	11/93	Execução de título extra.	Lafaeite Gonçalves Ferreira	Geraldo Mendes de Souza	82
	138/91	Execução	J.F. da Viega Alves	Edmar Celestino de Souza	82
	094/91	Execução de Título extra.	Banco do Brasil S/A.	R. Peron, Ancelmo Peron e Olivio Venturi	82
	117/84	Execução de Título extra.	Marta Tereza Kroling Lube	Reinaldo Silveira Bueno	82
	366/86	Execução de Título extra.	Banco do Brasil S/A	Sebastião da Silva Neto	82
	161/91	Execução Por Quantia Certa	Auto Posto São Francisco Ltda.	Aurélio Antonio Rocha Quinteiro	82
	176/86	Execução Por Quantia Certa	Banco Itaú S/A	Hugo Chiarelli, Marcilon de Faria e Waldivino Teixera Sena	82
	277/00	Execução Por Quantia Certa	MP, em subst. processual de G.P.R. da S., representados por Edna Alves Silva	Gilson Rodrigues dos Santos	97
	152/89	Execução Forçada	Ivanei Barbosa Cardoso	José Gomes	86
	098/89	Execução de Título extra.	José Faustino Gonçalves	José Gomes	86
	112/91	Execução Por Quantia Certa	Auto Elétrica Araújo	Aroldo Soares de Oliveira	86
	005/92	Execução de Título extra.	Auto Peças Eustaquio Ltda.	Aldemir de Carvalho	86
	009/84	Ação de Execução	Renato Gomes Nery	José Pereira Braga Filho	86
	02/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ademir Pedroso	118
	1.406/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Batista de Oliveira	118
	1045/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Ferreira Lima Neto	118
	581/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Lourenço L. Sobrinho	118
	015/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adélia Miranda Cardoso	118
	654/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Eurico Angelio Gonçalves	118
	843/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Iosmar Rosa de Moraes	118

	015/93	Execução Fiscal	Fazenda Pública Estadual	Beatriz Rondon Joaquim	118
	039/95	Execução Contra o Devedor Solvente	Banco Bradesco S/A.	João Carlos Zanetti Kummel, Antonio de Andrade e Vitor Emanuel Pinto Duarte.	118
	936/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Irineu Costa	118
	1040/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Benedito Ferreira dos Santos Filhos	118
	831/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Carlos Alberto Nobres	118
	606/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Luiz de Andrade	118
	636/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Elson Alves dos Santos	118
	2586/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Silvia Gerda Henrique	133
	2189/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mario Alves Pinheiro	133
	1952/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Luizmar Machado	133
	2715/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Vilza Souza Nascimento	133
	098/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio dos Santos Fernandes	133
	2371/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Orozil Almeida Pimenta	133
	1860/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Laércio Pessanho Matos	133
	1674/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Nunes Perreira	133
	111/87	Execução por Titulo Extra Judicial	J. M. Industria, Comercio e Representações TDA.	Darci Prestes dos Santos	43
	146/88	Execução por Titulo Extra Judicial	Ancelmo Peron	Hélio Gabriel Vieria	43
	186/87	Execução	Banco Bandeirantes S/A	Jason de Araujo Ramos	43
11637	2006/86	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arnor Rosa Mello	43
11648	2006/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ademir Paiva da Silva	43
12599	2006/972	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jose Ferreira de Souza	43
11966	2006/364	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Claudio Mendes da Silva	43
12615	2006/985	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Antônio de Souza	43
12518	2006/894	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Moreira de Jesus	43
12517	2006/893	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Julio Pinheiro	43
12547	2006/922	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jairo Pereira de Oliveira	43
12887	2006/1220	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Nilza da Silva Santos	43
13020	2006/1332	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Justino Filho	43
12961	2006/1288	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria da Conceição Araujo	43
13094	2006/1399	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Nézio Garcia Lopes	43
13026	2006/1337	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Novaes	43
13002	2006/1319	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Lourdes de Souza	43
12493	2006/869	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joarez de Araújo Ramos	43
11912	2006/314	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Benicia Ferreira de Souza	43
	183/87	Execução	Banco Bandeirantes S/A	Joaquim Marques Póvoa	42
	177/87	Execução	Banco Bandeirantes S/A	Orlando Marques Póvoa	42
	118/87	Execução	Banco Bandeirantes S/A	Orlando Marques Póvoa e Joaquim Marques Póvoa e Arlindo Kasburg do Nascimento	42
	173/87	Execução por Titulo Extra Judicial	"Companhia Bandeirantes, Crédito, Financiamento e Investimentos,"	Joaquim Marques Póvoa, Orlando Marques Póvoa	42
12846	2006/1180	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Milton Rodrigues Campos	42
12923	2006/1253	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marileide Soares da Silva	42
13118	2006/1423	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Neuza Aparecida da Silva	42
12882	2006/1216	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Rosa de O M.	42

				Souza	
12886	2006/1219	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Rodrigues Gomes	42
12903	2006/1234	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Ambrosina de Jesus	42
13205	2006/1482	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Paula Marques de Figueiredo	42
12715	2006/1081	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Laene Pereira dos Santos	42
12267	2006/665	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Flabiano Rodrigues Batista	42
12445	2006/820	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Isaías Alves Dias	42
11599	2006/27	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alice Rodrigues de Souza	42
11596	2006/25	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antônio Ferreira Gonçalves	42
11923	2006/325	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Cleuza M. da Silva	42
11953	2006/351	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Celeste da Silva	42
11971	2006/369	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Carmelindo Arruda Silva	42
12270	2006/660	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Franco P. Severino	42
	063/87	Execução	Cia Itaú de Investimento Crédito e Financiamento	Aurino Rodrigues da Silva, Divino Teixeira Farias Antonio Carlos Dmiam Borges	41
	152/87	Execução por Quantia Certa	Cia Itaú de Investimento Crédito e Financiamento	Deoclides Fernandes dos Santos e João Pereira dos Santos	41
	273/86	Execução por Quantia Certa	Banco Itaú S/A	Eurico Gunthen e Basileu Tolentino Filho	41
	133/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bandeirantes S/A	Roque José dos Santos e Outros	41
	282/86	Execução	Cia Itaú de Investimento Crédito e Financiamento	Antonio Marques da Silva e Deoclides Fernandes dos Santos	41
13078	2006/1383	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Messias Vieira de Souza	41
13069	2006/1376	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Milton Marques de Souza	41
13063	2006/1371	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Milton Nunes Figueiredo	41
13056	2006/1365	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Eva da Silva	41
13055	2006/1364	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Luiza Gomes	41
13053	2006/1362	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Ferreira dos Santos	41
13052	2006/1361	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Francisca de Oliveira	41
12464	2006/841	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jacira Rodrigues da Silva	41
12472	2006/848	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jair Francisco Lopes	41
12475	2006/851	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jair Alvez	41
12454	2006/829	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ivo Andreotti	41
12945	2006/1276	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marcelo Moraes	40
	084/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Otacilio Coelho Souza	40
	061/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Evair Correa Gomes	40
	320/86	Execução Fiscal	A Superintendência Nacional do Abastecimento- SUNAB	Otacilio Coelho de Souza	40
	151/87	Execução por Quantia Certa	Cia Itaú de Investimento Crédito e Financiamento	Eustáquio Faustino Gonçalves, Cicero Barbosa da Silva e José Barbosa da Silva Filho	40

	014/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Maximiliano Bispo da Silva	40
	024/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Otacilio Coelho de Souza	40
	022/87	Execução Fiscal	Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Adalgizo Salvador	40
	072/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Nilson Pereira Rodrigues	40
	073/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Emilio Candido de Oliveira	40
	081/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Jacy Scaff	40
	047/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Jesus Picalho	40
	082/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Geraldo Tavares Primo	40
13086	2006/1391	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Nilson Alves da Silva	40
13117	2006/1422	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Neusa Nunes Ferreira	40
13084	2006/1389	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Nilvan Ribeiro Santana	40
13083	2006/1388	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Nilza Alves Sampaio	40
13080	2006/1385	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Noel de Souza Ramos Filho	40
13204	2006/1481	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Paulo A. de Oliveira Sobrinho	40
12227	2006/621	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ernesto Volkmer	40
13124	2006/1429	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Natalino Pereira Pardim e Delmon dos Santos	40
13157	2006/1436	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Otília Pereira dos Santos	40
13114	2006/1419	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Nelson Marques de Arruda	40
13097	2006/1402	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Natal dos Reis Ponseti	40
13031	2006/1342	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Tereza de Brito	40
12997	2006/1315	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Madaide Carlos de Freitas	40
	2.089/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria José Alvez	165
	2.115/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Madalena	165
	1705/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Judite Rodrigues Almeida	165
	1725/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Juvêncio José Macedo	165
	2066/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Ferreira dos Santos	165
	1781/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joilton Bispo dos Santos	165
	2028/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Aparecida C. Azevedo	165
	1693/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joseida Silva Bianchi	165
	1698/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joselito Pereira Gomes	165
	2035/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Benedita dos Santos	165
	1.319/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Diogo Gomes Pinheiro	165
	2.102/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Justa Ramos de Oliveira	165
	1.318/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dinovam Roberto de Freitas	165
	2.084/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Inês Ferreira	165
	1851/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Josefa Gomes Arabis	165
	2.125/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Nadir da Silva	165
	1731/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joana Martins de Gouveia	165

	1713/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Júlio Ferreira Pedrosa Neto	165
	1729/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joacir Luiz Trento	165
	1.530/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jorge de Oliveira Amorim	165
	1728/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joab Brito Siqueira	165
	2022/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Alice da Silva	165
	1712/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Júlio Cezar Miranda Cardoso	165
	2.134/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria da Penha Rodrigues	165
	2146/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Santos de Almeida	165
	2.162/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Tereza de Araújo	165
	1720/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Juraci Marques dos Santos	165
	1.322/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dionizio da Ross Corsini	165
	1776/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joenildo Nunes da Silva	165
	2.100/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Judite da S. Figueiredo	165
	2.110/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria de Lourdes A. dos Santos	165
	2037/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria C. da Cunha	165
	1.328/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Divino Domingos da Silva	165
	1785/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jorge Gogolevski Filho	165
	2.076/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria das Graças dos Santos	165
	2.147/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Santos de Almeida	165
	1.320/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Diogo Gomes Pinheiro	165
	1783/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jonas Rodrigues de Lima	165
	1782/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jonas Rodrigues de Lima	165
	2072/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Gomes Mesquita	165
	1.527/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joaquim Rodrigues da Cruz	165
	2.098/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria José da Silva Motta	165
	1714/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Júlio Gabriel dos Santos	165
	2054/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria das Dores Mendes	165
	1.327/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Divino Antonio Peletti	165
	1733/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jorge Gogolevski Filho	165
	2043/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria da Conceição Pego	165
	1.497/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Job Oliveira Sampaio	165
	2075/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria das Graças dos Santos	165
	2036/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria C. da Cunha	165
	2041/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Chavier da Silva	165
	1.329/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Divino Garcia Alves Costa	165
	2062/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Eva da Silva	165
	2057/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Elídia dos Santos	165
	1046/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joaquim Pereira Dutra	165
	2.129/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Nilda dos Santos	165
	2.139/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Rodrigues Pfanemmler	165
	2.096/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria José Pereira de Oliveira	165
	1.326/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Divina Beraldo de Araújo	165
	2.167/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Inês Ferreira de Souza	165

	1.581/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joaquim Pereira Dutra	165
	1726/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Juvêncio de Souza Correia	165
	1854/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jovanildo Duarte Cavalcante	165
	2068/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Galdina Severino	165
	2048/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Consolação de Oliveira	165
	1.321/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Diomidio Amorin dos Santos	165
	1.582/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joaquim Ribeiro da Silva	133
	962/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ivanildes Ferreira dos Santos	133
	041/96	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Tapirapuã Comercio de Bebidas LTDA (Distribuidora de Bebidas Tapirapuã Ldta)	133
	1.507/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jair Rodrigues	133
	1666/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Milton Alves	133
	1.272/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Cileide Nunes da Silva	133
	508/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Cirino Cecilio D S. Rondon	133
	787/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ovidio Monteiro de Souza	133
	167/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aristides O. Araújo	133
	159/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Durval Veloso	133
	007/88	Execução Fiscal	Instituto Jurídico das Terras Rurais = INTER	Pedro Nunes Barroso	133
	018/88	Execução Fiscal	Instituto Jurídico das Terras Rurais = INTER	Pedro Nunes Barroso	133
	1775/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Joel Gomes	133
	499/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donizete Rita Severino	133
	567/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Evangelista Rios Santos	133
	115/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Imobiliária Borges e Feigo LTDA	133
	262/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Edite Ferreira de Santana	133
	146/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Erci Pereira Gomes	133
	1.411/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Dalmy e José Eustáquio	133
	985/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Sandra de Fátima C. Santana	133
	763/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Gomes	133
	2773/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Zumira Rodrigues Silva	133
	296/86	Execução por Quantia Certa	Campanhia Mercantil e Industrial Parizotto	João Adelar França	57
	272/86	Execução por Quantia Certa	Banco Itaú S/A	Mateus Fernando C. Souza, Abel Albino de Arruda e Aurino R. da Silva	57
	084/82	Execução	Companhia de Cimento Portland Goiás	Comercial Valadares e Valadares LTDA	57
16594	2008/66	Execução por Quantia Certa	Uned- União de Ensino Superior de Diamantino	Márcia Giane dos Santos	57
	043/87	Mandado de Segunça	Alcides Fialho de Carvalho	Delegado de Polícia de Arenápolis – Dr. Oswaldo	57
	1.169/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Anice Gineli Calenti	160
	1.168/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aníbal da Costa Amaral	160
	1.167/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Andressa Fernanda Santos Oliveira	160
	453/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Calente	160
	797/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Edi Sena de Melo	160
	1115/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Agregório Lopes	160
	568/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gabi Rodrigues Pereira	160

	753/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Mendes Teixeira	160
	1.188/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Campos Figueiredo	160
	1094/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Abegail Carvalho de Lima	160
	1.132/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alipio Gomes Ormond Filho	160
	1117/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alair de Araújo	160
	1.159/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Rodrigues de Souza	160
	1.133/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Almerinda Lacerda de Oliveira	160
	576/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gentil da Cunha Bracelar	160
	911/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gide Antonio dos Santos	160
	1.134/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Almiro Marques de Figueiredo	160
	910/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Getúlio Alves dos Santos	160
	1.138/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alvaro Raimundo	160
	454/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Ferreira Barbosa	160
	1.191/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Djlma de Oliveira	160
	573/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Genelci Coelho da Rocha	160
	1111/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Agemiro Camilo dos Santos	160
	1.178/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Aparecido de Souza	160
	1.129/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alexandrino Rodrigues da Cruz	160
	1.125/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alexandre de Aquino Filho	160
	1124/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alecio Felix do Rosário	160
	1061/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Costa Gomes	160
	1102/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adelino Ribeiro de Souza	160
	1074/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Augusto Maximo Silva Martins	160
	1.130/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Algustino Pereira	160
	1.180/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Aparecido de Souza	160
	1104/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aderbal Jarbas C. de Menezes	160
	1.126/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alexandre Chabalin	160
	448/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alberto Silva	160
	463/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ari de Jesus	160
	451/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Ramos Lima	160
	1.182/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Araújo	160
	750/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Alves de Paula	160
	1.140/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Amancio Ronaldo da Silva	160
	459/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aparecido Antonio da Silva	160
	1118/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Albertina Cardoso Ribeiro	160
	891/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gersina Barreiro	160
	579/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Alves	160
	1095/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Abegail Carvalho de Lima	160
	885/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gentil da Cunha Bracelar	160
	884/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geni Santos Moura	160
	575/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geni Santos Moura	160

	569/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gabriel C. de Nascimento	160
	1069/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Pinto de Santana	160
	578/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldino dos Santos	160
	1.151/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Batista Campos	160
	1097/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Abel Albino de Arruda	160
	1063/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio de Jesus Quinteiro	160
	1110/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adolfo Borges de Campos	160
	1100/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adarlo Almeida Maia	160
	1121/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alberto Luiz Campos de Abreu	160
	1.157/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Ramos Lima	160
	1106/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adilson Pereira Torres	160
	1103/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adelson Benedito F. Martins	160
	1.312/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Derossi Pinheiro	161
	1.207/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Justino da Silva	161
	1.253/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ailton Ferreira de Almeida	161
	1.234/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arnaldo Jorge Leite	161
	1.154/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Lucia V. da Silva	161
	1.314/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Deusdete Alves de Andrade	161
	1.223/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Apolinário Rodrigues Coimbra	161
	517/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Cleuza Macedo Rocha	161
	1.162/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Rezende Alves	161
	460/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aparecido Bueno Carmezini	161
	1.235/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arnaldo Jorge Leite	161
	1.158/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Rodrigues Cunha	161
	1.308/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dema Gomes Ormond	161
	1.195/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Ferreira da Silva	161
	1.222/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aparecido D. Vargas Moreira	161
	1.163/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ananias Cosme da Silva	161
	1.230/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aristeu Marques	161
	1.206/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Joaquim da Silva	161
	1.315/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Devanil de Souza	161
	1.311/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Deposito de Madeira Damasa	161
	534/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Décio Tadeu Fraire	161
	535/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Denival Rodrigues da Silva	161
	1.242/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Augusto Teixeira Quadros	161
	526/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Damião Cordeiro Lima	161
	1.209/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Limeira Santana	1611
	1229/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ari Paes Barreto	161
	1819/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Jorge de Lima	161
	2779/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alécio Prates	161
	1.499/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Macedo dos Anjos	161
	1.216/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Rodrigues dos Santos	161
	1.445/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Gomes Cardoso	161
	536/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dejalma Soares Botelho	161
	1.204/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Guimarães Scarpatt	161
	1.226/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Araci Roriz Monção	161

	1.225/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aquilino Santana de Moura	161
	1.215/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Rodrigues dos Santos	161
	1.228/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ari Osvaldo Gomes	161
	537/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Delmar Prestes dos Santos	161
	1.534/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Batista da Rocha	161
	1.307/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Delza Souza de Oliveira	161
	527/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Daniel Arlindo de Acacio	161
	1.446/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo L. de Lima	161
	1.451/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Vieira dos Santos	161
	1.196/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Gabriel da C. Ferreira	161
	524/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dalva Duarte de Aquino	161
	1.440/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Cezar Mendes Pereira	161
	1.164/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ancelmo Peron	161
	1.450/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Severo de Lima	161
	1.443/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Ferreira dos Santos	161
	1.232/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arlinda Gonçalves	161
	1.432/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gabriela Benedita da Guia	161
	1.245/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Avelino Antonio Rombaldi	161
	1.143/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aurélio Antonio	161
	1.246/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Avelino Gonçalves de Freitas	161
	1.317/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dinair Domingues Oliveira	161
	1.437/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Cezar de Andrade	161
	1.310/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Deosdete Alves de Souza	161
	2775/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arlindo Marques da Fonseca	161
	529/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Daniel Marques de Figueiredo	161
	1.160/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Rodrigues da Cunha	161
	1.316/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dionizio Zago	161
	1453/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gerci Cardoso Baliero	161
	1.449/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Paulino da Costa	161
	2783/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Petronílio Barroso Silva	161
	1.171/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Anizio José de Oliveira	161
	794/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arlindo Marques da Fonseca	162
	585/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Armandolino F. Nascimento	162
	775/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Orlando Felipe	162
	769/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Oldemar Pereira Netp	162
	546/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donatoni E. LTDA	162
	604/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Elias de Souza	162
	999/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marlene Lopes Cabral	162
	1071/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Rodrigues Ferreira	162
	781/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Osvaldo Lemes Fernandes	162
	543/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Fernandes Lemes	162
	613/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Durval Aparecido da	162

				Costa	
	1039/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Lisboa D. Pego	162
	545/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Rodrigues C. Sobrinho	162
11718	532-06.2006.811.0026	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Anadir Catarina da Silva	162
	539/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Devanil de Souza	162
	1113/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Agilson Rodrigues de Assis	162
	1064/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Lima Quevedo	162
	1062/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Ferreira da Silva	162
	1070/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Reis de França	162
	1065/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Lopes de Araújo	162
	610/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dora Maria Rodovalho	162
	612/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dorival Braz de Araújo	162
	666/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Getulio Ferreira Vaz	162
	792/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arlinda Gonçalves	162
	1122/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alcino Soares da Silva	162
	1123/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aldenir de Carvalho	162
	547/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donizete Miguel de Melo	162
	607/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos de Oliveira Santos	162
	1119/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Albertina Maria Lima	162
	795/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Carmelita Alexandre G. Freire	162
	772/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Oliveira Gomes Soares	162
	1114/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Agostinho Rodrigues Ferreira	162
	1116/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ailton Ferreira Menezes	162
	1067/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Marques Sena	162
	1108/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Admilson Gomes de Lima	162
	1098/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Achiles C. Guimarães	162
	1001/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marlene de Souza Brito	162
	777/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Orlando Souza Oliveira	162
	577/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geralda Flor de Maio	162
	1060/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Castorino de Carvalho	162
	621/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Edmar Celestino de Souza	162
	757/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Glória Silva Figueiredo	162
	1109/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Admilson Gomes de Lima Moura	162
	603/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Divino Domingos da Silva	162
	553/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Durvalina Rodrigues Marques	162
	1002/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marli Soeli de Oliveira	162
	1068/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Pereira	162
	584/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arlindo Nunes Pereira	162
	1028/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Jovenal da Silva	162
	608/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donizete Miguel de Melo	162
	791/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Batista de Oliveira	162
	542/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Elias de Souza	162
	1105/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aderbal Viegas Silva	162
	566/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Euzébio Figueiredo de Barros	162
	549/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Dora Maria Rodovalho	162
	548/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donizete Pedro de Siqueira	162
	1072/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Tobias Neto	162

	788/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ovidio Paes da Costa	162
	586/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Artur Alfredo Schemmer	162
	790/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adão Gino Barros	162
	541/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Djanira Maria R. da Silva	162
	540/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Djalma dos Santos	162
	605/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Domingos Ferreira dos Santos	162
	224/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Jeruzalém Paranhos das Flores, Iracidio Faustino da Silva e Manoel Lúcio Rodrigues de Assis	45
	085/87	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA	Diogenes Pereira dos Santos	45
	218/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Antonio Carlos Damiam Borges, Valdir da Silva Marques e Wander Rogerio Brito Pinto	45
	172/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Iracidio Faustino da Silva, Jeruzalem Paranhos das Flores e Manoel Lucio Rodrigues de Assis	45
	58/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Eugenio Carlos de Queiroz e Laerte Teodoro Borges	45
	222/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Manoel Lúcio Rodrigues de Assis e Jeruzalém Paranhos das Flores	45
	217/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Silvio Novaes Assunção Lidio da Silva Rocha e Arinato Miguel Biava	45
12868	2006/1202	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Helena Santana	45
12529	2006/905	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Alecrim	45
12848	2006/1182	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria das Dores Mendes (Falecida)	45
12871	2006/1205	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Nadir da Silva	45
12884	2006/1218	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Rodrigues Pereira	45
12913	2006/1244	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Andressa dos Santos	45
12920	2006/1251	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mauro Alcantra da Silva	45
13021	2006/1333	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Martins dos Santos	45
13038	2006/1349	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Aparecida de Oliveira Andrade	45
13039	2006/1350	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Alves de Andrade	45
13043	2006/1354	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria da Penha Favalessa Arantes	45
13073	2006/13079	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Miguelina Benedita de Souza	45
12505	2006/881	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Moreira dos Santos	45
12479	266/855	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Marcal da Silva	45
12491	2006/867	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Mauro Figueiredo	45
	063/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Rogaciano Oliveira Sampaio e seus avalistas Nelson Vilas Boas Sampaio e Rogaciano Oliveiras Sampaio Filho	45
	141/89	Execução por	José Faustino Gonçalves	José Gomes	45

		Titulo Extra Judicial			
	137/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Newton James Vilas Boas Sampaio e s/avalistas Rogaciano O. Sampaio e Nelson V. B. Sampaio	45
	005/88	Execução Fiscal	Instituto Jurídico das Terras Rurais- INTER	Nelson Vilas Boas Sampaio	45
	078/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Carlos Renato Aidar, Mario Juquishique Susuki	45
	151/88	Execução por Titulo Extra Judicial	Nelson Lopes de Almeida	Ailton Carlos Rodrigues Figueiredo	45
	127/89	Execução de Titulo Extra Judicial	José Alves Caetano	Maria Neuza G. Machado	45
	152/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Wandson Ribeiro Rangel, Wilton Ribeiro Rangel, João Ferreira dos Santos	45
	223/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Manoel Lúcio Rodrigues de Assis, Jeruzalém Paranhos das Flores e Iracidio Faustino da Silva	45
	020/89	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco do Brasil S/A	José Ribeiro da Silva	51
	019/89	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco do Brasil S/A	José Ribeiro da Silva e S/ Mulher	51
	179/89	Execução por Titulo Extra Judicial	Alìder Gonçalves de Oliveira e Alceu Marczynski	Carlos Fernandes de Melo	51
	106/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Italo Domicio Borba	Adenailda Reis Santana	51
	004/89	Execução Fiscal	Fazenda Pública Estadual	Alinor Luiz da Silva	51
	037/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Ademir Marques de Miranda, Hildebrando Luiz de Miranda e Wander Rogério Brito Pinto	48
	045/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Ademir Marques de Miranda, Hildebrando Luiz de Miranda e Wander Rogério Brito Pinto	48
	036/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Ademir Marques de Miranda, Hildebrando Luiz de Miranda e José Carlos Beato	48
	296/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bradesco de Investimentos S/A	F. A. Bastos dos Reis e José B. da Fonseca e Fernando A. B. dos Reis	48
	252/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Jair Deúngaro, Domingos Deúngaro, e Edson Luiz da Silva	48
	440/86	Execução Fiscal	Fazenda Pública Estadual	Nadir Lourenço de Mello	49
	170/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Comércio e Representações Diamante LTDA	Severino Natal dos Santos	49
	038/88	Execução por Titulo Extra	José Alves Caetano	Paulino Paludo	49

		Judicial			
	117/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco do Brasil S/A	Moura e Figueiredo LTD, João Pereira dos Santos e Espólio de Pedro Nunes Barroso	49
	035/87	Execução Fiscal	Instituto de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	Assad Caran Neto	49
	027/87	Execução Fiscal	Instituto de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	Manoel Silva Leite	49
	176/88	Execução	Banco Amazônia S/A	Wellington Ribeiro Rangel e outros	49
12305	2006/695	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Genesia de Souza	11
12285	2006/676	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Antonio Brito	11
12317	2006/706	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Domingues Sena	11
12296	2006/686	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Cezar Mendes Pereira	11
12252	2006/645	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Fidelcino Mendes de Brito, vulgo “Quinca”	11
12271	2006/667	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Firmino Gomes de Oliveira	11
12277	2006/672	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Canturário da Silva	13
12283	2006/675	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Antônio Silva	13
12042	2006/440	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Donizete Bento Mathias	13
12276	2006/669	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Vieira dos Santos	13
12287	2006/677	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Soares da Silva Filho	13
12426	2006/804	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ilda Cantilha da Silva	13
12936	2006/1266	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marineuza Lima de Oliveira Botelho	13
12939	2006/1269	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marina Marques Ribeiro	13
12474	2006/850	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jose Ferreira da Silva	13
11612	2006/41	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Pinto de Santana	14
11594	2006/23	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Augusto Teixeira Quadros	14
12488	2006/864	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Milani Sobrinho	14
11578	2006/9	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aurelia da Silva Santana	14
12829	2006/1165	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Eunice Belo de Lima	15
12860	2006/1194	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Moacir Mariano dos Santos	15
12977	2006/1296	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Miguel Fiuza de Oliveira	15
12979	2006/1298	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maximino Pereira dos Santos	15
12980	2006/1299	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mauro Vaz Sardinha	15
12837	2006/1172	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Lopes da Silva Neto	15
12873	2006/1207	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Maximiana da Silva	15
12880	2006/1214	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Márcia Paulina dos Santos Pinheiro	15
12650	2006/1020	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Caetano da Silva Filho	15
12659	2006/1029	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Guedes dos Santos	15
12480	2006/856	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	João Viana Filho, Vulgo “João Tigui”	16
12487	2006/863	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Pereira Brante	16
12490	2006/866	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jair Alves Santos	16
12718	2006/1084	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Lucrecia Gramulha Moreira	16
12978	2006/1297	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Miguel Delfino	16

12792	2006/1146	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Lidio Souza Pereira	16
11668	2006/103	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aparecida Lira	16
11642	2006/89	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Adírio Rubert	16
11675	2006/55	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alfeu Bruhmuller	16
11634	2006/84	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ademir Pedroso	16
11751	2006/164	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aristides O Araujo	16
11704	2006/119	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alberto Silva	16
11728	2006/149	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Yoshimitsu Funayama	16
12496	2006/872	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Carlos da Silva Santos	02
12746	2006/1112	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Luiz Antonio da Cunha	02
12842	2006/1177	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marlene Lopes Cabral	02
12700	2006/1069	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jose Rodrigues Araujo	10
12463	2006/840	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jair Rodrigues	10
12924	2006/1254	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Marlene Shilvia Lopes Santos	10
12120	2006/476	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Deijanira Gomes de Souza	10
12133	2006/529	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Eurico B. da Cruz	10
	192/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Euclair João Shaedler, Eurico Arlindo Shaedler Erceu Reinold Shaedler	10
	225/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Eurico Arlindo Shaedler, Jorge Paulo Bovié e Rosalino Brun	10
	081/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Isnard Vieira de Barros e Euclair João Shaedler	10
12344	2006/734	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Geraldo Francisco Coelho	10
	186/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Eurico Arlindo Shaedler e Euclair João Shaedler	10
	224/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Euclair João Shaedler, Jorge Paulo Bouvié e Rosalino Brun	10
12065	2006/484	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Edson Rodrigues de Assis	10
12163	2006/560	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Elias Almeida de Araújo	10
12932	2006/1262	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Antonio Alves	10
12431	2006/809	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ilton Luiz Coimbra	10
12347	2006/737	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Gislene Garcia Barroso	10
12510	2006/886	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Jose Pereira de Macedo	10
12894	2006/1225	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Macionilio Macedo Neto	10
	226/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Erceu Reinaldo Shaedler, Rosalino de Brun e Jorge P. Bovié	10
	223/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Claudiano Antonio Murano e Roque Gardin Roubert	10
	263/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bradesco de Investimento S/A	Firma Eustaquio Faustino Gonçalves e Aval. Eustáquio F; Gonçalves e outros	18
	287/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Mario Paulino da Silva, Jorge Borges Amorim e Mauricio Donizete Silva	18
	312/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	José Neuzo da Silva e Adirio Roubert	18
	314/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Carlos Albino de Oliveira e José Eustáquio da Silva	18

	283/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Descontos S/A	Florisvaldo dos Santos e Wilton Ribeiro Rangel	18
	212/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Paulo Cezar Giacomini e Jose Ricardo Batistela	18
	285/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Irapuã do Valle Camargo e José Miguel Mota Filho	18
	292/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco	Luíz C. Maciel e Osvadir da S. Rocha e Alandoardo B. de Moraes	18
	287/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Eustáquio Faustino Gonçalves e Wilton Ribeiro Rangel	18
	248/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Cia Bandeirantes – Crédito, Financiamento e Investimento	Antônio Artuso e João Adelar França	18
	086/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Laerte Teodoro Borges e Eugênio Carlos de Queiroz	18
	309/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Adauir Hilário Piovesan e José Jorge de Lima	18
	053/84	Execução	Dr. Italo Domício Borba	Manoel Ribeiro dos Santos	18
	289/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco	Jormas Alves Gomes e Francisco Carlos de Freitas Pereira e Rogaciano O. Sampaio Filho	18
	282/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Jaime Gastão Bilthauer e Euzébio Figueiredo de Barros	18
11868	2006/270	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arli Alves Trindade	39
11807	2006/220	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Antonio Pereira Silva	39
11780	2006/193	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Anatolino Lima Quevedo	39
11774	2006/187	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Aparecido Bueno Carmezini	39
	197/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Ademir de Carvalho	Basileu Tolentino Filho	39
	219/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Uberdragas	Roque José dos Santos	39
	266/82	Execução Fiscal	Sunab	Araci Tigi Ferrari	39
	269/82	Execução Fiscal	Sunab	Geraldo Cezar de Andrade	39
	265/82	Execução Fiscal	Sunab	Espólio de Edmar Celestino de Souza	39
	222/87	Execução	Celso Aparecido Giacomine	Banco do Brasil S/A	39
	159/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco do Brasil S/A	Celso Aparecido Giaconini	39
13032	2006/1343	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mario Fernando Beato	46
13040	2006/1351	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Edna da Silva Guedes	46
13308	2006/1576	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Rui Barbosa de Oliveira	46
13408	2006/1668	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Sandra Maria Wassem Barbosa	46
11968	2006/366	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Claricinda Ferreira de Figueiredo	46
12563	2006/947	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	José Miranda Rocha	46
12259	2006/652	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Florindo de Oliveira Almeida	46

12999	2006/1316	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Manoel Teixeira Gomes	46
13010	2006/1324	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Martins Conceição de Mora	46
13019	2006/1331	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mariza da Costa Barreira	46
13030	2006/1341	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Vicência Lima de Moraes (Falecida)	46
12875	2006/1209	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Madalena B da Silva	46
12935	2006/1265	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Maria Quiteria da Cruz	46
12952	2006/1280	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Mariluce Marina Golin	46
	16/88	Execução por Titulo Extra Judicial	José Alves Caetano	Dércio Prestes dos Santos	46
	030/87	Execução Fiscal	Instituição de Colonização e Reforma Agraria - INCRA	Sebastião Delson Matheus Pires	46
	14/87	Execução	Longuinho Pereira Dias	Erceu Reinold Shaedler, Eurico Arlindo Shaedler	46
	150/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bradesco de Investimento S/A	Peixoto Comércio e Representações LTDA, Rogério Peixoto e Euzébio Figueiredo de Barros	46
	006/88	Execução Fiscal	Instituto Jurídico das Terras Rurais - Inter	Maria da Penha M. Barbosa Gomes	46
	082/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Aloizio Mejela Gomes	Adenailda Reis Santana	52
	067/89	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco do Brasil S/A	João Adelar França e Rita Ribeiro França	52
	092/87	Execução Fiscal	Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso	Caio José de Campos	52
	227/87	Execução	Bamerindus S/A. Financ. Crédito e Investimentos	José Garcia Barroso, Silvio Novaes Assunção e Antonio Muller Pereira	52
	01/87	Execução Fiscal da Dívida Ativa	Fazenda Nacional	Paulo Roberto Damasceno	52
	069/88	Execução	Miguel Francisco da Silva	Adauto Nunes de Moura	52
	171/87	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Wellington Ribeiro Rangel Wilton Ribeiro Rangel e Wadson Ribeiro Rangel	52
	129/87	Executiva	Banco Bamerindus do Brasil S/A	Laerte Nicolau de Faria, Marcilon de Farias e Gilmar de Farias	52
	047/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Descontos S/A	José dos Anjos Barroso, Geraldo Petronilio Barroso e Pedro Nunes Barroso	52
	205/82	Execução Fiscal da Dívida Ativa	Fazenda Nacional	Santo Kestring	17
	270/82	Execução Fiscal	Sunab	José Silva – Cini Bar Saci	17
	186/83	Execução Fiscal da Dívida Ativa	Fazenda Nacional	José Eustaquio Pereira	17
	193/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bradesco de Investimentos S/A	Otacílio Coelho de Souza, Otacílio Coelho de Souza e José Garcia Barroso	17
	219/84	Execução Fiscal	Sunab – Superintendencia Nacional do Abastecimento	Paulo Roberto Dolabela – Açougue Avenida	17
	228/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Desconto S/A	José A. Ramos e Vladimir L. Formigoni e Valdir C da Silva	17
	174/85	Execução Fiscal	Fazenda Nacional	Ovidio Monteiro de	17

				Souza	
	221/84	Execução Fiscal	Sunab – Superintendencia Nacional do Abastecimento	Nelson e Socorro LTDA. – Drogaria do Povo	17
	170/83	Execução Fiscal	Sunab	Dazio Rocha Galvão	17
	055/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Antonio Faustino Neto e Dejair de Deus Vieira	17
	222/84	Execução Fiscal	Sunab – Superintendencia Nacional do Abastecimento	Casa de Carne Vila Nova LTDA	17
	081/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A Cred. Financ. Investimento	Jesus Garcia Parra e Vicente Crude	17
	171/83	Execução Fiscal	Sunab	Espólio de Edmar Celestino de Souza	17
	266/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Bradesco de Investimento S/A	Firma "Custodio José Rosa", Aval. Custodio J. Rosa e outros	17
	004/88	Execução Fiscal	Fazenda Nacional	Euripedes de Oliveira	50
	062/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Lidio da Silva Rocha e seus avalistas Arinato Miguel Biava e Silvio Novaes Assunção	50
	199/88	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Anibal da Costa Amaral, Lidio da S. Rocha e Lourival Alves Macedo	50
	050/89	Execução Forçada	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Wilton Ribeiro Rangel, Wadson Ribeiro Rangel e Wander Rogério Brito Pinto	50
	067/88	Execução por Titulo Extra Judicial	Cia. Textil Ragueb Chohfi	Neif Joaquim Sobrinho	50
	008/88	Execução	Cia Textil Ragueb Chohfi	Vera Lúcia Dorileo Joaquim	50
	89/89	Execução Forçada	Cícero Francisco de Souza	Noé Severo da Lúz	50
13707	2006/1795	Execução Fiscal	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qual. Industrial - Inmetro	Milton Xavier Meira	06
	227/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Banco Brasileiro de Desconto S/A	Claudino Antonio Muraro e Roque Gardin Roubert	06
	198/86	Execução por Titulo Extra Judicial	Financiadora Bradesco S/A	Claudino Antonio Muraro e Roque Gardin Roubert	06
	2755/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson de Souza	195
	2730/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Waldomiro de Souza	195
	2756/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson de Souza	195
	2727/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Walderson Santos	195
	2800/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wises Laurindo Silva Júnior	195
	2731/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wander Rogério Brito Pinto	195
	2745/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilmar F. e Dalma S. Granja	195
	2799/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Teixeira de Farias	195
	2758/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wises Laurindo Silva Junior	195
	2754/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Ribeiro dos Santos	195
	2726/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Waldeson Moura	195
	2733/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Welington Azevêdo	195
	2744/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Willian Campos de Abreu	195
	2752/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Gonçalves	195

	2742/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilfrido Rosa de Castro	195
	017/96	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Welington R. Rangel	195
	2734/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Welington R. Rangel	195
	2751/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Bispo dos Santos	195
	2746/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilmar F. e Dalma S. Granja	195
	2739/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilamy Alves Gomes	195
	2732/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Walter Lino de Oliveira	195
	2740/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilda Oliveira Figueiredo	195
	2735/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Weliton Augusto Coelho	195
	2738/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Weslei Rosa de Souza	195
	2736/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Weliton José Horta	195
	2741/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilfrido Rosa de Castro	195
	2729/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Waldomiro de Souza	195
	2747/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilmar Rocha	195
	2753/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Nilsen	195
	2757/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Teixeira de Farias	195
	019/96	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilda Oliveira Figueiredo	195
	018/96	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Werônica Pereira Moura F. Neto	195
	2750/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilson Alves de Souza	195
	2743/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Willian Campos de Abreu	195
	2748/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Wilmar Rocha	195
	2728/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Walderson Santos	195
	1.373/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Felix Paes da Costa	172
	1.141/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Amarildo Borges de Oliveira	172
	1.462/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Helio Medeiros Santana	172
	1.251/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Belino Eduardo dos Santos	172
	1.461/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Helio Gabriel Vieira	172
	1.409/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Bezerra Filho	172
	1.426/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Vieira dos Santos	172
	1.423/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Soares da Silva Filho	172
	1.384/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Flaviano Correia de Moraes	172
	1.469/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Humberto José da Silva	172
	1.418/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco José Ferreira	172
	1.419/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco José de Oliveira	172
	1.371/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Felipe Celestiano de Jesus	172
	2782/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Genésio Bernardo de Souza	172
	1.394/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca Alves de Jesus	172
	1.412/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Ferreira Neves	172
	1.367/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Feliciana de Souza	172
	1.395/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca Alves de Jesus	172
	1.405/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco de Assis Teixeira	172
	1.370/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Felipe Celestino de Jesus	172
	1.387/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Flavio José Zantedeschi	172
	1.417/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Galdino Neto	172
	1.231/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Arivaldo Tanan Figueiredo	172

	1112/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Agenor Cardoso da Silva	172
	1.403/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Antonio Silva	172
	1.397/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca do Carmo A. Peçanha	172
	1.142/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Amaro Marques Sena	172
	1.398/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca de Moura P. Santos	172
	1.399/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca de Moura P. Santos	172
	1.413/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Ferreira Neves	172
	1.378/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Fernando Carvalho de Oliveira	172
	1.368/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Feliciana de Souza	172
	1.385/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Flavio Antonio de Souza	172
	1.465/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Hilário Capixaba	172
	1.429/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisley Galdino da Silva	172
	1466/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Hildebrando Luiz de Miranda	172
	1.166/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Andre de Santana	172
	1.143/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Amélia Alves Araújo	172
	1.400/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca Rodrigues Souza	172
	1.249/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Azor Francisco da Cruz	172
	1.365/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Faustino F. de Oliveira	172
	1.144/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	America Lopes da Silva	172
	1.425/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Sutero da Silva	172
	1.381/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Firmino do Nascimento	172
	1.470/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Hurbana da Costa Santana	172
	1.150/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Aparecida Conceição	172
	1120/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alberto Alves Versales	172
	2780/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Alzira Fonseca Silva	172
	1.463/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Helton Lima de Oliveira	172
	1.401/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Andreotti	172
	1.369/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Feliciano de Deus Oliveira	172
	1.396/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisca do Carmo A. Peçanha	172
	1.408/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Bezerra Filho	172
	1.153/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Ana Guimarães de Oliveira	172
	1.147/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Amiltom Pereira dos Santos	172
	1.404/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco de Assis Dias Munhos	172
	1.390/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Florindo de Oliveira Almeida	172
	1.421/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Natalino Ribeiro	172
	1.402/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Antonio Silva	172
	1.414/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco Franco P. Severino	172
	1.467/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Horácio Pereira da Costa	172
	1.468/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Hulda Figueiredo Rodrigues	172
	1.420/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Francisco José da Silva	172
	1.458/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Helio Carneiro Alburquerque	172
	1.250/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Banco Itaú	172
	1.374/95	Execução Fiscal	Município de Arenápolis/MT	Felix Paes da Costa	172

Os interessados, no prazo citado, poderão requerer, às suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças do processo, mediante petição, com respectiva qualificação e demonstração de legitimidade do pedido, dirigida à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Fórum da Comarca de Arenápolis, Estado de Mato Grosso.

Arenápolis, 12 de dezembro de 2019.

Emanuel Daniallen do A. Gomes
Responsável pela Seleção
Membro da CPAD

Estevaldo Henrique P. Bandeira
Responsável pela Seção
Membro da CPAD

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE NORTELÂNDIA

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS n. 01/2019

ANEXO

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS – 15 CAIXAS COMARCA DE NORTELANDIA - PROCESSOS ADMINISTRATIVOS			
CÓDIGO PROCESSO	ASSUNTO	DATA DO ARQUIVA MENTO	OBSERVAÇÕES/ JUSTIFICATIVA
01/1991	Sindicância	07/01/1992	Arquivado há mais de 20anos
14/1999	Oficiosa de Paternidade	15/03/2000	Arquivado há mais de 19anos
06/1999	Oficiosa de Paternidade	25/.03/1999	Arquivado há mais de 20anos
06/2001	Oficiosa de Paternidade	0/.07/1999	Arquivado há mais de 20anos
01/1999	Sindicância	26/11/2004	Arquivado há mais de 20anos
08/2001	Oficiosa de Paternidade	01/08/2001	Arquivado há mais de 20anos
03/2001	Oficiosa de Paternidade	07/04/2001	Arquivado há mais de 18 anos
15/1999	Oficiosa de Paternidade	15/03/2000	Arquivado há mais de 18anos
08/2000	Oficiosa de Paternidade	09/07/2001	Arquivado há mais de 19anos
02/1999	Oficiosa de Paternidade	09/07/1999	Arquivado há mais de 19anos
14/2001	Oficiosa de Paternidade	25/02/2002	Arquivado há mais de 20anos
08/1999	Oficiosa de Paternidade	29/11/2000	Arquivado há mais de 17 anos
13/1999	Oficiosa de Paternidade	28/03/2001	Arquivado há mais de 18anos
08/1998	Oficiosa de Paternidade	24/11/1998	Arquivado há mais de 18 anos
12/1999	Oficiosa de Paternidade	15/03/2000	Arquivado há mais de 20anos
02/2000	Oficiosa de Paternidade	04/06/2001	Arquivado há mais de 18anos
03/1999	Oficiosa de Paternidade	07/07/1999	Arquivado há mais de 19 anos
01/2001	Oficiosa de Paternidade	19/04/2001	Arquivado há mais de 20anos
12/2000	Oficiosa de Paternidade	11/06/2001	Arquivado há mais de 18 anos
10/1999	Oficiosa de Paternidade	02/03/2000	Arquivado há mais de 18 anos
07/2001	Oficiosa de Paternidade	04/06/2001	Arquivado há mais de 19 anos
05/2001	Oficiosa de Paternidade	09/07/2001	Arquivado há mais de 19 anos
02/2001	Registro Tardio	01/08/2001	Arquivado há mais de 18 anos
03/2001	Registro Tardio	03/07/2001	Arquivado há mais de 18 anos
03/2001	Ret. De Assento de Nascimento.	18/09/2001	Arquivado há mais de 18 anos
01/2001	Registro Tardio	12/06/2001	Arquivado há mais de 18 anos
01/2001	Restauração de a. de Nascimento	11/12/2001	Arquivado há mais de 18 anos
S/N	Alvará de Debutante	07/07/1999	Arquivado há mais de 20 anos
02/2001	Concessão de Alvará de Viagem	14/05/2002	Arquivado há mais de 14 anos
07/2004	Oficiosa de Paternidade	07/12/2004	Arquivado há mais de 15 anos
05/2003	Oficiosa de Paternidade	12/05/2005	Arquivado há mais de 14 anos
07/2003	Oficiosa de Paternidade	30/11/2004	Arquivado há mais de 15 anos
12/2001	Oficiosa de Paternidade	02/12/2004	Arquivado há mais de 20anos
04/1998	Oficiosa de Paternidade	05/12/1998	Arquivado há mais de 20anos
02/2002	Oficiosa de Paternidade	17/02/2002	Arquivado há mais de 20anos
04/2001	Oficiosa de Paternidade	16/04/2002	Arquivado há mais de 20anos
02/2001	Oficiosa de Paternidade	15/05/2002	Arquivado há mais de 17anos
01/2005	Sindicância	08/08/2005	Arquivado há mais de 14anos
02/1999	Sindicância	18/05/2001	Arquivado há mais de 18anos
04/2000	Oficiosa de Paternidade	09/04/2001	Arquivado há mais de 18anos
03/1994	Sindicância	19/12/1994	Arquivado há mais de 20anos
01/2000	Sindicância	04/04/2002	Arquivado há mais de 17 anos
01/2001	Sindicância	28/05/2002	Arquivado há mais de 17 anos
10/1997	Oficiosa de Paternidade	15/05/1998	Arquivado há mais de 20anos
01/2000	Sindicância	23/07/2001	Arquivado há mais de 18 anos
11/2001	Oficiosa de Paternidade	07/06/2002	Arquivado há mais de 17 anos
01/2002	Oficiosa de Paternidade	27/06/2002	Arquivado há mais de 17 anos
10/2000	Ret. de Registro de Nascimento	08/12/2004	Arquivado há mais de 15 anos
09/2000	Ret. de Registro de Nascimento	15/08/2001	Arquivado há mais de 18 anos
09/1999	Oficiosa de Paternidade	09/07/2001	Arquivado há mais de 18 anos
01/2004	Oficiosa de Paternidade	30/08/2004	Arquivado há mais de 15 anos

02/2001	Oficiosa de Paternidade	19/11/2002	Arquivado há mais de 17 anos
03/2008	Oficiosa de Paternidade	12/08/2008	Arquivado há mais de 10anos
01/2000	Sindicância 2 volumes	12/09/2002	Arquivado há mais de 17 anos
01/2005	Oficiosa de Paternidade	18/07/2005	Arquivado há mais de 14 anos
09/2001	Oficiosa de Paternidade	10/09/2004	Arquivado há mais de 15 anos
06/2003	Oficiosa de Paternidade	26/11/2004	Arquivado há mais de 15 anos
02/2004	Oficiosa de Paternidade	30/11/2004	Arquivado há mais de 15 anos
02/2003	Oficiosa de Paternidade	09/12/2004	Arquivado há mais de 15 anos
06/2004	Oficiosa de Paternidade	26/11/2004	Arquivado há mais de 15 anos
02/2004	Registro Tardio	19/07/2005	Arquivado há mais de 14 anos
01/2004	Pedido de Providências	18/07/2005	Arquivado há mais de 14 anos
01/2004	Autorização Registro de Criança	27/08/2004	Arquivado há mais de 15 anos
01/2004	Sindicância	27/07/2005	Arquivado há mais de 15anos
01/2005	Registro Tardio	02/08/2005	Arquivado há mais de 14 anos
S/N	Pedido de Providências	17/06/2005	Arquivado há mais de 14 anos
S/N	Pedido de Providências	11/06/2005	Arquivado há mais de 14 anos
S/N	Pedido de Providências	01/05/2005	Arquivado há mais de 14 anos
03/2002	Pedido de Providências	25/01/2005	Arquivado há mais de 14 anos
04/2004	Oficiosa de Paternidade	21/09/2005	Arquivado há mais de 14 anos
04/2006	Oficiosa de Paternidade	08/07/2005	Arquivado há mais de 14 anos
06/2006	Oficiosa de Paternidade	25/08/2007	Arquivado há mais de 12 anos
03/2006	Oficiosa de Paternidade	31/05/2007	Arquivado há mais de 143anos
02/2005	Oficiosa de Paternidade	21/09/2005	Arquivado há mais de 12 anos
07/2006	Oficiosa de Paternidade	18/01/2005	Arquivado há mais de 14 anos
03/2005	Oficiosa de Paternidade	27/10/2007	Arquivado há mais de 12 anos
01/2006	Teste Seletivo Estagiário	02/03/2005	Arquivado há mais de 14 anos
02/2004	Retificação de Nome	27/10/2005	Arquivado há mais de 14 anos
01/2005	Registro Tardio de Óbito	31/05/2007	Arquivado há mais de 10 anos
01/2003	Registro Tardio de Óbito	08/08/2005	Arquivado há mais de 10 anos
7938	Licença Prêmio	03.04.2008	Arquivado há mais de 10 anos
8163	Licença Prêmio	06/11/2008	Arquivado há mais de 10 anos
8164	Licença Prêmio	08/11/2008	Arquivado há mais de 10 anos
8175	Licença Prêmio	06/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7693	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7394	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7740	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7998	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7952	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7997	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7690	Licença Prêmio	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7420	Representação disciplinar	31/07/2007	Arquivado há mais de 10 anos
8000	Desconversão de Férias	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7791	Licença Prêmio	06/11/2008	Arquivado há mais de 10 anos
09/2006	Oficiosa de Paternidade	17/09/2007	Arquivado há mais de 10 anos
7467	Oficiosa de Paternidade	15/11/2009	Arquivado há mais de 10 anos
8088	Oficiosa de Paternidade	23/10/2001	Arquivado há mais de 10 anos
7793	Oficiosa de Paternidade	03/04/2008	Arquivado há mais de 10 anos
8141	Pedido de Providências	03/09/2008	Arquivado há mais de 10 anos
8232	Pedido de Providências	23/10/2008	Arquivado há mais de 10 anos
7847	Suscitar duvida	18/01/2008	Arquivado há mais de 10 anos
8176	Oficiosa de Paternidade	23/10/2008	Arquivado há mais de 10 anos
32/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
01/2007	Oficiosa de Paternidade	06/03/2008	Arquivado há mais de 10 anos
29/2008	Pequeno Cidadão	14/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
06/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
16/2008	Pequeno Cidadão	07/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
10/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
18/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
11/2008	Pequeno Cidadão	24/06/2008	Arquivado há mais de 10 anos
12/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
15/2008	Pequeno Cidadão	24/06/2008	Arquivado há mais de 10 anos
01/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
07/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
13/2008	Pequeno Cidadão	23/09/2008	Arquivado há mais de 10 anos
09/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
05/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
25/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos

21/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
27/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
37/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
22/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
24/2008	Pequeno Cidadão	12/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
02/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
26/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
17/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
34/2008	Pequeno Cidadão	09/08/2008	Arquivado há mais de 10 anos
06/2009	Pequeno Cidadão	16/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
38/2009	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
33/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
14/2008	Pequeno Cidadão	09/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
02/2008	Pequeno Cidadão	24/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
08/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
25/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2019	Arquivado há mais de 10 anos
04/2008	Pequeno Cidadão	08/04/2019	Arquivado há mais de 10 anos
31/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
16/2008	Pequeno Cidadão	16/07/2008	Arquivado há mais de 10 anos
03/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2019	Arquivado há mais de 10 anos
36/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
11/2009	Pequeno Cidadão	18/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
28/2008	Pequeno Cidadão	01/04/2009	Arquivado há mais de 10 anos
8851	Pedido de Providências	10/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
8397	Oficiosa de Paternidade	03/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
8380	Oficiosa de Paternidade	10/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
7473	Oficiosa de Paternidade	10/06/2009	Arquivado há mais de 10 anos
19/2008	Pequeno Cidadão	15/11/2009	Arquivado há mais de 10 anos
08/20019	Pequeno Cidadão	30/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
19/2009	Pequeno Cidadão	27/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
15/2009	Pequeno Cidadão	15/10/2009	Arquivado há mais de 10 anos
23/2008	Pequeno Cidadão	15/11/2009	Arquivado há mais de 10 anos
10/2009	Pequeno Cidadão	30/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
17/2009	Pequeno Cidadão	27/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
20/2009	Pequeno Cidadão	01/09/*2009	Arquivado há mais de 10 anos
04/2009	Pequeno Cidadão	27/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
12/2009	Pequeno Cidadão	07/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
13/2009	Pequeno Cidadão	23/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
03/2009	Pequeno Cidadão	24/08/2009	Arquivado há mais de 10 anos
05/2009	Pequeno Cidadão	24/08/2009	Arquivado há mais de 10 anos
14/2009	Pequeno Cidadão	22/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
07/2009	Pequeno Cidadão	27/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
21/2009	Pequeno Cidadão	15/10/2009	Arquivado há mais de 10 anos
09/2009	Pequeno Cidadão	27/07/2009	Arquivado há mais de 10 anos
9015	Pedido de Providências	30/09/2009	Arquivado há mais de 10 anos
8283	Registro de nascimento Tardio	30/09/2009	Arquivado a mais de 5 anos
9945	Pequeno Cidadão	18/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
20/2008	Pequeno Cidadão	28/05/2010	Arquivado a mais de 5 anos
41/2008	Pequeno Cidadão	10/12/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9949	Pequeno Cidadão	18/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
40/2008	Pequeno Cidadão	14/12/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9948	Pequeno Cidadão	18/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9952	Pequeno Cidadão	23/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
39/2008	Pequeno Cidadão	22/10/2009	Arquivado a mais de 5 anos
9946	Pequeno Cidadão	18/11/2011	Arquivado a mais de 5 anos
01/2009	Pequeno Cidadão	21/10/2009	Arquivado a mais de 5 anos
9947	Pequeno Cidadão	18/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9951	Pequeno Cidadão	18/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
10116	Licença Prêmio	25/10/2010	Arquivado a mais de 5 anos
18/2009	Pequeno Cidadão	28/05/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9961	Proc. Seletivo Assistente Social	08/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9929	Pedido de Providências	31/08/2010	Arquivado a mais de 5 anos
8286	Proc. Seletivo de Psicólogo	28/08/2008	Arquivado a mais de 5 anos
10230	Oficiosa de Paternidade	10/12/2010	Arquivado a mais de 5 anos
84/2008	Oficiosa de Paternidade	06/05/2010	Arquivado a mais de 5 anos
9950	Pequeno Cidadão	15/02/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10358	Pequeno Cidadão	28/03/2011	Arquivado a mais de 5 anos

10426	Pequeno Cidadão	09/05/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10489	Pequeno Cidadão	28/07/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10464	Pai Presente	18/07/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10473	Pai Presente	11/06/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10587	Pequeno Cidadão	26/08/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10460	Pai Presente	14/06/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10461	Pai Presente	26/11/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10265	Oficiosa de Paternidade	28/03/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10524	Oficiosa de Paternidade	11/06/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10235	Oficiosa de Paternidade	19/09/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10555	Oficiosa de Paternidade	09/09/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10519	Pedido de Providências	15/06/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10662	Pedido de Providências	14/12/2011	Arquivado a mais de 5 anos
10505	Pedido de Providências	17/05/2011	Arquivado a mais de 5 anos
30378	Pequeno Cidadão	25.06/2011	Arquivado a mais de 5 anos
30/348	Pequeno Cidadão	08/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10714	Pequeno Cidadão	14/05/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30272	Pequeno Cidadão	19/06/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30441	Pequeno Cidadão	06/07/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30389	Pequeno Cidadão	13/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10545	Pedido de Providências	07/12/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10514	Pedido de Providências	07/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30187	Pedido de Providências	02/05/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10640	Pedido de Providências	16/03/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30334	Pedido de Providências	19/06/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30312	Seletivo de cred. Psicólogo	05/06/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10677	Seletivo de cred. Conciliador	19/10/2011	Arquivado a mais de 5 anos
30546	Seletivo de cred. Conciliador	05/07/2011	Arquivado a mais de 5 anos
30500	Pequeno Cidadão	22/112012	Arquivado a mais de 5 anos
30647	Pequeno Cidadão	22/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30349	Pequeno Cidadão	27/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30624	Pequeno Cidadão	21/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30649	Pequeno Cidadão	22/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30635	Pequeno Cidadão	30/10/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30347	Pequeno Cidadão	24/10/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30576	Pequeno Cidadão	24/09/2012	Arquivado a mais de 5 anos
10459	Pai Presente	22/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30548	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30551	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30569	Licença Prêmio	08/10/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30549	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30552	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30546	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30554	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30553	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30547	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30550	Licença Prêmio	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30535	Credenciamento de Conciliador	27/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30593	Oficiosa de Paternidade	10/10/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30206	Pedido de Providências	06/11/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30089	Pedido de Providências	21/08/2012	Arquivado a mais de 5 anos
30339	Pai Presente	07/02/2013	Arquivado a mais de 5 anos
30518	Pai Presente	29/01/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31170	Oficiosa de Paternidade	21/06/2013	Arquivado a mais de 5 anos
30749	Sindicância	12/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
30381	Oficiosa de Paternidade	19/09/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31090	Oficiosa de Paternidade	23/07/2013	Arquivado a mais de 5 anos
30650	Oficiosa de Paternidade	07/01/2014	Arquivado a mais de 5 anos
31082	Oficiosa de Paternidade	02/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31134	Oficiosa de Paternidade	22/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
21139	Oficiosa de Paternidade	12/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31048	Oficiosa de Paternidade	03/06/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31109	Oficiosa de Paternidade	06/06/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31065	Oficiosa de Paternidade	02/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31089	Oficiosa de Paternidade	03/06/2013	Arquivado a mais de 5 anos
30997	Oficiosa de Paternidade	02/08/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31401	Oficiosa de Paternidade	08/01/2014	Arquivado a mais de 5 anos

31605	CP Devolvida A Origem	01/10/2013	Arquivado a mais de 5 anos
31688	Licença Prêmio	08/01/2014	Arquivado a mais de 5 anos
33500	Teste Seletivo de Estagiário	28/11/2014	Arquivado a mais de 5 anos
33175	Licença Prêmio	27/10/2014	Arquivado a mais de 5 anos
30372	Teste Seletivo de Estagiário	08/02/2014	Arquivado a mais de 5 anos
33301	CP Devolvida A Origem	27/10/2014	Arquivado a mais de 5 anos
31536	Registro de Nascimento Tardio	27/10/2014	Arquivado a mais de 5 anos
31509	Teste Seletivo de Estagiário	16/01/2014	Arquivado a mais de 5 anos

Nortelândia -MT, 11 de dezembro de 2019

Maria da Conceição de Lima Rocha
Responsável pela Seleção
Membro da CPAD

Ana Luzia Rodrigues Barros da Silva
Responsável pela Seleção
Membro da CPAD

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS COMARCA DE NORTELANDIA – DIRETORIA DO FÓRUM SERVIÇO DE ARQUIVO DE DOCUMENTOS					LISTAGEM Nº: 001/2019
CÓDIGO CLASSIFICAÇÃO	ASSUNTO SÉRIE	DATAS-LIMITE	**UNIDADE DE ARQUIVAMENTO**		OBSERVAÇÕES /JUSTIFICATIVA
			QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	
816	Expedição e recebimento de documentos	1992/2014		Metro linear	08 caixas
800	Livros de carga diversos e outros	1999/2014		Metro linear	02 caixas
816	PA, CAD. Prestação de Conta.	1999/2014		Metro linear	05 caixas
830	Certidão numeradas cartório Distribuidor	2003/2004 1988 a 1998		Metro linear	01 caixa
TOTAL				**Metro linear**	**16 caixas arquivo**

Arenápolis, 11 de dezembro de 2019.

Maria da Conceição de Lima Rocha
Responsável pela Seleção
Membro da CPAD

Ana Luzia Rodrigues Barros Silva
Responsável pela Seleção
Membro da CPAD

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS UNIDADE JUDICIÁRIA: CAIXA O1 E 02 - VARA ÚNICA DA COMARCA DE **NORTELÂNDIA**/MT					
Código do Processo	**Numero único ou antigo**	**Classe processual**	**Autor**	**Réu**	**Caixa**
1893	41/2001	ALVARÁ JUDICIAL	MARIA HILARIA DE SOUZA	PEDRO ALVES DE MOURA(FALECIDO)	01 - RECICLAGEM
438	56/1998	MANDADO DE SEGURANÇA	ANTONIO QUINTEIRO DE ALMEIDA	CELIO BENEVIDES DE ALMEIDA	01 RECICLAGEM
4602	2004/69	MANDADO DE SEGURANÇA CIVIL	VALTER DATA	GERSON DIAS DA SILVA	01 - RECICLAGEM
1258	1999/60	MANDADO DE SEGURANÇA	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	REDE CEMAT-MT	01- RECICLAGEM
356	1997/125	MANDADO DE SEGURANÇA	CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELANDIA	PREFEITO MUNICIÇLA DE NORTELANDIA	01- RECICLAGEM
1238	1999/54	MANDADO DE SEGURANÇA	ELOISA MARIA DE PAULA	SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO DO M,UNICIPIO DE NORTELANDIA – ABDÃO MORENO DE ALMEIDA FILHO	01 RECICLAGEM
9204	2009/6	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	LUIZ GARCIA TABORDA	01- RECICLAGEM
9205	2009/7	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	LUIZ GARCIA TABORDA	01- RECICALGEM
10658	348-59.2011.811.0031	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLCIA ESTADUAL	SERGIO VASCONCELOS DE SOUZA	01- RECICLAGEM
1052	1998/126	AÇÃO MANDAMENTAL	MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL	COLEGIO PEQUENO PRINCIPE	01- RECICLAGEM
9537	2010/5	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL	OLIMPIO PEREIRA DE SOUZA	02- RECICLAGEM
8188	2008/89	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	ANTONIO XAVIER MEIRA	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	02- RECICLAGEM
9548	2010/16	AÇÃODE EXECUÇÃO FISCAL	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	AQUILES TOLEDO PIZZA	02- RECICLAGEM
9546	2010/14	EXECUÇÃO FISCAL	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	JUVENAL FRANCISCO DE OLIVEIRA	02- RECICLAGEM
9526	2009/11	EXECUÇÃO FSICAL	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	02- RECICALGEM
9542	2010/10	EXECUÇÃO FISCAL	MUNICIPIO DE NORTELANDIA	JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS	02- RECICALGEM
10258	866-59.2005.811.0031	PROCEDIMENTO SUMARISSÍMO-AÇÃO PENAL	A JUSTIÇA PUBLICA	ADEILTON PEREIRA RIBEIRO	02- RECICLAGEM
6654	1982/51	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA	LUIZ AMARO DE ALMEIDA	ARVISIO ASCARI;EURICO GUNTHER E TIAGO DEL CASTANHEL	02- RECICLAGEM

COMISSÃO RESPONSÁVEL:

IVETE SOUZA FIGUEREDO CAMPOS
GESTORA JUDICIÁRIA
MAT 2304

TAIZA ORMOND GRANJA
ANALISTA JUDICIÁRIO
MAT. 32586

CRISTOVAN FERREIRA DE SÁ
TÉCNICO JUDICIÁRIO
MAT. 2015

MARIO SOUZA COELHO
AGENTE DA INFANCIA E JUVENTUDE
MAT.22592

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS UNIDADE JUDICIÁRIA: VARA ÚNICA DA COMARCA DE **NORTELÂNDIA**/MT					
Código do Processo	**Numero único ou antigo**	**Classe processual**	**Autor**	**Réu**	**Caixa**
642	1997/43	Execução Fiscal	Faz. Públ. Estadual	Vilmar Osti	03 - RECICLAGEM
749	92/321	Ação Penal	Justiça Pública	Vanderlei Pereira da Silva	03- RECICLAGEM
9538	2010/6	Execução Fiscal	Munícipio de Nortelândia	Maria Ide Scarpat	04- RECICLAGEM
1898	1982/86	Execução Fiscal	Iapas	José dos reis	04- RECICLAGEM
8465	2008/2	Execução Fiscal	Faz. Públ. Estadual	Vanio Barbosa Batista , Albino Barbosa Batista	04- RECICLAGEM
9517	2009/12	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Wilton Dourado Rodrigues	04- RECICLAGEM
9515	2009/10	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Alfredo Francisco de Souza	04- RECICLAGEM
9906	349-78.2010.811.0031	Execução Fiscal	Faz. Públ. Estadual	Vagnir Barbosa Batista	04- RECICLAGEM
30052	576-34.2011.811.0031	Execução Fiscal	Faz. Públ. Estadual	Neurilan Fraga	04- RECICLAGEM
9535	2010/3	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Marcio Marques da Silva	04- RECICLAGEM
9519	2009/14	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	João Olimpio de Oliveira	04- RECICLAGEM
9554	2010/22	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Valdirene Alves da Silva	04- RECICLAGEM
9553	2010/21	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Francisca Pereira Palomino	04- RECICLAGEM
9551	2010/19	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Dalmar da Silva Braga	04- RECICLAGEM
9566	2010/34	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Antonio Marques da Silva	04- RECICLAGEM
10634	324-31.2011.811.0031	Execução Fiscal	Faz. Públ. Estadual	Vagnir Barbosa Batista	05- RECICLAGEM
	2000/155	Mandado de Segurança	Câmara Municipal de Nortelândia, Representada pelo Pres. Luiz Francisco Silva	Rodomildo Rodrigues Silva	05- RECICLAGEM
9552	2010/20	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	João de Castro Araújo	06- RECICLAGEM
9539	2010/7	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Idalecio Lazaro de souza	06- RECICLAGEM
9545	2010/13	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Adair Rodrigues Chaves	06- RECICLAGEM
9536	2010/4	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Gervázio Simeão Quinteiro	06- RECICLAGEM
9560	2010/28	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Luiz Francisco Neto	06- RECICLAGEM
9561	2010/29	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Pedro Coelho Ormond	06- RECICLAGEM
9555	2010/23	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Wilson Dias a Silva	06- RECICLAGEM
9559	2010/27	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Joselia Maria da Silva	06- RECICLAGEM
9556	2010/24	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Alvaro Luiz da Silva Ormond	06- RECICLAGEM
9547	2010/15	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Ademir Lemes Marques	06- RECICLAGEM
10660	350.29.2011.811.0031	Execução Fiscal	Fazenda Publ. Estadual	Mário Sergio Duarte	06- RECICLAGEM
	1999/43	Execução Fiscal	Fazenda Publ. Estadual	João Ponoceno Figueiredo	06- RECICLAGEM
10711	401-40.2011.811.0031	Execução Fiscal	Inst. Nacional de Metrologia,	Sergio Ricardo Oliveira	07- RECICLAGEM

			Normalização e Qualidade Ind. Imetro		
631	1996/239	Execução Fiscal	União	Valdemar Pereira Cómercio do Me	07-RECICLAGEM
630	1996/238	Execução Fiscal	União	Valdemar Pereira Comercio Me	07-RECICLAGEM
9544	2010/12	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Antonio Luzardo	07-RECICLAGEM
605	31.91.1993.811.0031	Execução Fiscal	Faz. Publ. Estadual	Manoel Gonçalves Portela	07-RECICLAGEM
9534	2010/2	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Laudelino Coelho Ormond	08-RECICLAGEM
9543	2010/11	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Paulo Cesar Viana	08-RECICLAGEM
9563	2010/31	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Rodolmildo Rodrigues Silva	08-RECICLAGEM
9514	2009/9	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Julio Praxedes Duarte	08-RECICLAGEM
9540	2010/8	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Edgar de Araújo	08-RECICLAGEM
9541	2010/9	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Aluisio Lourenço Ribeiro	08-RECICLAGEM
9549	2010/17	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Rodolfo Rodrigues Silva	08-RECICLAGEM
9550	2010/8	Execução Fiscal	Munic. De Nortelândia	Rodolfa Ribeiro da Silva	08-RECICLAGEM
9596	33.65.2010.811.0031	Execução Fiscal	Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso	Edvaldo Oliveira de Souza(Firma)	08-RECICLAGEM
7347	1986/617	Execução Fiscal	Sunab – Superintendência Nacional do Abastecimento	João Barbosa da Silva	08-RECICLAGEM
1420	2000/24	Execução Fiscal	Faz. Publ. Estadual	Antônio Zancanaro	08-RECICLAGEM
26	478/86	Mandado de Segurança	Arrossensal Agropecuário S/A	Prefeitura Municipal de Nortelândia	09-RECICLAGEM
1119	1999/9	Mandado de Segurança	Câmara Municipal de Nortelândia-Rep. Luiz Francisco Neto	Rodolmildo Rodrigues Silva-Pref. Mun. de Nortelândia	09-RECICLAGEM
2169	2001/133	Mandado de Segurança	Jair Conceição da Silva	Comandante Geral da Policia Militar/MT	09-RECICLAGEM
8319	2008/126	Mandado de Segurança	Carrara Empreendimento Ltda-EPP	Prefeito Municipal de Nortelândia	09-RECICLAGEM
9504	2009/218	Mandado de Segurança	Benedito Hudson Monteiro e Mayer, Vagnir Barbosa Batista, Mariano Gomes Miranda e Rubilan Nunes de Oliveira	Anibal Ferreira de Oliveira	10-RECICLAGEM
1170	1999/34	Mandado de Segurança	Rodolmildo Rodrigues Silva	Luiz Francisco Net	10-RECICLAGEM
1836	2001/20	Mandado de Segurança	Marileide Gomes da Cruz Coelho	Diretor do Previ-Norte Nortelândia/MT e Rodolmildo Rodrigues Silva	10-RECICLAGEM
1333	1999/76	Mandado de Segurança	Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de MT-Sintep/MT	Abdão Moreno de Almeida Filho e Rodolmildo Rodrigues Silva	10-RECICLAGEM
411	1998/003	Mandado de Segurança	Associação dos Servidores	Rodolmildo Rodrigues Silva –	10-RECICLAGEM

			Públicos do Mun. De Nortelândia – A.S.P.M.N	Prefeito Municipal de Nortelândia/MT	
9518	2009/13	Execução Fiscal	Município de Nortelândia	Antonio F. Damasceno	11-RECICLAGEM
30884	4-10.2013.811.0031	Execução Fiscal	Faz. Publ. Estadual	Antonio Del Castanhel	11-RECICLAGEM
31352	461.42.2013.811.0031	Execução Fiscal	Conselho Regional de Farmácia-MT, José Ricardo Arnaut Amadio	Pref. Mun. De Nortelândia-Agência Transfusional de Nortelândia	11-RECICLAGEM
31497	604.31.2013.811.0031	Execução Fiscal	Conselho Regional de Farmacia-MT,	José Ricardo Arnaut Amadio	11-RECICLAGEM
8318	2008/125- Volume 01, 02 e 03	Mandado segurança	Carrara Empreendimentos Ltda-EPP	Prefeito Municipal de Nortelândia	11-RECICLAGEM
1438	2000/35	Mandado de Segurança	Luiz Francisco Neto-Câmara Municipal Nortelândia	Rodolmildo Rodrigues Silva	12-RECICLAGEM
1676		Mandado de Segurança	Câmara Mun. De Nortelândia Rep. Pelo seu Presidente Luiz Francisco Neto	Rodolmildo Rodrigues Silva	12-RECICLAGEM
2154	2001/126	Mandado de Segurança	Danilo Franzner, Marcos de Azevedo Amorim, Lazara Raimunda Faria	Diretor do De´partamento Estadual de Trânsito-MT	12-RECICLAGEM
1816	2001/11-Volume 01 e 02	Mandado de Segurança	Municipio de Nortelândia	Rede Cemat – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A	12-RECICLAGEM
1385	2000/2	Mandado de Segurança	Isabel Maria Rocha Simões	CB-PM Valter Berto Comandante do Destacamento da Policia Militar	12-RECICLAGEM

COMISSÃO RESPONSÁVEL:

IVETE SOUZA FIGUEREDO CAMPOS
GESTORA JUDICIÁRIA
MAT 2304

TAIZA ORMOND GRANJA
ANALISTA JUDICIÁRIO
MAT. 32586

CRISTOVAN FERREIRA DE SÁ
TÉCNICO JUDICIÁRIO
MAT. 2015

MARIO SOUZA COELHO
AGENTE DA INFANCIA E JUVENTUDE
MAT.22592

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
UNIDADE JUDICIÁRIA: JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE **NORTELÂNDIA/**MT

Código do Processo	**Numero único ou antigo**	**Classe processual**	**Autor**	**Réu**	**Caixa**
9397-VOL. I E II	45/2009	Procedimento Criminal Juizado Especial - Crime contra o meio ambiente	A JUSTIÇA PUBLICA	ALCENOR ALVES BARRETO	01 RECICLAGEM – JE
8542	64/2008	Termo Circunstanciado - Crime contra o meio ambiente	A JUSTIÇA PUBLICA	MARCELO DA SILVA SANTOS;AUGUSTO MARCOS DA SILVA;ROBERTO JUSTINO PAES;ZILDA JOAQUIM DA ROCHA;ANTONIO LUIZ DE OLIVEIRA;ANGELO PEREIRA DE ARRUDA .	01 RECICLAGEM - JE
8405	495-90.2008.811.0031	Termo Circunstanciado - Crime contra o meio ambiente	A Justiça Púbica	Cristovão Silverio dos Santos	01-RECICLAGEM
5700	2005/70	Ação de Cobrança – Juizado Especial	Siunisa de Jesus Brito	Welton Nunes de Carvalho	01-RECICLAGEM - JE

COMISSÃO RESPONSÁVEL :

IVETE SOUZA FIGUEREDO CAMPOS
GESTORA JUDICIÁRIA
MAT 2304

TAIZA ORMOND GRANJA
ANALISTA JUDICIÁRIO
MAT. 32586

CRISTOVAN FERREIRA DE SÁ
TÉCNICO JUDICIÁRIO
MAT. 2015

MARIO SOUZA COELHO
AGENTE DA INFANCIA E JUVENTUDE
MAT.22592

LISTAGEM DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS
UNIDADE JUDICIÁRIA: CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO-CAA DA COMARCA DE **NORTELÂNDIA**/MT

Código do Processo	Numero único ou antigo	Classe processual	Autor	Réu	Caixa
9595	32-80.2010.811.0031	EXECUÇAO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	MAILZA APARECIA LOPES; MA LOPES	01-RECICLAGEM CAA
10115	558-47.2010.811.0031	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	ANTONIO DEL CASTANHEL	01-RECICLAGEM-CAA
10114	557-62.2010.811.0031	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	ANTONIO DEL CASTANHEL	01-RECICLAGEM-CAA
10113	556-77.2010.811.0031	EXECUÇÃO FISCAL	FAZENDA PUBLICA ESTADUAL	ANTONIO DEL CASTANHEL	01-RECICLAGEM-CAA
622	1996/230	EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA DA UNIÃO	FAZENDA PUBLICA NACIONAL	S R DE OLIVEIRA ALMEIDA	01-RECICLAGEM CAA
623	1996/231	EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA DA UNIÃO	FAZENDA PUBLICA NACIONAL	S R DE OLIVEIRA ALMEIDA	01-RECICLAGEM CAA
624	1996/96	EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA DA UNIÃO	FAZENDA PUBLICA NACIONAL	S R DE OLIVEIRA ALMEIDA	01-RECICLAGEM CAA
625	1996/233	EXECUÇÃO FISCAL DA DIVIDA ATIVA DA UNIÃO	FAZENDA PUBLICA NACIONAL	S R DE OLIVEIRA ALMEIDA	01-RECICLAGEM CAA

COMISSÃO RESPONSÁVEL:

IVETE SOUZA FIGUEREDO CAMPOS
GESTORA JUDICIÁRIA
MAT 2304

TAIZA ORMOND GRANJA
ANALISTA JUDICIÁRIO
MAT. 32586

CRISTOVAN FERREIRA DE SÁ
TÉCNICO JUDICIÁRIO
MAT. 2015

MARIO SOUZA COELHO
AGENTE DA INFANCIA E JUVENTUDE
MAT.22592

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RIO BRANCO

PORTARIA Nº 52/2019-DF

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MARCOS ANDRÉ DA SILVA, MMº. JUÍZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE RIO BRANCO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

CONSIDERANDO Os termos da Portaria nº 1466/2019-PRES, que estabelece o horário de expediente do Tribunal de Justiça e das Comarcas do Estado de Mato Grosso, no período de 20 de dezembro de 2019 à 6 de janeiro de 2020(recesso Forense), das 13 às 18horas.

CONSIDERANDO o Provimento nº 27/2019-CM que suspende os prazos processuais, em seu art. 3º, publicado em 19/11/20196, no DJE 10621.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a escala de servidores que atenderão durante o período do Recesso Forense desta Comarca de Rio Branco/MT.

RESOLVE:

I – CONVOCAR os servidores que integrarão à escala de Plantão Judiciário no Recesso Forense desta Comarca:

Setor	Dias	Servidor(es) Plantonista(s)	Telefones
Vara Unica	20/12/2019 e	Silvano Marques Lourenço Celso Aredes Tavares(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	21/12/2019 e 22/12/2019	Graziani Fraga dos Santos Celso Aredes Tavares(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	23/12/2019 e 24/12/2019	Aguimar da Silva Tomazelli Celso Aredes Tavares(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	25/12/2019	Marcia Kusther Preisigke Boascivis Celso Aredes Tavares(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	26/12/2019 e 27/12/2019	Joana Lucia da Silva Mendes Celson Bassi Correia(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	28/12/2019 e 29/12/2019	Sócrates Jalves de Laet Celson Bassi Correia(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	30/12/2019 e 31/12/2019	Delmar Zanol Celson Bassi Correia(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	01/01/2020	Gabriel Silva Souza Celson Bassi Correia(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	02/01/2020 e 03/01/2020	IreneTomazelli Luz Mauricio Pereira Barros(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Unica	04/01/2020	Silvano Marques Lourenço Mauricio Pereira Barros(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295
Vara Única	05/01/2020 e 06/01/2020	Divaldo Ferreira Souto Mauricio Pereira Barros(oficial de Justiça)	(65)9948-7872 ou (65)3257 - 1295

II - P. R. Cumpra-se remetendo cópia a Corregedoria Geral da Justiça e ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Rio Branco/MT, 12 de dezembro de 2019.

Marcos André da Silva
Juiz de Direito e Diretor do Foro